

Universidade de Coimbra

PATRIMONIALIZAÇÃO, MEMÓRIA LOCAL,

MUSEALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: Os casos dos

Parques Metropolitanos do Abaeté e de São

Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil)

Sidélia Santos Teixeira



SIDÉLIA SANTOS TEIXEIRA

PATRIMONIALIZAÇÃO, MEMÓRIA
LOCAL, MUSEALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:
OS CASOS DOS PARQUES METROPOLITANOS DO
ABAETÉ E DE SÃO BARTOLOMEU (SALVADOR,
BAHIA, BRASIL)

Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos
orientada pelo Professor Doutor João Paulo Nunes Avelãs
e pelo Professor Doutor Carlos Alberto Etchervarne
apresentada
ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da
Universidade de Coimbra

Junho/2014



Sidélia Santos Teixeira

**PATRIMONIALIZAÇÃO, MEMÓRIA LOCAL, MUSEALIZAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: OS CASOS DOS PARQUES METROPOLITANOS
DO ABAETÉ E DE SÃO BARTOLOMEU (SALVADOR, BAHIA, BRASIL)**

Tese apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor em Estudos Contemporâneos.

Orientadores: Professor Doutor João Paulo Nunes Avelãs e Professor Doutor Carlos Etchevarne

Universidade de Coimbra
Coimbra
2014

-
- Teixeira, Sidélia Santos
- 266 † Patrimonialização, memória local, musealização e transformação social: os casos dos parques metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil) / Sidélia Santos Teixeira. – Salvador, 2014.
375 f.
- Orientadores: Prof. Dr. João Paulo Nunes Avelãs e Prof. Dr. Carlos Etchevarne
- Tese (doutorado) – Universidade de Coimbra. Instituto de Investigação Interdisciplinar, 2014.
1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Cultura - Preservação. 3. Museologia. 4. Identidade social. 5. Mudança social. I. Avelãs, João Paulo Nunes. II. Etchevarne, Carlos. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 363.69

Para Marcos, Pedro e Marília
Fontes de amor, coragem e vida!

AGRADECIMENTOS

Defino o período do doutoramento como longo e difícil. Já no início da minha carreira acadêmica, decidi continuar minha formação no campo da Museologia. Nessa época ainda não havia curso de pós-graduação em Museologia no Brasil. O encantamento com a Nova Museologia e a decisão de meu companheiro Marcos de realizar doutorado em Lyon, na França, me estimulou a conciliar meus projetos profissionais com minha vida pessoal. A realização do *Diplôme D'Études Approfondies* (DEA) constitui-se numa etapa rica de experiências, mas difícil pessoalmente, por ter coincido com a morte de “Derme”, meu pai, referência de afetividade, firmeza e coragem. Para ele, o amor pela vida era fundamental.

Após a conclusão do Master, decidi dar continuidade ao processo de investigação sobre a patrimonialização e a memória. Durante esse período, as contribuições do Prof. Dr. François Laplantine, ao qual agradeço imensamente por permitir a minha participação no seu curso regular de metodologia da antropologia, enriqueceram a bibliografia da minha pesquisa e contribuíram para as reflexões sobre o contexto brasileiro. Igualmente, ressalto o apoio do Prof. Dr. Denis Cerclet, que discutiu a problemática do meu trabalho e também aprimorou minha análise sobre patrimônio em seu curso sobre patrimônio e etnologia. Aos Professores Doutores Martin Soares e Thierry Valentin, meus sinceros agradecimentos pelo estímulo, compreensão e afetividade.

Agradeço à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pelo apoio e colaboração para a defesa da tese em Portugal. À Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Museologia, Universidade Federal da Bahia, meus agradecimentos pela licença concedida para conclusão desta tese. Aos professores doutores Joseania Miranda Freitas, Suely Moraes Cerávolo, Rita de Cássia Maia da Silva, Maria das Graças de Souza Teixeira, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, José Cláudio Alves de Oliveira e Heloísa Helena Fernandes Gonçalves da Costa. Ao colega Patrick Nascimento da Silva, pela agilidade e apoio no encaminhamento das questões institucionais junto à UFBA.

Agradeço, igualmente, à Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia de Carvalho, membro da Comissão de Avaliação Técnica do Abaeté, por me ter permitido o acesso a vários documentos relativos ao movimento de preservação do Parque Metropolitano do Abaeté.

À comunidade do bairro de Itapuã, gostaria de registrar minha gratidão pela receptividade, carinho e, sobretudo, pelo exemplo de luta no processo de manutenção das suas tradições e do seu patrimônio. Em especial sou grata a Ives Quaglia, pela compreensão acerca da importância do meu trabalho e pelo empenho no sentido de me inserir junto aos moradores mais antigos desse bairro. Sou também muito agradecida a Ulisses, pela beleza e riqueza da sua entrevista, com registros importantíssimos sobre a cultura local e as tradições afro-brasileiras.

Agradeço a Antônio Conceição (*in memorian*), pela vida, coragem e luta dedicada à preservação do Abaeté, pela importante entrevista, pelo acesso aos documentos do Nativo e ao livro de registro do Parque Metropolitano do Abaeté. Seu trabalho não foi em vão e os frutos estão sendo colhidos, pouco a pouco, através dos Meninos do Abaeté, que compreenderam a importância das suas ações e dão continuidade ao trabalho de mediação no Parque Metropolitano do Abaeté, revelando, para as gerações futuras, a sua responsabilidade para com esse patrimônio e seu compromisso social.

Deixo aqui também a minha gratidão às lavadeiras e baianas de acarajé do Abaeté, pela disponibilidade, atenção e carinho e, sobretudo, pela revelação do universo feminino que existe em torno do espaço do Abaeté. Em especial, D. Terezinha Dias, D. Araci Souza, D. Maria Sebastiana, D. Lucila (Caboclo Linha). A D. Francisquinha (*in memorian*), considerada a memória do bairro de Itapuã, meus sinceros agradecimentos pelo acolhimento. Ficou o exemplo de que a memória dos velhos deve ser respeitada e considerada.

Ao administrador do Parque Metropolitano do Abaeté e aos agentes de fiscalização e segurança do Parque, meus agradecimentos, pela confiança e respeito.

Aos diretores das Associações Ambientistas Gambá e Germem – Renato Cunha e José Augusto Saraíva, respectivamente – agradeço pelos esclarecimentos sobre as questões ecológicas em torno dos Parques Metropolitano do Abaeté e de São Bartolomeu. Ao ambientalista, ecologista e cartunista Paulo Serra, a minha deferência pelo seu trabalho responsável e comprometido com as lutas ambientalistas na Bahia.

Por aqueles que lutaram e continuam lutando por uma patrimonialização social no Parque Metropolitano de São Bartolomeu, minha homenagem e meus agradecimentos. Seria difícil mencionar todos os nomes neste trabalho. Destaco apenas alguns, mas registro minha consideração aos membros do movimento de preservação, de maneira geral e irrestrita. Em particular, Sílvio Ribeiro, pela coragem de continuar a luta, defendendo uma preservação ampla para a região do subúrbio ferroviário da cidade do Salvador. A Gieusepe Voza, pelo tempo dedicado à proteção do Parque de São de Bartolomeu e por acreditar em mudanças

sociais num espaço que não é seu território de origem. A Joselito Crispino dos Santos, pela beleza do seu trabalho com jovens em situação de risco. Em especial, registro que sua entrevista ocorreu num momento difícil da pesquisa. Constatar a realidade árdua da periferia da cidade do Salvador não foi fácil para mim, como pesquisadora. Mas a esperança de Joselito, bem como sua crença na arte ou na ação cultural como veículo de transformação social, reativou meus sonhos e as certezas de que minha pesquisa era importante não só para a academia, mas também para contribuir com a melhoria da vida das pessoas.

Agradeço imensamente ao professor, amigo e conselheiro Carlos Etchevarne. Nossas conversas sobre o trabalho, seu apoio e sua sensibilidade em ter percebido e compreendido minhas dificuldades em conciliar as funções de professora, mulher e mãe foram fundamentais para a conclusão desta tese. Não esqueço a sua frase: “É bom a gente terminar o que começou.” Lembra-se?

Meus sinceros agradecimentos à Prof^a. Dr^a. Maria da Conceição Lopes, pelo encaminhamento e minha inserção junto à Universidade de Coimbra e, em especial, ao Prof. Dr. João Paulo Avelãs Nunes, pelo exemplo de compromisso com o trabalho, pelas preciosas sugestões no meu projeto de tese, por suas contribuições teóricas e bibliográficas, pela perspicácia no processo de orientação, trazendo-me, realmente, para o centro da minha reflexão, ou seja, a Museologia. Além disso, pela atenção permanente em relação às minhas demandas encaminhadas aqui do Brasil.

Sou profundamente grata às amigas portuguesas Conceição Ferreira e Ana Lousada, pelo acolhimento, carinho e amizade.

Aos amigos Edward MacRae e Marie Zeni, agradeço pela ajuda com a tradução do resumo da tese.

Este trabalho também não seria possível sem o encorajamento de preciosos colegas e amigos. Com afeto, agradeço aos Professores Doutores Carlos Costa, Evergton Sales, Luiz Freire e Maria Rosário Gonçalves de Carvalho.

Às minhas queridas comadres Maria do Socorro Soares Ferreira e Lívia Alessandra Fialho da Costa, minha sincera gratidão pela compreensão, disponibilidade e afeto.

As palavras não estão à altura do carinho e amor da minha família – minha mãe Sileuza Santos e meus irmãos Delmeval, Sílvio, Célia e Zélia. Aos demais membros – William, Vinícius, Isadora, Letícia, Dora, Iara, Ana Clébia (*in memoriam*), Débora, Clara, Vitor e Delmeval Neto – muito obrigada pelo carinho e apoio nos momentos de muito trabalho e cansaço.

À Prof^a. Dr^a. Maria Célia Teixeira Moura Santos, minha irmã querida, museóloga, exemplo de profissionalismo e também referência intelectual. Sinto-me privilegiada por ter você como irmã e colega, mas, sobretudo, obrigada pela afetividade, companheirismo e compreensão. Você é realmente especial!

Aos meus queridos filhos Pedro e Marília Messeder, que representam uma bênção de Deus na minha vida.

A Marcos, pela compreensão, dedicação e estímulo. Muito obrigada, por ter lido meu trabalho, pelo tempo dedicado às crianças quando eu estava trabalhando, pela força nos momentos de cansaço e, sobretudo, por seu amor. Te amo muito!

A Deus, que me deu força e coragem para realizar esta tese.

RESUMO

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Patrimonialização, memória local, musealização, e transformação social:** os casos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil). 2014. 375 f. Tese (Doutorado em Estudos Contemporâneos) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

A patrimonialização, nesta tese, é tratada como um processo oriundo de movimentos sociais que valorizam os bens culturais e contribuem para a expressão de identidades próprias de grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. O patrimônio cultural, entendido como base da patrimonialização, é analisado na perspectiva da sua inserção numa sociedade constituída de coletividades diversas que lutam de forma ativa pela manutenção e reconhecimento das suas referências culturais. A patrimonialização contemporânea é complexa e faz aflorar as relações entre patrimônio e poder. Objetivamos relacionar memória e patrimônio; demonstrar a existência de várias memórias locais; e analisar a importância da musealização e o uso do patrimônio cultural para os processos de transformação social. A patrimonialização é analisada na sua dimensão sociológica e antropológica, considerando-a como parte da construção da cidadania, principalmente num país de passado colonial. A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, nos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, tratados como patrimônios ambientais, urbanos e religiosos. Adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa qualitativa, bibliográfica e arquivística e, no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, também a pesquisa quantitativa. Foram contemplados os documentos escritos de autoria dos técnicos das instituições responsáveis pelos referidos parques e dos agentes dos movimentos sociais. A observação etnográfica possibilitou o registro de atividades e práticas desenvolvidas nesses espaços, como também a realização das entrevistas. Os resultados apontaram, por um lado, para uma patrimonialização incompleta, que não incorpora a participação ativa dos agentes locais, revelando tensões e dificuldades de diálogo entre os agentes institucionais e as comunidades locais. De outra forma, a patrimonialização é fundamental, exige interpretação, divulgação e participação dos grupos sociais envolvidos com o patrimônio a ser preservado. É necessário ampliar a concepção de museu e de museologia, incorporando os patrimônios advindos de movimentos sociais que estimulam a construção e o desenvolvimento de processos museais próprios às gramáticas socioculturais das coletividades. Concluiu-se que memória e patrimônio articulam-se, mas não são semelhantes. O dinamismo e a rebeldia próprios da memória não permitem seu aprisionamento na forma patrimonial. Portanto, reconhecer a

existência de memórias locais, por meio dos processos de musealização, proporciona a compreensão de diversas histórias, importantes para a construção da autoestima e da dignidade dos sujeitos envolvidos e para o desenvolvimento de sociedades contemporâneas mais diversas e democráticas. A construção e o desenvolvimento de políticas educacionais, sociais, culturais e museológicas de forma integrada, contribuem para uma preservação de cunho social, viabilizando o turismo como ferramenta de desenvolvimento local, ou seja, atrelado a um compromisso político e ético junto às comunidades locais. Os estudos sobre patrimônio cultural e as identidades culturais nas sociedades contemporâneas fornecem subsídios para as políticas públicas preservacionistas sociais que invistam na formação de cidadãos participativos, fortalecidos pela compreensão de suas memórias, histórias e lutas.

Palavras-chave: Patrimonialização. Memória local. Musealização. Transformação social.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Patrimonialisation, local memory, musealisation and social transformation:** the case of the Metropolitan Parks of Abaeté and São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brazil). 2013. 375 f. Thesis (Doctorate in Contemporary Studies) – Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

This thesis aims to analyze patrimonialisation as a contemporary social phenomenon able to contemplate cultural diversity. It discusses the need for the inclusion of our historical and cultural references, giving special attention to groups that have been marginalized from the Brazilian society throughout time. In this sense, musealization is seen as a dynamic process that allows the use of preserved cultural heritage and can contribute to the understanding of remembrances as a form of social transformation. The survey was developed from two case studies in the city of Salvador, Bahia, Brazil – the Metropolitan Parks Abaeté and Saint Bartholomew were treated as heritage of an environmental, urban and religious nature. The methodology of the work contemplated written documents concerning patrimony, produced by the technical institutions responsible for these parks and agents of social movements. Data collection followed an ethnographic method of registry aimed at the observation of the activities and practices developed in these spaces, as well as carrying out a series of interviews. The study points to the incomplete nature of the process, the active participation of local actors, the tensions and possibilities of dialogue, demonstrating that patrimonialisation is essential, but the heritage preserved must be interpreted and disseminated. Therefore, it is necessary to broaden our understanding of museums and museology, incorporating the patrimony produced by social movements that stimulate the construction of typologies and the development of museological processes that take into account the sociocultural realities of such communities. This type of patrimonialisation allows an appropriation of cultural items and the emergence of diverse identities that must be incorporated into public preservation policies in order to avoid a reductionist and partial understanding of our social memories. Furthermore, it is necessary to build and develop educational, social, cultural and museological policies in an integrated manner in order to achieve a contextualized and social preservation. It is in this sense that tourism can be seen as an important tool for social development. *Patrimonialisation, Local Memory, Musealisation and Social Transformation* aims to contribute to the study of cultural heritage and cultural identities in contemporary societies and to aid the establishment and implementation of public preservationist policies which take into account and invest in the training of citizens who,

strengthened by an understanding of their memories, stories and struggles may participate fully in their society. Ultimately, patrimonialization does not seem to fulfill the 'preservationist demands of social groups with wide and diversified historical references, rendering musealization and the use of preserved heritage important and necessary as a means of social transformation.

Keywords: Patrimonialisation. Local memory. Musealisation. Social transformation.

RÉSUMÉ

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Patrimonialisation, mémoire locale, muséalisation et transformation sociale**: le cas des Parcs Métropolitains de Abaeté et de São Bartolomeu (Salvador, Bahia, Brasil). 2014. 375 f. Thèse (Doctorat en Etudes Contemporaines) – Institut de Recherche Interdisciplinaire, Université de Coimbra, Coimbra, 2014.

Dans cette thèse, la patrimonialisation est envisagée comme un processus relevant de mouvements sociaux qui valorisent les biens culturels et contribuent ainsi à l'expression d'identités spécifiques à certains groupes sociaux composant la société brésilienne. Le patrimoine culturel, admis comme base de la patrimonialisation, est analysé dans la perspective de son insertion dans une société constituée de diverses communautés qui défendent de façon active le maintien et la reconnaissance de leurs références culturelles. La patrimonialisation contemporaine est un phénomène complexe qui fait apparaître les relations existantes entre patrimoine et pouvoir. Notre objectif est triple : établir une relation entre mémoire et patrimoine, démontrer l'existence de diverses mémoires locales et analyser l'importance de la muséalisation ainsi que l'utilisation du patrimoine culturel dans les processus de transformation sociale. La patrimonialisation est étudiée dans ses dimensions sociologique et anthropologique, en la considérant comme faisant partie du processus de construction de la citoyenneté, principalement dans un pays dont l'histoire inclut un passé colonial. La recherche a été effectuée dans la ville de Salvador, Bahia, Brésil, dans les Parcs Métropolitains de Abaeté et de São Bartolomeu, abordés en tant que patrimoines environnementaux, urbains et religieux. La méthodologie adoptée relève des recherches qualitative et bibliographique mais s'appuie également sur une documentation recueillie dans les archives et, dans le cas du Parc Métropolitain de Abaeté, sur une recherche quantitative. Nous avons d'une part analysé les documents écrits émanant des techniciens des institutions responsables de ces parcs et ceux des agents des mouvements sociaux. D'autre part, l'observation ethnographique nous a permis de répertorier les activités et les pratiques développées dans ces espaces et de réaliser des entretiens. Les résultats soulignent une patrimonialisation incomplète qui n'intègre pas la participation active des agents locaux et révèle les tensions et les difficultés présentes dans le dialogue entre les agents institutionnels et les communautés locales. La patrimonialisation est ainsi fondamentale mais elle exige l'interprétation, la divulgation et la participation des groupes sociaux engagés dans la préservation du patrimoine. Il est nécessaire d'élargir les notions de musée et de muséologie en y incorporant les patrimoines issus des mouvements sociaux puisque ces derniers stimulent

la construction et le développement de processus muséaux propres aux réalités socioculturelles de ces communautés. Nous en avons déduit que mémoire et patrimoine s'articulent mais ne se recouvrent pas. Le dynamisme et la résistance de la mémoire sont incompatibles avec son enfermement sous une forme patrimoniale. Reconnaître l'existence de mémoires locales à travers des processus de muséalisation permet ainsi de comprendre des histoires diverses et importantes, tant pour la construction de l'auto-estime et de la dignité des sujets concernés que pour le développement d'une société contemporaine plus multiple et démocratique. Construire et développer, en les intégrant, des politiques éducationnelles, sociale, culturelles et muséologiques contribue à mettre en place une politique de préservation à caractère social et permet au tourisme de devenir un outil de développement local dans la mesure où il est associé à un compromis politique et éthique envers les communautés locales. Les études portant sur le patrimoine culturel et les identités culturelles dans les sociétés contemporaines apportent des éléments auxquels les politiques publiques de préservation sociale, soucieuses de former des citoyens participatifs, mobilisés du fait de la compréhension de leurs mémoires, de leurs histoires et de leurs luttes, peuvent recourir.

Mots-clé: Patrimonialisation. Mémoire locale. Muséalisation. Transformation sociale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Vista panorâmica do Parque Metropolitano do Abaeté – Salvador, Bahia – 2011	29
Imagem 2 – Vista panorâmica do Parque Metropolitano de São Bartolomeu – Salvador, Bahia – 2011	29
Mapa 1 – Regiões do Brasil – 2012	158
Mapa 2 – Litoral norte da cidade de Salvador – 2012	159
Mapa 3 – Bairro de Itapuã – 2012	159
Imagem 3 – Lagoa do Abaeté	160
Imagem 4 – As lavadeiras do Abaeté	174
Imagem 5 – Oferenda a Oxum	174
Imagem 6 – Oxum	175
Imagem 7 – Nossa Senhora das Candeias	177
Imagem 8 – Iemanjá	178
Imagem 9 – Parque Metropolitano do Abaeté após a reforma	206
Imagem 10 – Parque Metropolitano do Abaeté: espaços criados	206
Mapa 4 – Salvador– Bacia do Cobre	215
Mapa 5 – Pirajá	216
Mapa 6 – Baía de Todos-os-Santos – 2011	218
Imagem 11 – Cachoeira de Oxumaré – Parque Metropolitano de São Bartolomeu	220
Imagem 12 – Cachoeira de Oxum – Parque Metropolitano de São Bartolomeu	221
Imagem 13 – Cachoeira de Nanã – Parque Metropolitano de São Bartolomeu	222
Imagem 14 – Caboclo do 2 de Julho	234
Imagem 15 – No Terreiro do Gantois: Jorge Amado, Dorival Caymmi e Carybé com a Ialorixá Mãe Menininha	274
Imagem 16 – Festa de Itapuã: apresentação do Grupo Malê DeBalê	276
Imagem 17 – Afoxé Filhos de Gandhi	277
Imagem 18 – Festa de Itapuã: apresentação do Grupo Malê DeBalê	285
Gráfico 1 – Número de pessoas por idade – Salvador, Bahia, Brasil – 2003	356
Gráfico 2 – Nacionalidade – Salvador, Bahia, Brasil – 2003	356
Gráfico 3 – Naturalidade – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	357
Gráfico 4 – Sexo – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	357

Gráfico 5 – Estado civil – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	358
Gráfico 6 – Nível de Instrução – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	358
Gráfico 7 – Profissão – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	359
Gráfico 8 – Renda mensal – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	360
Gráfico 9 – Motivo de ir ao parque – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	360
Gráfico 10 – Como tomou conhecimento do parque – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	361
Gráfico 11 – O que sabe sobre o parque? – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	361
Gráfico 12 – Como soube do parque? – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	362
Gráfico 13 – Qual a principal atração? – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	363
Gráfico 14 – Sentimentos pelo Parque Metropolitano do Abaeté (PMA) – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	363
Gráfico 15 – Impressões sobre o PMA – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	364
Gráfico 16 – Durante a visita, obteve alguma informação sobre o PMA – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	364
Gráfico 17 – Como obteve informação PMA – Salvador, Bahia, Brasil – 2013	365

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASB	Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu
ABREMC	Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários
ACBEU	Associação Cultural Brasil Estados Unidos
AMI	Associação dos Moradores de Itapuã
APA	Área de Proteção Ambiental
Apub	Associação dos Professores Universitários da Bahia
Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia S/A
Bird	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social
CADCT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATA	Comissão de Avaliação Técnica do Abaeté
Ceao	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
Ceasb	Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu
CEC-BA	Conselho Estadual de Cultura da Bahia
Cetrel	Empresa de Proteção Ambiental
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNPU	Comissão Nacional das Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
Conder	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPC	Centro Popular de Cultura
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DEA	<i>Diplôme D'Études Approfondies</i>
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Embrafilme	Empresa Brasileira de Cinema
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Fapesb	Fundação de Amparo à Pesquisa na Bahia
Febacab	Federação Baiana dos Cultos Afro-brasileiros
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Finep	Agência Brasileira de Inovação
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
Funai	Fundação Nacional dos Índios
Funarte	Fundação Nacional de Arte
Gambá	Grupo Ambientalista da Bahia
Germen	Grupo de Recomposição Ambiental
IAB	Instituto dos Arquitetos da Bahia
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
Icofom	Comitê Internacional de Museologia
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IEA	Instituto de Estudos Ambientais de Megio Alegrete
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INC	Instituto Nacional de Cinema
Inema	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Inocoop	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
Ipac	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Social de Estudos Brasileiros
MBML	Museu de Biologia Professor Mello Leitão
MAST	Museu de Astronomia
MDCI	Museu Didático Comunitário de Itapuã
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MHN	Museu Histórico Nacional

MinC	Ministério da Cultura
Minon	Movimento Internacional da Nova Museologia
MNES	<i>Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale</i>
Oceplan	Órgão Central de Planejamento da Prefeitura de Salvador
ONG	Organização não Governamental
Pangea	Centro de Estudos Socioambientais
PCH	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNM	Política Nacional de Museus
Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
Renurb	Empresa de Renovação Urbana
Saltur	Empresa de Turismo S/A
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
Seac	Secretaria de Assuntos Culturais
SEC	Secretaria da Cultura
Secom	Secretaria Municipal de Comunicação Social
Sema	Secretaria Nacional do Meio Ambiente
Semas	Secretaria do Meio Ambiente e da Defesa Civil
Seplam	Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia
Seplam	Secretaria Municipal do Planejamento
Sesp	Secretaria Municipal de Ordem Pública
SPJ/PMS	Superintendência de Parques e Jardins – Prefeitura Municipal do Salvador
Seplantec	Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia
Setha	Secretaria de Terras e de Habitação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sucom	Superintendência de Controle e Organização e Utilização do Solo
Sudepe	Secretaria de Desenvolvimento da Pesca
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UNE	União Nacional dos Estudantes

Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Uni-Rio	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
	PARTE 1	46
	PATRIMÔNIO, MUSEOLOGIA E PRESERVAÇÃO NO BRASIL	
2	REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE: MUSEOLOGIA, FORMAS MUSEAIS E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO	47
2.1	CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E TURISMO	48
2.1.1	Patrimônio cultural como representação do passado: conceito e reflexão	49
2.1.2	Cultura e transmissão patrimonial nas sociedades complexas: abordagens críticas sobre as hierarquias culturais	53
2.1.3	Problemática do turismo nas culturas híbridas e necessidade de interpretação científica do patrimônio	58
2.2	MUSEOLOGIA, FORMAS MUSEAIS COMUNITÁRIAS E PARTICIPATIVAS: PATRIMÔNIO AMBIENTAL, URBANO E RELIGIOSO	66
2.2.1	Nova Museologia: aspectos históricos, o poder da memória, os parques e os ecomuseus	67
2.2.2	Museologia científica e tendências museológicas atuais	82
2.2.3	Museus e parques na contemporaneidade: patrimônio ambiental, urbano e religioso, forma museal que integra natureza e cultura	93
3	POLÍTICA FEDERAL DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL E AS INICIATIVAS EM PROL DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO	102
3.1	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO E OS MUSEUS: ANÁLISE HISTÓRICA	104
3.1.1	Período colonial e imperial no Brasil: ações preservacionistas, os museus como espaços de representação do nacional e as teorias evolucionistas	105
3.1.2	Patrimônio, museus e mestiçagem: modernistas e a construção da memória nacional por meio de museus militantes	115

3.1.3	As ideias de Mário de Andrade, o SPHAN e seus princípios preservacionistas: consolidação da unidade nacional e o museu glorioso	119
3.1.4	Educação, cultura, repressão e museus: de 1950 a 1970	127
3.2	CAMINHOS E PROBLEMAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DIVERSA E PLURAL POR MEIO DA PATRIMONIALIZAÇÃO	131
3.2.1	Mercantilização, descentralização, patrimônio e museus	136
3.2.2	Construindo elementos para a “organização” do campo museal brasileiro	143
3.2.3	Considerações a propósito da política federal de preservação do patrimônio e dos museus no Brasil	147
	PARTE II	156
	ESTUDOS DE CASO: PARQUES METROPOLITANOS DO ABAETÉ E DE SÃO BARTOLOMEU	
4	PARQUES METROPOLITANOS DO ABAETÉ: O UNIVERSO SOCIOCULTURAL E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO	157
4.1	CONSTRUÇÃO DO LUGAR: ORIGENS INDÍGENAS E AFRICANAS E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BAIRRO DE ITAPUÃ	157
4.1.1	Atores e representações	168
4.1.2	Lendas, mistérios e revelações	172
4.1.3	Cotidiano do Abaeté: as lavadeiras	179
4.1.4	Passado e presente em face do progresso: poesia, divulgação e identidade	182
4.2	PATRIMONIALIZAÇÃO DA LAGOA DO ABAETÉ: LEGISLAÇÃO COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DO PARQUE	185
4.2.1	Defesa de um território e seus discursos	190
4.2.2	Movimento pela preservação do Abaeté	194
4.2.3	Negociações para o tombamento do Abaeté, suas modificações e inauguração do Parque Metropolitano do Abaeté	197
4.3	NOVAS APROPRIAÇÕES EM TORNO DO ESPAÇO: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E ESTEREÓTIPO	208

5	PARQUE DE SÃO BARTOLOMEU: CONTEXTO SOCIOCULTURAL, HISTÓRIA, RELIGIÃO E PRESERVAÇÃO	214
5.1	BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS	214
5.1.1	Indicativos da presença indígena na região	215
5.2	SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DA CIDADE DE SALVADOR: ELEMENTOS GERAIS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO PARQUE DE SÃO BARTOLOMEU	236
5.2.1	Recursos naturais: mata atlântica, rios, cachoeiras e as práticas do candomblé	238
5.2.2	Natureza e religião: o parque como espaço dos cultos afro-brasileiros	242
5.2.3	Parque de São Bartolomeu e Parque de Pirajá: áreas de proteção do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador	245
5.3	MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL: PATRIMÔNIO AMBIENTAL, URBANO E RELIGIOSO	248
6	PATRIMÔNIO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA PELA MUSEOLOGIA	257
6.1	PARQUE METROPOLITANO DO ABAETÉ: VISITANTES, DIVERSIDADE, A ONG NATIVO DE ITAPUÃ E A CONTINUIDADE DA PATRIMONIALIZAÇÃO	259
6.1.1	Parque Metropolitano do Abaeté: diversas apropriações	272
6.1.2	Patrimonialização, ausência de discurso e as tradições afro-brasileiras	278
6.2	PARQUE METROPOLITANO DE SÃO BARTOLOMEU: AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E OS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO PATRIMONIAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	285
6.2.1	Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB): o subúrbio como patrimônio	286
6.2.2	Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb): o parque como um memorial	294
6.2.3	Centro de Estudos Socioambientais (Pangea): articular a preservação do desenvolvimento local por meio de uma organização italiana no Parque de São Bartolomeu	295
6.2.4	Organização Não Governamental Bagunço: o sonho e a fantasia na realidade dos jovens da periferia	298

6.3	PARQUES ESTUDADOS: ASPECTOS COMPARATIVOS E ESBOÇO DE UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE UMA MUSEOLOGIA CRÍTICA	306
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	317
	REFERÊNCIAS	330
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	355
	APÊNDICE B – GRÁFICOS DE APURAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS	356
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA	366
	ANEXO A – CATALOGAÇÃO DA FLORA DO PARQUE METROPOLITANO LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ - JUNHO/2008	368
	ANEXO B – PARQUE METROPOLITANO DE SÃO BARTOLOMEU – LISTA DA FLORA	369
	ANEXO C – LETRAS DE MÚSICAS COM ITAPUÃ E ABAETÉ COMO TEMA	372

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que ora apresento é fruto de um conjunto de questões e reflexões construídas ao longo da minha vida. A admiração em relação aos museus foi desenvolvida na infância, vivida numa cidade localizada no sudoeste do estado da Bahia, chamada Itapetinga. Esta pequena cidade baiana distinguiu-se da maioria das localidades do interior do nordeste do Brasil, pois, ao contrário da maioria, contava com um pequeno museu municipal, situado no seu núcleo inicial, a feira.

As idas com minha mãe à feira, para fazer compras semanais, era motivo de alegria, pois, além do contato com esse universo dinâmico, da presença de diversas pessoas, suas expressões próprias, vestimentas, quitutes e brinquedos típicos da região, destacava-se pelo museu, que era visitado regularmente por homens e mulheres do lugar e, principalmente, pelas crianças. Em muitas ocasiões, lá permaneci enquanto minha mãe fazia suas compras, tranquilamente. A sua localização era privilegiada e também fiel às origens da cidade.

A exposição dessa instituição foi estruturada em dois grandes módulos, que contemplavam, inicialmente, a mostra de animais da região em cativeiro, mas expostos ao ar livre e, no interior, apresentava cenários com aspectos ligados à cultura local, como a reconstituição de uma casa de vaqueiros da mata atlântica, com animais empalhados, específicos da região. Em plena década de 1970, esse museu contava com uma expografia que era atrativa para a maioria do público do lugar. Assim, minha primeira impressão sobre um museu era de um espaço divertido, com muitas pessoas, principalmente crianças, que contava com a presença de bens da natureza e da cultura de maneira geral.

O nome Itapetinga é de origem tupi, e significa Ita, pedra, e Tinga, branca, remetendo à grande presença de calcário na região. Apesar de possuir nome indígena, a cultura dos grupos que habitaram essa região não é contemplada em nenhum tipo de discurso museológico, nem no conteúdo programático das disciplinas do ensino fundamental. De maneira geral, os índios ainda são vistos como selvagens e subdesenvolvidos. Ademais, ao sul do estado da Bahia, mais precisamente na região de Pau Brasil, ocorrem ainda grandes conflitos pela posse de terra, envolvendo índios e fazendeiros.

Não obstante, quando criança, meu fenótipo era associado aos índios – cabelos pretos e lisos e cor da pele morena; algumas pessoas me chamavam de indiazinha, fato que demonstra algumas contradições por parte da população local, no que diz respeito à análise de aspectos relacionados à origem comum. Verifica-se, assim, a visão idealizada do índio como belo, que se admite pela aceitação do fenótipo das pessoas, mas não no respeito à propriedade das suas terras e à aceitação e divulgação da sua cultura, por exemplo.

Nesse contexto, índio é passado. Atualmente, não existem mais índios. As pessoas que se definem como membros desses grupos são consideradas como sujeitos que não trabalham e tentam aproveitar-se dessa origem para manter “privilégios”, por exemplo a posse da terra. Para os fazendeiros, índio deveria corresponder à imagem construída no século XIX, que o caracterizava como um sujeito com tanga, cocar, que fala tupi guarani, pinta o corpo etc. Como se as culturas indígenas não passassem por nenhum tipo de mudança e transformação.

Por outro lado, as culturas afro-brasileiras, normalmente, não são mencionadas ou, quando são, seus fenótipos são associados a referenciais estéticos negativos, como, por exemplo: “cabelo duro”, “nariz grande”, pele escura etc. Para entender como isso se refletiu no quadro da minha história, trago, rapidamente, alguns aspectos.

Meu pai era filho de portugueses que emigraram para o Brasil. Sua família dividiu-se em dois troncos principais: um instalou-se no estado de Minas Gerais; o outro, na Bahia. Esse grupo paterno dedicou-se, inicialmente, às atividades ligadas ao comércio. Posteriormente, tornou-se proprietário de fazendas de gado e de cacau nas cidades de Itapetinga e Itabuna, localizadas na região sudoeste do estado da Bahia. Em relação ao fenótipo, meu pai era branco, olhos azuis e cabelos lisos. Coursou as primeiras séries do ensino fundamental, mas, a despeito disso, destacou-se por sua capacidade como pecuarista, sobretudo na criação de bovinos.

Meu pai ainda detinha a memória da presença de índios na região de Itapetinga, quando chegou a esse local. Quando criança, era comum ouvir de meu pai a narração de histórias de índios que foram caçados na região onde nasci. Ele não tinha a visão de que os índios eram proprietários das terras, mas de que eram selvagens e precisavam ser domesticados ou exterminados, justificando, assim, a violência cometida contra esses, no processo de disputa de terras na região. Casou-se três vezes e teve dez filhos. Minha mãe foi sua terceira esposa. Era filha de uma mulher branca com traços de negra. Minha bisavó materna ficou viúva do seu primeiro marido; era considerada uma bela mulata respeitada na sua cidade, até que se apaixonou por um italiano que a abandonou grávida de minha avó, tendo sua “reputação” atingida pela sociedade local.

Minha mãe, de pele morena clara, carregou sentimentos bastante ambíguos em relação a suas origens étnicas, como muitas pessoas da sua geração, no quadro da sociedade brasileira. Não comentava muito e demonstrava constrangimentos e sentimentos de inferioridade. Em relação à cultura afro-brasileira, considerava belos os rituais religiosos, mas achava que não eram práticas de Deus, além de demonstrar uma relação de medo, pois considerava os rituais como feitiçaria e magia negra, por exemplo. Era lutadora, trabalhadora

e de temperamento forte. Afirmou-se na relação com meu pai, procurando defender seus direitos, como o de dirigir, por exemplo, quando não era comum para as mulheres de uma cidade do interior do estado da Bahia.

Esse relato constitui-se numa descrição resumida de uma típica família brasileira, na qual os valores e as histórias de grupos marginalizados em interação com grupos dominantes, apesar de se vincularem à história das pessoas, foram pouco a pouco sendo “camuflados” e “desconstruídos”, contribuindo, assim, para uma dificuldade de compreensão em relação à complexidade das origens e identidades deste país. Os processos de patrimonialização constituem-se, também, nesse sentido, como movimentos de reinserções identitárias.

Essa história familiar acabou influenciando minha trajetória profissional, aliada ao fato de ter uma irmã próxima que era professora de Museologia. Dessa forma, iniciei minha formação acadêmica com a graduação no Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O conjunto das disciplinas para integralização curricular englobava conteúdos diversificados, nos campos da sociologia, antropologia, história e, obviamente, Museologia. Esses conhecimentos forneceram subsídios para analisar a realidade sociocultural, atentando para suas complexidades, as relações entre memória e poder e a diversidade do patrimônio cultural. Vale ressaltar que a maioria dos cursos na área das ciências humanas na UFBA foram implantados nas décadas de 1960 e 1970, tendo sido influenciados pela necessidade de compreensão crítica sobre os processos de colonização, formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. A teoria marxista constituía-se como referencial expressivo no campo dessas formações.

Ao terminar a graduação, atuei na região norte do país, no Museu Paraense Emílio Goeldi, na cidade de Belém do Pará, coordenando o setor de Museologia e Museografia. Trata-se de uma instituição vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ressalto essa experiência, pelo fato de que a exposição desse museu retratava a realidade da região Amazônica, de maneira fragmentada, de modo que os aspectos naturais – fauna e flora – eram expostos nos jardins, enquanto as produções materiais eram trabalhadas no interior da instituição, de acordo com campos específicos do conhecimento científico – arqueologia, botânica, zoologia etc. Assim, como o museu de Itapetinga, já mencionado, os aspectos naturais eram tratados de forma desvinculada da realidade cultural. Ademais, a ciência era vista como campo particular e distinto.

Ao ingressar na UFBA, atuei também na área de pesquisa e extensão. Desde então, tenho tratado o patrimônio natural e cultural como objeto de investigação, procurando interpretá-lo no conjunto das suas relações com a sociedade.

A necessidade de interagir também com a sociedade, de maneira geral, era algo presente desde o início da minha prática profissional e acadêmica. Dessa forma, o ensino e a produção de conhecimento não eram suficientes; era fundamental a troca com as comunidades, assim como a necessidade de intervenção social. Tudo isso contribuiu para minha atuação no Museu Didático Comunitário de Itapuã (MDCI).

Essa experiência no setor de comunidade permitiu-me conhecer membros da população local desse bairro, que se caracteriza, em linhas gerais, pela diversidade do seu patrimônio natural e cultural. A vivência nesse museu chamou minha atenção para a importância do desenvolvimento de processos museológicos interativos e participativos, tendo como referencial básico as articulações entre a comunidade, o patrimônio e a utilização desses como instrumentos de formação educacional e de desenvolvimento.

Daí surgiu a necessidade de investigação sobre a Lagoa do Abaeté como patrimônio cultural e sua relação com a comunidade com base na análise da memória local, tema discutido durante o *Diplôme d'Études Approfondies* (DEA) realizado na França. Minhas preocupações, naquele momento, voltavam-se para a leitura desse bem cultural, procurando explorar as crenças, lendas, histórias sobre afogamentos, enfim, os aspectos mais simbólicos da Lagoa do Abaeté em relação à população do bairro de Itapuã.

Todavia, ao finalizar o referido trabalho, constatei que ele precisaria ser ampliado, no seu conjunto de relações entre a memória e os grupos sociais, já que se tratava de várias categorias que haviam participado do processo de patrimonialização, contribuindo para a construção de uma reflexão e a elaboração de questionamentos em torno do patrimônio cultural e sua definição, no qual apenas o estudo de um parque não era mais suficiente. Seria preciso ampliar o foco de análise, considerando outra realidade, no caso, o Parque de São Bartolomeu, para tentar chegar a algumas conclusões mais amplas e aprofundadas sobre esses universos híbridos. Por outro lado, questionava-me: De que forma a Museologia poderia se inserir nesses processos? O debate sobre os ecomuseus poderia contribuir para a análise desses parques como museus comunitários, por exemplo?

Entendo que essa associação com a Museologia foi fundamental. Primeiro, porque o enfoque do trabalho é fundamentalmente museológico. Nesse sentido, entendo que esse fato é condizente com a minha trajetória e contribui para a ampliação do conhecimento nesta área, que inicia seu processo de estruturação em nível de pós-graduação no Brasil. Necessita, portanto, cada vez mais, de pesquisas que ampliem o conhecimento. Foram essas preocupações que me estimularam a continuar com o tema do mestrado.

Dessa forma, o tema central do presente trabalho versa sobre Patrimonialização, memória local, musealização e transformação social, que serão aqui discutidos mediante o desenvolvimento de dois estudos de caso – Parque Metropolitano do Abaeté e Parque Metropolitano de São Bartolomeu –, na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Trata-se de dois parques naturais, urbanos, utilizados por praticantes da religião do candomblé como espaços de rituais religiosos. Nesta tese, esses patrimônios são tratados como híbridos.

As Imagens 1 e 2, possibilitam a visualização dessas áreas durante a pesquisa.

Imagem 1 – Vista panorâmica do Parque Metropolitano do Abaeté – Salvador, Bahia – 2011



Fonte: Bahia (2011a).

Imagem 2 – Vista panorâmica do Parque Metropolitano de São Bartolomeu – Salvador, Bahia – 2011



Fonte: Bahia (2011b).

Os casos escolhidos evidenciaram as dificuldades de várias ordens que se interpõem na implementação de uma política preservacionista que considere esses bens no conjunto dos seus reais significados – aqueles atribuídos pelos grupos sociais que os vivenciaram e vivenciam no cotidiano –, relegando um conjunto de inter-relações entre as dimensões naturais e culturais.

Assim, o presente trabalho estrutura-se em dois eixos principais, a saber: as apropriações simbólicas dos moradores dos bairros localizados no entorno dos parques, dos membros das organizações não governamentais (ONGs) que se ocupam da proteção dos espaços, ambientalistas e praticantes do *candomblé*; e a organização e o desenvolvimento das atividades de valorização e preservação colocados em execução pelos agentes vinculados aos órgãos oficiais de proteção.

Esta articulação funciona como núcleo central da patrimonialização, discutida com base em uma perspectiva interdisciplinar. Vale ressaltar ainda que estou considerando como recorte temporal para este processo de investigação as décadas de 1980, 1990 e 2000, mais precisamente até o ano de 2004. Isto, em virtude de os movimentos em prol da preservação dos parques terem ocorrido na década de 1980, dos processos de criação e reforma acontecidos nos anos 1990 e das ações de apropriação por parte das ONGs na década de 2000. Tratam-se de realidades complexas, integradas por sujeitos sociais diversos e heterogêneos, principalmente em relação a seus processos de origem, história, condições econômicas, sociais e políticas.

Assumo, pois, que se trata de um discurso construído, muito embora a busca e o esforço em torno da objetivação tenham sido permanentes durante a pesquisa. Como afirmam teóricos como Demo (1994), não existe ciência pura e neutra. Ademais, a aproximação com a realidade estudada exigiu interação, envolvimento, conflito, julgamentos etc., e o desenvolvimento permanente de uma atenção plena em relação a tudo isso e a minhas origens, conforme mencionado.

A construção desse objeto é fruto, portanto, da relação com o sujeito e, como tal, influenciada por aspectos ideológicos, temporais e também sociais. A patrimonialização foi tratada como fenômeno social dinâmico e complexo, e não como um objeto pronto e acabado, retirado de um contexto; e essa é minha posição epistemológica básica. Como afirma Pádua (1994, 153): “[...] toda pesquisa envolve pressupostos teóricos, valorativos e éticos, os quais, por si, já determinam a escolha do ‘objeto’ a ser pesquisado e o próprio direcionamento, quanto à coleta de dados, que ‘marcará’ a pesquisa com a ‘visão de mundo’ do pesquisador.”

Nesse sentido, a pesquisa que apresento constitui-se numa visão da patrimonialização. O meu olhar enquanto pesquisadora mapeou determinadas questões e aspectos desses contextos. Fiz uma seleção que permitiu a construção do objeto de investigação, o que significa que essa leitura permite continuidade e também interpretações diversificadas.

Com relação aos conteúdos trabalhados, resalto a influência de alguns autores como, por exemplo, Jacques Le Goff (1996) cujas reflexões sobre história e memória, bem como a relação entre passado e presente, permitiram-me a compreensão da dinâmica da história e sua importância para o entendimento do presente. No âmbito da Sociologia, os estudos de Weber (1991), principalmente suas análises sobre o conceito de comunidade e a importância da autoidentificação dos sujeitos como elemento de pertencimento a essa categoria. Ademais, os trabalhos do antropólogo Roberto DaMatta (1981, 1983, 1993, 1994) também contribuíram, de forma expressiva, para a compreensão do conceito de cultura e a importância da sua relativização no quadro de sociedades complexas como o Brasil. Não poderia deixar de registrar os estudos de Nestor Garcia Canclini (1998, 1999) sobre as sociedades híbridas na América Latina. Esse autor ajudou-me a entender vários aspectos ambíguos que envolvem o campo patrimonial.

No campo dos conhecimentos específicos na área museológica, foi forte a influência recebida do Movimento da Nova Museologia e as produções dos seus teóricos, em particular André Desvallées (1989), Georges Henri Rivièri (1985), Hugues de Varine (1987), Maria Célia T. Moura Santos (1993) e Mário de Souza Chagas (1996), Mensch, Pouw e Schouten (1990), Waldisa Rússio (1990), principalmente por suas abordagens sobre o caráter restrito dos processos seletivos dos bens culturais, bem como suas concepções sobre os museus comunitários e didáticos e a necessidade de preservação de cunho social e participativo. Destaco ainda as contribuições do arqueólogo Ulpiano Bezerra de Meneses (1991, 1992, 1994, 1995), com seus estudos sobre identidade cultural e museus, e de Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2009), por seus trabalhos sobre patrimônio cultural.

Esse conjunto de conceitos contribuiu para a construção de uma abordagem socioantropológica crítica, que se adéqua também à minha história, conforme apresentado anteriormente, e à minha visão de ciência, comprometida com a educação, a inclusão e o desenvolvimento da cidadania. Daí o meu envolvimento com a Nova Museologia.

Nessa perspectiva, questiono a patrimonialização no conjunto das sociedades contemporâneas, por considerá-la como uma redução das memórias. Situa-se nessa linha teórica o sociólogo francês Henri Pierre Jeudy. Na sua primeira obra traduzida no Brasil, “Memórias do Social” (JEUDY, 1990), defende o conceito de museografia do social. Não

obstante, no decorrer dos seus trabalhos posteriores, por exemplo “*Entre Mémoire et Patrimoine*” (JEUDY, 1995) e “*La Machinerie Patrimoniale*” (JEUDY, 2001), revê sua posição e defende que nem mesmo esse tipo de trabalho consegue resolver os dramas produzidos pela patrimonialização.

Entretanto, nesse ponto, discordo da sua posição, pois entendo que a aplicação de uma museografia voltada para a análise crítica sobre as memórias sociais permite atender demandas sociais preservacionistas e de valorização patrimonial, contribuindo para a inclusão dos diversos grupos sociais que compõem as sociedades. Para tanto, é necessário que o trabalho apoiado no patrimônio seja de base científica e que a comunidade sinta-se responsável pelos processos preservacionistas, de estudo e valorização dos seus bens culturais. Nesse caso, está em jogo um projeto amplo de sociedade democrática, exigindo também a integração de várias políticas públicas.

Com relação à relevância dos temas patrimônio cultural e patrimonialização, de maneira geral, posso afirmar que ainda existe pouca produção bibliográfica no Brasil. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sobretudo ao longo da década de 1980, publicou alguns números da “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” que incorporaram um conjunto de reflexões sobre os bens culturais, realizadas, principalmente, por intelectuais brasileiros que atuavam no campo da antropologia, da história da arte, da história e da arqueologia, bem como por técnicos dos quadros profissionais da Fundação Nacional Pró-Memória e do próprio IPHAN.

Os programas de pós-graduação das universidades federais, principalmente na área das ciências sociais, reúnem algumas dissertações e teses que trabalham com esse tema. Refiro-me, em particular, aos cursos nas áreas de antropologia, história e sociologia. Entretanto, muitas dessas produções ainda não foram publicadas e divulgadas.

Atribuo a pouca produção bibliográfica na área do patrimônio ao fato de existirem, durante muitos anos, apenas dois cursos de graduação em Museologia e inexistirem formações no campo da pós-graduação até meados dos anos 2000. Atualmente, com a criação dos programas de pós-graduação no campo da Museologia na Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), a tendência é que a produção no campo do patrimônio cultural, da patrimonialização, dos museus e da Museologia cresça de forma expressiva. Por exemplo, a Uni-Rio, em convênio com o Museu de Astronomia (MAST), tem publicado a “Revista MAST Colloquia”. Menciono também a “Revista Sendas”, de Museologia, publicada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ademais, o Instituto dos Museus (Ibram),

desde a sua criação em 2003, construiu uma linha de produção editorial no campo dos Museus e da Museologia, procurando apoiar e estimular a produção científica na área museológica.

As publicações eletrônicas têm sido também mais frequentes, destacando-se o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com textos sobre patrimônio e museus publicados por autores de diversas áreas, e ainda o Scielo, que abriga periódicos.

Entendo que o debate sobre patrimônio e patrimonialização, no Brasil, amplia-se com o desenvolvimento dos processos de democratização da sociedade brasileira e com as mudanças advindas das concepções de cultura e patrimônio no âmbito da academia. É esse movimento conjunto, atrelado aos interesses turísticos para que os bens culturais sejam preservados, principalmente para promover o desenvolvimento econômico e cultural dessa atividade, que estimulou a aplicação de investimentos no campo da preservação do patrimônio cultural no país.

Atualmente, o tema da patrimonialização apresenta-se como central e privilegiado para investigações de várias temáticas, a saber: política cultural, memória local, memória oficial, apropriação patrimonial, dinâmica da patrimonialização, musealização, expografia, ação cultural e educativa, turismo e desenvolvimento local.

Ademais, os processos de investigação sobre a patrimonialização das tradições afro-brasileiras ainda são muito pouco conhecidos e debatidos, sendo necessário o aprofundamento dessa temática, sob pena de o país continuar investindo em práticas preservacionistas que concorrem para a construção de visões preconceituosas e estereotipadas em relação à cultura afro-brasileira.

Nesse sentido, o presente trabalho pode trazer contribuições, por exemplo, para a construção de políticas culturais preservacionistas mais participativas e inclusivas. Outrossim, as reflexões em torno dessa temática podem corroborar, no âmbito acadêmico, a formação de sujeitos comprometidos com a diversidade sociocultural brasileira, como também pode servir de referencial para estudantes negros inseridos nessas instituições pelas políticas públicas afirmativas, como valorização de autoestima e estímulo para a compreensão, aceitação e valorização das suas histórias. O debate foi construído, portanto, como forma também de atender a uma demanda social de setores historicamente oprimidos da sociedade brasileira, pois é chegada a hora de as instituições museológicas, juntamente com a sociedade civil, investirem, de forma mais ousada, na construção de discursos representativos e significativos para as diversas etnias que fazem parte do Brasil.

Para o desenvolvimento da presente investigação, foram adotados os seguintes percursos metodológicos. Início a pesquisa, trabalhando com as fontes bibliográficas referentes aos espaços dos bairros de Itapuã e do Subúrbio Ferroviário. No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, as obras de Frederic Edelweiss (1969), Gabriel Soares de Souza (1971), Cid Teixeira (1978) e Pierre Verger (1968,1997) foram importantes para mapear os aspectos históricos e religiosos. Destaco, ainda, os trabalhos de teses de Paulo Guimarães da Silva (1992), sobre o movimento ambientalista na Lagoa do Abaeté, e Tânia Penido Monteiro (1993), sobre o bairro de Itapuã. Ressaltamos ainda as obras de Laplantine (1996) e Blanchet e Gotman (2001), que auxiliaram na fundamentação dos trabalhos de observação e descrição etnográfica, bem como na realização das entrevistas e na análise dos discursos, respectivamente.

Para organizar o trabalho, construí, inicialmente, um esquema de funcionamento dos órgãos estaduais e municipais que atuam nos parques, visando compreender a natureza das ações empreendidas e suas concepções. Isso foi examinado em interação com as atividades cotidianas desenvolvidas nessas áreas.

Além disso, trabalhei com documentos escritos que organizam a patrimonialização dos referidos espaços e tratei de considerar os órgãos responsáveis pela manutenção e realização de atividades de valorização dos espaços. Nesse sentido, foram considerados: leis, decretos, projetos, mapas, planos, artigos publicados no Diário Oficial do Estado e nos jornais locais.

Inicialmente, discuti os conteúdos das leis e decretos elaborados, tendo como objetivo a proteção e a institucionalização do Parque Metropolitano do Abaeté. Os dados foram organizados de forma diacrônica, associando os documentos públicos às informações veiculadas em artigos de jornais da cidade do Salvador. Em seguida, foi feita uma descrição da construção dos parques, como também de sua organização, seus critérios de conservação, os equipamentos instalados, as atividades desenvolvidas e as repercussões de todo o conjunto nas opiniões manifestadas pela imprensa escrita. Os movimentos pela preservação do Parque Metropolitano do Abaeté e de São Bartolomeu foram examinados, considerando a ação dos atores e seus discursos como forma de explorar o quadro da patrimonialização.

O caso da patrimonialização do espaço da Lagoa do Abaeté remete a um conjunto de normas que se aplicam nos níveis federal, estadual e municipal. Saliento que as leis e outros documentos públicos foram fontes documentais importantes para a análise deste processo, pois mostram concepções que existem em torno do espaço e a forma como este é tratado. Isso quer dizer que é possível perceber medidas relativas à conservação, a formas jurídicas de proteção e a concepções que existem sobre este objeto. Além disso, as informações veiculadas

nos artigos de jornais tornaram possível a percepção de opiniões públicas sobre a construção da patrimonialização.

Desenvolvo também o registro de ordem etnográfica em torno do cotidiano dos parques. Trata-se de considerar como técnica de pesquisa a realização das entrevistas, seja como forma de apreender os discursos dos antigos habitantes, dos praticantes do candomblé, dos agentes dos órgãos públicos, seja como forma de compreender os discursos atuais de incorporação e de dinamização dos espaços.

Foram identificadas e observadas as pessoas que moram e trabalham nos arredores dos parques, habitantes antigos, pescadores, membros das associações de proteção dos parques, bem como as posições dos seus líderes em relação aos diversos agentes, *status* na comunidade etc. Alguns cuidados foram tomados, no que diz respeito às elaborações das pessoas em relação à minha “posição” em campo e às contrapartidas que, algumas vezes, foram solicitadas, evocando minha participação em reuniões de cunho político.

Explorei minha rede de conhecimento, no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, no Museu Didático Comunitário de Itapuã e, no caso do Parque Metropolitano de São Bartolomeu, o conhecimento de alguns funcionários municipais e pesquisadores atuantes na Universidade Federal da Bahia e que possuíam relações com os membros de associações locais. Algumas dessas pessoas participam também de terreiros de candomblé, o que facilitou minha inserção nesses espaços.

No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, a existência da ONG “Nativo de Itapuã”¹ auxiliou o processo de coleta de dados, por meio da participação de seu antigo presidente, Antônio Conceição, que se disponibilizou a conceder entrevistas, fornecer o livro de registro de visitas ao parque, além de me apresentar aos adolescentes que faziam parte do projeto “Meninos do Abaeté”.

Registro e aproveito para lamentar a morte desse ambientalista, brutalmente assassinado a tiros, no dia 9 de julho de 2007, em Itapuã, onde morava e lutava há mais de vinte anos pela defesa e proteção da Lagoa do Abaeté. Esse líder comunitário tornou-se alvo dos traficantes de drogas depois que, na esperança de conseguir obras de urbanização na Baixa do Soronha (localizada próximo ao Parque Metropolitano do Abaeté), passou a acompanhar técnicos da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) ao local. Para garantir maior segurança à equipe do órgão estadual que visitava a

¹ Como esta expressão aparecerá muitas vezes no texto, a partir desse momento, utilizararei apenas a expressão Grupo Nativo para fazer referência a essa ONG.

área, as incursões na Baixa do Soronha passaram a ser feitas sob escolta policial (SANTOS, G., 2010). Por acreditar que o ambientalista estava “atrapalhando” o comércio de drogas na região, os traficantes decidiram matá-lo. Contudo, em que pese essa lamentável perda, sua esposa, os moradores locais juntamente com os adolescentes do bairro continuam mantendo o Grupo Nativo e a participar dos processos de mediação no Parque Metropolitano do Abaeté, fazendo valer e continuar a ideia de que o Abaeté precisa ser conservado.

Retornando aos aspectos metodológicos deste trabalho, esclareço que, no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, os discursos foram explorados em entrevistas não diretas que obedeciam a um roteiro prévio, caso fosse necessário (ver Apêndice C). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Em relação ao Parque Metropolitano do Abaeté, realizei 24 entrevistas, sendo utilizadas 9 para o presente trabalho, organizadas segundo seus informantes, da seguinte forma: funcionários do parque – administrador, apoio administrativo e vigilante; comerciantes –, lojistas e baianas de acarajé, lavadeiras, guias de turismo, mediadores do projeto Meninos do Abaeté, guia de empresa de turismo local, moradores antigos do bairro de Itapuã, pescador do bairro de Itapuã e membro da Associação Malê DeBalê, pai de santo cujo terreiro localiza-se nas imediações do Parque Metropolitano do Abaeté, ambientalistas que participaram do movimento de patrimonialização, presidente da organização não governamental Nativo e um ex-funcionário do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) – que atuou nesse órgão na década de 1980, período em que ocorreu o processo de tombamento do Parque Metropolitano do Abaeté.

Explorei, ainda, um vídeo que faz parte do acervo da Casa da Música, localizada no Parque Metropolitano do Abaeté, com narrativas sobre as lendas do Abaeté e os seguintes depoimentos: de um pescador, sobre as visões que teve nesse espaço; uma lavadeira, que relata sobre Oxum²; um historiador, que discorre sobre os cultos na lagoa e suas origens africanas; um artista plástico, que tem o Abaeté como fonte de inspiração; uma cantora baiana, que refere a emoção, a beleza e a força desse espaço; um secretário de planejamento, que trata da inauguração do parque; e um morador da região, que fala da beleza do parque. Além disso, foram consideradas as entrevistas produzidas pela equipe da Fundação Cultural do Estado da Bahia, na década de 1980, no desenvolvimento do projeto “História dos Bairros”. Em relação ao caso do Parque Metropolitano de São Bartolomeu, o mapeamento para a escolha das pessoas entrevistadas foi feito com base na identificação das associações que se ocupam do espaço, como, por exemplo: Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB),

² Divindade feminina do candomblé.

Comunidade de São Bartolomeu, Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb), Bagunção e Centro de Estudos Socioambientais (Pangea). Além disso, militantes ecologistas e funcionários da Superintendência de Parques e Jardins da Secretaria de Planejamento Municipal foram incluídos como informantes, totalizando seis entrevistas.

Tivemos também a oportunidade de registrar todos os depoimentos feitos durante a Sessão da Câmara Municipal, ocorrida no dia 16 de maio de 2003, promovida pelo vereador Gilmar Santiago, sobre o Parque Metropolitano de São Bartolomeu, que contou com a participação de representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Justiça Ambiental, Fundação Palmares/Bahia, Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam), Secretaria Nacional do Meio Ambiente (Sema), Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Grupo de Recomposição Ambiental (Germen), Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceaó), Comunidade de São Bartolomeu, Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb) e representante do Movimento Tolerância Religiosa.

De forma geral, não tive problemas para desenvolver as entrevistas em campo. Considero que isso advém do fato de que as pessoas que atualmente se apropriam dos parques estão ansiosas para falar sobre eles. A patrimonialização provocou uma reação por parte daqueles que atribuem, principalmente, sentidos históricos a esses lugares. A possibilidade de confrontar o “velho” com o “novo” contribuiu para uma “reação” local. É por isso, também, que as pessoas gostam muito de discorrer sobre esses territórios. Por exemplo, a população local adora contar “estórias” de quando eram crianças. Afirmam ou manifestam ressentimentos em relação ao fato de a patrimonialização não ter contemplado a história local, até porque adoram reforçar a memória desses lugares.

Paralelamente à análise dos documentos escritos e das entrevistas, dirigi minha atenção para a observação das atividades e práticas desenvolvidas nos espaços. A intenção foi associar os dados obtidos aos diversos discursos veiculados em relação aos parques citados.

O fato de ter iniciado a presente pesquisa num período em que estava fora do Brasil também contribuiu para experimentar um sentimento de “deslocamento”, um estranhamento do que antes era próximo, transformando o familiar em distante (VELHO, 1981). Esse sentimento colaborou para a observação de hábitos, maneiras de pensar, gestos, cheiros, posturas corporais, expressões faciais etc., de forma mais perspicaz do que em circunstâncias normais, principalmente em relação aos detalhes do dia a dia.

Percebi, assim, que a técnica de observação dos parques funcionou bem, sobretudo em relação às práticas religiosas, pois são ações discretas, realizadas em horários pouco convencionais. Por exemplo, os rituais que tivemos a oportunidade de observar ocorreram

pela manhã, muito cedo, às 7 h ou no final do dia, às 17 h. Esses praticantes, principalmente no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, observavam primeiro, para se assegurarem de que não havia muitas pessoas nas imediações da lagoa. O respeito em relação às práticas, à experiência mística e ao sentido espiritual faz com que procurem desenvolver esses rituais de forma discreta. Além disso, muitos praticantes têm receio de atitudes preconceituosas e até mesmo violentas.

Ademais, os praticantes do candomblé não se consideram visitantes. Esses espaços são, para os adeptos dessa religião, habitações das divindades, portanto, apropriados por eles ao longo das suas histórias de vida. Por isso, é difícil apreender essas práticas com o apoio de outras técnicas de pesquisa distintas da observação e da entrevista.

Ainda no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, que mantém visitação regular, foram aplicados 662 questionários a seus visitantes, tendo em vista a necessidade de considerar também, na nossa análise, os frequentadores do parque, ou seja, o público que vem apreciar, olhar a beleza ou simplesmente passear no espaço. Esse instrumento foi utilizado durante o mês de maio, todos os dias da semana. Vale ressaltar que esse período constitui-se como de baixa estação para o turismo na cidade de Salvador, o que significa que os índices de visitação do público de turistas podem ser mais elevados durante os meses de dezembro a fevereiro, agosto e setembro. Os questionários foram distribuídos para as pessoas durante visita ao parque e, em seguida, retornávamos para recolhê-los. Esses dados foram trabalhados no programa Excel.

Para dar conta do aspecto da apropriação do parque pela população local, utilizamos questionários apenas para o caso do Parque Metropolitano do Abaeté, tendo em vista que possui visitação regular, diferente do Parque Metropolitano de São Bartolomeu, cujas visitas ocorrem de forma esporádica e algumas são realizadas com proteção policial. Este instrumento permitiu-me analisar o nível de apropriação do espaço pelas pessoas do bairro de maneira mais específica. Para facilitar a análise e a comparação entre as informações obtidas foram criadas categorias.

Os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu foram selecionados como estudos de caso porque são locais importantes para a memória local e urbana. São lugares de experiências sociais e troca, espaços vivos que oscilam entre o real e o imaginário, articulando diferentes lógicas, reenviando ao social, ultrapassando e aparecendo num mundo onírico por meio de lendas e de mitologias.

As atividades desenvolvidas pelas comunidades locais, como lavagem de roupas, pesca, coleta de plantas, lazer e feitos históricos ao longo da sua trajetória, fazem desses territórios suportes para a memória dos moradores do entorno e da cidade do Salvador.

Pretendo, com os estudos de caso sobre os parques, contribuir para a reflexão sobre outros patrimônios culturais. Desta forma, não considero que esses estudos de caso servem para explicar todos os processos de patrimonialização, mas entendo que são importantes para a reflexão sobre o conjunto de relações entre as comunidades e os patrimônios ambientais, urbanos e religiosos, bem como a implantação de práticas museológicas que contemplem as memórias locais.

Constitui-se, portanto, numa ferramenta de investigação de cunho qualitativo, na medida em que permite a análise, de forma mais específica, da situação dos parques metropolitanos. Para tanto, durante o trabalho, utilizei um diário de campo, no qual registrei minhas impressões e observações dos aspectos que chamaram a atenção durante a realização das entrevistas, na aplicação dos questionários, nas sessões de observação e também no levantamento documental em arquivos e bibliotecas. Convém esclarecer que os dados do presente trabalho, levantados no ano de 2003, foram atualizados e comparados com informações coletadas no período de 2011 a 2012, quando realizamos visitas aos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu com o objetivo de observar as práticas e comportamentos das pessoas nesses espaços, bem como conversar com membros das ONGs que atuam nos referidos espaços.

Como qualquer trabalho de produção científica, contei com apoios valiosos e enfrentei também dificuldades. Inicialmente, registro a colaboração do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CADCT), atual Fundação de Amparo à Pesquisa na Bahia (Fapesb); da UFBA, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), colaborando com as despesas de deslocamento e diárias internacionais, e ainda do Departamento de Museologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), que permitiu o meu afastamento integral para elaborar a tese.

Por outro lado, programas de financiamento voltados para a área museológica ainda são restritos. Dessa forma, não contei com esse tipo de apoio para a elaboração da tese – impressão, revisão, formatação etc. Entendo que a criação dos programas de pós-graduação e o crescimento das demandas em torno de bolsas de estudos nessa área estimule a ampliação dos financiamentos nesse campo.

Com relação ao desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, algumas questões merecem referência, a exemplo da consulta aos documentos nas instituições públicas estaduais e municipais, que exigiu minha inserção em numa rede de conhecimentos com funcionários desses órgãos, de forma direta, quando conhecia alguns deles; de forma indireta, por meio de pessoas que atuavam em outros órgãos públicos e conseguiam fazer a intermediação necessária; e ainda mediante o conhecimento com outras pessoas que tinham acesso a esses

espaços e neles me introduziram. Assinalo a importância de ter identificado essa rede de conhecimento, baseada, sobretudo, nas relações de amizade e parentesco. Esta referência ou a penetração nesses locais, com o apoio de alguém conhecido, foi fundamental como estratégia de acesso às informações. Contudo, o processo da pesquisa aponta para a necessidade de refletir, no Brasil, sobre a guarda, proteção e socialização dos acervos documentais.

Vale ressaltar ainda que, desde o início de meu trabalho, a condição de pesquisadora e professora de uma Universidade Federal facilitou o processo de levantamento dos documentos de determinadas instituições, principalmente em relação ao contato direto com os responsáveis dos setores e diretores dos arquivos e bibliotecas dos órgãos públicos, proporcionando também o diálogo em conversas informais.

Os parques estudados são objeto de muitos estudos e projetos, principalmente durante a década de 1980. Isso quer dizer que muitos funcionários que acompanharam o trabalho e as discussões sobre a patrimonialização desses espaços não estão mais nas instituições envolvidas no processo de proteção patrimonial. De qualquer forma, atentei para a existência de funcionários antigos que, em alguns casos, optaram pela discrição e, em outros, pelo silêncio, durante minha estada nos locais de pesquisa. Entretanto, de maneira geral, o afastamento desses técnicos dos referidos órgãos facilitou o acesso aos projetos e planos sobre os parques.

Contudo, mesmo com esta suposta “falta” de conhecimento dos técnicos mais novos sobre os Parques Metropolitano do Abaeté e de São Bartolomeu, “em tramitação” desde a década de 1980, segundo relato do funcionário do IPAC que nos atendeu, não tive acesso aos projetos de tombamento nessa instituição. Consegui, apenas, o projeto de tombamento do Abaeté, com o apoio de um membro da Comissão de Avaliação Técnica do Abaeté (CATA) que participou do movimento de patrimonialização desse espaço.

Ainda no que concerne ao processo de coleta dos documentos nos arquivos das instituições governamentais, constatei que a maior parte dos documentos escritos foi encontrada em arquivos das instituições que não estão ligadas diretamente à administração dos parques e em arquivos privados, de pessoas que participaram dos movimentos de patrimonialização.

Quanto à facilidade e ao acesso às informações nas instituições públicas, em alguns momentos variaram em relação a uma questão de gênero, por exemplo. Quando os funcionários eram homens, atendiam de forma cordial e de maneira sempre solícita. Havia um interesse em demonstrar a “riqueza” e diversidade dos acervos da instituição. Observei também o contrário em outro tipo de instituição. Estive em um terreiro de candomblé situado no Parque Metropolitano do Abaeté e não fui recebida pela mãe de santo. Pessoas conhecidas

e próximas dessa senhora informaram-me que ela, normalmente, não atende pesquisadoras, e sim pesquisadores. Ademais, a inexistência, em alguns arquivos, de inventários de temas, bem como a falta de explicitação de critérios de classificação dos documentos parece tema de interesse para ser investigado em futuras pesquisas que priorizem a construção da memória nos arquivos das instituições governamentais.

Assinalo, novamente, que minha condição de professora de uma universidade pública também auxiliou o contato com as pessoas que trabalham e utilizam os Parques com frequência. Desde a minha chegada em campo, havia certa curiosidade – uma motivação dos usuários –, que estimulou o diálogo, as conversas informais e também a realização das entrevistas.

Em linhas gerais, para finalizar o balanço das atividades de investigação desenvolvidas nas instituições públicas, entendo que refletem aspectos peculiares da sociedade brasileira, tais como a importância das relações pessoais e da posição social das pessoas no quadro das instituições públicas. Ademais, verifiquei e aponte a presença ou a existência de documentos importantes para a história da Bahia e do patrimônio que continuam na posse de particulares. Por fim, o despreparo para lidar com os pesquisadores mostra que a ciência ainda é pouco conhecida, assim como seus benefícios para a sociedade.

Sobre as hipóteses desta tese duas destacam-se, a saber: a patrimonialização não corresponde às demandas contemporâneas dos grupos sociais em relação à preservação de referências históricas e culturais; a patrimonialização – como fenômeno social moderno – necessita incorporar princípios, práticas e técnicas museológicas.

A tese está estruturada em duas partes fundamentais. A primeira, intitulada “Patrimônio, Museologia e Preservação no Brasil”, inclui dois capítulos, um de caráter teórico-metodológico e outro que trata da política federal de preservação no Brasil e da organização do campo museológico brasileiro. Chamo a atenção para o fato de que as duas partes da tese são complementares, todavia, com o objetivo de organizar melhor a problemática, apresento as principais questões que nortearam a análise e reflexão contidas na primeira parte:

- a) a patrimonialização é necessária?
- b) é necessário interpretar o patrimônio institucionalizado? Por quê?
- c) o modelo de patrimonialização definido pelas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil pode ser compreendido como uma patrimonialização turística?

- d) em que medida a vinculação atual entre patrimônio e turismo pode permitir o desenvolvimento local?
- e) como identificar o patrimônio cultural?
- f) como classificar esses parques? Eles seriam patrimônio ambiental, urbano ou religioso?
- g) na atualidade, os grupos sociais que compõem as sociedades estão reivindicando o reconhecimento dos seus patrimônios como mecanismo de afirmação identitária?
- h) os parques naturais podem ser considerados museus?

A segunda parte intitula-se “Os Estudos de Caso: Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu – Universos Socioculturais, Patrimonialização, Apropriação da Memória e Transformação Social”. Esta parte inclui três capítulos. Os dois primeiros tratam dos estudos de caso dos Parques do Abaeté e São Bartolomeu, e o último discute os processos de apropriação local pelas organizações não governamentais e moradores, além de apontar as possibilidades de musealização e uso desses patrimônios. Apresento, a seguir, as questões que estão relacionadas a esse módulo da pesquisa:

- a) como são tratados os rituais religiosos afro-brasileiros nos espaços dos parques?
- b) haveria uma naturalização da cultura no tratamento dos parques?
- c) de que forma a Museologia pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades?
- d) existe uma inserção da Museologia nas políticas públicas de preservação de maneira geral?
- e) quais os problemas enfrentados para a implementação de uma política museológica ampla que possa englobar tipologias diversificadas de museus?
- f) em que medida é possível afirmar que houve uma continuidade da apropriação patrimonial?
- g) por que é necessária a construção museográfica e a mediação em torno dos espaços?
- h) que tipo de preservação os membros das associações defendem?
- i) a patrimonialização é importante para o desenvolvimento dos processos de cidadania e transformação social?

Para melhor compreender de que maneira essas questões são tratadas ao longo dos capítulos, passo a descrever seus conteúdos de forma mais sistemática.

No capítulo 1, discuto a definição de patrimônio cultural apoiada na perspectiva de vários autores, especialistas nessa temática, com o objetivo de conceituar a patrimonialização. Além disso, debato sobre os conceitos e as relações entre memória, poder, identidade e turismo. O debate volta-se, ainda, para a questão do patrimônio como representação da Nação, no quadro das sociedades complexas. Opto, neste trabalho, por uma abordagem socioantropológica do conceito de patrimônio que privilegia, sobretudo, as relações entre os bens culturais e as comunidades, além de considerar os aspectos identitários advindos desta relação. Para tanto, analiso os estudos sobre patrimônio cultural e a tendência atual que norteia os trabalhos científicos com os bens culturais. A terceira parte deste capítulo versa sobre a Museologia, as tipologias museais e o patrimônio ambiental, urbano e religioso. Assim, analiso o movimento da Nova Museologia, a relação entre parques e ecomuseus, a conceituação de Museologia Científica e as correntes museológicas atuais, enfocando o conceito de museus na contemporaneidade e a importância dos parques como espaços que integram natureza e cultura. Vale ressaltar que os aspectos teóricos abordados neste capítulo, sobre patrimônio, patrimonialização, cultura homogênea, contracultura e cultura de massas, bem como a análise efetivada em relação à Museologia e aos museus na contemporaneidade, serão retomados ao longo do texto, como forma de explorar e associar os dados empíricos presentes nos capítulos subsequentes.

O capítulo 2 visa contextualizar as ações de preservação no Brasil e demonstrar a construção da política nacional de museus, com base em uma perspectiva histórica. Nesse sentido, traz reflexões sobre as iniciativas de proteção do patrimônio cultural no Brasil, desde o período da colônia até o ano de 2003, com o início do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Abordo atividades isoladas durante a fase colonial, no campo da preservação patrimonial, e aprofundo o estudo sobre a natureza das iniciativas implantadas por D. João VI no Brasil, com a criação de alguns museus e a valorização das riquezas naturais do país. Discuto também sobre o papel dessas instituições como veículos de propagação de ideias evolucionistas. Trato da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a participação dos intelectuais do modernismo, a definição da natureza dos bens culturais tombados, como também da manifestação de grupos sociais no processo de reivindicação patrimonial de bens heterogêneos aos padrões e modelos definidos pelo órgão oficial de preservação – SPHAN. Neste sentido, analiso as ações de preservação desses patrimônios, considerando as iniciativas advindas, sobretudo, a partir da década de 1970. Aprofundo, ainda, o entendimento sobre a função dos museus enquanto espaços de construção e representação da memória nacional. Dirijo também minha atenção para as

políticas preservacionistas e as articulações entre patrimônio e turismo, vistas como instrumentos de desenvolvimento. Aliada a essa análise, demonstro como se constrói a vinculação e as articulações entre as práticas de preservação e a indústria do turismo no Brasil. Vale acrescentar que debato aspectos da política museológica brasileira como forma de analisar os avanços dessa área no país, com a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Ministério da Cultura (MinC) e, posteriormente, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Nos dois capítulos seguintes, a análise volta-se para a caracterização dos universos socioculturais que geraram a patrimonialização. Discuto a história dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, procurando analisar suas origens indígenas e africanas. Desta forma, trabalho com os aspectos históricos e culturais desses locais e seus entornos, para compreender suas diversas utilizações. Discuto as relações das populações locais com os espaços – crenças, lendas, trabalho, rituais religiosos, festas, a produção artística em torno do lugar –, procurando demonstrar que, ao longo dos anos, esses lugares vão incorporando novos sentidos. Debato ainda as práticas religiosas do candomblé e suas articulações com a natureza.

Todavia, a análise sobre os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu aponta para a necessidade de definição de uma categoria em torno desses patrimônios. Para compreender o conjunto dos sentidos que dão identidade aos referidos espaços, descrevo os movimentos sociais que desencadearam o processo de patrimonialização desses parques. Incluí ainda, nesta narrativa, os atores dos movimentos em prol da preservação desses patrimônios, com seus diversos discursos. Considero as manifestações e denúncias de ameaças, visando à proteção dos espaços; os problemas relativos à questão fundiária; as reivindicações para criação dos parques; os caminhos adotados para o tombamento; e os problemas relativos à gestão desses patrimônios.

O capítulo 5 tem por objetivo analisar as relações entre patrimônio e transformação social e a necessidade de construção museográfica e mediação que contemplem conteúdos sobre a memória social, com vistas à construção do direito à memória. Para tanto, analiso o papel das associações não governamentais que se ocupam dos parques, e as suas lutas para manter viva a história e as tradições desses territórios, procurando entender também como ocorre o processo de transmissão. O conjunto dos dados permitiu realizar ainda uma comparação entre os dois casos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu. Além disso, analiso os processos de apropriação cotidiana, importância do turismo e das atividades museológicas, refletindo também sobre a atuação do profissional museólogo e seus envolvimento com a população local.

Por fim, tendo como referencial a bibliografia analisada e os dados coletados, apresento, na conclusão, os principais argumentos e as respostas das questões que motivaram o processo de investigação, bem como uma análise das hipóteses, indicando as contribuições e os limites do trabalho. Demonstro, assim, a importância da patrimonialização para a reflexão e compreensão das memórias sociais e o uso da musealização como instrumento de apropriação dos bens culturais, construção da cidadania e mecanismo de transformação social.

**PARTE 1 – PATRIMÔNIO, MUSEOLOGIA E
PRESERVAÇÃO NO BRASIL**

2 REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE: MUSEOLOGIA, FORMAS MUSEAIS E O PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

Este capítulo tem por objetivo conceituar patrimônio cultural e relacionar as noções de patrimonialização, ecomuseus e parques. De maneira geral, caracterizamos o patrimônio cultural com base em um conjunto de significados atribuídos historicamente pelos grupos sociais, constituindo-se também numa temática contemporânea, com várias abordagens heterogêneas.

Demonstraremos que é necessária a construção de mecanismos para a implantação e desenvolvimento de ações museológicas cujo princípio baseia-se no que o sociólogo Jeudy (1990) definiu como *museografia do social*¹. Neste sentido, propomos um modelo museológico associativo, cuja estrutura administrativa articula parques e ecomuseus como forma de responder às demandas de coletividades, por exemplo, de associações que lutam pela preservação do Parque de São Bartolomeu, as quais chegam a propor um *memorial do parque*. As definições apresentadas no presente capítulo visam, portanto, à construção de uma abordagem teórico-metodológica de embasamento da proposta mencionada.

Para tanto, inicialmente, evidenciaremos as principais divergências entre alguns autores que trabalham nas ciências sociais, principalmente nas áreas da sociologia e da antropologia. A nossa preocupação reside no fato de determinarmos uma linha teórico-conceitual em relação aos trabalhos no campo do patrimônio cultural, contemplando, fundamentalmente, os aspectos identitários que envolvem o processo de patrimonialização e a heterogeneidade cultural típica das sociedades urbanas industriais. Em linhas gerais, entendemos que a preservação do patrimônio cultural representa um desafio político, principalmente na forma de lidar com a memória social na sua diversidade².

Ademais, analisamos as tendências contemporâneas sobre patrimônio cultural que enfatizam a importância de estudos científicos em torno do tema, proporcionando a interpretação e o uso dos bens culturais preservados. Por outro lado, o debate sobre culturas hegemônica, popular e de massas torna-se necessário para viabilizar também a discussão sobre os processos de reivindicação patrimonial.

¹ Segundo Jeudy (1990), nessa perspectiva, o museu perde seu sentido habitual, tornando-se um centro onde se exprime uma dinâmica social de grupos que trabalham sobre sua identidade, filiação e legitimidade, utilizando a memória e o passado como “motores” de tal reflexão.

² Neste caso, entendemos a preservação em sentido amplo, incluindo processos como identificação, seleção, conservação e utilização e/ou divulgação do patrimônio cultural.

Com efeito, a sociedade civil organizada por meio de movimentos sociais intenta, cada vez mais, formas de vivência e interação com o patrimônio, desenvolvendo ou ampliando os modelos de patrimonialização. Com relação aos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, objetos desta pesquisa, observa-se, por exemplo, a criação de associações não governamentais de proteção e valorização desses patrimônios, com base em iniciativas comunitárias.

Um dos problemas nesse tipo de patrimonialização reside no fato de que os membros e voluntários dessas associações não sabem trabalhar museologicamente o patrimônio, pois não foram preparados para essa atividade. Assim, apesar das ações promovidas pelos participantes dessas organizações, resta um sentimento de frustração e de que algo ainda precisa ser realizado, pois a memória não foi explorada de forma apropriada. É, portanto, uma patrimonialização inconclusa na ótica da comunidade local. Contudo, de acordo com a perspectiva estatal, o processo de valorização patrimonial foi concretizado, sobretudo no Parque Metropolitano do Abaeté. Daí, também, a importância de analisar a aplicação da Museologia e as tipologias de museus.

O debate museológico será ampliado com a análise sobre a Nova Museologia, Museologia Científica, Museologia Espetacular, Museologia Crítica e os museus na contemporaneidade. O histórico do movimento da Nova Museologia terá destaque especial, como forma de discutir a relação entre ecomuseus e parques, além de demonstrarmos a necessidade de implantação e implementação de tipologias museais e do desenvolvimento de ações museológicas que integrem natureza e cultura.

Os estudos de caso que trabalhamos necessitam de um enquadramento conceitual que será viabilizado pelo debate em torno da noção de patrimônio ambiental, urbano e religioso. Em que pese a utilização dos referidos parques pela comunidade afro-brasileira e a tentação de defini-los como patrimônio religioso, não é possível afirmar que este seja o único uso dos espaços ao longo das suas histórias. Assim, consideramos que o conceito de patrimônio ambiental, urbano e religioso é mais adequado, por sua amplitude e consideração em relação ao contexto social e histórico, o que não significa privilegiar nenhum valor, mas explorar seu caráter híbrido.

2.1 CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E TURISMO

Analisar o fenômeno da patrimonialização na contemporaneidade implica em considerar as reivindicações em prol do reconhecimento de identidades coletivas por meio dos

patrimônios culturais. Significa discutir os seus significados no quadro das sociedades complexas e/ou híbridas, sobretudo aquelas que estão aprimorando suas democracias. Trata-se de refletir sobre as articulações entre memória e patrimônio, bem como seus processos seletivos, tendo como foco as políticas públicas de preservação atuais que valorizam o desenvolvimento local, com base no turismo.

Nesse sentido, o debate museológico contemporâneo auxilia a compreensão da preservação e valorização do patrimônio cultural de forma científica e crítica, permitindo a contextualização dos bens culturais e sua compreensão de forma global.

2.1.1 Patrimônio cultural como representação do passado: conceito e reflexão

Primeiramente, falar de patrimônio cultural implica considerar que existem perspectivas plurais e heterogêneas em relação a esse conceito. Várias abordagens podem ser adotadas, como, por exemplo, a administrativa, jurídica, histórica, sociológica, antropológica, biológica, entre outras. Cada área do conhecimento propõe, por meio dos seus especialistas, uma definição e categoria de patrimônio, a saber: arquitetônico, arqueológico, ecológico, etnológico, urbano, genético, etc. Podemos afirmar ainda que a definição de patrimônio assumiu uma dimensão ampla e diversificada nos últimos anos. Entretanto, a maior parte dos autores está de acordo no que diz respeito ao fato de que as categorias propostas estão longe de uma delimitação conceitual precisa³.

Para exemplificar a amplitude que pode assumir esse conceito, mencionamos a análise de P. Coelho (1992, p. 31), que considera o patrimônio cultural como “[...] todo ambiente criado pelo homem, incluindo os sítios onde se instala, necessários a sua experiência social”. De acordo com esse autor, patrimônio cultural é o fazer humano, ou melhor, é toda a cultura.

Nesse sentido, visando estabelecer um ponto de referência para iniciar a presente discussão, apresentaremos, a seguir, a perspectiva de alguns autores, que serão analisadas e comparadas, como forma de construir nossa linha de discussão sobre as questões relativas ao patrimônio cultural e suas relações com a Museologia. De início, recorreremos àqueles que analisam a origem do termo, como forma de precisar essa noção. Citamos, como exemplo, Candau (1996), Magnani (1988), Micoud (1995) e Poulot (1997). Esses autores afirmam que a palavra patrimônio origina-se da expressão romana *patrimonium*, que significa herança paterna.

³ Ideia também trabalhada por Magnani (1988) e Poulot (1997), por exemplo.

Não obstante, discutindo um pouco mais sobre a origem da expressão *patrimônio*, Funari e Pelegrini (2009) chamam a atenção para o fato de que a expressão romana oculta algumas diferenças em relação ao seu real significado, já que a sociedade romana era diversa da nossa. Assim, verificamos que tudo aquilo que podia ser legado por testamento, inclusive as pessoas, era considerado *patrimonium*. Dessa maneira, entre os romanos ainda não é possível falar da ideia de patrimônio público, na medida em que, nessa sociedade, a maioria da população não tinha bens, portanto, não era possuidora de *patrimonium*⁴.

Constatamos, então, que esse tipo de transmissão ocorria apenas entre a elite romana. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia, questão importante para compreendermos a evolução histórica desse conceito. Além disso, remarcar que móveis, imóveis, animais, ou seja, tudo que estava sob o domínio do senhor, podia ser transmitido, contribui para pensarmos numa ideia, ainda muito genérica, relativa à diversidade dos bens pertencentes ao conjunto patrimonial.

Não obstante, em que pese o caráter patriarcal, aristocrático e individual expressado por Funari e Pelegrini (2009), no “berço” das civilizações ocidentais, patrimônio evoca, ainda hoje, a ideia de transmissão no quadro de uma coletividade, não de pai para filho, mas de uma geração a outra. Vale ressaltar ainda o papel dos Estados Nacionais nas sociedades contemporâneas, como os principais agentes preservacionistas e transmissores da herança social e cultural de uma sociedade.

Com certeza, o movimento revolucionário de 1789 contribuiu para essa evolução histórica em torno da ideia de patrimônio que, segundo Poulot (1997), permitiu a construção da herança coletiva como elemento de responsabilidade cívica. Ademais, de acordo com esse historiador francês, a Revolução Francesa: “[...] projetou durante muito tempo um modelo francês de patrimônio, laico, universal, elitista e ao mesmo tempo democrático.”⁵ (POULOT, 1997, p. 389, tradução nossa). Esse modelo preservacionista foi divulgado e expandiu-se, sobretudo, no mundo ocidental. A Nação passa a ser a principal responsável pela conservação dos bens culturais, com a função de criar formas e mecanismos de proteção dessas *propriedades nacionais*, consideradas como referências de identidade do país e do povo.

Nessa perspectiva, a noção de patrimônio é vista como uma representação da civilização, com base na qual a ideia de herança refere-se à percepção do que está próximo das

⁴ A expressão *patrimonium* revela o caráter seletivo construído historicamente acerca do uso e preservação dos bens culturais nas sociedades ocidentais.

⁵ [...] *a dessin  pour longtemps la forme française du patrimoine, tout   la fois laic et universel,  litaire et démocratique.*

peças e, portanto, daquilo que é reivindicado como próprio das coletividades, sendo necessária uma intervenção estatal, a fim de assegurar sua manutenção e perpetuação, conforme dito anteriormente. Poulot (1998) discute ainda o caráter público dos objetos e monumentos abertos ao público, que respondem a valores estéticos, documentais e sentimentais e revelam uma análise sábia e uma vontade política, sancionada pela opinião pública.

O autor reitera que a seleção e a proteção dos bens ocorrem por meio de uma ação política legítima, baseada numa vontade pública. Entretanto, reconhece também que esse processo constitui-se num *jogo complexo*, pois se articula a uma leitura do passado, suas apropriações concorrentes e à construção, muitas vezes conflituosa, de identidades, tal qual debatido por Magnani (1988), em uma análise um pouco mais particular e diferenciada.

Nesse sentido, na ótica de Poulot (1998), o patrimônio serve para elaborar e organizar a vida social, permitindo que o passado seja assimilado. O patrimônio funciona como elemento de manifestação da identidade, sendo construído num campo de tensão, tendo em vista as composições sociais e suas diversas formas de interpretação, como já salientado.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Poulot (1998), Micoud (1995) compreende a preservação do patrimônio como uma re-interpretação do passado no presente. Os bens preservados são vistos como representações da nação, destacando-se sua importância social na construção dos processos de identificação que contribuem para “[...] definir uma entidade coletiva e abstrata, tornando-a visível através da exposição pública dos bens que têm em comum.”⁶ (MICOUD, 1995, p. 26, tradução nossa). Esse autor considera as políticas do patrimônio como formas de assegurar uma unidade social, com base nos diversos grupos que compõem a sociedade, garantindo a transmissão de uma particularidade por meio dos bens preservados que são, na sua perspectiva, comuns a todos. A discussão de Micoud (1995) incide, portanto, sobre o caráter republicano das sociedades contemporâneas, constituídas em agrupamentos diversos, tendo como princípio básico e universal o reconhecimento de que todos são iguais e gozam dos mesmos direitos.

Com efeito, percebemos o destaque em relação ao aspecto identitário ressaltado pelo autor, que releva a legitimidade do papel do Estado no processo de valorização da diversidade social e dos patrimônios culturais, ratificando que são múltiplos e, portanto, várias identidades são possíveis. Deve-se, para tanto, ter em conta duas metáforas: uma *espacial* – a fundação –, com as bases solidamente ancoradas no solo, por meio das quais é possível construir o

⁶ [...] faire exister une entité collective, laquelle est toujours abstraite, en la rendant visible métaphoriquement par l'exposition publique de ces biens qu'elle aurait en commun.

durável; e outra, *temporal* – a origem –, representada como um ponto situado em alguma parte e através do qual alguma coisa procede. Para Micoud (1995), os grupos que fazem parte das sociedades contemporâneas podem e terão seus patrimônios culturais igualmente legitimados pelas políticas públicas de preservação.

A análise de Micoud (1995) parece-nos pertinente em virtude da sua preocupação em deslocar o debate sobre o patrimônio do objeto para seus produtores, voltando-se para as referências simbólicas entre os grupos e seus bens culturais. O patrimônio seria de todas as “[...] as entidades coletivas modernas que decidem manifestar e instituir suas identidades no tempo”⁷ (MICOUD, 1995, p. 30, tradução nossa).

Além disso, o autor citado critica os critérios de definição dos patrimônios elaborados por especialistas, pelo fato de, muitas vezes, não permitirem ou não conseguirem dar conta da diversidade sociocultural. De fato, entendemos que valores convencionais – como estético, antigo, histórico, raridade e outros – não correspondem ou atendem aos princípios que zelam pelo reconhecimento da heterogeneidade dos bens culturais, pois, atualmente, todas as produções socioculturais podem transformar-se em suportes importantes para a compreensão da dinâmica social das populações, incluindo as produções materiais e imateriais.

Dessa forma, autores como Micoud (1995) e Poulot (1998) compreendem a importância do Estado no processo de identificação, seleção e conservação do patrimônio cultural. Contudo, Poulot (1998) admite a complexidade das atividades que envolvem a interpretação do passado, enquanto Micoud (1995) defende que a República é soberana e justa, portanto todas as coletividades podem se manifestar livremente e terão seus direitos assegurados, no que diz respeito às leituras e reconhecimento dos seus bens culturais.

Por outro lado, Poulot (1998) enfatiza a importância da identificação do patrimônio cultural realizada por especialistas, ao tempo em que Micoud (1995) desconstrói essa ideia, ao argumentar sobre a importância do reconhecimento da diversidade dos bens culturais, impossibilitando, com base nesse princípio, o estabelecimento de critérios que atendam a esse conjunto cultural heterogêneo. Para esse autor, não podemos dar conta da diversidade cultural amparados nos parâmetros preservacionistas convencionais.

A propósito dessa problemática, Canclini (1999) considera que existem alguns paradigmas que norteiam as políticas culturais. Dessa forma, a abordagem de Poulot (1998) em relação ao patrimônio cultural corresponde ao que esse autor define como a linha

⁷ [...] de toutes les entités collectives modernes qui, en lui et par lui, choisissent de se manifester et de s'instituer dans leur identité – dans – le – temps.

tradicionalista, que considera os bens culturais pelo valor que têm em si mesmos, enquanto Micoud (1995) estaria mais voltado para uma abordagem conservacionista e monumentalista, que enfatiza a importância do Estado/Nação como símbolo de coesão e grandeza.

Além disso, a discussão de Micoud (1995) em relação aos princípios republicanos parece-nos consistente, mas idealizada, por desconsiderar a complexidade das relações entre os estados nacionais e os grupos que fazem parte das sociedades contemporâneas. Ademais, a ideia de representação do passado, discutida por Poulot (1998) e Micoud (1995) como uma totalidade única, apresenta-se problemática aos nossos olhos, na medida em que põe em xeque a questão da diversidade social e pode contribuir para a construção de estereótipos. Também a visão sobre os princípios de construção identitária baseados na questão do solo e da origem parece-nos limitada e pouco esclarecedora, já que entendemos as identidades contemporâneas construídas ou definidas com base em outras relações, por exemplo, por identificação ou autodefinição, como bem define Weber (1991)⁸.

Assim, entendemos que o debate sobre patrimônio cultural deveria contemplar uma análise mais ampla sobre cultura, memória e identidade, como forma de aprofundar a discussão sobre os processos de patrimonialização no quadro das sociedades complexas.

2.1.2 Cultura e transmissão patrimonial nas sociedades complexas: abordagens críticas sobre as hierarquias culturais

Essas discussões mencionadas foram produzidas com base em investigações nas áreas das ciências humanas, mais especificamente nos campos da Sociologia/Antropologia e da História. Contudo, vale ressaltar que o enfoque sobre patrimônio cultural – mesmo nesses campos disciplinares – pode ser distinto do que foi apresentado e mais apropriado para o presente estudo, conforme demonstraremos a seguir.

Inicialmente, sobre a questão da herança e transmissão dos bens culturais, verificamos que as sociedades industriais contemporâneas constituem-se, entre outros elementos, de agrupamentos heterogêneos, complexos e dinâmicos, fato que contribui para dificultar a

⁸ De acordo com Weber (1991, p. 25), “[...] uma relação social denomina-se ‘relação comunitária’ quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. Afirma, ainda, que: “Nem sempre o fato de algumas pessoas terem em comum determinadas qualidades ou determinado comportamento ou se encontrarem na mesma situação implica uma relação comunitária. Por exemplo, a circunstância de pessoas terem em comum aquelas qualidades biológicas hereditárias consideradas características ‘raciais’ não significa, de *per se*, que entre elas exista uma relação comunitária.” (WEBER, 1991, p. 26).

identificação do que poderia ser definido como patrimônio cultural. Funari e Pelegrini (2009) discutem, por exemplo, sobre as composições e variedades das agremiações, registrando o caráter diverso e mutante das coletividades que, muitas vezes, apresentam também interesses distintos e conflitantes. Enfatizam ainda que as pessoas podem fazer parte de vários grupos, tendo a possibilidade de, com o passar do tempo, mudar para outros, como é o caso, por exemplo, de crianças que passam à condição de adultos e estudantes, à de profissionais, entre outros casos. Portanto, a ideia de agremiações como unidades sociais homogêneas, baseadas numa origem e território comuns, não parece dar conta da dinâmica e diversidade sociocultural das coletividades que fazem parte das sociedades complexas.

Entretanto, mesmo assim, reconhecemos a importância da noção de transmissão para o entendimento do que seja patrimônio cultural. Dessa forma, procurando discutir, de forma específica, a herança nas sociedades complexas, recorreremos à análise desenvolvida por Magnani⁹ (1988), que se baseia numa comparação genérica, mas não superficial, entre sociedades simples e complexas, contribuindo para a discussão em torno do processo de seleção dos bens culturais nessas sociedades.

Assim, Magnani (1988) afirma que a transmissão dos bens culturais é relativamente comum nas sociedades simples¹⁰, porque não há disparidades ou distâncias entre modelos, padrões culturais e suas referências. Nesse caso, o patrimônio é coletivo, tanto na sua produção como apropriação. O processo de transmissão e continuidade do conjunto de bens que constituem o patrimônio não depende de critérios e escolhas individuais ou de grupos, mas estão associados à própria dinâmica social (MAGNANI, 1988).

No caso das sociedades complexas, a questão da transmissão é um pouco diferente, tendo em vista algumas características, como, por exemplo, a divisão social do trabalho, as diferenças regionais, a presença de classes sociais com interesses divergentes, a existência de várias etnias, a separação entre o trabalhador e seu produto, a presença de grupos com modelos culturais diferenciados, entre outras. Ademais, é preciso considerar a ideia de cultura difundida entre as populações como nível de informação. Nessa perspectiva, a cultura é vista como uma qualidade e valor superior que apenas alguns de seus membros detêm,

⁹ Antropólogo urbano que discute patrimônio cultural. Seu trabalho sobre a preservação dos bens culturais está sendo utilizado nesta seção para apoiar reflexões sobre sociedades complexas, na relação com parques metropolitanos.

¹⁰ O autor não tem um conceito idealizado das sociedades simples. Assim, declara que essas têm, igualmente, conflitos, por exemplo. Entretanto, considera que a dinâmica social, nas sociedades simples, obedece a uma ordem diferenciada, comparada com as sociedades complexas.

influenciando diretamente as opiniões sobre patrimônio cultural que, por sua vez, é definido com base em critérios ligados às classes sociais hierarquicamente superiores.

Essa abordagem genérica sobre cultura e patrimônio cultural contribui para a criação de categorias de classificação que denotam valores superiores e inferiores no campo cultural. Assim, a “cultura erudita” é vista, por exemplo, como uma produção elaborada, refinada e de alto padrão técnico, enquanto a “cultura popular” é tida como folclore – manifestação do povo –, portanto, das classes hierarquicamente inferiores, destituídas de rigor e aprimoramento técnico. Por sua vez, a “cultura de massas” é entendida como tudo o que está relacionado à indústria cultural e seu consumo. Entretanto, essas séries são conjuntos fragmentados da realidade que não dão conta da sua real complexidade.

De fato, o debate sobre as noções de grande cultura, cultura popular e cultura de massas ainda suscita várias questões e polêmicas. Nesse sentido, M.L. Santos¹¹ (1988) chama a atenção para o fato de que os limites entre as disciplinas, com objetos específicos e dissociados – a exemplo da sociologia da cultura, que se ocupa da arte; sociologia do cotidiano, com os estudos sobre as tradições; e sociologia da comunicação, com os trabalhos no campo da cultura de massas –, apresentam-se como um obstáculo para o entendimento de suas definições.

Assim, entende essa autora que é preciso superar concepções etnocêntricas, para se analisar as relações entre as diversas culturas na sociedade. Nessa linha de entendimento, considera que é importante olhar para a questão da dominação social e simbólica, como forma de evitar uma análise ideológica – elitista e/ou populista. Para tanto, indica que é importante discutir sobre as práticas culturais de forma integrada, procurando explorar a relação entre a “pequena” e a “grande tradição”. Afirma, ainda, que a criação do Estado moderno proporcionou a elaboração de muitas dicotomias, a saber: rural/urbano, ócio/trabalho, cultura cultivada/cultura popular. Por fim, entende que é necessário considerar o estatuto das culturas marginalizadas e minoritárias para se analisar também as estratégias de sua recuperação.

O debate estabelecido por M.L. Santos (1988) contribui para pensarmos de forma mais integrada a relação entre as várias culturas presentes nas sociedades. DaMatta (1994), porém, explorando alguns pontos sobre as definições de “cultura popular”, procura demonstrar, principalmente, suas contradições. Dessa maneira, esse autor entende a cultura como um guia para todos os membros da sociedade, com padrões inclusivos e como um fenômeno coletivo. Assim, a definição de “cultura popular”, para ele, é problemática, a princípio, justamente por

¹¹ Ao invés de usar a expressão “cultura hegemônica”, a autora utiliza “grande cultura”.

distinguir e separar grupos de uma sociedade. Entende DaMatta (1994) que existem diferenças, mas também ocorrem ligações e interações ativas e dinâmicas entre as coletividades.

DaMatta (1994) avança um pouco mais que M.L. Santos (1988), sobretudo no que se refere à discussão sobre nação moderna e suas relações com a “cultura popular”. Entretanto, inicialmente, da mesma maneira que M.L. Santos (1988), enfatiza que a constituição da ideia de “cultura popular” surge com a nação moderna e corresponderia, principalmente, às manifestações sociais incompatíveis com essa ideia. Contudo, aprofundando essa questão, explica que os requisitos institucionais dos estados nacionais passaram a exigir das coletividades transparência e neutralidade dos cidadãos, com base em uma lógica ética, universal e individualista. Dessa forma, o estado moderno, segundo ele, procura dar ênfase a uma nova forma de identidade social e coletiva, baseada na ideia de uma comunidade de cidadãos reunidos num território e regidos por leis. Para esse autor, isso gera um movimento paralelo de repressão social e política que envolve tudo que pode interferir no projeto de nação. Assim, o individualismo presente na modernidade produziria uma zona marginal, definida como “cultura popular”, gerando um controle das formas de sociabilidade tradicional sob o modelo de espetáculos, por exemplo.

Adotando a mesma perspectiva crítica dos autores mencionados em relação às abordagens convencionais sobre os conceitos de “grande cultura”, “cultura popular” e “cultura de massas”, Cuche (2002) destaca a pertinência do conceito de cultura de classe – operária e burguesa – que exploraremos a seguir.

Inicialmente, esse autor estabelece que é preciso considerar a cultura como algo dinâmico, mutável, constituído de vários grupos diferentes em contato. Essa situação de contato é o que permite a manifestação e a defesa das especificidades culturais, bem como a valorização de umas em detrimento de outras. Baseado nessa análise, esse autor infere que existe uma hierarquia cultural que deriva da hierarquia social. Entretanto, enfatiza que a cultura dominada não é necessariamente uma cultura alienada, considerando que a dominação cultural ocorre, principalmente, no campo dos símbolos e necessita de um trabalho para inculcar a dominação que, muitas vezes, funciona como o contrário, na medida em que sofrer a dominação não significa aceitá-la completamente. Consoante o autor, “[...] as culturas dos grupos dominados constroem e se reconstroem em situação de dominação” (CUCHE, 2002, p. 146). Dessa forma, as “culturas populares” são de grupos subalternos, sim, mas reagem com ironia e contestação à situação de dominação. O autor acrescenta ainda que essas culturas também desenvolvem funções integradoras que correspondem a maneiras de viver com a dominação. A sua fala, nesse sentido, é esclarecedora:

Heterogêneas, essas culturas são em certos aspectos mais marcadas pela dependência em relação à cultura dominante e, ao contrário, em outros aspectos, mais independentes. É isto se dá porque os grupos populares não estão sempre e em toda parte confrontados ao grupo dominante. Nos lugares e nos momentos em que eles se encontram “a sós”, o esquecimento da dominação social e simbólica permite uma atividade de simbolização original. De fato, é o esquecimento da dominação e não a resistência à dominação que torna possíveis as atividades culturais autônomas para as classes populares. (CUCHE, 2002, p. 156-157).

Adotando a ideia sobre o contato e autonomia das culturas nas sociedades, Cuche (2002) discute a noção de cultura de massas, combatendo opiniões aceitas e difundidas de que a mídia produziria somente alienação cultural. De acordo com esse autor, essa ideia é discutível, já que a noção de massa remete ao conjunto da população e ao seu componente popular. Segundo ele, cultura para as massas é diferente de cultura das massas, e não é porque recebe a mesma mensagem que a massa é homogênea. Dessa forma, para o autor, é preciso considerar os processos de recepção dos conteúdos, pois não são uniformes, ocorrendo uma reinterpretação das matérias transmitidas, de acordo com as lógicas culturais dos grupos sociais. Assim, defende a noção de cultura de classes, chamando a atenção para o fato de que existem, por exemplo, modelos educacionais e comportamentos que variam de uma classe social para outra. Entretanto, adverte que, no caso da cultura operária, as comunidades não estariam agrupadas no mesmo bairro, como outrora, mas possuem modos de vida mais privados, recuando para o familiar, que se apresenta mais forte que o espaço social.

Para o referido autor, a cultura burguesa, por sua vez, constitui-se de muitas representações, distinguindo-se, no caso, da cultura operária. Por exemplo, vestimentas, o controle sobre si mesmo, a ritualização do cotidiano, principalmente à mesa, a manutenção de uma memória familiar profunda e precisa, a formação educacional realizada em determinadas escolas – como as jesuítas, no caso da França –, seriam apenas alguns aspectos da cultura burguesa, difícil de ser observada e analisada, porque seus próprios membros não se reconhecem como tal e, ao mesmo tempo, defendem-se da curiosidade dos pesquisadores.

Assumindo, pois, que existem culturas em constante contato interagindo de forma dinâmica nas sociedades complexas e que as hierarquias sociais, como afirma Cuche (2002), produzem as hierarquias culturais, compartilhamos da visão de Velho (1984, p. 38) sobre os processos de preservação, quando afirma que “[...] os problemas se complexificam quando se passa a discutir e levar em conta os costumes e valores dos grupos e segmentos sociais que ocupam posições subordinadas e hierarquicamente inferiores na sociedade”. Dessa forma, torna-se importante explorar um pouco mais as articulações atuais entre memória, patrimônio

cultural e preservação nas sociedades complexas e o conjunto de significados que portam os bens culturais atribuídos pelos grupos sociais, o que faremos a seguir.

2.1.3 Problemática do turismo nas culturas híbridas e necessidade de interpretação científica do patrimônio

Aprofundando nossas reflexões sobre a importância da memória para os processos preservacionistas, condizentes com uma perspectiva teórica, na qual as sociedades industriais contemporâneas são constituídas de diversas culturas que interagem e disputam as suas representações no campo patrimonial, recorreremos, inicialmente, ao trabalho de Leroi-Gourdan (1964) sobre memória coletiva. Nesta obra encontramos a afirmação de que todos os grupos humanos elaboram uma memória compartilhada, manifestada, por exemplo, em mitos, lendas, crenças e diferentes religiões. A definição apresentada fundamenta, portanto, a ideia de memória como condição humana e, portanto, como elaborações sobre o tempo histórico em processo de criação e recriação.

Outros autores, como Todorov (1983), reforçam a importância da transmissão da memória entre gerações, como forma de assegurar a identidade de uma coletividade. De acordo com esse autor, a memória representa o suporte para a percepção das diferenças socioculturais e compreensão das identidades culturais. Dessa maneira, a abordagem em torno da questão da memória como fenômeno social e seu papel junto aos processos identitários, remete-nos à necessidade de explorar um pouco mais aspectos de sua construção, manifestação e uso nas sociedades.

Para tanto, reportamo-nos à obra clássica de Halbwachs (1990) – *Memória Coletiva* –, na qual encontramos a noção sociológica de memória. Nesse trabalho, o autor enfatiza a importância das perspectivas individuais sobre os fatos sociais. Dessa forma, é o indivíduo, membro de um grupo social, quem constrói sua própria visão do passado, condicionada pela sociedade, e que pode ser compartilhada por outros membros dessa mesma coletividade. É possível perceber, com base na análise desse autor, que a memória funciona como uma *faculdade* social, na medida em que são as circunstâncias sociais que a formam e fazem aflorar.

Destacamos, com base nesse autor, a questão da importância dos espaços como referências para o trabalho da memória. Para Halbwachs (1990), não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Nesse sentido, é no espaço que somos capazes de reconstruir as lembranças. Ainda segundo Halbwachs (1990), é possível compreender um

pouco mais a relação entre os processos de lembrança e esquecimento, se levarmos em consideração as condições sociais. Assim, são os aspectos imperativos da vida em sociedade que definem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

De fato, como esclarece Candau (1996), o esquecimento pode funcionar como uma censura, mas também pode ser uma forma de permitir à pessoa ou ao grupo construir uma imagem satisfatória de si mesmo. Sua análise chama a atenção para a complexidade das atividades de lembrança e esquecimento, ratificando seu caráter social e particular, podendo variar de indivíduo para indivíduo.

Na mesma linha de pensamento de Candau (1996), no que diz respeito ao caráter seletivo da memória, Meneses (1984) assevera que nem tudo é registrado pela memória; do que ela registra, nem tudo aflora à consciência. Todavia, ele entende que a memória também pode ser forjada – basta observar as experiências de caráter bioquímico –, já que sensações de memória individual podem ser reproduzidas em laboratório. Segundo Meneses (1984), a memória artificial coletiva é de produção ainda mais fácil, pois se refere ao “culto ao passado” ou passado social formalizado e instituído como modelo de valores e ações que, normalmente, representam o polo oposto da História, constituindo verdadeiro exorcismo e abolição do tempo, que tudo muda. A discussão de Meneses (1984) reforça o caráter autônomo da memória em relação às iniciativas de proteção que, segundo ele, não são capazes de se apropriarem da sua real dimensão, pois a memória é dinâmica e também rebelde, criticando leituras e interpretações parciais, idealizadas e estáticas do passado.

Nessa ótica, memória e patrimônio são distintos, na medida em que a primeira corresponde a uma construção “livre e particular” por parte dos sujeitos, influenciados por aspectos sociais, conforme discutido anteriormente, enquanto patrimônio, de acordo com Choay (1992), refere-se a uma *construção alegórica da História*.

A perspectiva de autores como Candau (1996) e Meneses (1984) volta-se para a discussão sobre memória no quadro das sociedades complexas e, portanto, para a existência de várias memórias sociais. Essa questão é trabalhada de forma específica por Candau (1996), ao analisar os processos de reivindicação dos grupos e indivíduos em prol do reconhecimento das suas memórias nas sociedades modernas atuais. Esse autor demonstra ainda a impossibilidade de construção de uma memória unificada, em decorrência do fato de os indivíduos pertencerem a vários grupos, provocando o que define como afrontamentos memoriais.

Assim como as memórias, as identidades também são plurais e diversas. Entretanto, quer se trate de identidade coletiva, nacional e/ou cultural, o patrimônio – guardião da

memória de um povo – é constituído com a constatação da existência de um sentimento de pertencimento e de identificação com um bem. Nesse caso, a noção de identidade permite situar os sentidos e possibilidades em torno do patrimônio e dos processos de patrimonialização. Jeudy (1995) e Meneses (1984) criticam a perspectiva da preservação como conservação da identidade cultural, posicionando-se de forma diferente de Poulot (1998) e Micoud (1995), por exemplo, que trabalham numa perspectiva sociológica positivista, considerando o patrimônio como uma representação da identidade da Nação.

Nessa ótica, um dos problemas em torno da questão do patrimônio cultural diz respeito ao fato de se tentar representar uma realidade social heterogênea a partir de referências fixas e homogêneas. Esse tema é discutido por Meneses (1984), que considera o terreno das imagens como campo de manifestação das identidades. Assim, símbolos são construídos para representar a identidade dos grupos sociais, mas, muitas vezes, não correspondem às diversidades internas e servem para apresentar uma sociedade, sobretudo, homogênea. Além disso, ele defende que a identidade cultural não é algo fixo, definitivo e pronto, mas construído na relação entre os sujeitos e que serve para aflorar semelhanças e diferenças que se manifestam, geralmente, em situações de tensão, ruptura e conflito. Nesse aspecto, seu pensamento aproxima-se muito da análise efetuada por Cuhe (2002) sobre a questão do contato entre as culturas presentes nas sociedades e a defesa das suas especificidades culturais.

Compartilhando da mesma corrente teórica de Meneses (1984) em relação aos estudos sobre patrimônio cultural, entende Jeudy (1995) que a identidade patrimonial oculta a heterogeneidade que caracteriza a cultura, afirmando que a demonstração e/ou apresentação patrimonial são uma caricatura, um sincretismo que reduz as diferenças. O patrimônio cultural funciona como uma “figura”, para dar ordem e coesão social, sendo o processo de patrimonialização parte da estrutura simbólica da sociedade. Ademais, o modelo de preservação é o mesmo para os diversos contextos socioculturais, gerando uma uniformidade. As suas referências, representadas por seus monumentos, museus e comemorações, têm por objetivo conservar para transmitir. A apresentação do patrimônio cultural, baseado nessa abordagem, constitui-se numa leitura condicionada por uma interpretação do tempo e do espaço. Conseqüentemente, o patrimônio anularia o tempo, e isso contribui para a definição de uma concepção linear da História, tal qual analisada por Meneses (1984), anteriormente. Nesse sentido, afirma Jeudy (2001) que a patrimonialização pode reduzir a plasticidade das memórias coletivas. Além disso, o fato de as instituições estatais protegerem os objetos e lugares representativos das memórias sociais contribui para legitimar o controle institucional das emoções coletivas.

Em que pese o “risco” de controle social que pode existir na relação entre as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural e os bens culturais preservados, Jeudy (1990) reconhece que a saída para o impasse preservacionista seriam as memórias, pois são dinâmicas e sobrevivem na atualidade¹². A memória é assim abordada por Le Goff (1996, p. 477): “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” Deste modo, percebemos a importância da memória também como mecanismo de compreensão do presente e não apenas como forma de controle dos homens nas sociedades, pela projeção de histórias idealizadas.

Na mesma linha teórico-metodológica dos sociólogos mencionados, Guillaume (1990) adverte que as políticas de proteção do patrimônio cultural são tidas, muitas vezes, como um dado claro, evidente e pronto. Esclarece que a conservação do passado é uma invenção recente, apresentada como uma evidência histórica e um imperativo categórico. Segundo esse autor, essa naturalização no campo da proteção patrimonial contribui para uma visão também naturalizada do patrimônio que esconde sua essência e as verdadeiras razões da preservação. Ressalta ainda que é preciso considerar o fato de as políticas de conservação serem inventadas.

Para fundamentar sua argumentação, Guillaume (1990) analisa também a questão da construção patrimonial nas sociedades industriais, enfocando, sobretudo, problemas advindos da subordinação dessas ao imperativo econômico, passando a funcionar em organizações especializadas, estabelecendo critérios para triagem, destruição, diferenciação e, finalmente, seleção. Essa separação exclui o passado e, ao mesmo tempo, o torna visível. Desse modo, considera que há um risco de se diluir a história num sistema capitalista mundial.

As políticas públicas de preservação do patrimônio cultural colocam em ordem e em cena elementos que são fundamentais para a administração do presente. Assim, o patrimônio torna-se ferramenta pedagógica, turística e lugar de investimento econômico. Isso provoca ainda uma censura e um processo de hierarquia do passado. Essa análise fundamenta o pensamento de Guillaume (1990), para permitir a afirmação de que, nas sociedades industriais contemporâneas, o patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória. Isso porque o *essencial* não é bem tratado nas exposições, nos museus e nos parques naturais. Sendo assim, as políticas de preservação do patrimônio cultural podem ser vazias e

¹² O conceito de “museografia do social”, proposto pelo autor, subsidia as discussões sobre patrimônio, memória e poder, conforme abordado nesta tese.

burocráticas se não articularem as organizações responsáveis pela conservação dos bens culturais e o corpo social.

Observa-se, com base na análise desses estudos que abordam o processo de proteção e manutenção do patrimônio cultural, que esse é utilizado como recurso para a construção do passado e de uma identidade própria, adequada à necessidade de reforço da unidade da nação. Os autores referidos discutem, portanto, o caráter problemático da patrimonialização, no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade sociocultural. Dessa maneira, o debate sobre o patrimônio cultural leva-nos a pensar na necessidade de preservação e divulgação de seus sentidos próprios, construídos e fundamentados na história e cultura dos diversos grupos sociais, de maneira que os bens culturais sejam compreendidos e usados como referências para os processos de reflexão histórica junto às coletividades. Para tanto, o debate sobre patrimônio cultural, nas sociedades complexas, concorre para considerarmos os processos de identificação e difusão dos grupos sociais, sua relação com o Estado e os aspectos simbólicos das produções culturais, questões que se manifestam no campo patrimonial.

Dessa maneira, compreendemos que a noção de patrimônio está associada aos códigos culturais dos grupos sociais. O principal aspecto é a relação entre o sujeito – agentes produtores – e os objetos – patrimônio cultural, conforme ressaltado por Micoud (1995). De fato, a determinação ou identificação dos códigos culturais¹³ que pertencem a um contexto social específico condiciona a manifestação do que pode ser definido como patrimônio cultural. Em consequência disso, o patrimônio é também uma forma de conhecer a realidade social, sendo a memória analisada de forma crítica e base para sua definição. Devemos procurar entender a relação entre o que foi preservado e o que deixou de ser conservado ao longo da história dos grupos sociais que compõem as sociedades atuais. Em suma, a definição de memória enquanto conjunto de lembranças compartilhadas por um coletivo social é a base para a construção ou definição do patrimônio como cultural.

Por outro lado, os debates atuais sobre a necessidade de uso do patrimônio cultural como instrumento que permite a sobrevivência das populações, mediante o desenvolvimento turístico, necessitam de alguns aprofundamentos, sobretudo no que concerne à participação dos grupos nesses projetos, ao conjunto de relações que afloram no contato entre as populações locais e os turistas e às formas museais de preservação das culturas locais. Nesse

¹³ Sobre a identificação dos códigos culturais nas sociedades complexas, afirma Velho (1978, p. 12) que é preciso considerar a noção de dominância, em que fique claro, nos casos de uma coexistência dos códigos em um determinado território com fronteiras políticas, que o pesquisador, ao invés de pressupor uma homogeneidade, deve identificar as relações entre os códigos ou culturas existentes e examinar as relações entre elas, fazendo a pergunta sobre quanto, onde e como se pode falar num predomínio de uma sobre a outra.

sentido, iniciaremos nossa reflexão sobre patrimônio cultural, turismo e identidade, apoiadas no debate proposto por Lanfant (1994), que menciona a existência de uma inclinação natural em tratar o turismo como uma força exógena para destruir as identidades locais. Entretanto, enfatiza a autora que é necessário abordar esse fenômeno como um sistema que articula a dimensão local e global, com problemas e tensões. Assim, discute que “[...] a execução de um projeto turístico envolve sempre uma multiplicidade de interesses locais e exteriores em concorrência”¹⁴ (LANFANT, 1994, p. 436, tradução nossa). Dessa forma, fica claro que uma estratégia global impõe-se em âmbito local. O argumento da autora citada ressalta a importância dos trabalhos nessa área e da discussão sobre o lugar de observação do investigador, que deve analisar o conjunto das relações locais e globais, indo do interior para o exterior e vice-versa.

Lanfant (1994) menciona sociedades que se abrem para o turismo, considerando a cultura como mercadoria; nesse caso, o patrimônio ou as tradições, são transformados em produtos turísticos. Consoante a autora, isso não significa necessariamente perda de identidade do grupo, mas, certamente, uma transformação de significações e de valores do patrimônio. Para ratificar essa afirmativa, diz que as histórias são atualizadas, determinando um tipo de comportamento voltado para atender aos interesses dos visitantes. Nesse sentido, são inventadas festas, espetáculos, práticas culinárias e outros eventos que contribuem para a construção de uma nova estética. O uso dos bens culturais oriundos da “cultura popular” como bens turísticos constitui-se, desse modo, em formas de sociabilidade tradicionais, aproveitadas para despertar interesses e curiosidades de turistas desejosos de apreciar determinadas produções “exóticas”. Com efeito, essa análise é imprescindível, principalmente para os estudos sobre o patrimônio em países que possuem um passado colonial e se defrontam, atualmente, com projetos que contemplam estratégias de desenvolvimento envolvendo as populações locais e suas relações com a memória.

Problematizando um pouco mais a discussão sobre turismo e cultura, Henry (1992) enfatiza que o turismo é uma atividade de troca que mobiliza dois eixos fundamentais: a população que acolhe e sua relação com o patrimônio, considerado como fonte econômica. Contudo, acredita que o ideal da articulação entre turismo e cultura é o bem-estar da população local, que deve pressupor também a apropriação patrimonial. Para essa autora, pensar o turismo nas sociedades contemporâneas implica compreender os sentidos dessa

¹⁴ *La mise em œuvre d'un projet touristique concerne toujours une multiplicité d'intérêts locaux et extra locaux en concurrence.*

atividade para as pessoas do lugar, o que faz com que o patrimônio seja visto de uma forma integral. A autora destaca também a necessidade de comunicação, considerando que a cultura é multiforme e que os turistas – visitantes – não conhecem, na maioria das vezes, a história do lugar. Na sua perspectiva, “consumir” um patrimônio é comunicar.

Na mesma linha de argumentação, mas discutindo turismo sob a ótica da sociologia do lazer, Krippendorf (1989) afirma que o desejo de evasão está nas raízes da sociedade moderna industrial. Considera que o turismo e o lazer constituem-se como necessidades produzidas pelo homem, componente do sistema social industrial e da organização da civilização moderna – terapia da sociedade –, que conserva o mundo em funcionamento durante todos os dias. Não obstante, chama a atenção para o fato de que o turismo deve oferecer uma vantagem econômica duradoura para a população local e evitar prejuízos em relação à qualidade de vida das pessoas do lugar.

Avançando um pouco mais na mesma linha de argumentação de Krippendorf (1989), Simão (2006, p. 68) entende que o “[...] envolvimento de todos os segmentos sociais no processo de implantação da atividade turística é determinante para o nível de sucesso ou insucesso da atividade, distribuição de riquezas ou concentração, melhoria ou deterioração da qualidade de vida local”. A autora citada observa, sobretudo, as condições de sobrevivência das comunidades locais, relevando a necessidade de se articular o turismo ao desenvolvimento local.

Corroborando a argumentação de Simão (2006), Damiani (1997) compreende que a população local deve ter domínio em relação às transformações urbanas e aos projetos de desenvolvimento turístico, carecendo, para tanto, da construção de uma mobilização coletiva. Verifica-se a preocupação da autora em reforçar aspectos éticos na formulação das políticas voltadas para o turismo, as quais devem zelar por mudanças conscientes e respeitar as populações locais.

Com relação às reflexões de desenvolvimento local baseadas no turismo, discutidas anteriormente, Canclini (1998) analisa as estratégias de modernização na América Latina e considera que esse continente é constituído de *culturas híbridas*. Defende que essas sociedades foram formadas por processos históricos específicos, determinando a constituição de cruzamentos socioculturais, étnicos e de classes sociais nos quais o tradicional e o moderno se misturam¹⁵. Sua fala é digna de menção: “Encontramos na heterogeneidade cultural um dos

¹⁵ Para Canclini (1998), a expressão mestiçagem restringe-se ao elemento racial, não correspondendo a uma ideia mais ampla, de diversas misturas interculturais; por isso, prefere a expressão hibridismo.

caminhos para explicar os poderes oblíquos que misturam instituições liberais e costumes autoritários, movimentos sociais democráticos e regimes paternalistas e as transações de uns com os outros” (CANCLINI, 1998, p. 19).

O autor citado afirma ainda que é necessário conhecer essas realidades para evitar os perigos da implantação de projetos de modernização que podem transformar-se em forças exteriores dominadoras. Para tanto, enfatiza a necessidade do desenvolvimento de estudos numa perspectiva multidisciplinar, que procure dar conta das relações entre tradição, modernismo cultural e modernização¹⁶. Acrescenta, além disso, que a América Latina experimentou, historicamente, vários projetos de renovação das práticas simbólicas que não comportaram uma visão integral da modernização. Assim, a atualização não chegou com a independência, mas foi chegando em fluxos fragmentários de modernização. Dessa maneira, Canclini (1998) refere-se a um processo de modernização parcial, sem uma transformação do conjunto da sociedade na sua diversidade¹⁷.

Ressaltamos que a obra de Canclini (1998) contribui para analisar as tentativas de preservação das tradições em contextos locais e o processo de modernização nas sociedades em que a problemática da formação da cidadania encontra-se em processo de construção. Concordante com o que afirma Lanfant (1994) sobre a produção da cultura em mercadoria e a interação entre as forças globais e locais por meio do turismo, Canclini (1998) remete-nos ao cuidado em relação a esses projetos, tendo em vista as especificidades das sociedades na América Latina.

De fato, o autor discute sobre as ações do Estado nesse continente, caracterizadas, muitas vezes, por aspectos autoritários que determinam a construção ou determinação de referências culturais pautadas numa concepção de cultura genérica e idealizada das suas sociedades. Sobre essa questão, afirma: “[...] concebemos a pós-modernidade não como uma etapa ou tendência que substituiria o mundo moderno, mas como uma maneira de problematizar os vínculos equívocos que ele armou com as tradições que quis excluir ou superar para constituir-se.” (CANCLINI, 1998, p. 28).

Consequentemente, inferimos que Canclini (1998) concorda com Guillaume (1990) e Lanfant (1994) em relação ao fato de que a Antropologia e a Sociologia oferecem ferramentas úteis para a compreensão dessas realidades: a primeira, ajudando a pensar no que existe de

¹⁶ A modernização é compreendida como um processo socioeconômico; e o modernismo, como projetos que renovam as práticas simbólicas.

¹⁷ Em 1824, a constituição brasileira já havia adotado a declaração dos direitos do homem e ainda se encontravam escravos no país.

etnocêntrico nos projetos que apresentam uma concepção linear de modernidade, reconhecendo formas culturais locais, na sua diversidade; a segunda, contribuindo para evitar o isolamento das identidades locais.

Os três autores estão de acordo com a importância do turismo como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento das populações, de forma geral. Assim, não observamos antagonismo entre o desenvolvimento econômico, a preservação patrimonial e o turismo. Contudo, a questão que nos parece significativa é a maneira como as políticas de turismo articulam-se com a realidade local e global, quais os sentidos que afloram e como o patrimônio cultural é valorizado, estudado e divulgado.

Vale ressaltar ainda a importância do processo de formação junto às comunidade locais, já que, muitas vezes, o patrimônio cultural não é devidamente reconhecido e valorizado na sua amplitude. Dessa maneira, torna-se necessário uma real compreensão da memória na sua complexidade, entendida como ferramenta de reflexão sobre o passado e o presente, contribuindo também para determinar um processo de desenvolvimento em prol das populações locais de maneira fundamentada e também oportuna e apropriada para o público visitante dos espaços preservados.

2.2 MUSEOLOGIA, FORMAS MUSEAIS COMUNITÁRIAS E PARTICIPATIVAS: PATRIMÔNIO AMBIENTAL, URBANO E RELIGIOSO

O debate em torno da Museologia permite a compreensão da criação dos museus comunitários e suas metodologias participativas, como fruto de uma construção histórica, voltado para o reconhecimento da diversidade sociocultural, típica das sociedades contemporâneas.

Ademais, corrobora para a análise dos processos museais de forma ampla e diversificada, permitindo a compreensão da ação museal em espaços formais e informais. Trata-se, portanto, de ampliar o olhar museológico, que permite uma leitura diversificada dos suportes materiais e imateriais da cultura e, ao mesmo tempo, incorpora diversos sentidos atribuídos pelos grupos sociais, por meio de atividades científicas. Esse tema concorre para a reflexão dos patrimônios ambientais urbanos e religiosos como portadores de sentidos e vinculados a uma dada realidade, que também deve ser levada em consideração pelos estudos museológicos contemporâneos, objetivando viabilizar os processos de inclusão social e cultural.

2.2.1 Nova Museologia: aspectos históricos, o poder da memória, os parques e os ecomuseus

As considerações até aqui apresentadas levam-nos a refletir sobre a necessidade de atentarmos para processos preservacionistas mais participativos e comprometidos com a memória social. Por outro lado, analisando a problemática dos monumentos tombados na sociedade brasileira, Arantes (1987) critica a falta de pesquisas, no Brasil, sobre os processos sociais que comportam patrimônios. De acordo com o autor, a ação de preservação não se limita a um ato histórico de organização dos resíduos da história com o objetivo de eternizá-los, mas de transferir os bens a contextos especiais. Claro que isso significa pensar a preservação como atividade e objeto de reflexão, bem como sua continuidade.

Nesse sentido, os estudos sobre os efeitos da patrimonialização junto à população local contribuem para a compreensão da relação entre patrimônio e memória em uma perspectiva um pouco mais dinâmica. Arantes (1987) compreende que o ato formal da preservação inclui-se no conjunto de fatos históricos que tornam possível a patrimonialização. Assim, convém perguntar, a propósito da recepção social dos bens criados pela preservação, o que se passa em torno dos bens transformados no cotidiano pelas comunidades diretamente envolvidas com os bens culturais conservados. No processo de patrimonialização, a experiência comunitária é alterada por consequências e transformações simbólicas que esse processo engendrou. Além disso, os bens assumem maior visibilidade e importância, considerando o turismo, por exemplo, como um dos meios para contribuir com essa valorização. Isso quer dizer também que o patrimônio pode ser analisado no seu conjunto de significações incorporadas ao presente. Para tanto, enfatiza Arantes (1987) que a preservação não é necessariamente conservadora ou progressista, pois tende a reproduzir no seu interior as mesmas contradições que emergem em outras áreas da vida social.

O referido autor chama a atenção ainda para o fato de que aumentam, cada vez mais, iniciativas preservacionistas provocadas por grupos ambientalistas e movimentos em favor dos direitos das “minorias”, contribuindo para introduzir, no debate sobre patrimônio cultural, novos princípios, conceitos e a atuação de especialistas. Do mesmo modo, a ação preservacionista é associada à mobilização por melhor qualidade de vida.

Por sua vez, abordando a noção de patrimônio, Babelon e Chastel (1994) analisam que é necessário, atualmente, desenvolver uma atenção etnológica em relação ao processo de proteção patrimonial, quando se trata de considerar os mais diversos patrimônios, conforme discutido anteriormente. Além disso, enfatizam a importância da valorização de aspectos

ligados à vida cotidiana, a fim de preservarmos, de maneira mais ampla e fiel, os elementos do nosso passado. Para esses autores, a concepção de preservação deve ser atualizada, dinâmica e interativa. Também ressaltam a pertinência do trabalho científico com o patrimônio, caracterizando-o como uma fase na evolução dos estudos nesse campo. Ressaltam pois, a necessidade de interpretações científicas e afirmam: “[...] a ciência pode contribuir para despertar a atenção que faltava, estimulando a curiosidade em relação ao detalhe e a descoberta dos conjuntos”¹⁸ (BABELON; CHASTEL, 1994, p. 102, tradução nossa). Além disso, discutem que essa estratégia é necessária, tendo em vista a complexidade do patrimônio e o fato de que, até hoje, ele ainda é pouco explorado.

Na mesma linha de pensamento, Béghain (1998) coloca que ingressamos num momento histórico diferenciado em relação ao patrimônio cultural e suas articulações com a memória. Os questionamentos em relação ao conceito de patrimônio e a integração entre algumas disciplinas, como história, teoria da arte, antropologia e sociologia, permitiram conhecer melhor os objetos que compõem o patrimônio cultural, contribuindo para a “maioridade” do patrimônio. Esclarece ainda que estamos no início da era moderna do patrimônio, mas que esse novo momento histórico permite recusar seu uso como afirmação das origens. Dessa forma, para Béghain (1998), o patrimônio está inscrito na história e, como tal, sujeito a revisão. Consoante esse autor, a teoria do patrimônio poderia enriquecer-se com as pesquisas no campo da história cultural. Recorremos a suas palavras para fundamentar melhor seu ponto de vista em relação aos estudos sobre patrimônio cultural:

Todo mundo pode avaliar a contribuição da antropologia e da etnologia para a teoria do patrimônio e o estudo dos objetos patrimoniais, na medida em que o etnólogo e o antropólogo exploram o objeto, questionando a relação que temos com ele, adotando rigor científico e uma abordagem sensível que implica distância e aproximação ao mesmo tempo. (BÉGHAIN, 1998, p. 104, tradução nossa).

Com efeito, a discussão e a análise do autor citado apontam-nos a importância do trabalho técnico e científico desenvolvido por profissionais especializados para zelar pela natureza e qualidade da produção do conhecimento, assim como a mediação social com o patrimônio cultural nas sociedades democráticas. Ele defende a ideia de que alguns princípios deveriam ser considerados para a execução das políticas públicas de proteção patrimonial, citando: liberdade nas práticas de pesquisa e publicação; respeito à diversidade patrimonial;

¹⁸ *L'appareil scientifique peut d'ailleurs susciter dans les esprits l'attention qui manquait, en favorisant la curiosité du détail et la découverte des ensembles.*

implantação de meios para assegurar a preservação, transmissão e difusão do patrimônio; articulação entre cultura e educação, entre outros aspectos. Essas proposições supõem a participação ativa do Estado no processo de proteção, estudo e divulgação do patrimônio cultural. De mais a mais, elas partem do pressuposto de que é fundamental o desenvolvimento de uma política educacional comprometida com a realidade sociocultural das populações e que possa também contribuir para o processo de reflexão da memória, história e patrimônio dos diversos grupos que compõem as sociedades industriais contemporâneas. Acredita esse autor que o patrimônio pode deixar de ser utilizado como instrumento da ordem, tornando-se um pensamento sensível da memória, inscrito num espaço crítico e afetivo, apoiado nas ciências que contribuem para interpretá-lo e de ações que permitam sua apropriação.

Trabalhando na mesma linha de Béghain (1998), Guillaume (1990) elenca alguns princípios para o desenvolvimento de trabalhos no campo da preservação da memória: articulação entre memória individual e coletiva ou memória popular e memória artificializada para conservação; trabalho de *luto* por meio da análise dos traços conservados e de observações etnológicas; e, finalmente, a mediação. Já Arantes (1987) leva-nos a refletir sobre a importância da musealização e da produção de sentidos junto às populações. Por sua vez, a argumentação de Babelon e Chastel (1994) explora a necessidade de se estimular os processos de preservação mais integrados com as comunidades. Já Béghain (1998) preocupa-se com a formação dos profissionais que atuam no campo patrimonial; sua análise em torno dos princípios que norteiam as políticas públicas de preservação reforça a responsabilidade do Estado com os bens culturais, sobretudo no que se refere ao uso do patrimônio como instrumento de educação e cidadania. Todos esses autores reforçam a necessidade do desenvolvimento de estudos científicos sobre o patrimônio cultural preservado.

Contudo, vale ressaltar nossa divergência em relação ao pensamento de Arantes (1987), no que diz respeito ao caráter conservador ou progressista da preservação. Mesmo tendo aumentado a participação dos grupos sociais nas atividades de reivindicação dos seus patrimônios culturais, isso não significa que as políticas de proteção patrimonial são participativas e inclusivas. Entendemos, sim, que as políticas de preservação podem funcionar de forma conservadora e/ou progressista, desde que são construções e, como tal, constituem-se de ações definidas por sujeitos que possuem linhas ideológicas e também defendem interesses diversos que, muitas vezes, não correspondem diretamente às demandas sociais advindas das diversas coletividades que fazem parte das sociedades contemporâneas.

Assim, corroboramos o que dizem os autores sobre a necessidade de investigações científicas sobre os patrimônios culturais de maneira geral. Entendemos ainda que a análise de

Béghain (1998) sobre a importância da criação de um *espaço crítico*, no campo da preservação, contribui para refletirmos sobre o papel das instituições museais nas áreas de proteção, estudo e divulgação dos bens culturais. Dessa maneira, tornam-se oportunas as discussões sobre a Museologia na contemporaneidade, constituindo-se, em linhas gerais, por uma mudança de olhar em relação aos bens culturais, vistos, agora, com base na sua historicidade e em interação com o presente.

Os museus, ao longo da sua história, mantêm algumas funções que variam de acordo com a época e o lugar. Por exemplo, Suano (1986, p. 11) afirma que: “[...] a segurança econômica da dinastia dos Ptolomeus, no Egito do século II antes de Cristo, permitiu a Alexandria formar o seu grande *mouseion*, cuja principal preocupação era o saber enciclopédico”. O *mouseion* de Alexandria funcionava como um centro produtor de conhecimento, assemelhando-se ao que hoje concebemos como universidade. Esse fato faz-nos pensar na contemporaneidade dessa função museal – requisito fundamental para o desenvolvimento de todas as atividades museológicas, a saber: documentação, conservação, ação cultural e educativa, entre outras.

Assim, os objetivos de preservação, investigação e comunicação estiveram atrelados, de forma mais ou menos acentuada, à trajetória dos museus nas sociedades ocidentais, variando de acordo com as condições sociais, políticas, econômicas e culturais nos diversos períodos. Podemos considerar que as instituições museais possuem um caráter “conservador” que se manifesta na permanência e/ou manifestações dessas funções, a depender de determinadas circunstâncias. Entretanto, o museu também apresenta um aspecto mutante, já que incorpora, na sua complexidade, a depender da dinâmica social, práticas que refletem concepções filosóficas sobre cultura e memória, de acordo com a linha de trabalho e o conjunto de ações definidas com base nas orientações das políticas culturais de cada país¹⁹. Optamos, portanto, por uma análise que privilegia o museu como uma construção social e não como um dado pronto, acabado.

Nesse sentido, podemos afirmar que o museu é um fenômeno social, pois incorpora e reproduz traços da vida em sociedade e das relações entre os homens. Isso significa compreender que as ações museológicas, a exemplo da preservação – típica da prática museal –, são baseadas em processos seletivos que expressam um conjunto de valores, de acordo com a

¹⁹ Para aprofundar a trajetória da instituição museu, cf.: FIGUEIREDO; VIDAL, 2005; GIRAUDY; BOUILHET, 1990; SUANO, 1986.

perspectiva dos grupos sociais que exercem o poder, definem as representações e as formas de lidar com elas, condizentes com seus projetos de poder.

É com essa preocupação que Chagas (2002) discute a importância de reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder. De acordo com esse museólogo, isso implica aceitar que esse é um terreno de litígio e, como tal, é necessário refletir sobre o fato de que o poder não é apenas repressor e castrador; é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições. Memória e poder relacionam-se e manifestam-se de forma direta nas instituições museais, que possuem como um dos objetivos principais a expressão direta dos referenciais da cultura das populações.

Tendo em vista a questão anteriormente mencionada, que envolve a relação entre memória e poder nas práticas museológicas e o caráter sociológico da instituição museu, entendemos que o espírito da década de 1960, com as “[...] últimas jornadas revolucionárias da época industrial e o prenúncio dos movimentos sociais e das lutas políticas do futuro” (TOURAINÉ, 1983, p. 85), contribuiu para a necessidade de análise e transformação da instituição museu. Esses processos foram impulsionados pela contestação de grupos sociais, como os artistas, por exemplo, bem como da revisão acadêmica do conceito de patrimônio cultural, como veremos a seguir. Não é por acaso, que a Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada num país de governo militar e repressor, constituiu-se em um dos marcos do movimento da Nova Museologia.

Tudo isso determinou a construção da Nova Museologia, cuja análise é importante para fundamentar nossas reflexões sobre as tipologias que contemplam formas museais e almejam leituras e interpretações dos bens culturais de forma integral e crítica, apoiada nas memórias dos grupos sociais e de suas relações com os contextos de origem, articulando natureza e cultura, bem como a preservação dos bens culturais de forma participativa. De fato, com a Nova Museologia, são sistematizadas as bases para o desenvolvimento de um conceito de museu mais associativo e interativo, conforme pretendemos demonstrar a seguir.

Esse movimento é importante para entendermos a questão da musealização do patrimônio cultural, decorrente de um *processo sensível* da memória e da ideia de que o museu pode funcionar como um *espaço crítico e afetivo*, baseado num fazer museológico científico, que contemple também *sensações e emoções*, viabilizando a apropriação e divulgação do patrimônio cultural junto às populações.

Destacamos ainda que, tendo em vista o espírito da década de 1960, sobretudo no que se refere às questões relacionadas com as reivindicações pela democratização cultural e a participação das comunidades, esses aspectos vão refletir e contribuir também com os debates

sobre as instituições museais, fazendo emergir como função principal a questão da comunicação dos bens culturais, conforme discutido adiante.

A maioria dos estudiosos que trabalham na área museológica concorda com o fato de que a Nova Museologia foi influenciada pelo movimento em prol da democratização da cultura, iniciado em 1968, na França²⁰. Com o objetivo de situar o contexto cultural que proporcionou e incentivou algumas modificações museológicas, recorreremos à fala de Martins (1997, p. 157, grifo da autora), que diz:

A efervescência cultural após a Segunda Guerra Mundial culminou na atitude de contestação global de valores em maio de 68, na França. O museu foi uma dentre as muitas instituições questionadas, surgindo, em Paris, um grupo de profissionais que criticavam a passividade e as posições burguesas do museu tradicional, que envolviam seus aspectos espaciais de templo, palácio, mausoléu e a concepção da coleção como tesouro das elites, em desacordo com a consciência do valor social da cultura e a necessidade de democratização dessa última.

A título de ilustração, mencionamos o comentário de Vasarely, transcrito por Martins (1997, p. 157), que afirmou o seguinte em 1970: “Quero acabar com tudo aquilo que exatamente o museu quer: a obra única e insubstituível, a peregrinação, a contemplação passiva do público.” Essa frase ilustra perfeitamente o espírito dos artistas da época, que pretendiam uma “popularização” da arte e mudanças nos museus, baseados na crítica em relação ao bem cultural – tido como algo distinto e abstrato –, bem como à ideia de público inoperante. O fato é que estava em jogo, no período anteriormente mencionado, sobretudo o caráter elitista, restrito e reducionista das instituições museais e suas relações com o poder, de maneira geral.

Vale ressaltar que a crítica aos museus já vinha sendo feita desde a primeira metade do século XX. Contudo, a partir de 1968, como afirma Martins (1997), essa ganhou força, a ponto de impulsionar mudanças nas políticas culturais de países como França, Inglaterra, Estados Unidos, México e Canadá. Mesmo assim, entendemos que é preciso analisar algumas questões significativas em relação às origens da Nova Museologia, como forma de entendermos melhor como se deu a evolução histórica dessa área, sua relação com o museu, as diversas tipologias museológicas e a contemporaneidade das instituições museais.

Nesse sentido, apresentando os primórdios da Nova Museologia, Desvallées (1992) refere-se a várias demarcações que nos parecem interessantes, para apontarmos alguns aspectos sobre a natureza desse movimento que assumiu uma dimensão internacional na área

²⁰ Cf. MAYRAND, 2004; M.C. SANTOS, 2008.

museológica, principalmente no período de 1940 a 1980. Dessa forma, o autor destaca as seguintes ocorrências:

- a) lançamento do livro de Freeman Tilden sobre a interpretação do patrimônio, que contribuiu para as discussões sobre os centros de interpretação²¹ em 1957²²;
- b) escritos de Georges Henri Rivière e Hugues de Varine, diretores do Conselho Internacional de Museus (ICOM) em **1946** e **1962**, respectivamente, já com algumas proposições subjacentes sobre a Nova Museologia;
- c) jornadas de Lurs, em **1966**, que deram origem à criação de vários museus de sítio nos anos posteriores e contribuíram para o início da formulação do conceito de ecomuseu²³, por Georges Henri Rivière e Hugues de Varine;
- d) reunião de Aspen (Colorado), em **1966**, na qual Sidney Dillon Ripley, da *Smithsonian Institution*, apresenta a ideia de um experimento de museu de vizinhança²⁴ e decide financiar a iniciativa de John Kinard em Anacostia;
- e) seminário sobre museus de vizinhança nos Estados Unidos, em **1969**, com a participação de John Kinard, que fundou, em 1967, o *Neighborhood Museum de Anacostia*, em Washington;
- f) IX Conferência Geral do ICOM, em **1971**, realizada entre Paris, Dijon e Grenoble, que discutiu o tema “Museu a serviço do homem, hoje e amanhã”;
- g) uso do termo ecomuseu, por Robert Poujade, primeiro-ministro francês encarregado do meio ambiente, em Dijon, **1971**;
- h) mesa redonda de Santiago do Chile, em **1972**, com o objetivo de discutir a função social do museu na América Latina;
- i) criação da associação *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES), em **1980**.

²¹ Os “centros” surgem na década de 1950, nos Estados Unidos, no quadro dos parques naturais. O objetivo dessa forma museal é interpretar um sítio, ou seja, apresentá-lo ao público. Os “objetos” são os elementos dos parques naturais (GOB; DROUGUET, 2004).

²² Tilden entendia interpretação patrimonial como uma associação entre o que é exposto e a experiência do visitante. Ainda para Tilden, toda interpretação é uma arte que está associada com outras manifestações artísticas. Em suma, o objetivo da interpretação é a provocação (GOB; DROUGUET, 2003).

²³ Trata-se de uma tipologia de museu cujo propósito é interpretar o homem com base em suas relações com o meio ambiente do qual faz parte. Discutiremos aspectos das suas origens e metodologia de trabalho na seção seguinte.

²⁴ Tipologia de museu urbano, geralmente localizado em grandes centros, nos quais existem várias etnias e classes sociais não atendidas pelas políticas culturais oficiais (MARTINS, 1997).

Desvallées (1989) sistematiza, ainda, os acontecimentos que contribuíram para as mudanças no mundo dos museus, classificando-os de duas formas: acadêmicos e populares. Em relação aos primeiros, os debates partiam da noção relativista de cultura – base para a definição antropológica do conceito de patrimônio cultural –, que não admitia mais limites estéticos, oriundos de determinadas classes sociais, mas priorizava a diversidade das produções culturais dos grupos sociais. Além disso, a forma museal também sofreu transformações, com o surgimento de museus de caráter “popular”, ou seja, baseados na participação comunitária, em territórios específicos e no patrimônio, vistos de forma integral.

Reconhecemos a existência dos dois “movimentos” apresentados por Desvallées (1989), contudo compreendemos que não são distintos, mas complementares, e precisam ser analisados como parte do todo museológico. Ou seja, a própria realidade, mediada pela atuação dos sujeitos sociais, proporcionou as condições necessárias para as mudanças nas formas museais e no conceito de museu. Nessa perspectiva, M.C. Santos (2008) ressalta que essas transformações museológicas foram provocadas pelas mudanças ocorridas na sociedade, refletindo-se, por exemplo, em instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o ICOM.

Dessa maneira, é importante reconhecer a participação dos profissionais que atuavam na área e sentiam-se inquietos com o fazer museológico vigente na época. Muitos desses trabalhadores buscavam explicações para o “isolamento” da instituição museu nas sociedades, para os baixos índices de visitação, a falta de discussão em relação aos problemas sociais nas atividades museais e o sentido das práticas de proteção dos bens culturais. Para fundamentar essa questão, recorreremos a M.C. Santos (2008), que resume as principais temáticas discutidas no período de 1960 a 1980 no campo museológico e afirma que tinham como enfoque central a importância social do museu e seu papel no processo de formação dos cidadãos.

Assim, é possível considerar que tanto os profissionais como os estudiosos da área tiveram uma participação ativa no estímulo ao desenvolvimento do pensamento museológico, baseados em dados concretos da realidade e na efetivação de experiências, de forma ampla e contextualizada. Buscava-se também a construção de uma Museologia mais científica e, como tal, era necessário investir na produção e divulgação do conhecimento produzido. Essa produção intelectual na área contribuiu para estimular os debates em torno de uma definição para a Museologia. Isso é discutido por Mairesse (2002, p. 121, tradução nossa), que registra o seguinte aspecto em relação às inquietações da época:

A exposição *The Way Of The Museum*, realizada em 1977 no Museu da Morávia em Brno (Checoslováquia), é porta-voz de uma resposta à crise que abala os museus nos anos setenta. De acordo com os autores da exposição, seus fundamentos baseiam-se na crise da teoria museológica. As tarefas do museu devem ser realizadas com base numa teoria científica sólida. A museologia como ciência: “apenas a museologia pode permitir a resolução dessa situação atual da prática museológica. Somente a museologia permite almejar concretamente o futuro dos museus.”²⁵

Em linhas gerais, fica evidente o caráter humanitário desse movimento, expresso, principalmente, no deslocamento do eixo das discussões do objeto para o homem²⁶. De acordo ainda com Mairesse (2002, p. 101-102, tradução nossa): “[...] um pensamento é criado e desenvolvido, que questiona o museu, seu lugar na sociedade e sua relação com o homem e o meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, formula também respostas”.²⁷ Aflora, nessas discussões, questões como diversidade, identidade cultural e participação das coletividades. Tais indagações e as reflexões sobre museu e Museologia repercutiram mundialmente, tendo assumido algumas características peculiares nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento. É possível afirmar, por exemplo, que o debate em torno dos museus e do patrimônio cultural, de maneira geral, estimulou a necessidade de análise das produções culturais desses países. Essa questão torna-se oportuna, tendo em vista os efeitos dos processos de colonização nas instituições museológicas. Para explicar melhor esse processo, citamos Varine (1979, p. 12), que afirma:

A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos desses países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim os museus da maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista.

Além disso, aspectos históricos, ocorridos ao longo do século XX, como o processo de descolonização dos países da África, contribuíram para as reflexões em torno da diversidade e autonomia das culturas de forma ampla. Desse modo, as formas culturais dos diversos povos e

²⁵ *L'exposition La Voie Du Musée, tenue en 1977 au Musée morave de Brno (Tchécoslovaquie), se fait le porte-parole d'une autre réponse à la crise des années soixante-dix qui secoue l'institution. Selon les auteurs de l'exposition, les fondements de ce marasme se trouvent dans la crise de la théorie muséologique. Les taches du musée doivent être conçues sur la base d'une théorie solide, scientifique. La muséologie comme science: "Seule la muséologie peut nous permettre de régler concrètement la situation actuelle des musées. Seule la muséologie peut nos permettre d'envisager concrètement l'avenir des musées.*

²⁶ Há vários teóricos nesse campo, a saber: Gregorová (1990), Mensch (1994), Schreiner (1990), Stransky (1990). Rússio (1990) considera o fato museológico como a relação que existe entre o homem, sujeito que se conhece, e o objeto, testemunho da realidade.

²⁷ *[...] une pensée se forge et se développe, qui questionne le musée, sa place dans la société et son rapport à l'homme et l'environnement, mais qui en même temps formule des réponses.*

seus patrimônios concorreram para o debate acadêmico, no continente europeu e no conjunto das suas sociedades, em termos gerais. Consequentemente, constatou-se a necessidade de preservação da cultura de povos não europeus. Paralelamente, emergiram também questionamentos em torno do sentido da conservação dos bens culturais fora do seu contexto de origem, tendo em vista a constatação da existência de vários patrimônios oriundos de culturas não europeias, mas preservados em instituições da Europa.

Esse fato também contribuiu para uma busca em relação a tipos diferenciados de museus apoiada em práticas museológicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural *in situ* e em interação com as comunidades. Essas, por sua vez, são consideradas como produtoras de bens culturais dignos de serem preservados nas suas especificidades e concebidos com potencial de serem utilizados como instrumentos de compreensão da memória e da história.

Tendo em vista a ampliação da noção de cultura e a constatação da existência de vários códigos culturais, sua apropriação também se torna necessária, não só pelo reconhecimento formal, mas por meio da implementação de políticas culturais, voltadas para a proteção de referenciais da vida cotidiana dos diversos povos.

Ainda como forma de explorar o conjunto das reflexões museológicas, a participação dos profissionais e a repercussão do movimento da Nova Museologia, apelamos para algumas conferências, organizadas pela Unesco/ICOM, que marcaram as discussões sobre o papel do museu e a importância do uso social do patrimônio cultural preservado.

Destacamos, inicialmente, o seminário regional da Unesco, realizado no Rio de Janeiro em 1958, que discutiu a importância dos museus como meio educativo. De maneira geral e adotando a mesma linha do debate proporcionado pelo congresso do Rio de Janeiro, a IX Conferência Geral do ICOM, em Paris e Grenoble, no ano de 1971, teve como propósito debater o tema “O museu a serviço do homem, atualidade e futuro – o papel educativo e cultural”. Em relação aos trabalhos realizados nesse evento, constatam-se algumas reflexões que contribuíram para o conhecimento museológico, por enfocarem a qualidade das atividades educativas por meio de serviços mais contextualizados, objetivando a melhoria do aprendizado, além de reforçarem a importância das práticas expositivas, as quais deveriam estar embasadas numa fundamentação interdisciplinar.

Todavia, a conferência internacional da Unesco, que marca o movimento da Nova Museologia, sem dúvida, é a Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, com o propósito de discutir o papel dos museus na América Latina. Essa reunião destaca-se por um forte questionamento acerca da importância social da preservação do patrimônio cultural e seu

uso como estratégia de desenvolvimento. Vale registrar que, em linhas gerais, essa Mesa Redonda teve como pano de fundo o início do processo de democratização das sociedades na América Latina, incentivado pelos movimentos contestatórios e reivindicatórios, marcados, fundamentalmente, pela participação popular.

No que diz respeito à importância desse congresso para a área museológica, Mairesse (2002) afirma que a concepção de “Museu Integral”, por exemplo, originou-se na conferência de Santiago do Chile. Entretanto, Scheiner (2012, p. 23) discorda dessa afirmação, explorando a trajetória histórica das construções teóricas no campo da Museologia. Assim, argumenta:

Em primeiro lugar, e do ponto de vista da Museologia Teórica, a Declaração contém uma proposta criativa, definida sob o rótulo de “Museu Integral” – termo que sintetiza, no âmbito da Museologia, as visões e diretrizes do próprio campo e evidencia, como vimos, a sua sintonia com as demais áreas do conhecimento. A ideia do Museu Integral, já anunciada pelo menos duas décadas antes e presente na definição evolutiva de ecomuseu [...] ²⁸ ganha aqui corpo, forma e identidade, estendendo-se a todas as modalidades de museus.

Efetivamente, foi durante a citada Mesa Redonda que se sistematizou o conceito de museu integral²⁹. Nas décadas anteriores, algumas experiências no campo dos ecomuseus já haviam surgido, como, por exemplo, o Museu de Anacostia, em 1967, trabalhando-se com a ideia de museu de vizinhança, e o Museu ao Ar Livre des Landes de Gasgogne, em 1969, que também contribuíram para a estruturação dessa noção durante o evento de Santiago do Chile.

As tipologias de museus – museu de vizinhança, museu ao céu aberto³⁰ e ecomuseu – contribuíram para demonstrar a necessidade de as instituições museológicas consolidadas adaptarem-se às demandas sociais contemporâneas e desenvolverem modelos de gestão, análise e interpretação da memória de forma mais analítica e associativa, mediante a atuação de profissionais especializados.

Dessa maneira, destaca Scheiner (2012) que a marca registrada de Santiago foi a ideia de que os museus tradicionais também podem, e devem, ser integrais. Assim, de acordo com essa autora, ao ser oficializado o uso do termo Museu Integral, extensivo a todas as

²⁸ RIVIÈRE, Georges-Henri. Rôle du musée d’art et du musée de sciences humaines et sociales. **Museum**, Paris, v. 25, n. 1-2, p. 26-44, 1973.

²⁹ Museu integral, de acordo com o documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile (MESA-REDONDA..., 1999, p. 96) é “[...] uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento dessas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais”.

³⁰ Museus a céu aberto foram criados no final do século XIX, nos países nórdicos, como Suécia, Dinamarca e Noruega, e têm os mesmos objetivos dos ecomuseus (MARTINS, 1997).

representações do fenômeno Museu, a Carta de Santiago torna-se um documento de importância teórica para a Museologia, passando a integrar o conjunto de reflexões que fundamentam os estudos do campo. Como tal, essa Carta pode ser efetivamente considerada como uma das matrizes da teoria museológica.

A perspectiva dos partícipes do Encontro da Mesa Redonda de Santiago do Chile era ampliar as ações de cunho participativo no mundo dos museus, ou seja, não se determinaram formas de “exclusão” das instituições museais existentes, mas, ao contrário, foi sugerida uma atualização dos museus, de maneira a atender aos anseios das populações, apoiada em uma reflexão mais crítica e atenta em relação à memória, trabalhada de modo participativo.

Tendo em vista o conjunto de preocupações emanadas ao longo dos anos de 1950 até 1980 no campo da Museologia, é possível considerar a definição de uma tendência clara com relação à profissionalização dos trabalhadores em museus. Isso em decorrência da necessidade do desenvolvimento progressivo de estudos científicos e da construção de projetos qualificados para atender às necessidades dos públicos e das comunidades. Para ilustrar tal tendência, registramos uma das recomendações apontadas no documento final da Mesa Redonda de Santiago do Chile, de 1972, solicitando a intensificação dos esforços da Unesco para contribuir com a formação de técnicos de museus, tanto de nível secundário como de nível universitário.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar a criação de algumas associações, motivadas por profissionais de diversas áreas, cujas preocupações estavam voltadas para questões relativas à preservação da diversidade patrimonial e, de acordo com nossa perspectiva, tinham também uma conotação política e social. Pretendeu-se, com essa iniciativa, afirmar princípios e normas para o desenvolvimento de trabalhos no campo museológico e “constranger” ou impulsionar os responsáveis pela formulação das políticas culturais, com o propósito de mostrar a necessidade de construção de ações mais apropriadas, condizentes com a diversidade do patrimônio cultural. Destacamos a Associação Latino Americana de Museologia (ALAM), o Comitê Internacional de Museologia (Icofom) e o Movimento Internacional da Nova Museologia (Minom).

Em resumo, os museus desenvolvem um papel fundamental no processo de proteção e valorização da memória dos povos, funcionando também como instrumentos de comunicação intercultural. Como tal, fazem parte de uma construção social que denuncia as relações entre memória, esquecimento e poder, definidas com base em determinadas circunstâncias políticas, sociais, econômicas e culturais.

A Nova Museologia foi influenciada pela necessidade de participação e questionamentos de segmentos das populações, nos meios acadêmicos e populares, sobretudo

no que diz respeito à definição de cultura e às formas de proteção patrimonial. A esse respeito, afirma Rússio (2010, p. 55):

Cabe aos museus restaurar o elo entre o passado e o presente, projetando a ponte para o futuro, através da preservação e da ênfase à manifestação do trabalho criador do homem, de sua inteligência e sensibilidade; cabe ao museu possibilitar a leitura não do símbolo, mas do elemento simbolizado, penetrando na raiz mesmo do Humanismo.

Com isso, almejava-se também a construção de uma disciplina que pudesse dar conta das relações entre o homem e o objeto, bem como de um modelo de museu comprometido com uma educação questionadora e transformadora. De modo geral, o que marca o movimento da Nova Museologia é a participação dos profissionais, estudiosos e militantes da sociedade civil, preocupados com a preservação do patrimônio natural e cultural, em prol de uma sociedade mais humanitária e comprometida com a construção de governos e instituições mais democráticas. Isto com a expectativa da possibilidade de mudança do paradigma na história dos museus, ou seja, de espaços da memória do poder para o desenvolvimento de práticas museológicas, com o objetivo de explorar o poder da memória.

Para os defensores do movimento da Nova Museologia, o ecomuseu constituía-se como um modelo apropriado de preservação e apropriação do patrimônio cultural, pois proporcionava o trabalho com os bens culturais de forma global, incluindo o patrimônio natural e cultural, além de proporcionar, por meio das atividades museológicas, a integração com as comunidades de um determinado território.

Sobre a origem dos ecomuseus, Hubert (1989) demonstra sua relação com os parques naturais regionais existentes na França. Entende o autor que o desenvolvimento de uma política territorial articulada ao turismo criou as condições favoráveis para a estruturação dos parques naturais regionais naquele país. Vejamos sua reflexão a propósito dessa questão:

As zonas rurais “sensíveis”, por sua vez, se beneficiam da política de criação dos parques naturais regionais em 1967. Localizados próximo das grandes cidades, os parques funcionam como o “pulmão verde”, e oferecem uma renovação econômica com base na recepção dos turistas. Os financiamentos interministeriais vão favorecer aos parques e permitir a criação de estruturas museográficas para atrair visitantes e melhorar o ambiente rural. São reunidas, portanto, as condições para as realizações, sob a liderança de Georges Henri Rivière, dos ecomuseus.³¹ (HUBERT, 1989, p. 146, tradução nossa).

³¹ “Les zones rurales ‘sensibles’ bénéficient à leur tour de cette politique avec la création en 1967 des parcs naturels régionaux. Situés à proximité des grandes villes dont ils seront le ‘poumon vert’, ils proposent un renouveau économique fondé sur l’accueil touristique. Les financements interministériels dont bénéficient les parcs vont permettre la création de structures muséographiques susceptibles d’attirer les visiteurs et de valoriser le milieu rural. Les conditions sont ainsi réunies pour des réalisations qui sous l’impulsion de Georges Henri Rivière, deviendront les écomusées.”

O autor esclarece a articulação que Georges Henri Rivière³² fazia dos parques, considerados como patrimônio, com a criação dos “museus de casa”, tendo em vista sua preocupação com a preservação da arquitetura rural. Acrescenta ainda que, para Rivière, os museus ao ar livre eram considerados museus de casa, produzidos em seu meio e explorados museograficamente. Contudo, analisa Hubert (1989) que os museus ao ar livre não eram simplesmente museus de casa, na medida em que se tratava das relações entre o homem e seu meio ambiente. Nesse sentido, o enfoque de Rivière procurava ampliar a análise entre natureza e cultura.

Analisando o papel de Rivière para o delineamento do conceito de ecomuseologia, Hubert (1989) afirma que significa muito mais do que a simples definição de uma nova categoria de museu. Para ele, Rivière inventou um sistema que colocou o museu na escuta de seu tempo. Não obstante, como afirmamos na seção anterior, o museu faz parte de uma construção social que responde às questões de uma determinada época. Dessa forma, essa instituição opera com determinadas forças sociais que são acionadas de acordo com o “espírito” do momento histórico.

Com efeito, foi no bojo das discussões sobre meio ambiente e a necessidade de preservação dos recursos naturais mundiais que surgiu a noção de ecomuseu. O modelo administrativo foi o dos parques naturais regionais, tendo sido elaborado, na França, com o apoio do movimento pelo desenvolvimento territorial. Segundo Gestin (1989, p. 157, tradução nossa):

Um seminário do ICOM, em setembro de 1972, sobre o tema museu e meio ambiente, procurou analisar os fundamentos do que aparecia como uma nova filosofia do museu. Era conveniente dar forma à instituição: os parques naturais regionais eram o lugar ideal em que teoria e prática se confrontavam no cotidiano.³³

De acordo com Hubert (1989) e Gestin (1989), Georges Henri Rivière trabalhou em algumas propostas de definição do ecomuseu que permitem uma análise da evolução desse conceito. A primeira versão caracteriza o ecomuseu como um novo tipo de instituição, vinculado a duas noções básicas: interdisciplinaridade, tendo como aspecto central a questão

³² Considerado, junto com Hugues de Varine, o responsável pela criação do ecomuseu.

³³ “Um colloque de l’ICOM, réuni en septembre 1972 sur le thème Musée et Environnement, s’attache à dégager les fondements de ce qui apparaissait déjà comme une nouvelle philosophie du musée. Mais Il convenait de donner une forme à l’institution: les Parcs naturels régionaux se trouvaient être le lieu idéal où théorie et pratique se confronteraient au quotidien.”

do meio ambiente; e ligação com a comunidade, pela sua participação na construção e funcionamento do museu.

Rivière analisou também a definição de museu *éclaté*, composto de um órgão primário de coordenação e de órgãos secundários, tendo como objetivo a interpretação do meio ambiente natural e cultural no tempo e no espaço (aspecto intensivo), com experiências comparativas fora da comunidade (aspecto extensivo). (HUBERT, 1989; GESTIN, 1989).

Consensualmente, alguns autores, a exemplo de Varine (2012) e Weis et al. (1989), estabelecem os seguintes elementos para a constituição dos ecomuseus: o território e seus habitantes; uma comunidade e seu patrimônio. Já Bellaigue (1992) entende que as atividades devem ser desenvolvidas com base nas necessidades e anseios do grupo social, de maneira ativa e participativa, envolvendo técnicos e comunidade, procurando focar a relação entre o passado e o presente por meio do patrimônio natural e cultural.

Em relação à experiência francesa e à vinculação dos ecomuseus aos parques, observamos que houve uma dissidência, evidenciada pelo surgimento de questionamentos a propósito de suas reais funções (HUBERT, 1989). No momento de elaboração de questões específicas sobre os ecomuseus, houve uma concordância do Ministério da Cultura, mas uma desvinculação do Ministério do Meio Ambiente, provocando, assim, uma espécie de “ataque” ao trabalho de natureza interdisciplinar, que tinha sido iniciado e se desenvolvia com a participação das comunidades. Contudo, como ressalta Hubert (1989), os ecomuseus dessa geração foram obrigados a rever seus objetivos, pois passaram a contar com menos verbas do que seus predecessores, dificultando o progresso de algumas funções, tais como: as científicas e as voltadas para o desenvolvimento social.

Isso contribuiu para que os profissionais que atuavam nos ecomuseus fossem incorporando, como princípio de organização e gestão, o modelo de associação. Destaca-se, nesse campo, o ecomuseu do *Creusot-Montceau-Les-Mines*, o qual serviu como referência para a criação de alguns ecomuseus no Brasil, como o ecomuseu de Itaipu, em Foz do Iguaçu, no estado do Paraná. Ademais, as reflexões sobre a Museologia e os museus, a relação museu-educação e os avanços em torno das metodologias utilizadas nas experiências dos ecomuseus constituíram o apoio fundamental para a construção de processos museológicos aplicados em diversos museus, a exemplo do Museu Didático Comunitário de Itapuã, que se caracterizava como um museu escolar, atuando de forma abrangente e envolvendo a comunidade, o bairro e a cidade.

2.2.2 Museologia científica e tendências museológicas atuais

Inicialmente, podemos afirmar que o movimento da Nova Museologia teve como abordagem central a questão do papel educacional dos museus, de acordo com o que foi debatido na subseção anterior. Isso pode ser constatado nos temas das conferências internacionais, algumas já mencionadas, e das experiências desenvolvidas no campo da forma museal, que se expressa nos ecomuseus, museus comunitários, museus de vizinhança, museus ao ar livre, entre outras.

Apesar dos encontros do ICOM e da abordagem sobre a educação, ainda havia um grande distanciamento entre a educação que era praticada e os objetivos da Nova Museologia. Por outro lado, foi necessário, por parte dos atores sociais que iniciaram o movimento, um grande esforço para serem aceitos pelo ICOM. Houve um rompimento inicial, quando foi criado esse movimento, e a pressão posterior provocou uma “certa aceitação” por parte desse órgão. Algum tempo depois, foi criado o Minom, fruto dessa coação.

Cândido (2002) e M.C. Santos (2008) consideram que o educador Paulo Freire³⁴, com sua teoria *educação libertadora*, teria influenciado as discussões no campo da Nova Museologia, contribuindo também para os debates interdisciplinares produzidos nos anos 1960, 1970 e 1980 junto ao setor museológico. Consoante com Desvallées (1992), a elaboração dessa perspectiva educacional era adequada às preocupações dos estudiosos da área museológica, associando-se às reflexões sobre as restrições e o acesso cultural aos museus por parte das populações e sobre a falta de valorização do patrimônio cultural.

A propósito dessa questão, M.C. Santos (1993), ao abordar o ecomuseu e sua relação com a memória coletiva, enfatiza a sua concepção de Museologia como um processo interativo com a educação. Essa autora enfoca o caráter participativo das ações museológicas, baseadas numa articulação entre os conteúdos programáticos das disciplinas e o acervo dos estudantes e das comunidades onde as escolas estão inseridas. Para ela, isso proporciona uma vivência em torno do patrimônio cultural, dotando de sentido a preservação, mediante a compreensão e reflexão sobre as identidades culturais. Suas palavras sobre as mudanças em relação à concepção e à prática da preservação do patrimônio cultural são dignas de menção:

³⁴ Paulo Freire, educador brasileiro que elaborou teoria na área da educação baseada no diálogo, permitindo a conscientização, visando formar os cidadãos com capacidade crítica sobre a realidade na qual estão inseridos.

A passagem da preservação saudosista e paternalista para a apropriação, reapropriação e o uso do patrimônio cultural, atribuindo-lhe funções, fazendo com que suscite a criatividade, o questionamento, a reflexão e a busca de um novo fazer, no nosso entender, só será alcançada com a participação da sociedade; por isso, a nossa grande preocupação em trabalhar a formação do cidadão. (SANTOS, M.C., 1993, p. 116).

Dessa maneira, as ações envolvendo o patrimônio e os museus incorporam novas dimensões. No tocante à Museologia, amplia-se seu raio de ação para fora da instituição museal, conforme pode ser verificado na experiência de museu didático. O museu passa a ser concebido como uma instituição que se deve articular aos problemas das sociedades e à formação dos cidadãos.

Nessa linha de discussão, e trabalhando sobre a noção de museu, Suano (1986) defende a ideia do *museu fórum*, afirmando que esse deveria operar com dois tipos de acervos: o institucional e o operacional. O primeiro caracteriza-se por tudo aquilo que o museu aloja, pela propriedade ou pela posse (objetos e coleções); o segundo, contrariamente, significa todo o patrimônio cultural e ambiental da região onde se insere o museu. Para elucidar melhor essa definição, recorreremos ao seu pensamento literal:

O museu seria o polo irradiador do conhecimento da cidade e da região e, no sentido inverso, captador de questões e fórum onde elas seriam discutidas e encaminhadas. O museu se transformaria, assim, do “lugar do passado” em “lugar do presente”, onde ambos, passado e presente, estariam sob constante discussão e avaliação. E não apenas passado e presente em forma de criação artística, mas também social e política, verdadeiras molas da cultura. (SUANO, 1986, p. 93).

Na mesma linha de pensamento, mas comparando o museu templo com o museu fórum, Cameron (1971) considera que o museu fórum é onde se ganham as batalhas, e o museu templo onde se encontram os vencedores. Acrescenta ainda que o museu fórum é local em que se se fomenta a ação. Essa comparação permite-nos perceber que o autor está comprometido com as reflexões críticas sobre o patrimônio cultural preservado nos museus, entendidos como espaços da memória do poder, e com a necessidade de estimular transformações museológicas para viabilizar e incentivar mudanças sociais.

Ao discutir a importância dos museus, Varine (1987) defende que as instituições museológicas devem estar a serviço do desenvolvimento, não obstante essa noção ser trabalhada e articulada aos aspectos de formação, para atender às necessidades de populações que carecem de uma educação cidadã. Com relação à educação nos museus, Chagas (1989) argumenta que a finalidade última não é a formação de artistas, como seres especiais e privilegiados, mas a reflexão, a conquista de um estado de consciência mais abrangente e a compreensão do indivíduo acerca do tempo e do espaço social em que está inserido.

Outrossim, como dito anteriormente, a Nova Museologia destaca-se por deslocar o eixo das preocupações museológicas do objeto para o homem. Dessa forma, as discussões dos teóricos direcionam-se também para o público, visando focalizar a necessidade de ampliação das visitas, com qualidade e de forma mais interativa. Vale ilustrar essa questão com a análise desenvolvida por Desvallées (1992), que não considera a Nova Museologia como um movimento revolucionário. Entende esse autor que a Nova Museologia funcionou como um refluxo, permitindo resgatar princípios já conquistados desde a Revolução Francesa, como a necessidade de democratização dos museus. De acordo ainda com o autor, a Museologia recupera para os museus de diversas áreas o que Lévi-Strauss (1973³⁵ apud DESVALLÉES, 1992) determinou para a Antropologia em 1954, ao afirmar que essa não serviria exclusivamente para recolher objetos, mas para compreender os homens.

Esse deslocamento de enfoque lançou as bases para o levantamento de questões em relação à natureza científica da Museologia, conforme apontado anteriormente. Com efeito, vários autores trabalharam para definir um objeto de estudo para essa disciplina. Dentre eles, destacamos Mensch (1994, p. 3), que produziu estudo específico sobre as principais orientações encontradas na literatura museológica, tendo elencado os seguintes conceitos:

- a) a museologia como o estudo da finalidade e organização dos museus;
- b) a museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural: dentro do contexto da instituição museu e independentemente de qualquer instituição;
- c) a museologia como o estudo dos objetos de museu;
- d) museologia como o estudo da musealidade como uma qualidade distintiva dos objetos de museu;
- e) a museologia como o estudo da relação específica entre o homem e realidade.

Com base nessas orientações, observamos que os autores tinham como objetivo inserir a Museologia no quadro das disciplinas científicas. Em linhas gerais, as definições *a*, *c*, *d* indicam uma restrição à instituição museu, em relação a seus aspectos funcionais e a suas coleções. Ressalta Mensch (1994) que essas abordagens foram criticadas pelos seguidores do movimento da Nova Museologia, que a compreendiam como uma disciplina mais ampla. Assim se expressa o autor:

A abordagem museológica centrada na instituição pode ser considerada como a abordagem intuitiva pertencente ao(s) primeiro(s) estágio(s) de desenvolvimento da disciplina. Vários autores deixaram claro que o museu não pode ser objeto de estudo

³⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude. **Race et histoire**. Anthropologie Structurale Deux. Paris: Librairie Plon, 1973.

uma vez que é somente uma estrutura organizacional de referência, ou – nos termos de I. Jahn – “um produto secundário”. A analogia frequentemente usada, é que a pedagogia não é a ciência da escola e a medicina não é a ciência do hospital. Entretanto, para otimizar suas operações, todo museu tem que fazer uso dos princípios gerais da museologia, bem como toda escola insiste nos princípios gerais da pedagogia.

[...] Hofmann aponta que as abordagens centradas no museu evitam os problemas reais, dentre os quais a relação entre a museologia e as demais disciplinas específicas. (MENSCH, 1994, p. 16).

De fato, a definição *b* da citação anterior de Mensch (1994) amplia o campo de ação museológica e a perspectiva em relação ao patrimônio cultural. Os bens culturais não se restringem à instituição museu e a herança natural está incluída na proposta conceitual. Por outro lado, a definição da Museologia como a implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e o uso da herança cultural e natural apresenta o problema de restringir a Museologia a seus aspectos técnicos.

Analisa Mensch (1994) que um consenso final em relação às noções propostas seria necessário e resultaria de uma clara compreensão dos aspectos comportamentais da relação homem/objeto refletida pela instituição-museu. Rússio (1990) discute o fato museológico entendendo-o como a relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade à qual o homem também pertence e tem o poder de agir. Essa relação processa-se num cenário institucionalizado, o museu. Rússio (1990) entende que devemos musealizar os testemunhos do homem e do seu meio ambiente, considerando-os como artefatos, ou seja, elementos imprescindíveis para a vida do homem em sociedade. A autora inclui também a paisagem modificada pelo homem, cenário no qual se desloca e realiza sua trajetória. Para tanto, explica a noção de artefato da seguinte maneira:

Assim, a cultura do Homem compreende suas ideias, valores, seu imaginário, sua criação intelectual ou intelectual e material: a Cultura proporciona elementos objetivos e concretos, não apenas para a sobrevivência do Homem e sua realização histórica, mas é, também, e ao mesmo tempo, reflexo e instrumento para a mudança da qualidade do conjunto de relações sociais.

Portanto, não podemos segregar o ambiente físico natural do ambiente físico transformado pelo Homem: ambos são diferentes gradações do trabalho e da ação humanas; o ambiente físico natural internalizado na consciência do homem, percebido, valorizado, é um patrimônio e uma herança a ser transmitida; o ambiente físico transformado, reordenado pelo homem, pelos assentamentos humanos, é um patrimônio e uma herança; ambos são dimensões diferentes da Cultura do Homem. (RÚSSIO, 1990, p. 9).

No estudo de Bellaigue (1992) sobre a metodologia da Museologia, esta não pode ser definida como a relação entre o homem e a realidade, pois é objeto de outras ciências. A Museologia é a relação entre o homem e o real, entendido na sua dimensão mais ampla: a vida

e o meio ambiente na sua totalidade, material e imaterial, natural e cultural, passado e presente. Portanto, atinge outras esferas e não apenas o museu, enquanto instituição.

Quanto ao patrimônio é considerado um fragmento do real e possui duas dimensões: espacial e temporal. A dimensão espacial vincula-se ao local dotado de sentidos em que o homem está inserido; a dimensão temporal é a memória, entendida como a capacidade de reconhecer o passado e explicar o presente. A Museologia precede o museu, que ela considera como um meio de desenvolver a ação museológica. Nesse sentido, o museu é um laboratório da Museologia, onde as experimentações são realizadas. O objeto, dotado de significações, deve ser analisado com base em suas relações com o meio ambiente. Assim, o museu deixa de ser visto como um produtor de cultura para ser um revelador de identidade (BELLAIGUE, 1992).

Por fim, a autora constata os seguintes aspectos em relação à Museologia: leva em consideração o processo cognitivo integral, parte do concreto para o abstrato, vai dos sentidos para a inteligência; apela para outras disciplinas, pois necessita aprofundar o conhecimento dos elementos do real, logo, cria interfaces. Conclui sobre o trabalho no museu, enfatizando aspectos ligados ao processo de comunicação, entendendo-o como interpretações vinculadas a uma linguagem literária ou plástica. Suas palavras são elucidativas:

Apostar tudo na imagem (no sentido amplo), convocar também a fantasia, não é vergonhoso para um museógrafo. Pois é apelando para a totalidade do processo cognitivo que ele conseguirá dar do real uma visão sintética. Com efeito, quem era Mnemósina, mãe das musas e dos museus? Aquela que possuía a memória, ou seja, na época arcaica, a que tinha o poder de abarcar com um único olhar o passado, o presente e o futuro, e portanto de saber a totalidade das coisas. Era esse o dom que ela concedia ao poeta – ao aedo –, o que decifra o invisível e faz, com seu canto, existir o que é..

[...] Trata-se de alcançar o sentido universal das coisas, o que não é garantia de nada, mas questiona indefinidamente. (BELLAIGUE, 1992, p. 7-8).

Adotando a mesma linha teórico-metodológica, Chagas (1996) adverte sobre a necessidade de se desenvolver o *olhar museológico*, ou seja, uma atitude de observação frente ao conjunto de bens culturais e naturais, tangíveis e não-tangíveis, que fazem parte da nossa vida. Para esse autor: “O olhar museológico revela que a casa, a rua, a praia, a montanha, a floresta e a praça pública, com área verde e brinquedos infantis, são museus não institucionalizados” (CHAGAS, 1996, p. 99). Assim, é preciso familiarizar-se com o estranho e estranhar o doméstico, além de perceber os bens culturais como fontes de informação e suporte de questões. Nesta perspectiva, os objetos podem ser expostos das mais variadas formas, nos mais diversos contextos, podendo expressar vários discursos (CHAGAS, 1996). O enfoque desse autor sobre a Nova Museologia chama a atenção para a identificação de bens

culturais no cotidiano, a importância de estudos e ações voltadas para a proteção, conservação e utilização do patrimônio. Além disso, amplia a noção de museu, ao valorizar essa atitude de estranhamento em relação ao homem, o meio ambiente e a vida.

De acordo ainda com Chagas (1996), a separação entre o patrimônio cultural e natural é prejudicial ao desenvolvimento de uma prática museológica mais avançada, pois a relação do homem com a natureza é inevitavelmente uma relação cultural. Evocamos sua análise para apresentar sua perspectiva em relação aos bens naturais, considerados também como testemunhos importantes de serem preservados, apoiada em uma visão museológica. Assim, considera que:

À semelhança do Museu-Praça Pública todo museu pode ser denúncia, pode ser praça pública, pode ser fórum de ideias e debates, mas pode também contribuir para o desenvolvimento do *olhar museológico* que é capaz de ver na Serra do Mar, na Serra da Barriga, na Baía de Guanabara, na Amazônia, na Floresta da Tijuca e no quintal de Florinda um patrimônio inigualável pelo qual vale à pena lutar e ir para praça pública. (CHAGAS, 1996, p. 101, grifo nosso).

Consoante com a reflexão museológica de Chagas (1996), M.C. Santos (2008) enfatiza a relação teoria-prática no campo museológico e considera que as ações museológicas de pesquisa, preservação e comunicação deveriam sempre articular esses dois aspectos. Assim, compreende que o patrimônio cultural deve ser identificado com o cotidiano das populações e o conhecimento é construído na ação museal, em interação com os diversos grupos envolvidos, visando uma nova prática social.

Em relação aos aspectos preservacionistas, enfoca a autora que são estruturados nas seguintes etapas: coleta, baseada no conjunto de bens de uma comunidade, não somente na coleção; classificação e registro (formação de banco de dados referente à realidade local) e conservação (aplicação de técnicas em determinados acervos, mas, principalmente, a formação de atitudes preservacionistas); comunicação (exposição como parte de um trabalho interativo). Esclarece que todas as ações museológicas fazem parte de um processo de comunicação, pois são gestadas em um processo constante de interação e pautadas no diálogo com os grupos.

Para concluir em relação aos princípios do movimento da Nova Museologia, ressaltamos que os estudiosos da área contribuíram para avanços da perspectiva sociocultural da Museologia, associando a preservação a contextos identitários mais amplos e menos elitistas. Atualmente, por exemplo, entendemos que a Museologia não está restrita ao museu. Além disso, tem sido responsável pela criação de interfaces, já que se encontra na

encruzilhada de muitas disciplinas, como afirmou Bellaigue (1992). Constatam-se, ainda, experiências de preservação, investigação e comunicação patrimonial que contemplam o patrimônio material e imaterial, buscando a interação com diversos grupos e explorando suas relações com o meio ambiente. Por fim, ressaltamos a importância dos questionamentos produzidos, pelo fato de terem estimulado transformações nas atividades desenvolvidas pelos profissionais que atuavam e atuam nas instituições museológicas convencionais.

A Museologia Espetacular, que surgiu ao longo dos últimos anos de avanço da Museologia, continuou a se desenvolver e alguns autores, a exemplo de Mairesse (2002), compreendem que representa uma revolução no campo dos museus, contrariamente à Nova Museologia e à Museologia Científica, correntes museológicas qualificadas por ele como uma revolução superficial. Para esse autor, a Museologia Espetacular conseguiu instalar-se e desenvolver-se mais facilmente que as outras tendências, pois integrou as massas, elementos indispensáveis para a sobrevivência das instituições museais.

É interessante lembrar que a Museologia Espetacular faz parte de uma tendência americana que privilegia, sobretudo, os princípios de comunicação e *marketing*. Portanto, a imagem visual constitui-se como um dos seus elementos mais importantes³⁶. Além disso, a gestão museológica incorpora funções como inserção no mercado e articulação com o desenvolvimento turístico e econômico. Nessa perspectiva museal, as ações eventuais são vistas como imprescindíveis e devem estar diretamente articuladas com a mídia, na medida em que servem para atrair um número cada vez maior de visitantes para as instituições museológicas. A função educativa destaca-se como uma das mais importantes da instituição museal, atrelada ao princípio do politicamente correto e a um aprendizado lúdico (MAIRESSE, 2002).

Entendemos que a posição de Mairesse (2002) é importante, pois pontua determinadas linhas do pensamento museológico na contemporaneidade. Isto significa que, no decorrer da história desse campo, os profissionais e estudiosos vêm conseguindo avançar em relação a determinados conceitos, como cultura, memória, patrimônio cultural, preservação, público, comunidade, comunicação, entre outros³⁷. Como discute Moutinho (1993, p. 2), “[...] a abertura do museu ao meio e a sua relação orgânica com o contexto social que lhe dá vida têm provocado a necessidade de elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar

³⁶ A arquitetura do edifício que abriga as coleções tem função extraordinária para atrair segmentos da cultura hegemônica. Nesse sentido, é apropriado o estudo de Bourdieu e Darbel (2007) que demonstra a relação entre a frequência das instituições museológicas e o nível educacional do público.

³⁷ No caso do Brasil, alguns pesquisadores voltam-se para o campo da teoria museológica, a saber: Abreu e Chagas (2003); Lima (2012); M.C. Santos (2008); Scheiner (2012), entre outros.

conta desse processo”. Assim, a diversidade de pensamentos e experiências indica também que a Museologia está consolidando-se nos campos científico, técnico e também artístico.

Entretanto, não concordamos em relação à análise feita por Mairesse (2002) sobre a Nova Museologia e a Museologia Científica. Sua primeira consideração de que a Nova Museologia demorou por instituir-se parece-nos problemática. Primeiro, por tudo o que já discutimos neste capítulo; segundo, porque o conjunto de ideias desse movimento propagou-se mundialmente, assumindo diversas formas museológicas, de acordo com as especificidades de cada país. Vale ainda alguns esclarecimentos sobre a influência da Nova Museologia nas práticas museológicas ditas tradicionais, já que os profissionais que atuavam sob essa orientação foram, progressivamente, procurando interagir mais com as populações, diversificando os públicos e divulgando, de forma mais ampla, os patrimônios culturais preservados, por exemplo.

Além disso, vários tipos de museus vinculados às ideias da Nova Museologia surgiram com a participação de profissionais da área da cultura e de diversas comunidades que almejavam o reconhecimento e a valorização dos seus patrimônios. Vale ressaltar a importância política, social e cultural da origem de alguns desses museus. Assim, apoiadas em Varine (2012, p. 180), consideramos que “[...] as lutas contra a discriminação racial provocavam a criação de estruturas culturais de afirmação étnica nos Estados Unidos (os museus de vizinhança, os *neighbourhoodmuseums*”. Dessa maneira, é necessário compreender um pouco mais sobre a Nova Museologia, conhecendo determinados aspectos históricos como esse, e desenvolver uma visão mais crítica em relação a questões como, por exemplo, sua instalação e propagação em diversos países.

Outrossim, analisa Varine (2012) o surgimento de outra “nova museologia”, ao mesmo tempo que a Nova Museologia, baseada em investimentos expressivos, como na massa de visitantes, principalmente turistas; em programas de prestígio; em técnicas sofisticadas, a exemplo da arquitetura, da cenografia, da utilização da informática e das multimídias; e em um mecenato público e privado com motivações de relações públicas. Esse fato decorreu do enriquecimento das classes médias americanas e europeias, associado aos novos meios de transporte, que levavam a uma demanda turística cujas motivações estavam nas antípodas daquelas dos jovens museólogos locais. Portanto, segundo Varine (2012), a Nova Museologia e a Museologia Espetacular teriam surgido concomitantemente.

Ponderamos ainda acerca de algumas articulações que podem ser estabelecidas entre a Nova Museologia/Cultura Popular e a Museologia Espetacular/Cultura de Massas. Inicialmente, consideramos que, de acordo com o discutido nas seções anteriores, essas

classificações não dão conta da cultura, do patrimônio, da preservação e da valorização patrimonial na sua diversidade e complexidade. Do mesmo modo que as categorias cultura hegemônica, cultura popular e cultura de massas, Nova Museologia e Museologia Espetacular acabam também operando como formas discriminatórias do patrimônio e do fazer museológico.

Nesse sentido, atribuir à Museologia Espetacular o caráter de revolucionária e não reconhecer a importância do movimento da Nova Museologia como expressivo para a renovação das práticas e políticas culturais, de maneira geral, principalmente em países como México, Portugal, França, Brasil, significa analisar a Nova Museologia de forma parcial. Dentre as muitas contribuições, podemos destacar que o movimento da Nova Museologia, atrelado a um conjunto de circunstâncias sociais, políticas, econômicas e culturais impulsionou o trabalho de pesquisadores em relação à construção de uma definição para essa disciplina, em decorrência da necessidade de se trabalhar nesse campo em bases mais científicas.

Vale considerar ainda a questão das atividades eventuais, próprias da Museologia Espetacular. Certamente, a metodologia de trabalho no campo da Nova Museologia contemplava uma perspectiva diferenciada. Nessa orientação, mais do que realizar ações eventuais, para os adeptos desse movimento, era importante estabelecer vínculos com as comunidades e construir, conjuntamente, atividades numa linha de ação cultural. Deste modo, partindo-se da realidade dos grupos sociais poder-se-ia trabalhar com o patrimônio cultural, tendo em vista a sua historicidade, procurando compreender o presente de forma crítica. Assim, como afirma T. Coelho (1988), falar de ação cultural significa valorizar o processo de articulação e interação com os grupos sociais. Nesse caso, mais importante do que ações factuais é a criação das condições para que as pessoas inventem seus próprios fins. Esse autor alerta-nos em relação à questão do compromisso ético e social dos profissionais relacionado ao envolvimento com a realidade das comunidades trabalhadas.

Para tanto, os trabalhadores da área cultural precisam desenvolver e adequar seu olhar para as realidades nas quais estão atuando, justamente como forma de evitar o que Freire (1983) definiu como invasão cultural, que se expressa na imposição de modelos que fazem parte da realidade dos técnicos e não correspondem às especificidades dos sujeitos inseridos no processo³⁸. Portanto, ação cultural difere de animação e lazer. Claro que é possível inserir esses últimos componentes nos projetos de ação cultural, mas esses não constituem a sua essência.

³⁸ Para aprofundar o conceito de invasão cultural, consultar a obra de Paulo de Freire, com destaque para *Extensão ou Comunicação*, publicada em 1983.

Preferimos, assim, trabalhar com a ideia da Museologia como processo e com a existência de algumas tendências no campo museológico. Nessa linha de entendimento, a Museologia constitui-se em uma disciplina que, nos seus primórdios, estava voltada para o objeto (patrimônio), que apresentava determinadas características, mas não englobava o fenômeno patrimonial na sua diversidade. O conjunto de circunstâncias sociais, políticas e econômicas mobilizaram os estudiosos e profissionais desse campo que, baseados na investigação da realidade social, ampliaram a visão sobre os bens culturais, considerando a cultura enquanto um código elaborado por todos os grupos sociais, fazendo valer a ideia de que a preservação, o estudo e a comunicação dos bens culturais são válidos para todos aqueles que a considerarem importante³⁹. Neste caso específico, o que muda, efetivamente, de uma Museologia para outra, se é que podemos falar assim, é a relação com o poder. Ou seja, quando falamos de Nova Museologia, estamos considerando também movimentos sociais que operaram para forjar o reconhecimento, por parte do Estado, de formas culturais e tipologias museais heterogêneas e diferenciadas dos modelos convencionais de patrimônio, principalmente obedecendo a uma linha de formação socioeducativa.

Varine (2012) afirma que a Nova Museologia é um movimento de museólogos, filósofos, sociólogos, professores, educadores, agentes de desenvolvimento, entre outros que procuram adaptar melhor o museu a seu tempo e às necessidades das populações. Entretanto, essa visão, que tende a minimizar a importância da Nova Museologia, é relativamente comum, pois existem muitos que acreditam e defendem uma ideia de Nação unificadora e a existência de cidadãos iguais⁴⁰.

Por outro lado, tendo em vista a análise que apresentamos, é difícil operar completamente na linha da Nova Museologia, fundamentalmente, em razão da escassez de recursos financeiros na área da cultura; da dificuldade de participação das comunidades, em decorrência das exigências da vida moderna e cotidiana; das metodologias de trabalho processuais que, muitas vezes, vão de encontro à cobrança de políticas culturais construídas de maneira a privilegiar os referenciais quantitativos em relação às atividades eventuais como forma de promoção política, entre outras questões. Isso, entretanto, não significa que essa corrente museológica não esteja presente nas sociedades de maneira geral, inclusive operando por meio da ação dos profissionais, de forma híbrida, até mesmo em instituições convencionais.

³⁹ Nesse sentido, o que está em jogo são os interesses das populações e não a imposição de modelos.

⁴⁰ De acordo com a Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (2008), atualmente, no Brasil, existem 21 ecomuseus e/ou projetos museológicos de natureza comunitária.

Precisamos destacar ainda uma questão, que se refere aos aspectos éticos no trabalho com o patrimônio. Isso porque, em nome da “modernidade”, muitos projetos espetaculares são desenvolvidos em determinados contextos, funcionando como verdadeiros mecanismos de coação para determinadas populações. Por outro lado, imaginar que é possível sustentar atividades culturais regulares em alguns bairros, por exemplo, é um delírio, diante da conjuntura de crise atual.

Dessa maneira, conceber que a solução para os museus está nas atividades culturais mercantis, parece-nos problemático, posto que a mercantilização da cultura sequer consegue dar conta de alguns problemas básicos no campo da proteção e valorização patrimonial. Como afirma Chagas (1996), a solução para o museu está na abertura para a vida, para o tempo presente, para o encontro com a cultura viva, com as manifestações populares, na abertura para a diversidade cultural e na quebra dos discursos positivistas e totalitários. Entendemos que isso não significa excluir atividades espetaculares. Constatamos várias experiências museais, sobretudo no campo da exposição museológica, que exploram recursos cenográficos de alto impacto visual, conseguem atrair um grande público e apresentam discursos de qualidade, baseados em trabalhos científicos sobre os objetos preservados ou ideias musealizadas.⁴¹ Deste modo, acreditamos que a natureza do projeto museológico a ser desenvolvido depende do contexto e do momento das populações envolvidas. Daí a importância de elaborar e desenvolver o trabalho museológico embasado no conhecimento das suas realidades.

Por tudo isso, compreendemos que, atualmente, existem maneiras diversas de se operar com o patrimônio cultural. Nesse sentido, não acreditamos completamente numa corrente museológica, tampouco em concepções/ideias de museu e/ou Museologia. O que vai definir a natureza da ação museológica e o tipo de museu mais apropriado é o contexto no qual a instituição está inserida⁴², aliado ao compromisso social dos profissionais que fazem parte da equipe museal, os quais deveriam, apoiados nas suas concepções de museu e de museologia, cultivar e zelar pelas trocas com os sujeitos sociais envolvidos nos projetos.

⁴¹ No Brasil, destacamos duas experiências, a do Museu da Língua Portuguesa e a do Museu do Futebol, ambos situados na cidade de São Paulo e bastante visitados pela população brasileira. Com relação ao Museu do Futebol, a grande frequência é atribuída à temática da instituição, que toca num aspecto identitário expressivo do povo brasileiro. Em relação ao museu da língua portuguesa, destaca-se, fundamentalmente, por sua interatividade, que atrai, principalmente, o público infantil. Na França, tivemos a oportunidade de visitar uma exposição temporária no Museu de Arte Contemporânea de Lyon, intitulada “Tu Parles!? Le français dans tous ses états”, sobre a língua francesa, que se destacava pelos recursos interativos e pela qualidade do conteúdo musealizado.

⁴² Entenda-se contexto de forma ampla, ou seja, população de um bairro, de uma cidade, por exemplo, e a sua realidade social, econômica, política e cultural.

Adotamos, pois, a ideia de que a Museologia é uma disciplina em processo e que, atualmente, a instituição museu apresenta diversas tipologias e algumas funções adotadas como básicas, por parte dos profissionais e estudiosos: preservação, investigação e comunicação⁴³. Vale ressaltar que, desde o início do Movimento da Nova Museologia, o museu vem passando por transformações essenciais que têm influenciado a natureza dos processos preservacionistas, os estudos sobre os bens culturais e as formas de comunicação e interação com as comunidades. Exploraremos alguns desses aspectos a seguir, como forma de subsidiar nossas discussões sobre o museu na contemporaneidade, como espaço experimental sensível e crítico.

2.2.3 Museus e parques na contemporaneidade: patrimônio ambiental, urbano e religioso, forma museal que integra natureza e cultura

Ao discutir a relação entre cidades, identidades, narrativas, patrimônios e memórias, Fortuna (1997) considera que os museus enfrentam uma crise de identidade produzida pela desvalorização cultural do objeto e pela valorização do discurso e da narrativa. Ele defende que a identidade dos museus, assim como a identidade dos sujeitos, faz-se no presente e na experiência. Por isso, considera que os museus devem pertencer ao mundo das sensações e dar sentido à realidade por meio da experiência sensorial e cognitiva.

Nesse sentido, mais importante que o objeto em si é o conjunto de relações e abordagens feitas com base nos bens culturais preservados. Ao remeter para a atualidade dos processos de memória e identidade, o autor faz aflorar o compromisso da instituição museu com o passado, é claro, mas também com o presente, mediante a compreensão e o levantamento de questões sobre as sociedades contemporâneas, com base nas suas atividades convencionais e cotidianas. Ademais, a questão das vivências é oportuna e pode funcionar por meio do movimento do sensorial para o cognitivo, ou seja, como mecanismo de estímulos para a construção da compreensão, a formulação de abordagens e identificações socioculturais.

Por outro lado, chamamos a atenção para as reflexões feitas por Meneses (1995) sobre a pesquisa no âmbito dos museus, que difere daquelas realizadas no âmbito da academia. A grande diferença reside na forma de devolução ao público e de acesso ao conhecimento produzido. Os trabalhos de investigação realizados nos museus são parte funcional dessa instituição, cujo caráter público determina que a distância entre produção e consumo social de

⁴³ Um dos modelos de maior aceitação por parte dos estudiosos e profissionais da área museológica. Trata-se de um exemplo ou norma proposto por Mensch em sua tese defendida em 1992.

conhecimento seja mínima e direta. No museu, a socialização do conhecimento produzido e o acesso às fontes desse conhecimento são muito mais fáceis de se obter e muito mais passíveis de cobrança.

Verificamos, assim, o destaque dado pelo referido autor aos trabalhos de pesquisa no âmbito das instituições museais. Ao analisar a produção do conhecimento no âmbito museológico, ou seja, com base nos bens culturais preservados, a discussão de Meneses (1995) trata também da produção do discurso, apontando para a necessidade de se analisar o conhecimento produzido não como uma interpretação única do patrimônio cultural, mas como uma leitura, o que significa poderem existir várias possibilidades de construção de discursos sobre os bens culturais. Ressaltamos ainda o trabalho desse autor pela ênfase dada ao caráter público da instituição museu, principalmente ao chamar a atenção para a responsabilidade da instituição museal com a sua democratização por meio das informações.

Com efeito, a produção de conhecimento e sua socialização destacam-se como ações próprias das instituições museais contemporâneas que atentam, cada vez mais, para o caráter ideológico presente na construção dos discursos dos seus profissionais. Deste modo, Chagas (2009), por exemplo, discute a relação entre memória e poder nos museus modernos, ao considerar as instituições museológicas criações historicamente condicionadas e, como tal, passíveis de serem lidas e interpretadas como um documento. Os museus possuem, em suas estruturas de atuação, três aspectos distintos e complementares: do ponto de vista museográfico, a instituição museal é um campo discursivo; do ponto de vista museológico, é um centro produtor de interpretação; do ponto de vista histórico-social, é arena política. Assim, é possível inferir que as instituições museológicas manifestam, por meio dos seus narradores, significados histórico-sociais diferentes. É por isso que Chagas (2009, p. 60-61) destaca a relevância da leitura crítica do universo museal, salientando que:

As instituições museais têm a vida que lhes é dada pelos que nela, por ela e dela vivem. Interessa, portanto, saber por que, por quem e para quem os seus textos narrativos são construídos; quem, como, o que e por que interpreta; quem participa e o que está em causa nas pendengas museais.

As reflexões dos autores citados permitem-nos depreender uma nítida preocupação relativa à construção dos discursos nas instituições museais; entretanto, cada um deles aborda pontos específicos em relação a essa problemática no campo museal, que ainda se apresenta de forma ampla. Nessa perspectiva, algumas precisões apontadas por Chagas (2009) no trecho citado acima auxiliam nossa interpretação sobre a diversidade e a complexidade das instituições museais na contemporaneidade.

Nesse sentido, sobre as estruturas de atuação dos museus, Fortuna (1997) e Meneses (1984) enfatizam os aspectos histórico-sociais dessas instituições. O primeiro destaca a necessidade de aprimoramento dos instrumentos de apropriação das narrativas, enquanto o último preocupa-se mais com o problema da construção idealizada da memória e a necessidade de interpretação e socialização do conhecimento.

Enfim, os estudos contemporâneos sobre a instituição museu baseiam-se no fato de que essas instituições possuem como funções imprescindíveis a preservação, investigação e comunicação, conforme dito anteriormente, contudo, sobressaem dois aspectos fundamentais: a questão do equilíbrio entre as funções e o caráter histórico da instituição museu. As funções de preservação, investigação e comunicação constituem os principais elementos que caracterizam o museu. Dessa forma, não existe uma função mais importante que outra, mas as três devem interagir de maneira conjunta, pois a cristalização em um desses objetivos descaracteriza o museu. Assim, o enfoque exclusivo na preservação pode transformar o museu em depósito de objetos; por outro lado, enfatizar a função de investigação significa optar por um centro científico; a cristalização na função de comunicação pode transformar o museu numa casa de *shows*. Entretanto, de acordo com a política e a filosofia da instituição, é possível enfatizar uma dessas funções em algum período (CHAGAS, 1996).

Em relação ao caráter histórico das instituições museais, ressaltamos que, como tal, elas obedecem ou respondem às questões e aos apelos de cada período. Dessa forma, Figueiredo e Vidal (2005, p. 7) apontam algumas possibilidades de estudo sobre o museu:

Ora o olhar repousa sobre as injunções que estabelece o Museu no presente em suas práticas de acúmulo de acervos e gestão; ora, desloca-se para o passado, investigando a constituição histórica das instituições museais; ora, encara os desafios atuais da aproximação com o público, expressos nos fazeres educativos. A cada novo foco, o objeto Museu se desconfigura e assume uma nova imagem, revelando as intensas e profundas relações que mantém historicamente com a sociedade e a cultura.

As funções museológicas caracterizam a instituição museal, sendo sua atualização dinamizada pela produção do conhecimento que pode explorar diferentes possibilidades e facetas das suas relações com as sociedades, de maneira geral. Nesse sentido, os museus são construções humanas e, nessa qualidade, correspondem a um conjunto de necessidades e interesses que devem ser levados em consideração se quisermos entender ou compreender sua existência assim como a natureza do discurso construído. O que está em jogo no campo museal é uma postura científica e crítica por parte dos profissionais que atuam nessa área, para uma compreensão ampla e fundamentada sobre a própria história da instituição museu,

a constituição dos bens culturais preservados, seu uso e intenções de proteção e divulgação no presente.

O trabalho científico com o patrimônio cultural remete-nos à necessidade de análise dos grupos sociais envolvidos nos processos preservacionistas. Assim, com base em discursos das comunidades em relação aos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, defendemos que podem funcionar com uma forma museal, numa perspectiva crítica e sensível, como debatido anteriormente. Para tanto, analisaremos a definição de patrimônio que estamos adotando para trabalhar com os referidos estudos de caso.

Inicialmente, trata-se de um patrimônio híbrido, que porta um conjunto de significados diferenciados, atribuídos por diversos grupos sociais ao longo da sua história. Em linhas gerais, com base nos depoentes, destacamos três categorias de valor em relação ao patrimônio e a suas comunidades, que enfatizam: aspectos naturais e paisagísticos, destacados, principalmente, pelos ecologistas; aspectos históricos, religiosos e poéticos, em que a população da Bahia é representada por intelectuais, artistas e cantores; aspectos críticos e políticos, identificada pela participação de membros da comunidade local, artistas e ecologistas, denunciando o descaso dos poderes públicos com a preservação e a valorização desses espaços.

Tendo em vista a variedade de sentidos atribuídos aos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, optamos por trabalhar com a definição de patrimônio ambiental, urbano e religioso, por considerar que consegue englobar os diversos valores manifestados pelos agentes da patrimonialização. Assim, o conceito de patrimônio ambiental, urbano e religioso foi se constituindo, progressivamente, nas discussões dos profissionais da área da preservação do patrimônio cultural⁴⁴, realizadas, principalmente, em conferências internacionais⁴⁵. Obedecendo a uma ordem cronológica, citamos, primeiramente, a Conferência de Atenas⁴⁶, de 1931, cuja discussão sobre patrimônio apontava para a necessidade de ocupação dos monumentos, como forma de assegurar a sua continuidade e sobrevivência (CARTA de Atenas, 1999). Fica evidente, já nesse período, uma preocupação em torno da

⁴⁴ Os congressos realizados sobre Patrimônio Cultural reproduzem visões de uma época. As transformações relativas aos bens culturais ocorreram, sobretudo, em função das mudanças ocorridas nas realidades sociais e da sistematização do conceito de cultura, numa perspectiva relativizadora.

⁴⁵ A ideia relativa ao patrimônio urbano surgiu como fruto das preocupações em torno das transformações urbanas propostas por Haussmann, em meados do século XIX, para se referir à reforma de Paris (CHOAY, 1992). Esta autora menciona a expressão patrimônio urbano, empregada por Giovannoni em 1931, com o significado de centro e bairros de uma cidade como unidades que responderiam pelas relações sociais.

⁴⁶ A Carta de Atenas e a Carta de Veneza são apenas alguns exemplos de textos que apresentam reflexões sobre o patrimônio cultural e a importância da sua preservação. Constituem-se em documentos de referência para todos os que trabalham na área da preservação do patrimônio cultural no Brasil e no mundo. No caso da Carta de Atenas foi organizada pelo Serviço Internacional de Museus. A Carta de Veneza decorre do II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos (PRIMO, 1999).

questão do “uso” do patrimônio como caminho indispensável para a preservação do patrimônio cultural.

A Carta de Veneza, de 1964, por sua vez, apresenta um conceito mais ampliado de monumento histórico, procurando englobar, além das criações arquitetônicas, os sítios urbanos ou rurais. Além disso, os monumentos são vistos como testemunhos da história e portadores de mensagens sobre o passado (CARTA de Veneza, 1999). Do nosso ponto de vista, as ações voltadas para a conservação e o restauro deveriam contar com a participação de profissionais de diversas ciências, ideia trabalhada durante o evento e que já se projetava como uma maneira de demonstrar a importância de atividades interdisciplinares no campo patrimonial. Outra ideia presente nessa Carta diz respeito à questão da inseparabilidade do monumento em relação ao meio em que está inserido. Essa visão, com certeza, contribuiu para situar a importância da preservação dos bens culturais – *in loco* – e do desenvolvimento de estudos sobre a realidade local.

Em 1967, ocorreu o Congresso de Quito, sobressaindo-se pela ênfase dada à preservação do patrimônio cultural voltada para o turismo, entendido como estratégia de desenvolvimento econômico (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1967). Nesse encontro foi reforçada, como em Veneza, a visão de que o patrimônio deveria ser compreendido em articulação com o contexto em que está inserido.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1972), apresenta uma definição de patrimônio natural, articulando-o à cultura, aspecto fundamental para o conjunto da nossa discussão. Dessa maneira, os sítios são conceituados como obras conjugadas da natureza e do homem, e as criações da natureza são classificadas como bens patrimoniais. Segundo Zanirato e Ribeiro (2006), essa definição foi resultante da compreensão de que a identidade cultural de um povo é forjada no meio em que vive, e de que as obras humanas mais significativas obtêm parte de sua beleza do lugar em que se encontram instaladas. O patrimônio, considerado no duplo aspecto, cultural e natural, remetia à compreensão de que o homem interage com a natureza, logo, é essencial preservar o equilíbrio entre eles.

Dessa forma, de acordo com Zanirato e Ribeiro (2006, p. 258), as noções de natureza e cultura, “[...] tanto tempo consideradas como diferentes e inclusive antagônicas [...]”, deveriam ser modificadas. Assim, natureza e cultura são complementares. Nesse sentido, Scheiner (1992) faz referência à correspondência entre o homem e o meio, demonstrando que a proteção do patrimônio dependerá, sem dúvida, da proteção da natureza, e a preservação da

natureza deve basear-se na preservação da qualidade de vida do homem e na preservação da vida em si mesma.

A ideia de que a natureza e a cultura articulam-se também está presente na Carta de Nairobi, de 1976, que apresenta a noção de “ambiência” como quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica e se vincula de maneira imediata no espaço, seja por laços sociais, econômicos ou culturais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 1999). Assim, os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos e devem ser conservados na sua integridade.

A análise desses documentos possibilita discutir a noção de patrimônio ambiental, urbano e religioso com base em uma visão ampla, utilitária, interdisciplinar, desenvolvimentista e, principalmente, de maneira integral e global. Recorremos ainda a duas definições de Eduardo Yagizi⁴⁷ para fundamentar nossa perspectiva em relação a essa noção de patrimônio. De acordo com esse historiador, doutor em Planejamento Urbano e Regional, “[...] o patrimônio ambiental urbano consiste de espaços (que transcendem à obra isolada) caracterizadores da cidade devido a seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo” (SÃO PAULO, 1978, p. 35). Avançando em relação à discussão sobre esse conceito, considera Yagizi (2012) que o patrimônio ambiental urbano pode ser visto como um conjunto de elementos naturais intraurbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, em que o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Nessa segunda definição, percebemos o enfoque dado à realidade dos países que não nutrem a devida atenção aos efeitos dos processos desenvolvimentistas sobre o seu patrimônio, criticando também a falta de informação e participação das comunidades nos processos preservacionistas, bem como posicionando-se em defesa do compromisso social que deveriam cultivar os profissionais envolvidos nas atividades de preservação.

Tendo em vista os aspectos mencionados, consideramos que os patrimônios ambientais, urbanos e religiosos não são territórios imaculados. São lugares marcados pela presença humana e, portanto, dotados de sentidos por todos aqueles que os utilizam, vivenciam, apreciam e valorizam. São construções históricas, que devem ser consideradas como referenciais básicos para os processos de reflexão sobre a memória das coletividades que integram as sociedades multiculturais. Sua historicidade permite ainda a exploração de

⁴⁷ Eduardo Yagizi foi Coordenador do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano do estado de São Paulo em 1978.

informações sobre o passado e o presente, conforme evidenciado nos estudos de caso trabalhados. Esse entendimento coloca em destaque um contexto que precisa ser levado em consideração nos processos de patrimonialização. A preservação do patrimônio ambiental, urbano e religioso implica a realização de estudos científicos, numa perspectiva interdisciplinar, procurando explorar o potencial significativo do patrimônio com o objetivo de que seja apropriado pelas populações e utilizado como ferramenta de desenvolvimento.

Os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu são patrimônios ambientais, urbanos e religiosos e, como tal, necessitam de uma leitura museológica que viabilize sua preservação, estudo e comunicação, de maneira crítica e sensível. Além disso, como afirma Varine (2012), a musealização é um mal necessário. Não a musealização que opera com o bem cultural de forma fragmentada e estática, mas uma musealização construída com base no conjunto das relações do patrimônio, de maneira dinâmica, participativa e integrada com o presente, apoiada nos anseios e necessidades das populações.

A rigor, o termo musealização significa retirar um bem cultural de seu contexto natural ou cultural com o objetivo de preservá-lo. Para tanto, parte-se da ideia de que o objeto porta uma determinada qualidade ou valor que exigiria essa seleção. Stransky (1995) analisou a importância do desenvolvimento do processo de documentação relativa aos bens culturais retirados de seu contexto de origem, chegando à conclusão de que é necessário documentar o contexto para que o bem possa ser restituído.

Por sua vez, Rússio (1990) discute o conceito de musealização, considerando que musealizamos os testemunhos do homem e do seu meio, seja o meio físico (natural), seja o meio transformado pelo homem. Essa autora enfatiza que não musealizamos todos os testemunhos do homem e do seu meio, natural ou urbanizado, mas aqueles traços, vestígios ou resíduos que tenham significação. São esses sinais, imagens e símbolos que permitem ao homem a leitura do mundo. Na mesma linha de Stransky (1995), Rússio (1990) ratifica a relevância de que se reveste a informação sobre os bens culturais musealizados.

Dessa forma, adotamos o seguinte conceito de musealização: processo museológico de seleção dos bens culturais a serem preservados, diretamente articulado à produção de conhecimento sobre o patrimônio e o meio no qual esse estava ou está inserido, com o objetivo de fornecer subsídios para a compreensão da memória, numa perspectiva dinâmica e crítica.

A filosofia desse processo museológico contempla o que Martins (1997) entende como uma ação cultural permanente, ou seja, responsável pela estruturação das atividades que viabilizem para a população o exercício da cidadania e a responsabilidade em torno da preservação das várias vozes da sociedade, do próprio multiculturalismo, na construção da

história. Dessa maneira, a preservação dos parques urbanos e religiosos deve ser vista como estratégia de desenvolvimento social amplo, de forma que se possa também contemplar a complexidade envolvida nas relações entre o homem e o meio ambiente. Para tanto, Nunes (2003, p. 163) discute que o desenvolvimento deve consolidar-se

[...] ancorado na conjugação entre economia e cultura, no respeito pela dignidade humana, na preservação dos equilíbrios ambientais. Que desejem assegurar o aprofundamento da democracia (representativa, participativa e directa), fundada num exercício crítico e empenhado de cidadania.

Ressaltamos a importância da formulação e do desenvolvimento de políticas museológicas que viabilizem a operacionalização de ações museais, de forma ampla e democrática. Entendemos que a autogestão do patrimônio cultural de grupos sociais subordinados apresenta-se de forma problemática, em virtude da própria realidade dessas comunidades. Além disso, tendo em vista a necessidade de compreensão e valorização dos diversos patrimônios que fazem parte das sociedades, o poder público deve comprometer-se com as iniciativas de patrimonialização, entendendo-as como atividades de cidadania e desenvolvimento social.

Consideramos como dificuldade para implementar tal política, no caso dos parques metropolitanos, a perspectiva de integrar as diretrizes públicas nas áreas de cultura, meio ambiente e educação. Os ecomuseus representam um exemplo claro de como essa parceria é importante para o desenvolvimento das populações que estão inseridas nos contextos de preservação, procurando integrar, de forma efetiva, natureza e cultura. Não é por acaso, portanto, que a sua origem esteja vinculada ao modelo de parque natural, tendo em vista o modelo estatal de valorização territorial. Esse fato também viabilizou a sua concretização e estimulou sua consolidação e divulgação, inclusive em outros países.

Muitos dos processos de patrimonialização, construídos nas sociedades contemporâneas com a participação de grupos sociais que reivindicam o reconhecimento dos seus patrimônios culturais e a afirmação das suas identidades, articulam-se em organizações que procuram zelar por seus bens culturais. Com efeito, são os próprios membros das comunidades que aspiram por formas de preservação mais condizentes com o passado e o presente, por meio do uso do patrimônio preservado.

Nesse sentido, para construir uma política pública museológica democrática, é fundamental atentar para as organizações responsáveis pelos patrimônios ambientais, urbanos e religiosos. De fato, ao discutir sobre a questão da cidadania incompleta como forma de

exclusão, Aidar (2002) entende a inclusão social como sinônimo de participação. Chama a atenção, inclusive, para o fato de que isso não significa o desenvolvimento de políticas assistencialistas, mas a operacionalização de políticas participativas, considerando que os excluídos possam ser agentes nos processos que buscam a sua inclusão, pois a participação é uma forma de integração. Isso significa ouvi-los e inseri-los no processo museal, a fim de que sejam estruturadas as atividades a serem desenvolvidas nesses espaços, inclusive as atividades voltadas para o turismo.

Está em jogo também a possibilidade do desenvolvimento de práticas educativas apropriadas à realidade sociocultural dos grupos sociais, com base no patrimônio cultural preservado. Se muitos desses grupos, como no caso dos parques trabalhados, envolvem pessoas de origem indígena e negra, que foram discriminadas ao longo da nossa história, é chegado o momento de desenvolver, realmente, ações preservacionistas inclusivas, que prezem pela valorização da autoestima das diversas etnias que compõem a sociedade brasileira. É óbvio que não acreditamos que a Museologia e o Museu, por meio da atuação dos seus profissionais, vão construir essa transformação de forma isolada. Está em jogo, portanto, um projeto conjunto entre instituições públicas, privadas, organizações não governamentais e a sociedade civil.

3 POLÍTICA FEDERAL DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL E AS INICIATIVAS EM PROL DA ORGANIZAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO

Esta seção está estruturada em duas subseções: a primeira trata da política de preservação no Brasil; a segunda, da construção da política nacional de museus a partir de 2003, ano em que o Ministro Gilberto Passos Gil Moreira assumiu o Ministério da Cultura, o IPHAN foi reestruturado e o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu) foi criado como órgão específico para tratar dos museus no Brasil. Pretendemos discutir sobre a preservação do patrimônio cultural e a política museológica brasileira, como forma de contextualizar e demonstrar a necessidade de incorporação de uma concepção museal que dê conta de tipologias e dos processos de patrimonialização dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, de forma particular, mas do patrimônio ambiental, urbano e religioso de maneira geral.

Demonstraremos que o conjunto de ações exercidas pelo Estado brasileiro, em relação à proteção do seu patrimônio cultural, revela um modelo restrito de interpretação e seleção de aspectos da memória dos grupos sociais que fazem parte dessa sociedade; considera o bem cultural como algo fixo e imutável; não contempla a produção e divulgação de informações, sobre os bens preservados; e, finalmente, não conseguiu, ao longo dos anos, apropriar-se, de forma usual, de concepções e tipologias museais alternativas ao modelo formal de museu, mais condizentes com a realidade de determinadas populações e/ou grupos sociais.

Nessa perspectiva, torna-se necessário abordar a política cultural brasileira, tendo em vista que as instituições museológicas, assim como os monumentos preservados¹, funcionam também como instrumentos de afirmação da unidade e da identidade nacional. Isso significa considerar o patrimônio cultural brasileiro no conjunto das políticas de preservação, mas também incluir os museus, pois são os principais instrumentos de proteção da memória nacional, como veremos adiante.

A análise sobre a política de preservação do patrimônio cultural brasileiro implica uma discussão sobre suas vinculações com a questão do desenvolvimento. A propósito, Fonseca (2005) classifica a política cultural do Brasil em dois momentos decisivos: o momento fundador, no final da década de 1930, e o momento renovador, na segunda metade da década

¹ De acordo com Choay (1992), monumento diz respeito a tudo o que é construído por um grupo de indivíduos para rememorar. Isso significa também fazer com que outras gerações de pessoas possam lembrar acontecimentos, sacrifícios, ritos e crenças, por exemplo. Essa definição de monumento deriva de *monere*, que significa lembrar, advertir.

de 1970 e início de 1980. Demonstraremos, assim, por meio das políticas de preservação analisadas, a construção progressiva do processo de organização da sociedade civil brasileira, que reivindica cada vez mais e impõe-se na participação e no reconhecimento de produções culturais diversas, forjando a ampliação do conjunto patrimonial brasileiro e, embora de forma ainda restrita, a criação de novas formas de musealização.

A partir da segunda metade da década de 1970, o turismo inseriu-se no conjunto das políticas de preservação como ferramenta econômica e alternativa para a sobrevivência de algumas populações, contribuindo para revelar diversas formas de apropriação do patrimônio cultural, principalmente pelas comunidades locais que, além dos valores tradicionais, passaram a conviver, paralelamente, com a valorização predominantemente estética. Esta foi a principal justificativa para a preservação do patrimônio ambiental, urbano e religioso, por exemplo, tendo em vista a perspectiva dos técnicos dos órgãos oficiais de proteção patrimonial.

Nessa linha de discussão, Romeiro Chuva (1998) chama a atenção para a formação das coleções museológicas, pois a maioria dos objetos que as constituem são retirados do seu contexto de origem, determinando uma descontextualização simbólica, expressa nas exposições museais. Nessa linha de discussão, será considerado ainda o envolvimento de intelectuais e profissionais da Museologia e áreas afins, para analisar a dificuldade de implantação e diversificação de tipologias museais que contemplem a preservação *in situ* e a necessidade de inovação das atividades práticas, no campo museal, de maneira a explorar, dentre outras, a dinâmica do bem cultural no processo de preservação.

Dessa maneira, partiremos do geral para o particular, discutindo sobre a atuação e as diretrizes dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio brasileiro. A abordagem adotada é predominantemente histórica, a fim de compreendermos algumas associações que foram se construindo entre o Estado e a cultura, elementos importantes para discutirmos o processo de construção da nação brasileira. Entretanto, vale esclarecer que não pretendemos, nesta seção, construir a história do Brasil; recorreremos à história para fundamentar aspectos das políticas de preservação e pontuar configurações imprescindíveis para uma construção modesta, mas importante, da política cultural brasileira e da historiografia de alguns museus do Brasil.

A presente discussão está subdividida em quatro momentos. O primeiro considera algumas ações dispersas, significativas para a gestação de um conjunto de atividades voltadas para a proteção do patrimônio brasileiro, e vai do período colonial até o final do império (século XVI até o século XIX, mais precisamente até 1888); no segundo momento, refletimos sobre a construção da nação brasileira, a definição patrimonial e o papel dos museus,

principalmente os nacionais (de 1889 até 1963); o terceiro momento trata da ampliação do conceito de bem cultural e das manifestações sociais em prol da necessidade de reconhecimento de identidades étnicas, sobretudo indígena e negra (de 1964 a 1983); e, finalmente, no quarto momento (1984 a 2004), discutimos sobre o Sistema Nacional de Museus como semente para a construção de um movimento dinâmico que contemplou diversas ações museais na sociedade brasileira, e que tratamos, no quadro da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, como política museológica iniciada em 2003.

3.1 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO E OS MUSEUS: ANÁLISE HISTÓRICA

Ao longo dos séculos de história deste país, mais precisamente desde que o Estado brasileiro constituiu-se como tal até o século XX, o aparelho estatal teve necessidade de construir uma identidade nacional associada, sobretudo, aos valores e interesses das classes sociais hegemônicas. Num primeiro momento, essa identidade foi construída, principalmente, com base em referências da cultura europeia e de uma visão naturalista do território brasileiro. No período da colonização, por exemplo, o Estado português agia, impondo sua identidade sobre as alteridades com as quais se relacionava. Posteriormente, principalmente após a segunda guerra mundial, os marcos externos voltaram-se, predominantemente, para os modelos americanos, tendo sido produzidos e divulgados pela indústria cultural junto às populações.

Feijó (1983) e Neves (1987) concordam com o fato de que as ações culturais desenvolvidas pelo Estado brasileiro obedecem a uma lógica ligada à história política e econômica do Brasil, refletindo, em vários momentos, aspectos da dependência social e econômica que esse país vivenciou desde o período da colonização até meados do século XX. Assim, torna-se oportuno compreender as ações do Estado como uma prática de comunicação voltada para a sociedade e, ao mesmo tempo, como um mecanismo de orientação social e veículo de construção ideológica das representações brasileiras, objetivando definir uma identidade nacional (FEIJÓ, 1983).

Antes disso, porém, é necessário analisar a relação entre cultura e poder político, que não é específica da história da formação do Estado brasileiro. De acordo com Feijó (1983), observa-se esse fato em diversos momentos da história ocidental. O autor mostra que a política sempre se ocupou da cultura, e isso foi estimulado de acordo com os interesses políticos e econômicos dominantes. Afirma que a cultura foi reprimida, quando ultrapassou os limites ideológicos “permitidos” e, nas situações em que a produção cultural organizava-se e

mostrava-se consciente, isso contribuía, de forma expressiva, para a ocorrência de transformações históricas.

O trabalho de Feijó (1983) permite compreender aspectos do uso da cultura para a afirmação do poder do Estado e sua força política de acordo com as circunstâncias históricas. Esse autor afirma que concepções políticas como o marxismo e o anarquismo expressam a força da cultura como mecanismo de transformação social e consciência histórica. Com efeito, as experiências de Estados de orientação marxista, como a antiga URSS e a China, mostram como a cultura pode ser controlada e colocada a serviço da ideologia das nações.

Não obstante, é importante assinalar que a cultura foi utilizada, em diversos momentos da história brasileira, por movimentos revolucionários ou da contra-história². De fato, a definição de uma identidade brasileira sempre representou um problema, sobretudo aos olhos dos intelectuais brasileiros, tendo em vista sua diversidade territorial e os aspectos relacionados à miscigenação populacional³. Em decorrência disso, é possível afirmar que existem articulações socioculturais que representam alternativas diferentes do conceito oficial de cultura, determinando posições heterogêneas à cultura e ao patrimônio oficial, conforme análise a seguir.

3.1.1 Período colonial e imperial no Brasil: ações preservacionistas, os museus como espaços de representação do nacional e as teorias evolucionistas

Em termos gerais, o período colonial brasileiro caracteriza-se, economicamente, pela monocultura latifundiária, baseada na produção de açúcar, cuja mão de obra era escrava, de origem africana, tendo em vista a resistência da população autóctone – os indígenas – para esse tipo de atividade laboral e como forma de oposição ao próprio processo de colonização. A estrutura social era alicerçada na família patriarcal, e a presença dos jesuítas constituía a grande expressão do poder da Igreja Católica.

Em princípio, a colônia era vista pelos portugueses como lugar de enriquecimento. De fato, muitos constituíram fortuna e, ao invés de retornar para Portugal, ficaram no Brasil e formaram seus descendentes diretos em escolas de alta reputação na metrópole, como a

² Por exemplo, as ações desenvolvidas pelo Centro Popular de Cultura em 1964, ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE); o movimento da comunidade afro-brasileira para reconhecer como patrimônio cultural o espaço de realização de rituais denominado de “terreiro” nos anos de 1970; o movimento pela criação do dia da consciência negra, entre outros.

³ Citamos, como exemplo, os estudos de DaMatta (1981) e Ortiz (1995) sobre esta problemática.

Universidade de Coimbra⁴. É interessante constatar que os nobres que ficaram no Brasil foram constituindo e formando suas famílias, tendo desenvolvido algumas preocupações com relação a esse “novo mundo” denominado Brasil. Do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural, são poucas as ações nesse período histórico, resumindo-se a algumas iniciativas particulares, por exemplo, ações da Igreja, da população e do governo.

Destaca-se, nessa fase, a iniciativa do Conde de Galveias, nobre português que, em 1742, escreveu ao governador de Pernambuco uma carta lamentando o projeto que transformou o Palácio das Duas Torres, construído pelo Conde de Nassau, em quartel de tropas locais. De acordo com Galveias, seria importante manter a integridade da obra holandesa, por se constituir como um troféu de guerra a orgulhar o povo brasileiro. Segundo o Conde, com as adaptações, estaria arruinada “[...] uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os portugueses na restauração dessa capitania” (LEMOS, 1985, p. 35). Afirmava ainda que aquelas obras holandesas eram livros que falavam, sem que fosse necessário lê-los.

Em que pese a visão de vanguarda do conde de Galveias sobre o caráter pedagógico dos bens culturais, pouco se fez, nesse período, com relação à proteção do patrimônio. Ao contrário, como discute Lemos (1985), foi ocorrendo, progressivamente, uma lenta destruição do patrimônio português, sobretudo em períodos específicos, como a proclamação da independência do Brasil, por exemplo, tendo em vista o jugo durante a dominação colonial. Assim como os bens culturais, alguns documentos significativos foram se perdendo ao longo da nossa história, comprometendo e/ou dificultando a interpretação de aspectos da memória do país. Sobre essa mentalidade que reflete, de forma genérica, a relação da população brasileira com a sua história, apresentamos alguns pontos da reflexão de Lemos (1985, p. 35):

Sempre que alcançamos uma meta libertária, a primeira coisa que se fez foi destruir as provas da opressão banida. Vestígios holandeses varridos. Cartelas heráldicas, escudos e brasões arrancados violentamente dos pórticos nobres das construções espanholas pelos portugueses da Reconquista e pelos brasileiros depois de 1822. Papéis comprometedores queimados, como aqueles relativos à escravidão negra, por ordem do abolicionista Rui Barbosa, já depois do 13 de maio da Princesa Isabel.

A análise do autor demonstra uma visão e um modo de agir que nos parecem importantes para serem pontuados em relação a alguns aspectos. É como se, na construção do Brasil, fosse se delineando, progressivamente junto à população, uma visão repressora da

⁴ Sobre os descendentes dos portugueses que moravam no Brasil e sua formação, Cf. OLIVEIRA, 2008.

história, que acabou se perpetuando ao longo dos séculos. Assim, o passado é visto como ameaça, sendo necessária sua camuflagem ou até mesmo a “destruição” de algumas de suas referências físicas para a manutenção da ordem atual⁵.

Ainda com relação ao período colonial, vale a pena registrar alguns pontos sobre o papel da Igreja, no campo da proteção patrimonial, principalmente no que diz respeito aos bens arquitetônicos. Lins (1989) menciona algumas ações desenvolvidas com o objetivo de construir e conservar igrejas nesse período. De acordo com esse autor, “[...] o ‘Sagrado’ era usado como instrumento na obtenção de recursos para a manutenção dos suportes físicos das relações entre a Igreja-Estado e a população” (LINS, 1989, p. 58). Assim, era comum a participação das comunidades na construção de edifícios religiosos que, normalmente, contavam com o patrocínio oficial para a capela-mor, e a população ficava responsável pelo restante da construção, sua reparação e manutenção. Contudo, chamamos a atenção para o fato de que tais iniciativas refletiam o interesse de doutrinação da Igreja Católica, que visava atingir, principalmente, a população indígena e negra.

A maior parte das ações oficiais, no domínio da cultura, começou com a vinda de D. João VI ao Brasil, que permaneceu nesse território de 1808 até 1821. De fato, a política europeia do período, tendo em vista algumas medidas, como o bloqueio continental decretado por Napoleão Bonaparte, a industrialização crescente da Inglaterra, o aumento dos seus mercados consumidores, ao lado das ideias liberais propagadas pela burguesia europeia, principalmente a francesa, obrigou o monarca português a definir seu apoio a uma dessas duas nações, tendo D. João VI optado pela parceria com a Inglaterra. Isso definiu, em termos gerais, o quadro político e econômico responsável pela vinda da família real portuguesa ao Brasil. Tal fato provocou modificações na relação entre a colônia e a metrópole, na medida em que o Brasil atingiu a condição de Reino Unido a Portugal em 1815.

Em relação à administração de D. João VI no Brasil, é possível caracterizá-la, de maneira genérica, como uma política econômica ambígua, oscilando entre a pressão inglesa e a burguesia nacionalista, que começava a se constituir. Por um lado, algumas das suas medidas incentivavam o fim do sistema colonial, mas não permitiam completamente sua transformação. Nessa linha, perpetuavam-se os privilégios fiscais, e as medidas administrativas favoreciam os portugueses, em oposição aos habitantes do Brasil, os colonos, provocando frequentes divergências entre essas duas categorias (COSTA, E., 1990).

⁵ Aprofundaremos esta questão, ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, pode-se afirmar que D. João VI desenvolveu uma política econômica liberal, mas com características mercantilistas e colonialistas. Isso se explica porque os limites à produção e ao comércio eram incompatíveis com a nova situação da colônia como sede da monarquia. Os privilégios e as restrições comerciais, a fim de atender aos interesses portugueses, foram mantidos. Essa contradição, associada aos aspectos ideológicos, contribuiu para a gestação do movimento de independência do Brasil (RIBEIRO JÚNIOR, 1990).

Do ponto de vista cultural, a intenção de D. João VI era desenvolver uma série de atividades, visando “trazer” a cultura europeia para o Brasil. Sodré (1986) classifica os impulsos dados à cultura, no período mencionado, em duas linhas principais: a primeira contemplava ações ligadas ao conhecimento do país, particularmente pelo levantamento das variedades de plantas e animais e o incentivo dado às expedições científicas, de acumulação informativa; a segunda abrangeu atividades voltadas para o provimento de modelos europeus e recrutamento de discípulos, de que foram manifestação concreta a fundação de escolas de arte, museus e a contratação de mestres estrangeiros.

Além disso, D. João VI desejava dotar a vila do Rio de Janeiro de dinamismo cultural, tornando-a capital do império. A propósito disso, foi principalmente com a intenção de formar os artistas locais que a Missão Artística Francesa chegou ao Brasil, trazendo o novo estilo da época, o neo-classicismo. Pode-se dizer que essa missão constituiu-se como a primeira iniciativa no campo da política cultural do Estado português no Brasil, tendo seus principais artistas participado, por exemplo, da construção das principais representações que temos hoje da sociedade brasileira do século XIX (OLIVEIRA, 2008).

Foi adotando a perspectiva de europeização do Brasil, para torná-lo “civilizado”, que os primeiros museus foram criados: Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1815, que teve início como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; e o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1818, criado como Museu Real. Portanto, a instalação do Museu Real, em 1818, é o marco inicial da história dos museus no Brasil (MACHADO, A.M., 2005).

Ainda a propósito da formação dos museus no contexto brasileiro, Suano (1986) afirma que, embora tenham sido criados nos moldes europeus, os primeiros museus brasileiros eram muito mais modestos. Para o acervo da Escola Real, D. João VI doou os quadros que trouxera em sua bagagem, quando deixara Portugal às pressas, fugindo de Napoleão, em 1808. Já o Museu Real, ou Museu Nacional – primeira instituição científica –, teve como núcleo uma pequena coleção de história natural, conhecida, antes da criação do museu, como “Casa dos Pássaros”, refletindo a perspectiva de se conhecer aspectos naturais do território brasileiro.

Esse fato explica-se também pela política de D. João VI, que evidenciava a necessidade de valorizar o Brasil devido à sua nova condição política de vice-reino. A ideologia do momento exaltava símbolos do Brasil que ostentavam suas riquezas naturais e minerais. Destacavam-se aspectos relacionados ao “exotismo” dos trópicos, como a flora exuberante e a diversidade da fauna, considerados como elementos de realce das especificidades brasileiras. Já nesse período, verificava-se a utilização dos espaços expográficos – os museus – como privilegiados para assumirem a referida função. Por exemplo, a “Casa dos Pássaros”, uma das principais coleções do Museu Nacional⁶, destacava-se por essa função.

Ademais, é preciso considerar outro papel expressivo dessa instituição no campo da pesquisa científica, na área das ciências naturais. Sobre essa questão, A.M. Machado (2005) considera que as coleções reuniam espécimes e objetos que permitiam aos cientistas naturalistas materializar os objetivos específicos das ciências naturais – mobilizar, classificar e ordenar o mundo – e também remeter a Portugal exemplares importantes da fauna e flora, dos minerais e de ornamentos indígenas que acabavam por incorporar o acervo do Gabinete de História Natural de Portugal que, desde o século XVI, possuía expressiva recolha de coleções de *naturalia* e *artificialia* provenientes do novo mundo. Nesse sentido, é possível inferir sobre a importância desse museu também na questão da institucionalização das ciências naturais.⁷

Com relação a esse aspecto, vale a pena destacar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na reflexão sobre os problemas da Nação e do Estado, a fim de implementar um projeto civilizador. Nesse sentido, as pesquisas de caráter geográfico, por exemplo, objetivavam definir os contornos e limites do país, inventariar suas riquezas naturais e conhecer a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas. O caráter de instituição científica refletia-se como próprio e adequado ao período. Já as pesquisas de cunho histórico, voltavam-se para a ocupação do território, das guerras, da diplomacia e dos tratados capazes de fornecer as bases de legitimidade do novo país perante as nações estrangeiras, principalmente os vizinhos americanos. Faziam parte dessas pesquisas o resgate de episódios exemplares do passado, o fornecimento de modelos de força e virtudes – biografias de personalidades históricas – que pudessem exercer ascendência sob as novas gerações (OLIVEIRA, 2008). Dessa maneira, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil influenciava

⁶ Em 1892, o Museu foi instalado na Quinta da Boa Vista, onde permanece até os dias atuais. Desde 1946, está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁷ Sobre o papel dos museus no campo da pesquisa científica no século XIX, cf. LOPES, 1997.

outras instituições, por meio das pesquisas desenvolvidas por seus pesquisadores. Nesse sentido, é possível inferir que essa instituição cumpria também a importante função de construir a identidade nacional.

Não obstante, podemos considerar que a noção oficial de cultura e patrimônio começava a se delinear, predominantemente, por referências externas à cultura brasileira. O colonialismo consagrava-se no âmbito cultural, imprimindo consequências, como afirma Holanda (1977, p. 3):

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.

Obviamente que a definição de uma política cultural no Brasil começou apenas após a construção de um Estado independente. É importante observar que a noção de preservação estava presente desde a primeira constituição brasileira, de 1823, cujo texto explicitava a necessidade de conservação associada à caracterização da nacionalidade do país. Entretanto, no início desse período, os problemas relacionados aos processos de identificação nacional permaneceram. Do ponto de vista da emancipação política, D. Pedro I foi proclamado imperador do Brasil, e o regime imperialista ainda se constituía um obstáculo à liberdade de comércio e à autonomia administrativa⁸. Nesse sentido, a ordem econômica foi preservada e a escravidão mantida. A nação independente iniciou-se associada à economia da colônia, que estava sob a influência direta da política econômica britânica. De acordo com Pantaleão (2004, p. 92), “[...] os dados relativos ao ano de 1812 mostram que a exportação para o Brasil

⁸ Mesmo com a proclamação da independência, o Brasil continuou como uma monarquia. D. Pedro I deu seguimento a uma política liberal, conservando toda a estrutura de exploração da terra e a escravidão. Sua política absolutista tinha como objetivo manter a unidade territorial. Em função dos descontentamentos em relação a sua política, D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831. Nesse sentido, podemos reconhecer que o processo de independência no Brasil baseou-se nas ideias liberais francesas. Vários movimentos sociais ocorreram em prol da independência, como, por exemplo: a Inconfidência Mineira em Minas Gerais, em 1789; a Conjuração Baiana, em 1797; a Conspiração Suassuna, em 1801; a Revolução Pernambucana, em 1817. Em que pese as novas e diversificadas produções historiográficas no país, nos últimos anos, na historiografia oficial, as referências a esses movimentos ainda são poucas. Registramos ainda a ocorrência de rebeliões de índios e escravos africanos que fundaram comunidades alternativas de resistência. Muitas foram destruídas pelas forças da ordem. Alguns desses movimentos exprimiram descontentamentos em relação aos grupos dominantes no Brasil que, pouco a pouco, foram construindo uma solução de conciliação. É possível compreender que a independência do Brasil funcionou como um “golpe de Estado”, na medida em que, na prática, o príncipe D. Pedro I foi forçado a proclamá-la, pois a Inglaterra pressionava, a fim de obter mais mercados consumidores, mas também em função da necessidade de satisfazer os grupos internos do país (RIBEIRO JÚNIOR, 1990).

representava 4/5 do total das exportações inglesas para a América”. Fica evidente, assim, a importância do Brasil para o comércio inglês. Nesse contexto, a ideia de uma nação homogênea representava um problema a mais. De acordo com M. C. Cunha (1992, p. 32):

É uma nação sem “povo” com a maioria de seus habitantes completamente excluídos da participação e de seus direitos políticos, observados com desconfiança e superioridade pela aristocracia branca. A luta contra a metrópole representa assim um eixo capaz de conceder uma ideia de unidade a essa nação formada de diferenças muito profundas.

Com a independência, a afirmação da identidade nacional era necessária por meio da seleção de elementos representativos da cultura brasileira. Com efeito, ao longo do século XIX, uma imagem idealizada e romântica dos índios foi sendo desenvolvida⁹. Sobre a construção da figura do “bom selvagem”, Oliveira (2008, p. 37) discute que:

A contribuição dos viajantes foi importante, pois ressaltou a natureza, valorizando animais e vegetação estranhos e exóticos. Foi essa proximidade com a natureza que produziu a idealização da vida na floresta e a construção da figura do “bom selvagem” [...] O olhar privilegiado sobre esse “outro” serviu, por outro lado, para confirmar a superioridade europeia.

Estavam lançadas, assim, as bases para a formação simbólica da nacionalidade, com base nos fundamentos românticos mencionados – a natureza e o “bom selvagem”. Contudo, essa imagem, construída principalmente pelos escritores românticos e assimilada pelo imaginário nacional, contrastava com as medidas políticas de exterminação concreta desses mesmos índios.¹⁰

Todo o século XIX também será marcado por concepções evolucionistas, evidenciadas no modelo da cultura europeia, conforme registrado anteriormente. Veremos, a seguir, como esses aspectos manifestam-se no campo dos museus.

No final do século XIX, era preciso reformar e modernizar a sociedade brasileira, principalmente investindo em algumas transformações – o romantismo pelo naturalismo, o nacionalismo pelo cosmopolitismo – e desenvolvendo um saber secular e temporal capaz de desvendar a natureza tropical e as raças formadoras do Brasil (OLIVEIRA, 2008). Nesse

⁹ É necessário assinalar que o movimento romântico constituiu-se como um processo de construção de outras identidades nacionais e não apenas a do Brasil.

¹⁰ Neves (1995, p. 174) apoia-se em Denevum para argumentar: “Não existem números precisos, mas há estimativas indicando que a população nativa do continente chegava, à época da conquista, a mais de cinquenta e três milhões de pessoas, sendo que só a bacia Amazônica teria mais de cinco milhões e seiscentos mil habitantes”. Atualmente, contamos, no Brasil, apenas com 270 000 índios com 180 línguas (CUNHA, 1995). Os dados revelam o processo de exterminação dos povos indígenas no Brasil, durante os séculos.

contexto de mudanças foram criados vários museus no Brasil: o Museu do Exército, em 1864; o Museu da Marinha, em 1868; o Museu Paraense Emílio Goeldi, esse criado como Sociedade Filomática, em 1866; o Museu Paranaense, em 1883; o Museu Paulista, em 1892; e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1894.

De maneira geral, as coleções dessas instituições foram constituídas por exemplares da flora e fauna brasileira, objetos de arte e históricos. Não é por acaso, portanto, que M.C. Santos (1993) considera que esses museus cumpriam a função de enaltecer aspectos exóticos da cultura do país, como também adequavam-se à função de guardar ou depositar determinados objetos, para satisfazer a curiosidade de alguns visitantes letrados e pesquisadores. Com efeito, as referidas instituições correspondiam às expectativas da classe dirigente da época, que via nos museus uma forma de valorizar sua natureza e perpetuar a história do país, privilegiando acontecimentos, datas e enaltecendo alguns personagens. Esse fato não aconteceu por acaso; refletiu uma concepção de história, própria do período, como analisa Neves (1987, p. 23):

A historiografia do século XIX tem construído a nação com uma memória coletiva e idealizada de fatos e personagens excepcionais. Esses fatos foram considerados como a única verdade: escolhidos em função do potencial conotativo de comportamento social aprovado pela visão de mundo do século XIX, inscritos numa narrativa linear cuja referência necessária e última se situava na experiência de vida dos historiadores.

Observamos, assim, que a historiografia brasileira do período era de base positivista e estava associada à história da memória da nação. Por outro lado, de acordo com os dirigentes do Brasil, era necessário construir e definir a identidade do país. É nesse contexto que vai se desenvolver, progressivamente, a noção de preservação da cultura do Brasil. Assim, os museus precisavam afirmar a identidade nacional, cumprindo também a função de ensinar e divulgar a história da nação. Nesse sentido, A.M. Machado (2005, p. 139) analisa o papel pedagógico das instituições museológicas, no final do século XIX, e a construção dos seus discursos, afirmando que eram:

[...] verdadeiros meios de ensino da história que se desejava divulgar: de visão iluminista, articulando passado, presente e futuro de forma linear em discursos expositivos. Isso deve-se ao fato de que suas equipes organizadoras eram compostas pelos historiadores de maior prestígio do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e que, além disso, também exerciam a função de conservadores de museus.

Fica claro, portanto, o papel do IHGB na construção do discurso museológico sobre o Brasil, conforme apontado anteriormente.

Além de ter desempenhado a função de construir a história, institucionalizar as ciências naturais e ostentar a identidade nacional, os museus do final do século XIX exerciam também outro papel atrelado aos objetivos mencionados, importante de ser destacado no presente estudo: o uso e a veiculação das teorias raciais, na construção das práticas museológicas, principalmente nas exposições museais.

Essa questão estava diretamente atrelada à ideologia do colonialismo, definida por Sodré (1986) como a justificativa para a dominação e a exploração colonial construídas com o apoio de argumentos científicos. Destaca-se, por exemplo, a ideia de que esse controle corresponderia, naturalmente, à superioridade dos homens das raças europeias sobre os homens de outras raças, a exemplo das etnias negra e indígena. Pode-se dizer que, no final do século XIX, predominavam, do ponto de vista científico, modelos evolucionistas baseados em parâmetros biológicos. Essa visão científica considerava, por exemplo, que o clima determinava a vida social e o caráter da população.

Trabalhando com essa questão, aplicada ao campo dos museus etnográficos, Schwarcz (2005) analisa a aplicação dessa teoria aos museus Nacional, Paulista e Emílio Goeldi, no final do século XIX e início do século XX. Discute a autora que o Museu Nacional, nos textos referentes à antropologia, guardou uma perspectiva poligenista. O caso dos Botocudos é ilustrativo, pois se defende a ideia da inferioridade desses povos, com base em critérios da craniometria. Acreditava-se ainda que eles seriam um empecilho à civilização, tal o seu grau de inferioridade. De acordo com Batista Lacerda, diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1911, “[...] o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução” (SCHWARCZ, 2005, p. 127).

De fato, no final do século XIX, alguns intelectuais brasileiros encontraram dificuldades para inserir as teorias evolucionistas no contexto do Brasil, pois significava assumir a inferioridade da mestiçagem, de acordo com as ideias de Gobineau (1983). Essa posição era bastante delicada e algumas alternativas foram propostas, a exemplo do incentivo à imigração europeia, com o objetivo de branquear a população local, ao longo das novas gerações¹¹.

Vale a pena mencionar ainda o caso do Museu Paulista ou Museu do Ipiranga. Constituído de coleções de história natural, mobiliário, jornais, objetos de cultura indígena, entre outras, foi se formando, ao longo dos anos, como um museu enciclopédico, voltado para

¹¹ A imigração europeia também funcionou como uma forma de resolver os problemas relativos à ausência de mão de obra especializada no Brasil.

o conhecimento humano. Schwarcz (1993) chama a atenção sobre sua construção e desenvolvimento como instituição científica, de base evolucionista, que não era religiosa ou social, mas científica e positiva, voltando-se, na virada do século, para o darwinismo social. Adotou, assim, uma filosofia de trabalho baseada em princípios que contribuíram para classificar as populações locais com base em padrões genéticos, estimulando a propagação de ideias em torno da inferioridade de grupos étnicos brasileiros.

Nessa mesma linha, verifica-se o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, inserido na região amazônica, que se constituiu como foco de atenção, principalmente por parte de naturalistas estrangeiros, que viam nessa instituição oportunidades significativas para o desenvolvimento de pesquisas inovadoras. Assim, foram realizadas várias expedições científicas estrangeiras, com o propósito de explorar e conhecer o mundo natural e animal dessa região do Brasil. A ideia também era controlar as pesquisas locais, além de tomar parte nos grandes debates da época, papel que o museu, por meio da sua estrutura física e da presença de pesquisadores, poderia articular de maneira eficiente. De acordo com Schwarcz (1993), Emílio Goeldi, diretor do museu, apesar de seduzido pelas teses poligenistas, parecia mais interessado em buscar “a origem do homem americano”, assim como a “essência de seu atraso”.

Dessa maneira, é possível verificar, nos exemplos museais apresentados, que eles proporcionaram a veiculação das teorias evolucionistas, contribuindo para uma visão classificatória e inferiorizada, principalmente de grupos subalternos da sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX¹². Entendemos que tal análise procede, na medida em que possibilita uma compreensão mais ampla acerca dos baixos índices de visitação de alguns museus no Brasil¹³.

¹² Em plena década de 1920, constituiu-se, na Bahia, uma instituição museológica denominada de Museu Estácio de Lima, com objetos do candomblé, associando-os a criminosos, justificando-se sua produção por uma “raça dita inferior”, a raça negra.

¹³ A título de ilustração, citamos o exemplo de dois casos de alunos do curso de museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A primeira aluna é negra e, durante trabalho de estágio supervisionado por nós orientado, explicitou que sua avó havia mencionado que os museus não eram espaços próprios para a sua pessoa. O segundo caso, diz respeito a uma pesquisa realizada pelos alunos da disciplina Introdução à Museologia. Um dos alunos do grupo era garçom, trabalhava à noite e estudava durante o dia. A ideia do trabalho era identificar pessoas que conheciam e frequentavam os museus de uma área privilegiada da cidade de Salvador, o Corredor da Vitória, que possui três museus: dois de arte e um geológico. Tal aluno selecionou trabalhadores dessa região para entrevistá-los. O resultado foi surpreendente, pois a maioria dos funcionários que serviam aos edifícios localizados na região eram negros e/ou mestiços, não conheciam os museus e achavam que não era possível visitá-los. Foi comum a frase: “Ali, não é espaço pra gente, não”.

3.1.2 Patrimônio, museus e mestiçagem: modernistas e a construção da memória nacional por meio de museus militantes¹⁴

O início do século XX é marcado por outra posição teórica defendida pelos intelectuais brasileiros, que acreditavam numa certa autonomia em relação às matrizes europeias, propondo um relativismo das características próprias dos negros – a mestiçagem. Isso contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas em torno de particularidades da cultura do Brasil. Mais tarde, essa ideologia ganhou o *status* de teoria oficial da identidade nacional¹⁵. Veremos, adiante, como o patrimônio e os museus foram inseridos nesse processo.

As teorias elaboradas pelos intelectuais brasileiros, no século XX, foram influenciando as concepções oficiais de cultura e contribuindo para a formulação de medidas de proteção. Entretanto, o primeiro período republicano (1889-1934) marca o domínio da cultura, de forma genérica, de projetos isolados, como observaremos na sequência deste texto.¹⁶

Do ponto de vista histórico, vale considerar ainda que, no início do século XX, o Brasil passou por importantes mudanças advindas do crescimento econômico, do processo de urbanização, da industrialização, do desenvolvimento da classe média e do aparecimento do proletariado. Os grupos que conduziam os processos políticos eram os mesmos do império, mas estavam associados aos militares, que se inseriam no espaço político. Assim, a elite proprietária, ao mesmo tempo em que desejava, do ponto de vista ideológico, uma democracia liberal, tinha sua participação política diminuída com a eleição de seus representantes (SOUZA, 1990).

É nesse contexto de desenvolvimento econômico que tem início o *modernismo*, fundado por uma elite informada que se encontrava influenciada, sobretudo, pelas renovações artísticas europeias e procurava adaptar essa renovação a um conteúdo tipicamente nacional.

¹⁴ Gombrich (1995) utiliza as expressões “igreja militante” e “igreja gloriosa” para discutir a história da arquitetura cristã no mundo ocidental. Utilizamos as referidas expressões como metáforas para analisar o uso político da memória nas instituições museológicas.

¹⁵ Sobre essa temática, existem vários autores que procuram analisar a formação e a difusão da ideologia da mestiçagem pacífica. Ver, principalmente, DaMatta (1983).

¹⁶ A monarquia brasileira durou 77 anos e passou por várias crises. Todas elas estavam associadas a problemas econômicos, sociais, políticos e ao desenvolvimento e instalação das repúblicas em toda a América Latina, que conquistou sua independência política formal na primeira metade do século XIX. A origem das repúblicas latino-americanas demonstra a identidade entre o século passado e o atual. Apenas em alguns setores, após a independência, ocorreu uma evolução autônoma satisfatória. Na realidade, o mundo latino-americano passou da vassalagem ibérica para a dominação britânica. O antigo sistema colonial deu lugar a uma nova forma de submissão: o imperialismo. A independência na América latina funcionou apenas como um episódio de partilha do mundo contemporâneo e apenas um fragmento da independência (RIBEIRO JUNIOR, 1990). Assim, da mesma forma que a independência, a república ocorreu como um jogo de conciliação entre os interesses regionais e a ordem econômica e social anterior associada a fatores ideológicos externos que forjaram a monarquia como sistema ilegítimo.

O movimento modernista e o papel da classe intelectual é analisado por Ortiz (1995, p. 35), que assim se posiciona:

A questão da “brasilidade” se transforma no centro da atenção dos escritores e vai impulsionar vários manifestos como Pau-Brasil, Antropofágico, Anta. Ao Brasil real, contemporâneo, os modernistas contrapõem uma aspiração, uma “fantasia” que aponta para a modernização da sociedade como um todo. As perspectivas, é claro, serão orientadas politicamente segundo os grupos e as frações que compõem o movimento, mais a esquerda com Oswald de Andrade à direita com Plínio Salgado. O que importa, no entanto, é perceber que por trás dessas contradições existe um terreno comum, quando se afirma que só seremos modernos se formos nacionais. Estabelece-se, dessa maneira, uma ponte entre uma vontade de modernidade e a construção da identidade nacional. O Modernismo é uma ideia fora do lugar que se expressa como projeto.

Esse espírito nacionalista manifesta-se, de forma mais acentuada, em 1922, com a realização da Semana de Arte Moderna, evento organizado por intelectuais brasileiros com o objetivo de debater temas relacionados à cultura brasileira, principalmente nas áreas da arte e da literatura. Esse acontecimento contribuiu para as reflexões sobre a necessidade de haver produções culturais mais representativas e adequadas à realidade do país. Em linhas gerais, seus organizadores desejavam romper com os modelos acadêmicos convencionais da arte brasileira¹⁷. Consoante Schelling (1990, p. 85):

A Semana foi inaugurada com uma conferência de Graça Aranha sobre a “emoção estética da arte”. Apresentava não só uma defesa da libertação da arte frente aos grilhões do academicismo e a noção clássica de beleza, como também um projeto cultural implícito para o Brasil, no qual atribuía-se à arte a função de integrar o Brasil ao “todo”, através da criação de uma cultura genuína. Essa cultura seria uma expressão de elementos nacionais da cultura brasileira em geral, cujo pré-requisito era a libertação das formas culturais alienadas e “transplantadas, herdadas da Colônia” [...]

Um dos participantes mais expressivos da semana de 1922 foi Mário de Andrade¹⁸. Antes de abordar suas contribuições para o campo patrimonial brasileiro, exploraremos o ponto de vista de alguns políticos e intelectuais brasileiros que se preocuparam com a questão da preservação dos bens culturais no Brasil, como forma de melhor entender a concepção de bem cultural própria do período que irá subsidiar a criação do órgão oficial de proteção do patrimônio no Brasil e contou com a sua participação.

¹⁷ Não cabe aqui uma análise detalhada do modernismo e da Semana de 1922, mas não podemos deixar de ressaltar que esse evento, enquanto movimento intelectual de renovação artística e cultural, impactou várias áreas do conhecimento..

¹⁸ Mário de Andrade (1893-1945), bacharel em letras, formado pelo Conservatório Musical de São Paulo, poeta, crítico de arte, estudioso do folclore e da música brasileira (MÁRIO... 2012).

No bojo das discussões sobre a cultura nacional, em 1923, o deputado Luiz Cedro apresentou projeto de lei com vistas à proteção do nosso patrimônio, sugerindo a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, visando conservar os imóveis públicos ou particulares que, do ponto de vista da história e da arte, poderiam expressar um interesse nacional (LEMOS, 1985). Nessa mesma perspectiva, contudo enfatizando os bens móveis a serem protegidos pelo Estado e não apenas o patrimônio arquitetônico, em 1925, o jurista Jair Lins apresentou projeto de lei voltado para a catalogação e conservação do patrimônio que pudesse representar interesse à coletividade, seja de ordem histórica ou artística. Com isso, o Estado teria direito de preferência no que tange à manutenção desses bens em seus territórios (LEMOS, 1985).

Destacamos ainda, no final da década de 1920, o projeto de preservação do patrimônio brasileiro apresentado pelo deputado e historiador Wanderley Pinho, sobressaindo-se por incluir, no rol dos bens culturais a serem preservados, elementos ou partes de edifícios e monumentos, como: cimalkhas, forros, arquivates, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, pinturas murais e quaisquer ornatos que pudessem ser retirados de uma edificação para outra (LEMOS, 1985). A proposta de Pinho reflete, claramente, uma preocupação com a depredação dos monumentos, alterações e mudanças realizadas sem avaliações técnicas criteriosas. Verifica-se, assim, uma preocupação crescente, sobretudo por parte dos intelectuais e políticos, em relação à proteção do patrimônio cultural brasileiro, conforme indicado.

No caso específico dos museus, em plena década de 1920, a influência da elite aristocrática brasileira era notável, norteadas por uma perspectiva tradicionalista e patriótica que se propunha a especificar e qualificar a memória nacional (MACHADO, A.M., 2005). Nesse período, são instituídas tipologias distintas entre museus históricos e museus de história natural, indicando uma possível dicotomia entre ciência e história¹⁹.

Considerando alguns pontos em torno da museografia e da perspectiva histórica de algumas instituições museológicas e seu papel no processo de construção da memória nacional, não poderíamos deixar de destacar o Museu Histórico Nacional (MHN), na cidade do Rio de Janeiro, criado em 1922, por decreto do presidente Epiitácio Pessoa²⁰. Essa instituição foi

¹⁹ Isso pode ser verificado na análise das práticas desenvolvidas nessas instituições. Contudo, entendemos que tal problemática deve ser mais investigada e aprofundada.

²⁰ Epiitácio Lindolfo da Silva Pessoa, brasileiro, nasceu em Umbuzeiro, na Paraíba, em 23/5/1865, e faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 13/2/1942. Político e jurista brasileiro, foi presidente da república entre 1919 e 1922, no lugar do presidente eleito em 1918, Rodrigues Alves, que não pôde ser empossado em razão de doença. Em seu governo aconteceram muitas revoltas militares que resultaram na Revolução de 1930, levando Getúlio Vargas ao governo do país (EPITÁCIO..., 2012).

concebida por Gustavo Dodt Barroso, também responsável pela criação do primeiro curso de museus no Brasil, em 1932, que funcionou nesse museu até o final dos anos 1970.

Segundo Oliveira (2008), a proposta de Gustavo Barroso era criar uma instituição que celebrasse o estado monárquico, o exército e os feitos heroicos da elite responsável pela ordem e unidade do país. Nesse sentido, o museu deveria exibir os objetos que pertenceram aos heróis nacionais e seus bens deveriam ser autênticos. De acordo com Barroso (1924), o Museu Histórico Nacional deveria ser capaz de ensinar aos visitantes a história do Brasil²¹. Entretanto, discutindo sobre o conteúdo histórico dessa instituição, Abreu (1996) destaca o aspecto educativo da sua narrativa, ressaltando a importância do seu discurso para a formação de uma consciência patriótica que auxiliava o Estado nacional brasileiro em sua meta de transformar seus habitantes em cidadãos. Explicitando melhor o caráter “educativo” do Museu Histórico Nacional, essa autora esclarece acerca de sua finalidade prática e política:

A formação da consciência cívica seria ultimada “por meio da narrativa dos episódios mais importantes e dos exemplos mais significativos dos principais vultos do passado nacional”. Os conservadores procuravam atrair para o museu “associações ou entidades trabalhistas” e, principalmente, as “escolas públicas”, onde estariam os estudantes de menor nível sociocultural. A “mensagem cultural” do Museu Histórico Nacional era também “niveladora”, no sentido de forjar os cidadãos conscientes do seu “dever cívico de amar e respeitar a pátria”, ou seja, de se tornarem, acima de suas diferenças culturais, brasileiros. (ABREU, 1996, p. 182-183).

O Museu Histórico Nacional também funcionou com o propósito de formar uma mentalidade em torno da ideia do Brasil como Nação. Nessa época, a unificação e continuidade do Estado brasileiro constituíam-se como uma necessidade para a elite republicana no Brasil. Era preciso, pois, que os museus, enquanto instituições privilegiadas no campo da preservação, funcionassem de forma articulada com o poder político, para definir um patrimônio e forjar uma identidade para os diversos brasileiros.

Por outro lado, o papel do Museu Histórico Nacional vai além de sua influência sobre outros museus e sobre o campo do ensino da História. Nesse sentido, Gonçalves (2007) analisa a formação do profissional museólogo do curso de museus do Museu Histórico Nacional e a interação entre os profissionais dessas instituições e os grupos que representavam. Nessa ótica, considera que:

²¹ Vale destacar que o Museu Histórico Nacional constituiu-se, ao longo dos anos, em uma referência para os museus históricos brasileiros (GONÇALVES, 2007).

Numa relação necessária com esse padrão de formação profissional, o significado do museu e da prática de seus profissionais era pensado a partir de uma teia de relações interpessoais entre dirigentes, técnicos de museus e membros de famílias de elite. O museu era pensado como um espaço onde se representava a história do Brasil por intermédio de coleções que se formavam a partir dessas relações dirigentes e as famílias de elite. (GONÇALVES, 2007, p. 94).

A análise do autor pretende demonstrar o conjunto de relações complexas que foram estruturando-se no mundo da cultura brasileira, no início do século XX. De um lado, a elite local, representada por alguns intelectuais e políticos, procurava consolidar formas tradicionalistas da memória nacional baseada numa perspectiva singular de história, estimulando a perpetuação de uma visão reducionista em relação aos grupos hierarquicamente inferiores, mas que também faziam parte da sociedade brasileira. O trinômio – história única²², poder e estereótipo – fazia-se presente na construção da memória nacional, principalmente no quadro das instituições museológicas, conforme apresentado. Por outro lado, determinados intelectuais viam-se influenciados pelo conjunto das ideias modernistas, que já circulavam e estimulavam uma leitura diversificada da sociedade brasileira, sobretudo com a necessidade de compreensão das suas populações mestiças e das especificidades de sua cultura, conforme apontado no início desta subseção.

3.1.3 As ideias de Mário de Andrade, o SPHAN e seus princípios preservacionistas: consolidação da unidade nacional e o museu glorioso²³

Vale lembrar que o Brasil estava sob o domínio de um regime político autoritário, o Estado Novo, comprometido com um projeto de construção da identidade nacional, semelhante, portanto, aos ideais dos intelectuais que participaram da semana de 1922, no que diz respeito às questões identitárias²⁴. Assim, as ideias modernistas contribuíram para a criação do SPHAN, pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1937). (Ver Anexo D). Trata-se da primeira instituição oficial encarregada de trabalhar na área da preservação do patrimônio cultural no Brasil.

A análise de Bomeny, (1991, p. 9) ilustra a perspectiva do Estado brasileiro em relação aos bens culturais nesse período, ao considerar que “[...] aos projetos esparsos,

²² História única – expressão utilizada no vídeo “Chimamanda Adichie: o perigo da história única” (CHIMAMANDA..., 2009).

²³ Retomamos aqui a expressão de Gombrich (1995), museu glorioso, como metáfora.

²⁴ Havia um interesse comum em relação à preservação da identidade brasileira. O problema era definir qual identidade a ser valorizada.

empíricos, distintos o Estado abre a porta para a instalação da grande política nacional, do projeto de reconstrução do patrimônio como prática social de integração.” De fato, havia interesses em comum entre os intelectuais modernistas e a política de integração do Estado, no que diz respeito à afirmação de valores da cultura brasileira.

A política do Estado Novo, que teve duração de 1937 até 1945²⁵, estava centralizado em torno do presidente Getúlio Vargas²⁶, cuja política oficial de patrimônio correspondia ao projeto instaurado por uma nova elite urbana. De acordo com Gonçalves (1996, p. 40):

Na esfera cultural e educacional, um grande número de intelectuais – identificados de diferentes formas com o movimento modernista na arte e na literatura – desenvolveu um papel importante. Seu objetivo principal era criar um novo Brasil, um novo homem brasileiro, concebido no seio de uma ideologia nacionalista.

Adepto das ideias modernistas e com o propósito de englobar o conjunto das produções culturais brasileiras, em 1936, Mário de Andrade sistematizou um projeto de criação de proteção ao patrimônio, respondendo a uma solicitação do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema. No seu texto original, esse escritor argumentou que o patrimônio nacional era: “[...] composto de todas as obras de arte pura ou arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira que pertencem aos poderes públicos, a organismos sociais ou a particulares nacionais, como também particulares estrangeiros que moram no Brasil.” (LEMOS, 1985, p. 39).

Além da definição proposta, Mário de Andrade classificou as expressões da cultura brasileira nas seguintes categorias: arte arqueológica, arte americana, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas

²⁵ A crise de 1929, a disputa dos grupos internacionais pelo controle na América Latina e suas associações com os grupos brasileiros contribuíram para a Revolução de 1930. Esse movimento tinha como chefe Getúlio Vargas. De um lado, os grupos do exército descontentes com o governo, que era constituído principalmente por civis, destituíram o presidente da época, Washington Luís. O exército deu o poder ao chefe da Revolução Getúlio Vargas. Em 1937, com o advento do Estado Novo, Getúlio Vargas passou a deter o poder absoluto. Os partidos políticos e o poder legislativo foram suprimidos; o controle policial, a censura a manifestações dos intelectuais e a suspensão dos direitos civis foram estabelecidos e interventores foram nomeados para governar os estados. A política econômica tinha como objetivo o desenvolvimento da industrialização e a diminuição das importações. Contudo, o Estado Novo tinha várias contradições, como, por exemplo, o estímulo à industrialização de um lado e, por outro lado, a repressão aos movimentos de esquerda, a valorização dos grupos militares e seus poderes repressivos. (SOLA, L., 1990).

²⁶ É necessário sublinhar que Getúlio Vargas é o exemplo mais significativo de populismo no Brasil. Essa prática política contribuiu para construir uma imagem paternalista do Estado e ações com base na troca de favores. Quer dizer, o Estado dá e exige um favor em troca, reforçando o paternalismo. De acordo com Ribeiro Júnior (1990, p. 161): “[...] os países da América Latina são ainda jovens e como repúblicas estão confrontando com os mesmos problemas de aperfeiçoamento democrático. Na economia, as bases fundamentais como no século XIX são controlados por grupos econômicos estrangeiros com ligações com grupos nacionais distanciados da realidade social e vazios de um espírito patriótico. A economia depende ainda do mercado externo da mesma maneira que durante o período colonial.” A história brasileira é marcada por um conjunto de pressões externas das nações europeias e norte-americanas que provocaram transformações políticas em diversos momentos, de acordo com interesses capitalistas associados aos interesses de grupos dominantes.

estrangeiras. Com relação aos museus, Mário de Andrade propôs a criação de quatro deles, para se ocuparem dos bens considerados patrimoniais, preocupando-se também com suas funções educativas. Para tanto, sugeria, inclusive, visitas guiadas, obrigatórias, em dias de trabalho para operários e estudantes (OLIVEIRA, 2008).

Para entendermos tal perspectiva, é oportuno recorrer ao conceito de cultura formulado por Mário de Andrade:

[...] um processo de crescimento e realização, de “cultivo”, abrangendo a totalidade da vida social. Enquanto tal, portanto, não era uma prática restrita a uma elite ou à busca da beleza nas horas de lazer – marginal ao processo de reprodução social.
 [...] a “cultura” vinha historicamente associada à satisfação de necessidades que não poderiam ser preenchidas pelas esferas “puramente materiais” da atividade econômica. Como tal, a cultura agia como guardiã do desenvolvimento “espiritual” do ser humano, constituindo-se numa esfera “superior” e separada da esfera “inferior” da sobrevivência e reprodução econômica. Servia, pois, como uma plataforma de crítica aos princípios diretores da vida social e econômica, onde, em contraposição à esfera da cultura, a busca desinteressada da verdade e da beleza era ofuscada por divisões sociais, dominação, interesses e necessidades. (SCHELLING, 1990, p. 171).

Verificamos, então, que Mário de Andrade distanciava-se, na sua reflexão, das concepções restritas de cultura, demonstrando, como típico intelectual modernista, que era importante investir nessa área, de forma ampla, e também no uso da arte. É interessante observar, por exemplo, suas ideias a respeito dos museus municipais, que deveriam funcionar como agências educativas. Ademais, Mário de Andrade apostou nos museus técnicos, com ênfase nos ciclos econômicos do Brasil. Assim, sua concepção de museu era fruto também da ideologia modernista, que compreendia a arte como ação, transformação, além de identificar a importância do diálogo com as comunidades interessadas na formação dos museus²⁷.

No caso específico desses museus, seriam diferentes dos museus históricos nacionais, na medida em que deveriam fugir à apresentação celebrativa dos grandes vultos e feitos e viabilizar a manifestação das identidades locais. Contudo, veremos que as ideias de Mário de Andrade não foram incorporadas, na sua totalidade, pela política oficial de preservação do patrimônio cultural.

Ao que tudo indica, outros intelectuais, a exemplo de José Valladares²⁸, seguiram compartilhando, nos anos posteriores, ideias semelhantes sobre o caráter educativo dos

²⁷ Para maiores informações sobre as ideias de Mário de Andrade, cf. CHAGAS, 1999.

²⁸ José Valadares nasceu na Bahia, a 3 de maio de 1917. Diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, mas não foi o Direito que o seduziu para a vida profissional. Foi a Arte. Valladares publicou livro intitulado “Museus para o Povo: um estudo sobre os museus americanos”, postulando um museu democrático, interativo e aberto a todos. Segundo Athayde (2010), pode ser considerado o verdadeiro criador do Museu do Estado.

museus, chegando a propor atividades a serem desenvolvidas nas instituições museológicas, com o uso do acervo preservado como recurso didático. Entretanto, afirma M.C. Santos (1993) que essas noções não foram operacionalizadas, de maneira sistemática, às atividades dos museus, e que as influências da “Escola Nova”, especialmente da geração do educador Anísio Teixeira, refletiram-se nos museus brasileiros, por meio do trabalho de alguns estudiosos²⁹. De fato, com a industrialização do Brasil e o afloramento das ideias nacionalistas, era fundamental investir, transformar e democratizar o sistema educacional no país³⁰.

Antes de abordar, de forma mais específica, a política e os princípios do SPHAN, é importante verificarmos a descontinuidade ocorrida em relação aos objetivos defendidos por parte dos intelectuais brasileiros. Essa questão é abordada por M.S. Santos (2003), quando analisa a diversidade de pensamentos entre os próprios intelectuais do período. Assim, havia tanto modernistas como conservadores que imprimiam marcas na política cultural. De um lado, almejava-se um Brasil mais independente e, de outro, os intelectuais mais conservadores valorizavam o culto emblemático da nacionalidade, através da emoção e/ou dos sentidos.

Voltando à questão da formação do órgão oficial de proteção do patrimônio cultural brasileiro, verifica-se, com base no projeto que sistematiza a criação do SPHAN, uma menção de apoio aos museus nacionais e a expressão de maior incentivo para a criação de novas instituições museais. Entretanto, como salienta A.M. Machado (2005), os bens, ao serem depositados e expostos nos museus, deveriam obedecer aos princípios e critérios seletivos do SPHAN, determinando sua real função como intérprete e guardião dos bens da nação. Pode-se inferir, portanto, que essa instituição tinha também o papel de centro produtor da identidade nacional, que deveria estar expressa e consolidada nos museus do país, principalmente nos museus nacionais.

O SPHAN surgiu subordinado ao Ministério da Educação e da Saúde. Seu primeiro diretor, Rodrigo de Mello Franco de Andrade, intelectual associado às ideias modernistas,

²⁹ Com relação a Anísio Teixeira, de acordo com Cordeiro (2001, p. 242): “A sua luta maior consistia na busca da conquista da universalização da educação pública e gratuita. Em seus trabalhos, ressaltou a importância da educação escolar para integrar o país na civilização letrada. Entendia a escola pública como uma máquina para a produção da democracia almejada, considerando-a como o mais significativo instrumento de justiça social e de correção das desigualdades provenientes da posição e da riqueza. Considerava que o investimento na educação representava desenvolvimento social e pessoal, tendo como produto, resposta ou consequência a ascensão social, como acreditavam os liberais naquela época”.

³⁰ Vários intelectuais manifestaram-se e militaram em favor de uma reforma educacional, por exemplo: Fernando de Azevedo, no Rio de Janeiro; Anísio Teixeira, na Bahia; Antonio Sampaio Dória, em São Paulo; Lourenço Filho, no Ceará; entre outros. Após a Revolução de 1930, as propostas da “Escola Nova” para uma reforma de ensino foram incorporadas à Constituição de 1934 (apenas para serem novamente alteradas, com a constituição do Estado Novo, em 1937). Em 1934, foi estipulado um plano nacionalmente integrado para o desenvolvimento educacional e inauguraram-se quatro universidades, entre elas a USP. O ensino primário tornou-se obrigatório, gratuito e aberto aos adultos (SCHELLING, 1990).

administrou esse órgão de 1937 até 1967. Franco de Andrade tinha a intenção de, como outros modernistas, contribuir para o processo de afirmação da identidade brasileira. De fato, esse diretor considerava que existia um referencial cultural brasileiro próprio e típico, e defendia a ideia de que a população brasileira deveria conhecer seu patrimônio cultural. É relevante a seguinte frase desse intelectual: “[...] o patrimônio histórico e artístico é concebido como um documento de identidade da nação brasileira [...] o patrimônio autêntico afirma a existência do Brasil.” (GONÇALVES, 1996, p. 45). Nessa perspectiva, o patrimônio cultural é considerado uma “tradição” fundamental para garantir a continuidade da nação.

Vale atentar para o fato de que, nessa mesma fase, começaram a surgir preocupações com a preservação da natureza no Brasil, que se expressaram na elaboração de códigos de proteção, como o código das minas, o código da água e o código das florestas. No próprio Decreto-Lei n.º 25, de 30/11/1937, de criação do SPHAN, o patrimônio natural já é mencionado e abordado da seguinte forma no cap. I, §2º: “São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.” (BRASIL, 1937).

A inclusão do patrimônio natural ao conjunto dos bens patrimonializáveis permite concluir que houve um avanço na própria concepção de patrimônio cultural nesse período, de forma mais abrangente. Isso ocorreu em virtude da visão sobre as “riquezas” naturais do Brasil, difundidas ao longo do século XIX, que contribuiu para uma “leitura” de algo que era visto, por muitos, inclusive do ponto de vista científico, como específico do Brasil, conforme tratado em seções anteriores desta tese.

De forma geral, a criação de uma instituição para trabalhar diretamente com o patrimônio concorreu para refletir sobre os bens culturais do país, definir estratégias de preservação, divulgar o patrimônio e elaborar uma legislação específica para tentar conter o processo de depredação que vinha ocorrendo ao longo dos anos no país. Nesse sentido, concordamos com Miceli (1987, p. 44) em relação à importância da criação do SPHAN, quando aborda:

O SPHAN é um capítulo da história intelectual e institucional da geração modernista, um passo decisivo de intervenção governamental no campo da cultura e o lance acertado de um regime autoritário empenhado em construir uma “identidade nacional” iluminista no trópico dependente.

Dessa forma, definiu-se o tombamento – incorporação de um bem de valor ao patrimônio histórico e artístico nacional –, sob a responsabilidade do Estado, como o principal

instrumento de proteção de um bem cultural. Para tanto, deveria ser identificado e avaliado por especialistas do SPHAN. Ademais, seriam produzidos relatórios técnicos com os resultados obtidos, e as recomendações finais enviadas ao conselho consultivo desse órgão³¹. Conforme analisado, tais procedimentos refletem uma perspectiva tradicionalista no direcionamento da política cultural adotada, para que o patrimônio seja definido por especialistas, com base em valores de acordo com a categoria de que faz parte, ou seja, histórico, artístico, arqueológico, etnológico, geológico, arquitetônico etc.

O tombamento de um bem cultural representa várias restrições sobre os direitos de propriedade privada. Um bem tombado não pode sofrer nenhuma alteração sem a permissão do SPHAN, por exemplo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980). O descumprimento dessa determinação é classificado como crime previsto no Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940).

Entretanto, o tombamento é uma forma importante de proteção de um bem cultural. Esse instrumento destaca-se, sobretudo, em países como o Brasil, onde os interesses públicos são frequentemente confundidos com interesses privados. Dessa forma, veremos como isso funcionou, principalmente no caso dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu cujo foco principal dos movimentos sociais em prol da preservação era justamente a proteção desses espaços como patrimônio ambiental, urbano e religioso, tendo em vista as ameaças de invasão desses territórios por empresários da construção civil, da indústria hoteleira e de determinados grupos que desconheciam a sua importância histórica.

As ações desenvolvidas no campo da proteção patrimonial pelo SPHAN direcionavam-se, principalmente, às produções arquitetônicas. Esse fato contribuiu para que o conjunto das atividades desenvolvidas por essa instituição fosse definido como “política de pedra e cal”. Sobre essa questão, registra-se que o SPHAN tombou 936 monumentos e objetos como patrimônio nacional. Os monumentos tombados de arquitetura religiosa são os mais numerosos. Até 1982, tínhamos 384 monumentos religiosos; entre esses, 216 são igrejas, especialmente igrejas católicas do período colonial (GONÇALVES, 1996). Portanto, imóveis em sua grande maioria – igrejas e conventos católicos, sedes de propriedades rurais e residências urbanas –, construídos, principalmente, entre os séculos XVII e XIX. Nos processos de seleção desses bens, deu-se prioridade aos patrimônios representativos da aristocracia branca e da igreja católica. Assim, Miceli (1987, p. 44) comenta:

³¹ O Conselho Consultivo do SPHAN é formado por diretores de museus, artistas, historiadores e, desde os anos de 1970, por antropólogos. Esses participantes são nomeados pelo presidente da República.

O Sphan é um capítulo pouco conhecido mais prestigioso da história contemporânea das elites brasileiras, ou melhor, a amostra refinada e reverenciada das culminâncias de seu universo simbólico e, ao mesmo tempo, o inventário arrolado à sua imagem e semelhança, dos grandes feitos, obras e personagens do passado.

Mesmo com a participação dos intelectuais modernistas e suas ideias referentes ao caráter miscigenado do povo brasileiro, bem como a diversidade das suas produções culturais, tais premissas não foram incorporadas como prática ou filosofia de trabalho do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O que se verificou, predominantemente, até a década de 1970, foi a continuidade dessa política de proteção arquitetônica. Isso contribuiu para que Falcão (1984) a classificasse como política eliminatória e não somatória dos bens culturais brasileiros.

De maneira geral, ao longo dos anos 1940, uma cultura mais urbana e industrial foi consolidando-se progressivamente no Brasil. Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade “modernizou-se” em vários setores. Exploraremos, a seguir, alguns desses aspectos que contribuíram, sobremaneira, para institucionalizar hábitos e comportamentos da população brasileira, determinando alguns aspectos particulares com relação às instituições museológicas.

Nesse sentido, verificam-se algumas mudanças no que se refere aos períodos anteriores, a exemplo de alterações no processo de assimilação dos modelos estrangeiros, em que passamos a cultivar, ao invés de referências europeias, os valores americanos que, de acordo com M.C. Santos (1993), eram controlados por agências norteamericanas de publicidade atreladas ao mercado interno brasileiro, mediante os meios financeiros dos grandes jornais, das agências de notícias, do rádio e da televisão. Ademais, o cinema e a TV já se faziam presentes, contribuindo para divulgar, junto aos consumidores, bens das classes sociais hierarquicamente superiores, por exemplo³².

Por outro lado, da parte dos intelectuais da cultura, surgiram as primeiras preocupações com relação à divulgação realizada pelos meios de comunicação de massa e suas influências junto a determinadas populações, como as comunidades rurais. Tais inquietações voltavam-se, sobretudo, para as implicações de comunicações genéricas e estereotipadas, algumas próprias dos meios de comunicação de massa, sobre grupos sociais diversos. A esse respeito, Bosi (1987) chega a considerar que a “cultura de massas” ocuparia as horas de lazer do caboclo, prejudicando o desenvolvimento de formas criativas de autoexpressão.

³² No caso do Brasil, um exemplo expressivo da cultura de massas é a telenovela. Elas são responsáveis pelo lançamento de moda, músicas, expressões linguísticas etc.

Retomando à política do SPHAN, entendemos que, em linhas genéricas, continuou priorizando os prédios de arquitetura expressiva dos sítios urbanos coloniais. Em 1946, ocorreu uma mudança na estrutura administrativa desse órgão que, pelo Decreto-Lei n.º 8.534 (BRASIL, 1946), transformou o SPHAN em diretoria (DPHAN) com sedes em cidades do nordeste – Recife e Salvador – e do sudeste – Belo Horizonte e São Paulo. Entendemos que tal iniciativa ocorreu em virtude da necessidade de se efetivar uma descentralização e, portanto, melhor acompanhamento no processo de proteção do patrimônio cultural oficial.

Já nesse período, os museus americanos passaram a funcionar no quadro de produção capitalista. Essa dinâmica museológica impulsionou o surgimento da expressão *museu dinâmico*, para se referir às instituições que oferecem vários produtos culturais, a exemplo de palestras, seminários, concertos, desfiles de moda, serviços educacionais etc. Consoante com M.C. Santos (1993), os museus brasileiros das grandes cidades passaram também a oferecer as mesmas atividades nesse período, contudo de forma mais modesta.

Do ponto de vista das ações museológicas, destaca-se, nessa década de 1940, a criação do Museu Imperial. Tal instituição, de edificação em estilo neoclássico, foi criada para servir como residência de verão para o imperador D. Pedro II. Em seguida, funcionou como colégio Notre Dame de Sion (1894-1908), colégio São Vicente de Paulo (1909-1940) e, finalmente, em 1943, foi inaugurado como museu. Atualmente, conta com coleções de esculturas, indumentárias, iconografia, insígnias, instrumentos musicais, mobiliário, numismática, ourivesaria, porcelanas, prataria, entre outras.

O exemplo do Museu Imperial auxilia-nos na discussão acerca da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil e suas articulações com as instituições de memória, em particular o museu, sobretudo no que se refere à seleção dos bens culturais a serem protegidos, sua relação com o público e com os processos interpretativos e narrativos.

Assim, no Estado Novo, a construção de uma instituição museológica visava a preservação da memória do Império em seus aspectos mais nobres. M.S. Santos (2003) afirma que o propósito do Museu Imperial era caracterizar a estabilidade do período e enaltecer o populismo. Em relação às motivações de Getúlio Vargas para a criação desse museu, as palavras dessa autora são ilustrativas:

Os objetos e as lembranças que estão vivas no MI [Museu Imperial] ajudam a construir a imagem de D. Pedro II como um grande estadista brasileiro, esclarecido, iluminado, antes de tudo amigo do povo e das letras, e, por que não, o responsável por meio século de paz e tranquilidade. D. Pedro II é associado àquele que garante a unidade nacional, a emergência das liberdades individuais e a prosperidade

econômica e financeira. Essas foram condições capazes de elevar o país ao *status* de primeira potência sul-americana – uma construção que interessou a Getúlio, em 1940, e que não parece ser totalmente desprovida de atenção nos dias atuais. (SANTOS, M.S., 2003, p. 127).

Nesse sentido, a construção museográfica volta-se para o ensinamento e a sedução. A autora citada argumenta que, nesse museu, é adotada, como princípio, a ideia de retratar e homenagear D. Pedro II e a forma de governo monárquico, apelando para o imaginário do público em relação ao mundo dos reis e rainhas. Esse fato contribuiu ainda para atrair o público, como também ocorre nos dias atuais (SANTOS, M.S., 2003).

Entendemos que, do ponto de vista museológico, existe um aspecto a ser mais explorado. Morin (1987) discute a questão da homogeneização dos conteúdos para atingir “um homem médio”. Para o autor, no campo da informação, predomina o sensacionalismo, enquanto, no setor imaginário, arremeda-se o real com as cores do imaginário, conforme se vê, no trecho que segue:

[...] no setor imaginário, o realismo domina, isto é, as ações e intrigas romanescas que têm as aparências da realidade. A cultura de massa é animada por esse duplo movimento do imaginário arremedando o real e do real pegando as cores do imaginário. Essa dupla contaminação do real e do imaginário [...] esse prodigioso e supremo sincretismo se inscreve na busca do máximo de consumo e dão à cultura de massa um de seus caracteres fundamentais. (MORIN, 1987, p. 37).

Pontuar essa discussão fornece-nos elementos para compreender que a criação do Museu Imperial já reflete alguns aspectos do desenvolvimento da cultura de massas no Brasil³³. Assim, no campo dos museus, vai se delineando, progressivamente, a construção do uso da instituição como campo complexo de construção das relações de poder imbricadas na sociedade. Ao longo dos anos seguintes, o DPHAN continuou desenvolvendo suas ações baseadas em princípios alegóricos, conforme discutido anteriormente.

3.1.4 Educação, cultura, repressão e museus: de 1950 a 1970

O período de 1950 a 1970 caracteriza-se como a última etapa da política oficial de preservação do patrimônio cultural no Brasil apoiada na ideia totalizadora de representação

³³ Obviamente, não estamos afirmando que a exposição do Museu Imperial foi montada nos moldes hollywoodianos, mas entendemos que a questão do imaginário ligado a reis e rainhas pode ser analisada como uma forma de inserção da cultura de massas na área museológica, mesmo que ainda de forma modesta. Ademais, esses princípios são aplicados apenas aos museus mais conceituados. Contudo, tal temática precisa ser mais aprofundada, pois não se constitui como objeto da presente investigação.

nacional. Como afirma Fonseca (2005), ocorreu uma mudança em relação à forma de desenvolvimento no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, provocando impasses e confrontos em relação à política do DPHAN, o que levou esse órgão a buscar novas alternativas de atuação, pois a ideologia do desenvolvimento foi atrelada ao nacionalismo e aos valores da modernização.

De maneira genérica, a década de 1950 caracteriza-se por um desenvolvimento econômico expressivo, sobretudo em função de grandes investimentos advindos do capital estrangeiro. No ápice desse processo, em 1953, o governo brasileiro criou o Ministério da Educação e Cultura. A associação entre educação e cultura parece bem afinada com o período de desenvolvimento econômico, como podemos observar em matéria do Conselho Federal de Cultura: “O processo de desenvolvimento brasileiro devia considerar a importância nas áreas da educação e cultura em seu próprio benefício. Compreender o pacto de solidariedade estabelecido entre esses dois setores revela uma atitude lúcida de enfrentamento da realidade.” (BRASIL, 1976, p. 17).

De fato, nos anos 1950, as ações dos intelectuais do Brasil são expressivas e se manifestam, sobretudo, no Instituto Social de Estudos Brasileiros (ISEB). Nesse período, a concepção de cultura estava voltada para a objetivação do espírito humano e a ideia de futuro, sendo prioridade a ação social, compreendida como a história. Assim, “[...] a criação do Iseb foi talvez o ponto mais significativo desse tipo de expressão da questão nacional e irá influenciar diretamente o debate e a produção cultural” (ORTIZ, 1995, p. 108). É possível analisar ainda que o Estado procurou uma legitimação por meio desse órgão, que tinha como filosofia de trabalho encontrar soluções condizentes com a realidade do Brasil e, portanto, mais apropriadas para o seu desenvolvimento. Evidentemente que a filosofia originária do ISEB foi interrompida com o golpe de estado em 1964. Entretanto, suas ideias foram divulgadas, principalmente entre os setores mais progressistas que debatiam sobre a educação, a história e a cultura no Brasil.

Com efeito, era necessário investir no campo da educação e da cultura de forma integrada, como salientado anteriormente. O Ministério da Educação e Cultura surgiu com esse propósito, baseado também nas reflexões críticas dos intelectuais da época e em iniciativas coletivas que se foram constituindo, pouco a pouco, por parte de alguns grupos da sociedade brasileira. Assim, no início dos anos de 1960, o movimento dos estudantes universitários construiu o Centro Popular de Cultura (CPC), que visava à associação da cultura com a política e sua utilização a serviço das conquistas sociais.

Para tanto, suas atividades voltavam-se à politização dos trabalhadores e da população brasileira. É nessa perspectiva que Gullar (1963³⁴ apud ARANTES, 1995), poeta brasileiro, falando desse período, afirma que a cultura popular deveria ser aprofundada e posta a serviço do povo e dos interesses do país, funcionando como instrumento de transformação social. Verifica-se, assim, uma clara motivação por parte de artistas e produtores culturais na construção de mudanças. Isso se manifestava nos movimentos culturais – bossa nova, teatro de arena, tropicalismo, cinema novo, CPC da União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros – evidenciando a vinculação entre cultura e política nas suas realizações e nos seus equívocos (ORTIZ, 1995).

Em linhas gerais, essa etapa da história brasileira é marcada pelo golpe de Estado que ocorreu no ano de 1964. Tal acontecimento, por um lado, impulsionou a atuação dos intelectuais esquerdistas, em prol das lutas por uma sociedade mais democrática e participativa; por outro lado, o governo militar, com sua política repressiva realizou investimentos nos campos da educação e cultura, adotando uma lógica própria, como veremos adiante.

A partir de 1964, o processo de internacionalização da economia brasileira acentuou-se, sobretudo com o golpe de estado militar³⁵. Na realidade, esse ato reuniu interesses militares e das classes patronais, incorporando o discurso de integração nacional³⁶. Para os militares, a integração do território era importante, por razões de geopolítica, tendo em vista as ameaças comunistas; já para os empresários, era importante a junção do mercado, pois representava uma forma de desenvolvimento econômico. Educação e cultura, por sua vez, deveriam ser tratadas como formas de conter possibilidades de mudanças e transformações, bem como manter a ordem nacional. O discurso do presidente Castelo Branco (DISCURSO..., 1976, p. 17)³⁷, durante a cerimônia de inauguração do Conselho Federal de Educação, em 1976, ilustra o espírito do momento:

[...] para preencher a grave lacuna existente, o governo julgou que, a exemplo do Conselho Federal de Educação tão forte em seu espírito federativo, um conselho

³⁴ GULLAR, Ferreira. Cultura posta em questão. **Arte em Revista**, São Paulo, n. 2, 1980. 1. ed. da editora da UNE em 1963.

³⁵ Os militares ocuparam o poder político, dissolveram o congresso e colocaram vários partidos e pessoas na ilegalidade. O general Castelo Branco assumiu a presidência e governou por atos institucionais. Embora variando, principalmente em relação aos aspectos repressivos, esse período de centralização política continuou até 1990, quando a sociedade brasileira conseguiu, pela pressão dos movimentos sociais, eleger Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente do Brasil pelo voto direto. Esse foi julgado e condenado por corrupção em 1992, no primeiro *impeachment* de um presidente da república na América Latina.

³⁶ Para maiores detalhes sobre o golpe militar de 1964, consultar a obra com prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns (1985).

³⁷ Militar que governou o Brasil de 1964 a 1967.

federal de cultura deve também responder às particularidades regionais sem prejuízo para seu papel de órgão governamental destinado a defender, estimular e coordenar nas suas linhas um plano nacional.

Assim, pode-se dizer que o Estado assumiu uma postura de controle, repressão e também de “estímulo” em relação à cultura. Isso se explica porque os militares tinham consciência de que a cultura poderia exprimir valores e disposições nacionalistas, opondo-se ao perigo internacional, representado pelas organizações comunistas³⁸. Por exemplo, Ortiz (1995) considera que a censura tinha um papel duplo: um repressivo, outro disciplinar. O primeiro dizia não, era puramente negativo; o outro era mais complexo, afirmava e estimulava um tipo determinado de orientação. Para garantir a integração nacional e a eliminação de práticas consideradas subversivas, a repressão era constante. Por outro lado, várias entidades ligadas à cultura apareceram, como o Conselho Federal de Cultura (CFC), o Instituto Nacional de Cinema (INC), a Empresa Brasileira de Cinema (Embrafilme), e a Fundação Nacional da Arte (Funarte).

Esse “incentivo” oficial, principalmente no que diz respeito à criação de órgãos culturais, estava enquadrado num plano totalitário de governo, ao qual as instituições museológicas adequavam-se de forma bastante apropriada. Destacamos aqui, apenas a título de exemplo, o caso do Museu da República, criado em 1960, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira³⁹, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, local em que Getúlio Vargas suicidou-se. Durante vários anos, sua exposição permanente exaltava a figura desse ditador e narrava a história da República nos moldes tradicionais nacionalistas⁴⁰.

Portanto, os museus eram apoiados, mas, em geral, continuavam, como nos períodos anteriores, espaços consagrados à proteção de objetos oriundos de grupos sociais hierarquicamente superiores, projetando uma memória idealizada da sociedade brasileira. Nas décadas de 1950 e 1960, em relação às instituições museológicas, observamos o enfoque dado à conservação das coleções e ao papel educacional dos museus⁴¹. No decorrer da década de 1970, as críticas aumentaram em relação aos museus como espaços de veiculação de discursos oficiais, novas preocupações surgiram, dentre elas a importância do processo de

³⁸ Além disso, como discutido no início desta seção, é preciso considerar a força e o poder da cultura que, a depender da política adotada, tanto pode libertar, como oprimir e condenar.

³⁹ Este presidente governou no período de 1956 a 1961.

⁴⁰ A proposta expográfica dessa instituição sofreu, recentemente, importantes alterações, inclusive mudanças em relação ao discurso narrativo.

⁴¹ A concepção de educação desenvolvida nesse período estava voltada, principalmente, para a divulgação do bem cultural. Na verdade, na área museológica, ocorreu um processo histórico que buscou uma fundamentação mais ampla, no que diz respeito à educação nos museus, vista como um processo crítico e reflexivo, conforme discutido na seção 2 deste trabalho.

contextualização dos objetos e a necessidade de integração com as comunidades⁴². Por outro lado, a classe museológica começava a se organizar, para buscar alternativas de preservação específicas para as instituições museais.

3.2 CAMINHOS E PROBLEMAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DIVERSA E PLURAL POR MEIO DA PATRIMONIALIZAÇÃO

Em relação ao contexto histórico do Brasil, os anos de 1970 caracterizam-se pela manutenção da mesma política econômica das décadas anteriores. Do ponto de vista da política cultural, o Estado continuava como principal centro identificador, produtor e difusor da cultura no país⁴³. Esse aspecto será explorado a seguir, procurando-se entender a definição de desenvolvimento proposta pelos profissionais ligados aos órgãos oficiais de proteção do patrimônio cultural. Além disso, levaremos em consideração alguns princípios e ações responsáveis pelas tentativas de descentralização das ações de proteção dos bens culturais.

Contudo, há divergências em relação à política cultural do período mencionado. Por exemplo, o sentido da política nacional de cultura era desenvolver uma estratégia cultural que pudesse consolidar o regime político. Os autores Ianni (1987) e Miceli (1987) mostram que, no Brasil, existem poucos estudos sobre as políticas públicas, em geral, o que indica certa inadequação para se falar em uma política cultural nessa fase. Entendem os referidos autores que seria mais apropriado considerar as políticas públicas instauradas por órgãos variados. Os dois estudiosos estão de acordo no que diz respeito ao fato de que ocorreu uma política de mercado, ou seja, a indústria cultural instalou-se, várias empresas privadas começaram a atuar na área cultural, com a aceitação do Estado, e ocorreram numerosos conflitos entre os produtores e a censura. Cohn (1984), Ianni (1987) e Micelli (1987) também concordam com relação à questão patrimonial, na medida em que, do ponto de vista da conservação dos bens culturais, estava voltada apenas para o passado.

No caso específico da proteção do patrimônio cultural, Fonseca (2005) analisa que, em função das alterações nos princípios de desenvolvimento econômico, conforme já mencionado na seção anterior, foi necessária uma espécie de reestruturação dos órgãos que atuavam no campo da cultura. No que diz respeito ao IPHAN, por exemplo, desde 1965, teve que recorrer

⁴² Desde o Congresso de Quito, abordava-se a questão da integração do monumento com o espaço. Entretanto, quando falamos em contextualização, consideramos como um processo mais complexo, que envolve o estudo e a interpretação do bem cultural, bem como suas formas de comunicação.

⁴³ Em 27/6/1970, pelo Decreto n.º 66.967 (BRASIL, 1970), o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) passa a ser denominado IPHAN.

à Unesco, objetivando articular as metas preservacionistas ao modelo de desenvolvimento brasileiro do período. De acordo com Fonseca (2005), a política do IPHAN desenvolveu-se em consonância com as diretrizes da Unesco, procurando demonstrar que os interesses de preservação e os do desenvolvimento não eram conflitantes, mas compatíveis. Dessa forma, a necessidade de crescimento e progresso articulado à ideia de modernização explica a integração entre diversos órgãos no campo da proteção patrimonial.

De fato, no decorrer dos anos de 1970, constatamos a participação de alguns órgãos em projetos de preservação, objetivando integrar ações conjuntas no campo da proteção de patrimônios, como, por exemplo, o ambiental. Citamos a Lei n.º 6.513, de 20/12/1977 (BRASIL, 1977), resultante da cooperação entre o Ministério do Esporte e do Turismo e o Ministério da Educação e Cultura; o primeiro, representado pela Embratur; o outro, pelo IPHAN. Essa lei prevê a criação de áreas especiais e de lugares de interesse turístico e, no seu artigo 5º, indica os órgãos responsáveis para a sua execução:

A ação do governo federal para a execução da presente lei vai se desenvolver especialmente por intermédio dos órgãos e entidades seguintes: 1) Empresa Brasileira de Turismo, associada ao Ministério da Indústria e Comércio; 2) O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura; 3) O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) do Ministério da Agricultura; 4) Da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) do Ministério do Interior; 5) Da Comissão Nacional das Regiões Metropolitanas e Políticas Urbanas – CNPU e 6) A Secretaria de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), do Ministério da Agricultura. (BRASIL, 1977, p. 1).

A referida lei permite-nos comprovar a dimensão assumida no que diz respeito à proteção do patrimônio, sua vinculação com o turismo e o conjunto de órgãos oficiais envolvidos na preservação, como estratégia de desenvolvimento econômico. Ademais, algumas demandas foram se construindo no âmbito da sociedade civil, como forma de chamar a atenção para os poderes públicos em relação aos bens culturais e à importância da preservação das nossas referências culturais, de forma mais ampliada.⁴⁴

No final dos anos 1960 e durante os anos 1970, aumentaram as discussões na América Latina sobre patrimônio, papel do Estado e o turismo nos vários congressos realizados. Em geral, os eventos salientavam a necessidade de construção de diretrizes concernentes aos problemas específicos das sociedades latino-americanas, considerando, fundamentalmente, a

⁴⁴ Com relação aos congressos internacionais de preservação do patrimônio cultural, alguns já foram analisados na seção 2 deste trabalho. Exploraremos, de forma específica, o conteúdo desses documentos no que diz respeito às articulações entre patrimônio, turismo e desenvolvimento. Entendemos ainda que esses eventos funcionaram como forma de pressionar os poderes públicos em relação à construção de novas diretrizes em torno da preservação do patrimônio cultural.

demanda por conservação do patrimônio das cidades de forma ampla. Lembramos que, no congresso de Quito, por exemplo, ressaltou-se que os monumentos eram de interesse público e possuíam uma função social, devendo o Estado também priorizar o interesse coletivo em relação à propriedade privada.

Nesse sentido, as Normas de Quito (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1967), já registram algumas abordagens sobre os problemas advindos do progresso urbano desordenado, como consequência de gestões administrativas inadequadas e do processo de modernização caótica. Além de sugerir medidas de recuperação e de revalorização do patrimônio monumental, aparece também a noção de patrimônio como um bem capital que deve ser conservado em benefício do turismo.

Dessa forma, as recomendações dos congressos voltam-se para a construção e execução de medidas de proteção e de utilização dos bens culturais, devendo, para tanto, integrar-se também aos projetos de desenvolvimento, como dito anteriormente. Podemos dizer ainda que o Congresso de Quito marca um momento importante das reflexões sobre patrimônio, mercado e turismo associadas ao desenvolvimento econômico.

É preciso ressaltar a importância desses eventos como manifestações dos profissionais, intelectuais e representantes da classe política, visando chamar a atenção para a problemática da preservação nos países da América Latina. Entretanto, como abordado na seção 2 deste trabalho, convém analisar o conjunto das relações que se manifestam nos processos de proteção patrimonial e suas articulações com o desenvolvimento econômico, principalmente o turismo, de forma um pouco mais crítica. Consoante Lemos (1985, p. 87): “[...] em nome do turismo permite-se, verdadeiras poluições visuais, em torno de monumentos, sobretudo, devido ao comércio inevitável para atender e abastecer os visitantes.” Nesse sentido, o turismo não pode ser visto como uma solução mágica para os problemas da preservação do patrimônio cultural. Torna-se ainda importante a análise dos bens em interação com as populações que lhes dão sentido e seus reais comprometimentos ao se vincularem aos interesses turísticos. Vale ressaltar que, no caso dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, o turismo, quase sempre, apresenta-se como a única alternativa de proteção⁴⁵.

No documento *Compromisso de Brasília* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1970), os signatários reivindicaram o envolvimento do Estado na área cultural, enfatizando que os bens culturais são indispensáveis para a formação dos cidadãos. Daí a necessidade de inserir-se conteúdos sobre o patrimônio

⁴⁵ Discutiremos esta questão de forma mais detalhada nas próximas seções.

cultural no currículo escolar. Esse fato demonstra uma preocupação evidente com relação à ausência de conhecimento da população sobre a sua história. Por outro lado, nesse período, já se identificava o problema da existência de poucos cursos e profissionais qualificados para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural⁴⁶.

Citamos ainda o *Compromisso de Salvador* (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1971), considerando a natureza das suas discussões em relação à atividade turística, já vista como indústria. Nesse sentido, a preservação e a valorização dos monumentos naturais, essencialmente, se justificariam em função dessa atividade econômica, compreendida como imprescindível para o desenvolvimento das comunidades.

Por outro lado, conforme demonstrado anteriormente, a necessidade de desenvolvimento econômico apoiado no turismo, a “integração” de órgãos oficiais para dar conta da questão patrimonial e a importância de se atender às demandas sociais em prol da proteção do patrimônio cultural contribuíram para que fosse sancionada, em 1977, a Portaria Interministerial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério da Educação e Cultural e do Ministério da Indústria e Comércio (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980). A medida integrava ações envolvendo os Ministérios da Educação e Cultura e da Indústria e Comércio, destinando recursos previstos na Emenda Ministerial n.º 24, de 2 de fevereiro de 1977, para restauração progressiva de monumentos e conjuntos de valor histórico e artístico, visando à preservação de expressões culturais significativas, com o objetivo de criar uma infraestrutura adequada para apoiar o turismo. O Programa das Cidades Históricas⁴⁷, de acordo com Fonseca (2005, p. 143), acabou produzindo vários desdobramentos, como pode ser observado na reflexão que segue:

Voltado inicialmente para o atendimento de nove estados do Norte e Nordeste, em 1977 o programa foi estendido ao Sudeste. O PCH tinha como objetivo criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste, revitalizando monumentos em degradação. A criação do PCH veio suprir basicamente a falta de recursos financeiros e administrativos do IPHAN, continuando a cargo dessa instituição a referência conceitual e técnica. Propiciou, por outro lado, a criação, durante as décadas de 1970 e 1980, de órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização.

⁴⁶ No caso do Brasil, até o ano de 2003, o país contava apenas com dois cursos de museologia em nível de graduação: um, no estado do Rio de Janeiro, criado por Gustavo Barroso; o outro, no estado da Bahia, criado por Valentin Calderon.

⁴⁷ O Programa de Reconstrução das Cidades Históricas já havia sido criado junto à Seplan desde 1973.

Esse programa contribuiu para a recuperação e promoção de centros históricos de quarenta e quatro cidades brasileiras, de acordo com o IPHAN. Todavia, importa enfatizar que a proposta não estava baseada numa concepção ampla de patrimônio ambiental, urbano e religioso, para inserir ou explorar o conjunto das relações dos bens com o espaço em que estavam inseridos. Além disso, várias comunidades que ocupavam os centros urbanos, de forma precária, e em péssimas condições de sobrevivência, foram retiradas desses locais, tendo sido remanejadas para a periferia das cidades, como foi o caso específico da cidade de Salvador, sem que fosse realizado nenhum projeto de integração e incorporação dessas populações ao plano de recuperação dos centros urbanos.

Destaca-se, ainda na década de 1970, outro projeto, voltado para a identificação e conhecimento do patrimônio cultural brasileiro, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), institucionalizado em 1975, com a colaboração do Ministério da Indústria e Comércio e o governo do Distrito Federal, tendo como coordenador Aloísio Magalhães⁴⁸.

De forma ampla, Aloísio Magalhães tinha por objetivo, junto ao CNRC, definir um sistema de referência elementar para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira. Para tanto, sistematizou os projetos do CNRC em quatro grandes áreas, que podem ser resumidas da seguinte forma: artesanato, estudos socioculturais, tecnologia, ciência e documentação (GONÇALVES, 1996).

Para Aloísio Magalhães, o trabalho no campo artesanal tinha como propósito identificar e conhecer os grupos de artesãos, seu processo de produção, a forma de obter matérias-primas e as maneiras de comercialização dos bens. A sua proposta englobava também os processos de investigação da realidade brasileira, visando conhecer modelos alternativos de desenvolvimento. A cultura científica e tecnológica foi pensada como forma de conhecer a constituição desses campos no Brasil, assim como identificar as técnicas e o saber tradicional brasileiros. Por fim, Aloísio ressaltava a importância do trabalho no campo da documentação dos estudos brasileiros, com fins de preservação e divulgação (GONÇALVES, 1996)⁴⁹.

As linhas de trabalho dos projetos do CNRC apresentavam uma concepção de patrimônio mais ampla e diversificada em relação às definições patrimoniais das décadas anteriores. Além disso, o conceito de patrimônio cultural é visto de forma mais dinâmica, inclusive abrangendo as produções culturais do presente. Por outro lado, vale ressaltar que o artesanato é definido como uma tecnologia de ponta, inserido num processo histórico determinado

⁴⁸ Intelectual brasileiro que administrou o IPHAN a partir de 1979.

⁴⁹ Para aprofundar o conhecimento sobre a natureza desses projetos, Cf. FONSECA, 2005.

(FONSECA, 2005). Essa concepção de patrimônio também influenciou a política do SPHAN, principalmente a partir de 1979, quando Aloísio Magalhães assumiu a direção desse órgão.

Após a experiência no CNRC⁵⁰, Aloísio Magalhães tentou aplicar sua filosofia de trabalho alicerçada numa perspectiva mais ampla da noção de patrimônio cultural⁵¹. Assim, ele afirma que “[...] os bens culturais são concebidos como instrumentos para a realização de um desenvolvimento harmonioso” (MAGALHÃES, 1984, p. 40). A inovação no seu discurso pode ser constatada na preocupação em desenvolver uma política de preservação pautada em estudos e nas particularidades da realidade brasileira. A perspectiva de Aloísio Magalhães era valorizar a diversidade da cultura brasileira e assegurar sua conservação no processo de desenvolvimento. A análise de Gonçalves (1996, p. 52) sobre o discurso de Aloísio de Magalhães é ilustrativa:

Segundo a visão de Aloísio, os “bens culturais” são concebidos como “indicadores” no processo de identificação de um “caráter” nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por sua trajetória histórica norteada pelo futuro. O passado é visto como uma referência que deve ser utilizada e reinterpretada no presente e com propósitos futuros.

Podemos considerar, então, que sua definição de bem cultural ampliou as possibilidades de utilização do patrimônio, tendo como referência a dinâmica social, além de contribuir com o debate sobre a diversidade cultural brasileira. Veremos, adiante, como isso foi se manifestando no campo museal.

3.2.1 Mercantilização, descentralização, patrimônio e museus

Ainda no elenco das ações do CNRC destaca-se, do ponto de vista museológico, por meio do programa de história da ciência e da tecnologia no Brasil, o projeto Museu ao Ar

⁵⁰ Ao longo da sua história, o SPHAN recebeu uma série de denominações, como explicitaremos ao longo desta seção. Contudo, visando orientar melhor essa trajetória, apresentamos a seguir, os períodos com as respectivas alterações na nomenclatura desse órgão. Em 1937, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1946 passa a denominar-se Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970 o Dphan transforma-se em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em 1979, o IPHAN passou à condição de Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura; em 1981 a Secretaria transformou-se subsecretaria do Ministério da Educação e Cultura (MEC), intitulada de Secretaria da Cultura (SEC); em 1985 foi criado o Ministério da Cultura e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); em 1990 foi extinto o SPHAN e criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); em 1994 o IBPC voltou a ser denominado de IPHAN (FONSECA, 2005).

⁵¹ Durante o período de 1967 a 1979, o IPHAN foi administrado por Renato Soeiro que, de maneira geral, tentou manter a mesma política de Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Livre em Orleans, Santa Catarina. Concebido nos moldes dos ecomuseus, num parque, em área de imigração italiana, foi montado com reconstituições de espaços de ofícios praticados pela comunidade italiana, como sapateiros, roda d'água, entre outros. O museu estava inserido no projeto de construção de museus pedagógicos incentivado por Aloísio Magalhães. A equipe de trabalho responsável pela proposta também se preocupou com os aspectos da documentação, incluindo fotografias, textos e desenhos. A ideia era preservar os produtos, mas também as lembranças em torno do processo de fabricação (FONSECA, 2005). Esse fato mostra que as discussões sobre os processos museológicos, as tipologias museais e as formas de comunicação dos museus, mesmo que de maneira incipiente, foram se estabelecendo de acordo com os contextos e patrimônios a serem preservados. É a percepção desses processos que faz com que A.M. Machado (2005) considere que novas propostas de intervenção no âmbito dos museus surgem aliadas ao pensamento internacional, principalmente na mesa-redonda de Santiago do Chile, organizada pela Unesco, junto com o ICOM, em 1972⁵².

Além disso, M.C. Santos (1993, p. 40) chama a atenção para o fato de que as reuniões com os dirigentes de museus, em 1975, os encontros com os secretários de educação e cultura dos estados e conselhos federal e estadual de cultura, em 1976, estimularam as discussões e a formulação de propostas para a criação do Sistema Nacional de Museus⁵³, tendo como principal justificativa, a necessidade de intervenção nos museus brasileiros, “[...] proporcionando a que suas múltiplas finalidades sejam de fato atingidas, como exige o desenvolvimento global do país”. Em suma, a intenção, com essas reuniões e documentos, era delinear uma política museológica para o país.

Esses acontecimentos foram importantes para a área museológica brasileira e marcaram a construção de uma posição de afirmação, provocando uma abertura, em prol das especificidades museológicas e da necessidade de atuação do profissional museólogo. Essas sementes vão ser germinadas na década seguinte.

Seguindo a mesma perspectiva do final dos anos 1970, em linhas gerais, na década seguinte, a concepção oficial de cultura é “moderna”, e a relação entre cultura e mercado adquire uma dimensão maior. A cultura era vista como aberta ao desenvolvimento econômico capitalista. Não obstante, como afirma Cohn (1984, p. 7), “[...] havia um componente comum na definição de cultura: a perspectiva antielitista, que revela uma preocupação com a democratização da cultura”. Ademais, as discussões sobre patrimônio cultural ampliaram-se,

⁵² Discutimos sobre o conteúdo desse evento na seção 2.

⁵³ Criado em 1986, e reativado em 2003, no início do Governo Luis Inácio Lula da Silva, na gestão do ministro da Cultura Gilberto Gil.

graças aos movimentos sociais e à atuação de intelectuais brasileiros que militaram pelo tombamento de bens culturais diversos daqueles oriundos das elites brancas do país. Esse fato manifesta-se nos programas e projetos definidos pelos órgãos oficiais de proteção do patrimônio cultural no Brasil.

Nessa linha e buscando uma possível descentralização no campo cultural, em 1981, é criada a Secretaria da Cultura (SEC), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), transformando o SPHAN e a Secretaria de Assuntos Culturais (Seac) em subsecretarias. Com o objetivo de executar um plano de ação que pudesse contemplar novas medidas na área cultural, a Secretaria de Cultura produziu, com base nas discussões de um seminário, o documento intitulado “Diretrizes para operacionalização da política cultural do Ministério da Educação e Cultura”. Este fato demonstra uma atenção quanto à necessidade de sistematização dos programas voltados para a cultura brasileira.

Retomando as ações referentes à área museológica que haviam se iniciado no final da década de 1970, em 1981 foi criado o Programa Nacional de Museus com o objetivo de prestar assistência e acompanhar as atividades dos museus brasileiros, priorizando, inicialmente, aqueles vinculados à Secretaria de Cultura do MEC. São incorporados outros museus, como os da FNpM, os museus da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maia⁵⁴, o Museu de Biologia Melo Leitão⁵⁵ e, em 1984, o Museu Lasar Segall⁵⁶, todos localizados na região sudeste do país.

Do ponto de vista da noção de bem cultural, verifica-se a inscrição das ruínas de São Miguel das Missões⁵⁷, no Rio Grande do Sul, como patrimônio cultural da humanidade, na

⁵⁴ O Museu Castro Maya, localizado no Rio de Janeiro, conserva bens culturais amplos e diversificados, formados por cerca de 22.000 peças, a maioria adquirida por Castro Maya, nas décadas de 1920 e 1960, e outras herdadas de seu pai, amealhadas no fim do século XIX. O acervo é constituído de arte brasileira do século XVI, com obras de Jean-Baptiste Debret e Cândido Portinari; arte europeia dos séculos XIX e XX (com azulejaria e louça do Porto), artes aplicadas e arte oriental, além da biblioteca. O museu mantém agendas fixas de atividades culturais e educativas e conta com a participação da sociedade civil, por meio de uma associação de amigos. Entretanto, em 1983, ameaçada por uma séria crise financeira, a fundação foi extinta e todos os seus bens foram incorporados ao patrimônio da União, visando assegurar a integridade da coleção (MUSEU CASTRO MAYA, 2003).

⁵⁵ O Museu de Biologia Professor Mello Leitão (MBML), localiza-se na cidade de Santa Teresa, no estado do Espírito Santo. Fundado em 1949, pelo naturalista Augusto Ruschi, é uma das instituições ligadas ao patrimônio natural do Brasil. Seu nome é uma homenagem ao zoólogo Cândido Firmino de Mello Leitão, importante pesquisador brasileiro. O museu tem por objetivo coletar, estudar, preservar e expor exemplares de plantas e animais, principalmente da Mata Atlântica. (MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO, 2006).

⁵⁶ O Museu Lasar Segall localiza-se na cidade de São Paulo e tem como objetivo conservar, pesquisar e divulgar a obra de Lasar Segall. Possui acervo de cerca de 3.000 trabalhos do artista, doados por seus filhos, além de arquivo pessoal e fotográfico. O Museu dispõe de uma biblioteca especializada em artes dos espetáculos (MUSEU LASAR SEGALL, 1991).

⁵⁷ Trata-se de um sítio arqueológico do período das missões jesuíticas dos Guaranis. Integra esse território preservado o Museu das Missões, criado em 1940, com o objetivo de guardar as coleções de esculturas sacras. Esclarecemos que, em 1938, os remanescentes do povoado de São Miguel e o prédio do museu foram tombados como Patrimônio Nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, [ca.2000]).

Unesco, em 1983, indicando o desenvolvimento de um olhar um pouco diferenciado em relação aos bens culturais brasileiros, principalmente do ponto de vista da inclusão de um território como patrimônio cultural. Sobressai, como exemplo de ampliação da noção de patrimônio cultural, a antiga cidade de Canudos, situada ao norte do estado da Bahia, construída por membros de um movimento messiânico no Brasil no século XIX. Além disso, enfatizamos também o processo de reconhecimento do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, espaço de realização de rituais afro-brasileiros, situado na cidade de Salvador, considerado o mais antigo terreiro de candomblé, tombado como monumento nacional em 1984.

O reconhecimento desses bens como patrimônio foi fruto de grande debate, envolvendo técnicos do SPHAN, intelectuais e membros da sociedade civil organizada. Serra (2005) narra, detalhadamente, o processo de defesa e proteção do Terreiro da Casa Branca, enfatizando-o como uma luta árdua, que contou com a participação de vários grupos das comunidades afro-brasileiras, intelectuais, artistas, advogados, entre outros. Referindo-se à sessão que deliberaria o tombamento do Terreiro da Casa Branca, o autor registra que o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional aprovou, por uma margem mínima de votos, ou seja, um voto, o tombamento desse espaço⁵⁸.

Sobre a questão da inscrição de patrimônios ambientais religiosos no rol dos bens culturais tombados no Brasil, esclarecemos que os dois parques objeto desse estudo – Parque Metropolitano do Abaeté e Parque Metropolitano de São Bartolomeu – possuem processos de tombamento em tramitação desde a década de 1980. Isso comprova que as iniciativas de grupos sociais que reivindicam o reconhecimento dos seus patrimônios culturais não gozam das mesmas prerrogativas das coletividades que desejam a afirmação de valores já consolidados pelos bens culturais. Daí a necessidade de reflexão sobre a diversidade cultural das sociedades, baseada em estudos científicos sobre o patrimônio cultural.

Em relação aos órgãos oficiais, na década de 1980, busca-se cada vez mais, definir organismos específicos para atuar no campo cultural. Dessa maneira, em 1985, é criado o MinC⁵⁹, tendo assumido sua gestão José Aparecido de Oliveira e, alguns meses depois, Aloísio Pimenta. Nessa gestão, a cultura era concebida no seu papel de resistência à dominação hegemônica, o que reforça as ideias em torno do papel político que deveria desempenhar a área cultural no Brasil. Para tanto, ainda em 1985, foi criada, vinculada ao

⁵⁸ Para maiores detalhes sobre a construção do movimento de preservação e o processo de tombamento do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia, Cf. SERRA, 2005.

⁵⁹ Pelo Decreto n.º 91.144 de 15 de março de 1985 (BRASIL, 1985).

MinC, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁶⁰ e a Secretaria de Ação Cultural (Seac).

A princípio, um Ministério da Cultura independente permitiria maior autonomia, comparada ao período em que estava atrelado ao campo da educação. Por outro lado, essa desvinculação contribuiu para um distanciamento entre a formulação dos conteúdos programáticos das disciplinas e suas articulações com a realidade cultural brasileira. A proposta do momento era vincular a cultura à economia. No documento de criação desse ministério, fica evidente a importância desse aspecto, como veremos a seguir: “A cultura, elemento fundamental na construção da identidade nacional torna-se um setor de grande importância na economia do país, como meio de produção crescente de empregos e de salários” (BRASIL, 1985).

Com efeito, em 1986, o economista Celso Furtado assumiu o Ministério da Cultura, entendendo a cultura como fonte de criatividade. Esta, entretanto, é compreendida, nesse caso, como promoção, ou seja, *marketing* cultural, capaz de abrir os caminhos para um desenvolvimento coerente com as instituições culturais. É a lógica do consumo e da distribuição da cultura como produto. Para tanto, o tema da modernização atrelava-se à ideia de mercado, vinculando-se ao processo cultural. De maneira ampla, a cultura era vista vinculada aos processos políticos, sociais e econômicos. Por exemplo, a Lei Sarney, instituída em 1986, é importante para ilustrar a filosofia de trabalho no campo cultural, ao afirmar: “[...] devemos criar mecanismos que permitam o tratamento dos investimentos no domínio da cultura como uma forma de aplicar o capitalismo e não apenas como um mecenato” (COHN, 1984, p. 9). Neste fragmento, a noção de cultura como forma de obter benefícios econômicos é evidente. De acordo ainda com Celso Furtado (1987⁶¹ apud COHN, 1984), a Lei Sarney era uma forma de socializar as despesas dos acontecimentos culturais. Seu discurso mostra a relação entre cultura e desenvolvimento, como também o problema da aplicação da lógica capitalista na área da cultura, conforme se vê na seguinte citação: “A produção dos bens culturais se transformou em um grande comércio e uma das leis que administra esse negócio é a uniformização do comportamento, base da criação dos grandes mercados.” (FURTADO, 1987⁶² apud COHN, 1984, p. 9).

⁶⁰ Esclarecemos que, em 1985, Ângelo Osvaldo de Araújo Santos assumiu a SPHAN. Em 10 de julho de 2013, esse gestor público assumiu a presidência do Ibram.

⁶¹ FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

⁶² Ibidem.

Com o processo de democratização da sociedade brasileira, em 1988, foi aprovada a Constituição desse país, com dois artigos específicos sobre a cultura brasileira – Art. 215 e 216 –, que tratam da responsabilidade do poder público quanto a estimular e tornar operacional a política que garante os direitos culturais dos cidadãos (BRASIL, 1988). Entretanto, as conquistas que foram sendo construídas paulatinamente, nas décadas anteriores, sofreram um processo de descontinuidade nos anos de 1990, com a extinção do Ministério da Cultura, do SPHAN e da FNpM. Em substituição a esses órgãos, foram criados a Secretaria de Cultura, diretamente vinculada à presidência da República, e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Analisando as consequências dessas medidas para a área cultural no Brasil, Fonseca (2005, p. 218) afirma:

O desmantelamento da área da cultura, no início do governo Collor, produziu uma quebra na continuidade de uma política estatal que se caracterizava pela estabilidade. Reorganizada a partir da reestruturação institucional (extinção da Sphan /FNpM e criação do IBPC), da recondução do Conselho Consultivo em maio de 1992, e da retomada da prática de tombamentos, essa política estatal se vê, atualmente, frente a uma nova realidade e a novos problemas.

Ainda nos anos 1990, cria-se, pela Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991), o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), tendo como objetivo a pesquisa e a captação de recursos das empresas privadas para o setor da cultura no Brasil, por meio das reduções fiscais. Com efeito, pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro e divulgada pelo Ministério da Cultura sobre economia da cultura, mostra que essas leis foram muito utilizadas por certas empresas, que financiaram 84% dos projetos no período de 1990 a 1997⁶³. Os dados mostram que 53% das empresas consultadas escolheram o *marketing* cultural como uma forma privilegiada de comunicação com o mercado de consumo. As empresas que investem na cultura dão prioridade aos seguintes domínios: música, audiovisual, patrimônio histórico, artes cênicas e produção editorial (MOISÉS; ALBURQUERQUE, 1998). Os dados são significativos para compreendermos a relação da cultura com o mundo empresarial no Brasil. Atualmente, podemos dizer que existe uma rede na área da cultura em torno do Estado, das empresas nacionais e internacionais.

Mesmo assim, o grande desafio de que fala Fonseca (2005), sem dúvida, é a busca de financiamentos para a área da cultura no Brasil. Também com esse propósito instituiu-se, por meio da Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992 (BRASIL, 1992), o Ministério da Indústria,

⁶³ O Ministério da Cultura foi recriado em 1992. Em 1994, o IBPC retomou a denominação de IPHAN.

do Comércio e do Turismo, que viabilizou uma aliança estratégica envolvendo a iniciativa privada e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird). Podemos observar que a política iniciada nos anos 1970 foi consolidada nos anos 1990. De outra forma, ocorre a abertura do mercado brasileiro, no campo da cultura, por meio da participação contínua das empresas nacionais e internacionais, facilitada por uma legislação que viabiliza essas articulações.

No mesmo período, constatamos, de forma mais intensa que nas etapas anteriores, vínculos maiores entre patrimônio cultural e turismo, principalmente pela criação da Política Nacional do Turismo. Nesse sentido, a atividade turística vai se constituindo, de forma cada vez mais contundente, como ação estratégica do Estado, que passa também a apostar no patrimônio ambiental, urbano e nas produções culturais ditas populares, principalmente de origem afro-brasileira. Contudo, não se observa uma atitude em relação ao estudo sobre esses bens e a necessidade de desenvolver estratégias de comunicação e valorização dessas produções culturais.

Do ponto de vista econômico, a atividade turística apresenta-se como um atrativo importante. É uma indústria de consumo aberta ao mundo inteiro. Funciona, no discurso oficial, como uma alternativa eficaz para o desenvolvimento econômico do país, oferecendo, por exemplo, alternativas de emprego e de salários. Sobre essa temática e a esperança nessa atividade econômica, trazemos a fala de Wainberg (1997, p. 55):

Em 1996, o turismo se tornou a terceira maior indústria do mundo, perdendo para a indústria petroleira e a indústria automobilística. Tal crescimento aumentou de 75% o comércio de bens e serviços e 55% do PNP mundial. Em 1991, empregava 101 milhões de pessoas. Em 1994, 480 milhões de viagens internacionais, 2 milhões de viagens domésticas foram realizadas e o número de empregos no setor do turismo atenderá 205 milhões de pessoas, o que representa uma sobre 10 pessoas da população ativa do mundo [...] De acordo com a Organização Mundial do Turismo e a World Travel Council, na próxima década, o turismo efetuará um crescimento de 7,1 milliard de dólares no mercado mundial e ultrapassará a indústria automobilística e petroleira.

O discurso de Caio de Carvalho, ex-presidente da Embratur, sob o título *Turismo e Patrimônio Cultural*, é claro e direciona-se para o fato de que o Brasil precisa oferecer novos produtos turísticos, além de assegurar que nosso patrimônio histórico, cultural e ambiental será um atrativo diferenciado no mercado internacional (CARVALHO, C.L., 2001). A consolidação da cooperação entre o Ministério do Esporte e do Turismo e o Ministério da Cultura, mediante as ações associadas ao IPHAN, permitem a apresentação do patrimônio brasileiro no cenário nacional e mundial. De fato, no discurso oficial, manifestam-se noções de desenvolvimento durável e de turismo cultural, tendo como argumentos principais a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Nesse sentido, programas de re-urbanização⁶⁴ e preservação foram sendo desenvolvidos nas cidades brasileiras, sobretudo com recursos do Bird. Assim, o patrimônio cultural e ambiental foi considerado um bem importante para as políticas públicas, procurando desenvolver, cada vez mais, práticas de valorização e divulgação do patrimônio brasileiro, mesmo que de forma estereotipada e folclórica, como aprofundaremos a seguir, com os estudos de caso analisados nesta tese.

Ainda na década de 1990, os debates em torno do patrimônio imaterial aumentaram na academia e junto aos órgãos governamentais responsáveis pela proteção do patrimônio cultural brasileiro. Na ação articulada, envolvendo essas duas instâncias, destaca-se como iniciativa conjunta o seminário sobre patrimônio imaterial, realizado na cidade de Fortaleza, com o objetivo de chamar a atenção para a natureza do patrimônio imaterial e a necessidade de proteger essas referências culturais brasileiras. Amplia-se, portanto, o rol dos bens a serem preservados no Brasil (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1997). Veremos, na subseção seguinte, como isso se manifesta na área museológica brasileira.

3.2.2 Construindo elementos para a “organização” do campo museal brasileiro

Em 2003 é eleito Presidente da República Federativa do Brasil o operário Luís Inácio Lula da Silva para o período de três anos, permanecendo no cargo até o final de 2010, após reeleição em 2006. Lula foi o 35º presidente do Brasil, mas o primeiro político vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT) eleito para esse cargo. No mesmo ano, foi escolhido para assumir a pasta do Ministério da Cultura o cantor, político e poeta Gilberto Passos Gil Moreira, que iniciou, nesse mesmo período, uma reestruturação do Ministério da Cultura, reorganizando o IPHAN, criando o Departamento de Patrimônio Material, o Departamento de Patrimônio Imaterial, e o Departamento de Museus e Centros Culturais. Pela primeira vez, na história do Brasil, os museus passaram a contar com um órgão específico para tratar dos problemas relativos à realidade museológica desse país. Analisaremos a seguir os princípios norteadores da política museal construída, algumas de suas perspectivas e limites⁶⁵.

⁶⁴ Por exemplo, o programa de revitalização de sítios urbanos pela restauração do patrimônio histórico, desenvolvido em parceria entre o IPHAN e o Bird.

⁶⁵ Entendemos que não cabe aqui uma discussão detalhada da Política Nacional de Museus, contudo, analisaremos alguns pontos que fornecem subsídios para a compreensão da organização do campo museológico brasileiro e seus limites, no que diz respeito à falta de incorporação de determinadas tipologias museais.

Em termos gerais, de acordo com o Programa de Governo do presidente Lula, a ideia para o campo da cultura era criar uma política cultural pública democrática. Para o Ministro da Cultura Gilberto Gil, revitalizar os museus do Brasil e seu patrimônio histórico eram uma prioridade do Minc. Assim, tentou-se, por exemplo, aumentar e diversificar os recursos financeiros. Dessa forma, foram elevadas as verbas federais, mesmo que de forma modesta; criados investimentos, por meio da Lei de Incentivo à Cultura; desenvolvidas parcerias com bancos – Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e outras estatais. Além de programas específicos, como o Monumenta⁶⁶, em parceria com a Unesco, mais tarde, foram criados os editais “Museus Brasileiros”. Com relação a esses investimentos na área museológica, Tolentino (2008, p. 42) analisa:

Primeiramente, o MinC ampliou seus recursos próprios destinados aos museus e às ações museológicas, aí incluídos os recursos orçamentários e de captação de recursos oriundos de incentivo fiscal. O apoio do MinC a projetos culturais dá-se por meio do Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a conhecida Lei Rouanet. O Pronac prevê, basicamente, duas formas de apoio, ou seja, o Fundo Nacional de Cultura – FNC e o Mecenato. O FNC é um fundo proveniente de arrecadação e outros recursos públicos para investimento direto em projetos culturais, mediante a celebração de convênios e outros instrumentos similares. Dentro do FNC, a principal fonte de recursos para a área museológica é o Programa Museu, Memória e Cidadania, que faz parte do PPA do governo federal. O Mecenato, por sua vez, viabiliza benefícios fiscais a investidores que apoiam projetos culturais, previamente aprovados pelo MinC, sob a forma de doação ou patrocínio, isto é, empresas e pessoas físicas podem utilizar-se de isenções no valor devido do Imposto de Renda para investir em projetos culturais.

A concepção de museu do ministro Gilberto Gil era, ao mesmo tempo, poética e operacional. Nesse sentido, a instituição museal era vista como centro de inspiração, espaço de abrigo do que fomos, do que somos e lugar privilegiado para a criação. Dessa maneira, declarou o ministro:

Torço para que os nossos museus não tenham medo do novo, do público, do diálogo, da atualização. Que não tenham medo de ser de “todo mundo”. Os museus são “pontos de cultura” e interessa tocá-los de acordo com a compreensão ampla do que chamei “do-in-antropológico” (no caso, “do-in museológico”). Para além dos baús pessoais, os museus brasileiros devem cumprir um papel de referência e base para o futuro da cultura. Que eles sejam música e poesia para os nossos corpos, mentes e espíritos; que sejam os templos de todas as musas e de todos nós. E que os brasileiros possam se orgulhar dos seus museus, novos e velhos. (MOREIRA, 2005, p. 7).

⁶⁶ O Programa Monumenta teve início em 1996, no quadro de revitalização de sítios urbanos, por meio da recuperação do patrimônio histórico, numa parceria entre o IPHAN e o BIRD.

Para a equipe do DEMU, a base teórica e prática da política nacional de museus era a museologia crítica, articulada com a contemporaneidade, buscando uma posição analítica em relação às denominadas “nova” e “velha” museologia (NASCIMENTO JÚNIOR, 2005).

A preocupação residia no fato de se considerar a instituição museu como espaço de narrativa cujas construções dos discursos refletem o jogo complexo da memória e do poder. Foi com essa preocupação que Chagas (2005) chamou a atenção para a necessidade de considerar, com base na política museológica, todos os processos museais com um olhar atento, voltado para o diálogo. Para o autor, esse processo definiria a Museologia Crítica.

Assim, em 16 de maio de 2003, foi lançado, junto à classe museológica brasileira, o documento base da Política Nacional de Museus.⁶⁷ As principais linhas dessa Política Museológica eram: democratização das instituições e do acesso aos bens culturais; valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; reconhecimento dos direitos das comunidades a participar dos processos de proteção legal do patrimônio a ser musealizado; estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus escolares e outros; incentivo a programas e ações de conservação, preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural submetido à musealização; respeito ao patrimônio das comunidades indígenas e afro-descendentes (BRASIL, 2005).

Com base nessas linhas de ação, foram estruturados sete eixos de atuação do DEMU/IPHAN: gestão, democratização dos bens culturais, formação e capacitação, informatização, modernização de infraestruturas museológicas, financiamento e fomento para museus e aquisição e gerenciamento de acervos culturais (BRASIL, 2005). Os princípios estabelecidos despertaram a motivação de profissionais, técnicos e estudiosos da área museológica, estimulados pela possibilidade de organização do campo museológico brasileiro de forma inovadora. Assim, foram construídas parcerias com as universidades para viabilizar projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão⁶⁸.

⁶⁷ Foi produzido um documento básico para discussão, aprovado pelos membros da classe museológica (BRASIL, 2006).

⁶⁸ Por exemplo, com a Universidade do Rio de Janeiro, a parceria visava à realização de cursos, debates, pesquisas e palestras, além da execução das atividades e a elaboração de relatórios, publicações, realização de estágios pelos estudantes nos museus do IPHAN e no DEMU. Com a Universidade Federal da Bahia, foi construído um projeto piloto de formação e capacitação de recursos humanos, além do levantamento de dados relativos aos museus do Estado. Foram também promovidos, em parceria, cursos, oficinas e seminários.

Da mesma maneira, buscou-se a integração dos museus e profissionais pela realização do Fórum Nacional de Museus⁶⁹. Nessa mesma linha, instituiu-se a Semana de Museus, de cunho nacional, pelo Decreto não numerado de 31 de maio de 2004 (BRASIL, 2004a), quando as instituições museais poderiam realizar exposições, palestras, mostras, cursos, *shows*, visitas guiadas, entre outras atividades. Mesmo sem muitos recursos financeiros para serem distribuídos entre todas as instituições, a iniciativa auxiliou no processo de motivação da classe profissional e na divulgação da existência dos museus na sociedade. Com a intenção de valorizar o profissional museólogo, foi instituído 18 de dezembro o dia do museólogo, também pelo mesmo Decreto.

Vale ressaltar a linha de publicações na área museológica, com o lançamento da coleção Museu, Memória e Cidadania, bem como da Revista Musas. Tratam-se de revistas científicas com foco nos estudos museológicos contemporâneos, estimulando a produção científica e técnica no campo dos museus.

Por fim, mas não menos importante, encontra-se a instituição do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), pelo Decreto n.º 5.264, de 5 de novembro de 2004 (BRASIL, 2004b). Governar os museus em rede era a proposta central do SBM, buscando interagir com as instituições museológicas, numa perspectiva de valorização dos acervos e dos processos museais. A proposta do SBM consistia em definir e operacionalizar princípios para a construção de uma forma de gestão compartilhada das políticas de cultura destinadas aos museus. Era também uma forma de investir na continuidade e perenidade da atuação do Estado em relação às ações decorrentes da PNM, sobretudo pelo envolvimento da sociedade civil. Portanto, o SBM criou um canal de interlocução necessário entre o setor museológico e o governo, propiciando um controle social das ações desenvolvidas pelo Estado, o qual, por sua vez, teria o dever de cumprir com suas responsabilizações perante a sociedade, na condução das políticas públicas por ele empreendidas (TOLENTINO, 2008).

Assim, as inovações museológicas apresentadas servem para analisarmos o processo de construção e afirmação do campo museal no Brasil. Contudo, é preciso continuar a ampliar o debate em torno da problemática da Política Museológica Brasileira, suas linhas de atuação e os compromissos dos agentes do patrimônio – museólogos e estudiosos da

⁶⁹ Segundo dados publicados no relatório de gestão de 2003-2004 do Departamento de Museus e Centros Culturais, o primeiro fórum tinha por objetivo discutir os rumos da Política Nacional de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus. Esse evento contou com a participação de 450 pessoas, 151 instituições museológicas e estudantes dos três cursos de graduação em museologia do país (BRASIL, 2005).

nossa história –, refletindo criticamente sobre os espaços para a construção das diversas narrativas museais.

3.2.3 Considerações a propósito da política federal de preservação do patrimônio e dos museus no Brasil

Nesta seção, discutimos tópicos relacionados ao Estado e à Cultura, demonstrando que a cultura tanto pode ser utilizada como instrumento de manutenção da ordem como pode ser uma ferramenta de transformação social. Podemos observar, em vários momentos da história brasileira, concepções de cultura produzidas por movimentos sociais. Essas mostram tentativas de organização da cultura voltadas para uma perspectiva mais adequada à diversidade populacional brasileira e de caráter não tão elitista. A cultura dos grupos sociais hierarquicamente inferiores, normalmente, é associada a uma prática política de esquerda cujo principal objetivo é a politização da sociedade e o desenvolvimento da “consciência política” com base nessa noção. Ao longo desta seção, debatemos sobre a política de preservação no Brasil, de acordo com os períodos históricos – Colônia, Império e República.

Na colônia, destacamos as atividades de preservação desenvolvidas de maneira isolada, tendo em vista algumas iniciativas da Igreja Católica, do Governo e de nobres portugueses interessados em manter a memória da supremacia do povo português. Além disso, analisamos algumas iniciativas de D. João VI, enfocando a criação dos primeiros museus brasileiros, a ênfase dada ao patrimônio natural dos trópicos e o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), para funcionar como intermediário na coleta de exemplares da flora e da fauna do Brasil, com objetivo de serem analisados e estudados em Portugal, bem como sua função nessas investigações, relacionadas às delimitações do território brasileiro. Essa forma de se portar diante de nosso patrimônio e território demonstra uma maneira de imposição do colonialismo, principalmente pelas nossas instituições.

A discussão em relação ao período imperial apresenta o processo de continuidade e construção da afirmação da identidade nacional, nesse momento mais vinculada à imagem idealizada do índio brasileiro como “o bom selvagem”. Com relação a alguns museus estudados, verifica-se a aplicação das teorias evolucionistas, como forma de justificar a inferioridade dos negros brasileiros. Nesse sentido, de maneira geral, os negros são apresentados nas mostras expográficas como marginais, inferiores e de baixa inteligência. Ademais, Schwarcz (1993) afirma que, nesse período, ao invés de a discussão pautar-se nos princípios necessários à construção da cidadania, a sociedade brasileira discutia,

principalmente, a inferioridade dos negros, reforçando uma forma de controle e submissão dessa categoria social, que se via distante da construção dos seus direitos sociais.

No decorrer dos séculos, a despeito da diversidade geográfica, cultural e histórica do Brasil, a concepção de cultura aparece homogênea. Por exemplo, ainda no período da colônia, é articulada a elementos estrangeiros, principalmente produzidos com base no modelo europeu. Desse ponto de vista, também a noção de identidade é construída em referência ao mundo exterior. É a legitimação de uma história fundamentada na ação do Estado, sem conflitos, sem ruptura. A breve análise historiográfica das instituições museais, sobretudo do século XIX, mostra como os conteúdos estrangeiros são frequentemente utilizados na ação de construção da Nação brasileira.

Podemos dizer que isso também é o resultado da formação do Estado no Brasil, lastreada em diversos interesses, principalmente estrangeiros, articulados ao desenvolvimento do capitalismo, com a colaboração da classe dominante do país. O Estado definiu-se, nos seus primórdios, mais em função do contexto internacional do que da sociedade brasileira. Esse fato teve várias implicações, principalmente na construção da noção de cultura nacional. A propósito dessa questão, a análise de Canclini (1998, p. 25) é digna de menção:

As oligarquias liberais no final do século XIX e no início do século XX fizeram como se fossem elas que formavam o Estado, mas elas organizam apenas alguns domínios da sociedade para estimular um desenvolvimento parcial. Elas fizeram como se elas formavam as culturas nacionais, mas eles construíram culturas de elite colocando de lado uma grande parte da população indígena e camponesa. Isso vai exprimir sua exclusão por revoltas e por uma migração que vai atravessar as cidades. Os populistas fizeram como se eles incorporassem os setores excluídos, mas a política igualitária na economia da cultura, suas transformações estruturais, transformaram em alguns anos e se diluíram num clientelismo demagógico.

Mudanças significativas nesse quadro começaram a acontecer no período republicano, mais especificamente na segunda metade da década de 1930, quando a ideologia da mestiçagem cresceu entre os intelectuais brasileiros. Além disso, as ideias modernistas vinham se propagando desde a década anterior, influenciando os estudiosos dessa nação, que almejaram a busca das especificidades brasileiras no campo da cultura. O debate ampliou-se com a participação ativa de Mário de Andrade, com sua concepção ampla e diversa sobre patrimônio cultural, provocando uma leitura mais aprofundada da realidade brasileira e tentando estruturar um projeto de proteção do patrimônio cultural, numa linha que Falcão (1984) denominou de “cultura somatória”.

Para tanto, era necessário “moldar” a Nação brasileira. Durante o Estado Novo foi criado o órgão oficial de preservação do patrimônio cultural – o SPHAN –, composto

majoritariamente por arquitetos, que definiram uma concepção mais limitada de patrimônio, comparada à noção desenvolvida por Mário de Andrade. Vale ressaltar que a prática desse órgão priorizava as produções arquitetônicas do período colonial, valendo-se da expressão atribuída pelos estudiosos da área como “política de pedra e cal”. Os dados relativos ao tombamento confirmam a já mencionada filosofia de trabalho da instituição.

Podemos ainda inferir que o tombamento funcionou durante muito tempo de forma limitada, refletindo uma concepção patrimonial produzida, principalmente, por profissionais tradicionalistas, pautados em valores orgânicos sobre os bens culturais. Nessa perspectiva, o SPHAN, por meio do patrimônio preservado, funcionou também como uma entidade responsável pela construção da unidade nacional e definição da identidade do país. Esse fato também contribuiu para a construção de uma história controlada.

Em comunhão com a filosofia adotada, no que diz respeito à consolidação da unidade nacional, as instituições museológicas assumiram o perfil de “museu glorioso”, com ênfase nos padrões culturais do império e projetando uma identidade idealizada da realidade brasileira. Nessa perspectiva, a noção de cidadania não integrou a construção da Nação. Na maior parte das transformações políticas no Brasil, apenas uma pequena parte da população delas participava e/ou compreendia. Na área da cultura, o Estado manifestava-se como a entidade que constituía a história oficial vinculada ao patrimônio de forma generalizada, sem incorporar as especificidades regionais e culturais que fazem parte do país. Dessa forma, a população, na sua maioria, não participou das medidas de preservação da cultura, o que implicou dificuldade de compreensão do patrimônio, visto por boa parte das coletividades como alguma coisa sofisticada, supérflua e distante.

A despeito dessa prática, em plena década de 1960, quando o Brasil começou a enfrentar a repressão – fruto do Governo Militar e da política imperialista americana –, o Museu da República revestiu-se de uma narrativa nacionalista, focalizando a figura de Getúlio Vargas como grande chefe da nação brasileira, reforçando o populismo e a ideia de que ele era o “pai dos pobres”.

Os anos 1970 e 1980 marcaram transformações em relação à concepção de cultura e provocaram mudanças sociais oriundas da organização da sociedade civil, impulsionada por alterações de ordem política, social, econômica e cultural. Afloraram as ideias de Aloísio Magalhães sobre bem cultural, articuladas a uma forte necessidade de operacionalização, constatada, principalmente, após a criação do CNRC. Buscava-se também, nesse momento, uma leitura mais ampla do patrimônio cultural associado à noção de desenvolvimento

harmônico⁷⁰ idealizado, com a participação das comunidades. Era o momento dos grandes debates em torno das questões ecológicas, da diversidade patrimonial e das reivindicações de grupos sociais, em prol do reconhecimento dos seus bens culturais e das suas participações na construção histórica.

Do ponto de vista museológico, com base nos projetos do CNRC, viabilizou-se uma experiência nos moldes do ecomuseu ou museu didático, ou seja, o Museu de Orleans, sendo acompanhado pelo Ministério da Cultura e gerando reflexões referentes à complexidade dos processos preservacionistas, ao problema da contextualização dos bens culturais retirados do contexto de origem e à importância de se incorporar novas tipologias museais voltadas para a participação, comunicação e desenvolvimento local.

Ademais, cresceram os investimentos no campo do turismo, visto como meio de preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico, tornando oportuna a ação de políticas de preservação em lugares de interesse turístico, com vistas à realização de projetos nos quais a concepção de espaço era artificial e criada com o objetivo de definir uma harmonização estética. Essas ações de preservação, normalmente, são desenvolvidas em lugares de memória⁷¹. Vemos isso nos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu cujos processos de patrimonialização vivenciam essa situação de folclorização e turistificação. São lugares ricos de significação para a memória de grupos sociais variados.⁷² Ademais, isso constitui uma articulação sociocultural e econômica expressiva, porque as ações de preservação partem de “imagens” das populações e de outras motivações que contribuem para a produção de significações complexas, colocando em evidência o local e o global.

Apesar das preocupações crescentes por parte dos profissionais envolvidos na promoção de uma política voltada para a preservação dos bens culturais, a formação do cidadão e o turismo sustentável, os resultados da aplicação dessa política, em certos casos, não são aprovados de forma unânime. Assim, analisando a ação do SPHAN na cidade de São Paulo, Arantes (1981) faz uma reflexão sobre a importância crescente dada aos interesses materiais, quer dizer, aos benefícios econômicos e sociais decorrentes da ação de preservação. Para o autor, as medidas, associadas aos investimentos governamentais e aos interesses das empresas de turismo ligadas ao consumo de massa reforçam uma tendência em preservar as referências físicas de uma história reconstruída de forma linear e em tom glorificante.

⁷⁰ Expressão utilizada por Aloísio Magalhães (1984).

⁷¹ É o caso da folclorização do patrimônio afro-brasileiro, por exemplo.

⁷² Vale lembrar a definição de Nora (1999) sobre os lugares de memória, trabalhada na seção 2 desta tese.

O início da década de 1990 é marcado pela desarticulação da área da cultura no Brasil. Além disso, de maneira geral, aumentam as vinculações entre os órgãos governamentais, para impulsionar o desenvolvimento do turismo, visto como a criação de infraestrutura básica para os turistas e não como ferramenta de participação e desenvolvimento local. Os Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu inserem-se nessa categoria de visão parcial do fenômeno patrimonial pelos técnicos dos órgãos governamentais, nas tentativas de interação com as propostas turísticas.

Com efeito, o período atual é marcado pela abertura do mercado brasileiro na área da cultura, pela participação de empresas nacionais e internacionais, com a colaboração de um conjunto de medidas oficiais. Entretanto, a questão do turismo, associada à preservação do patrimônio no contexto, não pode ser vista apenas como a criação de cenários cujo objetivo primeiro é a definição de espaços “comercializáveis”, como mencionado anteriormente.

Por outro lado, as ações de preservação, normalmente, são desenvolvidas sem uma reflexão profunda e educativa sobre o patrimônio preservado, como preveem as indicações das cartas patrimoniais já analisadas, fato que revela autoritarismo e centralização. De outra forma, as populações que dão sentidos aos lugares não podem ser tratadas, simplesmente, como público de um espetáculo, tendo em vista que, historicamente, foram essas pessoas que construíram o sentido para esses territórios (FLORES, 1995).

Tendo em vista a análise desenvolvida no decorrer desta seção, conforme demonstrado na subseção que se refere ao final da década de 1980 e início de 1990, sobre a tendência do Estado brasileiro, é possível afirmar que, no que diz respeito aos financiamentos na área cultural, o Estado vem buscando parcerias privadas, procurando construir, progressivamente, uma diminuição no processo de intervenção nas instituições museais.

Mesmo com os discursos voltados para a valorização do patrimônio cultural, a prática dos profissionais responsáveis pelos órgãos oficiais de proteção está condicionada a uma visão simplista e reducionista do patrimônio ambiental, urbano e religioso. Isso significa dizer que o patrimônio é observado de forma isolada, sem que sejam considerados seus conteúdos históricos e sua relação com a cidade, como é o caso dos parques estudados.

Além disso, é como se o bem cultural não incorporasse funções, sentidos e significados no presente, refletindo uma visão cristalizada que não contribui para o entendimento da história na sua dinâmica processual. Nesse sentido, torna-se oportuna a atuação dos profissionais museólogos, tendo em vista sua formação e capacitação para lidar com os bens culturais preservados e seus processos de comunicação e divulgação.

Não é por acaso que, a partir de 2003, surgiram iniciativas em prol da importância do profissional museólogo e a construção de ações, visando à organização do campo museal. Enfatizamos a importância do reconhecimento da existência da área museológica, expresso, inicialmente, pela criação do DEMU e, mais tarde, pela institucionalização do IBRAM, em 2004. Dessa maneira, fica claro que as instituições museológicas começaram a ser vistas como importantes meios de preservação da memória da Nação e polos de discussão sobre a pluralidade cultural brasileira.

Vale registrar que a política adotada pelo IPHAN, inicialmente, conseguiu resgatar algumas demandas da classe museológica brasileira, veiculadas nas décadas anteriores, como o Sistema Nacional de Museus e o Programa Nacional de Museus, por exemplo. O fato revela, por um lado, um entendimento em relação às especificidades da área museal e, por outro, respeito aos profissionais museólogos. Essas iniciativas demonstram a continuidade de um processo já iniciado no final da década de 1970 e início da década de 1980, conforme mencionado.

Entendemos que o conhecimento do Ministro da Cultura Gilberto Gil sobre os museus como espaços de inspiração para a criação também impulsionou a Política Nacional de Museus, para que essa instituição passasse a ser vista com um sentido social, próprio e preciso, provocando movimento e ação nesse campo. Nesse sentido, os museus não eram casas velhas abandonadas, não visitadas, mas espaços de descobertas, inovações e transformações sociais e, como tais, deveriam ser tratados nessa dinâmica. Entendemos que isso também auxiliou a busca e a diversificação de investimentos para o campo museal, dotando a área museológica de mais reconhecimento, inclusive no processo de criação de editais voltados para museus.

O quadro museal levantado, ou melhor, o diagnóstico realizado no início dos trabalhos da equipe do DEMU/IPHAN⁷³ contribuiu para a identificação de um problema basilar na realidade museológica brasileira: a questão da falta de profissionais com formação na área da museologia, para atuar nas instituições museais e em projetos de natureza museológica em todas as regiões do país. Dessa forma, o apoio à criação de mais cursos de graduação no país⁷⁴ foi fundamental, além das oficinas de capacitação ministradas em todos os estados brasileiros, com temas ligados à museologia, concorrendo para a qualificação das pessoas que estavam

⁷³ Referimo-nos às reuniões que foram realizadas com a equipe do DEMU/IPHAN e a classe museológica, de maneira geral.

⁷⁴ Atualmente, o Brasil oferece 14 cursos de graduação, 3 de mestrado e 1 de doutorado.

atuando no campo museológico. Em suma, todo esse processo despertou um novo ânimo, principalmente junto aos profissionais museólogos.

Contudo, é preciso chamar a atenção para algumas questões referentes ao processo retromencionado. Nesse sentido, em que pese as particularidades de algumas nações, como Inglaterra, França e Estados Unidos da América⁷⁵, M. Santos (2004) demonstra que, na Inglaterra, os museus são avaliados, os profissionais são escolhidos de acordo com seus comprometimentos com as instituições, e o conhecimento notório é valorizado. No caso francês, as avaliações também são contínuas e desenvolvidos análises e estudos. Em relação aos museus americanos, conseguem funcionar como uma esfera pública aberta, passando também por processos de avaliação.

O quadro apresentado permite-nos concluir que, mesmos nos países em que o capital privado tem se inserido de forma permanente no âmbito cultural, é possível desenvolver certo controle com vistas à organização e manutenção da autonomia do campo museal. Portanto, entendemos que as instituições museológicas brasileiras, para garantir sua autonomia, devem pautar-se num referencial de ética preservacionista, ou seja, estabelecer o diálogo com seus parceiros econômicos, mas resistir às pressões de ordem política, comercial, financeira, entre outras, para manter seus objetivos e compromissos com os processos de reflexão crítica, em torno da relação entre memória e poder e a construção de uma história diversa e plural.

A construção de uma Política Museológica para o Brasil, apesar dos esforços, ainda não conseguiu vencer o desafio de enfrentar os problemas culturais da realidade brasileira, de forma ampla e integrada. Isso significa, entre outras medidas, considerar os excluídos, no sentido atribuído por Aidar (2002), o que requer uma ação articulada envolvendo diversas instituições, visando à formatação de um projeto amplo e integrado, no qual os museus e o patrimônio não podem ficar à parte. Pelo contrário, devem ser considerados como a base identitária necessária para a construção de ligações históricas importantes e que contribuem para os processos de identificações sociais e culturais das populações. Também significa dizer que, no caso do Brasil, o tombamento não é suficiente, tendo em vista que a maioria da população brasileira não conhece os seus bens culturais. É necessário ir além dessa prática preservacionista, para trabalhar com o patrimônio numa linha dinâmica de comunicação e interação com a educação, mediante a inserção de conteúdos patrimoniais no currículo escolar, por exemplo. Isso supõe uma prática interdisciplinar, envolvendo professores,

⁷⁵ Para maiores detalhes desse estudo sobre os museus na Inglaterra, França e nos Estados Unidos, Cf. M. SANTOS, 2004.

museólogos e outros profissionais, a depender da natureza do bem cultural com que se pretende trabalhar⁷⁶.

Um aspecto importante, nesse sentido, é que os poucos recursos estatais e mesmo os privados não têm sido suficientes para todos os museus. As instituições museais ainda enfrentam uma situação difícil, principalmente em relação à manutenção das suas estruturas físicas, conservação dos seus acervos, trabalhos de ação cultural e educativa etc. A análise de M. Santos (2004, p. 69) sobre os desafios museológicos brasileiros é digna de menção:

No Brasil, onde a desigualdade social atinge níveis muito superiores, os museus enfrentam, entretanto, um duplo desafio: ao se abrirem a uma participação maior do público necessitam trabalhar não só com a diversidade cultural do país, respeitando as diversas gramáticas locais, a partir da contribuição de tecnologias e abordagens desenvolvidas na esfera transnacional, mas também com problemas de distribuição de renda e poder, responsáveis pela exclusão de grande parte da população das arenas culturais. Será a partir da capacidade de resposta a questões que surgem do entrelaçamento entre especificidades locais e estruturas e processos mais amplos, portanto, que poderemos esperar uma renovação das instituições que se voltam para a preservação do patrimônio cultural do país.

Nesse entendimento, sobressai a pouca articulação existente entre educação e cultura, evidente no fato de muitos dos nossos patrimônios preservados nos museus fazerem parte de projetos na área de ação cultural e educativa dos museus, mas constituírem-se como iniciativas das instituições museais, não se caracterizando como um plano integrado de uso dos acervos preservados para a formação dos cidadãos brasileiros⁷⁷.

Sem dúvida, não conseguimos ainda incorporar o sentido de desenvolvimento por meio das práticas museológicas. Quando abordamos essa questão, a atrelamos, sobretudo, ao turismo, visto como ferramenta imprescindível para o desenvolvimento local. Entretanto, o turismo, como discutimos na seção 2 deste trabalho, deve ser planejado em função dos interesses das comunidades locais e não de forma isolada e fragmentada.

⁷⁶ Entendemos que as políticas afirmativas têm contribuído para a inserção de grupos étnicos como índios e negros, por meio da formação educacional. Destacamos, por exemplo, a Lei n.º 11.645 (BRASIL, 2008a), que inclui o estudo da história e cultura indígenas no ensino fundamental e médio. Entretanto, em 2010, com objetivo de verificar os impactos da lei numa escola pública da cidade de Salvador, desenvolvemos pesquisa com professores e alunos. As conclusões apontam para a existência de informações genéricas e superficiais sobre os povos indígenas e para a utilização dos museus etnográficos como recursos eficazes para abordar tal temática. Para tanto, é recomendável a construção de ações articuladas entre as instituições museológicas e as escolas, que devem ser fruto de políticas públicas nas áreas de educação e cultura. Para maiores informações sobre a pesquisa mencionada, cf. TEIXEIRA; CARVALHO; SILVA, 2010.

⁷⁷ Para maiores detalhes sobre os projetos educativos nos museus históricos, consultar o trabalho de C. Costa (2008), que analisa programas educativos que exploram aspectos de uma historiografia positivista, exaltando os heróis e acontecimentos da história do Brasil.

Entendemos que é sugestivo o registro publicado no relatório do 3º Fórum Nacional de Museus, com base no trabalho de grupo que afirma o desconhecimento da Política Nacional de Museus em relação aos museus comunitários e ecomuseus, além da falta de investimentos nessa área. De acordo com a PNM, se a Museologia Crítica⁷⁸ é aquela que inclui todas as narrativas, sem distinção, é estranho que tenhamos ainda poucos recursos aplicados, por exemplo, na área dos ecomuseus e museus comunitários (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2010).

Ademais, os museus comunitários, por natureza, vinculam-se a procedimentos metodológicos que proporcionam a inclusão de populações locais, por meio dos seus patrimônios e do afloramento de memórias vinculadas a grupos sociais marginalizados historicamente. Com isso, não estamos afirmando que outros museus não possam atuar apoiados nessa filosofia de trabalho, mas que é possível a preservação *in situ*, a compreensão do conjunto das relações que definem um bem como patrimônio e sua interação com o contexto preservado, de forma participativa e interativa com as populações locais, como é o caso, por exemplo, dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu cujas populações almejam justamente esses princípios preservacionistas.

Além disso, é possível inferir que o conceito do ICOM, que prevê a inclusão de parques e jardins zoológicos como museus, foi pouco explorado nos últimos anos. Incluímos aí também o patrimônio ambiental, urbano e religioso, que necessita de uma intervenção museológica urgente, sob pena de perdermos referências culturais e históricas, pois enfrenta, cotidianamente, medidas às vezes nocivas, em nome da modernização das grandes cidades.

Defendemos que uma política museológica deve ser capaz de pensar nesses patrimônios, como também no problema da grande concentração de museus na região mais desenvolvida do país – o sudeste⁷⁹. Por fim, a construção de uma política pública museológica continua representando um desafio a ser enfrentado pela sociedade brasileira.

⁷⁸ Definida como base teórica e prática para o desenvolvimento da Política Nacional de Museus.

⁷⁹ Para obter dados mais detalhados sobre essa questão, cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011.

**PARTE II – ESTUDOS DE CASO: PARQUES
METROPOLITANOS DO ABAETÉ E DE SÃO BARTOLOMEU**

4 PARQUES METROPOLITANOS DO ABAETÉ: O UNIVERSO SOCIOCULTURAL E O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Este capítulo tem por objetivo caracterizar o universo sociocultural do Parque Metropolitano do Abaeté que gerou os vestígios patrimonializados e descrever os movimentos sociais de patrimonialização. Além disso, serão consideradas as ações dos órgãos públicos estatais que colocam em cena o processo de patrimonialização. Para tanto, adotamos uma perspectiva histórica como forma de caracterizar esses territórios, com base em um conjunto de relações advindas da articulação desses espaços com as populações locais ao longo de suas trajetórias.

4.1 CONSTRUÇÃO DO LUGAR: ORIGENS INDÍGENAS E AFRICANAS E CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO BAIRRO DE ITAPUÃ

Existem várias versões para a origem do Abaeté. Entretanto, escolhemos esta porque é a mais conhecida e difundida entre os pesquisadores do folclore da Bahia, como o intelectual Fréderico Edelweiss (1969, p. 6), especialista na língua tupi – falada pelos Tupinambá que ocupavam o litoral do estado da Bahia na época da chegada dos portugueses.

Conta-se que Abaeté era um índio belo e forte, noivo de uma jovem moça. A mãe-d'água¹ se apaixonou por esse índio. Quando ela soube que ele ia se casar, durante um banho na lagoa, a mãe-d'água levou-o para o fundo da água. Seu corpo nunca foi encontrado. Após a sua morte, durante as noites de lua cheia, sua noiva se sentava na beira da lagoa para chorar sua perda. Conta-se que a mãe-d'água transformou o vestido e o véu da noiva nas dunas que envolvem a lagoa.

A lagoa do Abaeté situa-se no bairro de Itapuã², na cidade do Salvador,³ capital do estado da Bahia, na região nordeste do Brasil. É um bairro de beleza natural expressiva,

¹ Entidade que mora nas águas, segundo os adeptos da religião do candomblé.

² Esse bairro localiza-se ao norte da orla marítima da cidade do Salvador, mais precisamente a 30 km do centro dessa cidade. De acordo com alguns autores, não existe consenso em relação ao vocábulo *Itapuã*. Alguns escritores consideram que significa *pedra da ponta*, associando à existência de uma pedra que orienta a navegação dos pescadores. Outros afirmam que o nome do bairro designa *pedra que ronca*, fazendo referência ao barulho do mar sobre as rochas. Contudo, os dois sentidos voltam-se aos aspectos da realidade cultural do bairro: a atividade econômica da pesca e ao imaginário que se criou em torno dessa atividade.

³ Primeira capital do Brasil, na época da colonização portuguesa, com uma função econômica de cidade portuária. Sua construção iniciou-se em 1549, de acordo com o modelo português de urbanização. Em termos gerais, é uma cidade mestiça, em consequência da presença dos índios, portugueses e negros. No que concerne à sua demografia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), atualmente, possui 2.675.656 habitantes numa zona de 693 km².

cercado de lendas que inspiram vários artistas e cantores brasileiros⁴. O bairro de Itapuã possui praias tropicais ensolaradas durante quase todo o ano e muitos coqueiros. Entre as paisagens de Itapuã destaca-se, sem dúvida, por seus belos aspectos naturais, a Lagoa do Abaeté, com sua água escura e doce que contrasta com a areia branca em seu entorno. A Lagoa do Abaeté também é um local de culto para os praticantes da religião do candomblé⁵.

O Mapa 1, apresenta a delimitação das regiões do Brasil:

Mapa 1 – Regiões do Brasil – 2012



Fonte: AS REGIÕES... (2012).

O Mapa 2, mostra um recorte do litoral norte da cidade de Salvador:

⁴ Por exemplo: Vinicius de Moraes (poeta brasileiro), Dorival Caymmi e Caetano Veloso (cantores baianos), entre outros.

⁵ O candomblé é uma modalidade do culto afro-brasileiro. Essa prática religiosa será analisada mais adiante, para ajudar-nos a compreender os rituais realizados na Lagoa do Abaeté.

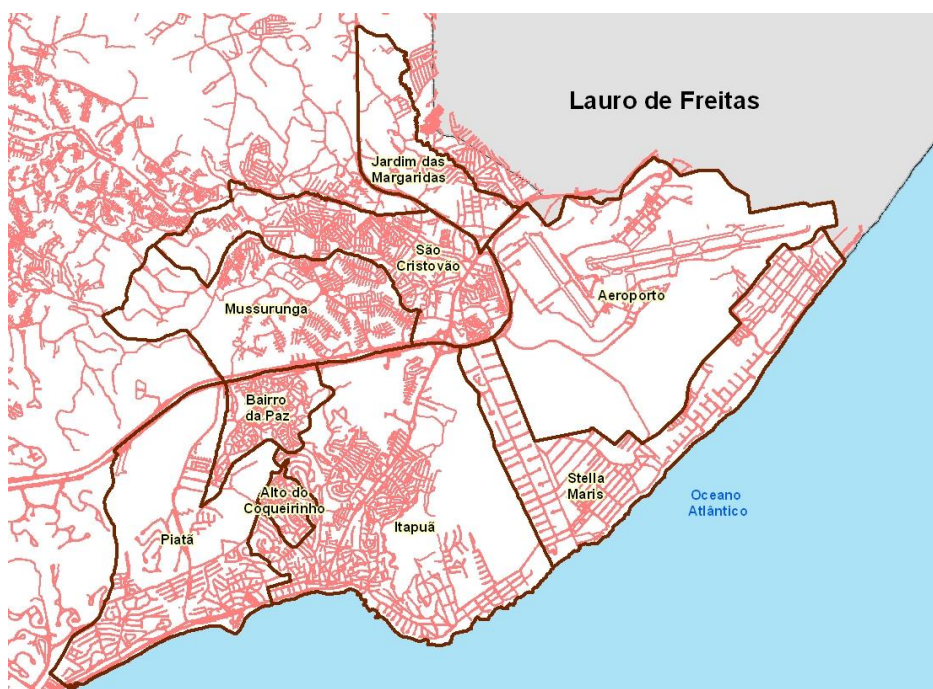
Mapa 2 – Litoral norte da cidade de Salvador – 2012



Fonte: A LOCALIDADE... (2008).

No Mapa 3, o bairro de Itapuã é apresentado:

Mapa 3 – Bairro de Itapuã – 2012



Fonte: Gestão Social (2009).

A Lagoa do Abaeté pode ser visualizada na Imagem 3:

Imagem 3 – Lagoa do Abaeté



Fonte: APA LAGOA... (2013).

Itapuã e a Lagoa do Abaeté apresentam imagens paradisíacas que inspiram produções culturais como a música, a pintura, a poesia, mas também a realização de atividades de lazer, de trabalho e religiosas. Essas ações fazem da lagoa um lugar de memória (NORA, 1999)⁶, com diferentes apropriações simbólicas elaboradas historicamente. Com efeito, a história da Lagoa do Abaeté está articulada à história do bairro de Itapuã e da cidade de Salvador.

Nos contos legendários sobre a origem da Lagoa do Abaeté, podemos observar a presença de elementos mestiços que resultam da articulação entre os imaginários indígenas e afro-brasileiros. Por exemplo, o nome “Abaeté” é de origem tupi⁷ e significa “terrível”, “sem

⁶ Esse autor considera que existem lugares, onde se cristaliza a memória nacional. Foram investigados por ele, monumentos, museus, festas, comemorações e livros escolares. Este entendimento confere a esses locais um sentido amplo para a expressão *lugares de memória*.

⁷ Tupi é um dos troncos linguísticos das populações indígenas no Brasil. Existem várias línguas de origem tupi. O grupo Tupinambá era a principal sociedade indígena de língua tupi, por ocasião da chegada dos colonizadores no Brasil. Essa sociedade tinha domínio sobre toda a costa desde o litoral do atual estado do Rio de Janeiro, passando pela Bahia até o Maranhão, no norte do Brasil, indo até o início da região amazônica. Retornaremos a essa questão de forma mais detalhada na seção 5 desta tese. Obviamente, a presença marcante dos Tupinambás deixou suas marcas, principalmente, nas várias palavras de origem tupi que fazem parte, ainda hoje, do vocabulário corrente do Português no Brasil. Não é surpreendente encontrar palavras de origem tupi, designando, por exemplo, espaços, da cidade do Salvador, cujo território era

forma”, “assustador”⁸. Já o vocábulo “mãe-d’água” remete à tradição dos cultos afro-brasileiros, realizados nos rios e lagoas. De acordo com as crenças afro-brasileiras é comum a referência à presença de heróis humanos que se transformam em pedras, em árvores, em lagos, em rios, entre outras formas.⁹ De toda forma, essa lenda serve para mostrar a relação do homem com a natureza. Na língua tupi, o significado do nome *Abaeté*, enquanto habitação de uma divindade, indica que a relação com a natureza deve ser de respeito, evocando também o medo.

Essas considerações iniciais levam a pensar em uma “tradição” fundada em aspectos da vida de grupos sociais diversos. Fazemos referência ao tempo em que Itapuã era uma pequena vila isolada, pois não havia estradas para ligar esse vilarejo ao centro da cidade do Salvador. Era um local habitado por índios e, em seguida, por negros que carregavam também hábitos e costumes adquiridos em várias regiões do território africano.

O lugar que dá origem ao bairro de Itapuã era habitado por índios do grupo linguístico tupi, cuja principal atividade produtiva era a pesca, conforme ressaltado anteriormente. De acordo com C. Teixeira (1978), as terras de Itapuã foram doadas a Garcia d’Ávila por Tomé de Souza, o primeiro governador português do Brasil, por volta de 1552.¹⁰ Outras concessões de terra foram feitas, principalmente às missões religiosas. As mais importantes para o bairro de Itapuã são *Aldeia do Espírito Santo*, que se localizava em torno da missão jesuítica dos índios *Tupinambás de Santo Antônio* e se encontrava nas terras de Garcia d’Ávila. Segundo Soares de Souza (1971, p. 70), “[...] os padres dessa missão trabalhavam duramente para converter os índios ao catolicismo, algumas vezes, de forma demasiada, pois os índios não viviam nunca como verdadeiros cristãos e sempre, depois de oito dias, não se interessavam mais a conversão”. Esta informação ilustra, de forma breve, a resistência dos povos indígenas ao processo de

dominado, originalmente, por esse grupo indígena. O que é significativo constatar que essas origens linguísticas não são trabalhadas no processo de formação educacional, principalmente nos conteúdos programáticos da disciplina Língua Portuguesa. Este fato contribui também para a falta de conhecimentos sobre os grupos indígenas ainda existentes no Brasil e para o desenvolvimento de processos discriminatórios em relação a essa etnia.

⁸ Existe outra interpretação para o nome *Abaeté*, de acordo com Edelweiss (1969). Segundo esse autor, *Abaeté* significa “homem equilibrado, homem de valor”, em tupi. Além disso, de acordo com depoimento do Sr. Luis Garboggini Quaglia, recolhido no Projeto História dos Bairros da Fundação Cultural do Estado da Bahia em 6/4/1988, “[...] o significado de *Abaeté* com “i” no final, significa uma lagoa escura, e o nome *Abaeté* com “ê”, significa homem de valor, homem forte”.

⁹ Esse tema foi estudado por Pierre Verger, antropólogo francês que consagrou vários anos de pesquisas sobre as tradições afro-brasileiras e africanas. Uma de suas obras mais conhecidas é “*Orixás, deuses iorubás na África e no Novo Mundo*” (VERGER, 1997). Registramos ainda que essa questão será também apresentada na análise do Parque Metropolitano de São Bartolomeu.

¹⁰ Durante o período colonial, havia um sistema de doações de terras para pessoas que tivessem condições de explorá-las. Esse sistema chama-se de “sesmaria”. Para maiores detalhes, cf. MOTTA, 1990.

colonização português, contrariando a história oficial do Brasil que, durante muito tempo, insistiu na tese de que as populações indígenas teriam aceitado a colonização de forma pacífica.

Em 1758, os jesuítas foram banidos do Brasil por uma decisão do Marquês de Pombal¹¹. Entretanto, várias causas contribuíram para o despovoamento das missões, destacando-se as guerras, a escravidão e as epidemias. De acordo com Caldas (1979), algumas missões passaram ao *status* jurídico de vila, dentre as quais a “Aldeia do Espírito Santo”.¹² Com a morte da esposa indígena de Garcia d’Ávila, metade das terras foi legada à Santa Casa de Misericórdia e a outra foi deixada aos Beneditinos. Após um acordo, os Beneditinos tornaram-se proprietários da parte que coube à Santa Casa de Misericórdia (TEIXEIRA, C., 1978).¹³

O processo de ocupação foi intensificado pela presença de colonos que viviam da carpintaria naval, do artesanato e da pesca da baleia, chamada *pirapuama*, principalmente no século XVII. As técnicas de pesca e da indústria da baleia foram sendo desenvolvidas paulatinamente. Existia uma estrutura de produção da pesca, com instrumentos de pesca (barcos, arpões e armaduras), incluindo a mão de obra escrava. Segundo Penido Monteiro (1993, p. 39, tradução nossa), “[...] a memória oral conta que os escravos foram levados a esse lugar devido à pesca das baleias”¹⁴. Analisando a importância dessa atividade para Itapuã, a autora afirma: “A canoa simboliza a cultura indígena que se instalou no início. Pouco a pouco, deu lugar aos barcos de origem portuguesa e a pesca da baleia marca uma nova etapa de evolução da pesca na região”¹⁵ (PENIDO MONTEIRO, 1993, p. 39, tradução nossa). A autora citada considera que a pesca é uma das atividades que marca a identidade do bairro de Itapuã, já que “[...] os grandes pescadores do ‘tempo da baleia’, heróis na memória do lugar, são descendentes de índios e africanos”¹⁶ (PENIDO MONTEIRO, 1993, p. 39, tradução nossa). É nesse sentido também que Itapuã, por sua posição estratégica, era local de desembarque de escravos. A propósito, Verger (1968, p. 368, tradução nossa) faz a seguinte descrição:

¹¹ Primeiro ministro do rei José I de Portugal. Nascido em 1699 e falecido em 1782.

¹² Essa vila constitui-se, atualmente, o distrito de Vila de Abrantes, situado no litoral norte da cidade do Salvador. Ver Mapa 3.

¹³ Em 1917, eles venderam à cidade do Salvador todos os terrenos que correspondiam à antiga doação de Garcia d’Ávila em Itapuã.

¹⁴ [...] *la mémoire orale raconte que les esclaves ont été amenés à cet endroit à cause de la baleine*”. A população de origem africana veio ao Brasil para trabalhar principalmente nas plantações de cana-de-açúcar. As grandes fazendas de plantação de cana-de-açúcar eram denominadas de engenhos e contavam com moinho. A atividade de pesca ligada à mão de obra escrava fugia das ações típicas desenvolvidas pelos africanos, na maior parte do Brasil.

¹⁵ *Le radeau symbolise la culture indienne qui s’est imposée au départ. Peu à peu, elle laisse place aux barques d’origine portugaise et la pêche à la baleine marque une nouvelle étape de l’évolution de la pêche dans la région.*

¹⁶ *Les grands pêcheurs du “temps de la baleine” héros dans la mémoire du lieu, sont des descendants d’Indiens et d’Africains.*

[...] 10 de julho de 1834, após denúncia, a polícia conseguiu capturar 159 escravos dos 200 que desembarcaram em 28 de junho, em contrabando, na praia de Itapoan e levados à plantação de José Raposo Ferreira, situado entre Santo Amaro de Ipitanga e Pirajá [...] o oficial Thomas Birch escreveu da Bahia, em 12 de novembro de 1838, ao comodoro Sullivan no Rio de Janeiro sobre o americano Dido, que partiu de Havana em março de 1837 em direção à costa da África que, na passagem à Boa Vista, ilha do Cabo Verde, obteve papéis portugueses e tinha ido à baía de Benin e depositado sua carga em Lagos. Em seguida, ele foi a Ouidah aprovisionar-se e embarcar 575 escravos. Philips era o capitão e Manuel o subencarregado, logo que, Dido estava sob as cores americanas e, reciprocamente, Manuel, o capitão, e Philips, o subencarregado, sob as cores portuguesas. Eles tinham desembarcado escravos após uma travessia de três semanas, perto de uma colina de areia, no vento da Bahia, não longe da vila de Itapoan¹⁷.

De acordo com a narração de Verger (1968), o tráfico de escravos era realizado em Itapuã, principalmente no tempo em que ainda era clandestino. Ademais, a historiografia moderna registra várias revoltas de negros tendo como lugar o entorno desse bairro¹⁸. De acordo com Reis (1986, p. 70):

[...] 28 de fevereiro de 1814, os escravos de armação¹⁹ de Manuel Ignacio da Cunha se rebelaram; eles colocaram fogo nas instalações de pesca e em seguida, destruíram duas ou três armações ao longo de sua marcha em direção a vila de Itapuã, que foi poupada. Em seguida, o grupo rebelde, em torno de duzentos e cinquenta pessoas seguiram em direção do Recôncavo. Mais a bordo do rio Joannes não muito longe de Santo Amaro de Ipitanga, os escravos foram vencidos após uma sangrenta batalha com os policiais do governo da Bahia. Cinquenta e oito escravos foram mortos durante essa revolta; Os rebeldes mataram quatorze pessoas entre os quais, alguns escravos que se recusaram a se juntar a eles. Os prisioneiros foram severamente punidos, quatro foram condenados à morte e de acordo com o relatório da polícia outros se suicidaram.

¹⁷ [...] le 10 juillet 1834, à la suite d'une dénonciation, la police réussit à saisir 159 esclaves des 200 débarqués le 28 juin, en contrebande, à la plage d'Itapoan et amenés à la plantation de José Raposo Ferreira, située entre Santo Amaro d'Ipitanga et Piraja [...] le lieutenant Thomas Birch écrivait de Bahia le 12 novembre 1838, au commodore Sullivan à Rio de Janeiro, au sujet du brick américain Dido, qui était parti de La Havane en mars 1837 vers la côte d'Afrique que au passage à Boa Vista, île du Cap Vert, il avait obtenu des papiers portugais, avait été à la baie de Bénin, et avait déposé sa cargaison à Lagos. Ensuite il était allé à Ouidah s'approvisionner et embarquer 575 esclaves. Philips était le capitaine et Manuel le subrécargue, lorsque le Dido était sous les couleurs américaine, et réciproquement, Manuel le capitaine, Philips le subrécargue lorsqu'il voguait sous les couleurs portugaises. Ils avaient débarqué les esclaves après une traversée de trois semaines, près d'une colline de sable, au vent de Bahia, non loin du village de Itapoan.

¹⁸ É necessário também registrar que os negros fugitivos organizavam-se em refúgios denominados de “quilombos”. Eram lugares com uma proteção geográfica natural, quer dizer, de difícil acesso. Seus membros acreditavam em uma perspectiva alternativa de sociedade. Os autores especialistas em escravidão no Brasil como, por exemplo, Reis (1986), consideram que as estruturas sociais (quilombos) incorporavam pessoas de diversas etnias (e não exclusivamente negros) insatisfeitas em relação ao modelo de organização social vigente. De acordo com Penido Monteiro (1993, p. 44, tradução nossa), existe “[...] um lugar que se chama ainda de Buraco do Tatú que se localiza a bordo da antiga rota do aeroporto, na primeira via de acesso a Itapuã. Em geral, os itapuãzeiros consideram que Buraco do Tatú faz parte das terras de Itapuã”. Além disso, o historiador Schwartz (1987) elaborou uma lista de quilombos da Bahia e assinalou a existência nessas imediações de um quilombo nomeado Buraco do Tatú que permaneceu durante quase vinte anos, de 1744 a 1763.

¹⁹ Espécie de depósitos ou armazéns para acumular produtos oriundos das baleias, principalmente, a gordura e equipamentos de pesca.

O autor citado afirma que, em 1828, ocorreu outra revolta em Itapuã: “[...] 12 de março, os escravos de Salvador e de outros engenhos nos arredores atacaram e incendiaram as instalações de pesca de Francisco Lourenço Herculano e Manoel Ignacio da Cunha, esse último de novo foi vítima de uma rebelião dos negros.” (REIS, 1986, p. 78).

Marcado, portanto, ao longo dos anos, pela presença de descendentes de portugueses, escravos e índios, Itapuã foi se constituindo como um lugar de pesca, isolado da cidade de Salvador, e acompanhou a decadência progressiva das fazendas e da atividade pesqueira. No final da década de 1920 e início da década de 1930, foi criada a primeira rota ligando Salvador a Itapuã, graças à presença de franceses, vindos para trabalhar na aviação²⁰. Guimarães (1993) assinala que as terras de Itapuã chegavam a ser denominadas de “vila dos franceses”. Não temos elementos suficientes para manifestar nossa consonância com tal afirmação, mas, de toda forma, isso parece indicar que havia um grupo de franceses que habitava o local, cujas atividades estavam ligadas à aviação. O testemunho de Lair Conde²¹ confirma essa ideia:

Meu avô Plínio Risério era agente da Aéropostale para o Estado da Bahia. Ele levava sempre minha tia Lair Conde e minha mãe quando ele ia ao aeroporto, onde habitavam algumas famílias francesas; quando tinha um voo à noite, as crianças ficavam contentes em ajudar seus pais a colocarem as lâmpadas para orientar a pista de aterrisagem, o que minha mãe e sua filha faziam também quando elas estavam presentes. (PENIDO MONTEIRO, 1993, p. 54, tradução nossa).²²

Em 1944, o governo federal declarou 2.000 hectares como de utilidade pública, para fins militares, visando à construção de uma base aérea e o aeroporto da cidade do Salvador; novas rotas de acesso foram criadas, como as de “Mussurunga” e “Ipitanga”. Nos anos de

²⁰ De acordo com Pereira (1987, p. 87): “[...] a sociedade industrial de Aviação Latécoère fundada em maio de 1922 tinha sua sede em Paris, mas os aviões (les Latés) eram fabricados em Toulouse e faziam na origem, a linha Toulouse-Dakar. Em 1927, a sociedade fundada por Pierre Latécoère trocou de nome e se tornou Companhia Geral Aéropostale, que inaugurou o primeiro serviço postal entre a França e a América do Sul em março de 1928. Nos primeiros anos, o correio era levado por avião de Toulouse à Dakar, em seguida era entregue de barco até Recife (ao nordeste do Brasil) de onde os pequenos aviões Latés transportavam até Buenos Aires. Em abril desse mesmo ano, Jean Mermoz começa a fazer os voos da noite entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. Em 1929, o mesmo ano no qual Saint Exupéry assume o posto de diretor da Aéropostale na Argentina (Aeroposta Argentina), a linha postal foi até Santiago do Chile e os pilotos começam seus voos acima da Cordilheira dos Andes. Em 1930, se realiza a primeira travessia do Atlântico por um avião comercial, um hidro-Laté pilotado por Mermoz. Entre as numerosas escalas que faziam, ao longo de seu percurso, figurava o aeroporto de Itapuã”.

²¹ Testemunho da senhora Lair Conde, veranista em Itapuã, desde a década de 1950. Seu pai foi nomeado agente local da Companhia Aéropostale na Bahia em 1929. Depoimento presente na tese de Penido Monteiro (1993).

²² *Mon grand-père Plínio Risério était agent de l'Aéropostale pour l'État de Bahia. Il amenait souvent ma tante Lair Conde ainsi que ma mère quand il allait à l'aéroport où habitaient quelques familles françaises : quand il y avait un vol de nuit, leurs enfants étaient contents d'aider leurs parents à mettre des lampes pour baliser la piste d'atterrissage, ce que ma mère et sa sœur faisaient aussi, quand elles y étaient présentes.*

1947 a 1951, a integração do bairro de Itapuã com a cidade do Salvador completou-se com a construção de uma estrada ao longo da costa até Itapuã, que se chamava “Otávio Mangabeira”. De vila dos pescadores, Itapuã passou a assumir a função de centro balneário da cidade de Salvador. Nesse período, começaram a aparecer os veranistas com suas residências temporárias.

Surgiram também os loteamentos residenciais e, na década de 1960, observaram-se as primeiras aglomerações que se tornaram “favelas” ou habitações precárias, próximas da Lagoa do Abaeté²³. Analisando o processo de ocupação do espaço, Guimarães da Silva (1992, p. 120, tradução nossa) afirma:

[...] o bairro dá origem a um processo de parcelamento e de comercialização de terrenos que transformará seu núcleo inicial [...] Esse movimento de incorporação vem do poder municipal, seja pela desapropriação, seja pela doação direta da municipalidade aos militares, aos promotores imobiliários e aos proprietários das antigas fazendas²⁴.

Na década de 1960, mais precisamente em 1968, o município de Salvador criou a lei da reforma urbana, que permitiu vender suas terras. Nesse momento, a quase totalidade do território de Itapuã foi comercializada. As atividades imobiliárias e turísticas desenvolveram-se, aumentando, sobremaneira, a especulação econômica. É necessário dizer que essa lei, apoiada em uma lógica absolutamente comercial, permitiu ao município negociar o patrimônio público, em detrimento do desenvolvimento de uma política social, visando à solução dos problemas de habitação que enfrentou e enfrenta boa parte da população do bairro de Itapuã e da cidade de Salvador. O período das chuvas (março a julho) é parte desses problemas, pois casas são destruídas em razão da estrutura precária de suas construções. Assim, essa lei apenas mostra a visão parcial que os poderes públicos têm do conjunto da sociedade, já que investimentos econômicos, muitas vezes, são dissociados de aplicações nas áreas sociais.

Ao longo dos anos 1970, foram sendo construídos, nas imediações do bairro de Itapuã, o Centro Administrativo da Bahia, o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari. Esses complexos industriais reúnem muitos trabalhadores. Essa população também aumentou e diversificou-se a densidade populacional do bairro. Consequentemente, o seu processo de urbanização e industrialização intensificou-se nos anos 1980. Itapuã assumiu, então, a função de bairro residencial, com vocação para o turismo e o lazer. Sobre essa

²³ Mencionamos os loteamentos como o *Jardim Piatã* e as aglomerações como *Nova Brasília* e *Nova Conquista*.

²⁴ [...] *le quartier donnera lieu à un processus de parcellement et de commercialisation de terrains, qui transformera son noyau initial [...] Ce mouvement d'incorporation est issu du pouvoir municipal, soit par la dépossession, soit par la donation directe de la municipalité aux militaires ou aux promoteurs immobiliers ou encore aux propriétaires des anciennes fermes.*

questão, documento da Secretaria de Planejamento (Seplan)/Agência Brasileira de Inovação (Finep) estabeleceu normas e princípios determinando-o como membro de uma zona especial para o desenvolvimento do turismo, contribuindo para aumentar os investimentos imobiliários e comerciais (SALVADOR, 1988a). Isso se manifesta, principalmente, no crescimento do setor terciário, com instalações de bares, restaurantes, *shoppings*, hotéis e outras atividades ligadas ao setor, em especial ao turismo. Assim, quiosques foram instalados na praia, para venda de pratos típicos, por exemplo.

Dessa forma, o bairro apresenta-se como um contexto em que os poderes públicos e as empresas manifestam, desde a década de 1980, interesses de preservação, associados, sobretudo, ao desenvolvimento do turismo. É ilustrativo o registro de documento da Prefeitura da Cidade do Salvador na área do Abaeté:

É necessário preservar uma parte dessa paisagem, com medidas que objetivam a preservação e valorização do patrimônio natural da costa e a defesa de seu equilíbrio ecológico para deixar para as futuras gerações a possibilidade de contemplar e aproveitar esse complexo ecológico [...] A paisagem, de grande valor, permitiu que esse espaço se tornasse um lugar adequado para o lazer, a recreação, ao turismo e as férias. (ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA DE SALVADOR, 1981, p. 32).

Com as transformações, toda a paisagem tornou-se marcada por profundas diferenças sociais que se manifestaram nas construções sofisticadas com arquitetura moderna²⁵, situadas não muito longe de habitações precárias – como em *Nova Brasília* e *Nova Conquista* –, justo do outro lado do Abaeté. Assim, verifica-se a instalação de pessoas de grande poder aquisitivo na costa marítima, enquanto aquelas de menor poder aquisitivo foram ocupando as áreas do interior. Essa situação ilustra a heterogeneidade social do bairro e os problemas de desacordo entre os interesses públicos e privados na área de preservação do meio ambiente.

Paralelamente ao desenvolvimento da especulação imobiliária e da atividade turística, a pesca continua presente no cotidiano de alguns habitantes, mas não ocupa o mesmo lugar do passado. A maior parte dos pescadores trabalha em tempo parcial e exerce outras atividades econômicas. Na realidade, a pesca, enquanto atividade econômica artesanal, concorre atualmente com a pesca industrial. As grandes empresas de pesca, com equipamentos modernos, contratam pescadores e os transformam em assalariados, estabelecendo relações de

²⁵ Por exemplo, hotel cinco estrelas “Quatro Rodas”, situado próximo ao mar e à lagoa do Abaeté. Na década de 1980, esse hotel aumentou sua área, construindo um campo de golfe na área de proteção do Abaeté. Esse fato será analisado mais adiante, na subseção referente à patrimonialização da Lagoa do Abaeté.

patrão e empregado baseadas num “código” de subordinação pouco explícito, como constata Ivo (1975, p. 122):

Quando um pescador não pesca nada ou quando está doente, seus companheiros ajudam-no sempre, dando peixe para sua refeição e para alimentar sua família. Esse costume tem uma significação cerimonial assegurando, através de relações de solidariedade, a manutenção do mínimo necessário para o indivíduo. O desenvolvimento dessa prática implica a reciprocidade que se torna uma obrigação bilateral, reforçando a integração do grupo e assegurando os indivíduos. Quando essa ação é realizada pelo proprietário do barco, a reciprocidade, entretanto, implica dependência e subordinação do pescador junto à camada dominante.

O território do bairro de Itapuã possui área de 4.513, população de 175.020 habitantes, taxa geométrica de crescimento de 4,0, densidade populacional bruta de 30 Hab/Ha. A população possui rendimentos entre 0 a 3 salários mínimos; 32,34% de 3 a 8 salários mínimos; e 14,55% de 8 a 20 salários mínimos²⁶.

Assim, a maior parte da população do bairro possui baixos rendimentos. O aumento das atividades turísticas provocou o desenvolvimento, no local, de práticas tradicionais ligadas ao folclore por jovens artistas da região. Verificamos que essas pessoas reapropriam-se de suas tradições mais como uma forma de artistas integrarem-se ao processo de transformações econômicas e sociais do lugar, como assinala Penido Monteiro (1993, p. 86, tradução nossa): “[...] grupos folclóricos organizados por artistas itapuãzeiros mais jovens que apresentam espetáculos inspirados nas tradições locais em hotéis e boates.”²⁷ Por exemplo, atualmente, existe um grupo musical de pandeiristas. Esses artistas argumentam que o pandeiro é um instrumento musical da cultura local. Além disso, outros grupos artísticos do bairro contam com o patrocínio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia²⁸.

Após a exposição dessa breve trajetória histórica, podemos observar que Itapuã caracteriza-se como um bairro heterogêneo, desde a sua origem e formação. De uma parte, encontramos pessoas que chegaram para habitá-lo porque não tinham alternativa de moradia e se aglomeraram em habitações precárias situadas, principalmente, no seu interior. De outra parte, existem loteamentos com grandes casas habitadas por uma minoria da população, que pertence às classes sociais mais favorecidas. Entre os residentes, encontram-

²⁶ Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município do Salvador, a cidade de Salvador é dividida em XVIII áreas administrativas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Atualmente, o salário mínimo brasileiro é de R\$ 678,00 que corresponde a 255 Euros.

²⁷ [...] il y a des groupes folkloriques organisés par des artistes itapuazeiros plus jeunes qui présentent des spectacles inspirés des traditions locales dans des hôtels et des boîtes de nuit.

²⁸ Além da Orquestra Pandeiros de Itapuã, citamos o grupo “As Ganhadeiras de Itapuã”, entre outros.

se escritores, artistas plásticos, músicos, comediantes e outras personalidades conhecidas da sociedade baiana.

Nos dois extremos relatados, verifica-se a presença de uma classe média que habita loteamentos mais modestos. Entre esses, condomínios de residentes militares, um na borda do mar, da aeronáutica; outro, na borda da rodovia que liga Itapuã ao aeroporto, que reúne veteranos da segunda guerra mundial.

Em face de tal heterogeneidade na região, é necessário apresentar os atores do processo de patrimonialização do Parque Metropolitano do Abaeté, considerando que o conjunto de significações concernentes a esse espaço ultrapassa os limites do bairro.

4.1.1 Atores e representações

A despeito da dificuldade de se falar em homogeneidade social, aos olhos da população local, existem certos aspectos, como festas, rituais religiosos, atividades de trabalho na Lagoa do Abaeté e em outros locais do bairro realizadas por grupos específicos, que funcionam como elementos de ligação entre as pessoas que o habitam. Para fundamentar essa questão, tomamos como referencial a definição de Penido Monteiro (1993) sobre os itapuãzeiros para, em seguida, interpretar o conjunto dessa população local.

Na sua tese, Penido Monteiro (1993) afirma que existe uma comunidade no bairro de Itapuã. O sentido de comunidade para essa autora é construído pela existência da categoria *itapuãzeiros*, que quer dizer pessoas que nasceram no bairro de Itapuã. Os *itapuãzeiros* têm um sentimento de identidade que se manifesta, sobretudo, no orgulho em relação a valores, como o passado em comum²⁹.

Penido Monteiro (1993) construiu a noção de “Filhos de Itapuã” de acordo com testemunhos orais, pois a comunidade construiu, ao longo da sua história, uma “diferença” entre as pessoas que nasceram, as que cresceram e as que chegaram para morar no bairro. Afirma que existe uma categoria que se chama “antigos habitantes”, para se referir a alguém que nasceu em outra localidade, mas cresceu com as pessoas da comunidade. Entretanto, não é o mesmo que ter nascido em Itapuã, ser *Filho do Lugar*.

²⁹ O grupo “Nativo de Itapuã”, que trabalha com a preservação do Parque Metropolitano do Abaeté; há ainda outro grupo, denominado “Mantendo a Tradição”, organizado por moradores do bairro de Itapuã. É necessário dizer que o grupo Nativo também participa dos movimentos reivindicatórios do bairro, principalmente em prol da preservação de seus recursos naturais. Analisaremos o papel desse grupo no processo de preservação do Parque Metropolitano do Abaeté na seção 6 deste trabalho.

A autora elabora sua definição de comunidade com base nos seguintes elementos: territorialidade, qualidade das relações sociais (como o parentesco), *status* socioeconômico e cultural e pluralidade étnica³⁰. A noção de territorialidade está presente na definição dessa comunidade, já que os membros do grupo social “Filhos de Itapuã” realizam uma autodefinição desde seu território. Contudo, a autora esclarece sobre a natureza desse espaço, dizendo:

Este território insere-se em fronteiras naturais que não podem ser delimitadas com rigor, porque se tratam de limites históricos herdados, que caracterizam esta comunidade como pertencente a um certo espaço – Itapuã. Nesse sentido, o espaço funciona a nível simbólico como um forte elemento de identidade comunitária, a partir das tradições. Não podemos compreender a comunidade e o espaço de forma dissociada. (PENIDO MONTEIRO, 1993, p. 90-91, tradução nossa).³¹

Além disso, os sentimentos de que os “itapuãzeiros” fazem parte de uma família justificam, diz a autora, a qualidade das relações sociais, o que ultrapassa a questão dos limites “territoriais”. Existe uma rede de cultura popular que liga essa comunidade a outros grupos sociais que habitam em diferentes bairros da cidade do Salvador. Esses bairros são habitados por pessoas de camadas pobres da população³². A esse propósito, Penido Monteiro (1993, p. 92, tradução nossa) complementa:

Encontramos histórias de pessoas desses bairros que hospedavam os “itapuãzeiros” quando eles precisavam ficar na cidade e, da mesma forma, moradores de Itapuã que acolhiam amigos e familiares da cidade nos tempos dos grandes festivais da vila. Há histórias que mostram uma rede de relações existentes entre estivadores do porto da capital e pescadores locais de Itapuã, especialmente porque alguns praticavam as duas atividades simultaneamente. Além disso, os pescadores de diferentes cidades situadas na costa de Salvador e nas ilhas da Baía de Todos-os-Santos tinham fortes ligações, de acordo com a memória oral e algumas fontes escritas. Os testemunhos orais mostram a participação de habitantes de bairros tradicionais ou dessas pequenas cidades em atividades religiosas e festas populares. Há indicações também a propósito dessas relações intensificadas a partir do Candomblé.³³

³⁰ A autora utiliza essa definição de comunidade baseada em: MENDRAS, Henri. Un Schéma d’analyse de la paysannerie française. In: JOLLIVET, M. (Dir.). **Sociétés paysannes ou lutte de classes au village**. Paris: A. Colin, 1974. t. II. Série des publications sur les collectivités rurales françaises. Groupe de Sociol. Rurale du CNRS.

³¹ *Ce territoire s’inscrit dans des frontières naturelles qui ne peuvent pas être délimitées avec rigueur parce que ce sont des frontières historiques héritées de son passé, qui caractérisent à la fois cette communauté comme appartenant à un certain espace, et précisément l’espace de ce qui est Itapuã pour cette communauté. Dans ce sens, l’espace fonctionne au niveau symbolique comme un fort élément de l’identité communautaire: dans la logique des traditions locales, on ne peut pas comprendre la communauté et son espace de façon dissociée.*

³² Por exemplo, os bairros do Cabula e da Liberdade.

³³ *On trouve plusieurs passages qui racontent des histoires sur des personnes de ces quartiers qui logeaient chez les “itapuãzeiros” quand ils avaient besoin de rester en ville ou d’y habiter; de même, ceux d’Itapuã hébergeaient leurs amis et leurs famille de la ville aux moments des grandes fêtes du village. Il y a des histoires qui démontrent qu’un réseau de relations existait entre les dockers et les débardeurs du port de la capitale et les pêcheurs de la région d’Itapuã, surtout parce qu’il y en avait qui exerçaient ces deux activités en même temps. Par ailleurs, les pêcheurs des différents villages de la côte de Salvador et des îles de la baie de Tous les Saints étaient fortement liés entre eux, selon ce que nous dit la mémoire orale et quelques sources*

Então, essa rede de cultura popular é identificada por vínculos expostos nas crenças, nas tradições e numa mesma forma de viver dos diversos grupos sociais que habitam a cidade do Salvador. É nessa perspectiva que Penido Monteiro (1993) trabalha com a noção de “popular” estruturada no sentido socioeconômico, que se manifesta em um sentimento de pertencimento das camadas desfavorecidas da sociedade. É necessário, contudo, apresentar sua ideia de forma mais fiel:

Esta noção de “popular” parece mais próxima da ideia de “povo” própria à comunidade estudada. Ela se manifesta nos discursos da maioria de seus membros. Entre os antigos habitantes de Itapuã, a expressão “povo de Itapuã”, empregada com orgulho, tinha uma conotação identitária sutilmente ligada a uma tradição cultural (à cultura tradicional não institucionalizada, dita popular; a um *status* socioeconômico (pobre e trabalhador); a uma apropriação espiritual de um espaço da cidade, vinculada a um sentimento de pertencimento. Eles se sentem proprietários e “filhos” dessa terra. (PENIDO MONTEIRO, 1993, p. 93, tradução nossa).³⁴

Povo, nesse contexto, significa as pessoas que têm uma situação socioeconômica menos favorecida e compartilham um conjunto de valores e uma história comum. Enfim, Penido Monteiro (1993) demonstra que a noção de pluralidade étnica é essencial para caracterizar a comunidade do bairro de Itapuã, considerada como mestiça³⁵. Entretanto, o componente negro é mais numeroso, como atestam os dados da última sondagem da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Além disso, a denominação caboclo(a), que designa pessoas mestiças de origem indígena e negra, é corriqueira para denominar as pessoas do lugar.

A noção apresentada pelos habitantes do lugar – *itapuãzeiros* – foi construída na ocupação do bairro, quer dizer, do contato com pessoas advindas de outras localidades, consideradas “diferentes”. Assim, os veranistas, por exemplo, são aqueles que passam um tempo determinado no bairro, o que os distingue dos moradores de Itapuã. Além disso, a relação com os turistas também destaca essa diferença.

écrites [...] Il y a aussi des témoignages oraux sur la façon dont les habitants d'un quartier traditionnel ou de l'un de ces villages participaient religieusement, et participent encore, aux fêtes populaires qui se déroulent annuellement dans ces différents endroits. On trouve également des indications à propos des relations qui renforcent ce réseau à travers le candomblé.

³⁴ *Cette notion de “populaire” nous semble la plus proche de l’idée de “peuple” propre à la communauté étudiée; elle transparait dans les discours de la plupart de ses membres. Parmi les anciens habitants d’Itapuã, l’expression “peuple d’Itapuã” employée avec fierté, a une connotation identitaire subtilement liée à: - une tradition culturelle (la culture traditionnelle non-institutionnalisée dite populaire); - un statut socio-économique (pauvre et travailleur); - une appropriation spirituelle d’un espace de la ville dont ils sont les “vrais” propriétaires parce qu’ils lui appartiennent, ils sont “les fils” de cette terre.*

³⁵ Essa pluralidade étnica faz parte da construção da cidade do Salvador e da sociedade brasileira.

Penido Monteiro (1993) detectou, junto aos *itapuãzeiros*, a manifestação de uma diferença de cor entre os habitantes e os veranistas, procurando ilustrar que a co-habitação entre essas duas categorias era “tranquila”. Nesse sentido, considera que: “Na realidade, as diferenças entre os veranistas (ricos e de cor mais clara) e os habitantes da pequena vila (pobres e fortemente mestiços) fazia transparecer o discurso dos itapuãzeiros, mesmo quando se pensava em negá-lo.”³⁶ (PENIDO MONTEIRO, 1993, p. 82-83, tradução nossa).

A propósito da questão da negação de uma diferença marcada pela cor da pele no Brasil, assinalamos que a construção de uma identidade nacional foi baseada em elementos naturais e na figura idealizada do índio³⁷. A análise de DaMatta (1993, p. 47) sobre a questão é digna de menção:

Na ideologia nacional, temos o mito de formação das três raças. Não podemos negar o mito. Mas, podemos indicar que o mito é uma maneira sutil de esconder a sociedade hierarquizada e dividida, em múltiplas possibilidades de classificação. Assim, o “racismo à brasileira”, paradoxalmente transformou a injustiça em algo tolerável e a diferença em uma questão de tempo e de amor.

De fato, a identidade brasileira foi construída sob o mito da democracia racial, o que nos parece ser uma forma de esconder diferenças raciais e sociais, presentes no conjunto dessa sociedade. Não obstante, esta análise é oportuna no quadro da discussão sobre a comunidade do bairro de Itapuã, na medida em que ilustra aspectos que, de forma mais superficial, poderiam ser vistos como contraditórios, mas correspondem a questões relacionadas às origens étnicas brasileiras e suas formas de elaboração e desenvolvimento em contextos particulares. Assim, constatamos a existência, no bairro de Itapuã, de um grupo social específico, composto de pessoas nascidas nesse bairro, definido por suas práticas sociais, de trabalho, religiosas e de lazer. Contudo, veremos, na seção 6 deste trabalho, que o Parque Metropolitano do Abaeté, além de reunir um conjunto de significados históricos heterogêneos, engloba vários grupos e pessoas de origens diversificadas.

Com efeito, a Lagoa do Abaeté³⁸ integra a vida das pessoas do bairro de Itapuã e da cidade do Salvador. O desenvolvimento de uma vida comunitária, as práticas de sacralização e as construções artísticas contribuem para que ocupe um lugar de referência social para

³⁶ *En réalité, les différences entre les estivants (riches et de couleur plus claire) et les villageois (pauvres et fortement métissés) transparaissent de plusieurs façons dans les discours des itapuãzeiros, même lorsqu'on pense les nier.*

³⁷ Aspecto discutido de forma mais detalhada na seção 3, referente à política federal de preservação no Brasil.

³⁸ Consoante Avanzo (1998), a lagoa do Abaeté é um ecossistema de dunas do quartenário brasileiro. Do ponto de vista geomorfológico, tem as seguintes características: zona: 16.185 m³; volume: 18.744 m³; profundidade máxima: 5,0m; profundidade média: 1,2 m; perímetro: 2.270 m.

várias pessoas. Assim, a memória dos habitantes do bairro ilustra, por meio das lembranças e das histórias sobre o passado desse lugar, aspectos específicos de um grupo social, como, por exemplo, sua visão de mundo, crenças, perspectivas de vida e formas de viver, entre outros. Dito isto, recorreremos aos testemunhos da população local para caracterizar e fundamentar algumas das apropriações em relação à Lagoa do Abaeté.

4.1.2 Lendas, mistérios e revelações

A Lagoa do Abaeté é um espaço carregado de criações simbólicas: crenças, mitos e lendas. Os depoimentos dos habitantes do bairro de Itapuã deixam aflorar sentimentos místicos em relação à “criação” da Lagoa do Abaeté. O testemunho do Sr. Miguel³⁹ ilustra, de forma expressiva, o imaginário criado em torno desse espaço:

O Abaeté, não existe pessoa que pode contar a origem do Abaeté. Abaeté é uma fonte, uma lagoa tradicional que vem do início do mundo. Não existe explicação científica sobre seu segredo. Porque se os antigos não estudaram... Eles que podiam estudar, não é? Eles não deixaram nada por escrito, como podemos estudar hoje? Se eles mesmos não conhecem seu segredo? Ela tem sua própria fonte (olho d'água), no meio do Abaeté, porque eu já vi transbordar; vem do fundo da terra, no centro mesmo do Abaeté. Sua fonte está lá, no centro, é ela que faz transbordar a água doce que alimenta toda Itapuã; abaixo da terra sim, mas não quando tem maré. Porque se você quiser ter a prova, então você pode ir até a escola da colônia [sede da associação de pesca]. Ela se situa a que distância da praia? Ela não está mais do que 30 metros da praia nesse ponto lá, não é? Então, tome uma distância de 30 metros vindo da colônia... Cruzando um ponto nesse lugar, você não encontrará água salgada. A água será doce. Não é? Tem isso. Eu sou testemunha.

Seu testemunho fala da Lagoa do Abaeté como uma fonte, tendo em vista o fornecimento de água doce para a população local. Por isso, também é percebida como uma forma de “graça divina”. Além disso, o testemunho mostra um sentido de mistério, envolvendo a existência da água doce e da água salgada ressaltado pelo depoente: “isso não se explica”. Existe uma aceitação do fenômeno ligado às águas como algo que obedece às leis naturais e faz parte da vida.⁴⁰

³⁹ Entrevistado: Miguel A. dos Santos. Data de nascimento: 8/5/1906; operário e pescador de Itapuã. Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 1987, por C. Ribeiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã”, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁴⁰ Contudo, vários estudos científicos foram feitos para explicar o equilíbrio entre as águas salgadas e as águas doces na Lagoa do Abaeté. Cf. AVANZO, 1988 e LIMA; MIRANDA, 1993.

Há outros testemunhos em torno da ideia da lagoa como plena de fontes, mas com outro sentido: as fontes são descobertas e recebem o nome das pessoas que as encontraram. O relato de D. Francisquinha⁴¹ é ilustrativo:

Abaeté tem toda uma história. Lá todas as fontes tinham um nome. Começavam na encosta de Osvaldo Mendes. Era a fonte da Sinhá Hilária, um pouco mais no alto é de Sinhá Elisa. A gente chamava as mulheres mais velhas de “Sinhá”, não chamava de “Dona”. Era tal sinhá, sinhá que a gente dizia. A fonte de Sinhá Hilária era a primeira... tinha aquela de Romualda... e outras em seguida. O lugar que a gente chama Ariado, era o lugar onde se lavava os cavalos é embaixo dessa duna que as pessoas desciam, escorregando. Um pouco mais adiante, do Ariado, tinha a fonte da Pá [grande osso de baleia]. Essa fonte ocupava um grande espaço na lagoa. A gente chamava esses lugares fontes, porque o fundo da lagoa era escuro e a pessoa que chegava, limpava a vegetação e a lama do fundo da lagoa. A gente limpava com palha de coqueiro. A gente limpava bem até aparecer a areia branca, para que a gente pudesse lavar a roupa nesse lugar. E a gente levava osso de baleia sob o qual a gente esfregava a roupa. Uma vez o lugar pronto, a gente dizia: essa fonte é minha; fui eu que fiz... essa outra eu não sei quem a fez. E era por isso que a gente dizia que eram fontes, mas eram lugares limpos na lagoa, na lagoa que era escura.

Essa descrição das fontes, num registro pragmático, explicita as significações que se entrecruzam para formar a memória local. A utilização prática relaciona-se ao uso particular das fontes, mas como espaços de apropriação coletiva, já que essa nomenclatura faz parte de um processo da memória compartilhada.

Ainda hoje a visão de mistério que envolve o fenômeno das fontes é aceita por várias pessoas residentes no lugar. Esse mistério demonstra a existência de um imaginário forte em torno do local, construído em volta de entidades místicas ligadas ao folclore brasileiro (a mãe-d'água, a sereia, entre outras), assim como de divindades dos cultos afro-brasileiros (Oxum, Iemanjá). Sobre esse aspecto, continuamos com o testemunho do Sr. Miguel:

Em sonho, eu já vi a mãe das águas, como eu já vi um mistério da terra. [...] A mãe-d'água no meu sonho, eu já vi lá, um pouco debaixo da pedra, você sabe onde fica a pedra de Itapuã? Eu estava pescando no barco, quando ela apareceu, assim, flutuando na água: cabelos longos, loira, com um vestido longo, todo branco... Eu vi apenas em sonho, você entende? Eu não sei... eu vi bem seu rosto, sua cor morena [...] Ela nadava, assim, perto da embarcação... eu vi apenas em sonho. É tudo que posso dizer [ele ri].

⁴¹ Entrevistado: Francisca Passos (D. Francisquinha). Data de nascimento: 1/4/1919; aposentada como funcionária pública do posto de urgência de Itapuã (falecida); responsável pelo grupo “Mantendo a Tradição”; Entrevista realizada no dia 7 de julho de 1987 por T.P. Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã”, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia em Salvador. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

Imagem 4 – As lavadeiras do Abaeté



Fonte: Casa da Gravura (2013).

Imagem 5 – Oferenda a Oxum



Fonte: Acervo pessoal da autora.

De acordo com as lendas, Abaeté é um lugar de morada de uma divindade – mulher bela e atraente que escolhe alguns homens e pune com a morte aqueles que não respeitam as exigências de seu ritual. Retomamos, aqui, o testemunho do Sr. Miguel A. dos Santos⁴²:

⁴² Entrevistado: Miguel A. dos Santos. Data de nascimento: 8/5/1906; operário e pescador de Itapuã. Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 1987, por C. Ribeiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã”, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

Então, é no Abaeté que eu ouvi meus avós dizerem que tinham pessoas que viram e afirmaram: é a “Dama do Abaeté”, a dona das águas, sentada sobre um osso de baleia – uma vez tinha costelas de baleia que as mulheres utilizavam para bater a roupa – ela estava sentada, de costas e os cabelos inclinados em direção à terra e o rosto voltado para o Abaeté.

Dizia-se que a divindade das águas doces é uma mulher que chamava Oxum, mas a divindade das águas salgadas é uma mulher que se chama Iemanjá. Coloque isso bem em evidência, essa diferença aí. Bom, eu te digo isso porque é ele que me deu essas explicações.

Imagem 6 – Oxum



Fonte: Ferrão (2008).

Sr. Miguel faz referência às explicações que lhe foram dadas por seu grande amigo Bernardino, antigo Pai de Santo⁴³, do candomblé⁴⁴ Bate Folha.

⁴³ Figura mais alta na hierarquia do candomblé; tipo de padre.

⁴⁴ Termo utilizado para designar o culto afro-brasileiro na Bahia. Segundo Verger (1997), os negros que foram levados para o Brasil faziam parte de diversas nações: Nagô, Angola, Dahomé, Axanti, Aussá, Congo, Moçambique, entre outras. Cada uma dessas nações tinha sua língua, suas tradições, suas divindades.

Ele vinha várias vezes passear aqui. Uma vez ele tinha um presente para colocar no Abaeté e fui eu que coloquei o presente lá. Eu coloquei lá, longe. Fui nadando com o presente na mão, eu coloquei no centro mesmo do Abaeté. Se tivesse uma máquina de televisão, a gente podia ter filmado. No momento onde eu retorno a terra, nesse momento lá, uma mulher branca que era filha-de-santo⁴⁵, entrou em transe. Ela veio me tomar nos seus braços.

As narrativas que seguem demonstram o conjunto diverso que engloba as várias entidades que habitariam a Lagoa do Abaeté, de acordo com relatos de membros da população local. D. Francisquinha⁴⁶ diz:

Hilária é a mãe de minha madastra, a mãe de minha madastra Sinhorinha; ela era lavadeira no Abaeté. Ela ia sempre lá cedo. Ela disse que a mãe-d'água tinha a pele morena, os cabelos verdes e que ela tinha também uma cauda de peixe, não é? ... porque ela era a mãe-d'água e no mar ela era a sereia. É por isso que a gente ouvia músicas: [cantando] *Saia do mar, minha sereia; Saia do mar, vem brincar na areia*. Era para a montagem da rede de armação; quer dizer que, na época da pesca do “xaréu” com grandes redes, era já uma tradição essa música do “sambeiro” de Dona Sereia [repertório dos sambas da Sereia]. Porque a gente chamava Dona Sereia. Mas hoje, não. É Iemanjá, é Oxum, é eu nem sei mais o quê. Tem tantos nomes que eu não sei mesmo mais quem ela é. Mas, no meu tempo, era sereia, e não mãe-d'água. A gente dizia que a mãe-d'água comia feijões; eram as pessoas que contavam isso, não é? Os velhos, porque a mãe de minha madastra me contou que a mãe-d'água comia feijões cozidos sem sal [ri] e a sereia comia milho branco, de “mungunzá” [milho com leite] com mel de abelha.

Ademais, a lagoa é considerada um sítio sagrado para os adeptos do candomblé. Assim, os Pais de Santo, Mães de Santo e os iniciados nessa religião levam oferendas à divindade das águas do Abaeté. Pode-se fazer esse tipo de presente individualmente ou em pequenos grupos, de forma espontânea, como parte de uma demanda ritual do candomblé. Nesse sentido, D. Helena⁴⁷ afirma o seguinte:

Sobre os presentes de Itapuã, eu me lembro apenas que há muito tempo atrás, Daniel colocava suas oferendas na Lagoa do Abaeté. Daniel, pai de santo. E tinha também Carrinho, que diziam que ele mergulhava no Abaeté para falar com a sereia. Ele

Entretanto, na Bahia, a maior expressão é da nação dos Yorubá (Nagô). O culto das divindades nagôs (orixás) é feito em templos denominados de terreiros. A composição do terreiro é a seguinte: Pegi, onde se encontra o altar das divindades; e barracão, um grande salão onde ocorrem os rituais públicos. Além disso, existem quartos e pequenas casas para receber pessoas do candomblé durante a época das obrigações anuais. Há também pegis na parte exterior acima das árvores sagradas. A responsabilidade do culto é do Babalorixá e Yalorixá ou Pai de Santo e Mãe de Santo, respectivamente.

⁴⁵ Pessoa iniciada no candomblé.

⁴⁶ Entrevistado: Francisca Passos (D. Francisquinha). Data de nascimento: 1/4/1919; aposentada como funcionária pública do posto de urgência de Itapuã (falecida); responsável pelo grupo “Mantendo a Tradição”; Entrevista realizada em Salvador no dia 7 de julho de 1987 por T.P. Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã”, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁴⁷ Entrevistado: Helena Nazaré. Data de nascimento: 16/8/1926; curandeira. Entrevista realizada por T.P. Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia em Salvador, no dia 1 de outubro de 1988. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

mergulhava de um lado e saía de outro. Mais esse pai de santo, Carrinho, não era de meu tempo. Eu conheci Daniel.

No candomblé, a divindade da água doce é Oxum e está associada à fecundidade e na Bahia, é sincretizada com Nossa Senhora das Candeias (VERGER, 1981). Ela é chamada de Iyáloode, título dado a uma pessoa que ocupa o lugar mais importante entre todas as mulheres da cidade⁴⁸. Isto é curioso, porque existe uma música baiana que se chama Nessa cidade todo mundo é de Oxum⁴⁹.

Imagem 7 – Nossa Senhora das Candeias



Fonte: Orion (2011).

Os adeptos do candomblé creem que cada pessoa tem um “orixá”, uma entidade à qual está ligada. Também de acordo com os princípios do candomblé, alguns lugares possuem orixás. Tudo isso torna visível um conjunto de referências simbólicas que marcam a paisagem cultural da cidade do Salvador, onde a Lagoa do Abaeté figura como uma fonte de inspiração remarcável, envolvida de religiosidade.

⁴⁸ É interessante registrar que existe no Brasil, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, a crença numa santa que faz milagre e se chama escrava Anastácia. Os *folders* distribuídos nas igrejas que contam sua história de vida afirmam que ela nasceu na Lagoa do Abaeté, em Salvador, Bahia, Brasil. Isso mostra que esse local é uma referência também para membros dessa comunidade religiosa que habitam em outras regiões do país. Além disso, aponta para a importância da cidade do Salvador como referencial da cultura afro-brasileira.

⁴⁹ Ver, no Anexo C, a letra da música “É d’Oxum”.

Imagem 8 – Iemanjá



Fonte: Orion (2011).

É, talvez, em razão do sentido sagrado atribuído à lagoa que as representações ligadas a esse lugar evocam perigos que o homem não controla. O depoimento de D. Francisquinha⁵⁰ apresenta os perigosos em relação a esse espaço.

O interior da lagoa é negro. E a areia é branca, bem branca lá. Porque quando você avança um pouco [na lagoa], você avança [...] ela te chama. Você avança um pouco mais em direção do escuro, que a gente chama de *perau* – eu não sei mesmo o que isso significa – porque era um lugar profundo e era lá que as pessoas morriam. Mas apenas dois filhos de Itapuã morreram lá, porque eles estavam loucos. O Abaeté é perigoso por causa da areia negra, dessa lama. Parece que aqueles que morreram lá, ficaram quatro, cinco dias na lama, quando os corpos reapareceram, em bom estado, perfeito, com exceção das mordidas de peixe.

A palavra *perau*, que D. Francisquinha utiliza, é de origem indígena e quer dizer *falso caminho*. Isso aponta para a presença indígena na região, e mostra que os índios – antigos

⁵⁰ Entrevistado: Francisca Passos (D. Francisquinha). Data de nascimento: 1/4/1919; aposentada como funcionária pública do posto de urgência de Itapuã (falecida); responsável pelo grupo “Mantendo a Tradição”; Entrevista realizada em Salvador no dia 7 de julho de 1987 por T.P. Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã”, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

habitantes – já conheciam os perigos da lagoa. A memória oral encarregou-se de difundir-los. Continuamos ainda com o testemunho de D. Francisquinha⁵¹ sobre o fato de a lagoa “chamar”:

Porque, quando você avança, a areia te puxa. Você está sobre a areia, não é? Você avança...hoje, ela atrai ainda; ela atrai ainda... E a lagoa te chama, porque você adianta, e ela... E essa senhora, essa “sinhá” Hilária, contava uma história; era uma história, parece que era da sua imaginação. Ela ia lavar de madrugada. Quando o sol aparecia, ela já estava lá. Então, ela diz que um dia ela encontrou, sentada sobre um osso de baleia, uma mulher penteando sua cabeleira verde, com um pente, e eu não sei porquê...mas eu penso que era sua imaginação.

As informações sobre mortes por afogamento e desaparecimento de pessoas são relativamente comuns. É comum a divulgação de notícias sobre acidentes frequentes na lagoa. Isso estimula a narrativa de acontecimentos misteriosos nessa área não apenas como crenças do passado, mas que, ainda hoje, estão presentes no imaginário das pessoas.

4.1.3 Cotidiano do Abaeté: as lavadeiras

É importante evidenciar que muitas histórias sobre o Abaeté foram criadas e difundidas pelas lavadeiras. A lavagem de roupas constitui-se numa atividade econômica investida de significações para a compreensão desse espaço como local de sociabilidade e trabalho. Com efeito, durante muito tempo, elas estavam associadas à imagem do Abaeté, porque lavavam roupas na lagoa e colocavam para secar sobre a areia, o que contribuía para ampliar o colorido da paisagem local. O testemunho de D. Francisquinha⁵² ilustra o significado das mulheres lavadeiras no contexto da Lagoa do Abaeté.

Aqui, ninguém podia pagar nada a ninguém; começamos a lavar roupa para ganhar dinheiro no verão, com a vinda dos veranistas. Os daqui, que tinham alguém para lavar roupa eram os proprietários de lojas. Mas eu não podia fazer, porque havia outras mulheres mais velhas que eu, e já faziam: Zinha, Elisa, sinhá Hilária que era a mãe de minha madrastra. Eram elas que lavavam para as pessoas das lojas. Elas eram lavadeiras daqueles que passavam ferro, e deixavam a roupa brilhar.

E as pessoas pobres tinham roupa para brilhar? O que eles tinham secavam, fazendo secar no vento e usavam [risos].

Mas as lavadeiras eram uma tradição daqui... cada uma ia lavar sua roupa na fonte, principalmente na “Fonte da Pá” no Abaeté.

⁵¹ Entrevistado: Francisca Passos (D. Francisquinha), aposentada como funcionária pública do posto de urgência de Itapuã (falecida). Entrevista realizada pelo Projeto História dos Bairros – Bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁵² Ibidem.

A atividade das lavadeiras era organizada a tal ponto que o lugar de cada uma era antecipadamente determinado. Assim, a lavagem de roupa torna-se uma atividade econômica típica das mulheres, com a chegada dos veranistas e dos militares em Itapuã, conforme relato anterior. A narrativa a seguir ilustra essa questão:

A gente estendia lá, onde encontrava para estender, porque meu pai... ele encontrou menininhas e ele nos deixou prá lá [...] Minha mãe não quis mais nenhum homem; a gente teve que trabalhar, lavar roupa lá no Abaeté... dez, vinte balaios de roupa para a vila dos sargentos. A gente comprava peixe lá e assava na brasa. Minha mãe ia vender na cidade, a pé, até o Cabula. Aí ela tomava o trem. Ela partia daqui às três horas da manhã e tinha que atravessar o rio Passa Vaca [...] a última ganhadeira que morreu, era ela.⁵³

A despeito de a lavagem de roupa, durante muito tempo, ter sido a única atividade econômica para algumas mulheres do bairro, observamos que, para outras pessoas, essa atividade aparece como um momento de lazer das mulheres de Itapuã, como se observa no seguinte testemunho:

Ela, minha mãe, tinha alguém para lavar sua roupa na cidade, mas aqui em Itapuã era ela mesma que lavava e nós ajudávamos porque era uma parte de brincadeira, não é? Nós adoramos ajudar.
As pessoas daqui eram amigas. Ela levava uma boa quantidade de roupa e as pessoas ajudavam a lavar, lavavam mesmo, mais do que ela, mas ela fazia assim, porque era um divertimento que ela gostava muito.
Ela levava coisas boas para comer e, lá, ela dividia com todo mundo, e assim todo mundo se interessava em lavar e estender a roupa, todo mundo junto, não é? minha mãe dizia: a gente vai comer o bacalhau. Que dia a gente vai lavar?
A gente vai lavar amanhã!
Então, sou eu que levo o bacalhau.
Chegando, ela fazia um “escaldado” e dividia com todo mundo. Então, todo mundo ajudava: Deixe isso, D. Benzinha, a senhora vai preparar o bacalhau. Deixe a roupa com a gente. E elas ficavam nessa história... Era, principalmente, uma parte da brincadeira.⁵⁴

Não obstante esse tipo de testemunho, que contribui para uma visão idealizada do trabalho das lavadeiras, assinalamos que, na maior parte do tempo, o trabalho de lavagem de roupas na Lagoa do Abaeté fez parte do cotidiano das mulheres mais pobres. Assim, a fala de

⁵³ Entrevistado: Amélia B. dos Santos. Ano de nascimento: 1924; proprietária de restaurante em Itapuã. Entrevista realizada em Salvador, no dia 1 de março de 1989, por T.P. Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁵⁴ Entrevistado: Eunice Gomes de Souza (D. Niçú). Data de nascimento: 26/1/1928; membro do Grupo Mantendo a Tradição. Entrevista realizada em Salvador, no dia 20 de janeiro de 1989, por T.P. Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

D. Amélia mostra que, na maior parte do tempo, essas mulheres vivenciavam um cotidiano difícil.

Com base em diferentes narrativas, podemos perceber algumas formas de solidariedade entre as lavadeiras que ultrapassavam esse tipo de relação, para se associar de forma direta às oferendas às entidades sagradas. Vejamos, então, o que pensam D. Francisquinha e D. Loia:

Vinte e seis de julho é dia de Santa Ana. Elas [as antigas lavadeiras] fazem uma oferenda e uma festa no Abaeté. Elas colocam o presente na água e depois cantam músicas e dançam de acordo com o candomblé. Cantam para as águas, todas essas coisas lá [...] É Loia que coordena a organização dessa e de outras festas. Um dia você vai na casa dela que ela te conta. (D. Francisquinha)⁵⁵.

Isso começou assim, minha filha: A gente ia fazer uma oferenda à “Senhora das Águas”, porque a gente lava a roupa aqui, ela nos dá saúde e permite ganhar alguns tostões, nós devemos oferecer um presente. Então, a gente oferta um presente. Então, a gente faz um presente a cada ano. Vamos. E a gente continuou. Durante treze anos a gente fez sem interrupção, esse ano [1987] a gente não fez. [...] a gente toca três atabaques. Abaeté não é mais um lugar abrigado. Tem muito movimento de pessoas não deixando fazer coisas como a gente quer, e quando a gente faz, as pessoas não querem mais dividir com os outros; eles se jogam mais e quando a gente não quer dar a todos para comer, eles brigam. (D. Loia)⁵⁶.

De fato, com as transformações que se produziram no local, as práticas sagradas passaram também por mudanças. Com o progresso e o desenvolvimento da urbanização, aumentou a pobreza e as disparidades econômicas, o que trouxe prejuízos às práticas espontâneas de solidariedade. Entretanto, as oferendas nas águas do Abaeté ainda são frequentes. No jornal *Cufa Itapuã*⁵⁷, de 11 de janeiro de 2010, encontramos a seguinte notícia (BITENCOURT, 2010, p. 1):

[...] as lavadeiras do bairro realizará [sic] no sábado, 16 de janeiro de 2010, a partir das 9 h, um dia de alegrias, de oferendas e de presentes a Oxum. A realização das oferendas é uma tradição centenária, presente em Itapuã desde a época da escravidão, em que essas mulheres na humilde profissão de lavar roupas conseguiam dinheiro para o sustento e também para a alforria de seus maridos e filhos. Toda a atividade era preenchida com os batuques do samba e as oferendas à Mãe Oxum. Durante o evento, que contará com a participação de artistas e músicos nativos de Itapuã, serão homenageadas as mais antigas lavadeiras do bairro, Dona Pitú e Dona

⁵⁵ Entrevistado: Francisca Passos (D. Francisquinha), aposentada como funcionária pública do posto de urgência de Itapuã (falecida). Entrevista realizada pelo Projeto História dos Bairros – Bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁵⁶ Entrevistado: Luiza Portela Costa (D. Loia). Data de nascimento: 25/10/1916; filha de pescador. Sua mãe e sua bisavó eram Mães de Santo. Entrevista realizada por S. Lima. C. Rib. e M. Tavares, pesquisadores do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia em Salvador, no dia 27 de outubro de 1987. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁵⁷ Jornal produzido pela Central Única das Favelas, com sede em Itapuã.

Bieca. E como, qualquer lavagem, a oferenda estará recheada de samba, tradição rítmica do nosso povo, com letras fortes e vivas de muitas histórias de quem já passou e deixou lembranças à beira da Lagoa.

Para Analu Franca, coordenadora da Cufa Itapuã, entidade que junto com os terreiros Abassá de Ogum e Ilê Axé Iba Gina promove a atividade, “essas damas das lavagens de roupas alvas, cheirosas e engomadas são nossas representações de amor e vitória, líderes na idéia de libertação econômica do sistema feudal, de forma simples, mas poderosa, honrosa, e sempre presentes em atos sociais e culturais importantes a cada época”.

Além de Analu, nativos e enteados de Itapuã como Damiana, Mucinha, Jaciara, Zé de Bessém, Valtinho, Val Paredão e muitos outros fazem parte dessa história de preservação de um dos acervos da cultura brasileira.

Fica demonstrada, assim, a ocorrência dos rituais do candomblé na Lagoa e sua importância, por fazer referência à história do lugar e aos personagens que deram identidade ao espaço⁵⁸. Assim, as cerimônias de oferenda que se realizam hoje na Lagoa são do candomblé. Consequentemente, podemos afirmar que a Lagoa continua sendo um local sagrado, principalmente para os adeptos dessa religião. Um aspecto importante do candomblé associado à lagoa é que ela reúne diversos tipos de árvores e plantas específicas utilizadas nos rituais e nas práticas terapêuticas dessa religião, o que reforça a importância desse espaço para seus membros⁵⁹. Assim, podemos dizer que os adeptos do candomblé, em última instância, são os guardiões do caráter sagrado da lagoa.

4.1.4 Passado e presente em face do progresso: poesia, divulgação e identidade

As transformações urbanas ocorridas na região do bairro de Itapuã ao longo dos anos têm levado os praticantes dos rituais religiosos a afirmarem que é necessário ter respeito pela natureza, de maneira geral, e pelos lugares onde as divindades manifestam-se. Podemos observar, em algumas narrativas, que, mesmo com a realização das cerimônias religiosas, as divindades fazem-se cada vez mais “raras” em razão dessas transformações. O testemunho de D. Sinhorinha⁶⁰ é ilustrativo:

⁵⁸ Não encontramos fontes históricas que confirmassem a compra de cartas de alforria com o trabalho das mulheres no Abaeté. Contudo, registramos que tal afirmativa parece-nos importante por seu caráter de afirmação identitária, ou seja, como forma de demonstrar uma participação ativa da comunidade afro-brasileira na construção histórica, através da lagoa do Abaeté, entendida também como patrimônio brasileiro. Vale ressaltar ainda a necessidade de invenção dessa tradição, no sentido proposto por Hobsbawn (1984).

⁵⁹ Ver Anexo A – Lista da Flora do Parque Metropolitano do Abaeté, que caracteriza a vegetação dessa área.

⁶⁰ Entrevistado: Sinhorinha M. de Aleluia, prendas domésticas. Ano de nascimento: 1912; entrevista realizada em Salvador, no dia 24 de junho de 1988, por T.P.Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

[...] Iemanjá... Eu conheci no Abaeté. Mas Iemanjá ainda está lá? Tem sujeiras. Trata-se de um mistério. Hoje não tem mais lá, porque existem apenas lotes de casas, lá onde tinha rio, lagoas, lagos, fizeram essas construções [...]
 Ela também... É apenas aqueles que vão com um anjo guardião puro. Certas pessoas tinham nesse tempo. Eu já vi muitos sacrifícios [de animais] no Abaeté... As oferendas para Iemanjá, mas hoje [...] Iemanjá não está mais lá, não.
 [...] E eu sei minha amiga?... Essa sujeira... Eu disse isso é por causa da sujeira que existe lá.
 [...] Não é possível ter mistérios, nem ritos do candomblé... Olhe, o rito é alguma coisa assim que vai com a fé... A gente chega ao Abaeté [ela corrige] a gente chegava... A gente pegava um pouco de água na palma da mão, se benzia, apenas com essa fé lá... tem isso hoje? É a sujeira que a gente ouviu falar e que eu vejo.

A ideia de que hoje não se pode mais ver as mesmas coisas na lagoa está presente em vários depoimentos:

No Abaeté tem alguma coisa, mas por causa do que as pessoas fazem no Abaeté, o que havia está desaparecendo; a gente não vê mais as coisas que via no Abaeté. (Eulina Santana)⁶¹.

Eu ouvi minha avó contar: viam muita coisa, muita coisa. Aqui em Itapuã, hoje, a gente não vê mais nada. No passado, a gente via, muitas pessoas viam [coisas] no Abaeté... Hoje, as pessoas vivem de uma forma muito rebelde, é muito sujo que a gente não pode ver nada, não é? Mas as pessoas viam. Eu vi muita coisa no Abaeté mas, infelizmente, eu não vi a mãe-d'água. (D. Loia)⁶².

Esses testemunhos chamam a atenção para a degradação do Abaeté, devido à ocupação desordenada do bairro, em particular da Lagoa; a sujeira e outros problemas desencadeados por esse tipo de ocupação colocam em perigo a beleza e o mistério desse lugar. É importante assinalar que essas preocupações coincidem com o movimento pela preservação do Abaeté na década de 1980. É justamente o período mais ameaçador para a proteção desse espaço.

A Lagoa do Abaeté remete-nos também a um conjunto de apropriações poéticas que se divulgaram ao longo dos anos por meio de criações artísticas que contribuíram para o desenvolvimento de um sentimento de orgulho em pertencer ao bairro de Itapuã. A letra da música de Caetano Veloso (1991), que transcrevemos a seguir, é ilustrativa:

⁶¹ Entrevistado: Eulina Santana. Data de nascimento: 21/3/1910; primeira mulher a presidir um candomblé em Itapuã. Entrevista realizada em Salvador, no dia 15 de março de 1989, por T.P.Monteiro, pesquisador do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁶² Luiza Portela Costa (D. Loia). Data de nascimento: 25/10/1916; filha de pescador. Sua mãe e sua bisavó eram Mães de Santo. Entrevista realizada em Salvador, no dia 27 de outubro de 1987, por S. Lima. C. Rib. e M. Tavares, pesquisadores do “Projeto História dos Bairros: bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

Nosso amor resplandecia sobre as águas que se movem
 Ela foi a minha guia quando eu era alegre e jovem

Nosso ritmo, nosso brilho, nosso fruto do futuro
 Tudo estava de manhã

Nosso sexo, nosso estilo, nosso reflexo do mundo
 Tudo esteve em Itapuã

Itapuã, tuas luas cheias, tuas casas feias
 Viram tudo, tudo, o inteiro de nós

Itapuã, tuas lamas, algas, almas que amalgamas
 Guardam todo, todo, o cheiro de nós

Abaeté, essa areia branca ninguém nos arranca
 É o que em Deus nos fez

Nada estanca em Itapuã
 Ainda sou feliz...

Como informado no início desta seção, na década de 1940, iniciou-se o processo de chegada dos veranistas a Itapuã, vindos da cidade de Salvador. Nesse período, o Abaeté, com sua paisagem paradisíaca, apresentava-se como fonte de inspiração não apenas para mitos e práticas religiosas, mas, principalmente, para as canções populares e outras atividades artísticas, como a pintura, por exemplo. Nesta última, destacou-se o artista Calasans Neto, que se expressou sobre o espaço da lagoa do Abaeté da seguinte forma:

O Abaeté como todos os temas da Bahia é muito emocionante é muito gratificante a gente pintar porque não é apenas um tema literário, é um tema plástico, onde você encontra ali cores encontra uma motivação grandiosa que a gente pode interpretar. Eu levei o Abaeté para várias partes do mundo, aonde eu expus. E é uma coisa muito gratificante para mim, quando eu vejo numa tela minha o Abaeté, eu me sinto bastante emocionado, aquele tema, aquela cor, aquela gente, aquela mistura, aquela coisa com muitas figuras. É realmente impressionante. E só existe na Bahia.

A lagoa do Abaeté representa para mim, uma das coisas importantes do meu mundo criador. Ela não é o verde que intercede no branco e nem no escuro da lagoa. É um conjunto de cores, inclusive, a coisa mais importante que ela tem que é o místico, é a mitologia da lagoa. A sua história, os seus personagens que vem envolvido na noite, que vem envolvido no mistério que ele é, a partir do fim da tarde. (BAHIA, 1994).

O processo de criação artística, tendo como fonte de inspiração a lagoa do Abaeté, pode ser observado igualmente em outros domínios culturais, como a poesia e a música. Dentre as canções, a mais conhecida é “A lenda do Abaeté”, do compositor Doryval Caymmi⁶³. Essa canção descreve o cotidiano das lavadeiras, os mistérios, os perigos e a beleza do Abaeté. Também os pescadores do bairro de Itapuã são personagens de suas músicas. É necessário dizer que Doryval Caymmi foi um veranista nesse bairro, no início da

⁶³ Compositor e cantor baiano. Suas músicas são inspiradas em aspectos socioculturais da Bahia. (Ver, no Anexo A, letra da música *A Lenda do Abaeté*).

década de 1940, que divulgou o Abaeté e o tornou popular. Isso, em decorrência do fato de que suas músicas são conhecidas no Brasil e também no exterior.

Caymmi inspirava-se em produções culturais consideradas populares, recriando-as com base em uma cultura musical erudita e difundindo-a no seio da sociedade. Com efeito, isso não é uma particularidade de Caymmi. Observamos essa característica na produção musical de outros compositores e cantores, em outros períodos. Vinícius de Moraes, por exemplo, na década de 1970, criou poemas inspirados na beleza natural de Itapuã, na tranquilidade e na doçura das mulheres mulatas⁶⁴.

Os aspectos naturais da Bahia são divulgados nos *folders* dos órgãos oficiais de turismo de forma geral, abordando a Bahia como um lugar de felicidade, festas, danças, hospitalidade e cordialidade. De fato, é comum encontrarmos na publicidade a seguinte frase: “Bahia, terra da felicidade”⁶⁵. Contudo, é necessário assinalar que essa visão idílica dissimula alguns problemas sociais dessa sociedade, como as estruturas precárias concernentes a moradia, educação, saúde, racismo, dentre outros.

4.2 PATRIMONIALIZAÇÃO DA LAGOA DO ABAETÉ: LEGISLAÇÃO COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DO PARQUE

A patrimonialização da Lagoa do Abaeté faz parte de um processo complexo que engloba vários agentes, diversas leis, decretos e um movimento social expressivo, tendo em vista a preservação desse espaço de maneira ampla e organizada. É preciso considerar que a criação do parque fez parte de um processo de reivindicação da sociedade, principalmente pelas denúncias de ameaças à lagoa na imprensa local. Matéria do Jornal A Tarde, dois anos antes da criação do parque, mostra o valor afetivo do lugar e a necessidade de proteção:

O Abaeté é como uma bela mulher que precisa ser amada e tratada com carinho. Entretanto, nem mesmo Oxum, mãe de todos os presentes e fonte de água doce, senhora absoluta da Lagoa do Abaeté, é capaz de enfrentar a vontade destruidora e sem escrupúlos dos empresários do setor imobiliário que estão exterminando as dunas localizadas nessa área. Uma profanação de um santuário que agora pode ser salvo já que existe um projeto para transformar o Abaeté em parque. Mas existem muitos apaixonados pelo Abaeté que estão atentos. E quando a destruição se esboça eles reagem, expulsando os invasores. É necessário terminar com essa profanação porque Oxum olha com tristeza essa destruição que é uma ameaça a sua vaidade e aparência. Ela retém a fisionomia dos ladrões. As feridas abertas das dunas do

⁶⁴ Ver, no Anexo A, letra da música *Tarde em Itapuã*.

⁶⁵ Entendemos que a relação entre as imagens projetadas da Bahia e a publicidade moderna merece um estudo específico.

Abaeté serão curadas logo com a oficialização do parque. Assim Oxum poderá se banhar garantindo a tranquilidade de seu santuário. (É NECESSÁRIO..., 1978, p. 1).

O artigo faz referência ao sentido místico e religioso que envolve a Lagoa e chama a atenção para a necessidade de preservação do Abaeté. A afluência de pessoas tornou possível a definição de um espaço da cidade do Salvador como patrimônio preservado e protegido pelo Estado, com base em diversas estratégias de articulação entre grupos sociais e os órgãos oficiais.

Considerando a beleza e os recursos naturais do bairro de Itapuã e do Abaeté, não é difícil concluir que essa área é muito valorizada do ponto de vista econômico, porque esses dois espaços são considerados privilegiados, sobretudo para o desenvolvimento do turismo na cidade de Salvador. Entretanto, existem muitos problemas, de diversas naturezas, que contribuem para dificultar a sua proteção/preservação. Dentre eles, um dos principais é o aumento da urbanização de forma desordenada. Isso se explica por diversas razões, sendo a mais significativa a falta de fiscalização por parte da Prefeitura da cidade. Esse fato contribuiu para a comercialização de terras, apoiada em estratégias diversas, colaborando para o crescimento de um contingente da população com baixo rendimento e o surgimento de grandes loteamentos destinados à população economicamente favorecida. O fato é que a especulação imobiliária e a falta de uma legislação eficiente de proteção desse espaço concorreram para a ocupação desordenada, a constituição de favelas e a exploração das empresas de construção civil que retiravam areia das dunas para a comercialização e a construção de grandes loteamentos e hotéis de luxo.

Não obstante, a área do Abaeté conta com várias medidas oficiais de proteção. A mais antiga é a Lei municipal n.º 2.403 (SALVADOR, 1972b), que inclui o Abaeté e seu entorno no sistema dos espaços verdes da zona urbana. É importante assinalar que o artigo 143, inciso V, dessa lei já tratava das áreas arborizadas ao redor das lagoas, proibindo, inclusive, a retirada das dunas que constituem a região. Apesar da existência dessa lei, em 1976, o município criou o sistema de zonas verdes e espaços abertos, no plano de desenvolvimento urbano, e fez a proposição de criação de um Parque Metropolitano no sítio das lagoas e dunas do Abaeté. Esse documento menciona o processo de destruição do espaço. Nessa mesma década, o Decreto municipal n.º 4.756 (SALVADOR, 1975) delimitou as áreas em torno do Abaeté como parte integrante do sistema de espaços verdes, considerando de domínio público *non aedificandi*. Em 1978, com o Decreto n.º 5.330 (SALVADOR, 1978a), ficou estabelecido como de utilidade pública um terreno em Itapuã que deveria ser utilizada para a criação do Parque, em regime de urgência.

É importante associar a promulgação das medidas oficiais mencionadas ao desenvolvimento econômico/industrial, durante a década de 1970, na Bahia. Assim, é justamente nesse período que foram instituídas as primeiras medidas para desenvolver o turismo local. Como exemplo, podemos citar o “Plano do Turismo do Recôncavo”⁶⁶, em 1970, sob a responsabilidade da Conder. Esse projeto definiu estratégias globais para o desenvolvimento turístico na Bahia, que deveria ser instaurado pelo organismo oficial de turismo do Estado, a Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), criada em 1968⁶⁷. Tal proposta, financiada pelo Bird, chama a atenção para a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural da região e apresenta propostas de organização urbana, a fim de preparar a cidade de Salvador para o turismo.

Em relação ao Abaeté, nesse período, já havia interesse turístico, como referido em artigo do Jornal da Bahia:

O Abaeté vai ganhar mais cedo do que esperamos sua imagem correta e definitiva como verdadeira atração turística de Salvador e como um de seus mais conhecidos cartões postais [...] um dos lugares mais bonitos de Salvador, famosa em todo o país e no exterior a partir dos poemas e das músicas de Doryval Caymmi, justificando assim o fascínio que exerce sobre milhares de turistas que são atraídos pela lenda e pelo exotismo da “lagoa escura arrodada de areia branca”. (PREFEITURA..., 1977, p. 5).

As lendas e o suposto exotismo da Lagoa do Abaeté vêm funcionando como “produto turístico”. Seus valores atrativos, ligados ao imaginário místico, apresentam-se como uma das principais características utilizadas nas políticas de difusão do turismo local. Observemos o que diz o Jornal da Bahia (ABAETÉ..., 1979, p. 6): “[...] as condições nas quais se encontra a lagoa do Abaeté, deixada ao abandono total poderá transformar numa área sem possibilidade de atração turística em razão de numerosos problemas existentes nesse lugar.”

Constatamos, assim, que nem a criação de medidas oficiais para a proteção do Abaeté, nem o desenvolvimento do interesse turístico foram suficientes para a proteção desse lugar. O processo de degradação ambiental em torno da lagoa continuou a se desenvolver ao longo da década de 1980, e de maneira cada vez mais acentuada. Os problemas da preservação do espaço eram complexos e diversificados, concernentes,

⁶⁶ Recôncavo é a região em volta da Baía de Todos-os-Santos formada por várias cidades. Ver mapa e reflexões históricas na seção 5 desta tese.

⁶⁷ Esse dado é apresentado no documento sobre o histórico dos órgãos oficiais de turismo na Bahia (BAHIATURSA, 1975).

sobretudo, à exploração das dunas por grandes empresas da construção civil da cidade do Salvador e pelas ocupações irregulares no seu entorno. Consoante Avanzo (1988, p. 37), os principais problemas que ameaçavam a proteção da lagoa do Abaeté poderiam ser classificados em duas grandes categorias, a saber:

Problemas menores:

- a) alvejamento de roupas;
- b) uso de sabão;
- c) lixo dos quiosques;
- d) dejetos deixados durante a frequência.

Problemas maiores:

- a) lixo doméstico;
- b) secagem das fontes;
- c) extração da areia para a construção civil;
- d) destruição da vegetação provocada por queimadas;
- e) aluguel dos poços;
- f) fluxo subterrâneo da água provocado pela demanda do oceano;
- g) alteração do microclima provocado pela urbanização caótica e intensa com o aumento da temperatura média e a falta de controle da chuva.

Ao longo da década de 1980, o processo de deterioração da lagoa do Abaeté continuou a se acentuar, como assinalado por testemunhos dos moradores do bairro. A informação veiculada no Jornal A Tarde sobre a situação da lagoa do Abaeté, confirma esse dado:

O desenvolvimento da especulação imobiliária e as distorções existentes no atual modelo de desenvolvimento urbano que traz um contingente elevado de pessoas para as áreas periféricas de grande valor ecológico, podem significar a destruição de um dos mais belos pontos turísticos da cidade: a lagoa do Abaeté que vem se revelando um lugar completamente inviável para a moradia, pouco a pouco ocupado por lotes de terrenos, colocados a venda, e casas populares. (A NATUREZA..., 1980, p. 3).

Assim, durante a década de 1980, o Abaeté continuou sendo objeto de vários decretos, leis e estudos técnicos, visando conter e amenizar o processo de degradação desse espaço. Como visto, isso se explica, de um lado, pelo movimento social que surgiu em prol da preservação da lagoa e, de outro, pelo interesse dos poderes públicos em desenvolver o turismo na cidade do Salvador.

Nesse sentido, o Decreto municipal n.º 5.969 (SALVADOR, 1980) criou o Parque Metropolitano do Abaeté com uma área de 75 ha. No conteúdo do decreto, colocam-se em evidência valores culturais e ambientais e beleza natural do lugar, como justificativa para sua proteção e preservação. Além disso, enfatiza a importância turística e a utilização do espaço pelo público como espaço de lazer e recreação.

A Lei estadual n.º 3.858 (BAHIA, 1980) define como legislação de base para a gestão ambiental no Estado. Essa lei criou o Centro de Recursos Ambientais (CRA)⁶⁸, órgão responsável pelos recursos naturais na Bahia, e determinou a necessidade de estudos de impacto ambiental para a construção de imóveis em torno ou, mais precisamente, nas dunas. Contudo, como veremos adiante, esse órgão entrou em cena para realizar o processo de “negociação” com o grupo do movimento de preservação do Abaeté.

O governo do Estado da Bahia promulgou o Decreto n.º 28.280⁶⁹ (BAHIA, 1981), que delimitou a área considerada necessária para a extensão do Aeroporto Internacional 2 de Julho, como de utilidade pública, incluindo parte da área das dunas do Abaeté. Tratava-se da construção de uma nova pista e ampliação da aerogare. Várias manifestações contrárias a essa medida foram tomadas, como mostra a arquiteta Marcia Nogueira (1984, p. 5), no Jornal da Bahia: “A realização do futuro parque metropolitano das dunas e lagoas do Abaeté em processo de elaboração será sensivelmente afetado pelas novas dimensões do Aeroporto Internacional 2 de Julho que tem agora 70% da área do futuro parque.”

Em 1981, o Órgão Central de Planejamento da Prefeitura de Salvador (Oceplan) elaborou um documento para definir estratégias de ocupação urbana nas proximidades do bairro de Itapuã/Abaeté. O documento evocava o potencial turístico dessa área, apresentando os planos para a constituição do parque. Pela primeira vez foi chamado de “Parque Metropolitano do Abaeté”, sendo definido como patrimônio ambiental. O objetivo para sua preservação era a valorização do espaço como local de lazer e de turismo regional.

Esse documento menciona a necessidade de criação de uma legislação sobre a zona Abaeté-Aeroporto e evoca a elaboração de uma estrutura administrativa responsável pela proteção e conservação do parque. Para tanto, a área do parque foi dividida em quatro zonas: ZPE, zona de proteção ecológica; ZCP, zona do “cinturão” de proteção de terrenos situados em torno da ZPE destinada à ocupação urbana; ZPV, zona de proteção visual e de moradia, constituída por três lotes de terrenos: um situado na beira da praia, outro no núcleo do bairro de Itapuã, e o último no extremo norte da área; ZA, zona do aeroporto, recomendando a integração dos terrenos que não foram utilizados pelas instalações do aeroporto, conservados nas suas configurações originais (ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO DE SALVADOR, 1981).

⁶⁸ Atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

⁶⁹ Esse decreto expirou em outubro de 1986. Em seguida, foi alterado pelo Decreto n.º 30.980/1984 (BAHIA, 1984).

Entretanto, a comparação entre a medida federal que expropria a área para a ampliação do aeroporto e a decisão municipal de criação do parque mostra a falta de articulação entre as políticas municipais, estaduais e federais e, principalmente, as demandas sociais. O sistema federativo, composto, muitas vezes, por representantes de partidos diferenciados em relação ao estado e ao município, gera problemas no que diz respeito ao alinhamento das propostas de proteção do meio ambiente.

Em 28/11/1982, a Prefeitura da cidade de Salvador promulgou o Decreto n.º 6.833 (SALVADOR, 1982). Tratava-se, mais precisamente, de um terreno vizinho ao parque, uma propriedade privada. Um ano após, a mesma prefeitura promulgou o Decreto n.º 6.864 (SALVADOR, 1983), para ampliação dos limites do parque, da lagoa e dunas do Abaeté, e declarou de utilidade pública para fins de expropriação. O parque compreende, desde então, 270 ha, dos quais 115 sobrepõem-se aos limites definidos pelo Decreto n.º 30.980 do Estado da Bahia relativos à extensão do aeroporto (BAHIA, 1984). Na realidade, o município dispõe de uma área em torno de 155 ha, dos quais 58 ha foram incorporados a seu patrimônio. O município afirma que seu orçamento reduzido impedia de promover a expropriação dos terrenos privados, com o controle eficaz do sítio inteiro. O texto do Decreto n.º 6.864 (SALVADOR, 1983) inclui a necessidade de preservação das características naturais de valor inestimável para proporcionar a completa utilização da área como espaço de lazer e atração turística⁷⁰.

É possível dizer, então, que medidas legais para valorização do lugar como espaço turístico e de lazer estavam associadas à política do governo federal. Isso é importante para a compreensão dos mecanismos que permitiram a implantação do parque no início dos anos 1990.

4.2.1 Defesa de um território e seus discursos

As dificuldades para cumprimento da legislação relativa à criação do Parque Metropolitano do Abaeté, a falta de observância dos princípios em prol da sua preservação e a importância desse espaço para a comunidade do bairro de Itapuã e para a população da cidade do Salvador evidenciam as razões do surgimento de diferentes grupos ligados à patrimonialização desse local. De fato, o contexto de tensão envolvendo grupos organizados da sociedade civil, de um lado, e o Estado, de outro, contribuíram para aflorar a manifestação de diferentes concepções em relação ao Abaeté.

⁷⁰ A Lei n.º 6.513 (BRASIL, 1977), que dispõe sobre a criação de áreas de interesse turístico, prevê uma articulação dos ministérios do Esporte e Turismo e da Cultura por meio da Embratur e do IPHAN, fato que não se conseguiu implementar no caso do Parque Metropolitano do Abaeté.

Assim, parece necessário abordar a natureza desses grupos e seus discursos em relação à lagoa do Abaeté, objetivando caracterizar a patrimonialização. Ao analisar as relações tecidas pelos diferentes atores sociais do movimento, Guimarães da Silva (1992) identifica três dimensões de denúncias ecológicas relativas à lagoa: uma de apelo cultural; outra relacionada à gestão urbana; e uma propriamente ecológica. Em relação à primeira categoria, o autor afirma que o apelo de natureza cultural considerava o bairro de Itapuã como um lugar a ser preservado, compreendendo-o como símbolo de nostalgia da cidade no passado, já que as construções sociais faziam parte da cultura baiana. O autor explicita ainda a natureza das considerações dessa categoria, declarando:

O exemplo do Abaeté representa apenas um aspecto da falta de interesse e atenção às tradições comunitárias e aos elementos mais valiosos de Salvador. Criticamos, por exemplo, a urbanização (modernização) dos últimos anos, que tornam o cidadão de Salvador esquecido de sua própria história. O discurso “culturalista” dos militantes ecologistas denuncia o aspecto funcional que se impõe na representação urbana. (GUIMARÃES DA SILVA, 1992, p. 203, tradução nossa)⁷¹.

O apelo de natureza cultural, de acordo com o autor citado, remete a um contexto geral de modernização e de crise da gestão urbana da cidade de Salvador. Nesse sentido, preservar a cultura contra a falta de organização da cidade moderna é um motivo apropriado. Trata-se de um tema a respeito do qual insiste-se, com frequência, numa aparente defesa contra a perda das tradições, associando o meio ambiente biofísico às construções sociais significativas da identidade da cidade etc. É com esse propósito que o autor fala da adesão dos intelectuais, dos artistas locais e nacionais, dos antigos habitantes, dos professores universitários, das entidades socioprofissionais e de outros que reivindicam o apelo culturalista, mostrando que:

A crítica era sem dúvida interessante na medida em que acrescentava ao conteúdo puramente ecológico este aspecto ideológico do culturalismo que camuflava as transformações socioeconômicas e históricas ocorridas na cidade de Salvador durante os últimos vinte anos. (GUIMARÃES DA SILVA, 1992, p. 204, tradução nossa)⁷².

Assim, o movimento passa a ser associado a uma manifestação cujos “coordenadores” são artistas e intelectuais da cidade do Salvador. Na segunda dimensão de

⁷¹ *L'exemple de l'Abaeté ne représente que l'un des aspects du manque d'intérêt et d'attention portée aux traditions communautaires et aux éléments les plus chers de Salvador. On critique, par exemple, l'urbanisation “modernatrice” des dernières décennies, qui rend le citoyen de Salvador amnésique de sa propre histoire. Le discours “culturaliste” des militants écologistes dénonce l'aspect fonctionnel qui s'impose dans la représentation de l'urbain.*

⁷² *Leur critique était sans doute intéressante dans la mesure où elle ajoutait au contenu purement écologiste cet aspect idéologique du culturalisme qui occultait les changements socio-économiques et historiques intervenus dans la ville de Salvador durant ces vingt dernières années.*

sua classificação, o autor diz que as denúncias ambientais referem-se à gestão urbana propriamente dita e à incapacidade de os administradores municipais e do Estado realizarem um planejamento urbanístico para a área. Assim, as principais denúncias são dirigidas às ocupações humanas sobre as dunas, ao projeto de ampliação do aeroporto internacional ao lado do ecossistema e à especulação imobiliária na área do Parque Metropolitano das Dunas e Lagoas do Abaeté. Entretanto, a principal questão refere-se à falta de respeito em relação aos instrumentos técnicos e jurídicos de controle na utilização e ocupação dos solos disponíveis aos órgãos de planejamento.

Nesse sentido, numerosas codificações urbanísticas destinadas à preservação e às propostas de deslocamentos, como também as divergências na definição da poligonal do parque são identificadas como causas que tornam deficiente uma ação ambiental efetiva. Assim, são inclusos nessa categoria as associações profissionais, como o Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB), as associações do bairro, principalmente a Associação dos Moradores de Itapuã (AMI), representantes do legislativo do município, os grupos de defesa ambiental e a imprensa falada e escrita. Essas últimas funcionaram como porta-vozes do debate. Para mencionar a complexidade das articulações nas esferas políticas, o autor escreve o seguinte: “A natureza dessas denúncias anuncia, de qualquer forma, o jogo onde se apresentaram as estratégias conflituais ou contratuais entre os diferentes atores sociais: instituição pública e a instância de decisão do poder.” (GUIMARÃES DA SILVA, 1992, p. 204, tradução nossa)⁷³.

A terceira categoria de denúncia era ecológica e tirava sua força do processo visível de degradação física da área da lagoa; e é justamente expressiva, pois:

[...] justamente nessa fase dos acontecimentos sobre a defesa ecológica, as associações aparecem como portadores de justificativas honrosas, considerando de forma efetiva a degradação do Abaeté, pelas instâncias públicas no planejamento urbano. As associações ecológicas que sustentavam esse discurso tiveram um papel fundamental no reconhecimento do movimento pela opinião pública. GUIMARÃES DA SILVA, 1992, p. 205, tradução nossa)⁷⁴.

Assim, essa categoria deu ênfase às formas de ocupação e utilização das dunas e da lagoa do Abaeté, consideradas como incompatíveis com a capacidade de resistência do espaço

⁷³ *La nature de ces dénonciations annonce en quelque sorte l'enjeu et le lieu où se joueront les stratégies conflictuelles ou contractuelles entre les différents acteurs sociaux: l'institution publique et la sphère décisionnelle du pouvoir.*

⁷⁴ *[...] dans cette phase des événements sur la défense écologique apparaissent comme porteurs des justifications les plus honorables pour la prise en considération effective de la dégradation de l'Abaeté par les instances publiques dans la planification urbaine. Les associations écologiques qui soutiennent ce discours y jouent un rôle fondamental dans la reconnaissance du mouvement par l'opinion publique.*

ambiental. Os atores dessa natureza de denúncia eram, principalmente, as associações ambientais, sobretudo o Gambá e o Germen.

A lagoa do Abaeté é, então, um símbolo das lutas contra os problemas ecológicos em Salvador. Quanto ao momento, é estratégico para a consolidação do movimento ambiental na Bahia, tendo em vista os problemas de preservação no Abaeté e a gravidade das questões ecológicas que preocupam todo o planeta, considerando a lógica desenvolvimentista econômica.

Guimarães da Silva (1992) considera que o movimento propôs à cidade do Salvador associar a defesa comunitária a um contra-projeto prévio da sociedade e a uma proposta de luta essencialmente social, de forma a juntar contracultura, ação política e sensibilidade ecológica emergente. Nesse sentido, a defesa do Abaeté é vista como uma manifestação descontínua e local no centro de outras manifestações de descontentamento coletivo em face da gestão pública da cidade. Assim, ela deve ser observada como uma ação coletiva que se limita à pressão institucional, compartilhada entre diversas estratégias de ordem organizacional e política. Isso é essencial, na medida em que se analisam os mecanismos internos de funcionamento das instâncias públicas, demonstrando que o movimento fez uma denúncia de certas estratégias particulares de decisão que envolvem instâncias públicas e privadas. O autor afirma que o movimento terminou em 1988, sem grandes respostas dos poderes públicos e dos agentes econômicos. Entretanto, menciona a continuação das manifestações locais, o que coloca o Abaeté como um espaço social de referência e de preservação.

O importante para Guimarães da Silva (1992) é que o bairro de Itapuã delimita um território onde uma ação coletiva desenvolveu-se na cidade do Salvador, considerando o Abaeté como um dos elementos constitutivos da imagem que queremos preservar no imaginário social e urbano local. Nesse sentido, a ação coletiva articula elementos da tradição e da cultura de um povo, manifestações de sua especificidade e singularidade enquanto unidade social em torno de um território reconhecido como símbolo de identificação coletiva da cidade.

Assim, o movimento de preservação do Abaeté fez emergir diferentes atores sociais com diversos discursos sobre o espaço. Essas referências contribuíram para forjar uma identidade coletiva cuja base é o sentimento de pertencimento social que determinou a construção de um movimento de apropriação e defesa do meio ambiente em toda a cidade de Salvador. Por outro lado, devemos dar ênfase ao fato de que, nos discursos dos moradores tradicionais, a representação do bairro de Itapuã não corresponde completamente aos discursos dos representantes dos movimentos sociais, construídos principalmente sob o registro culturalista e ecologista, definido por Guimarães da Silva (1992), pois é evidente que os antigos habitantes construíram suas representações sobre o Abaeté com base em memórias do passado e

de suas experiências cotidianas. A perspectiva dos habitantes do bairro mostra uma especificidade associada à vida dos sujeitos, num espaço considerado como lugar de memória.

Com efeito, existem diversas apropriações sobre o Abaeté, algumas já analisadas por Guimarães da Silva (1992) e outras apresentadas nas subseções anteriores, dando conta da situação de tensão criada em torno das políticas urbanas. Pensamos, portanto, que as representações transformam-se com o tempo mas, igualmente, em função das mudanças do espaço.

4.2.2 Movimento pela preservação do Abaeté

A falta de cumprimento das leis concernentes à proteção da lagoa do Abaeté contribuiu para a organização do movimento social com o objetivo de lutar pela preservação do Parque Metropolitano do Abaeté. Esse movimento teve início em 1983, com a participação de moradores do bairro de Itapuã, músicos, artistas, ecologistas, professores universitários, intelectuais, médicos, assim como da imprensa e das mídias locais⁷⁵. Sobre as origens desse movimento, Guimarães da Silva (1992, p. 201, tradução nossa) assinala:

É difícil estabelecer exatamente o momento preciso do início da ação coletiva com vistas à defesa do Abaeté, pois esse sítio tornou-se um alvo para as críticas aos administradores municipais face a gestão urbana. Entretanto, podemos dizer que a autorização para exploração dos depósitos de areia,⁷⁶ concedido a uma empresa privada “Everaldo Bacelar” pela Secretaria [Municipal de Ordem Pública] SESP em janeiro de 1983, suscitou reações organizadas fora das instâncias municipais tradicionalmente responsáveis pela área das dunas e de seus técnicos preocupados com a preocupação da paisagem⁷⁷.

Assim, em janeiro de 1983, grupos organizados pela defesa do Abaeté apresentaram à sociedade a “Carta do Abaeté”, publicada no Jornal da Bahia, no dia 16/1/1983. Observamos, então, que a lei de ampliação do parque ocorreu dez anos depois, ou seja, apenas em 18 de

⁷⁵ O movimento pela preservação da lagoa do Abaeté tinha o *slogan* “Abaeternizar”, que quer dizer “Eternizar o Abaeté”. As pessoas envolvidas utilizaram diversas estratégias de difusão e sensibilização da população como, por exemplo, espetáculos com canções conhecidas, exposições, *folders* com normas para a proteção da lagoa, entre outras.

⁷⁶ Termo empregado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (SESP) para fazer referência às dunas do ecossistema do Abaeté.

⁷⁷ *Il est difficile d'établir exactement le moment précis du démarrage de l'action collective en vue de la défense d'Abaeté, car ce site était devenu une cible pour les critiques des planificateurs municipaux face à la gestion urbaine. Néanmoins, on va dire que l'autorisation d'exploitation des “gisements” de sable, concédés à une entreprise privée “Everaldo Bacelar” par le Secrétariat du SESP en janvier 1983, a suscité des réactions organisées en dehors des instances municipales traditionnellement concernées par l'aire des dunes et de ses techniciens soucieux de la préservation du paysage.*

janeiro de 1993. O conteúdo da Carta do Abaeté é denunciatório. Aborda a destruição desse espaço, indica que o modelo de progresso desenvolvido no estado da Bahia é fundado numa concepção de exploração violenta da natureza e afirma que o Abaeté não foi ainda preservado porque existem interesses particulares em jogo. Essa carta coloca em evidência o futuro da humanidade como algo incerto devido às ações de depredação dos ecossistemas e assinala que o processo de preservação da Lagoa do Abaeté é uma luta de cada um, como mostra a seguinte passagem: “[...] agora Abaeté não precisa apenas de músicas mas da força de todos nós” (CARTA..., 1983, p. 6). Os signatários da carta afirmam o seguinte:

As areias do Abaeté vão mostrar a seus agressores que são mais fortes que os metais e os monstros de betume. Como os grãos minúsculos de areia que com a cumplicidade do vento e do tempo ganharam em forma e força, desenhando o milagre da paisagem, proclamamos nossa união, nossa fé, nossa felicidade e nossa beleza. Vocês já defenderam a Bahia? Não? Então, vamos! (CARTA..., 1983, p. 6).

A Carta do Abaeté (1983) tem valor de manifesto. Sua importância está no fato de que exprime um sentimento de pertencimento à Bahia, tendo como ponto de partida o Abaeté. Nesse sentido, Abaeté é de todos, e todo mundo deve defendê-lo. Defender o Abaeté é defender a Bahia. Além disso, o documento evoca a ideia de um progresso desenvolvido em todo o estado da Bahia e o Abaeté é um pretexto para as denúncias mais gerais em torno da destruição da natureza. É por essa razão que vários autores, como M.L. Carvalho (1991), consideram a lagoa do Abaeté um símbolo das lutas ambientais.

O movimento de defesa da lagoa criou um fórum permanente com representantes do setor público, entidades organizadas, associações do bairro de Itapuã, grupos ambientalistas, como o Gambá, o Germen, e órgãos de classe, como a Associação dos Professores Universitários da Bahia (Apub). Essa associação diversificada tinha por objetivo reunir representantes dessas instituições, a fim de discutir sobre o Abaeté, apresentando propostas que deveriam ser enviadas aos órgãos públicos responsáveis por essa área e discutidas.

Em 15 de agosto de 1984, com o apoio do setor de ação cultural da UFBA, foi criada a CATA⁷⁸. De fato, o movimento pela preservação do Abaeté estruturou um grupo para construir uma legitimidade técnica para a reivindicação⁷⁹. A comissão produziu um relatório no ano de sua criação, com as seguintes conclusões e recomendações: a necessidade de

⁷⁸ Essa informação também foi veiculada no Boletim Informativo do IPAC (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA, 1985).

⁷⁹ De acordo com o relatório da CATA de 1984, a comissão era constituída pelas seguintes instituições: UFBA, Superintendência de Parques e Jardins da Prefeitura da Cidade do Salvador (SPJ/PMS), Seplan/PMS, IPAC, SPHAN; APUB e Gambá.

realização de estudos sobre o processo de remanejamento da segunda pista do aeroporto e seus impactos sobre as dunas do Abaeté; a preservação dos nichos ecológicos de toda a região, devido à fragilidade do sistema; novas moradias urbanas não deveriam ser autorizadas ; e, finalmente, o tombamento⁸⁰, regulamentado pelo IPAC, SPHAN, e Sema.

Além disso, a CATA propôs uma delimitação do parque de lagoas e dunas do Abaeté, considerando, sobretudo, duas áreas: a primeira, cobrindo também os arredores da lagoa e recuperando o sistema lagunário, situados próximos dos limites do aeroporto; a segunda área, cobre a primeira e estende-se até a cidade de Lauro de Freitas, sendo considerada como uma área de proteção rigorosa. O relatório propôs ainda que a primeira área fosse reservada à visitação pública, em razão de seu grande valor estético. Chama também a atenção para a necessidade de um rigoroso planejamento ambiental.

Por outro lado, a CATA desenvolveu uma estratégia de pressão sobre o poder executivo do município, por meio da Seplan. Procurou-se, assim, estimular esse órgão a apresentar um projeto de lei para institucionalizar e delimitar o Parque Metropolitano do Abaeté. A ação da CATA reclamou, igualmente, a criação de normas pertinentes à utilização e ocupação do solo para o sítio do Abaeté.

Em 29/10/1985, pela Lei n.º 3.551 (SALVADOR, 1985), a CATA conseguiu a delimitação da área do Parque Metropolitano das lagoas e dunas do Abaeté pela Câmara dos vereadores da Cidade do Salvador, assim como as normas de ocupação do solo para suas áreas e contornos. Com essa lei, a área do Parque Metropolitano do Abaeté passou a ser considerada como de proteção rigorosa, com uma superfície de 2.551.710 m² (255 ha)⁸¹. São, portanto, definidas três áreas: área de expansão do aeroporto 2 de Julho (6.176.937 m²); área de proteção visual do parque (2.221.475 m²); área de proteção ecológica e socioecológica de Nova Brasília (326.725 m²). Essa lei permite-nos reafirmar a importância crescente dos movimentos sociais de preservação da lagoa no processo de proteção do Abaeté.

⁸⁰ Lembramos que a questão do tombamento foi discutida na seção 3 deste trabalho. Entretanto, aproveitamos para ratificar a importância dessa medida jurídica no Brasil, pois representa um instrumento importante para a proteção de um patrimônio. Esse instrumento está previsto na Constituição. É realizado mediante um processo administrativo cuja conclusão é a inscrição do bem cultural no livro de “tombo” do IPHAN. Os bens registrados são considerados de grande valor e são submetidos à legislação de preservação. As expressões “livros de tombo” e “tombamento” vêm do direito português, no qual “tombar” significa “classificar”, “fazer um inventário” ou “fazer uma lista” ou inscrever nos arquivos guardados na “torre do tombo” (GONÇALVES, 1996). No Brasil, o processo de tombamento é regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 25 de 30/11/1937 (BRASIL, 1937), de acordo com o que foi analisado na seção 3 deste trabalho.

⁸¹ Guimarães da Silva (1992, p. 182, tradução nossa), analisando a situação fundiária, afirma: “[...] o município dispõe apenas de 65 ha. O resto da área, pertence ao Inocoop (nível federal) que detém 129 ha e privados (loteamentos e incorporações) possuem 61 ha.” “[...] la municipalité ne dispose que de 65 ha. Pour le reste de l'aire, on retrouve la situation suivante: l'Inocoop (niveau fédéral) détient 129 ha et les privés (lotissements et incorporations) garden donc 61ha.”

4.2.3 Negociações para o tombamento do Abaeté, suas modificações e inauguração do Parque Metropolitano do Abaeté

Em 1984, a CATA solicitou ao IPAC o tombamento do parque, das lagoas e dunas do Abaeté. Assim, o IPAC enviou para o Conselho Estadual de Cultura da Bahia (CEC-BA)⁸² projeto de tombamento, reclamando análise e aprovação para, em seguida, enviar ao Governo do Estado, a fim de tomar as medidas finais. Dentre os elementos elencados que justificam o processo de tombamento, estão: importância ecológica; valor cultural da área, tributária das tradições de origem africanas; questão de ordem socioeconômica relativa à população da área; importância turística da lagoa do Abaeté cuja magia e beleza representam um cartão postal da cidade do Salvador.

No Parecer n.º 12/1985, do Conselho Estadual de Cultura, é analisado o problema da preservação do Abaeté, reconhecendo-o como uma questão grave, principalmente no que tange à retirada da areia e loteamento dos terrenos com vistas à especulação imobiliária. O Conselho convocou representantes dos organismos públicos, por exemplo, o diretor da Oceplan, para avaliar o que foi feito nesse campo.

Os representantes do Conselho de Cultura apelaram também para o naturalista francês Jean Ives Domalain, para que apresentasse os resultados de seus trabalhos sobre a flora e a fauna do Abaeté. Esse pesquisador abordou, dentre outros, o processo de degradação da lagoa provocado por incêndios na vegetação. Enfim, os membros do Conselho de Cultura procuraram conhecer a opinião e escutou as comunidades interessadas no tombamento, principalmente o Gambá e a AMI, a fim de legitimar o processo de tombamento. O Conselho de Cultura chegou à conclusão de que a lagoa do Abaeté estava ameaçada por várias causas, sobretudo a especulação imobiliária, as construções clandestinas e a utilização de areia na construção civil. Foi reconhecido que havia um consenso entre as diversas associações e órgãos sobre o fato de que a lagoa do Abaeté deveria ser protegida, em razão da qualidade de sua paisagem, seu valor turístico e de lazer. Considerando todos esses elementos, o Conselho de Cultura do Estado da Bahia aprovou, em 3/6/1985, o projeto de tombamento da lagoa do

⁸² Órgão colegiado da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, de caráter normativo e consultivo, ligado diretamente ao Gabinete do Secretário, que tem por finalidade contribuir para a formulação da política estadual de cultura. O Conselho é composto por 30 Conselheiros (20 titulares e 10 suplentes) indicados pelo Governador após consulta a entidades representativas da cultura na Bahia. Criado pela Lei 2.464, de 13 de setembro de 1967, no governo Luiz Viana Filho, o CEC-BA só começou a funcionar a partir de 9 de março de 1968. Ao longo dos seus quarenta anos de existência, passou por quatro alterações regimentais (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA, 2005).

Abaeté proposto pelo IPAC. Essa informação foi divulgada na imprensa local, em 6/6/1985, no Jornal da Bahia (ITAPUÃ..., 1985).

Em seguida, a proposta de tombamento foi enviada ao Governo do Estado da Bahia, solicitando a constituição do projeto de lei. Entretanto, grandes grupos proprietários de terrenos no Abaeté, como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop), Abril Cultural (proprietária do Hotel 4 Rodas), Alamedas da Praia e Super Clube impediram o tombamento declarando-se proprietários de terrenos com área de 52 ha no interior do domínio. Assim, o governador na época, João Durval Carneiro, enviou o dossiê de tombamento à Conder, para que esse órgão se pronunciasse. Essa instância metropolitana deu uma opinião favorável à Abril Cultural – proprietária do grupo Hotel Quatro Rodas –, justificando que o projeto do IPAC ultrapassava suas atribuições e tocava em áreas fora da proteção necessária para o parque. Finalmente, o governador devolveu o dossiê ao Conselho de Cultura para novo exame. Desde então, a proposição de tombamento está em processo de “tramitação”, sem grandes explicações. Existe apenas o silêncio e, pouco a pouco, sua memória vai desaparecendo...

Mostramos, na seção 3, que, já na década de 1980, havia algumas reflexões sobre a diversidade dos bens culturais a serem preservados, como também o patrimônio ambiental. Exemplo disso que sinalizava uma preocupação em relação à preservação da diversidade dos bens culturais no estado foi o plano desenvolvido pelo IPAC sobre o patrimônio, intitulado: “Política e Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Arqueológico e Natural do Estado da Bahia” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA, 1984). Esse plano propôs a alteração da ação do IPAC, que administrava bens móveis e imóveis; apresentou a definição de bens imóveis como monumentos edificados e o conjunto dos sítios arquitetônicos e arqueológicos situados em locais urbanos e rurais; e definiu os bens móveis como artefatos, a exemplo de escultura, pintura, documentos históricos, iconográficos e mobiliários. Também conceituou *bem físico*, voltando-se para as diversas expressões na forma de vida, aspirações, crenças, mitos e outros símbolos culturais de um povo, que se materializam na dança, na música e nas festas populares. Além disso, o conceito de bem natural é apresentado como os monumentos, os sítios naturais constituídos de formações físicas, biológicas, geológicas e fisiocráticas que possuem características a serem preservados por seus valores de interesse à cultura e à ciência, e que tenham uma importância vital, visando manter o equilíbrio ecológico de uma região determinada. Em consequência, observamos que a demanda do IPAC estava sustentada em uma visão ampla de patrimônio cultural. Mesmo assim, o tombamento não foi efetuado

em virtude de uma série de negociações que foram sendo desenvolvidas, objetivando a substituição do processo de tombamento por outro instrumento jurídico de proteção.

As pressões da CATA continuaram, sobretudo no que se refere à tentativa de forçar uma decisão do governo em relação ao tombamento. Várias medidas foram tomadas. Assim, o município determinou, em 26/6/1987, pelo Decreto n.º 7.846 (SALVADOR, 1987a), a criação de um grupo executivo de implantação do Parque Metropolitano do Abaeté. No texto do decreto, a criação do grupo é justificada pela necessidade de preservação das características ecológicas, culturais e paisagísticas do parque. O grupo foi organizado com representantes dos seguintes órgãos: Casa Civil, Secretaria do Meio Ambiente e da Defesa Civil (Semas), Secretaria da Terra e de Habitação (Setha), Secretaria Municipal de Comunicação Social (Secom), Tribunal de Contas do Município, Empresa de Turismo S/A (Saltur), Usina de Equipamentos Comunitários, Coordenação de Desenvolvimento Social do Município.

Chamamos a atenção para três pontos desse decreto: primeiro, o grupo deveria estabelecer medidas de preservação, assim como a retirada das empresas incompatíveis com esse objetivo; segundo, deveria apresentar formas para contribuir com o desenvolvimento do turismo local; terceiro, deveria ser criado um centro de pesquisa sobre a flora e a fauna, como também um museu das lagoas e dunas do Abaeté. Com efeito, foi criado um museu, que se chama “Casa da Música”, mas não um museu das lagoas e dunas do Abaeté.

A CATA continuou suas reuniões durante mais quatro anos após sua criação, com o objetivo de definir o parque do Abaeté como patrimônio tombado. Nesse período, novas negociações com os órgãos públicos tiveram lugar. Seus membros, entretanto, não conseguiram concretizar o tombamento das áreas da lagoa. Assim, em 22/9/1987, pelo Decreto n.º 351 (BAHIA, 1987, p. 1), o Governo do Estado da Bahia criou a Área de Proteção Ambiental (APA) das Lagoas e Dunas do Abaeté com 1.800 ha e a seguinte definição:

É uma categoria de unidade de conservação onde os interesses econômicos e ambientais se associam. É a gestão do território com o apoio de suas características ambientais, a partir das quais se estabelecem normas de convivialidade entre os ecossistemas naturais e antrópicos. A prática de desenvolvimento durável solicita, cada vez mais, a compreensão da questão ambiental por parte da sociedade.

O citado decreto registra a continuação do processo de degradação da lagoa do Abaeté, a despeito de todas as leis e decretos em vigor. Assim, a decisão de transformar o espaço em área de proteção ambiental era uma tentativa de tirar os instrumentos jurídicos de conservação da esfera do estado da Bahia para a esfera federal. De fato, em âmbito federal, as APAs são associadas à política nacional para o meio ambiente. Nesse sentido, a área instituída como

APA confere ao governo do estado responsabilidades sobre o lugar. Ao mesmo tempo, passa a responder a uma legislação federal – Lei n.º 6.902 (BRASIL, 1981) – referente às APAs; além disso, vincula-se também à lei da Política Nacional Ambiental de 1981, conforme registrado anteriormente. Por outro lado, o texto exprime um reconhecimento ao movimento de preservação e a seus valores históricos, que justificaram a preservação. O sentido da palavra patrimônio permite discutir algo que pertence ao povo, e o Estado deve garantir sua proteção. Pela primeira vez, encontramos, num documento oficial sobre a lagoa do Abaeté, a expressão de uma justificativa para sua proteção associada à história da Bahia.

O documento estabelece que a supervisão e a fiscalização da área deveria ficar sob a responsabilidade do CRA, em articulação com a Prefeitura de Salvador e o IPAC. A prefeitura promulgou, no dia 30/9/1988, a Lei n.º 3.932 (SALVADOR, 1988b), que institucionaliza e delimita o Parque Metropolitano do Abaeté. Contudo, essa lei anulou a Lei n.º 3.551 (SALVADOR, 1985), que delimitava o Parque em 1.585.150 m². Assim, a área do parque fica estabelecida em 10.410.770 m² (1.675 ha).

Considerando a definição das zonas apresentadas pela Lei n.º 3.932 (SALVADOR, 1988b) e pela APA – Decreto n.º 351 (BAHIA, 1987) –, a CATA procurou organizar, junto com o CRA, um plano de administração da área, associando as legislações, tendo por objetivo criar um instrumento eficaz para seu controle. O princípio era começar um estudo apoiado na definição de uma área ambiental (proposta pela APA), instituída sob a noção de unidade territorial, que excluía a implicação de atividades humanas, não levando em conta o impacto ambiental. A CATA reconhecia os diversos valores sociais e ambientais atribuídos ao Abaeté, e as aspirações de apropriação e utilização desse espaço, tendo, inclusive, desenvolvido estudos com a participação de profissionais especializados. Entretanto, o CRA, em 1989, interrompeu os trabalhos relativos a essa área, em virtude de mudanças provocadas nas diretrizes das políticas públicas aplicadas ao município. Por outro lado, o movimento começou a enfraquecer, com a dispersão de seus participantes, que passaram a se envolver em outras reivindicações.

Assim, em 27/6/1989, o Governo do Estado da Bahia, pelo Decreto n.º 2.537 (BAHIA, 1989), destinou à Conder a responsabilidade de expropriar os terrenos necessários à implantação do plano diretor do aeroporto, cuja concretização findou no ano 2000. Ficava claro, então, que o projeto de ampliação do aeroporto atingia as dunas do Abaeté. Então, a Conder, amparada na Lei Municipal n.º 3.932 (SALVADOR, 1988b), tornou a área compatível com o polígono de expropriação do aeroporto.

Em resumo, podemos dizer que, a despeito da legislação sobre o parque das lagoas e dunas do Abaeté, uma intervenção estatal ocorreu apenas em 1993, sem o tombamento. Nesse

intervalo entre a criação e a última lei, os problemas de preservação, como as ocupações espontâneas e os loteamentos clandestinos, continuaram. É possível inferir que o processo de tombamento do parque não foi concretizado em função dos interesses privados, que foram privilegiados em detrimento dos interesses públicos. Por exemplo, citamos o fato de que o proprietário do grupo Hotel Quatro Rodas, a Abril Cultural, recebeu autorização do município para implantar um projeto intitulado “Country Club e Village Itapuã”. Ainda que o movimento de luta pela preservação do Abaeté tenha diminuído, assim como sua expressão ao longo dos anos, novos discursos foram sendo incorporados a propósito desse espaço, definindo alterações e mudanças na memória local.

Compartilhamos a visão de Scott (1985⁸³ apud CALDEIRA, 1989, p. 22) sobre a memória de um grupo, quando afirma:

Se a memória de um grupo é uma construção social associada a suas experiências coletivas e se os grupos tem diferentes experiências sociais e estão envolvidos em relações desiguais, então sua percepção do passado não será apenas diferente, mas marcada por suas lutas. O que existe é apenas uma visão controlada do passado – ou uma verdade histórica. Existem várias visões articuladas que se constroem a partir das relações dentro dos grupos. A história é de fato, inscrita em diferentes transcrições.

Assim, é plausível pensar que as ações para a proteção dos bens culturais provocaram movimentos sociais que se constituem numa contra-história, desenvolvendo a construção de narrativas alternativas à história oficial.

Além da Conder, outros órgãos participaram das mudanças para a inauguração do Parque Metropolitano do Abaeté, como a Seplan e o CRA. É oportuno lembrar de alguns órgãos oficiais que atuaram de forma indireta, como a Bahiatursa e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que estavam associados, sobretudo, ao projeto de valorização da costa atlântica, como mencionado na seção 3 deste trabalho. Todo o processo de implantação do parque foi baseado, principalmente, no projeto “Abaeté, propostas de ações urgentes”, elaborado pela Seplan, em 1991, criado por um grupo de arquitetos da Prefeitura da Cidade do Salvador, com a colaboração do CRA, Sema, Seta e Superintendência de Controle e Organização e Utilização do Solo (Sucom). Foi constituído um grupo executivo para implantação do parque, pelo Decreto n.º 7.846 (SALVADOR, 1987a). Entretanto, a participação do IPAC não ocorreu como previsto na lei de criação da APA.

⁸³ SCOTT, James. *Weapons of the weak everyday forms of peasant resistance*. New Haven: Yale University Press, 1985.

Os autores do projeto Abaeté partiram do princípio de que o espaço era uma área especial, por sua excepcionalidade natural. O Abaeté é considerado uma paisagem com aspectos geomorfológicos e vegetação particular, que exige proteção e tratamento especial, mediante ações mais efetivas para interromper o processo de degradação. Nesse sentido, são apresentados alguns pontos para justificar a proteção do espaço, tais como: reconhecimento de que não existem mais sítios na cidade do Salvador com as mesmas características do Abaeté; as dunas do Abaeté, como exemplos de acumulação de areia do período eólico do litoral brasileiro; e, finalmente, o valor cultural da lagoa para a comunidade baiana, constituindo-se como ponto de atração turística e de lazer, dentre outros.

As ações urgentes foram sistematizadas, considerando como aspectos principais a questão institucional, a fiscalização e segurança, as ocupações irregulares e a urbanização. Alguns itens centrais foram estabelecidos, como: prioridade; preservação do ecossistema; produção de aspectos atrativos para os moradores da cidade do Salvador; e a realização de atividades, visando criar atrações turísticas, a autossustentação financeira e a gestão compartilhada. Esses pontos essenciais, ligados à preservação do espaço, foram associados à questão do desenvolvimento local. A ideia era organizar o espaço para o turismo, visto como meio de desenvolvimento.

No que se refere aos aspectos institucionais, a equipe observou a necessidade de resolver o problema da existências de diversas instâncias de poder, no processo de administração. Dito de outra forma, o fato de ter mais de uma esfera do governo, sem a indicação dos papéis dos órgãos envolvidos e a definição de normas, competências e responsabilidades, contribuía para uma crise administrativa. Assim, uma cooperação entre o governo federal, estadual e municipal foi proposta com o objetivo de definir ações direcionadas para cada esfera de poder. Além disso, foi sugerida a implantação de um escritório para a administração do parque com a função de coordenar e supervisionar as ações apresentadas no projeto. Enfim, a criação de um conselho de gestão ambiental foi igualmente proposta para desenvolver funções consultivas e deliberativas.

No que se refere à segurança, a participação da polícia, por meio de rondas periódicas, também foi sugerida. Um plano de supervisão foi definido para evitar as ocupações irregulares, além de ter sido proposta a construção de cercas com arame farpado nas áreas próximas das ocupações e nos loteamentos. Essas áreas foram organizadas da seguinte forma: zona de ocupação rigorosa (áreas com regras específicas); zona de apoio ao turismo e ao lazer (áreas onde deveriam ser instalados equipamentos para o turismo e lazer – restaurantes, bares, lojas com produtos típicos, *shows* folclóricos e circuitos de visitação); zona de proteção, com

atividades recreativas; zona de proteção rigorosa/turismo ecológico; zona de preservação, cuja área, pela morfologia das dunas, deveria ser preservada para estudo.

A definição dessas áreas permite-nos perceber aspectos importantes da natureza do projeto Abaeté. São criados espaços objetivando oferecer uma estrutura para às atividades de recepção aos turistas. As áreas são articuladas visando, sobretudo, ao desenvolvimento do turismo. Entretanto, a zona de apoio a essa atividade é associada à área de proteção rigorosa, visando ao turismo ecológico. Essa ideia é igualmente confirmada por um estudo da Conder, realizado junto aos moradores dos arredores do Abaeté, com vistas a obter suas opiniões sobre a implantação de um parque turístico no local. De acordo com esse estudo, 10% não estavam de acordo com a implantação do parque; 38% estavam completamente de acordo; e 43% estavam de acordo, desde que tivessem sua moradia garantida (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 1992).

Ainda de acordo com o projeto Abaeté, foram consideradas como ações urgentes: remanejamento das ocupações, organização do comércio informal, recomposição das áreas desocupadas, limpeza da área, fiscalização e segurança. O projeto apresentava como ação prioritária a questão das ocupações irregulares. Nesse sentido, considerando a situação fundiária da área, com terrenos vinculados às instâncias federal, estadual e municipal, os técnicos propuseram a alteração no direito de construir, a mudança das áreas e a mudança do uso⁸⁴. Os loteamentos foram considerados da seguinte forma: “Existem atualmente 10 loteamentos instalados na área de proteção do Abaeté; 9 são legais, um com crescimento ilegal (Jardim Encantamento) e outro, totalmente irregular (Jardim Itapuã)” (SALVADOR, 1991, p. 16).

Em relação ao Jardim Itapuã, foram sugeridas ações de notificação e verbalização para legalizar a ocupação. Com relação aos outros loteamentos, foi registrado o seguinte: “[...] os loteamentos incluídos na área de ocupação controlada não devem submeter-se a nenhuma interferência nesse momento” (SALVADOR, 1991, p. 16). Entretanto, o loteamento localizado na área de apoio ao turista (loteamento Alamedas da Praia) deverá ser objeto de negociação com os proprietários e poderá ser desapropriado ou utilizar a mudança de direito de construção.

⁸⁴ São mencionadas as seguintes ocupações: Alto do Mirante, Areia Branca, Alto do Macaco, Olhos d'Água/Castelinho, Dunas e Contorno. Essas ocupações perfazem um total de 1.000 moradias populares. O projeto estabeleceu como ação prioritária a mudança dessas invasões, tendo como justificativa a poluição da lagoa e a presença de favelas.

Podemos afirmar que alguns princípios estabelecidos no projeto Abaeté foram cumpridos. Vejamos o que informa matéria extraída do Diário Oficial do Estado da Bahia, de 4/9/1992, sobre o projeto do parque:

O governo do Estado da Bahia lança hoje os editais de licitação para o início dos trabalhos do projeto Abaeté, com a coordenação da CONDER, associada a Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia. O potencial de lazer e turismo será explorado pelo projeto, associado à preservação do meio ambiente e à memória do Abaeté que se tornará uma marca de referência de Salvador. (GOVERNO..., 1992, p. 3).

O processo de implantação do Parque Metropolitano do Abaeté desenvolveu-se sob a responsabilidade da Conder, da Polícia Militar e do CRA, que tinham por objetivo realizar a mudança obrigatória dos moradores das favelas, cerca de 4.455 pessoas de acordo com o projeto Abaeté, a saber: Areia Branca, Alto do Macaco, Mirante, Olhos d'Água, Dunas e Contorno. A população atingida podia escolher entre receber uma indenização ou ficar com os lotes urbanizados que o governo estava construindo. Os trabalhos começaram em maio de 1992, numa articulação entre a Prefeitura e o Governo do Estado.

A Secretaria de Planejamento do Município solicitou à Empresa de Proteção Ambiental (Cetrel) um diagnóstico da Lagoa do Abaeté. No documento final apresentado (EMPRESA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, 1992), os técnicos consideraram que havia uma perda de água, em consequência do processo de destruição da vegetação, sublinhando que isso deveria constituir-se em motivo de preocupação, porque colocava em perigo a perpetuidade da lagoa. O texto registra ainda que o processo de perda de água da lagoa poderia estar ocorrendo em virtude da sua utilização por empresas privadas. O texto do diagnóstico enfatiza o seguinte:

A população da região comenta sobre a retirada de água pelo Hotel Sofitel Quatro Rodas para regar seus campos. A fotografia 1 mostra a dimensão exata da área de grama dessa empresa. Recomenda-se uma investigação sobre esses atos, pois o desequilíbrio atual pode ser consequência disso. (EMPRESA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL, 1992, p. 59).

O relatório conclui que a preservação também deveria estar voltada para a manutenção do volume de água, insistindo sobre a necessidade de continuidade da implementação de medidas de proteção da lagoa.

Ao longo do período de 1992 a 1993, o projeto Abaeté foi colocado em execução. Desde esse momento, seu nome deixa de ser “Parque das Lagoas e Dunas do Abaeté” e passa a ser “Parque Metropolitano do Abaeté”⁸⁵. No que se refere às medidas relativas à preservação

⁸⁵ A área de proteção ambiental totaliza 1.200 ha e do parque 250 ha.

ambiental, transcrevemos parte da fala do secretário de planejamento do Governo do Estado da Bahia, em matéria publicada no Diário Oficial, do dia 3/9/1993:

A CETREL, após ter realizado um diagnóstico ambiental da lagoa do Abaeté, está desenvolvendo um trabalho de monitoria para verificar a qualidade e a quantidade das águas, medida inédita até o momento e que permitirá conhecer o comportamento da lagoa e evitar prejuízos ambientais. Além disso, Waldeck Ornelas⁸⁶ afirmou sua preocupação sobre a execução dos trabalhos de implantação do parque no que concerne às águas, a fim de preservar a vegetação nativa e de recuperar algumas espécies através da plantação de 841 árvores típicas da região. [...] O trabalho continua com a recuperação da vegetação, as dunas e a qualidade das águas, registrando a recuperação do Abaeté como uma marca política do Estado da Bahia, pois trata-se do maior parque ecológico urbano do Brasil e também o primeiro do Estado a ter um plano de desenvolvimento implantado.

Dessa forma, o Parque Metropolitano do Abaeté foi estruturado sob a supervisão da Conder, que o definiu da seguinte forma:

O parque metropolitano do Abaeté é um imenso patrimônio ambiental e turístico constituído de dunas, de lagoas, de vegetação nativa e de 255 ha de área urbanizada. São mais de 12.000 m² de preservação que transformam o espaço em um dos maiores centros de lazer ecológico do Nordeste. O parque reserva várias emoções e descobertas aos visitantes, como a história da origem da lagoa escura com as dunas brancas que, de acordo com a lenda, tem origem das lágrimas de uma índia abandonada no dia do seu casamento. As lendas do Abaeté são também opções de lazer, divertimento, alimentação, esportes e turismo ecológico. Aqui, a preservação, lazer e cultura dão o tom para aqueles que querem se divertir em plena convivência com a natureza. (COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA, 2010).

Contudo, é necessário registrar que, no parque, não existem referências preservadas das lendas do Abaeté, por exemplo. Assim, podemos pensar que essa evocação legendária foi almejada por guias de turismo das empresas, que fazem a apresentação do espaço para os grupos de turistas.

O espaço foi organizado da seguinte maneira: um centro de atividades, que compreende restaurantes, lojas, espaço para *shows*, espetáculos e peças de teatro (organizados ocasionalmente pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia), com área de 1.421 m²; casa das lavadeiras, com 330 m²; Casa da Música, com uma coleção de discos, vídeos, fotografias e instrumentos musicais, apoiada pelo Departamento de Museus da Secretaria de Cultura; um *playground* com equipamento de recreação infantil; um estacionamento com 156 lugares para

⁸⁶ Secretário de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Salvador, no período.

automóveis e ônibus de turismo; quiosques para venda de água de coco, acarajé⁸⁷ e outras comidas típicas; bancos em volta da lagoa para se apreciar a paisagem; e dois quilômetros de caminhos de circulação entre as dunas.

Imagem 9 – Parque Metropolitano do Abaeté após a reforma



Fonte: Bahia (2008a).

Imagem 10 – Parque Metropolitano do Abaeté: espaços criados



Fonte: Bahia (2008b).

⁸⁷ Espécie de bolinho, frito no azeite de dendê, cuja massa é preparada com feijão e camarão. Constitui-se em um dos símbolos da culinária baiana, de origem africana.

O parque possui uma administração própria, conforme definido no projeto Abaeté, vinculado à Conder, que dispõe de um funcionário para supervisioná-lo. A segurança é organizada com a colaboração da Polícia Militar Montada (SALVADOR, 1991).

Em oposição, no interior do bairro de Itapuã, os problemas de infraestrutura persistem, criando um contraste com o parque. Além disso, as questões relativas à proteção do espaço continuam, como a perda de água, por exemplo. É importante citar o testemunho de Antônio Conceição, membro do Grupo Nativo de Itapuã, publicado em matéria do Jornal A Tarde de 10/1/1999:

A segurança, a manutenção e a limpeza do parque do Abaeté são excelentes. O grupo ecológico e cultural Nativo chama a atenção para um problema que está aumentando na lagoa que é a diminuição do volume de água. O grupo sugere que o governo, através dos órgãos ambientais, faça um trabalho científico para descobrir as causas do problema. (GRUPO..., 1999).

Como vemos, foi implementada uma política de preservação no parque metropolitano do Abaeté associada ao turismo, refletindo uma concepção estética e contemplativa em relação ao patrimônio cultural, em detrimento de uma visão culturalista e histórica, conforme discutido na seção 2.

As diferentes instâncias governamentais em âmbito nacional e estadual⁸⁸, conforme demonstrado anteriormente, estão interessadas em destacar e divulgar o patrimônio. Para isto, as práticas de “preservação” foram desenvolvidas com vistas à modernização⁸⁹ do espaço. As instâncias governamentais demonstram uma concepção da difusão da cultura e do patrimônio principalmente baseada na promoção de atividades de lazer (contemplativas ou reflexivas), bem como na realização de espetáculos eventuais.

De fato, não podemos negar que existe uma valorização do Abaeté, mas essa valorização é baseada, apenas, numa estética superficial do espaço. As estratégias de difusão do patrimônio, por meio das políticas do turismo, organizam-se pela propagação de representações convenientes – lendas tradicionais, pessoas típicas –, mas de forma estereotípada. Assim, entendemos que é importante refletir sobre os sentidos desse processo para a comunidade local.

⁸⁸ Estamos nos referindo à Embratur, em âmbito federal, e à Bahiatursa, no estado da Bahia.

⁸⁹ Nesse caso, chamamos de modernização as estratégias de transformação cujos princípios são essencialmente a preservação, por meio da apresentação dos lugares como espaços que obedecem a uma lógica de homogeneização.

4.3 NOVAS APROPRIAÇÕES EM TORNO DO ESPAÇO: PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E ESTEREÓTIPO

Vimos que as reivindicações da sociedade baiana foram aceitas de forma restrita. Foram construídos alguns espaços no parque, tendo como referência leis, decretos e projetos instituídos desde a década de 1970, sem, contudo, ter ocorrido o tombamento e a preservação de forma integral. Entretanto, Abaeté é um espaço de referência para vários grupos sociais, como mencionamos anteriormente. Consideramos importante analisarmos as significações atribuídas pela população local, uma vez que novos elementos foram incorporados, como a presença ou aumento do público de turistas, nos primeiros anos, após sua reforma e inauguração. Nesse sentido, registramos notícia veiculada no Jornal A Tarde, do dia 7/7/1996:

Sr. José não sabia que o Abaeté tinha colocado em cena espetáculos. Mas, certamente, alguns acontecimentos no lugar chegarão sob as bênçãos de Oxum. Pensando assim, ele colocou sua melhor roupa e desceu até a lagoa. Ele admirou a quantidade de pessoas e a agitação, mas gostou muito. Na semana seguinte, sem mesmo saber qual era o artista, ele voltou. A informação cultural já foi difundida entre os vizinhos e o senhor José pôde encontrar todo mundo lá. (BORGES, 1996, p. 7).

Isso indica que o projeto Abaeté produziu uma forma de apropriação diferente das que existiram outrora, sobre as quais falaram os antigos habitantes nas suas narrativas apresentadas na seção anterior. Essa nova forma de apreensão do espaço integra também a dinâmica da patrimonialização. Um artigo do Jornal A Tarde do dia 17/3/1997 evoca a realização dos rituais na lagoa do Abaeté:

Oxum, orixá da fortuna, recebeu ontem à tarde uma homenagem com flores, sabonetes e perfumes, presentes dados nas águas escuras do Abaeté pelo pai de santo da cidade de Lauro de Freitas, Valdemir, realizando uma tradição de 23 anos. O ritual assistido pelos baianos e turistas foi coroado pela beleza da cor de Oxum, o amarelo ouro e por músicas cantadas pelas filhas e mães de santo sob o toque dos agogôs. (TERREIRO, 1997).

Esse fragmento permite constatar-se que as práticas religiosas tradicionais incorporadas ao cotidiano das pessoas adquire ainda um sentido diferenciado: por um lado, de ritual sagrado e, por outro, de espetáculo público. O candomblé passou de um *status* de religião marginal, reprimida até a década de 1970, à condição de símbolo da identidade baiana. Obviamente, isso pode ser analisado como resultado também de manipulações políticas populistas, tendo por objetivo a construção de um produto cultural autêntico,

importante para o mercado turístico. Hoje, em Salvador, é uma prática corrente dos guias de turismo conduzir grupos de turistas estrangeiros e nacionais para festas de candomblé⁹⁰.

Claro que esse duplo sentido não se constrói sem tensões no seio da comunidade, principalmente para os adeptos do candomblé. Lembramos das festas realizadas pelas lavadeiras na lagoa do Abaeté, já mencionadas. Com relação a esse aspecto, observamos a narrativa da lavadeira Marlene Santos, publicada no Jornal A Tarde, de 17/9/1999, sobre a festa das lavadeiras realizada, atualmente, na casa das lavadeiras no Parque Metropolitano do Abaeté: “Segundo Marlene, devemos refletir sobre o fato de que a festa passou para o controle do poder público. É inaceitável. Como é possível que uma pessoa que não é praticante do candomblé possa organizar uma festa de candomblé ?” (FESTA... 1999, p. 7).

A patrimonialização não foi concluída com a inauguração do parque, mas continua, com a elaboração de novos sentidos e significações. Isto resulta em considerar esse processo como um objeto dinâmico, que faz emergir um conjunto de atores nesse contexto, ou seja, os habitantes que, após o fim do movimento, criaram associações de caráter local, sejam as associações já existentes, como, por exemplo, grupos de carnaval, associações de moradores, candomblés incorporados à luta, sejam os agentes do Estado, que trabalham para colocar em prática, as atividades de lazer, de segurança e informação concernentes ao espaço enquanto patrimônio. O movimento de preservação do Parque Metropolitano do Abaeté proporcionou a construção de um contexto que produziu a emergência de diversos agentes, com discursos específicos para defendê-la.

A questão da singularidade da lagoa do Abaeté faz pensar na reflexão desenvolvida por Davallon (1999) sobre o objeto patrimonial e que podemos associar ao tema deste trabalho. Nesse sentido, o autor afirma:

[...] o *status* dos objetos define-se por meio da patrimonialização que envolve três processos.

- (i) O primeiro é o reconhecimento do seu valor como “monumento”. Note-se que estes são as grandes obras de caráter excepcional, expressões de genialidade. Esse caráter excepcional é institucionalmente garantido e legitimado por especialistas que se reúnem em comissão. O especialista deverá apoiar-se não sobre a estética como teoria de uma relação individual com a obra, mas, certamente, num saber estabelecido, público, reconhecido e estável;
- (ii) a constituição deste conhecimento corresponde à história da arte. Não apenas esta vai permitir autenticar as obras, mas permitirá principalmente fazê-lo, dando significado à coleção. Estes são ao mesmo tempo pontos de referência que pontuam esta história, de modo a fornecer o esboço de uma apresentação racional do progresso do gênio humano. Deste ponto de vista, a coleção ideal

⁹⁰ A propósito dessas manipulações simbólicas dos grupos dominantes no Brasil, citamos como referência o trabalho de Fry (1979) intitulado “Para Inglês Ver”.

consistiria composta de todas as obras-primas de todos os tempos ou de todos os gênios da história;

- (iii) No entanto, com estas duas primeiras operações, não temos ainda a concepção moderna de patrimônio como bem inalienável de uma comunidade. Um terceiro processo é necessário: o reconhecimento deste bem por um público. (DAVALLON, 1999, p. 243-244, tradução nossa)⁹¹.

De início, atentamos para o fato de que o autor discute sobre a instituição do objeto enquanto patrimônio. Em que pese sua posição tradicionalista, que procura enfatizar os valores em torno do patrimônio, parece importante evidenciar o terceiro ponto de sua análise – o reconhecimento desse bem por um público, dando legitimidade ao conceito moderno de patrimônio. O reconhecimento de um patrimônio advém, principalmente, de um conjunto de relações construídas historicamente e culturalmente e valorizadas de maneira apropriada. É claro que as atividades eventuais e/ou manifestações culturais são importantes como forma de democratização cultural, desde que as ações vinculadas à política cultural não menosprezem e desconsiderem as produções locais.

Por outro lado, a lagoa do Abaeté, por todas as razões que foram apresentadas, possui um caráter excepcional. Com efeito, ela não foi destruída por essa razão. Além disso, os relatórios técnicos que foram criados pelos especialistas da CATA e dos órgãos oficiais, como a SPJ/PMS, vinculada à Oceplan, abordam sobre a importância do Abaeté, suas características ecológicas, culturais e históricas. Assim, colocamos em evidência o documento produzido pelos especialistas da Oceplan⁹² envolvidos, porque apresenta o reconhecimento dos valores da lagoa do Abaeté enquanto patrimônio, com base em uma visão pluridisciplinar.

⁹¹ [...] *le statut des objets se définit à travers leur patrimonialisation. Or celle-ci met en jeu trois processus.*
 (i) *Le premier est la reconnaissance de l'œuvre comme "monument". Il est pris acte que ce sont de grandes œuvres, au caractère exceptionnel, qui sont expression du génie. Ce caractère d'exception sera d'ailleurs institutionnellement garanti et légitimé par des experts réunis en commission. L'expertise devra s'appuyer alors, non sur l'esthétique comme théorie d'une relation individuelle à l'œuvre, mais bien sur un savoir établi, public, reconnu et stable.*
 (ii) *La constitution de ce savoir correspond à celle de l'histoire de l'art. Non seulement celle-ci va permettre d'authentifier les chefs - d' - œuvre, mais elle permettra surtout de le faire en donnant sens à la collection. Ces derniers sont autant de points de repère qui scandent cette histoire, de sorte que celle-ci offre le canevas d'une présentation rationnelle des progrès du génie humain. De ce point de vue, la collection idéale serait composée de tous les chefs-d'œuvre de tous les moments ou de tous les génies de l'histoire.*
 (iii) *Cependant, avec ces deux premières opérations, nous n'avons pas encore la conception moderne du patrimoine comme bien inaliénable d'une communauté. Un troisième processus est nécessaire: une reconnaissance de ce bien par un public.*

⁹² Esclarecemos que esse documento não foi analisado, associando à trajetória histórica do conjunto da legislação específica sobre o parque, porque não consta a data da sua elaboração, o que torna impossível sua utilização aplicada à análise diacrônica adotada para discussão desse processo. O documento propõe a criação de um parque denominado de Parque Metropolitano de Itapuã, o que mostra a associação entre o bairro e o espaço do Abaeté. Apresenta um inventário e um diagnóstico nas seguintes áreas: botânica, geomorfológica, humana e arquitetura da paisagem. Aborda o setor localizado nos arredores da lagoa do Abaeté e suas dunas próximas. Na área dos estudos botânicos é apresentada uma caracterização das formas de distribuição das

Todavia, precisamos compreender o Abaeté em seu conjunto de sentidos. Por isso, no presente trabalho, está sendo tratado como um patrimônio ambiental, urbano e religioso. É interessante a fala de D. Francisquinha⁹³ sobre a lagoa do Abaeté: “O Abaeté era uma coisa que a mãe natureza nos deu, com as cores de nossa bandeira”. A imagem que D. Francisquinha cria entre o Abaeté e a bandeira brasileira faz pensar no conceito de patrimônio como símbolo nacional. Na sua narrativa, ela faz uma referência ao passado para construir sua visão do espaço, já que destaca o fato de que, as “[...] pessoas hoje, não podem saber o que era o Abaeté no passado, pois tem a ver com a experiência dos antigos”. D. Francisquinha refere-se à ausência de proteção e valorização da memória local, responsável pelo registro da história dessa população; o seu desconhecimento produz um vazio em relação ao Parque Metropolitano do Abaeté, na medida em que os instrumentos necessários para a implantação do processo de transmissão não foram implementados de forma apropriada.

Trazemos a análise do candomblé e seu papel na construção da identidade da população negra, realizada por Silveira (1982, p. 202, tradução nossa), ao abordar a questão das relações clientelistas entre negros e brancos no Brasil:

A aquisição pela massa escrava de pequenos privilégios dependia diretamente da iniciativa do senhor e menos do seu consentimento. Assim como o clientelismo, o conformismo se tornará para o Afro-Brasileiro condições incontornáveis concernentes a sua integração, sua ascensão social e a melhoria das condições de vida.⁹⁴

Esse fato manifesta-se também no processo de patrimonialização da lagoa do Abaeté. Podemos dizer que a população negra, como consequência da herança do sistema escravagista, “carrega” um conjunto de significações simbólicas e práticas a ele associado. De fato, essa população sofre ainda consequências desse passado, em relação a sua posição na hierarquia social, mas também de um tipo de racismo dissimulado ainda presente na

diversidades florais (ver Anexo C). Na área geomorfológica, é feita a caracterização do espaço e a diversificação morfológica do relevo do ambiente ecológico, assim como a identificação dos elementos fisiográficos, sua extensão e interação dos fenômenos, sua gênese e dinâmica. No campo das ciências humanas, os mitos foram analisados, assim como as representações simbólicas. O parque foi conceituado como ecológico e de lazer. Em relação à arquitetura da paisagem, são analisados os aspectos naturais e sua relação com as principais mudanças urbanas existentes, a utilização do solo e dos elementos que colocam em risco a paisagem (SALVADOR, 1977).

⁹³ Entrevistado: Francisca Passos (D. Francisquinha), aposentada como funcionária pública do posto de urgência de Itapuã (falecida). Entrevista realizada pelo Projeto História dos Bairros – Bairro de Itapuã, desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. (Arquivo Público do Estado da Bahia).

⁹⁴ *L'acquisition par la masse esclave de petits privilèges dépendait directement de l'initiative du maître ou du moins de son acquiescement. Aussi bien le clientélisme que le conformisme devinrent-ils, pour l'Afro-Brésilien, des conditions incontournables concernant son intégration, son ascension sociale et l'amélioration de ses conditions de vie.*

sociedade brasileira. Por outro lado, a população negra, idealizada nas criações artísticas e na publicidade dos órgãos de difusão do patrimônio de forma estereotipada, é confrontada com condições sociais e econômicas difíceis na maior parte do tempo⁹⁵.

A digressão sobre a população negra é importante, pois o Abaeté é considerado como um lugar de memória, cujas referências socioculturais são elaboradas, principalmente, pelas pessoas que pertencem a esse grupo social. De fato, ao lado dos índios, esses grupos são frequentemente utilizados como cartão postal da sociedade, apagando sua trajetória histórica que, na maior parte do tempo, é marginalizada.

A existência de um museu nomeado “Casa da Música” no Abaeté, contendo uma coleção de discos da música baiana, logo após a criação do Parque Metropolitano do Abaeté, conduz-nos a pensar que foi concebido pelos profissionais atuantes nos órgãos públicos que buscaram estabelecer uma relação entre o Abaeté e a música da Bahia.

Talvez, no processo de patrimonialização, o Abaeté tivesse sido visto como um lugar muito cantado. Contudo, existem poucas referências sobre a memória do lugar. Encontramos um vídeo na Casa da Música com depoimentos de pescadores sobre o Abaeté e também o registro da apresentação de um grupo formado por pessoas negras, denominadas “Filhas de Oxum”, dançando nas margens da lagoa, simulando uma cerimônia religiosa. É certo que, com a patrimonialização, não é possível registrar todos os aspectos da memória. Como afirma Jeudy (1995), a memória é rebelde, dinâmica e soberana. Entretanto, no processo histórico e cultural, ocorre a definição de um signo, carregado de significações diversas que integram outros sentidos. Verifica-se, assim, que esse processo de patrimonialização concorreu para a construção de uma história do silêncio, na qual as pessoas que dão sentido aos lugares não estão envolvidas e foram negadas na sua condição de sujeitos participativos da história.

O Abaeté reúne dois aspectos que revelam a identidade da cultura própria da Bahia, a saber: é um espaço de beleza natural e é também a habitação de Oxum, divindade feminina que faz parte do imaginário e da cultura local. No processo de patrimonialização, as ações de difusão e valorização do patrimônio utilizaram características associadas à cultura afro-brasileira como modo de afirmação da identidade local e incorporaram essa representação “popular” da lagoa de forma idealizada, expressando-se, principalmente no discurso oficial, por meio das propagandas oficiais e dos guias de turismo das empresas locais.

⁹⁵ Em 2008, por meio do Projeto de Lei n.º 180 (BRASIL, 2008b), foi aprovado o sistema de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Tal medida permite a negros e pardos o ingresso no ensino superior e tenta proporcionar o resgate social daqueles que foram discriminados ao longo da história.

Com efeito, a lagoa do Abaeté apresenta um contexto complexo, em que se manifesta uma clara articulação entre o local e o global. As reivindicações dos atores sociais que dão valor à lagoa do Abaeté enquanto patrimônio não foram incorporadas nas práticas preservacionistas. Ademais, as estratégias ligadas ao processo de desenvolvimento local não foram operacionalizadas e a comunidade local não foi incorporada ao projeto. Por outro lado, analisando a questão da dimensão global que envolve o Estado, bem como as empresas de turismo nacionais e internacionais, constata-se a utilização de imagens consolidadas do espaço como produto ofertado no mercado turístico, acrescentando novos sentidos à vida local⁹⁶. Além disso, as atividades culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia não tiveram continuidade. Isso prova que as transformações ou mudanças sem envolvimento da população local geram prejuízos sociais e econômicos. O modelo adotado de parque para contemplação produz ou estimula o surgimento de problemas dessa natureza. Isso ocorre também em função de uma concepção restrita em relação à natureza. Nesse sentido, a natureza não foi considerada em suas relações com o homem, responsável pela atribuição de sentidos.

Além disso, constata-se, atualmente, a necessidade do desenvolvimento de projetos de formação educacional que possam discutir sobre a cultura local, sua história e as condições das populações que habitam o entorno da lagoa do Abaeté, como forma de estimular a continuidade do processo de apropriação do espaço. É isso que veremos nas seções seguintes.

⁹⁶ Entendemos que essa questão deve ser abordada em estudo específico.

5 PARQUE DE SÃO BARTOLOMEU: CONTEXTO SOCIOCULTURAL, HISTÓRIA, RELIGIÃO E PRESERVAÇÃO

O Parque Metropolitano de Pirajá é objeto de várias leis e decretos em âmbito municipal e federal¹. Contudo, tendo em vista a problemática do presente estudo, interessa-nos explorar os principais instrumentos jurídicos que expressam valores e significados em relação a esse território, por parte dos poderes públicos, como forma de analisar, de maneira conjunta, as atribuições simbólicas e a perspectiva dos agentes da patrimonialização em relação a esse espaço, situado na cidade de Salvador, estado da Bahia.

De início, torna-se necessária a discussão sobre a designação desse território que, em alguns documentos e nos depoimentos das pessoas, recebe o nome de Parque Metropolitano de Pirajá e, em outros, de Parque de São Bartolomeu. Outrossim, os parques estão inseridos no contexto de uma ampla região da cidade de Salvador, denominada de subúrbio ferroviário. Tentaremos, assim, discutir sobre essa distinção com o propósito de definir, de maneira mais específica e apropriada, o espaço que estamos tratando.

Assim, iniciaremos nossas reflexões com uma rápida caracterização da região na qual estão situados os Parques de Pirajá e de São Bartolomeu – o subúrbio ferroviário, localizados na Baía de Todos-os-Santos –, como forma de contextualizar a atuação dos poderes públicos municipais em relação a esse patrimônio cultural, as principais dificuldades para a peracionalização das políticas públicas de preservação e os movimentos de patrimonialização.

5.1 BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS: REFLEXÕES HISTÓRICAS

Inicialmente, podemos afirmar que o debate histórico em torno da Baía de Todos-os-Santos proporciona a compreensão da evolução urbana da cidade de Salvador, sua origem, processo de ocupação e transformações ao longo dos anos, permitindo-nos o entendimento das apropriações e dos significados construídos pelas populações, proporcionando a reflexão

¹ Estamos nos referindo ao Decreto-Lei n.º 3.365 de 21/6/1941 (BRASIL, 1941), que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública; a Lei Municipal n.º 2.403, de 23/8/1972 (SALVADOR, 1972b), que cria o “Sistema de Áreas Verdes” na zona urbana, considerando de preservação permanente os revestimentos florísticos e outras formas de vegetação naturais, que impliquem o equilíbrio ecológico do município; a Lei Municipal n.º 2.549 de 4/10/1973 (SALVADOR, 1973a), que aprova o plano de implantação do Sistema de Áreas Verdes do município; o Decreto Municipal n.º 4.524 de 1/11/1973 (SALVADOR, 1973b) que declara não edificáveis e incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município, áreas arborizadas de propriedade particular, necessárias à preservação das condições ambientais e paisagísticas.

Mapa 5 – Pirajá



Fonte: Pirajá... (2012).

Além disso, membros da comunidade local utilizam essa referência, como pode ser verificado no depoimento de Joselito dos Santos⁴, ao tratar do conteúdo trabalhado durante as visitas guiadas no Parque de São Bartolomeu.

Eu conto uma estória que eu aprendi sobre o parque. Sobre como era importante para os índios. Eles acreditavam que era um lugar sagrado, toda aquela [...] Depois eu falo do quilombo, da parte cívica, da guerra de Labatut, da parte religiosa do candomblé, que é onde eu detenho mais e pronto. Explico como o parque se deteriorou, como é possível se tratar a natureza, a mata atlântica. Eles perguntam, tiram fotografias, tem muito bicho ainda: coelho, cobra, raposa. Realmente, os bichos aparecem.

Entretanto, ao analisar a história indígena no Brasil, M. Cunha (1992, p. 11) chama a atenção para o fato de que: “Sabe-se pouco da história indígena: nem a origem, nem as cifras de população são seguras, muito menos o que realmente aconteceu. Mas progrediu-se, no entanto: hoje está mais clara, pelo menos, a extensão do que não se sabe.” Igualmente Guidon (1992), no seu trabalho sobre as ocupações pré-históricas do Brasil, conclui que ainda é necessário o desenvolvimento de um projeto de âmbito nacional, para pesquisar, de modo intensivo e estruturado, as origens pré-históricas dos grupos indígenas brasileiros. Por outro lado, discutindo sobre as principais fontes documentais que permitem a construção de uma história indígena, ou seja, as crônicas de viagem e as correspondências entre religiosos, Fausto (1992, p. 381) argumenta que:

⁴ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira, em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

[...] esses informantes escreveram de posições distintas e origens diferenciadas, como pode ser observado no fato de que haviam jesuítas ibéricos como Anchieta e Nóbrega, capuchinhos franceses como Abbeville e Évreux, o huguenote Léry, o colono português (e escravizador de índios) Soares de Sousa, o artilheiro alemão e prisioneiro dos Tupinambá Hans Staden, o “amigo de Camões” Pero de Magalhães Gandavo, entre outros.

Nesse sentido, considera esse autor que essas variáveis precisam ser consideradas nos estudos indígenas. Em que pese essas questões em relação aos estudos indígenas no Brasil, é possível afirmar a existência de algumas fontes escritas e orais que contribuem para indicar a presença de índios na região de Pirajá. Contudo, os dados precisam ser aprofundados e contextualizados, principalmente em relação à organização sociocultural dos grupos específicos que ocuparam esse território⁵.

Entretanto, como afirmam M. Cunha (1992) e Fausto (1992), existe uma razoável homogeneidade de informações que permite considerar alguns aspectos para a reconstrução das sociedades indígenas brasileiras. Assim, ainda que sejam restritos os conhecimentos sobre grupos específicos, visando à análise e reconstrução da história indígena no Brasil, recorreremos a algumas fontes, sobretudo de historiadores, especialistas em história da Bahia, antropólogos indigenistas e arqueólogos, como forma de fundamentar a reflexão sobre a presença desses povos na região dos parques estudados.

Citamos Mattoso (1992, p. 69), que assim discorre sobre os índios que viviam no litoral baiano:

O atual Estado da Bahia nasceu paralelamente à conquista do Brasil pelos portugueses no século XVI. Os índios encontrados no litoral eram Tupis, que ali se haviam estabelecido dois séculos antes, vindos, segundo se supõe, do Alto Xingu. Teriam conseguido expulsar para o interior as tribos Jês, conhecidas mais tarde pelo nome de Tapuias. Vivendo na faixa litorânea, os Tupis – Tupinambás e Tupiniquins – foram os primeiros a entrar em contato com os europeus, o que explica o fato de eles serem mais bem conhecidos por nós do que os Jês ou os Cariris. Os Tupis ocupavam as regiões costeiras, os Jês o interior e os Cariris o Nordeste.

A autora opõe-se ao modelo que considera o processo de expansão tupi-guarani na costa brasileira, desenvolvido com base em um movimento migratório de sul para norte, desde a bacia Paraná-Paraguai, onde os Tupinambá e os Guarani teriam se separado. Baseia-se nessa hipótese, Métraux (1927⁶ apud FAUSTO, 1992), que considera a dispersão litorânea um fato recente na época da Conquista, dada a identidade cultural entre os vários grupos que ocupavam a costa.

⁵ A título de exemplo, citamos o trabalho de Mattos (1998), que se refere à existência de uma aldeia indígena em São João da Plataforma.

⁶ MÉTRAUX, Alfred. **Religião dos Tupinambá e suas relações com as demais tribos tupi-guarani**. Tradução Estêvão Pinto. 2. Ed. São Paulo: Edusp, 1979. (col. Brasiliana, 267).

Não obstante, o modelo no qual Mattoso (1992) apoia-se sobre o processo de ocupação tupi-guarani é mais recente e baseia-se na interpretação de dados arqueológicos. Assim, de acordo com Brochado (1984⁷ apud FAUSTO, 1992, p. 382):

[...] parte de um nicho originário amazônico, sendo que teríamos dois movimentos migratórios de orientações diversas: os proto-Guarani teriam rumado para o sul via Madeira-Guaporé e atingido o rio Paraguai, espalhando-se ao longo de sua bacia desde o início da era cristã (ou, em estimativas mais conservadoras, a partir do século V); já os proto-Tupinambá teriam descido o Amazonas até sua foz, expandindo-se, em seguida, pela estreita faixa costeira em sentido oeste-leste, e depois norte-sul. A ocupação total do litoral teria ocorrido entre 700-900 d.C. e 1000-1200 d.C, quando os grupos Tupi mais ao sul teriam sua expansão barrada pelos Guarani.

Mesmo com a divergência entre especialistas no que se refere ao processo de expansão tupi-guarani, de acordo com Fausto (1992, p. 383), é possível afirmar, em relação aos Tupinambá, a existência de grupos indígenas diversos e um tronco linguístico comum, considerando que “O termo ‘tupinambá’, que estamos utilizando para designar todo o conjunto tupi da costa brasileira, aparece comumente na literatura histórica como a denominação de uma entre várias outras ‘nações de gentios’ de língua Tupi”. Essa diversidade dos grupos indígenas é importante de ser salientada, na medida em que, ao longo dos anos, foi-se construindo na sociedade brasileira uma ideia genérica e homogênea em torno dos índios.

Mapa 6 – Baía de Todos-os-Santos – 2011



Fonte: Vergne (2011).

⁷ BROCHADO, Jose Proenza. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. 1984. 574 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Illinois at Urbana-Champaign, Illinois, 1984.

Assim, discutindo a existência de grupos indígenas na região da Baía de Todos-os-Santos e no Parque de São Bartolomeu, Sampaio (1998) registra que, tendo em vista a riqueza e a diversidade dos recursos naturais dessa região, é muito provável que tenha sido disputada por vários grupos indígenas e, mais tarde, por grupos não indígenas. Esclarece ainda que a beira-mar é privilegiada, porque tem peixe; nos mangues são encontrados caranguejos, mariscos; na mata Atlântica, existe uma fauna e flora variada, ideal para a coleta de frutos e para a caça de animais de pequeno e médio porte. Além disso, o solo fértil, segundo esse autor, possibilitava a agricultura produtiva, sobretudo de mandioca e milho, constituindo-se, portanto, como um ambiente ideal para a sociedade Tupinambá. O autor afirma que as grandes concentrações de aldeias dos Tupis localizavam-se nos mesmos lugares em que os portugueses, mais tarde, fizeram suas principais cidades. Assim, os pontos onde estão as grandes áreas urbanas brasileiras eram os mesmos onde se situavam as grandes concentrações de aldeias dos Tupinambás. De fato, Fausto (1998, p. 383), analisando as unidades sociais e a distribuição espacial das nações indígenas, apresenta o seguinte mapa de localização das populações indígenas no Brasil:

Distribuiu-se, assim, cada uma dessas “nações”, “castas” ou “gerações”, como foram chamadas, pelo território então conhecido: de sul para norte, teríamos os Carijó (Guarani) entre Lagoa dos Patos e Cananeia; os Tupiniquins daí até Bertioga – incluindo o planalto paulista; os Tupinambá (também chamados, nessa região, Tamoio) do norte de São Paulo até Cabo Frio, dominando inclusive o vale do Paraíba; os Temomino, em áreas da baía de Guanabara. Entre o Espírito Santo e o sul da Bahia aparecem novamente os Tupiniquins; mais ao norte, os Tupinambá, que dominam o recôncavo baiano e se estendem daí até a foz do São Francisco – em cujo sertão vivem os Tupinaé.

Os estudos apresentados possibilitaram a Sampaio (1998) afirmar a presença dos índios Tupinambá na região do Parque de São Bartolomeu. Nesse sentido, ele declara:

Há fontes históricas que comprovam que, de fato, havia uma aldeia de índios Tupinambá no local que os portugueses chamavam de Ribeira do Pirajá e que compreende hoje toda a área que vai desde o que nós conhecemos como a Ribeira, na entrada da Enseada dos Tainheiros, até o bairro de Pirajá, nas cabeceiras do rio que deságua naquela enseada e que forma aquela linda cachoeira que está dentro do Parque de São Bartolomeu. (SAMPAIO, 1998, p. 35).

A fala do educador e líder comunitário⁸ Joselito dos Santos⁹ sobre a necessidade de adequação do Parque de São Bartolomeu para visitação, de forma satisfatória, descreve

⁸ Entendemos que Joselito Crispino também é um líder comunitário na medida em que desenvolve trabalhos regulares com grupos de jovens da comunidade do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador.

⁹ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira, em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

algumas de suas áreas, de tal modo que podem ser comparadas ao que foi dito por Sampaio (1998) na citação acima:

Mato. Só tem que ter isso. E mato você não precisa meter concreto nele. A estrada, o caminho tanto pode ser de barro, como isso. No Parque de São Bartolomeu, na parte sagrada, não acho que tem que ter essa urbanização. Pode pegar outra parte do parque e criar uma coisa mais pra visitação pública. Mas a parte sagrada deveria se fazer o mínimo possível de interferências. Agora, é um parque que precisa cercar uma parte, precisa ter vigilância montada, coisas feitas por moradores, umas coisas. É toda essa parte da bacia de Oxum até a cachoeira de Oxumaré lá na frente.

Imagem 11 – Cachoeira de Oxumaré – Parque Metropolitano de São Bartolomeu



Fonte: Bahia (2011b).

A apresentação da área sagrada, feita pelo coordenador da ONG Bagunção, parece coincidir com a região descrita pelo indigenista Sampaio (1998). Trata-se de locais

específicos utilizados para a realização de rituais afro-brasileiros, como veremos mais adiante. No que tange à parte sagrada do Parque de São Bartolomeu, Serra (1998, p. 150, grifos do autor) descreve da seguinte maneira:

Além da mata, assinalam-se aí grandes rochas, algumas destacadas, e cachoeiras formadas por dois riachos (a cachoeira do rio do Cobre fica na área profana; não é de fato objeto de nenhuma espécie de culto). As cachoeiras de *Oxum* e *Naná*, na verdade, são duas vertentes, separadas por uma eminência de rochedo, da mesma queda d'água. O ponto onde se precipitam é designado como Bacia de *Oxum*. Os fiéis realizam aí oferendas e ritos de lustração. A Cachoeira de *Oxumaré* (ou de São Bartolomeu, como é mais conhecida) é formada por outro curso d'água, cuja nascente, ao contrário do que sucede com o primeiro, situa-se dentro dos limites do Parque. No ponto onde se precipita por uma fenda, situado a aproximadamente 15 m do topo da cascata e a 10 m do solo (donde a ele se chega por um caminho íngreme na rocha) os fiéis também depositam oblações e perfazem ritos lustrais. Rochedos isolados nas cercanias são também objeto de culto, relacionados alguns deles, de maneira constante, com certas divindades: é o caso da Pedra de Omolu e da Pedra de Tempo.

Imagem 12 – Cachoeira de Oxum – Parque Metropolitano de São Bartolomeu



Fonte: Bahia (2011b).

Imagem 13 – Cachoeira de Nanã – Parque Metropolitano de São Bartolomeu



Fonte: Bahia (2011b).

Ao analisar o processo de colonização do Brasil, Serpa (1998b) concluiu que começou com a chegada dos portugueses e da ordem dos jesuítas, sob a liderança do padre Manoel da Nóbrega, no ano de 1549. Registra ainda que os hábitos dos indígenas (poligamia, antropofagia etc.), considerados bárbaros pelos colonizadores, foram o pretexto usado pelos padres jesuítas para a fundação das aldeias onde ensinaram aos índios os princípios do cristianismo, induzindo-os ao abandono da vida nômade e à adoção de práticas agrícolas e de domesticação de animais. A luta dos padres jesuítas contra a antropofagia revelou-se infrutífera, já que o consumo de carne humana tinha, para os índios, caráter ritualístico e era

parte indissociável da sua cultura. Consoante esse autor, o padre Manoel da Nóbrega relata, em suas cartas escritas no século 16, como se deu a fundação de uma dessas aldeias, a Aldeia de São João Evangelista, nas cercanias do Parque de São Bartolomeu.

Ainda com relação aos estudos indígenas na Baía de Todos-os-Santos, M. R. Carvalho (1998) desenvolveu trabalho baseado na análise das cartas de José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, mostrando o papel da doutrina jesuítica no processo de formação e conversão dos índios Tupinambá esclarecendo que, aos olhos dos jesuítas, as guerras entre os grupos indígenas, o fato de comerem carne humana e terem muitas mulheres significavam “falta de Deus”. A autora informa ainda que existiam escolas nas quais os meninos índios aprendiam a doutrina. Nessa doutrinação, os jesuítas utilizavam alguns mecanismos, como a música, que funcionava bem para a conversão. No estudo de M.R. Carvalho (1998), interessa-nos a reflexão sobre a resistência dos Tupinambá, principalmente no que diz respeito à mudança dos seus hábitos e costumes, fato que, segundo essa autora, era visto por Manoel da Nóbrega como uma inconstância da “alma selvagem”.

Vejamos o que diz a autora a propósito das aldeias indígenas no trecho a seguir:

Depois da vinda do novo governador, Mem de Sá, em agosto de 1557, três novas igrejas foram estabelecidas em aldeias indígenas, a saber, S. Paulo, a 6 km da cidade, em Brotas; S. João, mais para o interior, “dos lados de Plataforma”, a cerca de 30 km; e Espírito Santo [Sancti Spiritus], no rio Joanes, a 18 km. Elas estavam localizadas nas proximidades do mar, “para se poderem manter com suas pescarias”, e de áreas de mata “para poderem fazer seus mantimentos”, e abrigavam sempre padres e irmãos da Companhia de Jesus. (CARVALHO, M.R., 1998, p. 44).

Essa pesquisadora refere-se, à fundação, no governo de Mem de Sá, da aldeia de São Sebastião [*Sanct’Iago*] e outras menores, nas proximidades de Pirajá. Mattos (1998) considera que, nas “Ribeiras de Pirajá”, a Companhia de Jesus fundou a primeira Aldeia de S. João, que tinha como orago S. João Evangelista, cuja festa comemora-se no dia 27 de dezembro. Para esse autor, essa aldeia foi dispersa em 1560 e constituiu-se em uma das primícias da catequese jesuíta no Brasil.

Podemos considerar, portanto, com base nas análises apresentadas, que são fortes e expressivos os indicativos da presença indígena na região da Baía de Todos-os-Santos, mais precisamente nas áreas dos Parques de Pirajá e de São Bartolomeu, conforme demonstrado anteriormente. Contudo, entendemos que a questão da ocupação indígena nesse território, e os significados sagrados atribuídos ao longo dos séculos por seus descendentes e africanos constituem um aspecto a ser analisado em investigação científica mais específica. Com efeito,

a historiografia oficial parece não registrar, enfaticamente, o caráter violento da ocupação e colonização do território brasileiro, e do Estado da Bahia, de forma particular. No entanto, exploraremos a seguir, alguns aspectos desse processo.

A historiadora Mattoso (1992), ao analisar o processo de conquista e ocupação do interior baiano, afirma que se realizou de duas maneiras: a conquista da terra e seu posterior povoamento. Entretanto, para colonizar, era preciso vencer os obstáculos naturais e a resistência dos Tupis, Jês e Cariris que habitavam aquelas regiões. A população das 47 aldeias de índios existentes no Recôncavo foi rapidamente dizimada. A autora registra que, uma vez vencidos os índios e destruída a vida tribal, os colonos chegavam para plantar algodão, mandioca e, sobretudo, cana-de-açúcar. Essa era cultivada em grandes plantações (anexas a um engenho) ou por lavradores (livres ou “obrigados” a moer sua cana em determinado engenho).

Em relação à composição social dessas estruturas de produção, Tavares (2008) relata que os senhores de engenho fixaram-se no Recôncavo, em grande número, acompanhados por famílias, agregados, escravos negros e lavradores livres ou “obrigados”. Esses núcleos populacionais iam se formando em torno de capelas pequenas, isoladas e humildes.

Vale ressaltar que o processo de extermínio dos índios no Brasil continuou ao longo dos anos. Segundo Tavares (2008), depois que os governos de Duarte da Costa e Mém de Sá dizimaram os Tupinambá aldeados nos arredores da cidade de Salvador, a expansão dos colonos superou Escada e São Tomé de Paripe (áreas do atual Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador), alcançando as terras dos vales dos rios Paraguaçu e Jaguaripe.

Consideraremos ainda o que diz Tavares (2008, p. 156) sobre o combate aos Tupinambá:

[...] a primeira guerra contra os tupinambás do Paraguaçu e de Jaguaripe foi comandada por Vasco Rodrigues de Caldas. Seguiu-se a comandada pelo próprio Mem de Sá, que a conduziu até Matuim, Passé e São Francisco do Conde, onde marcou a área do seu engenho, posteriormente conhecido como Engenho do conde, numa referência ao seu genro e herdeiro, dom Fernando de Noronha, terceiro conde de Linhares.

Massacrado o tupinambá e destruída a comunidade tribal, o colono plantou algodão, mandioca e cana-de-açúcar. Os resultados apareceram na segunda metade do século XVI, quando a Bahia já era citada como produtora de açúcar.

Conforme registrado pelos historiadores citados, expandiu-se o processo de ocupação e colonização do território, tendo os portugueses avançado para o interior do atual estado da Bahia e inserido, progressivamente, o cultivo da cana-de-açúcar, com o apoio da mão de obra escrava negra.

Nesse sentido, retomamos a discussão desenvolvida por Tavares (2008), sobretudo no que diz respeito à instalação e localização dos engenhos de açúcar na Bahia. De acordo com o autor, dentre esses engenhos, destacavam-se: o de Vasco Rodrigues Lobato, em Paripe; o de Balthazar Pereira, em Matuim; o de Sebastião de Faria, em Aratu; o de Antônio Dias Ulhoa, no Iguape; o de Luiz de Brito e Almeida, no Paraguaçu; o de Fernão Cabral de Ataíde, em Jaguaripe; e o de Gaspar Pacheco, na ilha de Itaparica. Constata-se, assim, que todos os engenhos mencionados, estavam localizados na Baía de Todos-os-Santos, e os de Paripe e Aratu, região atualmente denominada de Subúrbio Ferroviário, onde se situam, atualmente, o Parque de Pirajá e de São Bartolomeu.

Com efeito, a memória oral também registra a presença de engenhos de açúcar na região propriamente dita do Parque de São Bartolomeu: “No Alto do Cabrito, um engenho de açúcar que existiu em São Bartolomeu também.” (Silvio Nascimento Ribeiro)¹⁰. “Ali tem muita história interessante, um canal, um engenho de açúcar, logo nos primeiros anos depois da cidade feita, acho que era engenho São João me parece.” (José Augusto Saraiva)¹¹.

Além disso, Azevedo (1998) considera que, na Ribeira de Pirajá, os jesuítas estabeleceram, nos primeiros anos de colonização, a aldeia de São João de Plataforma, mas ali também surgiram os primeiros engenhos de açúcar, como o de El-Rei ou Pirajá. O relato desse autor evidencia a importância dessa região como rota de entrada no interior do estado da Bahia:

No engenho São João, pertencente à Companhia, Vieira pregou o seu primeiro sermão, em 1633. Pelas colinas de Pirajá corria a mais antiga via de penetração para o interior do país, a Estrada das Boiadas. A enseada do Cabrito oferecia, por outro lado, o único abrigo verdadeiramente seguro para as naus, nas vizinhanças da cidade. Esses dois fatores tornavam aquela região um ponto chave para o cerco da cidade. Nassau, na malograda tentativa de retomada da cidade, em 1638, desembarcou e acampou naquele ponto, e para lá se dirigiam os chefes militares responsáveis pela defesa da cidade que após uma importante reunião decidiram adotar o parecer do Conde de Bagnouli de resistir em lugar de atacar o invasor. (AZEVEDO, 1998, p. 123).

A questão dos engenhos como unidades de produção econômica é analisada por Ricupero (2009) numa perspectiva semelhante às que foram apresentadas aqui, demonstrando ainda outra função importante. Dessa forma, considera que a disputa pelo controle do interior reforçava a importância dos engenhos de açúcar. O autor enfatiza que as principais vilas e

¹⁰ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

¹¹ Entrevistado: José Augusto Saraiva, arquiteto e urbanista, diretor do Grupo de Recomposição do Meio Ambiente (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 15 de maio de 2003.

idades coloniais possuíam um cinturão formado por seus engenhos, que acabaram por desempenhar um papel para além das atividades econômicas, pois cada engenho era, na prática, um núcleo populacional e formava um complexo econômico, político, militar e, às vezes, também religioso. Suas afirmações, a seguir, são ilustrativas:

No regimento a Coroa estabelecia, como condição para a concessão de terras e águas para os engenhos, que seus donos seriam obrigados a fazer “uma torre ou casa forte, da feição e grandura” que o governador estipular” [...] Contudo, o grande trunfo dos engenhos como baluartes na defesa da região era seu expressivo contingente populacional, particularmente se comparados à pequena população dos núcleos urbanos existentes. (RICUPERO, 2009).

Em que pese o caráter pouco preciso das informações sobre a presença de engenhos de cana-de-açúcar, especificamente na área do Parque de São Bartolomeu, é possível afirmar a existência de muitos engenhos na região do Recôncavo baiano. Nessa linha, Serpa (1998b) informa que existem vestígios ou ruínas de uma construção que muitos dizem ser de um velho engenho de cana, no Parque de São Bartolomeu¹².

Serpa (1998b) considera que, nos tempos da monocultura da cana-de-açúcar no Brasil, com seus latifúndios e engenhos, para que essa atividade fosse rentável, havia a necessidade do fornecimento desse produto, em grandes quantidades, para os compradores europeus, fato que somente foi possível com a introdução da mão de obra escrava de proveniência africana. O que nos parece mais importante é que a construção dos engenhos de açúcar na região do Recôncavo baiano, como núcleo de proteção da cidade e unidade de produção socioeconômica, estava articulada à presença de escravos negros, como foi dito anteriormente pelos autores mencionados. Não obstante, Tavares (2008) afirma que não foi somente em decorrência da necessidade de mão de obra que o colono europeu utilizou o trabalho escravo dos africanos trazidos para as terras do Brasil. Isso também foi motivado pelo comércio de escravos que já existia e procurava incentivar a abertura de novos mercados compradores.

De acordo com Tavares (2008), o número de escravos africanos cresceu, na Bahia do século XVI, na medida da capacidade aquisitiva dos proprietários de engenhos de açúcar e plantações de cana, no cálculo mais provável de 1.570 no início do século XVII. Com efeito, afirma Mattoso (1992, p. 78): “Porto de exportação de pau-brasil, açúcar, algodão e fumo, Salvador era também um importante porto de importação, um empório para os produtos

¹² Consideramos que seriam necessários estudos mais específicos, principalmente de caráter arqueológico, para afirmar a existência não só desse como também de outros engenhos nas proximidades e no Parque de São Bartolomeu.

manufaturados vindos de Portugal e do Extremo Oriente e o maior mercado de escravos trazidos da África”. Os escravos que vinham para a Bahia eram procedentes de vários territórios da África. Nesse sentido, Verger (1968) explica que, no século XVI, predominavam escravos importados da região da Guiné; no século XVII, de Angola; no século XVIII, da Costa da Mina; e, no século XIX, período em que essa atividade já era considerada ilegal, da região do Benin.

Tavares (2008) esclarece que os grupos que passaram a integrar o território brasileiro não se constituíam em uma unidade étnica, mas de diferentes povos de diversas regiões. Para a Bahia, vieram africanos que pertenciam às mais diferentes nações (povos). Por causa dos seus falares, os Iorubá, Ewe, Jeje, Fula, Tapa, Aussá, Arda e Calabare são os mais conhecidos. Oriundos da África Ocidental e influenciados pela cultura islâmica, os Aussá (malês) falavam e escreviam árabe e podiam ser religiosos do Corão.

A despeito da diversidade e quantidade de grupos, na memória dos habitantes representantes das associações comunitárias e ecológicas da região do Subúrbio Ferroviário, não aparecem narrativas sobre o trabalho escravo durante o período colonial brasileiro nessa região. Não obstante, seria importante investigar, por meio de um estudo específico, essa “ausência”, que pode estar atrelada a um processo intencional de esquecimento de uma história permeada de dor e sofrimento¹³.

Contudo, a memória oral de participantes das associações que tratam da preservação do Parque de São Bartolomeu oferece registros em relação à revolta de grupos de escravos africanos e à existência de um quilombo nesta região. De maneira geral, são abordados aspectos relacionados a esse parque, principalmente no que se refere ao seu papel como espaço de luta do povo negro. A propósito, membros da comunidade local e militantes ambientalistas e afro-brasileiros relatam:

Eu gostaria de começar falando que é impossível falar do parque sem falar da religião afro descendente. Quilombo do Orobu – a história da resistência negra.¹⁴

Ali, Mauricio de Nassau tentou invadir a Bahia por ali em 1638, na segunda invasão holandesa. Quer dizer, a sabinada se escondia por ali. Quer dizer, próximo tinha o quilombo dos Urubus, que fica mais pra Cajazeira.¹⁵

¹³ Veremos que as informações orais sobre a presença negra no parque referem-se mais expressivamente à existência de quilombos.

¹⁴ Sessão Câmara Municipal sobre o Parque de São Bartolomeu, realizada no dia 16 de maio de 2003. Responsável pela sessão: Vereador Gilmar Santiago.

¹⁵ Entrevistado: José Augusto Saraiva, arquiteto e urbanista, diretor do Grupo de Recomposição do Maio Ambiente (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003..

[...] patrimônio cultural do povo negro brasileiro. O parque de São Bartolomeu é muito mais do que uma área de preservação ambiental. Ele representa um símbolo de resistência dos povos negros; ele é testemunha da luta pela liberdade desde o processo de colonização. É testemunho vivo dessa luta dos povos pobres negros e indígenas. Somos nós que temos que escrever a nossa história. E a gente quer a nossa História mais verdadeira.¹⁶

[...] pela religião afro-brasileira existir um projeto de transformação daquilo ali, num museu vivo, num santuário religioso e tudo mais, porque é o único parque na cidade que tem todas essas características. E por isso, devido ao quilombo, devido a uma série de atividades que eram feitas lá.¹⁷

Nessa mesma perspectiva, Serpa (1998b) analisa o fato de que a área de Pirajá, com suas florestas, serviu como espaço de refúgio para segmentos desses grupos e para elementos dispersos, na tentativa de escapar às perseguições escravocratas. Por outro lado, a ocupação negra aí também se verificou com o emprego dos escravos como mão de obra nos engenhos de Pirajá e Cabrito.

Autores como A. Machado (2012) afirmam a existência de quilombos na região das imediações da Lagoa do Urubu, no bairro de Cajazeiras. Do ponto de vista da sua composição, considera que esse constituiu-se de escravos negros, de origem angolana, que se refugiaram nas matas do Parque de São Bartolomeu. A líder desse grupo era uma mulher de nome Zeferina. O grupo realizava rituais baseados no culto aos ancestrais africanos – os orixás, Nkisis¹⁸ ou Vandusis¹⁹.

Seguindo a mesma linha de argumentação, Bahiana (2010) defende que os quilombolas do Urubu possuíam uma extensa área que percorriam para caçar e coletar frutas. Essa área ia até a região do Parque de São Bartolomeu, com seus rios, cachoeiras, e também à região de Cajazeiras. A lagoa do Urubu inspirou o nome desse quilombo e situava-se nas imediações da atual Brasilgás, no bairro da Fazenda Grande do Retiro.

Os depoimentos e informações sobre o Quilombo do Urubu são diversificados, genéricos e divergentes. Dessa forma, alguns consideram que existiu no Parque de São

¹⁶ Lindinalva Barbosa, da Fundação Palmares, Bahia. Sessão da Câmara Municipal sobre o Parque de São Bartolomeu, realizada no dia 16 de maio de 2003. Responsável pela sessão: Vereador Gilmar Santiago.

¹⁷ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

¹⁸ Esclarecemos que, para os povos da língua kimbundu, originários do Norte de Angola, o Deus supremo e Criador é Nzambi ou Nzambi Mpungu (CANDOMBLÉ, 2013).

¹⁹ Em português, aplica-se aos ramos de uma tradição religiosa teísta-animista baseada nos ancestrais, que tem as suas raízes primárias entre os povos Ewe-Fon da África Ocidental, no país hoje chamado Benin, anteriormente Reino do Daomé, onde o vodun é hoje em dia a religião nacional de mais de 7 milhões de pessoas. Além da tradição fon, ou do Daomé, que permaneceu na África, existem tradições relacionadas que lançaram raízes no Novo Mundo durante a época do tráfico transatlântico (CANDOMBLÉ, 2013).

Bartolomeu; outros mencionam sua localização em locais não tão próximos, como é o caso de Bahiana (2010) e também o depoimento de José Augusto Saraiva, citado. Tentaremos explorar um pouco mais essa questão, com base em autores como Serpa (1998b, p. 68), por exemplo, que assim se posiciona:

A floresta do Urubu – hoje conhecida como Parque São Bartolomeu – também abrigou escravos fugitivos que aqui encontraram proteção e refúgio, organizando-se por volta do ano de 1826 no chamado Quilombo do Orobu²⁰. Ao contrário dos grandes latifúndios de cana, aqui se plantava de tudo – inclusive árvores frutíferas como mangueiras e jaqueiras, hoje encontradas em profusão –, e não para o consumo dos ex-escravos, agora organizados em quilombo, mas também como fonte de renda, já que o excesso de produção era trocado com as aldeias vizinhas. Independência e autonomia não eram bons exemplos para os escravos negros e, como muitos outros quilombos, o do Urubu teve vida curta e foi logo dizimado pelos portugueses.

De fato, os escravos negros resistiram ao processo de escravidão nas terras brasileiras, o que caracteriza o processo de violência no decorrer da história do Brasil, também minimizado pela historiografia oficial, predominante durante muitos anos no país e refletida nos conteúdos programáticos das disciplinas do ensino básico²¹. Sobre essa questão, o próprio representante da Associação dos Amigos do Parque de São Bartolomeu declara:

Na escola não se tem, na universidade não se tem. Não se tem uma matéria que você estude sobre a questão afro-brasileira, não tem. Os professores, são poucos os que conseguem fazer alguma coisa. Aí vem o lado político, que se estabelece desse preconceito e da falta de consciência das pessoas. Então o parque é um caso à parte. E um lugar especial.²²

Tudo isso contribui ainda para a construção da imagem do negro como passivo, submisso e sem história²³. Ao longo dos anos, felizmente, os grupos afro-brasileiros têm se organizado para reivindicar, cada vez mais, os seus direitos e lutar pela construção de uma história do Brasil em uma perspectiva condizente com a participação mais ativa dessa etnia²⁴.

²⁰ Verifica-se diferença de grafia entre os autores citados para designar o referido quilombo.

²¹ Isso contribui para que o aprendizado da disciplina história seja, na maioria das vezes, fragmentado e descontextualizado.

²² Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

²³ A propósito dessa temática, Cf. ANDRADE, 2001; SEYFERTH, 1995; SILVA, 2001.

²⁴ Recentemente, por exemplo, a Rede Globo de Televisão – emissora de maior penetração no Brasil – exibiu a novela “Lado a Lado”, abordando conteúdo histórico referente ao período de transição entre o império e a república, tendo como enfoque central aspectos da cultura afro-brasileira e a afirmação do negro na sociedade brasileira. Esse folhetim contou também com a participação de atores negros.

Além dessas questões, Etchevarne (2011) considera que, no Brasil, as pesquisas arqueológicas sobre as populações de origem africana, em que pese estarem plenamente justificadas por razões históricas e sociais, não têm sido desenvolvidas com a intenção e a intensidade que merecem. Na ótica desse autor, isso se explica em razão do:

[...] desenvolvimento da ciência arqueológica no país, cujos primeiros trabalhos estavam voltados, sobretudo para o estudo das populações indígenas pré-coloniais. Essa situação incorporou as primeiras alterações no final da década de 1980, com os trabalhos arqueológicos nas áreas urbanas, adotando-se também como área de conhecimento a Arqueologia Histórica, sendo que os trabalhos desenvolvidos baseavam-se, principalmente, no estudo de objetos da sociedade colonial ou pós-colonial, como por exemplo; fortificações, palácios da administração, engenhos e residências senhoriais. (ETCHEVARNE, 2011, p. 137-138).

Analisa o autor citado que, somente a partir da década de 1990, os arqueólogos brasileiros começaram a se interessar pelo campo de estudo dos grupos de origem africana, e isso ocorreu em virtude do aumento do número de arqueólogos especialistas nessa temática. Entretanto, considera a importância dos movimentos reivindicativos de cidadãos negros e suas conquistas políticas como decisivos para a instauração, mesmo que de forma incipiente, de uma linha de pesquisa específica para as populações africanas no Brasil.

Assim, os estudos dos historiadores tradicionais, durante muito tempo, privilegiaram a análise e a discussão sobre grupos majoritários no Brasil. Isso, aliado à existência restrita de trabalhos arqueológicos, no campo da cultura afro-brasileira, concorre para a construção de um conhecimento ainda restrito e parcial nessa área²⁵.

Além das questões anteriormente mencionadas, a historiografia contemporânea registra a existência de quilombos em várias partes do território brasileiro. Tavares (2008) afirma que, na Bahia, o africano praticou todas as formas de resistência à escravidão, desde o envenenamento dos senhores ou de seus familiares à organização de quilombos e à mais alta de todas, as revoltas e os levantes, que chegavam a reunir dezenas de escravos. De forma mais precisa, Mattoso (1992) relata que, entre 1807 e 1835, quase todos os anos foram marcados por revoltas de negros na Bahia. Ilustra que, em maio de 1807, os escravos da nação haussas que viviam no Recôncavo planejaram unir-se aos da cidade para matar seus senhores,

²⁵ Vale considerar que os trabalhos no campo da História evoluíram em termos quantitativos e qualitativos mais do que na área da arqueologia. São várias as razões que explicam essa questão, contudo consideramos como primordial a existência de vários cursos de História no Brasil, enquanto a arqueologia, na academia, foi se construindo de forma mais lenta. Por exemplo, atualmente, na região Nordeste do país, temos apenas quatro cursos de graduação em arqueologia. Dessa forma, considerando que a maior parte das pesquisas são desenvolvidas por grupos de pesquisa estruturados nas universidades, esse número ainda é reduzido para alavancar os estudos arqueológicos nesse país.

envenenar as fontes e, apoderando-se dos navios ancorados no porto, voltar para a África. Narrando sobre a continuidade de novos movimentos de revolta dos negros, enfatiza suas lutas e revoltas, como pode ser observado a seguir:

Denunciados, os cabeças foram condenados à morte, o que não impediu que novas insurreições se sucedessem, em dezembro de 1808 e em janeiro de 1809. Dessa vez, os nagôs e os haussas se uniram e as autoridades tiveram que recorrer ao Exército para atacar o local onde se entrincheiravam, a cinquenta quilômetros da cidade. Nova revolta em 1810, depois em 1814, essa liderada por escravos pescadores que tinham começado por massacrar os contramestres e suas famílias. A infantaria e a cavalaria mataram 56 negros, quase todos haussas, numa verdadeira batalha campal planejada, travada em Itapoã, pequeno porto bem perto de Salvador. As palavras de ordem dos combatentes negros eram: “Liberdade! Viva os negros e seu rei!” e “Morte aos brancos e aos mulatos!”

Em junho do mesmo ano, outra conspiração foi denunciada e reprimida, o que não impediu a eclosão de novos movimentos em 1816 e depois em 1822, 1826, 1827, 1828, 1829, 1830 e 1835. A cada uma dessas revoltas, sem dúvida favorecidas pela recente proclamação da Independência do país, os revoltosos tentavam roubar armas, incendiar entrepostos, libertar seus irmãos do cativeiro. (MATTOSO, 1992, p. 451-452).

Em relação ao caso específico do Quilombo do Urubu, podemos afirmar que, tendo em vista a localização e a posição privilegiada da Baía de Todos-os-Santos, é provável, sim, que tenha sediado, na parte ocidental, um quilombo. Contudo, verificamos que são necessários estudos mais aprofundados sobre essa temática, pois as dúvidas ainda são muitas: o nome da área hoje definida como Parque São Bartolomeu teria tido o nome de floresta do Urubu? Essa afirmação, por exemplo, contradiz a informação de que a Lagoa do Urubu, segundo Bahiana (2010), teria inspirado o nome do Quilombo do Urubu e sua localização seria no bairro do Retiro. Assim, os dados são inconsistentes acerca da localização precisa do Quilombo do Urubu.

Não obstante, tendo em vista o número expressivo de engenhos de açúcar na região da Baía de Todos-os-Santos, a grande quantidade e a diversidade de grupos de escravos negros, as características da mata atlântica e os recursos hídricos dessa região é possível que escravos negros tenham se refugiado e iniciado práticas religiosas, transmitidas de geração a geração, na região denominada de parques de Pirajá e de São Bartolomeu.

A memória oral também faz referência à importância da região da Baía de Todos-os-Santos para o processo de independência da Bahia, conforme pode ser conferido a seguir:

Agora, acho também que o parque é muito importante por outro aspecto que a gente não tem atentado. Quer dizer, a cidadania não tem percebido. A gente até fala mais o poder público, não. As últimas batalhas da independência da Bahia, do 2 de Julho, ocorreram justamente ali. Tanto é que o nosso hino de 2 Julho, aconselho você colocar como anexo da sua tese, fala assim: as lutas do Cabrito e Pirajá... Ou seja, a

importância histórica. Quer dizer, o exército brasileiro está ajudando. Já que ali é a liberdade, a consolidação da independência do Brasil que foi a independência da Bahia, 9 meses depois. Poderia ser ali uma base do exército. Chegar lá e cercar o parque e botar lá, até simbolicamente, o exército fechando e cercado mostraria a importância histórica do espaço.²⁶

De fato, a independência do Brasil ocorreu posteriormente na Bahia e, segundo Azevedo (1998, p. 123), em 1822, na Colina de Pirajá e Cabrito, foi travada a batalha decisiva pela Independência da Bahia.

As tropas dispersas após a vitória do Brigadeiro Madeira de Melo se reorganizaram nos engenhos do Recôncavo. Enquanto uma parte desembarcava nas praias de São Braz e Escada, outra marchava pela Estrada das Boiadas reunindo-se e travando em oito de novembro a sangrenta batalha de Pirajá. Ali jaz sepultado, ao lado de seus soldados, o General Pedro de Labatut, vencedor da batalha.

Tavares (2008) considera que as informações sobre a Batalha de Pirajá ainda são poucas. De acordo com esse autor:

Tudo o que existe é o comunicado de Labatut para o Conselho Interino, datado de 9 de novembro, no qual informa que as forças de Madeira de Melo foram “obrigadas a ceder pelo valor, e denodo das bravas Tropas Pernambucanas, e do Rio de Janeiro, como também pelos soldados da Legião da Bahia”; a carta que escreveu ao ministro José Bonifácio de Andrada e Silva e as notícias publicadas nos jornais *Semanário Cívico e Idade d’Ouro*. (TAVARES, 2008, p. 242).

Por outro lado, foi em decorrência da escassez e imprecisão dos informes que se passou a dar grande crédito à versão de Ladislau dos Santos Titara, autor do poema “Paraguassu” e a quem se respeita como testemunha ocular da campanha militar pela independência, pois exerceu o encargo de registrar “em Livros” toda a correspondência do general Labatut (TAVARES, 2008). Sobre essa questão, esse autor entende que:

Nas informações de Labatut, nas notícias dos jornais *Semanário Cívico e Idade d’Ouro*, aparecem a tenacidade dos oficiais e soldados brasileiros, regulares, milicianos e voluntários, e o erro tático do coronel português Francisco José Pereira, que atacou pela esquerda e abriu para Armações e Boca do Rio, assim enfraquecendo o centro do ataque a Campinas-Pirajá, o que concedeu ao tenente-coronel Barros Falcão (Labatut não participou da Batalha de Pirajá), uma brecha para a ofensiva, ordens de Labatut. (TAVARES, 2008, p. 242).

²⁶ Entrevistado: José Augusto Saraiva, arquiteto e urbanista, Diretor do Grupo de Recomposição Ambiental (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

Não obstante, afirma Mattos (1998) que, em obediência a uma recomendação testamentária, em 4/9/1853, os restos mortais do general Pedro Labatut, lacrados em uma urna de mármore importada da Europa por seu testamenteiro e amigo José Juscelino dos Santos, veterano da independência, foram trasladados, festivamente, para a Igreja de S. Bartolomeu de Pirajá.²⁷

Historiadores, a exemplo de Reis (1998), analisam que a guerra da independência permitiu a formação de aliança entre baianos de várias origens, classes sociais, cor e visão política. Sem dúvida, a ideia era fazer a revolução antes que o povo fizesse. Contudo, foram principalmente os negros e pardos livres que permaneceram em Salvador, enfrentando quase sozinhos os portugueses, depois que os respeitáveis cidadãos escaparam para o Recôncavo.

Já Espinheira (1998) analisa que o relato das origens das festividades do 2 de Julho sofreu transformações ao longo dos anos na Bahia. Dessa maneira, considera que:

Ao se tomar a manifestação comemorativa do 2 de Julho em Salvador, observa-se a presença oficial (governamental) na organização da Festa. A memória, entretanto, registra que essa comemoração surgiu por iniciativa do povo, em 1824, quando um velho caboclo foi posto sobre uma carroça ornada com plantas (inclusive a verde-amarela que se chama, popularmente, de dois de julho) e puxada da Lapinha até o Terreiro de Jesus por um povo ruidoso, alegre e festivo (e por festivo deve-se entender dança e bebedeira; algazarra e farra). Era uma autocomemoração, a vitória do povo, não de autoridades.

Esquecida – quase – a verdadeira origem e o significado das comemorações do 2 de Julho, o registro atual é – também quase – de uma festa político-militar, portanto “heroica”, em que as autoridades civis, militares e eclesiásticas se unem no palanque maior e *peroram ao pé do Caboclo*, enquanto o povo, se quiser, *chora no pé do caboclo*. (ESPINHEIRA, 1998, p. 25, grifos do autor).

De fato, as comemorações do 2 de Julho sofreram muitas alterações ao longo dos anos, entretanto permanece na tradição popular a figura do Caboclo. Em relação a essa questão, Serpa (1998b) entende que a memória dos *Caboclos* associa-se às tradições de Pirajá. Com efeito, nas celebrações desses fatos históricos, os símbolos de libertação e da própria nacionalidade brasileira que têm o máximo destaque vêm a ser a figura de *Caboclos*²⁸.

²⁷ “No dia 1º de julho, o local recebeu o Fogo Simbólico vindo do Recôncavo, representando as vilas revolucionárias instaladas na região. Na principal praça do Bairro, General Labatut, está com seus restos mortais no panteão do local, em homenagem a Pierre Labatut o General Francês combatente da Batalha de Pirajá.” (PIRAJÁ, 2012, p. 1).

²⁸ Essas encontram-se exaltadas, por exemplo, no Monumento à Independência, situado no Campo Grande, e nas estátuas transportadas em carros alegóricos no cortejo do 2 de Julho (o *Caboclo*, a *Cabocla*).

Imagem 14 – Caboclo do 2 de Julho



Fonte: Fundação Gregório de Matos (2009).

Nessa perspectiva e discutindo sobre os símbolos da independência brasileira exaltados pela população brasileira, argumenta Serra (1998, p. 149, grifos do autor):

[...] já nos primeiros momentos da emancipação política do Brasil, o sentimento nacionalista erigiu em símbolo da identidade brasileira a figura (romantizada) do índio. Entende-se assim que, por exemplo, nas comemorações do Dois de Julho, o *Caboclo* seja objeto de um verdadeiro *culto cívico*. Ora, ao que tudo indica, com esse *culto cívico* se relaciona, de algum modo, o *culto religioso* que membros de comunidades dedicadas aos ritos negros na Bahia prestam a personagens da mesma forma concebidos e representados [...] Basta aqui lembrar que a festa máxima dos Candomblés de Caboclo da Bahia se realiza justamente no dia 2 de julho.

Assim, entendemos que a participação de negros e pardos nas lutas pela independência determinou a construção e divulgação desse fato histórico na memória da população baiana, fazendo repercutir, até hoje, nas comemorações cívicas e religiosas com conotações próprias, de acordo com o que foi analisado por Espinheira (1998), Reis (1998) e Serra (1998).

É nesse sentido que são veiculados, na memória da população e nos veículos de comunicação oficial, aspectos cívicos da região de Pirajá. Com efeito, Azevedo (1998) e Mattos (1998) registram a importância da Baía de Todos-os-Santos, mais particularmente da área de Pirajá, como um local de referência histórica importante para a compreensão da história do Brasil. Destacam, por exemplo, a ocorrência de batalhas durante a Sabinada, fato que indica o conjunto de significados construídos e que exaltam o caráter cívico em torno dessa região da cidade de Salvador.

Vale ressaltar, conforme registrado na subseção anterior, que a Bahia atingiu ou aderiu ao Império com atraso de nove meses. Por ocasião do 2 de Julho, em 1823 – data da independência da Bahia –, Dom Pedro já era imperador do Brasil desde outubro de 1822. Dessa forma, Tavares (2008, p. 256) afirma:

Vitoriosos na campanha militar, os proprietários baianos – senhores de engenhos, plantações de cana, fumo e algodão, donos de currais de gado e de milhares de escravos – estavam politicamente divididos. A maioria desejava total adesão ao imperador Pedro I, de quem esperavam força e ordem para garantir a submissão dos escravos. Uma pequena minoria apresentava restrições ao regime monárquico e queria completa autonomia para a província da Bahia, que só deveria se unir ao império em defesa da segurança do Brasil, todavia mantendo sempre o direito de ter o seu próprio Executivo, Legislativo e Judiciário.

Essa divisão, aliada à insatisfação dos oficiais e à circulação de ideias sobre o sistema republicano, provocou uma série de levantes na Bahia e em outras regiões, tendo obrigado o governo do imperador Dom Pedro I a adotar medidas para que a Bahia permanecesse submissa a sua autoridade. Uma delas foi sua visita a esse estado, que tinha totalmente um cunho político e o objetivo de negociar o reconhecimento do império do Brasil (TAVARES, 2008).

Membros da comunidade do subúrbio ferroviário, a exemplo de Sílvio Nascimento Ribeiro²⁹, registram que o imperador Dom Pedro I teria visitado a região de Pirajá. De acordo com Mattos (1998), em Pirajá, D. Pedro I, em 1826, sentiu, de perto, as emoções dos baianos que se bateram com denodo pela causa da independência e souberam sobrepor-se às pequenas paixões políticas do momento. Esse fato é provável, tendo em vista que o imperador estendeu sua visita ao recôncavo, à Cachoeira e à Ilha de Itaparica para conceder-lhes o título de “Leal e Valorosa”, pela participação nas guerras pela independência (TAVARES, 2008).

Alguns aspectos históricos são apontados por Azevedo (1998), que aborda sobre o movimento da Sabinada na Bahia. Vejamos suas considerações:

[...] em 1837, sob a liderança de Francisco Sabino da Rocha Vieira, a Câmara Municipal de Salvador proclamou a Província da Bahia inteira e permanentemente desligada do Governo Central do Rio de Janeiro, adotando a república como forma de governo. Tropas de polícia de Salvador, Santo Amaro, Vila de São Francisco e Cachoeira fiéis ao imperador acamparam em Pirajá, iniciando o cerco à cidade. Só após quatro meses de lutas conseguiram dominá-la e pôr fim à “Sabinada”, salvando o Império. (AZEVEDO, 1998, p. 123).

²⁹ Presidente da Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevistado por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

Com efeito, os fatos retromencionados enfatizam aspectos históricos que teriam ocorrido na região da Baía de Todos-os-Santos. Muitos desses estão presentes na memória oral de antigos moradores e seus descendentes. Ademais, esses acontecimentos também foram trabalhados em determinadas produções bibliográficas, conforme demonstrado, anteriormente.

Justifica-se, assim, a “passagem” de 1837 a 1860 e 1969, na subseção seguinte, tendo em vista que se constituem como períodos importantes para a elaboração de uma “trajetória histórica” dessa área da cidade de Salvador, localizada ao longo da Baía de Todos-os-Santos, atualmente identificada como Subúrbio Ferroviário. Vale ressaltar que os aspectos históricos analisados contribuem para caracterizar o deslocamento e a mudança dessa zona, de área central da cidade para subúrbio no presente.

5.2 SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DA CIDADE DE SALVADOR: ELEMENTOS GERAIS DE CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO SOCIOCULTURAL DO PARQUE DE SÃO BARTOLOMEU

A região do Subúrbio Ferroviário localiza-se na parte ocidental da cidade de Salvador, Bahia, ao longo da Baía de Todos-os-Santos. Segundo Angeoletto (2000, p. 72):

A designação “Subúrbio Ferroviário” não é precisa, pois projeta uma falsa impressão de unidade, de homogeneidade da mancha urbana, quando o que se verifica é o oposto: trata-se de uma região urbana com espaços bastante diferenciados, de bairros estruturados a invasões, onde predomina a quase total ausência de infraestrutura urbana.

De acordo com a delimitação das áreas de jurisdição das Regiões Administrativas da cidade de Salvador, definidas pelo Decreto Municipal n.º 7.791, de 16/3/1987 (SALVADOR, 1987b), a região do Subúrbio Ferroviário de Salvador constitui-se na região administrativa XVI, formada por treze bairros, a saber: Plataforma, Itacaranha, Ilha Amarela, Alto de São João, Escada, Periperi, Praia Grande, Alto de Santa Terezinha, Coutos, Paripe, Base Naval, São Tomé de Paripe e Ilha de Maré.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador, no ano de 2000, apresentava área de 4.214 hectares, população de 262.219 habitantes, taxa de crescimento geométrico de 2,1, densidade populacional de 62,23 e 65.907 domicílios. Com relação às pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes, por rendimento nominal mensal, 17.140 possuíam

rendimento até 1 salário mínimo³⁰, 22.482 entre 1 e 3 salários mínimos, 7.423 de 3 a 5 salários mínimos, 4.894 de 5 a 10 salários mínimos, 1.087 de 10 a 20 salários-mínimos, 216 mais de 20 salários mínimos e 12.588 não têm rendimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

Ao compararmos os índices apresentados com os de outras regiões administrativas da cidade de Salvador, constatamos que a região do Subúrbio Ferroviário é a área administrativa de maior dimensão; possui também o maior índice populacional; a taxa de crescimento geométrico é relativamente baixa, mas positiva; e tem o segundo maior índice de densidade populacional e o maior número de domicílios em relação às demais zonas da administração municipal. Alguns dados levantados pela equipe do Centro de Estudos Socioambientais (Pangea) esclarecem:

O Subúrbio Ferroviário de Salvador, onde se localiza o bairro de Pirajá e o Parque Metropolitano de Pirajá, é um dos vetores de expansão de pobreza da cidade. Do ponto de vista urbanístico, o subúrbio caracteriza-se por possuir habitações em geral precárias; pela ausência de um sistema de saneamento básico; pela baixa qualidade dos serviços públicos, principalmente educação, saúde, transporte coletivo e coleta de lixo; altas taxas de desemprego e subemprego e renda familiar média de dois salários mínimos. (CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS, 1997, p. 4).

Em linhas gerais, verificamos que a região do subúrbio ferroviário é uma zona urbana complexa, com problemas graves, principalmente no que concerne às questões socioeconômicas. Podemos considerar que tal complexidade expressa-se ainda na sua dimensão, composição, diversidade, ocupação e historicidade. De início, observamos, no depoimento do Presidente da Associação de Amigos de São Bartolomeu, Sílvio Ribeiro³¹, a necessidade de chamar a atenção para as especificidades e importância de cada um desses bairros que fazem parte desse conjunto que se convencionou denominar, de forma homogênea, subúrbio ferroviário. Nesse sentido, na sua descrição do subúrbio ferroviário, ele enfatiza o valor histórico dessa região da cidade de Salvador, considerando que todos os bairros mencionados são repletos de significações históricas e culturais. Para tanto, argumenta:

³⁰ Lembramos que, no ano de 2003, o salário mínimo brasileiro era R\$ 240,00, o que correspondia aproximadamente a 80 €. Atualmente, o salário mínimo de referência em janeiro de 2013 é de R\$678,00 – 226 €.

³¹ Entrevistado: Sílvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

Com essas pesquisas, eu comecei a descobrir o subúrbio e a importância dos bairros. Calçada, onde tinha um aldeamento, depois veio a linha férrea e se implantou a estação de trem da calçada, onde começou todo o desenvolvimento com o interior da Bahia, fazendo a ligação do interior da Bahia pra cá. No Lobato, a descoberta do petróleo, Getúlio Vargas teve lá e tudo mais. No Alto do Cabrito, um engenho de açúcar que existiu em São Bartolomeu também. O forte da passagem é aldeamento indígena em São João do Cabrito. São Bartolomeu a riqueza ambiental. Plataforma, a fábrica têxtil que praticamente empregou toda a população de plataforma. A fábrica se desenvolveu próximo da linha férrea fazia e levava a carga pra o interior da Bahia. Itacaranha onde eu morava, a importância da questão indígena. Ita – pedra; Ranha - peixe. Periperi também a questão indígena. A população que se estabeleceu ali, em cima do galpão de manutenção dos trens que tinha em Periperi. Paripe e daí por diante. Todos os bairros. Pirajá, por exemplo, a independência. Escada uma igreja de 1558, uma das primeiras igrejas de pedra.³²

Essa narrativa evidencia uma preocupação por parte desse membro associativo em destacar elementos históricos significativos e representativos de cada bairro da região do Subúrbio Ferroviário, principalmente como forma de valorizar a região e não apenas o Parque de São Bartolomeu³³. Esse representante demonstra suas preocupações, sobretudo com relação às iniciativas que contemplam apenas determinadas áreas do Subúrbio Ferroviário. Com efeito, observamos a necessidade de um projeto amplo para essa zona administrativa da cidade de Salvador, principalmente se considerarmos os índices socioeconômicos que foram apresentados.

Entendemos que projetos parciais e fragmentados funcionam apenas de maneira pontual e não contribuem para o desenvolvimento do espírito de cidadania da população local. Isso se verifica com relação à proteção e preservação do Parque de São Bartolomeu, que necessita de uma intervenção com a participação da população local. Assim, não é suficiente uma reforma e a implantação, de fato, do parque, mas é preciso estruturar e desenvolver ações a curto, médio e longo prazo que possam utilizar o espaço do parque junto com as comunidades circunvizinhas como instrumentos de desenvolvimento local.

5.2.1 Recursos naturais: mata atlântica, rios, cachoeiras e as práticas do candomblé

O Parque de São Bartolomeu integra a bacia do Rio do Cobre, cujas nascentes localizam-se entre os altos de Paripe, Periperi, Valéria e Pirajá e apresenta um relevo de

³² Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

³³ Inclusive, essa foi uma das razões da dissidência entre o presidente da Associação de Amigos do Parque São Bartolomeu (AASB) e outras associações, como, por exemplo, o Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb), como veremos na seção 6 desta tese.

colinas e espigões entrecortados pelo vale desse rio. Essas colinas são constituídas por grandes blocos de rocha e o rio do Cobre forma a cachoeira que leva o mesmo nome. O rio possui dois afluentes na margem direita: o primeiro, ao norte, dá origem a uma cascata com mais de 20 m de altura, denominada de São Bartolomeu ou *Oxumaré*; o outro, ao Sul, o riacho Mané Dendê, com nascente fora do sítio, forma, antes de encontrar o rio do Cobre, duas cachoeiras: a de *Oxum* e a de *Nanã*. Em relação à cobertura vegetal do sítio, o parque é remanescente de uma floresta tropical formada de árvores de grande porte, contrastando com o manguezal arbustivo.

De maneira geral, as práticas religiosas do candomblé articulam-se de forma direta com os elementos da natureza – rios, lagos, árvores, pedras, folhas etc. Essa constatação nos permite entender a representação do domínio das florestas como sagrado, constituindo-se em elemento comum às religiões africanas difundidas na Bahia (SERRA, 1998).

Tudo indica, pois, que a área de Pirajá tenha sido cenário, pelo menos desde o início do século XIX, de manifestações religiosas dos negros. Finalmente, não é descabido supor que a percepção do sítio como um espaço especialmente marcado pela presença negra, em circunstâncias nas quais essa assumiu um considerável vulto histórico, tenha configurado um registro particular na memória do povo, no esquema da sacralização (SERRA, 1998). Verificam-se, principalmente, na memória oral, nas narrativas sobre romarias na região de São Bartolomeu, como pode ser constatado nos depoimentos a seguir:

Fui várias vezes em São Bartolomeu, mas era onde descia água ali. No parque não. Era no mato. Era mato que só ia, no dia de festa assim, o pessoal ia pra fazer candomblé e descia aquela água ali. Várias vezes eu fui. Já estava crescida. Tava uma moça, já. Que eu fui com umas tias minhas tomar um banho lá em São Bartolomeu que disseram que aquela água... Tinha a cachoeira que a gente tomava banho primeiro, pra depois ir tomar a água que diz que é água benta não podia ir com o corpo suado. Aí, fui. Era cercado, tinha um porteiro que tomava conta. A gente pagava duzentos réis pra entrar. A gente tomava banho na primeira cachoeira. Na cachoeira, tinha uma pedra grande que a gente passava e ia pra os milagres, que chama os milagres. Era outra cachoeira e lá tomava banho porque dizia que era água benta. O pessoal batia candomblé, botava presente, tinha uma pedra enorme que era cheia de negócio de milagre, grampo, misse, pente tudo que o pessoal sentia e botava lá.³⁴

Bom, eu nasci nos Alagados, lá embaixo nos Alagados velho. Nos Alagados lá direto, Massaranduba, Uruguai. É eu nasci ali na Rua do Sebastião Leme e ao lado da baixa do petróleo. O parto foi feito por uma parteira da casa que se chamava de Vogão, uma adepta do candomblé, porque o lugar onde eu nasci era o terreiro Tumbadomar que era o terreiro da minha avó e que era um terreiro filho do terreiro Tumbajussara que fica lá na vila América. Eu nasci e me criei nesse terreiro, não é? E como todo jovem de

³⁴ Entrevistado: Lucila Ferreira da Conceição (Caboco Linha), Empregada Doméstica. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 26 de maio de 2003.

periferia com todos os problemas da periferia ou com todas as possibilidades da periferia e logo assim, sendo adepto de família do candomblé e segundo a lógica de toda a família, conheci os lugares sagrados do candomblé. Então, o dique do Tororó, o Abaeté, ainda pequeno. Eu nasci em 1970, o Abaeté e também o Parque São Bartolomeu, onde por vez, havia alguma coisa a ser feita aqui.³⁵

Fragmentos e registros da memória oral são importantes para compreendermos aspectos da história desse espaço, marginalizado pela história e as instituições oficiais de proteção e preservação das áreas verdes representativas para os membros das comunidades afro-brasileira, como veremos, a seguir, nos depoimentos apresentados por Serpa (1998b, p. 69):

No meu tempo, a gente fazia romaria. Eu mesmo, depois que fiz o santo, a romaria da gente, depois do Senhor do Bonfim, a gente foi passear o dia todo, as iaô do meu pai de santo, tudo foi prá lá passar o dia [...] Ia tomar banho quem era da seita. Mas chegou ali, molhou a cabeça, já tava indo simhora porque o orixá pegava. (Dona Léó, terreiro Obá-Kisê).

A gente saía de nossa casa com as obrigações e quando chegava lá, antes de chegar nos milagres, a gente ia tomar um banho de asseio naquela cachoeira que corre naquelas primeiras pedras, descendo a ladeira de Pirajá. A pessoa tomava banho ali prá dali partir para os milagres de São Bartolomeu. (Joselito, Terreiro Taiti).

No princípio dos anos 40, eu era menino ainda, me lembro da minha primeira participação, junto com a comunidade, das caminhadas ao São Bartolomeu, costume que já se verificava antes dos meus avôs [...] ali, sob as águas da cachoeira, éramos batizados [...] Todos, se deliciavam com as frutas do local e lanches que cada um havia levado. No final do dia, retornávamos com a alma leve e pura. Na volta, os comentários giravam em torno de como o outro vira o arco-íris de dentro da cachoeira. Essas caminhadas se repetiam no mínimo duas vezes por ano. (Everaldo Duarte, Terreiro do Bogum).

As narrativas apresentam aspectos das práticas desenvolvidas no Parque de São Bartolomeu. O primeiro que destacamos diz respeito à descrição do lugar como um espaço de grande dimensão e vegetação exuberante e diversa. No caso de *Caboco Linha*, quando é questionada sobre suas idas ao parque, ela desconstrói essa ideia, afirmando que ia à floresta, ou seja, na sua concepção, não estava presente a noção de unidade administrativa, mas a de um espaço “virgem”, denso, amplo e verde. Entretanto, vale registrar a importância desse tipo de local, com características de natureza pouco exploradas para a realização dos rituais afro-brasileiros. Ainda Segundo *Caboco Linha*, a área de realização dos rituais do candomblé ou, de acordo com suas palavras, *onde se batia candomblé*, era pago. Ao que tudo indica, seria o barracão, local também definido por Joselito, do Bagunção, como a cabana do caboclo.

³⁵ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

Vale ressaltar que *Caboco Linha* foi iniciada no candomblé pelas tias, conforme registrado por ela mesma, no seu depoimento, e continuou nessa religião durante muitos anos. Ela conhece as áreas do Parque de São Bartolomeu e as representações dos lugares, de acordo com sua simbologia. De fato, recebeu o apelido *Caboco Linha* por sua relação com o lugar e os rituais desse culto. Chama-nos a atenção, contudo, a expressão “*caboco*”, associada também à cultura indígena. Nesse sentido, a citação de Serra (1998, p. 148, grifo do autor) a propósito dos ritos negros na Bahia é ilustrativa: “Sabe-se, com efeito, que nos ritos negros da Bahia os *Caboclos* são objeto de culto especial: figuram divindades representadas segundo a percepção popular dos indígenas brasileiros.”

Percebemos, assim, em relação aos rituais realizados na região do Parque de São Bartolomeu, seu caráter miscigenado, que remete às tradições culturais de grupos étnicos indígenas e afro, transmitidas intergerações e que permanecem na memória dos descendentes dessas etnias, assumindo, atualmente, características peculiares, tendo em vista mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas ao longo da história.

Outro aspecto que destacamos refere-se à descrição dessas práticas religiosas pelos entrevistados. Para os adeptos do candomblé, era necessário recorrer inicialmente ao “banho de asseio”, para limpeza e purificação do corpo e da alma, antes de se dirigir para “os milagres”. Eles se referem à “força” do lugar, ou melhor, ao “axé”, responsável pelas incorporações dos orixás. Não é por acaso, portanto, que Serpa (1998b, p. 69) afirma:

[...] os descendentes dos escravos africanos de diferentes nacionalidades (principalmente da Nigéria, Benin, Angola e Congo) se afirmaram como principais usuários do Parque São Bartolomeu. Através da prática contínua de romarias, oferendas, banhos de asseio, batizados e sacrifícios e da estreita ligação do culto com a natureza, o Parque tornou-se morada dos deuses africanos.

Os adeptos da religião do candomblé utilizam espécies vegetais do Parque de São Bartolomeu em práticas medicinais e na realização de rituais. Nesse sentido, a análise de Barros e Teixeira (1998, p. 83, grifos dos autores) é esclarecedora:

As “cantigas de folhas” – *Korin ewe* – são aquelas destinadas a invocar o axé e a apregoar as virtudes atribuídas a cada espécie vegetal. Num contexto onde se verifica a imprescindibilidade das plantas, atestada pelo seu uso recorrente em todas as cerimônias religiosas e pelo dito *kosi ewe*, *kosi Orixá* (sem folhas, não há Orixá) essa é reforçada pelo sigilo que cerca a sua coleta, seu emprego litúrgico e uso em preparações de beberagens, chás e banhos. O “segredo das ervas” diz respeito a um sistema de classificação próprio e ao poder que lhes é atribuído enquanto portadoras de *axé* e propiciadoras do estabelecimento da relação entre seres humanos e divindades.

Fica claro que o parque, para os adeptos do candomblé, é um espaço sagrado cujo conjunto de significações foi sendo construído na experiência cotidiana dos grupos sociais e transmitido para seus descendentes. Os membros dos terreiros de candomblé são responsáveis por preservar esse elenco de conhecimentos e vivências transmitido oralmente. Assim, vale explorar um pouco mais as articulações existentes entre o candomblé e a natureza, como forma de compreendermos, de forma mais contextualizada, a relação dos adeptos dessa prática religiosa com o espaço do Parque de São Bartolomeu.

5.2.2 Natureza e religião: o parque como espaço dos cultos afro-brasileiros

De forma genérica, os cultos afro-brasileiros têm uma relação direta com a natureza, conforme demonstrado. Os elementos naturais são dotados de significados diversos, de acordo com códigos socioculturais construídos ao longo das trajetórias históricas de cada etnia. Nessa perspectiva, analisa Serra (1998, p. 149-150):

Além de ser extremamente difundida – entre as populações africanas de cujo acervo cultural derivaram os adeptos dos chamados cultos afro-brasileiros, os elementos fundamentais do seu sistema de crenças – a consideração das florestas como um meio sagrado, no mesmo contexto é comum atribuir a certos tipos de acidentes geográficos, como cursos d'água, cascatas, rochas eminentes e mais ou menos isoladas, o caráter de hierofanias.

Na visão do autor citado, o candomblé expressa uma relação intensa entre homem e natureza, ao sacralizar alguns espaços físicos do cotidiano, dando-lhes novos significados e modificando a percepção dos seus praticantes. Ademais, os deuses podem adquirir forma humana. Durante os rituais, por exemplo, os orixás podem manifestar-se no transe. Assim, Serpa (1998b, p. 71) discute sobre a relação entre candomblé e ecologia:

[...] os ritos são a expressão de uma cosmologia e visão de mundo precisas: todas as ações dos praticantes em ambientes naturais devem ser explicitadas e melhor entendidas, já que exprimem um profundo sentido estético, religioso e, por que não dizer, ecológico. Os sacrifícios e as oferendas aos deuses, as romarias às cachoeiras sagradas e a coleta de plantas rituais mostram uma ligação bastante forte do candomblé com a natureza, dão novos significados aos espaços e elementos naturais e fazem desses ambientes locais de morada de Oxumaré (orixá do arco-íris), Nanã (orixá da lama, das águas subterrâneas e dos pântanos), Oxum (orixá da água doce e da fertilidade), Obaluaê (orixá das doenças que mantém estreitas ligações com a terra e os troncos das árvores) e Tempo (orixá bantu da caça).

Entretanto, nas últimas décadas, principalmente a partir de 1980, uma polêmica tem envolvido a questão do candomblé e suas práticas com a preservação do meio ambiente. Tal

fato advém da necessidade de implantação de novos hábitos em relação ao meio ambiente, da ausência de uma compreensão mais aprofundada sobre as práticas do candomblé no quadro da sociedade baiana, de atitudes preconceituosas em relação a essa religião que têm se acentuado nos últimos anos, sobretudo pelo aumento do número de adeptos da religião evangélica, que considera demoníacos e satânicos os rituais e as práticas do candomblé.

Recorremos à fala de alguns depoentes sobre a natureza das questões que envolvem o candomblé, preservação do meio ambiente e discriminação.

Por exemplo, se você vai entregar uma oferenda no dique do Tororó, você não pode. Porque a Prefeitura faz a limpeza e proibiu determinadas coisas ali. Então, o que o pessoal faz? Chega lá e coloca mesmo. Ou, então, vai pra um outro lugar mais distante pra fazer o ritual. Isso é uma grande estória.

Cada parte do parque tem seu significado. O rio tem seu significado, o mangue tem seu significado, a mata tem seu significado. Tudo tem seu significado. Então, em cada lugar do parque, os terreiros vão e cultuam esses orixás e é o pessoal não sabendo disso, sempre discrimina e diz: chegou ali e botou no meio do caminho, mas ali existe um significado. Então, por isso que existe esse preconceito da questão da religião ligado ao parque.

Mas os terreiros vão lá, determinados horários colocam suas oferendas, colocam os seus despachos, levam os filhos de santo. Seja no rio, na floresta, no mangue, na encruzilhada, onde for.

E essa proteção que eles tã dando às áreas, eles estão expulsando a religião afro-brasileira do espaço, que é um espaço que tá ligado, a religião tá ligado com toda cultura indígena, a ligação com o meio ambiente. Porque antes, nos parques, existia toda uma fauna, que fazia todo esse ciclo. Se você coloca uma oferenda numa determinada região em que tenha aqueles animais, eles vão completar o ciclo. De comer o que foi colocado. Isso faz parte da religião, porque tá ligado à questão ambiental. A religião tá ligada à questão ambiental.

E aí, quando há toda uma proteção da área, quando há todo esse policiamento existente, não dá essa liberdade religiosa da prática e a gente tem que estudar com muita delicadeza, porque a polícia não compreende isso, o governo não compreende e isso, vem se verificando em todas as áreas dos parques da nossa cidade. Então você destrói praticamente toda uma cultura se você não respeita isso. Eu já vi assim terreiros assim que não vão aos parques e cultuam nos fundos dos seus quintais, tudo que antes era feito dentro dos parques e isso é péssimo.³⁶

Então, a gente começou a fazer alguns plantios, mas isso não... É um trabalho que tem que ser feito com muita articulação, porque até articulação com o povo do candomblé precisa de um trabalho bem amíúde porque pra própria fé, porque existem plantas que são irmãs ou plantas amigas e plantas inimigas, determinadas plantas não podem ser plantadas juntos de outras porque gera energias. E eu acho que deve respeitar isso. Porque deve existir fenômenos científicos ou mesmo energéticos. Então tinha isso, a gente não saber muito e plantava determinada árvore e depois tinha que tirar. Ou seja, também por outro lado, o poder público sempre foi negligente com o parque São Bartolomeu, porque se mal cuidava do parque da cidade quiçá do Parque São Bartolomeu. Precisa de muito empenho por parte do poder público e das comunidades ao redor, exigir deles. Por outro lado, como são regiões muito carentes, o pessoal lá na

³⁶ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

região, são dez bairros que disputam o território. Tem bairros que têm várias associações e disputam entre si a primazia de seu porta voz.³⁷

A análise de Sílvio demonstra que a questão entre o candomblé e os espaços dos parques é complexa e, de modo geral, não tem sido compreendida pelas pessoas, principalmente pelos representantes dos poderes públicos. O relato de Saraiva também confirma que há consequências em relação ao fato de o candomblé ter sido uma religião que, ao longo dos anos, esteve associada à etnia negra, considerada hierarquicamente inferior, no quadro da sociedade brasileira. Isso também contribuiu para a construção de preconceitos diversos em relação a essa prática religiosa. Sílvio afirma que a posição dos adeptos sobre essa questão é dúbia, na medida em que alguns praticantes continuam realizando seus rituais e, portanto, chegam a descumprir as determinações em relação aos agentes que administram os parques e não mudaram os lugares onde praticavam suas oferendas.

É óbvio que alterações importantes estão ocorrendo, tendo em vista o conjunto de significados construídos historicamente e transmitidos pelos descendentes de grupos étnicos negros sobre a relação com o espaço atualmente definido como parque. O fato é que esse lugar (parque) possibilita a compreensão de uma série de referenciais históricos, sobretudo para grupos de origem indígena e afro-brasileiro, mas qualquer mudança realizada nesses territórios contribui para a desconstrução de aspectos significativos no conjunto das tradições da Bahia.

Trazemos como exemplo a opinião de Joselito, a seguir, que remete à necessidade de refletirmos sobre a questão mencionada de forma bastante cuidadosa:

Bom, os terreiros também precisam de um trabalho de ajuste. Porque o candomblé em si, ele já é uma religião ambiental, mas com o advento do plástico, nego vai fazer um trabalho, e o que vai ser arriado ali são todas coisas naturais biodegradáveis e pela quantidade que é usado não chega a degradar a natureza, pelo contrário até aduba. Mas, quando você vê com esse trabalho que é milho, feijão, vela no maço de plástico aí acabou tudo. Então, se é num cesto de palha vai ser degradado, se é na coisa de barro não vai ter problema. O problema foi a entrada do plástico nessa história.³⁸

A fala de Joselito reflete que há a necessidade de mudança, ou melhor, de adequação de algumas práticas religiosas do candomblé. Um dos problemas é a proibição ou definição de áreas para realização de rituais, com base em critérios administrativos formais sem o real conhecimento da natureza dessa religião. Como foi ressaltado por Saraiva, no seu

³⁷ Entrevistado: José Augusto Saraiva, arquiteto e urbanista; Diretor do Grupo de Recomposição do Meio Ambiente (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 15 de maio 2003.

³⁸ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

depoimento, as relações existentes demandam a construção de um diálogo permanente entre os grupos interessados no processo de preservação e proteção desses territórios e representantes dos órgãos públicos, como forma de respeitar as tradições que dão identidade aos lugares e, ao mesmo tempo, podem também conservar os recursos ambientais.

5.2.3 Parque de São Bartolomeu e Parque de Pirajá: áreas de proteção do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador

Analisaremos, nesta subseção, as principais ocorrências do ponto vista social, econômico e político que contribuíram para mudanças expressivas em relação à posição do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador, de local privilegiado para subúrbio, conforme registro anterior. Já na segunda década do século XX, foi construída pelo Governo do estado da Bahia, em 1929, a barragem do Rio do Cobre, na área de Pirajá, que se constituía e ainda representa uma fonte de abastecimento de água da cidade de Salvador.

A localização privilegiada, as praias apropriadas para o banho de mar, a vegetação rica e diversificada determinam um conjunto de grande beleza natural que contribuiu também para a seleção dessa área de Salvador como espaço de lazer e repouso da elite baiana. O subúrbio ferroviário, durante muitos anos, assumiu a função de área de veraneio de famílias abastadas da capital do estado da Bahia, que construíram belas casas de praia. Além disso, descendentes de etnias indígenas e negras permaneceram nessa região, estruturados em grupos diversos e heterogêneos. Sobre essa região e suas primeiras transformações no período da década de 1970, a descrição a seguir é esclarecedora:

Até 1970 o local era formado por lugarejos, comunidades tradicionais de pescadores e veranistas que aproveitavam a pesca farta e as belezas das praias e enseadas banhadas pelas águas calmas da Baía de Todos-os-Santos. A linha do trem da antiga Leste (Viação Ferroviária Leste Brasileiro), inaugurada em 1860, fez com que as pessoas conhecessem melhor essa linda parte de Salvador. (FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS, 2012, p. 1).

Todavia, a região do subúrbio ferroviário sofreu transformações importantes advindas, sobretudo, do processo de industrialização, que influenciaram sua evolução urbana. A análise de Espinheira (1998, p. 26, grifos do autor) enfatiza alguns valores dessa zona da cidade de Salvador:

O Subúrbio Ferroviário, como visto, foi um espaço *nobre* de Salvador, no tempo em que a Cidade ainda não tinha sofrido as grandes transformações que vieram dela fazer, nos anos 70, província e metrópole, simultaneamente. O conceito de subúrbio

era o do afastado, mas acessível e ao mesmo tempo o do não-acessível às categorias populares e aí têm-se as praias. Era no tempo do ideal bucólico em que os grupos de alta renda se avizinhavam – e não mais que isso – de colônias de pescadores e de pequenas comunidades suburbana e viviam o sossego da paisagem da Baía de Todos-os-Santos e do distanciamento respeitoso e estratégico das comunidades próximas. Eram assim as praias dos Subúrbios Ferroviários; eram assim as localidades de Plataforma, Escada, Paripe, Periperi e tantas outras.³⁹

Esse cenário “natural” teve seu processo de transformação, sobretudo, com a construção do Centro Industrial de Aratu, no final dos anos de 1960, e do Polo Petroquímico de Camaçari. Angeoletto (2000), analisando o subúrbio ferroviário, afirma que a transição da economia agro-exportadora para a industrial marca o primeiro impulso de urbanização da área. O setor agrícola é desestruturado e desenvolveu-se o setor secundário. Os estímulos em relação à industrialização da região foram acompanhados do desenvolvimento de uma urbanização desordenada e imigração de uma mão de obra operária, que via no subúrbio uma opção de moradia nas proximidades do trabalho, além da possibilidade de adquirir uma habitação própria.

Ocorreram mudanças de ordem econômica e social que foram configurando-se ao longo da década de 1970, nessa região do subúrbio ferroviário, destacando-se, principalmente, o processo de imigração, estimulado também pela construção da Avenida Afrânio Peixoto, também conhecida como Suburbana, constituindo-se até hoje como o principal acesso rodoviário a essa zona da cidade.

Vejamos o depoimento de Sílvio Ribeiro⁴⁰ a propósito de sua chegada na região do subúrbio ferroviário na década de 1970:

Eu cheguei no subúrbio com três anos de idade, em 1971. Morava na Liberdade. No subúrbio, a avenida suburbana não tava totalmente construída ainda. Aquela avenida toda que você pegou quando você foi lá. Tinha uma parte dela, e pra gente foi um momento bem diferente, porque a gente saiu de um mundo que o bairro da liberdade, você conhece né? Tudo quanto era coisa tinha ali, as pessoas que a gente conhecia. Olhando pra trás, toda a nossa infância ficou um pouco. E a partir de três anos de idade, a gente começou a perceber o caminho que a gente percorreu até chegar lá. Era um caminho distante 40 km, 50 km do centro da cidade. E o que mais fascinou a gente foi um lado da cidade que a gente não conhecia; um lado bonito e a gente nunca tinha tido acesso, por exemplo, assim, a um manguezal, né? E o que margeava toda a estrada era manguezal. Mar do lado esquerdo e do lado direito, a mata não tão densa, mas também existente e alguns moradores, algumas casas já sendo construídas na borda da suburbana. E pra gente chegar ao lugar onde meu pai tinha comprado a casa, nós tivemos que fazer um grande arroteio.

³⁹ A região do Subúrbio Ferroviário ainda goza desse ideal bucólico, principalmente em bairros como a Ribeira e a Base Naval de Aratu. Esta última vem sendo utilizada pelos dois últimos presidentes da República Federativa do Brasil como local de férias e repouso.

⁴⁰ Entrevistado: Sílvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

É interessante verificar a descrição apresentada pelo depoente, pois ilustra, já nesse período, ou seja, em 1971, o processo de construção de casas, de maneira irregular, ao longo dessa via de acesso rodoviário. Em relação ao desenvolvimento urbano da cidade de Salvador, Espinheira (1998, p. 27) argumenta:

Salvador fez-se à imagem do que havia sido planejado no final dos anos 40, pelo escritório do engenheiro Mário Leal Ferreira, o famoso Escritório para a feitura do Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS), com suas avenidas de vale e, sobretudo, com toda a expulsão da pobreza da orla Sul/Norte da Cidade para o interior geográfico – o “miolo de Salvador”. Foi uma estratégia de “purificação” da paisagem urbana. Nesse processo, a antiga Península da Ribeira, zona industrial velha, e outros trechos dos velhos bairros do Bonfim, Roma, Mares e Calçada, pelos quais se chegava aos subúrbios ferroviários, também entraram em decadência. O urbanismo soteropolitano foi orientado para a riqueza e deixou, como por tradição, aos pobres a pobreza.

Espinheira (1998) demonstra que o crescimento de Salvador e de sua Região Metropolitana redefiniu radicalmente a configuração espacial da cidade, sobretudo para as camadas sociais emergentes e dos recém-chegados, como forma de integrar a mão de obra e a direção das indústrias modernas implantadas. De fato, ao longo do processo de formação e desenvolvimento da cidade de Salvador, a região do subúrbio ferroviário deixou de ser centro para ser periferia, em decorrência de uma nova configuração político-espacial, cujos interesses voltavam-se para o litoral atlântico norte, sendo essa área também objeto de interesse de determinados grupos ambientalistas, conforme salienta Saraiva⁴¹ em seu depoimento:

O Germen tava no foco ligado ao litoral norte e ao atlântico. Talvez, acho que a gente pode até analisar a origem do Germen, uma origem universitária, grupos de classe média e tal. Nossa tendência, nossas praias eram essas, nosso caminho era esse. Então, a gente começou a lutar por Pituçu, Abaeté, Rio Vermelho, zoológico.

A narrativa expressa que os grupos ambientalistas possuem uma linha político-ideológica definida com base na origem de seus participantes. Isso também se refletiu no caso do Parque de São Bartolomeu, que conta com organizações que atuam na proteção e preservação do espaço constituídas por membros da população local. Claro que o parque é motivo de preocupação das associações ambientalistas, contudo as ações permanentes e o compromisso cotidiano na luta por sua preservação são expressos nas atividades da comunidade do subúrbio ferroviário. Uma cidade seleciona seus espaços em razão e função

⁴¹ Entrevistado: José Augusto Saraiva, arquiteto e urbanista; Diretor do Grupo de Recomposição do Meio Ambiente (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 15 de maio de 2003.

das forças sociopolíticas em jogo. Uma cidade é constituída de *lugares*, e lugar significa espaço capaz de conferir identidade (ESPINHEIRA, 1998).

É nesse sentido identitário que surgem as iniciativas em prol da criação do Parque Metropolitano de São Bartolomeu. O primeiro Decreto Municipal de que se tem notícia sobre o Parque Metropolitano de Pirajá é o de número 4.355, de 8/11/1972 (SALVADOR, 1972a), estabelecendo essa área como de proteção especial do Poder Público, com a denominação de *Parque Histórico de Pirajá*. No documento, enfatiza-se o valor histórico desse território, sobretudo no que diz respeito ao fato de ter sediado batalhas importantes para a consolidação da emancipação política do Brasil, conforme já discutido.

Três anos após, em 13/3/1975, a Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador, pelo Decreto n.º 4.756 (SALVADOR, 1975), delimita as áreas de propriedade particular e do domínio público tombadas para fins de incorporação ao “Sistema de Áreas Verdes do Município”, incluindo o Parque em torno da barragem do rio do Cobre e o Parque de São Bartolomeu.

Com a aprovação do plano geral das áreas de represa do rio do Cobre, em 28 de abril de 1978, pelo Decreto Municipal n.º 5.363 (SALVADOR, 1978b), cria-se, finalmente, o Parque Metropolitano de Pirajá, tendo sido estruturado em três áreas fundamentais, a saber: Zona de Proteção Ecológica, com 994 hectares; Zona do Cinturão de Proteção, perfazendo 498 hectares; e Área do Cinturão de Proteção Cívica, com 58 hectares. O Parque Metropolitano de Pirajá totaliza, portanto, uma área de 1.550 hectares, contudo, de acordo com a legislação citada, define-se o Parque de São Bartolomeu como uma área de domínio público *não-edificável*, com área de 75 hectares, fazendo parte das áreas verdes do município de Salvador e integrando a zona de proteção ecológica do Parque Metropolitano de Pirajá.

Do ponto de vista da legislação citada, constata-se uma distinção entre o Parque de Pirajá e o Parque de São Bartolomeu. Ou seja, o segundo insere-se no primeiro e possui área bastante reduzida. Além disso, manifestam-se nesses documentos oficiais, sobretudo, valores cívicos relacionados às lutas pela independência da Bahia, conforme salientado.

5.3 MOVIMENTO PELA PRESERVAÇÃO E SUA ARTICULAÇÃO COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL: PATRIMÔNIO AMBIENTAL, URBANO E RELIGIOSO

Na década de 1980, teve início o movimento de proteção e defesa do Parque de São Bartolomeu. Alguns participantes dessa ação esclarecem que o estopim foi uma decisão do Prefeito na época – Renan Baleeiro – de lotear o parque para estruturar moradias. Em nota publicada no Jornal A Tarde do dia 11/8/1982, consta o seguinte texto:

Objeto de muita polêmica, o Parque foi ameaçado de desapropriação para dar lugar à instalação de famílias sem residências, mas os representantes dos cultos afro lutaram para preservar o que consideram um local sagrado para suas práticas religiosas, chegando agora ao convênio que dará condições a que seja construído o Templo dos Orixás no local. (PREFEITURA..., 1982, p. 3).

A decisão desse gestor público provocou a reação de membros da comunidade afro-brasileira, artistas, ambientalistas e da população da cidade de Salvador, sob a forma de protestos, artigos em jornais, reuniões com associações de bairros e grupos afro. Vale ressaltar que os próprios beneficiários do loteamento mencionado no artigo citado negaram-se a habitá-lo, justificando sua atitude com o argumento de que o Parque era morada dos orixás – divindades do candomblé – e esses não queriam correr o risco de profanar uma área sagrada (SERRA, 1984).

As reações repercutiram, tendo surgido como proposta a criação de um convênio entre a Federação Baiana dos Cultos Afro-brasileiros (Febacab) e a Prefeitura da Cidade de Salvador, visando à implantação de um Conselho Administrativo para o Parque de São Bartolomeu. De acordo ainda com matéria publicada no Jornal A Tarde de 23/8/1982 (SÃO BARTOLOMEU..., 1982), o conselho deveria ser composto por um representante do Centro de Estudos Afro-Orientais, um membro do Órgão Central de Planejamento, um membro da Superintendência de Parques e Jardins, um membro da Febacab, um membro da Fundação Museu da Cidade de Salvador, além de ser presidido pela Mãe de Santo Menininha do Gantois, tendo como vice-presidente o escritor Jorge Amado. A principal atribuição desse órgão seria a análise e proposição de normas para regulamentar o uso do parque⁴².

É importante ressaltar que, já no início da década de 1980, tendo em vista as reflexões produzidas por intelectuais brasileiros preocupados com a questão da preservação da diversidade cultural brasileira, brotavam, com a participação da sociedade civil, reflexões sobre a natureza do patrimônio cultural brasileiro e a necessidade de preservação de aspectos culturais associados a outras etnias que não apenas a etnia branca e aristocrática brasileira⁴³.

Nessa mesma linha de argumentação, analisando a questão dos monumentos negros na Bahia, Serra (2005) reflete sobre o *Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia* (MAMNBA), explicando que teve início em 1981, com a proposta de realizar um levantamento e propor medidas eficazes para a proteção do acervo afro-brasileiro da cidade

⁴² Os depoimentos orais coletados e os documentos da Prefeitura consultados não registram atividade desse Conselho. Parece, então, ter sido criado com um propósito político, para marcar uma posição expressiva com a inserção de diversos e ilustres membros da sociedade baiana.

⁴³ Essa questão foi analisada de forma mais detalhada na seção 3 deste trabalho.

de Salvador. Esclarece ainda que o referido projeto foi executado por uma equipe da Prefeitura Municipal de Salvador⁴⁴ e a metodologia adotada pela equipe optou por:

[...] uma análise de levantamentos anteriores, feitos em diferentes épocas, da distribuição dos centros de culto afro-brasileiro na cidade de Salvador, passando a um estudo sincrônico da mesma, com base na relação dos terreiros afiliados à Federação Baiana dos Cultos Afro-Brasileiros (Febacab) e em dados complementares colhidos em campo. Estudou-se essa distribuição levando em conta o recorte analítico do complexo urbano de Salvador em unidades espaciais definidas segundo o Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Plandurb); foi considerada ainda a categorização dos centros em apreço de acordo com o indicativo das “nações” em que o próprio povo-de-santo os classifica. (SERRA, 2005, p. 174-175).

Com efeito, o Projeto MAMNBA, no que se refere ao Parque de São Bartolomeu, destaca-se por vários aspectos. Inicialmente, por tratar esse espaço como um sítio religioso e patrimônio histórico-cultural, caracterizando-o como espaço de identidade para os afro-descendentes. Em seguida, pelo fato de adotar uma metodologia que privilegiou a coleta de dados advindos do próprio *povo-de-santo*, conforme detalhamento apresentado na última citação. Nesse sentido, conseguiu-se chegar a um conjunto de informações que caracterizam as práticas do candomblé e seus significados com base na relação dos adeptos dessa religião com o espaço do Parque de São Bartolomeu. O relato de Serra (1998, p. 150, grifos do autor), exposto a seguir, é digno de menção:

A identificação das divindades de que os monumentos naturais aí encontrados são percebidos como hierofanias, ou a quem são consagrados, não é matéria de pleno consenso. Membros da Comissão São Bartolomeu, da Febacab, percorrendo o local com técnicos da equipe MAMNBA, declaram que seria necessária a realização de jogos divinatórios para identificar os orixás donos da maioria dos pontos aí por todos reconhecidos como sagrados. Também segundo seu testemunho, em muitos dos referidos pontos foram feitos assentamentos (ritos de consagração destinados a “fixar” uma divindade num local ou item determinado, através, entre outras coisas, da inhumanização de *sacra*; a palavra *assentamento* designa também o resultado da *performance* de tais ritos, logo a “sede” de um deus num objeto ou lugar.

Em relação ao projeto MAMNBA, enfatizamos sua importância como documento de base utilizado pelos agentes do processo de patrimonialização do Parque de São Bartolomeu, pelo fato de chamar a atenção para a existência de monumentos dos ritos afro-brasileiros, objeto de práticas religiosas de numerosas comunidades de culto. Assim, não se tratou o espaço apenas por seu valor ecológico. Além disso, foi salientada a importância da implementação do parque como medida de proteção e manutenção.

⁴⁴ O projeto MAMNBA foi coordenado pelo Prof. Ordep Serra, do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia.

Ainda na década de 1980, já eram constatados os riscos para a preservação do espaço do Parque de São Bartolomeu, tendo em vista os seguintes problemas: desmatamento da área florestal, falta de cercamento ou delimitação da área, ausência de zoneamento da área considerada sagrada para os adeptos dos cultos afro-brasileiros, falta de administração local, falta de vigilância e pessoal técnico especializado, trilhas deterioradas, poluição das cachoeiras e grande risco de incêndios e queimadas.

Do ponto de vista da participação de associações de cunho comunitário no movimento de preservação do Parque de São Bartolomeu, uma das primeiras organizações a se destacar foi o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), ligado aos jesuítas, que desenvolvia trabalhos de defesa do Parque de São Bartolomeu numa linha social e educativa, como o próprio nome indica. Sobre a atuação dessa entidade, Formigli (1998) esclarece que as propostas em relação ao Parque de São Bartolomeu surgiram com o envolvimento da comunidade do subúrbio ferroviário, ou melhor, com as ações educativas iniciadas pelo CEAS. A autora assim se refere à origem do Memorial⁴⁵:

[...] remonta a 1987. Desde então, os responsáveis pelo programa desenvolveram intenso trabalho de mobilização comunitária, com incursões em escolas, associações de moradores e organizações religiosas, com oficinas de artes, seminários e manifestações pela preservação da área, trabalho esse que resultou na elaboração de propostas técnicas para a recuperação do parque, em convênio com a Prefeitura, o Governo do Estado e a Universidade Federal da Bahia. (FORMIGLI, 1998, p. 13).

De acordo com a autora citada, em decorrência desse trabalho, o Parque sempre era mencionado como uma referência local entre os moradores do subúrbio ferroviário. Assim, tornou-se um dos focos centrais da ação do CEAS, que passou a reivindicar também a implantação do parque, tendo em vista que a lei de aprovação dessa entidade administrativa havia sido aprovada desde 1975, e ainda não havia se concretizado. O CEAS foi intensificando suas atividades e articulações com os núcleos comunitários da região do Subúrbio Ferroviário que contribuíram para a criação, em 1992, do *Projeto de Formação dos Guias e Guardiães do Parque*, reivindicado pelo Clube de Mães dos Novos Alagados – As Heroínas do Lar (FORMIGLI, 1998).

Os participantes do movimento em prol da defesa do Parque de São Bartolomeu conseguiram incorporar militantes de associações ambientalistas, como o Germen que, dentre outras contribuições, forneceu amparo legal para o desenvolvimento do projeto mencionado.

⁴⁵ Diz respeito à proposta de criação do projeto Memorial Pirajá. Voltaremos a essa questão, um pouco mais adiante.

O depoimento a seguir retrata a preocupação do momento em relação ao trabalho que deveria ser desenvolvido e o caráter da participação do grupo Germen:

[...] os projetos eram na área social, foi criado um projeto chamado Guias e Guardiães do Parque São Bartolomeu. Esse projeto quem captou recursos foi o próprio GERMEN porque não tinha a Associação. Aí foi necessário criar a Associação pra ela captar, ou seja, o Ministério da Ação Social dispunha de verbas pra desenvolver trabalhos em educação ambiental que quem coordenou foi Ana Lucia Formigli. Quer dizer, criamos juntos, mas foi ela a mentora do projeto, nós fomos o captador [...]. O parque, ele é bonito. É um parque interessante, porque é um parque que em poucas áreas você tem vários ecossistemas⁴⁶.

Vale esclarecer que a equipe de formação dos participantes do *Projeto Guias e Guardiães do Parque* era constituída, principalmente, de educadores. A mobilização da comunidade e as ações desenvolvidas em prol da preservação do ecossistema de São Bartolomeu pelo CEAS também estimulou a criação da AASB. Ressalta Saraiva:

Quando chegou em 89, surgiu a necessidade de se criar a Associação de Amigos do Parque São Bartolomeu. Essa associação tem como padrinhos, pessoas como Caribé, Pierre Verger. Começamos a sensibilizar as pessoas de vários terreiros, principalmente os Terreiros da Casa Branca, por causa de Ordep; o Terreiro de Bogum, por causa de Jaime Sodré; Everaldo, o Terreiro de Valdina, que é o Terreiro do Cobre chamado e o famoso Casa Branca, que é o Ilê Axé Apo Afonjá de mãe Stella, que é onde Caribé, Jorge Amado, Verger, todas essas pessoas... O Gantois, através de Caetano, Gal, Bethânia, Gil.

A AASB desenvolveu papel ativo e participativo, sobretudo durante a década de 1990, destacando-se o projeto referido. Esclarece seu presidente, sobre a natureza dessa iniciativa, que incorporou jovens da região do subúrbio ferroviário, com ações no campo da preservação ambiental:

Foi aí que conseguimos o apoio da Fundação Odebrecht e Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância] e da Secretaria Municipal, da Secretaria Estadual. E nós terminamos o curso de guias em 94-95 depois que esses jovens passaram cinco anos com a gente, tomando cursos e fazendo atividades ligadas a essas áreas de educação ambiental a guiar pessoas dentro do parque, para essas pessoas saberem a importância do parque. Então, a gente ia na comunidade, dava palestra e depois reunia esse grupo e levava ao parque e visitava todo o parque. Então, o procedimento era esse. E a gente mantinha sempre o contato com essas escolas, porque eles sempre requisitavam as visitas. Tudo o que tinha no parque a gente explicava: o manguezal, sobre a importância do manguezal, porque as pessoas estão morando ali, porque a questão da fauna e flora existente naquela região, porque a questão do quilombo, do

⁴⁶ Entrevistado: José Augusto Saraiva, arquiteto e urbanista; Diretor do Grupo de Recomposição do Meio Ambiente (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 15 de maio de 2003.

aldeamento, porque a questão da religião naquele espaço, porque a questão do preconceito que tinham e têm muito com a religião afro-brasileira⁴⁷.

Vale lembrar que, de 1993 a 1996, período de grande atuação das organizações mencionadas, a cidade de Salvador tinha, na chefia da administração pública municipal, a Prefeita eleita Lídice DaMatta, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os participantes do movimento pela preservação do Parque de São Bartolomeu já tinham iniciado a luta para obter um administrador para o Parque junto à gestão do município, de forma a efetivar a proteção e preservação do espaço.

Mencionamos, a seguir, o depoimento de Saraiva⁴⁸, ambientalista indicado pela administração central da cidade de Salvador para ocupar o cargo de gestor do Parque de São Bartolomeu, no período de 1993 a 1996, sobre sua experiência no Parque.

[...] eu fui escolhido pra ser o administrador do Parque São Bartolomeu. Segundo, o que tá no diário oficial e tudo era uma maneira de dar respaldo, vazão ao próprio movimento de defesa do parque. Como eu era funcionário público, não era nenhum custo a mais, era só me deslocar daqui, o salário já existia. Então, mas o parque não tinha orçamento e não adianta porque, sem orçamento, você tira leite de pedra. Então, conseguimos botar um orçamento, com muito sacrifício, em 95, um pequeno orçamento pra melhorar. Era bom você entrevistar a administração atual pra ver o que tá acontecendo com os orçamentos. Nesse particular, não houve muito avanço.

No período indicado, a Secretaria Municipal do Planejamento (Seplam), formulou proposta que contemplava apenas a área do Parque de São Bartolomeu. Nesse documento constava a intenção de cercamento, a instalação de equipamentos urbanos de apoio ao turismo e às práticas rituais do candomblé, bem como a recuperação da cobertura vegetal da zona oeste do Parque, numa extensão de 85 hectares.

Essa proposta da Seplam foi discutida e criticada pelos especialistas na área de preservação ambiental, principalmente pelo fato de ter sido considerado de forma isolada apenas o Parque de São Bartolomeu, ou seja, a área de 75 hectares e não o Parque de Pirajá na sua área total, com 1.550 hectares. Além disso, não se considerou o entorno, ou seja, a população local que enfrenta problemas socioeconômicos e necessita ser incluída nas propostas de revitalização do parque (ANGEOLETTO, 2000). Não obstante, as ações em prol da preservação do Parque de São Bartolomeu continuaram de forma sistemática,

⁴⁷ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB), pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

⁴⁸ Entrevistado: José Augusto Saraiva, Arquiteto e Urbanista; Diretor do Grupo de Recomposição do Meio Ambiente (Germen). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 15 de maio de 2003.

desenvolvidas, sobretudo, pelo Centro de Educação Ambiental de São Bartolomeu que conseguiu, em 1996, realizar o seminário *O Parque que Queremos*.

Segundo Formigli (1998), coordenadora do Programa Memorial Pirajá e do Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, esse evento mobilizou 130 organizações de moradores da região e terreiros de candomblé, resultando na construção da proposta do parque como memorial, santuário e centro de serviços em consonância com seu estatuto de Área Piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica na Bahia. A proposta a que essa autora refere-se foi encaminhada à Secretaria Municipal do Planejamento e ao Banco Mundial, contudo não foi contemplada.

O CEASB continuou suas atividades no campo da preservação ambiental, principalmente nas escolas públicas da região do subúrbio ferroviário, ainda na década de 1990, tendo incrementado suas ações com a participação de cantores famosos da *axé music*, como Carlinhos Brown, Margareth Menezes e Daniela Mercury, que reivindicavam condições de segurança para o Parque de São Bartolomeu. Apesar da instalação de um escritório ou posto da Prefeitura Municipal, de acordo com relato anterior, o Parque continuou abandonado e sem condições de segurança. Registramos que o posto da Prefeitura Municipal foi ocupado ou passou a ser utilizado pelo Bagunçação, uma das organizações não governamentais que se ocupam da proteção desse espaço⁴⁹.

Em 1999, em decorrência das ações de educação ambiental e da participação da sociedade civil, principalmente das associações do subúrbio ferroviário da cidade de Salvador, foi realizada uma passeata e elaborado um abaixo-assinado solicitando o reconhecimento do parque como patrimônio cultural da humanidade, pela Unesco. Além disso, foi encaminhado projeto de tombamento para o IPAC, que enfatiza os valores históricos, culturais e ecológicos do Parque e encontra-se em tramitação, até hoje, nesse órgão de proteção patrimonial.

No período de 1997 a 2000, a Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador, por meio da Seplam, apresentou um projeto amplo para o Parque de Pirajá. Em termos gerais, tal proposta incluía a necessidade de reflorestamento, a criação de um horto, o aproveitamento da mão de obra local, a criação de lojas, com o objetivo de reverter o lucro para a população da região e o cercamento do espaço. Não obstante, esse plano de ação para o Parque de São Bartolomeu não contemplava nenhuma discussão sobre a participação dos membros da comunidade afro-brasileira, tampouco como seria a utilização do parque pelos participantes dessa religião, desconsiderando, portanto, sua historicidade e valor religioso.

⁴⁹ Sobre o Bagunçação, analisaremos na seção 6.

A análise do Parque de São Bartolomeu com sua historicidade, suas representações e a relação com o poder público local, explicitada pelo movimento social de patrimonialização, demonstra que existem dificuldades, interna e externamente, em relação ao diálogo, ou seja, entre os membros das associações que atuam e reivindicam a proteção desses parques e, externamente, com representantes dos órgãos públicos que tratam da questão da sua preservação.

Nesse sentido, destaca-se como um dos maiores problemas no processo de patrimonialização do Parque de São Bartolomeu a ausência, nas propostas oficiais de proteção do parque, da incorporação dos valores culturais atribuídos ao longo da história pelos grupos sociais que dotaram esse espaço de sentidos específicos e particulares, próprios de determinadas coletividades baianas. Verifica-se ainda o não atendimento das propostas encaminhadas por membros da sociedade civil, organizados em entidades comunitárias.

Por outro lado, como veremos na seção 6, as organizações que lutam pela preservação do espaço possuem linhas políticas e ideológicas diferenciadas em relação aos aspectos de proteção do parque. Isso caracteriza a riqueza e a diversidade das formas de apropriação do espaço como patrimônio, que precisam ser levadas em consideração pelas iniciativas e projetos que contemplem esse território.

Ocorre ainda uma mudança histórica na faixa de desenvolvimento da cidade. Ou seja, a região do Subúrbio Ferroviário passou de centro para periferia, e isso se refletiu no conjunto das ações desenvolvidas pelos poderes públicos, que privilegiaram a orla atlântica da cidade de Salvador. Isso também se refletiu, claramente, nas condições do patrimônio arquitetônico ambiental e cultural da região da Baía de Todos-os-Santos – belo, mas cada vez mais abandonado e depredado. Além disso, o fato de o parque estar localizado numa área que não é objeto de muita atenção por parte dos poderes públicos complica mais ainda, se considerarmos que as demandas são tidas como prioridade, mas, na maioria das vezes, é alvo de manipulações políticas, fazendo com que esse espaço seja motivo de muitas propostas, em função da pressão de grupos sociais organizados. Contudo, na prática, tais propostas não são executadas, sob a justificativa de que existem outras prioridades na administração da cidade de Salvador, como foi o caso do metrô⁵⁰.

⁵⁰ Estamos nos referindo ao fato de que o Projeto Memorial do Parque foi encaminhado à Secretaria de Planejamento do Município para ser patrocinado pelo Banco Mundial. No entanto, ao concorrer com o projeto do metrô da cidade de Salvador, não foi considerado prioridade. Entretanto, o projeto de implementação do parque não foi atendido e, até o momento, a cidade de Salvador não conta com esse sistema de transporte urbano.

Ademais, vale ressaltar que a quantidade de experiências abortadas, a falta de concretização das propostas e o cansaço da própria comunidade, agregada em associações, contribui para que se tornem alvos fáceis de políticos pouco comprometidos com a causa, mas com interesses eleitoreiros. Assim, é preciso refletir sobre possibilidades de intensificar o diálogo entre os órgãos públicos e essas organizações, no que diz respeito à construção e ao desenvolvimento de um projeto amplo de cidadania. Nesse sentido, propostas concebidas apenas na perspectiva dos técnicos que atuam nas instituições estão, *a priori*, condenadas, justamente pela não incorporação e adesão da comunidade local e das organizações que atuam nesse espaço, ao longo dos anos, e que desejam ser ouvidas por representantes de um governo democrático.

Por fim, entendemos que o caso apresentado retrata aspectos de uma sociedade que tem dificuldades em lidar com sua história e seus patrimônios culturais e cujos princípios democráticos estão em vias de construção, por exemplo, o reconhecimento de que todos os cidadãos são iguais. Está em jogo o desenvolvimento de um processo amplo e profundo de compreensão e aceitação das nossas memórias.

6 PATRIMÔNIO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO DO DIREITO À MEMÓRIA PELA MUSEOLOGIA

A análise acerca dos movimentos sociais que produziram a patrimonialização dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, bem como a discussão sobre a política de preservação dos bens culturais brasileiros, mostra a luta de grupos sociais hierarquicamente inferiores, no quadro da sociedade brasileira, principalmente índios e negros, em prol da proteção de seus patrimônios e de suas memórias, muitas vezes não reconhecidos pelas políticas públicas de preservação.

Nesse sentido, patrimônio e transformação social – caminhos para a musealização dos parques – versam sobre a necessidade de realização museográfica e o desenvolvimento de processos de investigação e mediação que contemplem conteúdos sobre a memória social e cultural desses grupos, fazendo valer o direito de construção de perspectivas diferenciadas em relação à história oficial, instituídas, na maioria das vezes, pelos museus consolidados.

No caso dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, existe uma dinâmica de apropriação patrimonial por parte das organizações locais. O debate durante o período de 1980 a 1990, sobre a necessidade de salvaguarda desses territórios, contribuiu para a confirmação ou ratificação de valores históricos e religiosos, como também proporcionou a ampliação desse conjunto de valores, por exemplo, os ambientais, incorporados pelo acesso a novas informações sobre esses ecossistemas, junto à população local e ao público visitante, inclusive turistas nacionais e estrangeiros.

Conseqüentemente, podemos afirmar que existe uma continuidade nos processos de patrimonialização, evidenciada por uma mobilização cotidiana em torno dos parques, que se exprime, sobretudo, no desenvolvimento de práticas habituais de proteção e valorização desses territórios. São pessoas que participaram dos movimentos de preservação e continuam a trabalhar nesses espaços, como também voluntários que incorporaram a causa preservacionista, apoiadas em identificações históricas, culturais, sociais e até pessoais.

Portanto, não podemos compreender essa adesão sem mencionar a importância do aspecto afetivo presente nesse tipo de patrimonialização. Nesse sentido, trata-se de entender a participação dos sujeitos nesse processo, acolhendo, principalmente, suas histórias de vida. A trajetória das pessoas envolvidas nesses movimentos auxilia a compreensão de como se realizam suas adesões à causa patrimonial e a definição político-ideológica das linhas de trabalho adotadas nos parques.

Os atores que se ocupam da proteção desses territórios estruturam-se sob a forma de organizações não governamentais; eles se sentem responsáveis e demonstram um forte sentimento de pertencimento aos parques. Por exemplo, no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, a organização é denominada “Organização Não Governamental Nativo de Itapuã”, numa referência de vinculação da população do bairro a esse território.

Verifica-se, assim, a manifestação de uma identidade ligada a esses espaços, aflorada pela patrimonialização e, no caso de alguns participantes, construída ao longo das suas histórias de vida. Dessa forma, a confrontação das pessoas do lugar com a população de outros bairros e lugares provocou ou revelou o orgulho de ser membro do lugar, originário dali, bem como a ligação com o Abaeté e São Bartolomeu, e a necessidade de permanência, continuidade e proteção dos parques.

As atividades desenvolvidas pelos membros dessas organizações incluem, sobretudo, práticas de mediação nos parques. Com efeito, esse aspecto é entendido aqui no sentido atribuído por Lamizet (1999, p. 9-10, tradução nossa), quando afirma:

É a mediação na sua natureza social e cultural que nos fundamenta como sujeitos sociais e, conseqüentemente, viabiliza dinâmicas que constituem a sociabilidade: a mediação com sua dimensão singular e coletiva baseada no pertencimento e na cidadania. É neste nível que convém considerar a importância das políticas culturais: não se trata de políticas destinadas a dar um suplemento à “alma”, organizar atividades coletivas de lazer e de aquisição de conhecimentos, mas, ao contrário; trata-se de considerar sua complexidade e a pluralidade de seus significados. A cidadania constitui o vínculo social na sua dimensão política e antropológica.¹

De fato, as ações desenvolvidas pelas organizações que se ocupam dos parques em questão têm sempre uma conotação social. Tanto no Parque do Abaeté como no de São Bartolomeu, os participantes das organizações não governamentais trabalham buscando integrar a população local, principalmente os jovens. Ademais, objetivam o desenvolvimento de práticas que estimulam a participação, o debate, o profissionalismo, zelando para que a cidadania possa ser ampliada, incorporada e vivenciada por todos.

¹ *C'est la médiation qui, par sa dimension sociale et culturelle, nous fonde en tant que sujets sociaux et, par conséquent, met en oeuvre l'ensemble des dynamiques constitutives de la sociabilité: la médiation fonde la dimension à la fois singulière et collective de notre appartenance et, au-delà, de notre citoyenneté. C'est à cette échelle qu'il convient de prendre la mesure de l'importance des politiques culturelles: Il ne saurait s'agir, comme on pourrait le croire, de politiques destinées à donner un "supplément d'âme" ou à organiser des activités collectives de loisirs ou d'acquisition de savoir, mais, au contraire, Il s'agit de fonder, dans toutes sa complexité et dans toute la pluralité de ses significations, la citoyenneté même qui constitue le lien social dans sa dimension politique et anthropologique.*

Com o objetivo de dar conta dessa realidade apresentada, que aqui denominamos de “o cotidiano da patrimonialização”, tal discussão organiza-se da seguinte maneira: na primeira parte, trataremos das relações entre patrimônio, transmissão e identidades, enfocando ainda o dinamismo do processo de patrimonialização pelas organizações que se ocupam dos parques e a aplicação do conceito de patrimônio ambiental urbano e religioso. Demonstraremos como se manifestam, nos estudos de caso trabalhados, a construção patrimonial na contemporaneidade e suas implicações junto às comunidades, assim como o desenvolvimento do turismo.

Na segunda parte, discutiremos sobre a necessidade de execução de uma política museológica integrada, principalmente nas áreas de cultura e educação, que possam incorporar tipologias e modelos museológicos diversificados, de proteção e dinamização do patrimônio, bem como a natureza do trabalho museal numa perspectiva de inclusão social das populações envolvidas, com base nos exemplos analisados.

6.1 PARQUE METROPOLITANO DO ABAETÉ: VISITANTES, DIVERSIDADE, A ONG NATIVO DE ITAPUÃ E A CONTINUIDADE DA PATRIMONIALIZAÇÃO

O Parque Metropolitano do Abaeté é uma referência para a memória da população do bairro de Itapuã, sendo mais utilizado e apropriado, no seu cotidiano, pela comunidade do entorno, distinguindo-se como um patrimônio vivenciado. Para melhor caracterização em relação ao seu uso e apropriação pelos usuários e visitantes, apresentamos, a seguir, alguns dados coletados² que auxiliam na construção do perfil do público desse espaço.

Em relação à faixa etária dos visitantes, verificamos um percentual de 53% com idade entre 15 e 25 anos; 21,75%, de 26 a 36 anos; e 25,25%, de 45 a 65 anos. No que diz respeito à nacionalidade, 98% eram brasileiros e 2% estrangeiros. Quanto ao local de nascimento, 64% disseram que nasceram em Salvador e 36% em outras cidades do Brasil. Foram do sexo feminino 60% dos visitantes; 40%, do sexo masculino. Sobre o estado civil, constatamos que 72% eram solteiros, 23% casados, 3% divorciados e 2% viúvos.

Com relação às atividades profissionais, 38% eram estudantes; 19% trabalhavam em empresas de diversas categorias; 38% eram profissionais liberais, funcionários públicos e empregados domésticos; e 5% não tinham uma profissão definida.

² Dados coletados em questionários aplicados junto aos visitantes do Parque Metropolitano do Abaeté, no ano de 2003, durante o mês de maio. Trata-se do período de baixa estação turística. O questionário foi aplicado durante a semana e também nos finais de semana, com o objetivo verificar a frequência de públicos diferenciados. Foram utilizados 662 questionários, visando ilustrar, principalmente, a apropriação do espaço pelo público local.

O nível de escolaridade mostra que 30% tinham o secundário incompleto, 27% o primário incompleto, 23% o secundário completo, 8% o primário completo, 7% o superior completo e 5% o superior incompleto.

Em relação aos rendimentos, 36% eram dependentes da família, 23% recebiam entre um e dois salários mínimos e meio; 11%, entre 3 e 4 salários mínimos; 9%, menos de um salário mínimo; 9%, entre 5 e 6 salários mínimos; 3% estavam desempregados³; 2%, entre 7 e 8 salários mínimos; 2%, entre 8 e 9 salários mínimos; 2%, entre 9 e 10 salários mínimos; 2%, acima de 10 salários mínimos.

As motivações para ir ao Parque Metropolitano do Abaeté apresentaram-se da seguinte forma: 38% iam porque consideravam uma área de lazer; 24%, para apreciar a paisagem; 8%, para fazer turismo; 2%, para realizar práticas religiosas; 2%, para lavar roupa; e 1%, para pescar.

Observamos ainda que, para 32%, o conhecimento do parque decorreu de uma experiência pessoal; 12%, das mídias; 10%, de familiares; 9%, do “povo”; e 7%, da mediação dos jovens do bairro envolvidos no projeto intitulado “Meninos do Abaeté”.

A propósito da visitação ao parque: 23% fizeram referência aos aspectos históricos; 21%, a aspectos místicos; 12%, aos aspectos ecológicos; 15% disseram que não sabem nada; e 9% enfatizaram sua valorização turística.

Em relação à principal “atração” do parque, 63% fizeram referência aos elementos da natureza (a lagoa, as dunas, a vegetação ou os três elementos juntos); 24% responderam que é o lazer e 3% referiram-se ao espaço como área de encontro entre pessoas diferentes.

As impressões durante a visita ao parque mostraram que 35% fizeram referência a estados emocionais; 32% apresentaram opiniões sobre a preservação, a organização e a administração, e 13% manifestaram ou evocaram sensações estéticas e bucólicas.

Assim, durante a visita, 80% expressaram sentimentos de bem-estar (tranquilidade, paz, alegria, prazer, felicidade etc.); 20% demonstraram sentimentos de contemplação, de reflexão e de misticismo.

Sobre a obtenção de informações durante a visita, 88% não receberam nenhuma e 12% disseram que sim. Em relação à forma de obtenção de informações sobre o parque, 31% responderam que foram informados pelos Meninos do Abaeté; 20%, pelas observações; 16%, por meio dos amigos; e 11%, pelos guias de turismo das empresas.

³ O salário mínimo em 2003 correspondia a R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), equivalente, em Euros, a 67,97.

Os dados mostraram que o Parque Metropolitano do Abaeté é apropriado pelas jovens gerações do bairro e da cidade de Salvador, predominantemente mulheres solteiras, estudantes, com formação educacional incompleta, ainda dependentes da família, que possuem uma renda baixa e, normalmente, utilizam o espaço como forma de lazer e contemplação da paisagem. Em relação ao nível de rendimentos, corresponderam às características socioeconômicas dos moradores do bairro de Itapuã.

Algumas pessoas pesquisadas desenvolviam atividades escolares, como ensaios de peças de teatro⁴, trabalhos em grupo, entre outras. Verificamos que o Parque Metropolitano do Abaeté, após a patrimonialização, continua a ser frequentado pela população da cidade de Salvador, que o utiliza como referência de beleza da cultura local. Valorizado por seus aspectos naturais e de lazer, reconhecemos que ele contribui para despertar emoções e sentimentos agradáveis. Então, ao vivenciarem estados de bem-estar e satisfação, as pessoas revelam uma forma de apropriação emocional.

A maioria dos pesquisados conheceu o parque, principalmente, por meio de suas relações pessoais, que envolvem familiares e amigos, detendo um conhecimento parcial e genérico sobre sua história, lendas, crenças e alguns aspectos ambientais. Este fato mostra a ocorrência de um processo de transmissão entre gerações, tendo os mais jovens utilizado e se apropriado do espaço de forma diferenciada.

Ademais, as pessoas que participaram da investigação enfatizaram, em suas falas, opiniões e a necessidade de preservação mais adequada. Expuseram preocupações nesse sentido, sobretudo em relação à redução do volume de água da Lagoa. Isso evidencia não apenas que o debate sobre o Parque Metropolitano do Abaeté continua de forma pragmática, já que são destacadas, por exemplo, a necessidade de limpeza, segurança, reposição da água, como também a preocupação permanente com a continuidade existencial e a importância desse bem patrimonial.

O conjunto dos entrevistados apontou também a ausência de informações relativas ao parque, fato que nos permite concluir que não existe mediação nem musealização dos aspectos históricos, ecológicos e religiosos sobre o espaço. De fato, as visitas guiadas são realizadas pelos “Meninos do Abaeté” e voltadas, principalmente, para os turistas nacionais e estrangeiros. Além disso, no Parque Metropolitano do Abaeté, não foram utilizados recursos museológicos direcionados para a construção de um discurso referente à memória local e sua valorização, tampouco realizadas atividades de documentação referentes à fauna e à flora, por exemplo.

⁴ Atividades programadas pelas escolas.

Os aspectos evocados pelos visitantes mostraram que a memória local manteve alguns componentes relativos às práticas ligadas ao espaço. Por exemplo, aprofundando os aspectos históricos, emergiram informações sobre o trabalho das lavadeiras, a presença dos *hippies*, descrições antigas do espaço em comparação com o atual, as lendas evocando personagens indígenas e divindades afro-brasileiras, bem como elementos que mostram o lado sobrenatural e perigoso da fauna, da flora e dos seus recursos hídricos. Assim, o conteúdo apresentado pelos pesquisados fez aparecer, sobretudo, a história da ocupação do espaço, afirmando suas origens indígenas e africanas, mesmo que de forma folclórica e idealizada.

Entretanto, o dado relativo às práticas religiosas no Parque Metropolitano do Abaeté é intrigante, pois indica que é pouco utilizado para a realização de rituais religiosos. Não obstante, as observações e as entrevistas mostraram o contrário, já que verificamos a ocorrência de vários rituais nesse espaço, fato que caracteriza também sua apropriação pelos adeptos da religião do candomblé, como veremos um pouco mais adiante. Antes, portanto, exploraremos um pouco mais seus usos diários.

Para aprofundarmos o entendimento sobre a apropriação cotidiana, evocamos a narrativa de Antônio Conceição⁵, presidente da ONG Nativo de Itapuã:

Se você fizer os *shows* de novo, o público vai vir, mas eu volto a repetir, o público do Abaeté é exclusivo de Abaeté. De fora, é complemento.

[...] O público é nativo do Abaeté. Por exemplo, ali, uma personalidade que é um exemplo, um cara que tem 69 anos. Ele é triatleta. Ele vem todos os dias ao Abaeté. Ele disse que, quando não vem pro Abaeté, ele se sente mal. Quer dizer, é um público nato do Abaeté.

[...] No dia 23, pela primeira vez na história do Abaeté, encontramos uma cobra. D. Lóia contava que existia uma cobra grande na Lagoa, e todo mundo curtia com a cara dela, dizendo: olha a cobra de Lóia, insinuando que ela era mentirosa. No dia 23, apareceu uma cobra coral. Depois, 4 sucuri. Aí, foi que Itapuã e Salvador foi saber realmente que aqui tem sucuri, que realmente a gente não sabia.

O discurso de Antônio ratifica os dados obtidos no questionário, pois mostra a demanda por políticas que possam valorizar ainda mais o espaço, promovendo espetáculos, *shows*, apresentações de teatro e outros eventos. Ao mesmo tempo, chama a atenção para o fato de que é preciso reconhecer a existência de uma população local que conhece, valoriza e utiliza esse patrimônio no seu dia a dia, principalmente por parte dos responsáveis pelos órgãos públicos de proteção do espaço. Sua crítica refere-se à realização de atividades culturais esporádicas e midiáticas como forma de promover o Parque Metropolitano do

⁵ Entrevistado: Antônio Conceição, Ambientalista. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 5 de maio de 2003.

Abaeté, mas não levam em consideração as especificidades da população local, sua participação e envolvimento.

Dessa forma, ele considera que esse patrimônio pertence, principalmente, aos moradores do entorno do parque e do bairro de Itapuã. Foram esses que construíram, ao longo da sua história, um conjunto de práticas que se tornaram expressivas da cultura local. É por isso que Antônio deixa claro que é nativo de Itapuã e, como tal, tem a responsabilidade de realizar ações de proteção desse território, buscando trazer benefícios à população do bairro. Ademais, Antônio tem uma visão ampla de preservação, que envolve outros espaços naturais e, segundo ele, pertencem, principalmente, aos moradores do bairro. Nesse sentido, a ausência de valorização das memórias locais pelo processo de patrimonialização provocou, de certa maneira, a necessidade de transmissão desse patrimônio, enfatizada pelo grupo local definido como Nativo de Itapuã, principalmente junto aos mais jovens. Analisaremos, a seguir, sua participação nesse processo.

Vejamos como ocorrem os processos de apropriação e mediação desenvolvidos por essa organização⁶. Antes de detalhar essa questão, analisaremos sua origem, como forma de compreendermos também as consequências e repercussões da patrimonialização, bem como a natureza dos trabalhos desenvolvidos no Parque Metropolitano do Abaeté.

A ONG Nativo de Itapuã tem sede no Parque Metropolitano do Abaeté. Suas instalações contam com uma pequena sala alugada, uma mesa, algumas cadeiras, um armário e um arquivo. São feitas reuniões mensais com os associados, a fim de discutir a proteção ambiental do parque e do bairro de Itapuã. As ações caracterizam-se, principalmente, pela recepção dos visitantes, com o objetivo de fazer a mediação do território.

Trata-se de um grupo cuja origem remonta ao final dos anos 1980, mais precisamente 1988, tendo como participantes alguns homens jovens, que se reuniam para jogar futebol. Inicialmente, eles se organizaram para participar de um campeonato amador na cidade de Salvador. Pouco a pouco, foram construindo uma expressão identitária em relação ao bairro, por meio dessa atividade esportiva, refletida também no nome da organização, que passou a se definir como “Nativo” de Itapuã, reafirmando a condição de pertencimento a esse bairro da cidade.

⁶ Existem outros grupos no bairro de Itapuã, como, por exemplo, “As Ganhadeiras de Itapuã”, conforme mencionado na seção 4, que desenvolvem trabalhos voltados para a valorização da memória local. Entretanto, estamos considerando, no presente estudo, principalmente as associações que atuam no Parque Metropolitano do Abaeté. A Associação Carnavalesca Malê DeBalê localiza-se no referido parque. Entretanto, suas funções e objetivos não estão exclusivamente atrelados ao Parque Metropolitano do Abaeté. Não obstante, será analisada mais adiante como exemplo de resistência étnica negra.

O grupo Nativo vai abraçando a causa de proteção do Parque Metropolitano do Abaeté, na medida em que os membros externos da comunidade, que participaram do movimento de preservação, afastaram-se das discussões e envolveram-se em outras questões, sobretudo relativas à preservação ambiental, mas fora do circuito do bairro e do Abaeté propriamente dito.

Entretanto, no início, o processo de patrimonialização abrangeu diversas pessoas e provocou um debate, principalmente no bairro, junto à população local, sobre a importância da preservação do Parque Metropolitano do Abaeté. Como afirma Ives Quaglia⁷, o Abaeté, com sua paisagem, histórias e personagens encanta a todos os moradores da cidade de Salvador. Dessa maneira, esse artista plástico considera que “[...] a Lagoa tem algo mais assim, a acrescentar porque, de certa forma, ela não ficava exclusivamente na comunidade de Itapuã”. Ives refere-se à participação das pessoas de outras localidades no processo de patrimonialização do Parque Metropolitano do Abaeté e à construção do sentido patrimonial em relação a essa área, por parte da população de Salvador. Dessa forma, pessoas que nasceram no bairro, veranistas e outros participantes tinham vínculos, principalmente afetivos, com esse território. Com efeito, essa apropriação também é assegurada pelos moradores da cidade de Salvador, de maneira geral. Não é por acaso, portanto, que a carta do Abaeté registra que defender o Abaeté é defender a Bahia. Assim, é um patrimônio de todos os baianos.

Compreendemos ainda que a patrimonialização produziu a ampliação da natureza do antigo grupo de futebol Nativo, para sua condição atual como organização ecológica, esportiva e cultural. Essa adição de objetivos e funções foi provocada, como dito anteriormente, pelas trocas entre os “estrangeiros”, portadores de um discurso de preservação e de proteção do ecossistema do Abaeté, e a população local, que foi confrontada com sua história, paisagens, práticas e a nova realidade ecológica. As relações com o outro, sobretudo ecologistas, artistas, cantores e intelectuais, de forma geral, viabilizaram uma experiência de reconhecimento e valorização da cultura e história local.

O depoimento de Paulo Serra⁸, ecologista e membro do Grupo de Ação Ambiental da Bahia (Gambá), participante do processo de patrimonialização, é digno de menção:

Abaeté me ensinou uma coisa. Foi um exemplo, aquela luta toda, se envolvendo com tudo. Com os moradores, com o próprio ambiente, com as lavadeiras, o pessoal da terra, nativo mesmo. Com a memória viva, através de D. Francisquinha, que contava

⁷ Entrevistado: Ives Quaglia, Artista Plástico. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 10 de maio de 2003.

⁸ Entrevistado: Paulo Serra, Comunicador Social/Arte-Educador/Ecologista e Cartunista. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 21 de maio de 2003.

as histórias. Inclusive o marido dela teve a primeira marinete⁹. Aquela coisa toda, né? Participando da lavagem¹⁰, passeatas com as escolas, a gente fez. Eu fiz a cartilha do Abaeté, inclusive eu não cobre nada pela cartilha. Fiz assim de contribuição minha como artista mesmo, a cartilha “Abaeté – lagoa escura, ardeada de areia branca”, né? Aí, todo esse tempo, toda essa energia. A gente não ganhava nada, inclusive as pessoas não entendiam e diziam – meus pais moravam no Canela¹¹ e eu só vivia lá no Abaeté, inclusive na época eu tinha moto, era fácil o transporte e eu só vivia lá. E as pessoas diziam, poxa você não é nem daqui, né? Por que tá lutando por aqui. Quer dizer, não tinha ideia do valor, da beleza cênica, o valor ecológico, ambiental pra cidade de Salvador. Porque a gente tinha essa noção, de que se o Abaeté fosse destruído, seria um microclima que iria abalar o clima de Salvador.

Assim, podemos considerar que a patrimonialização do Parque Metropolitano do Abaeté, pela participação de diversos agentes, incluindo ecologistas e especialistas, que fizeram estudos sobre ecossistema e atividades de mobilização, contribuiu para uma troca em torno dos interesses voltados para a preservação ambiental e a importância de se considerar a realidade local, por meio de sua população e suas práticas socioculturais.

Além disso, como mostra a fala de Paulo Serra, essa experiência de compartilhamento deu a oportunidade de a população local contar, reviver e divulgar suas memórias. Com efeito, do lado dos ecologistas, tratava-se, principalmente, de preservar o ecossistema do Abaeté e, para fazer isso, era necessário o apoio e a participação da população local, que, por sua vez, ansiava pela valorização de sua história e cultura, por meio desse território, fato proporcionado pelo movimento de patrimonialização.

Esse debate, no entanto, não foi sempre pacífico. Ao mesmo tempo em que havia um consenso da parte de todos em relação à preservação do território do Abaeté, ocorriam também problemas, principalmente em relação à realização das práticas na lagoa e seu entorno, tais como lavagem de roupas, utilização de branqueadores de tecidos e a retirada de água da lagoa que, segundo alguns participantes do movimento em torno da patrimonialização, poderiam danificar o parque. Isso quer dizer que o discurso pela preservação ecológica foi colocado em questão e, algumas vezes, rejeitado pela população local, sendo também, progressivamente, assimilado por alguns membros da comunidade.

Ainda hoje, encontramos opiniões de pessoas que questionam as mudanças e os sentidos da proteção ambiental estabelecida pelos órgãos públicos e a Organização Nativo. É

⁹ “Marinete” era uma espécie de caminhão para transportar pessoas de Itapuã até o centro da cidade de Salvador.

¹⁰ “Lavagem” é uma expressão utilizada para designar festas de bairros da cidade de Salvador. Essas festas são caracterizadas pela presença de mulheres baianas, vestidas com traje típico, que lavam as escadas da principal igreja do bairro com água benta perfumada. Esse ritual faz parte do lado sagrado da festa, porque, após sua realização, existe o lado profano, com danças, músicas e consumo de bebidas alcoólicas.

¹¹ “Canela” é um bairro de classe média da cidade de Salvador. Em relação a Itapuã, significa fazer um trajeto de carro em torno de quarenta minutos para chegar até lá.

interessante ver, por exemplo, o depoimento de D. Araci Souza¹², que trabalha há vinte e seis anos como lavadeira no Parque Metropolitano do Abaeté, em relação às transformações advindas com a inauguração do parque e as ações da ONG Nativo:

É diferente. Sendo que, quer dizer é uma melhoria prá nós, né? Mas, se tivesse que opinar prá voltar, garanto que todo mundo voltaria prá lá. Porque lá, não sei. A gente já se acostumou com tudo, via, brincava, cantava. Não é como aqui. Aqui nem tudo é liberal. Antigamente, quando tinha o Abaeté, nós podíamos tirar aqueles galhos secos dos matos, enfiava na areia e estendia as roupas. Ficava tudo estendidinho. Hoje, não se pode tirar um mato. Às vezes, quando era tempo de festas, nós tirava flor, no mato, prá enfeitar a casa, época de Natal. Agora memo – São João. A gente botava areia alva dentro das casas, né? Agora, não se pode pegar areia, não se pode pegar planta. O povo do Nativo memo não deixa. Se for pegar uma planta medicinal aí, ele não quer deixar, porque diz que é prá preservar o Abaeté. Quer dizer, nós moradores daqui do Abaeté, lavadeira e tudo, não tem espaço prá fazer nada. Nada pode. Quando antigamente se podia.
[...] Quer dizer, foi bom numa coisa e ruim noutra, porque nem tudo a gente tem liberdade, aqui na lagoa, prá fazer. Se faltar água aqui, não se pode ir ao Abaeté. Não pode torcer uma roupa, porque diz que as lavadeiras tá poluindo.

O discurso de Araci é claro. De fato, ela tem dificuldades em assimilar as práticas de preservação aplicadas pelos agentes no Parque Metropolitano do Abaeté, no caso específico pelos membros do Grupo Ecológico Nativo de Itapuã, e os agentes da administração que fiscalizam o espaço.

Com efeito, a inauguração do parque determina o início da implementação de ações de proteção e preservação da ONG Nativo. Ademais, passaram a existir controle e fiscalização que limitam algumas ações realizadas no passado, desenvolvidas pela população local de maneira simples e natural. Essa também é uma das razões que justifica a continuidade do trabalho de preservação pela ONG Nativo. É fato, portanto, que a patrimonialização interferiu em algumas atividades desenvolvidas pela comunidade, inclusive rituais religiosos. Isso reflete o desconhecimento em relação às práticas religiosas tradicionais, como também a falta de definição de uma perspectiva no que diz respeito à patrimonialização.

Voltemos, entretanto, à questão da constituição do Grupo Ecológico Nativo de Itapuã e à participação dos seus membros na proteção do Parque Metropolitano do Abaeté. Nesse sentido, entendemos a adesão de Antônio Conceição em prol da proteção e dinamização do Parque Metropolitano do Abaeté como o despertar de um sentimento de orgulho, em

¹² Entrevistado: Araci Souza, Lavadeira. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 23 de maio de 2003.

pertencer ao espaço, ao bairro de Itapuã e ao Parque Metropolitano do Abaeté¹³. Isso contribuiu também para a constituição da ONG Nativo de Itapuã como uma associação local de proteção do parque. Dessa maneira, recorreremos ao discurso de Antônio¹⁴ para compreender aspectos importantes relativos à formação desse grupo e sua composição.

[...] o Nativo não é pioneiro; o Nativo é uma instituição, uma sequência, uma continuidade.

[...] Inclusive, mesmo o Gambá diz que lançou suas lutas por aqui. Nessa época, eu não tinha essa consciência ambiental.

[...] Teve a participação do Gambá do Germen nessa fase mesmo de 85. Só que eu acho que depois daí, essas pessoas cansou. Ou, então, teve outros lugares pra ver. E o nativo, vendo isso, em 88, quando nasceu o grupo, até hoje dia, 8/5/2003, até hoje, está constantemente olhando prá questão do Abaeté.

[...] o Nativo tem uma luta constante de 14 anos dentro do Abaeté.

A ONG Nativo de Itapuã representa também a continuidade da patrimonialização no Parque Metropolitano do Abaeté, que funcionou, nesse caso, produzindo um acréscimo de valores, manifestando-se nas preocupações e práticas ecológicas surgidas em torno desse território. Ademais, aponta para a questão da responsabilidade que a população local tem para com a preservação do espaço.

Contudo, é necessário esclarecer que, no caso desse grupo, o nome “Nativo” não significa necessariamente uma composição uniforme. Ou seja, essa agremiação não é constituída apenas por pessoas que nasceram no bairro de Itapuã. Ao contrário, o grupo é ilustrativo da própria diversidade social desse bairro¹⁵, que possui várias comunidades. Ulisses¹⁶, pescador muito conhecido da população do bairro de Itapuã e membro da colônia de pesca, por exemplo, faz uma descrição dessa realidade, ilustrando algumas divergências entre os habitantes de lugares diferenciados do bairro durante a sua infância.

Onde existia o mercado, tinha um rio que dividia porto de baixo e porto de cima. Do meio do rio pra cima, era a parte da igreja que era porto de cima. Pra baixo, era porto de baixo. Quando chegava Domingo de Ramos, tinha uma briga do pessoal do porto de baixo com os de porto de cima. Quem era do porto de baixo não vinha no porto de cima. Pra batizar uma criança era uma briga, porque a igreja era no porto de cima. Quando morria uma pessoa, o cemitério era no porto de baixo. Pra ir com esse enterro pro porto de baixo era uma novidade. O pessoal ia pro enterro e quando vinha descia por dentro dos matos, saindo pela roça de meu tio Dão, descia por

¹³ Mesmo após a sua morte, as ações de proteção e valorização do Abaeté continuaram com a participação de sua esposa, dos associados e dos “Meninos do Abaeté”.

¹⁴ Entrevistado Antonio Conceição, Ambientalista. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 5 de maio de 2003.

¹⁵ Sobre a caracterização do bairro de Itapuã, cf. S. TEIXEIRA, 2001.

¹⁶ Entrevistado: Ulisses Santos, Pescador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 14 de maio de 2003.

dentro dos matos, assim, pra vim pela praia. Pra não passar pelo meio da rua, que tinha essa rivalidade. Porto de cima com o porto de baixo.

Na mesma linha apontada por Ulisses, a propósito da diversidade de grupos no bairro de Itapuã, essa questão também é abordada por Ives Quaglia¹⁷. Ele narra como foi sua infância no bairro, ao tempo em que mostra a existência de diferentes entidades sociais. Segundo ele, essas caracterizam-se em função das suas localizações e histórias específicas. Esse fato é colocado da seguinte maneira pelo depoente: “[...] fala-se Abaeté, Jenipapeiro, ali, atrás da Igreja são comunidades distintas, né? Que de vez em quando, é como se fossem guetos dentro do próprio bairro. E que é interessante, porque tem origens históricas mesmo, se a gente for perceber. Isso não é gratuito.”

Assim como o bairro, a ONG Nativo de Itapuã é um grupo cujos componentes possuem relações e origens diferenciadas em relação ao Parque Metropolitano do Abaeté. Entretanto, de maneira geral, pode-se afirmar que são pautadas na história, na paisagem natural, nos antigos habitantes do bairro de Itapuã, como os pescadores e as lavadeiras da Lagoa do Abaeté. É fato que o nome do grupo Nativo apresenta uma situação de identificação da parte dos habitantes em relação ao bairro de Itapuã, mas isso não quer dizer unidade e homogeneidade.

Por exemplo, essa “diferença” entre os que nasceram e os que não nasceram no bairro foi sendo construída ao longo dos anos. Lembramos que esse fenômeno teve lugar na medida em que o bairro de Itapuã era uma vila e seus habitantes começaram a conviver, principalmente, com veranistas, comerciantes e outros profissionais. Com efeito, essa expressão identitária associada ao bairro de Itapuã ainda é manifestada atualmente, por alguns membros da comunidade local, como Ives Quaglia.

No caso da ONG Nativo de Itapuã, os referenciais de origem associados ao bairro são expressos também para legitimar a participação e a defesa em prol da preservação do espaço, marcando, sobretudo, uma posição política de que o Parque Metropolitano do Abaeté pertence, de fato, à população de Itapuã. Essa questão também deve ser vista como consequência de uma patrimonialização parcial que não musealizou nem tratou o espaço por seu conjunto de significados históricos e religiosos, como dito anteriormente.

Não obstante, nessa ONG, verifica-se também a participação e o envolvimento de pessoas que não são, necessariamente, nativas do bairro. Por exemplo, a narrativa de Antônio

¹⁷ Entrevistado: Ives Quaglia. Artista Plástico. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 10 de maio de 2003.

Conceição¹⁸ demonstra que possuía um forte sentimento de integração com esse território. Para tanto, evoca a história da sua família, que chegou ao bairro na primeira década do século XX. Ele conta que foi educado por uma tia, mas seus pais vieram do interior do estado da Bahia e reiniciaram suas vidas, morando em Itapuã. Nessa ocasião, Antônio definia-se como evangélico e defendia a crença na natureza como uma criação divina. Mesmo assim, registrava as participações indígenas e africanas na construção dos sentidos históricos do Parque Metropolitano do Abaeté. Em relação às origens indígenas, associava a seu tipo físico, mas, no que diz respeito a suas raízes africanas, não mencionou nenhum aspecto, mesmo possuindo aspectos fenótipos da etnia negra. Contudo, ainda sobre o Abaeté, afirmou a existência de um quilombo, chegando a indicar sua antiga localização, justificando, assim, a continuidade da realização dos rituais afro-brasileiros na lagoa e nas matas no presente.

Eu sou de Itapuã. Nós somos agraciados por Deus. Quando eu vejo o pessoal nos ônibus parecendo uma lata de sardinha, pegando ônibus Lapa, Campo Grande, Estação Pirajá e Fazenda Grande¹⁹ pra vim se deliciar de nosso parque, andar, botar criança, tomar banho de mar e a gente já tá tudo encravado aqui dentro, já é uma benção de Deus. Então um mar desse aí, você vai pescar. Tem um Abaeté aí, que tem sobrevivência. Aí você tem plantas medicinais, você tem árvores [inaudível]. É por isso que eu tô brigando aqui, prá implantar um horto, porque esse horto vai reverter para a comunidade. Se você quiser levar uma orquídea, você não vai tirar, mas você vai comprar no horto. Porque você vai produzir e tal. Então, eu acho que Itapuã é o melhor bairro. Todo mundo vem prá cá. Por que eu vou sair daqui prá ir prá outro lugar?

Ao falar da sua história, ele utiliza determinados dados históricos para legitimar, de forma enfática, sua origem vinculada ao bairro de Itapuã e ao Abaeté. É nesse sentido que Antônio procura afirmar o conhecimento da história local, e o seu passado é apropriado como uma herança. Entretanto, essa história é escolhida por Antônio apoiando-se em figuras típicas e poéticas do bairro de Itapuã, como as baianas de acarajé e os aguadeiros²⁰, afirmando mesmo que seu pai era aguadeiro. Essa memória e identidade que escolhe são utilizadas também para justificar sua preocupação, apego e afeição em relação ao Parque Metropolitano do Abaeté.

Assim, em relação à ONG Nativo de Itapuã, constatamos que a condição de pertencimento é legitimada ainda pelos nativos que, na convivência com os estrangeiros no bairro, reconhecem e aceitam a participação dessas pessoas em atividades coletivas, típicas do

¹⁸ Entrevistado: Antonio Conceição. Ambientalista. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 5 de maio de 2003.

¹⁹ São bairros da cidade de Salvador relativamente longe do bairro de Itapuã.

²⁰ Vendedores de água. Profissão comum durante a década de 1940 no bairro de Itapuã. Os aguadeiros vendiam água aos veranistas.

lugar, que podem ser, por exemplo, a pesca marítima, no caso dos homens, e a lavagem de roupas na Lagoa do Abaeté, para as mulheres.

Essa relação progressiva, construída historicamente com as pessoas do lugar, permitiu o estabelecimento de laços de confiança e afetividade como indispensáveis para a participação na ONG. Recorremos novamente ao discurso de Antônio, para fundamentar melhor essa questão. Ao abordar a origem dessa organização, ele afirma que o grupo surgiu de um time de futebol, conforme dito anteriormente, constituído também por veranistas que passaram a morar no bairro de Itapuã. No entanto, reconhece o presidente da Organização que sua constituição é diversa, afirmando: “São várias facções. De nativo, nativo mesmo, nascido aqui, só tinha eu, mais uns três. Então, foi um time de futebol.” Como podemos observar na sua fala, os nativos podem ser também pessoas que conhecem e participam do cotidiano do Parque e do bairro, principalmente defendendo sua proteção e divulgação. Assim, para esse grupo, a categoria “nativo” pode ser ampliada, a depender do compromisso com o espaço. Contudo, é preciso considerar que o processo de patrimonialização do Parque Metropolitano do Abaeté continuou, por meio da atuação do Nativo, tendo provocado também mudanças e/ou transformações sociais na vida de algumas pessoas desse bairro. No caso específico de Antônio, é fato que encontrou um caminho para a sua vida.

A sua participação no centro dos debates e atividades a propósito da proteção do parque contribuiu, de forma decisiva, para uma verdadeira transformação social. Antônio encontrou na discussão e valorização da história local, por meio do olhar e apoio de outras pessoas, também responsáveis pela patrimonialização, uma ligação com um passado com o qual se identificou e se orgulhou. A sua fala é importante para ilustrar o sentido desse processo:

Pra mim, abriu o futuro no passado. Veio daqui e me despertou hoje, essa consciência que eu tenho de gostar e proteger o Abaeté.
[...] a minha intenção é que isso perdure. Que eu parta daqui, na hora que Deus quiser, mas que outros, que eu faça multiplicadores; que outras pessoas entrem nesse mesmo ramo, já mais qualificados. Que façam faculdade, que virem biólogos e que venham tomar conta, porque é uma coisa que Deus botou e a gente sabe que é um ser vivo e que a gente tem que cuidar.²¹

De fato, o movimento de patrimonialização despertou também um sentimento de dignidade, condição fundamental para a construção de novos caminhos. O projeto “Meninos do Abaeté”, por exemplo, contempla a formação de adolescentes para atuarem como

²¹ Entrevistado: Antonio Conceição. Ambientalista. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 5 de maio de 2003.

mediadores no Parque Metropolitano do Abaeté, junto ao público visitante, principalmente turistas nacionais e internacionais. Com isso, ele procura reverter aspectos da vida desses jovens. A ONG Nativo de Itapuã investe no processo de formação dos mais jovens da população local, trabalhando, sobretudo, com conteúdos relativos ao ecossistema do Parque Metropolitano do Abaeté.

As visitas guiadas são realizadas pelos “Meninos do Abaeté” para os visitantes de outros estados e países. Além disso, os membros dessa ONG realizam conferências e cursos sobre o ecossistema local junto às escolas do entorno. Os meninos do Abaeté fazem parte de uma realidade difícil. Os participantes desse projeto são jovens oriundos de uma situação socioeconômica frágil. Suas famílias têm necessidade das pequenas somas de dinheiro que eles recebem com o trabalho no Parque. De acordo com o presidente da ONG Nativo, ele é procurado por várias mães de adolescentes do bairro, solicitando uma vaga para seus filhos participarem dessa atividade. Ademais, verificamos que esses jovens frequentam a escola e vão diretamente para o parque sem almoçar, chegando mesmo a passar todo o dia sem comer, porque não têm dinheiro nem para um lanche.

O montante utilizado para a remuneração mensal dos meninos é administrado pela ONG Nativo. Trata-se de uma verba que o grupo recebeu após uma denúncia feita junto ao Ministério Público de que havia uma empresa construindo dentro da zona de proteção ambiental do Parque Metropolitano do Abaeté. Eles ganharam essa ação e a empresa foi obrigada a parar a construção e pagar um montante, que deveria ser investido na área de educação ambiental. Assim, a ONG Nativo de Itapuã apresentou a proposta do projeto “Meninos do Abaeté” ao Ministério Público, e a indenização da empresa foi utilizada para financiá-lo.

A patrimonialização revelou ainda a necessidade de formação universitária, seja para trabalhar diretamente com o patrimônio, seja para produzir informações a respeito desse bem cultural, seja para conservar os dados históricos e realizar a mediação de forma qualificada.

A propósito, Antônio Conceição²² menciona: “A minha universidade foi na rua memo, procurando saber [...] Então, é uma coisa que eu aprendi e que é original, é essencial. Eu discuto com qualquer biólogo. Eu queria fazer biologia.” Antônio reforça a importância da formação universitária. Embora não tenha tido oportunidade de fazer um curso de nível superior, e apesar da sua mágoa e constrangimento em relação a essa questão, ele continuava a estudar e a procurar explicações sobre as questões oriundas de sua experiência no Parque Metropolitano do Abaeté.

²² Entrevistado: Antonio Conceição. Ambientalista. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 5 de maio de 2003.

Não obstante, a experiência da patrimonialização e o conjunto de significados do espaço do Abaeté para a população local apresentam-se de maneira diversificada, conforme demonstraremos a seguir.

6.1.1 Parque Metropolitano do Abaeté: diversas apropriações

Vale a pena explorarmos mais alguns aspectos em relação ao processo de apropriação patrimonial do Parque Metropolitano do Abaeté. Assim, analisamos três tipos diferenciados de vinculação, que ilustram a diversidade de sentidos em relação ao referido espaço.

Inicialmente, citamos o exemplo do professor e artista plástico Ives Quaglia e sua família. Eles chegaram na década de 1960 e moram até hoje no bairro de Itapuã. Os temas dos seus quadros associam-se, na maioria das vezes, ao cotidiano do bairro, principalmente o mar e a pesca. Esse fato demonstra uma apropriação em relação a valores e elementos da cultura local. Ademais, Ives é um educador que trabalha também com a questão da preservação, com a reciclagem de materiais.

Seu pai era militar e gostava da atividade pesqueira e das histórias dos pescadores. Sobre a sua vivência com a população local, escreveu algumas crônicas, narrando situações típicas do lugar.²³ Além do vínculo afetivo, o exemplo de Ives e de seu pai mostram a construção do processo de apropriação por meio da arte e da educação. Nesse sentido, os valores em relação ao bairro e ao Parque Metropolitano do Abaeté também são mediatizados e divulgados como produção artística.

Citamos outro exemplo de apropriação de natureza um pouco diferenciada, em relação ao que foi apresentado anteriormente. Estamos nos referindo a D. Terezinha²⁴. Essa senhora trabalhava na roça, no sertão do estado da Bahia, e veio para a cidade de Salvador, fugindo da seca. Inicialmente, a história de D. Terezinha ilustra a realidade de muitas mulheres no Brasil, abandonadas pelos maridos quando estão grávidas, principalmente aquelas que fazem parte das classes sociais menos privilegiadas.

No caso de D. Terezinha, seu primeiro filho não foi reconhecido pelo pai e, mais tarde, teve cinco crianças de dois pais diferentes. A responsabilidade de criação de suas crianças, entretanto, era sempre dela. Chegou a Itapuã para trabalhar nas casas de veraneio, como empregada doméstica, porque essa atividade resolvia a questão da sua instalação na

²³ O livro foi publicado e o título é “O Menino Sapeca”.

²⁴ Entrevistada: Terezinha Dias, Lavadeira. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 12 de maio de 2003.

nova cidade. Sem qualquer formação escolar, D. Terezinha lavava roupas na Lagoa do Abaeté. De acordo com seu relato, conseguiu organizar sua vida com o trabalho como lavadeira. D. Terezinha narra em detalhes as técnicas de lavagem de roupas na época da sua chegada, salientando também a afetividade e a solidariedade que existia entre as lavadeiras.

Essa senhora manifesta coerência em relação a seus sentimentos e sua história. Ela conseguiu encontrar, nas atividades laborais realizadas no Abaeté, a oportunidade de proporcionar melhores condições de vida para sua prole²⁵. Além disso, a afetividade de D. Terezinha em relação ao bairro a fez optar por deixar uma casa de sua propriedade em outro bairro, para pagar aluguel e continuar habitando nas imediações do Abaeté.

O caso de D. Terezinha mostra também que o Parque Metropolitano do Abaeté, enquanto espaço de trabalho feminino, apresenta aspectos particulares. Esse lugar faz aflorar aspectos de uma história sob a ótica feminina. Nesse sentido, são mulheres que construíram suas vidas com o desenvolvimento de atividades laborais. O Abaeté é uma referência espacial que desperta também essa memória de luta feminina, pela conquista da independência em relação aos homens. Constitui-se, portanto, num exemplo de identificação, pertencimento e apropriação que difere da condição de nascer no bairro, mas que não podemos deixar de levar em consideração, sob pena de não compreendermos a própria dinâmica memorial do Parque Metropolitano do Abaeté.

Trazemos novamente a história de Ulisses,²⁶ que desenvolve atividades importantes no bairro, a exemplo de um projeto social com crianças que vivem nas ruas, mantido pela Associação Carnavalesca e Cultural Malê DeBalê, situado também no Parque Metropolitano do Abaeté, conforme registro anterior. Ulisses morou em Itapuã durante muito tempo, onde aprendeu a prática da pesca com um tio, que já era pescador nesse bairro. Suas palavras registram o seguinte:

Nasci na rua Flor do Bosque. Agora, que eu tô na base de 10 anos morando fora de Itapuã. Mas, mesmo assim, eu não saio de Itapuã. porque é minha raiz. É tanto que eu tenho um contrato com minha companheira: no dia em que Deus me chamar, não me leve pra outro cemitério. É pra São Francisco, em Itapuã. É ali, que tá, os restos mortais de meus avós, minha mãe, meus tios, minha tia. Então, eu quero vir pra esse mesmo destino. A não ser que seja uma coisa ao contrário. Que eu vá, fique lá, e não volte.²⁷

²⁵ As Lavadeiras do Abaeté representam um universo a ser explorado por outras pesquisas. Tratam-se de trabalhadoras que detêm um conjunto de informações, principalmente sobre as mulheres negras.

²⁶ Entrevistado: Ulisses Santos, Pescador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 14 de maio de 2003.

²⁷ Ele se refere à possibilidade de morrer em pleno mar.

Ulisses, como Antônio, demonstra um sentimento de pertencimento construído com base em sua história. Entretanto, sua narrativa é constituída de aspectos diferenciados em relação ao que foi apresentado pelo referido presidente da ONG Nativo de Itapuã. Assim, ele conta em detalhes, sobre seu avô, que era pescador, sobre a aprendizagem da atividade pesqueira, a morte de sua mãe e o papel de sua avó em sua educação. No seu depoimento, ele fala mais especificamente sobre sua mãe, seu trabalho como lavadeira na Lagoa do Abaeté, deixando entrever questões referentes à sua religião e às práticas do candomblé. Essa religião é associada a suas origens, explicitando um aspecto curioso em relação a essa questão: “[...] porque eu digo: sou filho de Itapuã, mas eu não nasci em Itapuã, eu nasci no Alto do Gantois”²⁸.

Imagem 15 – No Terreiro do Gantois: Jorge Amado, Dorival Caymmi e Carybé com a Ialorixá Mãe Menininha



Fonte: Caymmi (2001, p. 445).²⁹

Nesse caso, é necessário compreender a totalidade do discurso de Ulisses para chegar a uma explicação em relação à situação contraditória apresentada por ele. Quando diz que não nasceu em Itapuã, mas que é filho de Itapuã, isso quer dizer que deu continuidade a uma

²⁸ Terreiro do Gantois, espaço religioso do candomblé, localizado no bairro da Federação, nas imediações do centro da cidade de Salvador. É um dos espaços mais reputados do candomblé, frequentado por artistas, cantores, escritores, professores universitários, entre outros. Discutimos sobre o processo de tombamento desse espaço e suas dificuldades, na seção 3 desta tese.

²⁹ Autor da foto Gildo Lima (CAYMMI, 2001).

história construída por seus ancestrais que legitima sua ligação e sua afetividade em relação ao bairro. Dessa maneira, assemelha-se ao que foi dito por Antônio.

Ademais, é interessante e sugestivo que tenha abordado suas origens maternas e que essas tenham se manifestado na narração do trabalho de sua mãe na Lagoa do Abaeté, fato que ratifica o que foi dito anteriormente, sobre o parque como espaço de trabalho feminino. Outrossim, ele evoca e afirma suas origens negras nesse momento. Então, é o território da Lagoa do Abaeté e sua historicidade, construída por pessoas como Ulisses, comprometida com as questões étnicas, que fazem aparecer as identificações e associações com a religião do candomblé. Nesse aspecto, seu discurso difere completamente da fala de Antônio. Compreendemos sua narrativa como parte de um processo de afirmação étnica. Assim, não é por acaso que ele explora aspectos históricos da Lagoa do Abaeté, associados, principalmente, à presença de escravos negros. A propósito dessa questão, diz:

[...] no tempo que pra você chegar no Abaeté precisava ter coragem, porque Abaeté era um caminhozinho dessa largura. Pra chegar lá, até aquele quilombo, era muita coragem.
 [...] Naquele quilombo, porque o Abaeté é um quilombo.
 [...] Porque foi um lugar que os negros, os negros malê se abrigou. Aqui tinha a senzala³⁰ de um homem por nome de Diogo Dias, que bem pouca gente em entrevista procura se inspirar nisso, quem era Diogo Dias. Um negro que ficava naquela pedra grande que tem ali e se chama Diogo Dias, uma pedra que tem ali embaixo. De outro lado, tinha uma pedreira que era a senzala, onde tem o Colégio Lomanto. Ali era a senzala dos negros, até chegar lá embaixo perto do quiosque de Janaína. Então, dali saía esses negros pra lavar suas roupas na Lagoa do Abaeté. É tanto que na Lagoa do Abaeté tem um lugar que chama-se buraco de vovó. Então, como é que os negros chamavam esse buraco? Buraco do tatu. Porque era um lugar que dava muito tatu e lá faz um outro Abaetezinho pequeno, nesse lugar que chama buraco da vovó, que é um lugar muito fundo. Então, os negro nagô chamava aquilo lá de buraco do tatu. E tanto que nego diz assim: por que que o nome é Itapuã? O nome de Itapuã botaram por um acaso. Mas seria quilombo buraco do tatu.³¹

De acordo com Ulisses, o Parque Metropolitano do Abaeté tem um papel significativo pelos valores da cultura afro-brasileira. Esses aspectos foram reconhecidos, ao longo dos anos, por historiadores, folcloristas, artistas e cantores, mas provêm de um forte movimento de organização da sociedade civil, que se manifestou também com a participação de diversas pessoas do lugar, em prol da patrimonialização do parque, mas que não foi levado em consideração pelas políticas públicas de preservação, para musealizar e mediar o processo de forma adequada. Dessa forma, todas as referências históricas citadas por Ulisses mostram uma

³⁰ Construções nas fazendas de cana-de-açúcar para abrigar os escravos negros.

³¹ Entrevistado: Ulisses Santos, Pescador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 14 de maio de 2003

preocupação em narrar um passado de luta e resistência dos negros, que não foi contemplado pela patrimonialização e nem está sendo mediatizado pela ONG Nativo de Itapuã.

Verificamos ainda, no caso de Ulisses, outro aspecto relativo a esse processo que demonstra uma articulação coletiva e atual em torno desse patrimônio. Trata-se da sua vinculação ao grupo carnavalesco e cultural Malê DeBalê. Ao longo da sua vida, Ulisses ocupou uma posição de destaque nos rituais do candomblé. Juntamente com seu pai e seus quatro irmãos, tocava atabaques³² durante as festas de santo³³, integrando os principais grupos afros da cidade de Salvador, como percussionista³⁴. Sua experiência nesses grupos carnavalescos permitiu-lhe iniciar um trabalho de formação musical com crianças que moram nas ruas da cidade de Salvador. Atualmente, faz parte da direção do grupo afro Malê DeBalê³⁵.

Imagem 16 – Festa de Itapuã: apresentação do Grupo Malê DeBalê



Fonte: Acervo da autora, 2003.

A seguir, transcrevemos um trecho de sua entrevista, para compreendermos o cotidiano e a dinâmica da memória associada ao Parque Metropolitano do Abaeté:

³² Instrumento musical de percussão utilizado nos rituais do candomblé.

³³ Expressão que se refere aos rituais do candomblé.

³⁴ Ele participou do grupo carnavalesco Filhos de Gandhi – grupo formado de homens que se definem como negros. Ulisses também participou de outro grupo afro-carnavalesco denominado Ilê Ayê. É necessário explicar que esses grupos exercem um importante papel na construção e afirmação da identidade negra baiana.

³⁵ O grupo Malê DeBalê é conhecido como grupo afro do bairro de Itapuã. Além disso, é reputado também pela qualidade de suas coreografias afro-brasileiras.

Oh, o Malê é um bloco de carnaval. A realidade é essa. É um bloco. Agora, que bloco é esse? Foi inspirado esse bloco em cima de quê? Bira não morava em Itapuã, morava na Garibaldi, a gente já se conhecia há anos. Eu e o irmão dele que morava no Rio, porque eu viajava muito pra ensaio de escola de samba, fazia muito trabalho com a Viradouro³⁶. Eu tenho muito amigo na Viradouro. Aí, Bira saiu de um bloco chamado a Fofoca e veio morar em Itapuã, com a mãe dele. Chegando aqui, me chamou, chamou Jocélio, que é cunhado dele - “vamo fazer um bloco”, rapaz vamo fazer uma pesquisa. Foi fazer essa pesquisa e encontrou num livro a “a revolta dos malês”. Fundação do Malê foi por onde começou, foi por Itapuã. E foi se parar pela Carlos Gomes. Em cima disso, a gente se inspirou Malê. Ele aí botou de Balê. Malê Debalê. Agora o que é Balê? Malê é um nome homem e Balê é um nome mulher. Quem é essa mulher? Yansâbalê. É uma Yansã. É tanto que o Malê tem uma missão todo ano de botar um presente no Abaeté.

Imagem 17– Afoxé Filhos de Gandhi



Fonte: Acervo da autora, 2003.

É interessante constatar, com base nesse depoimento, que, de fato, o grupo afro Malê Debalê teve diversas influências em sua constituição. De início, inspirou-se na escola de samba Viradouro do Rio de Janeiro. É pelos membros dessa escola que negros e mestiços, tocadores de ritmos típicos do candomblé ligados à percussão e ao samba, contribuíram para inspirar alguns participantes desse grupo.

Existe, entretanto, outro aspecto significativo no processo de constituição desse grupo. A associação foi formada por uma curiosidade histórica. Seus idealizadores procuraram um fato importante para a comunidade afro-brasileira. Seus fundadores encontraram nos livros de história um nome que era representativo de um momento histórico associado à memória da

³⁶ Famosa escola de samba do Rio de Janeiro.

resistência dos escravos negros no passado e também a uma divindade feminina da religião do candomblé. Isso pode esclarecer sobre a natureza do grupo, que visa manter-se fiel às práticas religiosas expressivas de uma identidade afro-brasileira e, por meio do nome Malê DeBalê, procura construir uma nova história, mostrando a determinação e a luta do povo negro. Podemos dizer que existe ainda uma re-elaboração cultural em todo esse processo. De fato, o grupo carnavalesco e cultural Malê Debate considera suas referências históricas para contar ao público uma nova história, ao lado de seus participantes.

6.1.2 Patrimonialização, ausência de discurso e as tradições afro-brasileiras

A ONG Nativo de Itapuã trabalha numa perspectiva exclusivamente ecológica. A patrimonialização do Parque Metropolitano do Abaeté não contemplou a construção do discurso ambientalista e isso faz com que os membros do Grupo Ecológico Nativo de Itapuã realizem a mediação do espaço, determinando o tipo de discurso a ser veiculado sobre o local. A fala de um guia, exposta a seguir, permite-nos verificar que a questão das religiões afro-brasileiras não é tratada de forma cuidadosa. Pelo contrário, é percebida como prática agressora à natureza. Dessa maneira, de acordo com João Antônio de Nascimento Santana³⁷, guia do projeto “Meninos do Abaeté”, o conteúdo trabalhado durante as visitas é pautado nos seguintes itens:

Eu passo informações para as pessoas que chegam. Os visitantes. E as pessoas daqui mesmo. A gente passa informações sobre o lado não visto da fauna, flora e lagoa do parque. Sobre a vegetação aqui do parque, as plantas decorativas, plantas medicinais, plantas silvestres, os animais, mamíferos répteis. As pessoas vêm muito botar oferenda na lagoa. Às vezes coloca velas, queimando a vegetação, as árvores.

Essa questão é vista de forma problemática também pela administração do parque, que tenta privilegiar o discurso de preservação ecológica em detrimento das práticas religiosas ligadas ao candomblé, inclusive envolvendo os trabalhadores que fiscalizam o Parque Metropolitano do Abaeté.

Por exemplo, Cândida Costa³⁸, coordenadora da equipe que fiscaliza o Parque Metropolitano do Abaeté, explica que, ao assumir seu posto, recebeu um curso da empresa³⁹ com informações sobre o espaço e suas atividades, que consistem em:

³⁷ Entrevistado: João Antônio de Nascimento Santana, Guia do Projeto Meninos do Abaeté. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, em 10 de maio de 2003.

³⁸ Entrevistada: Cândida Costa. Idade: 52 anos. Orientadora do Parque Metropolitano do Abaeté e Coordenadora da Equipe de Fiscalização e Segurança. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 26 de maio de 2003. (Grifo nosso).

³⁹ Trata-se de uma empresa terceirizada que presta serviços de limpeza e segurança no Parque Metropolitano do Abaeté.

[...] orientar as pessoas pra não depredarem o parque, pra não tirar as árvores, não tirar os galhos, não tirar as plantas, não levar animais. Orientar as pessoas pra cuidar da fauna e da flora.

[...] Isso aqui é uma área, sempre foi uma área usada muito pelo pessoal do culto afro. Aqui, eles botam as oferendas deles, aqui eles tiram as ervas que eles precisam pra fazer os chás, os remédios, é uma área muito rica. Em folhas pra remédios, pra medicina, pra essas coisas. E são pessoas que a gente chega, conversa, explica. Às vezes eles acendem uma vela num lugar, invade, aí a gente vai, chega e explica, não é permitido acender vela. *Se acender, afasta todos os males que tiver por ali* ao redor, pra não acontecer incêndio, pra não depredar o parque porque se acabar, eles não vão ter onde botar as oferendas deles. E eles entendem. Graças a Deus, tá dando tudo certo. [...] Ultimamente, eles tão tirando muito poucas, porque tem o pessoal do Nativo que, por causa da devastação antiga que a pessoa usava isso aqui, depois urbanizaram, né? Então, é isso aí. As plantas, apesar de terem muitas, mas não é tanto como tinha e a gente fica sempre preservando. Se você vai tirar uma planta, você não tem lugar. Caso você leve uma folha, pra fazer chá, porque a gente não pode proibir, porque às vezes a pessoa não tem dinheiro pra comprar o remédio, né? Mas é proibido tirar. Tirar as plantas, tirar os animais, depredar as dunas, areia, essas coisa. Tá, no parque, é pra ficar no parque.

O discurso de Cândida apresenta-se pronto em relação à necessidade de preservação e formação dos usuários do parque. Nesse caso, a concepção de proteção ecológica distancia-se do envolvimento das pessoas com o espaço, tratado como algo puro e intocável. Aproxima-se, assim, da fala do guia da ONG Nativo de Itapuã, o que nos permite constatar que existe uma orientação com relação à propagação desse tipo de informação.

Não obstante, no decorrer do seu depoimento, Cândida revela e manifesta suas preocupações com relação à sua condição de mulher de 54 anos, negra e que precisa trabalhar. Ademais, quando estimulada a falar mais sobre sua história, causou-nos surpresa, pois revelava grande conhecimento sobre o candomblé. Esse fato explica-se pelo fato de Cândida ser filha de uma mãe de santo e, futuramente, deverá assumir seu terreiro. Com isso, entende-se o “ato falho” no seu discurso sobre as velas, apresentado na sua fala anterior, demonstrando seu uso como forma de purificação. Vejamos a seguir, o que ela diz sobre a natureza das oferendas no Parque Metropolitano do Abaeté:

Você chega perto da lagoa e tá negreando assim de peixe, os peixinhos tudo desse tamanho. O que é isso aí? Isso é as oferendas que eles botam: milho cozido, e os peixes tem sempre o que comer. Eles tão bem alimentados e vão proliferar, né? Se eles não botassem essas oferendas aí, os peixes já tinham acabado. O peixe tem o que comer. Eles não podem comer só lama, lama. É milho cozido, é feijão, feijão fradinho, é uma maçã, é uma uva por isso que tem essa quantidade de peixe, aí. Eles não têm interesse nenhum em destruir isso aqui, porque o culto afro o que ele cultua é a natureza. Ele precisa do mato pra botar as oferendas dele, ele precisa das águas pra botar as oferendas, ele precisa da terra pra botar as oferendas, dos animais. Jamais, eles vão destruir do que eles precisam. Os mananciais tão todos acabados. Tinham diversos rios na paralela. Todos foram destruídos, com viadutos e praças e não sei o quê.

Podemos destacar várias questões na narrativa apresentada. Inicialmente, verificamos o caráter seletivo das empresas de prestação de serviços. Assim, seu trabalho é visto como

uma conquista e um “golpe de sorte”, que ela não arrisca colocar em “jogo”, na medida em que não é comum, para uma mulher negra de 54 anos, inserir-se no mercado de trabalho⁴⁰.

Por outro lado, o discurso de Cândida, revela aspectos repressivos e autoritários em relação a sua cultura e origem. Nesse caso, ela assimilou informações sobre os aspectos ecológicos do parque, mas não explicita o conteúdo relativo às práticas do candomblé. No entanto, acredita e faz parte dessa religião, inclusive assumindo uma posição importante na sua composição hierárquica. Esse fato apresenta consequências para o processo de aceitação da sua história que, nesse caso, não é recomendável que seja manifestada e valorizada de forma adequada.

Por outro lado, o direito de expressar sua origem e cultura deveria fazer parte do processo de patrimonialização. Com efeito, as informações relativas ao espaço de que a população local é portadora e os membros dos cultos afro-brasileiros possuem são imprescindíveis para a compreensão do espaço no conjunto de seus significados históricos e culturais. O discurso de Cândida revela, por exemplo, as articulações do candomblé com a natureza, demonstrando que, para os praticantes dessa religião, a natureza é fundamental. Na verdade, seus adeptos cultuam a natureza⁴¹.

Em nome do discurso preservacionista, não se pode reprimir práticas culturais tradicionais fundamentais para o entendimento da realidade de grupos sociais que fazem parte do conjunto da sociedade brasileira e que também a construíram. Portanto, todas as informações são fundamentais para o desenvolvimento e a continuidade de uma patrimonialização comprometida com a memória local e que deveria incluir as práticas tradicionais das comunidades afro-brasileiras.

Todavia, retornemos a analisar o fato de os questionários terem revelado a pouca utilização do parque como espaço de prática dos rituais religiosos do candomblé. Para tanto, apresentamos, a seguir, trecho da fala de Valtinho⁴², pai de santo que possui um terreiro de candomblé no bairro de Itapuã e oferece um presente para Oxum na noite de 12 e madrugada de 13 de dezembro, no Parque Metropolitano do Abaeté.

⁴⁰ Sobre o processo de discriminação das mulheres negras no mercado de trabalho, reconhecemos que é necessário o desenvolvimento de pesquisas mais específicas.

⁴¹ Mencionamos ainda o trabalho do Prof. Ordep Serra, da Universidade Federal da Bahia, que desenvolveu projeto de extensão que consistia num jardim de folhas sagradas na UFBA, que poderia inspirar algumas propostas para os parques ambientais, urbanos e religiosos, evitando os conflitos entre a concepção ecológica purista e as práticas religiosas.

⁴² Entrevistado: Valter Isídrio dos Santos, Pai de Santo. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 16 de maio de 2003.

Muitas vezes, umas cinco ou dez vezes, eu levantei correndo pra ir pro Abaeté, porque eu ouvia fogos tocar. Atabaques tocarem, eu ouvia, pertinho do Abaeté. Quando chegava lá, não tinha ninguém, não tinha nada.

[...] Um dia de madrugada, que eu fazia trabalho, o Abaeté era cheio, não era esse Abaeté mixuruca que tá aí agora, era um Abaeté grande. Tinha uma criatura chamada D. Ladú que tinha o cabelo muito comprido. Eu conheci ela. O filho dela casou com minha irmã, minha irmã caçula. E eu conhecia muito ela, ela morava aqui em cima. Aí eu saí daqui, amanhecendo o dia, assim, eu e mais Cledneuzza, pra levar uns trabalho de amor que a gente foi botar no Abaeté. Quando eu fui andando, eu vi lá no ponto lá, onde a gente bota os presente, aquela mulher na beira d'água tomando banho. Eu disse: Meu Deus, onde D. Ladú tá tomando banho; eu disse assim é Ladú, é Ladú mesmo que tá tomando banho. Aí vai, a gente andando, eu Neuza e o siná Gugú, o ogã daqui. Quando a gente chegou perto que deu pra gente ver e ela viu, ela se jogou dentro d'água e era uma cauda enorme, era uma aba de peixe, uma aba de peixe, a cauda dela e o cabelo dela não era preto, era verde e ela era da minha cor. E a cara não deu pra gente ver [risos]. Quer dizer, se disser que existe a mãe d'água no Abaeté, existe porque eu vi. Uma vez que eu não vi a cara, não falei com ela, nem nada, porque, quando eu tava a uns cem metros dela, ela se jogou dentro d'água. Foi aí que a gente descobriu que não era Ladú. Até o final, até perto, a gente tava pensando que era Ladú por causa do cabelo comprido. Quando chegou lá, que a gente chegou mais perto, aí a gente viu aquela aba de peixe assim. Aí pronto, adeus. Eu me senti mal, mas nada me pegou. Não dei santo, não dei nada. Fiquei passando mal do choque e pronto. Aí, eu passei a acreditar que tinha mesmo a mãe d'água. Aí, foi quando eu comecei a botar o presente. No outro ano, eu comecei a botar do dia 12 pra 13 de dezembro. No dia que aconteceu isso, eu comecei a botar o presente pra Oxum.

O depoimento de Valtinho é importante para compreendermos algumas especificidades do candomblé. Para começar, os rituais são realizados em horários definidos em função da rotação solar. Assim, normalmente, ocorrem muito cedo, de madrugada, por exemplo, ou no final da tarde, antes do pôr do sol. Conforme apresentado anteriormente, na fala de Valtinho, vários terreiros da cidade de Salvador possuem datas fixas para realizar seus rituais.

Constatamos também que alguns rituais no Parque Metropolitano do Abaeté são discretos. Os praticantes chegam e observam para verificar se não tem muita gente por perto. Citamos, por exemplo, um ritual que observamos, realizado às 7 h da manhã, por uma mulher toda vestida de branco, com um turbante da mesma cor na cabeça. Ela carregava uma criança nos braços. Ao chegar, observou os quatro cantos do parque. Depois, caminhou até a margem da lagoa. Novamente, olhou em volta e, depois, fez a sua oferenda (um buquê de flores). Em seguida, fez o sinal da cruz sobre sua face e corpo e, em seguida, repetiu o mesmo gesto na criança. Retornando, dirigiu-se para a árvore sagrada. Embaixo dela, ficou quase meia hora, numa atitude de prece. Posteriormente, partiu discretamente, deixando a impressão de que, durante a sua estada no Parque Metropolitano do Abaeté, deveria ter uma atitude de respeito, concentração e oração.

Portanto, entendemos que o silêncio e/ou a ausência de valorização da memória local e dos rituais afro-brasileiros têm um sentido. O Parque Metropolitano do Abaeté foi

patrimonializado em decorrência do movimento social que surgiu em torno desse patrimônio, visando sua preservação e valorização. Contudo, foi definido como modelo de proteção patrimonial, uma patrimonialização parcial e restrita que estabelece um “lugar” definido para o conjunto dessas manifestações culturais e da memória local. Discutiremos sobre essa questão na subseção seguinte.

A patrimonialização e o desenvolvimento de diversas ações, principalmente, pela ONG Nativo de Itapuã em torno do Parque Metropolitano do Abaeté, mostram que existe um movimento por parte das pessoas que se ocupam desse patrimônio, orientado em torno da afirmação de valores ecológicos e de uma história específica. Entretanto, é uma história que não contempla a luta e a participação de grupos sociais hierarquicamente inferiores no quadro da sociedade brasileira, conforme demonstrado.

Vejamos, a seguir, o depoimento de Jay Meneses⁴³, participante da demolição dos casebres que havia no Parque Metropolitano do Abaeté antes da sua inauguração, sobre as preocupações relativas aos cultos afro-brasileiros por parte dos funcionários estatais responsáveis pela reforma desse espaço.

Onde era uma boate, tinha uma parte que era um candomblé que tem ali hoje e era pra ser, seria pra ser um candomblé de exibição, certo? Pro turista chegar e saber o que é o candomblé.

[...] Não deu certo não. Acho que nem chegou a ser implantado. Que se fosse realmente representativo, tinha que se contratar atores, né? Que o pessoal de candomblé não ia saber representar. Eu acho que o custo seria grande. Ia ter custo.

Não podemos negar que houve uma “preocupação” com relação às práticas dos cultos afro-brasileiros, conforme mencionado pelo funcionário da Conder. O problema da ausência de informações no Parque Metropolitano faz-nos pensar na análise de Serra (2011, p. 6) sobre a continuidade do racismo no Brasil, que assim se expressa:

Preconceitos que deitaram raízes no campo da ciência no século XIX e em parte do século XX fizeram dos ritos afro-brasileiros um “problema psiquiátrico” diretamente ligado a um suposto “drama originário” do Brasil: o imaginado *handicap* de sua formação racial.

Vimos que os preconceitos em relação às práticas afro-brasileiras manifestavam-se também no campo da produção científica, tendo sido tratadas como manifestações psicóticas e

⁴³ Entrevistado: José Jay Menezes Valverde, Funcionário Público. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 12 de maio de 2003.

atividades criminosas. Não é por acaso, portanto, que Nina Rodrigues (1977⁴⁴ apud SERRA, 2011, p. 6) considerava que:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido seus incontestes serviços a nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros de seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.

Sobre o tratamento dispensado pelas autoridades aos praticantes das religiões afro-brasileiras, descreve Valtinho⁴⁵ que, ao chegar no bairro de Itapuã para instalar seu terreiro, teve que tirar licença na polícia. Sua experiência demonstra a luta e a coragem do povo negro para manter suas atividades religiosas. A seguir, apresentamos seu relato:

A gente tirava licença na polícia. Era um grande caso, pra se fazer santo. Tinha que aumentar a idade. Eu aumentei a minha idade, quer dizer pra ficar no lugar de pai de santo. Era muito discriminado. A gente tinha que ir na polícia tirar a licença na segunda delegacia.

[...] A gente ia na delegacia de jogos e costumes. Tirava a licença lá. De lá, mandava a gente pra primeira delegacia de furtos e roubos, pra o delegado da furtos e roubos assinar. E aí, a gente trazia pra delegacia de nosso bairro, pra o delegado passar o visto, a rubrica pro candomblé. Qualquer coisa, era aquele sucesso.

Como discute Serra (2011, p. 6): “É fácil dizer que essas ideias já foram varridas pelo tempo. Mas não é exato. Dá-se que elas foram transformadas em atitudes incorporadas por muitos.” Atitudes, por exemplo, como as que foram estabelecidas no processo de patrimonialização do Parque Metropolitano do Abaeté e que repercutem na vida das pessoas, comprometendo os processos de compreensão e aceitação da sua história. A título de ilustração, o Jornal A Tarde, do dia 18/9/2013 traz a seguinte notícia: “Haddad veta umbanda como patrimônio imaterial” (ZANCHETTA, 2013, p. 1)⁴⁶. Justifica o referido prefeito que essa religião tem o dia 15/11 como data comemorada anualmente no calendário oficial da cidade como dia da umbanda.

Verifica-se ainda que a concepção de proteção patrimonial está atrelada ao desenvolvimento do turismo. Daí a explicação para o tratamento folclórico dessas manifestações. É por isso que associações como o Malê DeBalê, normalmente, participa

⁴⁴ NINA RODRIGUES, R. **O animismo fetichista dos negros da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

⁴⁵ Entrevistado: Valter Isídio dos Santos, Pai de Santo. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 16 de maio de 2003.

⁴⁶ Esclarecemos que Haddad é o prefeito da cidade de São Paulo, vinculado ao Partido dos Trabalhadores, e que a umbanda pertence a uma das matrizes dos cultos afro-brasileiros.

apenas de apresentações e *shows*. O grupo é apresentado junto à mídia como uma expressão tipicamente baiana.⁴⁷ Por outro lado, essa agremiação não recebe nenhum apoio para a realização dos projetos sociais e desenvolvimento de suas atividades cotidianas, como práticas musicais, dança, confecção de vestimentas e outras.

Devemos voltar agora a um último ponto do discurso de Ulisses,⁴⁸ sobre a oferenda da Associação Carnavalesca e Cultural Malê Debate no Parque Metropolitano do Abaeté. Trata-se de considerar sua explicação no que se refere ao presente na Lagoa do Abaeté:

Eles tomaram uma missão de botar um presente no Abaeté. Por que botaram esse presente no Abaeté? Porque é o lugar que tem lama. E essa YansãBalê é uma irmã de um outro orixá que é a dona da lama, Nanã. E Nanã é a morte. Eles aí cruzaram pra livrar a pele da outra irmã que é Nanã e ajuntar Yansã e Nanã, que são irmãs. Como tem Oxum e Yemanjá. E aí botaria um presente pra Nanã e arriaria uma comida pra Yansã. Agora, onde arria essa comida pra Yansã que é uma Balê? Só quem sabe é o povo do candomblé. Aí, no caso, tem um pai de santo chamado Valtinho⁴⁹ que foi quem fez os ebós do Malê que o Malê vai pra rua, fazendo Ebó, fazendo ritual do candomblé e aí Valtinho disse: “Chama Ulisses que ele sabe onde arriar essa.” Aí essa comida seria arriada nos bambuzais do aeroporto, na entrada do aeroporto. Um presente pra Nanã no Abaeté e a comida pra Yansã é arriada lá.

Perguntamos por que esse ritual é feito no caminho da entrada do aeroporto de Salvador, e Ulisses respondeu-nos da seguinte forma:

Porque é o lugar que tem um plantio de cemitério e essa Yansã vive no cemitério. Em vez de botar na porta do cemitério, pra trazer mortes e guerras pro bloco, no cemitério tem pé de bambu, não tem? Lá também tem pé de bambu. Então, se arria no pé do bambu, onde tem estrada, que é pra o bloco sempre andar pra frente [risos]. E onde a gente tem condições de vir o dinheiro. Dinheiro anda muito de avião. Essa Yansã é uma das patronas do Malê.

A narrativa de Ulisses, como vemos, é plena de simbolismo. Com efeito, a Associação Carnavalesca Malê Debate po meio das suas oferendas no Parque Metropolitano do Abaeté, mais precisamente na Lagoa do Abaeté, de alguma forma conserva os rituais tradicionais do candomblé, que são cheios de beleza. Por exemplo, a indumentária dos seus participantes chama a atenção, por seu colorido e diversidade de formas, além das coreografias e da música, que encantam a todos, principalmente os turistas⁵⁰.

⁴⁷ Por exemplo, o vídeo da Casa da Música situada no Parque Metropolitano do Abaeté apresenta o grupo Malê DeBalê como uma expressão de festividade na Bahia.

⁴⁸ Entrevistado: Ulisses Santos, Pescador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 14 de maio de 2003.

⁴⁹ Valtinho é um pai de santo que tem sua casa de candomblé em Itapuã. Durante a entrevista, explicou que, no candomblé, no caso de divindade que tem irmã, é aconselhável fazer oferendas para as duas.

⁵⁰ Ver Imagens 17 e 18.

Imagem 18 – Festa de Itapuã: apresentação do Grupo Malê DeBalê



Fonte: Acervo da autora, 2003.

Constatamos também, no discurso de Ulisses, uma clareza a propósito das questões econômicas. Nesse caso, os participantes da Associação Carnavalesca Malê Debate entendem que é necessário o apoio dos estrangeiros, referindo-se à importância do turismo para a existência do grupo. Esse fato acaba por influenciar também o planejamento, o desenvolvimento e o conteúdo das suas práticas.

6.2 PARQUE METROPOLITANO DE SÃO BARTOLOMEU: AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E OS PROCESSOS DE APROPRIAÇÃO PATRIMONIAL E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O Parque de São Bartolomeu, situado na periferia da cidade de Salvador, mesmo após sua criação, continua a enfrentar problemas de várias ordens. De início, o desenvolvimento urbano acelerado da região metropolitana, sem planejamento ou organização definida, contribuiu para um crescimento desordenado das áreas subjacentes, produzindo o surgimento de várias ocupações irregulares.

A região do Parque Metropolitano de São Bartolomeu é um exemplo de zona de ocupação não regular, que conta com muitas habitações precárias e também algumas favelas. De forma geral, a área agrupa pessoas que vivem numa situação socioeconômica difícil e que

não têm outra opção de moradia. Existe ainda um grande número de desempregados e de jovens envolvidos no tráfico de drogas, ocorrendo conflitos armados entre eles e também com a polícia. Tudo isso contribui para a criação de um “clima” de insegurança nesse lugar. De fato, é uma região marginalizada e a presença do poder público é bastante frágil. Ademais, as pessoas que moram no entorno do parque são frequentemente obrigadas, por uma questão de sobrevivência, a utilizarem a vegetação do parque como fonte de alimentação, por exemplo. Ocorre no local, ainda, a derrubada e venda de árvores para a construção de móveis e edificações, como também é frequente o uso de madeiras como combustível para a preparação de alimentos etc.

Mesmo com a ausência de uma ação permanente do poder público e com os problemas que foram mencionados, esse parque ainda é objeto de atenção de várias pessoas com interesses diversos. Em 2004, no Parque Metropolitano de São Bartolomeu, existiam quatro ONGs, a saber: a Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB), o Centro de Educação Ambiental de São Bartolomeu (Ceasb), o Centro de Estudos Socioambientais (Pangea) e o Bagunção⁵¹. Cada um desses grupos ocupa e trabalha em uma área específica do parque, desenvolvendo atividades próprias. O diálogo ocorre em momentos específicos, por exemplo, em reuniões oficiais nas instituições públicas ou promovidas pelos agentes financiadores de projetos. Apesar disso, existe uma preocupação em relação ao trabalho de cada um e há um consenso sobre o principal problema do Parque de São Bartolomeu, que é de ordem social.

Os participantes dessas organizações reconhecem a presença das outras, explicitando uma definição territorial em torno do parque. Durante nosso trabalho de campo, isso ficou fortemente evidente. Por exemplo, cada membro de uma organização utiliza os nomes dos representantes das associações para fazer referência a uma área do parque, como constatamos, a seguir.

6.2.1 Associação de Amigos de São Bartolomeu (AASB): o subúrbio como patrimônio

No auge do movimento de preservação do Parque de São Bartolomeu⁵², seus participantes sentiram a necessidade de criar uma associação para viabilizar suas demandas, agrupar as pessoas, inclusive os profissionais que já desenvolviam projetos específicos sobre

⁵¹ Os responsáveis por essas associações as intitulam como organizações não governamentais. Então, no presente texto, respeitaremos essa denominação.

⁵² Questão discutida na seção 5 deste trabalho.

o parque. Ainda que os membros desse movimento fossem diversos, o seu núcleo era constituído por um grupo de educadores da equipe urbana do CEAS⁵³. Essa sistematização era necessária para realizar a captação de recursos fundamentais para o financiamento dos projetos. Dessa forma, a AASB foi criada em 1989, como resultado de um envolvimento significativo de praticantes do candomblé, principalmente Mães e Pais de Santo de vários terreiros da cidade de Salvador.

Durante os anos 1990, os membros da AASB desenvolveram ações de mobilização em prol da preservação do Parque Metropolitano de São Bartolomeu. Com isso, conseguiram que o Estado construísse um posto policial na entrada do parque, por exemplo. Foi também organizada uma creche para auxiliar as mães do bairro com seus filhos durante suas atividades laborais. Manifestações no Parque de São Bartolomeu foram organizadas com a participação de cantores e artistas baianos de reputação nacional e internacional. Uma das mais expressivas ações contou com a participação da cantora Daniela Mercury⁵⁴. Todas essas atividades foram veiculadas nas mídias locais, e sua memória está reunida na sede dessa associação, fazendo valer a ideia de que as referências dessa história também devem ser preservadas e dinamizadas.

O projeto mais reputado e consolidado desse grupo foi concebido em uma reivindicação inicial do Clube das Mães da região da periferia, tendo sido elaborado pelos educadores do CEAS, um dos grupos fundadores da AASB, conforme registro anterior. Esse projeto foi intitulado “Projeto de Formação dos Guias e Guardiães do Parque”. Vejamos o discurso de sua coordenadora, abordando os princípios da proposta:

Esse projeto pioneiro de educação ambiental, voltado para adolescentes da região, Aliou conhecimento do ambiente e formação pelo trabalho nas áreas de comunicação, artes, recepção a visitantes e atividades produtivas passíveis de serem implantadas na área. Provocados a imaginar soluções criativas para a situação existente, esses adolescentes produziram jornais, peças de teatro, desenvolveram campanha para arrecadar livros, criaram um pequeno viveiro de plantas e um programa sistemático de visitação de escolares ao parque. (FORMIGLI, 1998, p. 13).

Os jovens que faziam parte dessa atividade trabalhavam durante um turno e, no outro, faziam cursos de botânica, geologia, hidrologia e oceanografia. Esses adolescentes recebiam

⁵³ Essa organização, ligada aos jesuítas, é composta de um conjunto de profissionais – advogados, cientistas sociais, historiadores, filósofos e assistentes sociais – que sustentam vários projetos de caráter comunitário, particularmente junto às populações marginalizadas em áreas urbanas e rurais. Atualmente, desenvolve projetos no estado de Sergipe, vinculando-se ao projeto do Ministério da Cultura intitulado “Pontos de Cultura”.

⁵⁴ Cantora baiana conhecida principalmente por sua participação no carnaval da Bahia e sua vinculação com a categoria musical denominada de “axé music”. Em 1995, essa cantora era representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil.

conhecimentos também com o objetivo de guiar os visitantes no Parque. Constatamos que muitas pessoas formadas nesse período continuam a realizar visitas ao espaço.

A intenção da referida proposta era oferecer perspectivas de formação e trabalho para os adolescentes da periferia, associando ao desenvolvimento de práticas de visita turística e valorização do parque. Seus idealizadores executaram suas atividades de forma expressiva, trabalhando, inclusive, com alunos de várias escolas da rede municipal de ensino da cidade de Salvador. Criaram também outras linhas de ação, objetivando a formação dos professores.⁵⁵

Percebe-se, nessa iniciativa, a importância desse projeto de proteção patrimonial, que incorporou a população local, investindo também em ações de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, a diversidade de participantes, com diferentes linhas políticas e filosóficas em relação ao espaço do Parque de São Bartolomeu e ao trabalho, acabou provocando tensões e divergências difíceis de serem conciliadas.

Em 1995, o núcleo inicial da AASB fragmentou-se, dando origem ao Centro Educacional Ambiental de São Bartolomeu (CEASB). Essa dissidência da AASB constituiu-se numa ONG, com apoio de grupos importantes do movimento de preservação do parque, a exemplo das associações representativas da periferia da cidade de Salvador. Além disso, seus membros continuaram a realização do projeto de guias e guardiães do Parque.

Vimos, anteriormente, que a AASB foi estruturada, principalmente, com o objetivo de reunir os participantes do movimento de preservação do Parque de São Bartolomeu. Entretanto, ao longo dos anos, alguns de seus participantes propuseram uma ampliação de seu raio de ação, por meio de uma descentralização das discussões e das atividades desenvolvidas no parque. Com efeito, as pessoas defendiam a possibilidade de refletirem, também, sobre outras expressões patrimoniais da periferia da cidade de Salvador.

A ampliação não foi aceita por alguns membros, fato que provocou uma ruptura e a criação do CEASB. Os participantes do CEASB denunciam que isso aconteceu depois de novas articulações políticas, que visavam aproveitar a qualidade das ações educacionais que estavam sendo desenvolvidas na periferia da cidade de Salvador com objetivos eleitoreiros.

Não discutiremos, neste trabalho, os detalhes dessas divergências, entretanto é necessário examinar um aspecto que parece significativo no movimento de apropriação patrimonial. Com efeito, essa construção patrimonial, em sua dinâmica, produziu, pela interação de diversos sujeitos, a definição de um “jogo complexo” em torno do Parque de São

⁵⁵ O projeto, apenas na etapa de projeto-piloto, atingiu um total de 2.400 alunos e 45 professores (FORMIGLI, 1998).

Bartolomeu. Essas organizações trabalham em linhas de ação bem definidas, o que demonstra a produção de diversos discursos em torno de um mesmo patrimônio.

De toda forma, mesmo com sua divisão, a AASB e seus participantes continuam desenvolvendo atividades no Parque de São Bartolomeu. Essas ações constituem-se, sobretudo, em visitas guiadas com grupos de estudantes da periferia da cidade de Salvador e turistas nacionais e internacionais. Vale registrar que sua filosofia de trabalho está voltada para a exploração dos aspectos históricos e culturais da periferia desse complexo urbano. Então, as atividades não são restritas ao Parque de São Bartolomeu. Nesse sentido, recorreremos à fala do presidente da AASB, Silvio Nascimento Ribeiro⁵⁶, para explicar as ações contemporâneas da entidade:

A ideia é descentralizar. Fazer uma forma política de atuação dessas entidades a nível de subúrbio e a nível de parque, valorizando esse patrimônio histórico, ambiental e cultural. É um programa de valorização do acervo histórico, cultural e ambiental do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Eu não via só o parque, mas outras coisas, no subúrbio, que deveriam ser valorizadas e o processo não tava acontecendo só com o parque, mas com todos esses lugares.

[...] Não é necessário desenvolver apenas ações isoladas porque o parque está sujo, abandonado, sem proteção da polícia e existe ainda devastação. Então, eu vou levar 500 pessoas e eu vou também plantar 500 árvores. Eu vou levar também folders informativos para distribuir junto à comunidade. Então, é necessário ações mais práticas. As ações educativas são importantes mais a longo prazo. A questão é que o parque pode ser destruído antes que a conscientização aconteça; é essa a lógica aqui no Brasil: acabar para depois reconstruir.

As visitas guiadas são realizadas obedecendo a uma lógica mais ampliada e pragmática, no que diz respeito à questão preservacionista. Ainda no caso da AASB, durante as visitas, exploram-se informações relativas à história do parque, aspectos sobre a biodiversidade e a importância da preservação ambiental e das práticas religiosas afro-brasileiras. Percebe-se, assim, que os conteúdos abordados são distintos e procuram contemplar a diversidade de sentidos construídos histórica e culturalmente pelas comunidades do Subúrbio Ferroviário. Vejamos, a seguir, de forma mais detalhada, os conteúdos trabalhados durante as visitas guiadas e a importância da manutenção das visitas ao parque.

Informações sobre a história, sobre a história do parque – sobre a batalha de Pirajá; a questão dos conteúdos ambientais da fauna e flora; a questão religiosa. O respeito com que se deve tratar as religiões que existem de forma mais ecumênica, de forma

⁵⁶ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB), Pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

mais respeitosa. E a conscientização de mudança de hábito, uma educação que nós não tivemos quando pequenos, então você tem que se re-educar, mudar esse hábito. [...] Há a necessidade de ter atividades sempre dentro do parque. Seja pra visitação, seja pra estudo, seja pra o que for. Porque força a prefeitura. Coloca o parque em evidência. E força a repensar sobre a ativação da área.⁵⁷

Ademais, verifica-se a necessidade de ocupação do espaço, que pode ser vista como um ato político de apropriação do Parque de São Bartolomeu e uma forma de enfatizar a necessidade de participação das comunidades locais em qualquer proposta de reforma ou reestruturação do local.

Conforme mencionado, os conteúdos abordados durante as visitas são amplos e diversos. A necessidade de trabalhar com os aspectos relacionados às práticas dos rituais afro-brasileiros é enfatizada, principalmente, para propagar outro tipo de história, diferente da oficial, e também como mecanismo de combate ao preconceito racial. Tudo isso revela a importância do uso do Parque de São Bartolomeu, inclusive como recurso didático, próprio para se trabalhar com as questões étnico-raciais, ainda mais oportunas com as políticas afirmativas, particularmente referentes à obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. O depoimento do Presidente da AASB é significativo:

A outra coisa é pela questão religiosa. Preconceito, intolerância que existe. Porque o parque é símbolo, é palco da religião afro-brasileira, certo? E quando colocaram os orixás no dique do Tororó que eles levaram trio, levaram tudo mais pra fazer protesto pra retirar esses orixás de lá. Dá pra você perceber que o preconceito está estabelecido. Existe. E tá, aí. E eu acredito.⁵⁸

Ainda em relação às visitas guiadas, encontramos algumas ambiguidades nos discursos. No principal jornal da cidade de Salvador – A Tarde –, o Parque de São Bartolomeu faz parte de uma lista dos principais parques e lugares de visitação turística da cidade, conforme registrado anteriormente. Entretanto, existe, na mesma listagem, uma observação de que é um lugar perigoso. Esse fato significa que existe uma orientação formal, voltada para determinado segmento da sociedade baiana e para os turistas, de que o Parque de São Bartolomeu não deve ser visitado, o que revela uma atitude explícita de descaso, abandono e preconceito. Não obstante, para evitar o abandono, os participantes das organizações mantêm a visitação ao Parque. Em alguns casos, com a presença de policiais, e,

⁵⁷ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB), Pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

⁵⁸ Ibidem.

em outros, apenas com os membros das associações. Isso evidencia também a apropriação do território, o zelo e a afetividade das pessoas que tomam parte nessas instituições.

Vale esclarecer que a participação da polícia nas visitas não é uma coisa simples. De início, é necessário solicitar com muita antecedência. Além disso, depende da quantidade de policiais disponíveis na área durante o horário da visita. Contudo, existe uma demanda com relação às visitas guiadas ao Parque de São Bartolomeu que é atendida pelas organizações locais que se ocupam desse espaço. Observemos a seguir, sobre essa questão.

Os pedidos chegam da própria comunidade. São jovens das escolas, jovens das comunidades ligadas às associações, pessoas das universidades e turistas. Eu já guiei grupos da Alemanha. A gente tinha um convênio com o diálogo⁵⁹ que está na Ladeira da Barra, com a Associação Cultural Brasil-Estados Unidos (minha irmã é professora de lá). Então, quando tem um grupo de estrangeiros, a gente mostra outro lado da cidade que eles não conhecem. Eu já levei um grande grupo da universidade de Chicago. Era um grupo que trabalhava na área de etnoreligião ou alguma coisa assim. E eles ficaram fascinados pelo circuito e tinham pessoas de vários países [ri]. Tinham pessoas da Espanha, da Rússia, da Finlândia, dos Estados Unidos. Para mim, foi maravilhoso esse encontro. Tinham vários tradutores e eles conheceram uma cidade que eles não teriam oportunidade de conhecer, a partir dos circuitos turísticos convencionais. Todo esse trabalho eu mantenho durante um tempo. Eu já tenho contato com a universidade de Chicago e tem um grupo de alemães com o qual nós fizemos um intercâmbio. Eles trabalham na área da pedagogia na Alemanha. Eu levei a escola para discutir com os professores e eles mostraram a pedagogia que estão utilizando na Alemanha. Minha irmã estava estudando no Instituto Cultural Brasil/Alemanha; o diretor é nosso amigo e ele fez a troca. Foi muito bom, muito bom mesmo⁶⁰.

Assim, as visitas realizadas pela AASB são estruturadas para a população local, turistas nacionais e estrangeiros. Em relação aos turistas, principalmente estrangeiros, são planejadas por uma rede informal, construída pelos contatos com pessoas “influentes” que ocupam posições estratégicas no campo do turismo na Bahia. No caso da AASB, resultam de uma articulação com associações culturais reputadas em nível nacional e/ou internacional. Essas organizações mobilizam um público estrangeiro mais intelectualizado, que deseja conhecer uma cidade distanciada das “imagens dos cartões postais”, apresentada pelos agentes de turismo locais. O depoimento de Silvio⁶¹ ressalta aspectos importantes das visitas guiadas:

As visitas continuam. É necessário apenas coragem para entrar no parque, não é? Eu faço visitas na parte alta do parque, onde Joselito fica. Eu vou à mata, eu entro, eu

⁵⁹ Escola de preparação para o vestibular. E “Barra” é um bairro de classe média, situado no centro da cidade de Salvador.

⁶⁰ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB), Pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

⁶¹ Ibidem.

levo até ao rio. A partir da queda d'água, eu volto, porque a parte embaixo é muito visada por ladrões e eu não gosto de andar com a polícia. Eu conheço muita gente, eu conheço muitos grupos na periferia e são pessoas marginalizadas. Eu conheço no mínimo aqueles que fazem parte da comunidade na qual eu trabalho. Então, é uma agressão quando eu ando com os policiais, entendeu? A polícia deve desenvolver seu papel na sociedade de proteger e nós devemos resolver esse problema social que é muito grave, que é a falta de emprego e de renda para as pessoas.

Silvio Ribeiro é um habitante da periferia da cidade de Salvador que chegou ao local na década de 1970, como dito anteriormente na seção 5. Ele conta sobre sua vinda com a família, caracterizando-a como uma aventura. Cresceu na periferia e, até hoje, habita essa área. A propósito de sua experiência inicial no Subúrbio Ferroviário, vejamos o que é dito por ele:

Quando a gente passou a morar realmente lá, aos sábados e domingos, quando a gente saía pra ir pra praia, com nossos pais e alguns vizinhos que tinham hábito de fazer esse tipo de caminhada, a gente começou a desbravar mais o subúrbio, mais o lugar onde a gente morava. Eu comecei a participar, comecei a estudar numa escola do bairro chamado Plataforma; a gente descobriu a importância de uma fábrica de tecido que existia na região, e quando eu fui estudar no primeiro grau, numa outra escola, noutro bairro é, eu tinha uns onze, doze anos, eu comecei a me interessar pela história do bairro onde eu morava, que era Itacaré, e tinham professores que sempre incentivavam a gente a pesquisar. Eu era muito questionador e perguntava tudo, e os professores mandavam a gente pesquisar. Então, foi a partir daí que eu comecei a descobrir um pouco a história do subúrbio e desses bairros.

[...] Esses bairros, eu percebi que eles eram interligados, porque eram pequenas comunidades. As pessoas vinham do centro pra veranejar, na época de verão, naquelas fazendas, onde eles tinham um contato de parentesco ou de amizade, e os bairros mais frequentados eram Periperi e Paripe. Tinham alguns moradores de Plataforma e São Tomé de Paripe. Essas fazendas que existiam antes, os bairros eram grandes fazendas, com esses proprietários dessas casas e, até hoje, tem algumas casas, sobrados, lá.⁶²

O discurso de Silvio chama a atenção para a diversidade da região do Subúrbio Ferroviário e a existência de várias comunidades que possuem histórias próprias, específicas e seus patrimônios. Seu interesse pelo Parque de São Bartolomeu começou na época do ensino fundamental, com as provocações de alguns professores sobre a importância histórica do bairro. Esse fato demonstra que o processo de formação educacional articulado com o patrimônio que faz parte do dia a dia das pessoas é fundamental para o conhecimento da história e a compreensão da preservação como prática social.

Silvio Ribeiro é um exemplo de participante que trabalhava de forma isolada e aderiu à AASB. Mesmo não sendo “nativo” da região, identificou-se com o patrimônio do Subúrbio

⁶² Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB), Pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

Ferroviário. É interessante verificar seu discurso, tendo em vista seu envolvimento atual com a organização:

Bem, eu era um pesquisador, um pesquisador que se sensibilizou pelas questões da periferia. Eu já participei de grupos de jovens⁶³ e comecei também a fazer palestras para esses grupos. Eu ia às escolas públicas e ia também aos lugares frequentados pelos jovens. Quando eu percebi que existia a possibilidade desse trabalho deixar de ser apenas uma palestra, uma brincadeira com um grupo de teatro, eu comecei a perceber que isso já estava em mim – o dom da pesquisa, de querer melhorar a periferia, de criar uma atividade. E foi nesse momento que eu conheci pessoas do candomblé, pessoas da universidade que tinham um interesse por São Bartolomeu⁶⁴.

Assinalamos a importância dos debates que foram produzidos no auge do movimento pela preservação do Parque de São Bartolomeu, como mecanismo de conhecimento e divulgação desse patrimônio. Ou seja, o movimento preservacionista, com seus debates, suas informações e suas narrativas, contribuiu para a construção de um novo olhar em relação ao entorno do sujeito que, por sua vez, construiu o *elã* e passou a defender a preservação como uma necessidade. No caso do presidente da AASB, isso mostra que ele desenvolveu também um amplo sentido de observação e valorização da região do Subúrbio Ferroviário.

O exemplo de Silvio leva-nos a pensar que ele foi estimulado pelo movimento de preservação. Sua vivência durante o processo de patrimonialização concorreu para a continuação de sua formação universitária, por exemplo. Ao mesmo tempo, ele foi construindo uma consciência cidadã, com seu envolvimento ativo em manifestações e também nas funções representativas do movimento. Silvio passou por um processo de transformação. Provavelmente, sua condição social era vista, em outros momentos do passado, em uma perspectiva fatalista, como se ele estivesse condenado à exclusão. A ação social e cultural, fundamentada num sentimento de pertencimento em torno do parque, fez reverter esse quadro.⁶⁵

⁶³ Trata-se de grupo de jovens, nesse caso, constituído por iniciativa dos membros da igreja católica. Podem-se encontrar grupos de jovens vinculados a outras religiões.

⁶⁴ Entrevistado: Silvio Nascimento Ribeiro, Presidente da Associação de Amigos do Parque de São Bartolomeu (AASB), Pesquisador (História, Cultura e Meio Ambiente). Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 11 de junho de 2003.

⁶⁵ Sobre essa questão, é necessário fazer um esclarecimento que nos parece fundamental. Claro que não acreditamos que os moradores do subúrbio da cidade de Salvador são marginais. O que estamos querendo dizer é que, na maioria das vezes, as pessoas que habitam áreas nas quais a presença do poder público é frágil, para garantir as condições mínimas para o desenvolvimento de uma organização social, econômica e política adequada, vão ter menos condições de superar os apelos cotidianos para se envolverem em situações de marginalização. O filme “Cidade de Deus”, produzido com base em uma tese de doutorado sobre o bairro que leva o título da mostra, trabalha de forma bastante apropriada sobre essa problemática na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Ademais, é preciso esclarecer que, no subúrbio, também moram famílias de classe média que tiveram e têm acesso à universidade, por exemplo. Como também existem pessoas de classe média que habitam esta região, simplesmente, por escolha.

6.2.2 Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb): o parque como um memorial

O Ceasb foi criado em 1996. Trata-se de uma ONG constituída, na sua origem, por educadores, jornalistas, artistas, ambientalistas, representantes de movimentos sociais e moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador pela preservação do Parque de São Bartolomeu. Vincula-se a alguns princípios, como: respeito à diversidade étnica e à identidade cultural dos povos, desenvolvimento sustentável, educação, pesquisa e a defesa da vida e da justiça social.

As proposições dessa organização levam em consideração valores da religião afro-brasileira, seguindo numa linha de formação educacional. Assim, retornamos aqui, a proposta de criação de um Memorial do Parque. Em 1996, seus participantes coordenaram um seminário, com a participação das associações da periferia da cidade de Salvador e dos “terreiros” de candomblé. O objetivo era discutir propostas ou a definição de um conceito para o Parque de São Bartolomeu. Nessas discussões, os participantes propuseram a definição desse parque como um memorial, um santuário e um centro de serviços. Apresentamos o discurso da coordenadora do Ceasb na época, Ana Lúcia Formigli (1998, p. 17), que fala sobre as atividades da organização com objetivo de melhor compreender a proposta de criação do memorial:

Todo esse trabalho está baseado na ideia de que o destino do parque está vinculado ao destino da população que mora no seu entorno. Um parque se torna aliado do desenvolvimento de uma comunidade, na medida em que se associa preservação e usos sustentáveis, gerando, no seu raio de influência, benefícios para a comunidade. Atividades de visitação, que atraem serviços e fazem do Parque espaço privilegiado de educação ambiental e lazer – acervo natural, trilhas ecológicas, banco de sementes, apiários, horto para recomposição das áreas degradadas e produção de espécies nativas, centro de visitação relacionado à história da região, a memória do povo e da paisagem; atividades de formação profissional e programas de monitoramento envolvendo escolares, são alguns exemplos de possibilidades que o Parque oferece. A expectativa é a transformação do Parque num laboratório privilegiado para a experimentação de uma proposta de educação inter e transdisciplinar que integre o ensino e a pesquisa universitária, os saberes tradicionais, ao investimento na qualidade de ensino fundamental na região.

Preservação e desenvolvimento social/econômico são vistos de maneira integrada, demonstrando a importância e o respeito para com a população do entorno ao parque. Para tanto, é necessário investir na educação desse universo que também deve ser levado em consideração nas propostas de reestruturação do Parque de São Bartolomeu. Caracteriza-se, portanto, como um projeto dinâmico para o parque, que integra a população local. As propostas para esse espaço são concebidas como forma de trazer benefícios para as comunidades circunvizinhas. Nesse sentido, o Parque de São Bartolomeu é visto em uma

perspectiva preservacionista, que contempla também seu uso como fonte de educação, pesquisa, lazer e centro de valorização das memórias locais e da história. É enfatizada ainda a necessidade do desenvolvimento de visitas regulares para o público local e os turistas nacionais e estrangeiros, visando a abertura desse espaço para o público em geral.

O interesse em torno da criação de um memorial mostra, dentre outros, o de afirmar e valorizar as práticas religiosas do candomblé, procurando determinar uma fidelidade histórica e cultural ao espaço como um lugar da religião do candomblé. Contudo, as propostas de criação de um memorial do parque não contemplam uma análise museológica e um tratamento museográfico ao Parque de São Bartolomeu.

O CEASB manteve os princípios iniciais do movimento em prol da preservação do Parque de São Bartolomeu, como mostra a fala da representante dessa Organização, América César, sobre o movimento de proteção do parque, na Câmara dos Vereadores de Salvador, em 16/5/2003:

É um movimento que começou nos anos 1970. É uma luta que reúne o que nós estamos suportando hoje com a intolerância religiosa. É uma luta dos povos excluídos para ser respeitados. O parque é importante para nossa cidade e todos os fieis da religião afro-brasileira. Desde o fim dos anos 1980, nós estamos trabalhando nessa luta.⁶⁶

A fala demonstra a continuidade do movimento em prol da preservação e valorização do Parque de São Bartolomeu. Além disso, denuncia que o preconceito em relação às práticas afro-brasileiras continua, em razão da ausência da implementação de políticas públicas de preservação que contemplem esse espaço na sua diversidade e valores.

6.2.3 Centro de Estudos Socioambientais (Pangea): articular a preservação do desenvolvimento local por meio de uma organização italiana no Parque de São Bartolomeu

A ONG Pangea é fruto de um programa de cooperação entre ONGs italianas e brasileiras. Esse programa italiano começou na década de 1990, em alguns estados do Brasil, a exemplo de São Paulo, Bahia, Piauí e Rondônia. Estava associado à instituição italiana

⁶⁶ Fragmento extraído da gravação feita por nós do discurso proferido por América César na Sessão Especial da Câmara de Vereadores de Salvador, Bahia, do dia 16 de maio de 2003, sobre o parque de São Bartolomeu. Responsável pela organização da sessão: Gilmar Santiago. Nessa Sessão, vários representantes de associações e instituições falaram sobre o parque de São Bartolomeu.

Instituto de Estudos Ambientais de Megio Alegre (IEA). Seu objetivo era desenvolver intercâmbio no campo das tecnologias de gestão na área de preservação ambiental.

Uma das localidades de ação desse programa de preservação ambiental é o território do Parque de São Bartolomeu. O grupo associado a essa missão italiana começou seus trabalhos ao lado da AASB, elaborando planos e estudos técnicos sobre o território do parque. Entretanto, um ano após sua instalação no Parque, o IEA fechou. Apesar disso, o grupo dessa unidade instalada no parque decidiu continuar suas atividades, constituindo-se, juridicamente, na organização Pangea, para dar continuidade à iniciativa de trocas ambientais entre o Parque de São Bartolomeu e as ONGs italianas que faziam parte do programa de cooperação. O presidente do Pangea, Gieuseppe Voza, é um italiano que fazia parte do programa inicial de cooperação italiana. Citamos seu depoimento, no qual aborda as razões e motivações que o fizeram aderir ao programa de preservação do Parque de São Bartolomeu.

Eu não sou um ecologista no sentido tradicional [ri]. O Pangea tem uma missão socioambiental. Acreditamos na importância de integrar a dimensão ambiental e a dimensão social, ao contrário da tradição do ecologismo americano, que compreende a conservação da natureza como algo intocável, separado da população que habita, chegando mesmo a expulsá-la. A conservação do Parque de São Bartolomeu de Pirajá não pode ser feita expulsando, mecanicamente, essas comunidades, mas integrando-as na gestão dessa fonte natural.

Agora, eu penso que existem muitas coisas que se explicam pela emoção. Basta entrar no parque, ver suas fontes, circular, ver suas grandes cachoeiras que, automaticamente, a gente cria uma forte ligação de valorização desse patrimônio. É muito triste ver esse patrimônio nesse estado de abandono e destruição.

O parque tem muita força. Não é por acaso que os cultos afro-brasileiros, durante muito tempo, utilizam como santuário aberto para os cultos. Existe um roteiro dos “orixás”, existe uma cachoeira identificada com o culto dos orixás. E durante muito tempo teve ritos de iniciação. É outro tipo de rito que era realizado no parque. Faz pena pensar que essa cultura assim está ameaçada pela destruição de espaços sagrados de seus ancestrais. Se trata principalmente de culturas orais, de tradições que são transmitidas, associadas ao meio ambiente, ao território e à natureza e poder recuperar, valorizar, defender esse patrimônio, eu penso que é uma grande necessidade para a Bahia e para o Brasil.⁶⁷

De fato, Gieuseppe, enquanto socioecologista, encontrou um local para trabalhar, onde pôde desenvolver, de maneira evidente, uma articulação entre o social e o natural. Assim, sua preocupação enquanto ecologista é a preservação do ecossistema local, sem desarticular a dimensão social e os valores religiosos do território do Parque de São Bartolomeu. Seu depoimento demonstra o encantamento e a afetividade em relação ao Parque enquanto espaço natural, ao tempo em que mostra sua indignação pela situação de abandono em que se

⁶⁷ Entrevistado: Gieuseppe Voza, Presidente do Pangea. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

encontra. Para ele, isso é um escândalo que tem dificuldades para suportar. É por isso também que ele dedica parte de sua vida ao trabalho de preservação.

Além disso, verificamos no seu discurso que existe não só um componente afetivo como também uma escolha de vida. É evidente seu compromisso com o trabalho e suas relações de cumplicidade com a população local, principalmente os jovens. Constatamos, durante uma conversa informal, que sua participação, enquanto europeu, no projeto do parque, também aconteceu porque havia uma necessidade de desenvolver projetos sociais, para se sentir útil. Seguramente, ele encontrou uma razão de viver: “Na Europa tudo está feito; quando eu volto para lá, encontro tudo da mesma forma.”⁶⁸ Em resumo, a oportunidade de desenvolver um projeto de preservação ambiental, de natureza social, pelo conhecimento de grupos afro-religiosos e de suas práticas, que consideram a natureza como sagrada, contribuiu para a identificação desse profissional com as atividades de proteção do parque.

Nesse sentido, a organização Pangea adota princípios de preservação associados ao desenvolvimento local, como dito. A população local é considerada nos projetos de proteção ambiental que visam, principalmente, contribuir para os processos de inclusão social. Atualmente, por exemplo, um dos projetos dessa organização é a administração de uma cooperativa de mulheres na periferia da cidade de Salvador. Essas mulheres ocupam-se de trabalhos de costura para lojas de grife da região metropolitana. Além disso, na sede da organização, existe uma escola para adolescentes. Vale mencionar que a sede do Pangea está localizada ao lado do Parque de São Bartolomeu. É nessa sede que funciona também a referida escola. Os jovens são formados para obterem uma ocupação profissional. São desenvolvidas oficinas com o objetivo de auxiliar esses adolescentes a descobrir habilidades e vocações.

Esse quadro de ações do Pangea permite-nos destacar o trabalho realizado com 60 jovens, na faixa etária de 17 a 21 anos, intitulado *Jovem Cidadão do Parque*, iniciado em 2003. Trata-se de um conjunto de ações que visam formar jovens para guiar visitantes nacionais e estrangeiros no parque. Podemos dizer que é também uma proposta de dinamização do território de São Bartolomeu, por meio da constituição de um sistema de cooperativa com serviços turísticos. Esse projeto contempla ainda a realização de exposições, peças de teatro, espetáculos de música e dança e a elaboração de pratos típicos da região.

Questionamos o presidente da organização Pangea, para saber sua opinião sobre o desenvolvimento desse projeto, tendo em vista a falta de condições de segurança no Parque de

⁶⁸ Entrevistado: Gieuseppe Voza, Presidente do Pangea. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

São Bartolomeu. Ele respondeu-nos que a proposta é articular essa ação com a participação das Polícias Ambiental e Civil, para fornecer as condições de segurança aos visitantes do parque. Verificamos que, de fato, isso mostra uma posição política de pressão junto à administração pública. Parece evidente que a intenção é mostrar o processo de apropriação do parque, por meio de atividades que estão sendo desenvolvidas com visitantes e turistas para forçar, assim, o poder público a realizar obras de infraestrutura e garantir serviços básicos no parque, como mencionado.

De toda forma, mesmo antes da execução desse projeto, foram realizadas visitas guiadas. Essa organização, entretanto, tem uma atitude diferente das demais organizações do Parque, a exemplo da AASB e do Bagunçação, nas quais a recepção dos grupos para a realização dos circuitos de visitação ao parque é feita apenas com proteção da polícia. Além disso, verificamos também que as ações do Pangea vão além do território do Parque de São Bartolomeu. Seus membros agem em outras regiões da cidade de Salvador com a mesma filosofia de trabalho cujos princípios são baseados na preservação ambiental e no desenvolvimento local.

O que foi comentado permite-nos dizer que existe uma descentralização no que concerne ao desenvolvimento das atividades, que também incluem outros espaços, além do Parque de São Bartolomeu, por exemplo, como acontece com a AASB. Contudo, essas duas organizações têm linhas de trabalho distintas, conforme apresentado.

6.2.4 Organização Não Governamental Bagunçação: o sonho e a fantasia na realidade dos jovens da periferia

A ONG Bagunçação tem sua sede, atualmente, situada na parte norte do Parque de São Bartolomeu, nas antigas instalações da administração do parque. Lembramos que, em 1993, a Prefeitura da Cidade de Salvador constituiu uma estrutura administrativa para o Parque de São Bartolomeu. Em consequência da falta de condições de funcionamento, esses espaços administrativos foram abandonados e, progressivamente, ocupados e utilizados principalmente por jovens que habitavam seu entorno como um espaço de festas, encontros amorosos e uso de drogas.

O Bagunçação iniciou seus trabalhos no Parque de São Bartolomeu em 1997, depois de uma ação participativa de sensibilização junto aos jovens que habitavam o seu entorno. Os participantes dessa organização, então, ocuparam o antigo escritório da Prefeitura da Cidade de Salvador, que estava abandonado, com o apoio dos adolescentes. As outras ONGs já

estavam “instaladas” no Parque. Assim, o Bagunção começou suas atividades após uma cooperação com organizações já instaladas. Vejamos o relato de seu presidente, Joselito Crispino dos Santos⁶⁹, em relação a essa questão:

Eu vim através do Pangea. Foi um convite para o Bagunção através de João Reis⁷⁰. Ele morava em baixo. João Reis tinha um grupo que se chamava sacerdotes e sacerdotisas e como eu era do candomblé isso me aproximou. E o Pangea já fazia suas reuniões lá mesmo na sede. E eu fui convidado para uma reunião e comecei a frequentar essas reuniões lá. E quando eu vi o parque, eu percebi que ele fazia parte da minha herança religiosa, minha herança histórica. Eu queria fazer alguma coisa.

Constatamos, no discurso de Joselito, que sua adesão ao trabalho de proteção ao Parque de São Bartolomeu era, principalmente, de caráter religioso. Sua entrada ocorreu por meio de um Pai de Santo que o convidou. Joselito também era vinculado ao candomblé. Era necessária a “autorização” de um Pai de Santo para inserir-se no território sagrado dessa religião. Então, a legitimidade de sua participação vem, principalmente, de sua relação com o candomblé e de sua história, enquanto rapaz mestiço da periferia da cidade de Salvador.

O diretor do Bagunção, na sua narrativa, define claramente o Pangea como um órgão de articulação ou operacionalização de discussões e problemas do parque. Ressaltamos, entretanto, um aspecto fundamental no que concerne a sua adesão: a identificação e valorização de sua história pelo Parque de São Bartolomeu e a necessidade e a responsabilidade de desenvolver ações para proteger esse território. Esse foi o fator determinante para a sua participação.

Todavia, o fato de já existirem ONGs ocupando-se do Parque de São Bartolomeu na ocasião da chegada do Bagunção mostra que essa última, para inserir-se nesse espaço, deveria ter a aceitação e o consentimento das mais antigas. Para visualizar como isto ocorreu, citamos outro fragmento do discurso de Joselito⁷¹:

Eu observei o que já era feito pelo Parque. Eu conhecia o Pangea. Foi o Pangea que me aproximou do parque, porque eles faziam reuniões para agrupar pessoas interessadas no parque. Tinha os amigos do parque. E depois teve uma aliança imediatamente. Quando eu cheguei para a aliança, os amigos do parque (AASB) já estava fragmentada. Parece que houve um problema interno entre eles. Eu não acompanhei essa história. Eu era bem-vindo, porque eu não cheguei no momento da

⁶⁹ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

⁷⁰ Pai de Santo que tem seu terreiro de candomblé ao lado do Parque de São Bartolomeu, mais precisamente na entrada, ao lado da sede do Pangea e do posto de polícia.

⁷¹ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

divisão. Então, eu não fiquei com as sequelas disso. Uma pessoa que não fala com a outra. Teve uma ruptura no movimento. Eu cheguei depois disso. Eu percebia o mal-estar em citar o nome de alguém, mas eu não compreendia porque. Apenas, depois de muito tempo, eu entendi e coloquei os pontos sobre os “is”. Mas, para mim, isso não me interessa. O parque era o objetivo principal. Uma vez eu fui a uma reunião. Inocente e quando eu me apresentei enquanto amigo do parque, outra instituição que realizava a coisa ficou muda e tudo isso porque eu não sabia da história. Então, depois eu procurei a jovem mulher e eu disse: “Eu estou aqui como amigo do parque. Eu não sei se isso incomoda alguém ou não, mas um amigo mesmo. Esqueça a entidade, é principalmente a pessoa.” Então, o Bagunção e eu construímos uma boa relação com todos os segmentos que fazem parte dessa comunhão.

De início, o discurso de Joselito mostra a apropriação das ONGs, a exemplo da AASB, Pangea e Bagunção, enquanto responsáveis pelo Parque de São Bartolomeu como patrimônio. Além disso, ressalta que é necessário estarem de acordo para se fazer algo pelo parque, o que significa que nem sempre ocorre o consenso. Além disso, é necessário considerar as relações entre as pessoas que fazem parte do processo de proteção do parque como uma rede complexa e, algumas vezes, difícil de penetrar. No caso da organização Bagunção, seu diretor percebeu bem essa situação de tensão, apesar de ter chegado num momento em que as maiores divergências já tinham sido equacionadas. Por outro lado, é necessário compreender que a entrada do Bagunção nessa rede institucional foi feita em razão da forte articulação de seu presidente com o candomblé, como dito anteriormente, mas também porque a natureza de seu trabalho apresentou-se plena de especificidades. Isso diferenciou o Bagunção das organizações existentes e instaladas no Parque de São Bartolomeu.

Para compreendermos a natureza do trabalho do Bagunção é necessário fazer uma referência ou recorreremos a sua história e a do seu presidente – Joselito Crispino dos Santos. O Bagunção foi constituído em 20/12/1991 na Paróquia de São Jorge, nos Alagados⁷². Sua origem remonta a um grupo informal de adolescentes que tocava música com instrumentos de fabricação própria, feitos com diversos materiais, principalmente latas. Esses jovens faziam seus ensaios à noite, nas ruas e no entorno do Parque de São Bartolomeu. Os moradores dessas áreas, cansados desses ensaios e principalmente do barulho que produziam, tentaram resolver o problema de diversas formas. Por exemplo, doaram pequenas somas de dinheiro, tentaram conversar com os meninos, agiram de forma mais violenta em alguns momentos, tentando bater nas crianças etc. Entretanto, nada funcionou e os meninos continuaram com os ensaios musicais.

⁷² Bairro muito pobre da cidade de Salvador, instalado sobre a maré. É conhecido principalmente pela grande quantidade de palafitas. Nos anos 1980, durante a visita do papa João Paulo II ao Brasil e a Salvador, esse bairro foi escolhido pela igreja católica, para que o papa celebrasse uma missa. Então, foi construída uma igreja especialmente para esse acontecimento.

Os moradores do local, desesperados com a situação, decidiram pedir ajuda a uma pessoa que morava nos Alagados e trabalhava na delegacia de polícia. Tratava-se de um jovem de vinte anos, que fazia parte de um programa do judiciário de menores, como voluntário⁷³. Esse rapaz era Joselito Crispino dos Santos.

O discurso de Joselito⁷⁴ é importante para compreendermos como sua experiência em formação teatral contribuiu para a construção de um olhar sensível em relação às realidades dessas crianças:

Eu comecei a ouvir isso, o pessoal a me pressionar, né? Os morador aqui do parque. O bom disso é que era morador dali, jovem, 21 anos, comissário era um policial pra a comunidade. Os mais velhos “ah, você tem que dar um jeito nisso”. Aí, eu fui lá pra poder ver que jeito eu podia dar. Ao ver aquele grupo de 6, 7, 8 meninos tocando, eu não vi nenhuma maldade. Aliás, eu vi sonhos. Sonhos que é uma coisa muito difícil. Às vezes você vê na criança, você vê ingenuidade. Sonhos. Na época, o Olodum tava despontando com as músicas faraó. Então, eles tava tendo um momento lúdico, um momento de fantasia, o que é muito importante pra uma mudança de paradigma. Pra alguns sair da miséria total da predestinação, da criminalidade, precisa sonhar e ali tinha aquilo.

Esta citação ajuda-nos a explicar a linha de trabalho do Bagunção no Parque de São Bartolomeu. De fato, a ação conduzida por essa associação concentra-se em torno de crianças e adolescentes que habitam no entorno do parque, desenvolvendo práticas artísticas, principalmente música e teatro. Esses jovens são estimulados a participar das atividades, com o compromisso de continuar seus cursos de educação fundamental nas instituições oficiais de ensino.

Quanto a Joselito, é originário de uma família de praticantes do candomblé. Sua avó era Mãe de Santo e seu terreiro chamava-se “Tumbadomar”. Ele cresceu vivenciando as práticas dessa religião, inclusive as realizadas em lugares sagrados do candomblé, na cidade de Salvador, a exemplo da Lagoa do Abaeté, do Tororó e de São Bartolomeu. A seguir, mostramos um trecho do seu relato, que fala de uma das suas experiências durante a infância, no Parque de São Bartolomeu:

Havia a cabana de caboclo. Algum terreiro irmão vinha fazer uma festa, pra gente era um piquenique, pros menino, né? A gente ficava solto nessa mata, e a festa rolava lá, dos caboclos. Tinha comida, se cozinhava aqui dentro com as lenhas. E isso era uma prática de todos os terreiros. Então, o meu contato com o parque já se

⁷³ Existia um programa nos anos 1990, em Salvador, do Judiciário de Menores com a Polícia Militar, que consistia em acolher crianças que viviam nas ruas da cidade para desenvolver um acompanhamento social.

⁷⁴ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

dá desde pequeno, pela questão religiosa. Esse era um lugar sagrado, onde, pelo menos duas ou três vezes por ano, eu vinha numa romaria de algum terreiro.⁷⁵

A descrição de Joselito permite-nos ver que, mesmo com o processo de degradação do parque ocorrido ao longo dos anos, alguns lugares foram conservados até hoje, a exemplo da “cabana do caboclo”, um espaço na parte considerada sagrada pelos adeptos do candomblé, onde são realizados rituais.

Identificamos também, durante a pesquisa, certos problemas em relação às práticas realizadas, que podem colocar em risco a preservação do meio ambiente. Entretanto, é necessário considerar que, na época, ainda não havia uma preocupação sistemática em torno da proteção ambiental. A discussão em relação à proteção do ecossistema de São Bartolomeu foi desenvolvida progressivamente, junto aos usuários do parque, incluindo os praticantes do candomblé, com o movimento de proteção que começou durante os anos de 1980. Além disso, todas as organizações não governamentais que trabalham no parque adotam, nos seus discursos e nas suas práticas, a necessidade de proteção ambiental.

De fato, Joselito viveu sua infância no bairro de Alagados e conheceu a realidade difícil dessa área, como os problemas de desemprego, do tráfico de drogas e da violência. Nos anos 1980, entretanto, teve a oportunidade de participar de um programa de formação na área de teatro. O curso foi organizado na paróquia de São Jorge dos Alagados, por um grupo de associados das missões católicas. Essa formação teve uma importância capital, pois lhe permitiu encontrar uma direção para a sua vida. É interessante verificarmos a análise que esse entrevistado faz dessa questão:

Esse curso de teatro, eu tava com 16 pra 17 anos, pôde me dar uma visão política do mundo. Porque, até então, você nasce, cresce, tá correndo ali pela rua, tá brincando com os amigos, sabe que não deve ir pra maconha, a mãe tá sempre dizendo não com aquele que já tá roubando. Mas tudo é novidade pra o adolescente. Ele quer fazer parte daquele mundo, até porque os que têm mais namoradas são aqueles os que roubam, os que batem, os valentões. Então, no mínimo, quando você não é, você é próximo do que é o valentão. Porque faz parte do *status* da adolescência, né? Então, eu estava nesse caminho. Acredito que, se não fosse esse curso de teatro e a própria noção de religiosidade do meu papel, da minha família na religião, eu tinha enveredado por esse caminho.⁷⁶

O depoimento de Joselito mostra a perspectiva dos adolescentes que se encontram em situações de risco frente a um quadro social no qual a delinquência está incorporada ao

⁷⁵ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003..

⁷⁶ Ibidem.

cotidiano. De fato, esses jovens começam a desenvolver uma agressividade necessária a sua sobrevivência, em consequência da vida difícil e das poucas condições ou alternativas socioeconômicas. No caso de Joselito, entretanto, pudemos constatar a importância de um conjunto de valores que foram construídos na família, na religião e na sua formação no grupo de teatro da paróquia. Sua experiência particular com esse curso o estimulou para desenvolver um trabalho sociocultural com crianças e jovens que habitavam nas ruas da periferia da cidade de Salvador. Esse grupo inicial foi constituído por alguns de seus amigos, conforme seu relato. O grupo chamava-se “Palavra de Pivete”. Os textos e os personagens das peças eram construídos com as narrativas dos próprios adolescentes sobre os roubos, os assaltos, enfim, as situações de violência e delinquência. Dessa maneira, havia uma reflexão crítica em relação a essa realidade social e as condições para sua transformação, a partir, principalmente, da educação e da participação social. Em resumo, constatamos que Joselito percebeu a força da linguagem do teatro como um instrumento importante de sensibilização e transformação social.

O grupo “Palavra de Pivete” funcionava com recursos alternativos advindos da cooperação de associações, por exemplo, da Associação Cultural Brasil Estados Unidos (ACBEU) que, em alguns períodos, fez doações de roupas. Seus participantes trabalhavam durante o dia e faziam os espetáculos à noite. Eles foram contratados por algumas prefeituras⁷⁷ do interior do estado da Bahia que desejavam contribuir com alguns políticos para a prevenção da delinquência infantil. Segundo seu coordenador, as condições de funcionamento do grupo eram muito difíceis. Com efeito, a organização funciona nas antigas instalações da Prefeitura da Cidade de Salvador, sede do Bagunçação, localizada no Parque de São Bartolomeu. Eles montaram, com a ajuda de doações, uma pequena biblioteca para servir como um lugar de estudo mais adequado para os adolescentes. Além disso, fazem cursos de informática e outros de apoio ao ensino básico.

Todas as atividades são desenvolvidas por participantes da organização. Os jovens que constituíram o grupo inicial continuam a trabalhar, cooperando, de forma permanente, na realização das atividades atuais. Há também a participação de alguns estudantes universitários, que ministram cursos temporários e trabalham como voluntários, já que a associação não tem condições financeiras de manter um quadro funcional permanente. Além dessa dificuldade, verificamos, durante nosso trabalho de campo, que existe uma relação de respeito entre os jovens mais experientes e os mais novos. cremos que existe um processo de identificação e de construção de uma referência coletiva para suas vidas.

⁷⁷ Trata-se das prefeituras das cidades de Jacobina, situada ao norte, e Itabuna, no sudoeste do estado.

Os jovens que fazem parte do programa do Bagunçação são formados também para fazerem visitas guiadas no Parque de São Bartolomeu. Eles organizam as visitas, principalmente para grupos de estudantes de outros bairros da cidade de Salvador, com o objetivo de mostrar a realidade local da periferia.

Com relação às visitas guiadas, consistem em circuitos de visita no parque, contando a história do lugar, suas origens indígenas e a presença de grupos negros, com ênfase nos aspectos ligados à resistência à escravidão; apresentam, na sequência narrativa da visita, os acontecimentos e ocorrências por ocasião da independência da Bahia; eles tratam depois das práticas do candomblé realizadas no Parque e, finalmente, mostram as espécies nativas típicas da mata atlântica, discutindo a importância da preservação do parque. A presença ou não da polícia depende do grupo que deseja visitar e do guia. O discurso do presidente, Joselito Crispino⁷⁸, sobre suas experiências com as visitas guiadas no Parque, é digno de menção, para ilustrar o que apresentamos sobre as ações desenvolvidas pelo Bagunçação no parque:

Por exemplo, um grupo de jamaicanos veio para visitar o parque. Todo mundo era negro. Então, eu disse: “Se alguém parar aqui, vocês não falam nada”. E, verdadeiramente, dois grupos vieram, e o grupo de jamaicanos ficou mudo. Então, eles disseram: “Meu velho⁷⁹, adorei esses rastafáris.” E depois saíram. Mas se são brancos, tem problemas sérios. Então, as pessoas olham imediatamente. Do alto, eles olham e dizem: branco, turista.

Vemos, então, que a ocorrência ou não da violência fundamenta-se em uma identificação étnica. Mas isso não pode ser generalizado. É interessante constatar ainda a reação dos visitantes que, na maior parte do tempo, pensam que o Parque de São Bartolomeu situa-se fora da cidade de Salvador. Isso mostra a falta de valorização e de divulgação desse espaço por parte do poder público, em relação aos patrimônios situados fora dos circuitos turísticos tradicionais.

Cabe, nesta discussão, incluir um aspecto que nos parece fundamental para compreender a filosofia de trabalho do Bagunçação e coloca em evidência o eixo central da organização, para uma visão mais clara a propósito de sua natureza. Nos discursos de seus participantes e em algumas práticas desenvolvidas sobressai um componente de identificação étnico-racial significativa. Eles identificam-se como herdeiros ativos dos africanos que foram escravizados no Brasil, originários da África. Nesse sentido, estão construindo uma

⁷⁸ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

⁷⁹ Expressão utilizada pelos jovens brasileiros. É uma gíria que faz referência a alguém muito próximo.

resistência em relação a ações racistas, pela participação dinâmica e, algumas vezes, subversiva, desenhando um projeto para o parque. Para esclarecer essa questão, citamos mais um trecho da entrevista com Joselito⁸⁰:

Lembre-se que o Quilombo do Urubu, que vivia no parque, vivia de saques. Foi o que fez Labatut atacar e matar parte das pessoas. Foi exatamente um ataque que eles fizeram. Um comerciante ia passando por aí, acabou ferindo as filhas, isso criou uma comoção e Labatut veio, atacou e dizimou o quilombo. Que foi um reinado que eles imaginaram criar. Um reino que era, inclusive, guardado por um terreiro. Tinha um terreiro que, segundo tá escrito nos anais da História, dizem que esse terreiro é que passava as informações para os quilombolas. Olha, tem gente na área, e que se dizia que tinha um rei e uma rainha, não sei. Então, imagine, ainda hoje há gente ainda vive de saque de quem se aventura a entrar no parque. Eu sempre vejo essa coisa espiritual. Aconteceu aí dentro. De pessoas que sonhavam pela liberdade. E acredito que desse acontecimento esse espaço virou sagrado, né. Além de todas as configurações. Esses acidentes naturais, cachoeira, tudo é uma coisa. Mas, o que aconteceu ali, a luta pela liberdade, também deve ter sido importante pra ter sido transformado em lugar sagrado. Eu, do ponto de vista da minha visão espiritual, acho que existe aí uma força muito grande. Mas uma força rebelde também e que provoca essa coisa. Essa força bandida, né? Eles sempre viveram disso, de saques. Uma outra coisa é que talvez, esse principado, esse reinado aí, não queira virar concreto. Então, por um lado, toda essa química que roda e que afasta as pessoas do parque até o público, faz com que ele se preserve o parque. Ele tá intacto. O Estado tem pouca coisa pra fazer aqui a não ser pegar o Pangea, o Bagunção, o grupo das Sacerdotisas e trabalhar conjuntamente. Por quê? Pra quê construir isso? Não temos realmente necessidade disso, de concreto. Aliás, isso cria uma situação de eu ter que defender esse patrimônio. Criar, pra o quê ele precisa ser. Agora, pode-se pegar um pedaço do parque e criar aquele lugar onde as pessoas chegam, tem mirante. Mas o outro, é cercar e deixar que o mato viva a vida dele tranquilo. Eu acho que tem uma energia protetora do parque que não permite que esse estado de coisas que vem e concretiza tudo, vai tudo bonitinho, com guarita e tira toda a espontaneidade. Eu agradeço enquanto ele continuar assim. Quero que o Estado olhe pra o parque, mas não numa visão urbanística como os outros. Acho que isso aí vai ser um crime pior do que esse crime que tá se cometendo do abandono. Porque se a gente descer aqui, é uma floresta de mata atlântica intacta.

O depoimento desse educador é ilustrativo de vários aspectos da problemática atual que envolve o Parque de São Bartolomeu. De início, é claro, o sentido religioso atribuído ao parque pelo presidente da organização Bagunção. E é claro também que, para ele, a riqueza ambiental é importante tanto quanto os valores associados à religião. Nesse sentido, importa pontuar que foi construída uma argumentação histórica mística em torno da realidade do parque para legitimar sua crença. Isso mostra também a existência de um movimento histórico importante para a sociedade brasileira. Com efeito, ele considera a realidade e a memória dos negros no Brasil.

⁸⁰ Entrevistado: Joselito Crispino dos Santos de Assis, Educador. Entrevista realizada por Sidélia S. Teixeira em Salvador, no dia 28 de maio de 2003.

Dessa forma, é necessário lembrar uma questão crucial em relação à realidade dos negros no Brasil. A questão da marginalização se deveu, fortemente, à exclusão da educação formal, do acesso à terra e do racismo que os confinava na posição de subordinados, tendo a exclusão educacional inviabilizado a incorporação às atividades qualificadas. Isso significa que, mesmo com a libertação, os negros continuaram numa situação desfavorável e, em alguns casos, de marginalização social. Em resumo, as condições necessárias para ascender socialmente eram poucas.

Quando Joselito fala de um “quilombo” e da existência de roubos, ele compara esse tempo de revolução à realidade atual da população negra no Brasil. Ele mostra que são pessoas que, até hoje, vivem numa situação de marginalização. A maior parte são negros ou mestiços. Ao mesmo tempo, ele assinala a resistência dos negros de maneira particular e corajosa. A apropriação do parque é uma forma também de obrigar as autoridades a olharem para as condições de vida dessas pessoas. É por isso que um projeto para o Parque de São Bartolomeu não é possível, se os órgãos públicos não o associarem à melhoria das condições de vida da população local. Qualquer que seja a ação governamental de apoio ao parque, determinada de forma autoritária e pragmática, está condenada ao fracasso. De fato, essa apropriação é a força rebelde de que trata Joselito.

Por fim, a ONG Bagunção, por seu trabalho no Parque de São Bartolomeu, demonstra uma incorporação patrimonial fundamentalmente étnica. Para seus membros, o parque é, principalmente, um território dos negros ou daqueles ali residentes e ligados ao candomblé.

6.3 PARQUES ESTUDADOS: ASPECTOS COMPARATIVOS E ESBOÇO DE UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE UMA MUSEOLOGIA CRÍTICA

O trabalho desenvolvido nos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu permite-nos fazer algumas comparações em relação ao processo de patrimonialização neles desenvolvido. Inicialmente, verifica-se que os dois foram objeto da atenção de movimentos sociais em prol da sua preservação, envolvendo uma diversidade de grupos que os consideravam patrimônio ambiental, urbano e religioso, ratificando o caráter desses parques como bens culturais híbridos. O intercâmbio entre os grupos envolvidos e as ações desencadeadas permitiram a incorporação de novos valores apropriados gradualmente pelas populações locais. Foram acrescentados novos sentidos para esses patrimônios, como, por exemplo, o *ecológico*.

O desdobramento da patrimonialização permitiu a estruturação de organizações locais. No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, a ONG Nativo de Itapuã estabelece um vínculo de pertencimento ao território, sendo enfatizada a categoria nativo, embora a composição do grupo assim caracterizado seja heterogênea. No caso do Parque de São Bartolomeu, a formação das organizações também é diversa, incluindo, por exemplo, uma associação coordenada por um estrangeiro. Não se percebe, em relação a esse parque, uma ênfase ao fato de as pessoas terem nascido nesse território ou nas suas imediações.

Contudo, a patrimonialização permitiu uma atualização da memória e um processo de afirmação identitária que proporcionou a construção de um sentido de vida, principalmente para os responsáveis pelas ONGs. Verificamos, dessa forma, nos dois estudos de caso, que as pessoas envolvidas no processo de patrimonialização viveram transformações sociais e existenciais. Isso se manifesta, principalmente, na adesão permanente de seus participantes a atividades de proteção, de preservação e de mediação. Não obstante, observamos que isso não está diretamente vinculado ao fato de as pessoas terem necessariamente nascido nesses locais, tampouco conservado de maneira integral as mesmas práticas e atividades nesses territórios. Nesse sentido, os conceitos de população e patrimônio manifestam-se de forma ampla, diversificada e dinâmica.

Ademais, o movimento pela patrimonialização não foi interrompido com a saída dos grupos externos ao bairro de Itapuã e do Subúrbio Ferroviário, mas, ao contrário, definiu a necessidade de apropriação dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu por ONGs constituídas por pessoas dos bairros, algumas nascidas nesses lugares, outras não, mas todas comprometidas com a proteção e a valorização desses territórios.

Nos dois casos, observamos que as comunidades do entorno dos parques não são homogêneas, como visto anteriormente. Os conjuntos populacionais são diversos nas suas origens, histórias e condições socioeconômicas, mas, mesmo assim, a patrimonialização permitiu a manifestação de memórias próprias, particulares e diversas que, convencionalmente, não faziam parte dos processos preservacionistas brasileiros. Memórias capazes de fazer aflorar nos participantes dessas organizações uma nova posição social, definida pela sua relação com os parques. Em alguns momentos, a identidade do sujeito constrói-se em intermediação com esse espaço, que funciona como um símbolo do que eles são. É por isso que essas associações agrupam pessoas interessadas na preservação desses espaços, ocupando-se deles e afirmando uma posição política, para ratificarem que esses patrimônios pertencem, principalmente, às populações locais.

Assim, admitem a realização de atividades eventuais ou o desenvolvimento de atividades turísticas, como forma de divulgar os parques, mas entendem que é necessária uma atenção permanente por parte dos poderes públicos. Dessa maneira, reforçam a importância da realização de projetos contínuos que possam contemplar o desenvolvimento local, por meio da formação educacional e da constituição de cooperativas que possam estimular o desenvolvimento profissional e a geração de renda para as comunidades carentes. Nesse sentido, a concepção de preservação é de cunho social e econômico.

Verificamos ainda que o Parque Metropolitano do Abaeté situa-se no litoral norte da cidade de Salvador, na orla atlântica, portanto numa área atualmente valorizada pelas políticas públicas, principalmente os programas voltados para o desenvolvimento do turismo. Já o Parque de São Bartolomeu, localiza-se nas imediações da orla da Baía de Todos-os-Santos, local privilegiado no passado, mas, atualmente, caracterizado como uma zona marginalizada da periferia da cidade, na qual não ocorrem, de forma sistemática e frequente, ações do poder público visando implementar serviços de infraestrutura básica, habitação, transporte, lazer, entre outros. Esta configuração explica o fato de o Parque Metropolitano do Abaeté ter contado com um processo de intervenção e o Parque de São Bartolomeu não dispor ainda dos cuidados mínimos necessários à sua manutenção e valorização.

Não obstante, o Parque Metropolitano do Abaeté, apesar de ter sofrido um tipo de intervenção, apresenta alguns aspectos em relação às tradições afro-brasileiras que precisam ser considerados. A questão da realização dos rituais do candomblé, por exemplo, é tratada pelos agentes que administram e fiscalizam o parque como um problema. Assim, verifica-se a existência de uma orientação para “informar” à população que as plantas não devem ser retiradas e as velas não devem ser colocadas, por exemplo. Nesse caso, o discurso ecológico é apropriado e utilizado como forma de repressão. Mesmo que alguns adeptos da religião do candomblé ainda utilizem o espaço para a realização das suas práticas, muitas sofreram transformações significativas, como, por exemplo, o terreiro que alterou a data da entrega de sua oferenda a Oxum, na Lagoa do Abaeté, para coincidir com a festa das lavadeiras, realizada no dia da inauguração do parque. Isso porque a Conder e a Bahiaturisa financiariam essa atividade, que foi divulgada na mídia nacional e internacional como forma de promover o turismo.

Por outro lado, o fato de o Estado não ter desenvolvido qualquer atividade para considerar e musealizar as memórias locais teve consequências importantes. O discurso ecologista, por exemplo, foi apropriado de forma elementar pela ONG Nativo de Itapuã, contribuindo para o desenvolvimento de preconceitos em relação às práticas afro-brasileiras. Observa-se isso no

conteúdo midiaticizado, nas visitas guiadas realizadas pelos guias dessa organização e também na ação dos agentes oficiais que fiscalizam o parque, para os quais as tradições afro-brasileiras são importantes para a realização de festas, danças, comida etc., sendo tratadas como “folclore” e forma de estimular o turismo na Bahia.

Em relação ao Parque de São Bartolomeu, verifica-se uma posição diferente no que diz respeito às visitas guiadas promovidas pelas ONGs. Buscam informar sobre uma história alternativa, em que a luta do povo negro é contada tendo como referencial esse espaço. Quando as visitas são realizadas, por exemplo, por um membro do candomblé, como citou Joselito, os conteúdos transmitidos revelam um profundo conhecimento dos rituais afro-brasileiros. Não obstante, o conteúdo relativo aos aspectos históricos, a exemplo das lutas pela independência da Bahia, carece de um aprofundamento importante.

No que concerne ainda às visitas, constata-se que o Parque Metropolitano do Abaeté possui um público regular, demonstrando que a população local ainda utiliza muito o espaço, principalmente os mais jovens. Ademais, as visitas guiadas são feitas, principalmente, pelos guias do Grupo Ecológico Nativo de Itapuã, para turistas e estudantes das escolas do bairro.

No caso do Parque de São Bartolomeu, as visitas são realizadas, normalmente, pelas organizações, mas não são regulares, e algumas delas solicitam apoio policial. Nesse sentido, as atividades de mediação desenvolvidas pelas ONGs que se ocupam dos parques estimulam uma reflexão a propósito do passado, confrontado com o presente. As visitas são feitas porque essas organizações estão ainda no entorno do parque e seus participantes não querem abandoná-lo, com receio de que seja esquecido e a depredação seja ainda maior. Existe uma divulgação do território junto à mídia escrita⁸¹ como um espaço violento, mas as organizações locais que se ocupam do parque estão buscando construir outro sentido com o desenvolvimento de atividades cotidianas. Alguns depoimentos, como os de guias da AASB, explicitam que é importante as visitas serem realizadas por pessoas já conhecidas da comunidade local, particularmente aqueles que trabalham ou moram na região, pois elas podem, algumas vezes, evitar acontecimentos desagradáveis, como roubos e outros eventos.

Nos parques analisados, observamos a ausência da implementação de políticas públicas condizentes com a realidade local, principalmente uma política museológica, que possa trabalhar de forma adequada esses patrimônios, valorizando seus aspectos históricos, ecológicos e religiosos. Neste sentido, não há a construção de discursos que possam

⁸¹ Lembramos que, nos jornais locais, a exemplo do A Tarde, na seção de lazer, o Parque de São Bartolomeu é divulgado como um local perigoso.

contemplar as memórias, que fizeram desses espaços objetos de referências para vários grupos sociais. No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, percebemos que faz aflorar memórias do universo feminino, que ilustram o cotidiano doméstico, o trabalho, o cuidado e, ao mesmo tempo, as lutas e dificuldades das mulheres.

O estudo desses parques mostrou-nos que a museologia é necessária, particularmente na contemporaneidade, em uma sociedade marcada pelo imediatismo, esquecimento, fragmentação e individualismo. Os avanços contemporâneos no campo dessa disciplina e o estudo de realidades como as que foram discutidas ao longo deste trabalho, reforçam que os patrimônios devem ser tratados museologicamente, sob pena de agredirmos memórias locais e grupos sociais, principalmente aqueles que estão construindo, progressivamente, o direito à memória e/ou histórias alternativas à visão oficial.

A frustração dos grupos que participaram da patrimonialização volta-se, sobretudo, para o fato de que não há musealização e valorização dos espaços, o que significa que precisamos considerar essa questão de forma apropriada. Embora os termos museologia, museografia e musealização não sejam empregados pelos agentes da patrimonialização, a descrição de práticas a serem desenvolvidas em parques, como estes do estudo, manifesta-se como forma de tratá-los de maneira mais adequada e apropriada, correspondendo ao trabalho de natureza museológica.

Nesse sentido, o desenvolvimento da museologia e das tipologias museais permite-nos considerar que é possível atender às demandas de coletividades em prol da compreensão das suas identidades, se adotarmos uma museologia crítica, participativa e comprometida com o desenvolvimento social. Com efeito, a definição do Icom, aprovada pela 19ª Assembleia Geral, Barcelona, Espanha, em 6 de julho de 2001, demonstra essa perspectiva em relação aos museus contemporâneos. Vejamos a seguir:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. Além das instituições designadas como “Museus”, se considerarão incluídas nesta definição: Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos; Os sítios e monumentos históricos de caráter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno; As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários; Os centros de ciência e planetários; As galerias de exposição não comerciais; Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivístico; Os parques naturais; As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus; Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia; Os centros culturais e

demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais; Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2013, p. 1).

No caso do Brasil, avançamos em relação à Museologia. Nos últimos anos, tivemos o que pode ser definido como o planejamento para a estruturação e desenvolvimento de uma política museológica já implementada, em algumas áreas, de forma satisfatória. Entretanto, precisamos ainda de ousadia e determinação em campos específicos, como o dos museus comunitários. A Museologia, ou melhor, a atuação de profissionais museólogos nesses contextos, significa muito pouco, se não houver um projeto conjunto, envolvendo várias instituições para estruturar e contemplar necessidades básicas das populações locais.

Do ponto de vista da museografia, os parques metropolitanos podem ser tratados com base no conceito de patrimônio ambiental, urbano e religioso. Essa diversidade de sentidos é própria e ilustrativa da heterogeneidade sociocultural da realidade brasileira. Portanto, a ideia de patrimônio puro, único, com apenas um sentido, não se aplica aos contextos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu e isto deve ser respeitado na construção do discurso museológico. Dessa forma, é preciso desenvolver práticas de pesquisa museológica adequadas, que contemplem o estudo dessas realidades locais. Para tanto, um plano de pesquisa adequado e estruturado, com a definição dos conteúdos a serem analisados em relação ao patrimônio e à população local, auxilia na compreensão desses universos, bem como na construção de categorias que possibilitem a análise dos dados coletados. Nesse sentido, como campo interdisciplinar, a Museologia pode adotar as práticas de investigação sociológica e antropológica. Recorrer a dados estatísticos, relativos à visitação dos espaços, obtidos com a aplicação de instrumentos como questionários, para conhecer aspectos socioeconômicos e políticos das comunidades, é muito importante⁸².

Por outro lado, entendemos que as populações locais devem ser concebidas como núcleos heterogêneos, cujas origens, histórias e desenvolvimento são particulares. Entretanto, a definição de alguns limites territoriais é importante, como, por exemplo, regiões administrativas, ruas antigas, entorno ao patrimônio ou outras categorias estabelecidas pelas populações locais, que extrapolam os limites dos bairros, por exemplo. Sobre esta questão, afirma Sanchis (1996, p. 32):

⁸² Programas de informática, a exemplo de Excel e SPSS, são de grande valia para a análise de dados quantitativos. Por isso, consideramos que esses conteúdos e sua prática deveriam fazer parte da formação museológica.

As culturas não são ovos herméticos, mas comunicação, intercomunicação em processo. Por outro lado, estão, de fato, inseridas nos amplos e profundos caudais de derivas universais, que todas as transformam, todas as transmudam – ou tendem a fazê-lo: quero falar do “desenvolvimento”, da “modernização”, da “modernidade”, da implantação do capitalismo, do advento do “individualismo” etc.

Contudo, tendo em vista que sujeitos diversos podem desenvolver uma relação com determinado patrimônio, a categoria de território não deve ser determinante. Talvez seja possível falar em territorialidades. Entendemos que, nesse caso, devem-se privilegiar pessoas que possuam relações afetivas e históricas com os bens culturais considerados.

Essa leitura e essa interpretação mais geral proporcionam a construção de uma visão sobre processos amplos que interferem e moldam a vida das pessoas, mas é necessário estarmos atentos a essas questões para não produzirmos o que Canclini (1998) denominou de “fechamento” e visão parcial e isolada das comunidades.

A produção dos dados sugerida acima, apoiada em uma perspectiva metodológica que possa contemplar o estudo de realidades patrimoniais e suas relações com as populações, estimula também a inserção em práticas cotidianas, políticas, festivas, religiosas e outras, além de permitir o estabelecimento de vínculos de confiança entre as pessoas do lugar e o profissional museólogo, proporcionando o acesso a informações significativas. Nesse caso, são extremamente importantes as entrevistas realizadas com idosos, por exemplo, como discute Bosi (1994, p. 63):

Haveria, portanto, para o velho, uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem [...] O que se poderia verificar, no entanto, verificar, na sociedade em que vivemos, é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente de sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado.

Ademais, as crianças também devem ser consideradas nesse processo, pois manifestam e explicitam aspectos da realidade social, às vezes, sem muita censura. Vale registrar que essa inserção no contexto trabalhado é recomendável, principalmente com pessoas já conhecidas pela população local. Em relação a essa questão, é necessário mapear, anteriormente, o papel e o conjunto de relações que essa pessoa possui no quadro da comunidade, para evitar que seja identificada, por exemplo, com determinados grupos que podem dificultar o acesso a pessoas com posições diferenciadas e a manipulação do pesquisador em campo. A questão da posição do pesquisador e do método antropológico é discutida por Zaluar (1990, p. 35), que assim argumenta:

Uns nos mostram como as condições da pesquisa, que envolve o processo de interação social entre o pesquisador e os sujeitos de sua pesquisa bem como o contexto mais amplo em que esse processo se insere, afetam os resultados da pesquisa. Outros nos advertem que é necessário ao pesquisador refletir sobre suas próprias ideias, sobre a validade relativa à sua cultura e ao momento histórico, que elas têm. Muito longe ficamos da ideia presente em Malinowsky e outros de que essa relação é imediata e que o conhecimento resulta da simples identificação, porquanto são homens, do pesquisador com as pessoas que estuda.

As preocupações apontadas por esses antropólogos devem ser levadas em consideração pelo profissional no trabalho de campo. Entretanto, compreendemos que não é possível fugir da aproximação e da inserção nos contextos selecionados para o estudo. Para tanto, a observação etnográfica também é de extrema valia. Essa técnica possibilita conhecer hábitos, comportamentos, comparar discursos, perceber a distância entre o que se “diz e o que se faz”. Como afirma Callon (1999, p. 77, tradução nossa):

Não falar mais de intelectual específico ou não; coletivo ou não; orgânico ou não; se interrogar mais sobre as condições do envolvimento ou distanciamento; fazer o luto da distância e universalidade; me parece ser o esforço coletivo que devemos tomar. Todas estas palavras são impotentes para descrever as práticas reais dos sociólogos e a contribuição das ciências sociais à compreensão local, sempre, reiniciada nos coletivos híbridos em que vivemos.⁸³

A pesquisa sobre o contexto social remete-nos para os parques como patrimônios culturais que podem, assim, ser interpretados, permitindo a contextualização com base no seu conjunto de significados. Como afirmaram os teóricos da Nova Museologia na década de 1980, a exemplo de Bellaigue (1992), Mensch (1990) e Rússio (1990), é preciso considerar o patrimônio nas suas relações com o homem, que dá sentido ao bem cultural.

Com efeito, o debate sobre os parques, por parte dos grupos sociais que integraram o movimento da patrimonialização, e as ideias apresentadas sobre os espaços aproximam-se da concepção de ecomuseu. Nesse caso, é preciso explorar o conjunto de relações que existem entre natureza e cultura, não de maneira excludente, mas de forma integrada. Portanto, os parques incorporam contextos sociais, pois a natureza não pode ser vista como algo intocável. É necessário desenvolver ações que estimulem sua continuidade, como o replantio, por exemplo, ou a criação de um horto, como apresentado por Antônio, da ONG Nativo de Itapuã, com o objetivo de comercializar orquídeas típicas da região do Parque Metropolitano do

⁸³ *Ne plus parler d'intellectuel, spécifique ou non, collectif ou non, organique ou non, ne plus s'interroger sur les conditions de l'engagement ou du dégageement, faire son deuil de la prise de distance et de l'universalité: tel me semble être l'effort collectif que nous devons entreprendre. Tous ces mot sont impuissants pour décrire les pratiques réelles des sociologues et la contribution des sciences sociales à la performance toujours locale, toujours recommencée des collectives hybrides dans lesquels nous vivons.*

Abaeté. Essas atividades auxiliam no equacionamento da preservação do meio ambiente e na manutenção de práticas tradicionais de grupos sociais.

No caso específico dos parques, não é possível musealizar um discurso e o patrimônio ecológico se não houver a participação das ONGs locais e não considerarmos todos os valores estabelecidos de maneira adicional. Os projetos devem buscar a interação entre os diversos agentes partícipes da história, entendendo o papel de cada ator social. Além disso, as organizações auxiliam no processo de inserção nas comunidades. Por esta razão, articular preservação ao desenvolvimento local é um grande desafio.

Por outro lado, como afirma M. Santos (2003), os projetos preservacionistas, no Brasil, devem ser concebidos com base em políticas inclusivas. De fato, entendemos que, diante da realidade apresentada, o discurso sobre preservação do patrimônio ambiental urbano torna-se completamente inócuo se não for contextualizado, com base em medidas que envolvam a população local e consigam oferecer ou viabilizar oportunidades de participação e inserção social.

Nesse sentido, os ecomuseus e os museus comunitários necessitam do apoio estatal, pois as populações locais e/ou os grupos que fazem uso regular dos parques metropolitanos são comunidades carentes. As organizações desenvolvem projetos de formação educacional e investem na formação de cooperativas, mas são ações esporádicas. É fundamental que o Estado responsabilize-se também por esses espaços. Assim, desenvolver mecanismos de gestão participativa, incluindo os órgãos públicos, as ONGs que já atuam nos parques e membros da população local, por meio de uma administração colegiada, pode ser um caminho a ser trilhado, inclusive como prática de inserção social e exercício cotidiano da cidadania.

Além dos museólogos, os parques carecem da participação de profissionais especializados em diversas áreas, principalmente arqueólogos, biólogos, geólogos e historiadores cujo trabalho é fundamental para o estudo e a classificação das espécies nativas, a exploração de aspectos históricos relacionados ao contexto dos parques etc. Essas atividades, desenvolvidas de forma integrada com os profissionais museólogos, viabilizam o desenvolvimento de sistemas de documentação museológica voltados para a produção de conhecimentos. As atividades de documentação, por exemplo, devem ser vistas como forma de estimular a participação das pessoas, permitindo uma compreensão mais ampla desses patrimônios por parte do público em geral e dos educadores de maneira particular, possibilitando sua utilização também com fins de qualificação profissional e recurso didático.

Ademais, consideramos ainda importante nesse campo o registro das memórias individuais e coletivas, que não devem ser tratadas apenas como estratégia de manutenção das histórias locais. Entendemos que essas memórias devem ser exploradas e confrontadas, e os

recursos no campo da informática, por exemplo, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento dessa atividade. Essas informações são igualmente fundamentais para a construção do discurso museológico que, no caso dos parques mencionados, deve contemplar, essencialmente, as histórias indígenas e africanas, contribuindo para a construção de uma museografia no parque, que servirá de referência para o estudo dessas populações e sua valorização. Estamos falando de uma museografia própria, respeitando os aspectos naturais dos parques⁸⁴, mas, ao mesmo tempo, informe sobre os aspectos históricos, naturais, urbanos e religiosos e possa ser apropriada pelos visitantes de forma sensorial e crítica. Isso significa uma construção expográfica aprofundada em bases científicas, informativa e interativa.

Por fim, mas não menos importante, entendemos que as visitas guiadas devem continuar⁸⁵, todavia os conteúdos devem ser retrabalhados numa perspectiva científica. Isso significa recorrer aos estudiosos de diversas áreas, para estimular e viabilizar a continuidade da formação dos que já estão desenvolvendo esse tipo de trabalho nos parques. Os cursos de capacitação e/ou o fornecimento de bolsas de estudos para esses agentes seriam muito proveitosos.

Não podemos esquecer que as populações mais jovens, principalmente as do Subúrbio Ferroviário, conhecem muito pouco esses patrimônios. A interlocução contínua e permanente com as Secretarias de Educação e Cultura, com o propósito de demonstrar a importância desses espaços como recursos didáticos para a aplicação das leis que tornam obrigatório o estudo das culturas indígenas e afro-brasileiras nas escolas e também na formação dos professores é fundamental. Políticas eventuais podem ser importantes, como forma de valorizar e divulgar os parques, como afirma Barré (2000, p. X, tradução nossa), quando discute a etnologia dos monumentos históricos: “Repentinamente ‘emoções patrimoniais’ que surgem ao redor de um monumento, admitimos que nos esclarecem sobre a relação com o passado e, de forma mais ampla, com o tempo e o espaço vivido.”⁸⁶ Contudo, não são suficientes, daí a necessidade de construção de uma política pública que integre, de forma ampla e contínua, educação e cultura. Isso pode ocorrer por meio de práticas artísticas, lúdicas e sensoriais que estimulem o conhecimento da história dos grupos sociais que fizeram a patrimonialização, contribuindo para

⁸⁴ Em visita ao Jardim Zoológico da cidade de Salvador, ficamos chocadas ao ver o leão dentro de um espaço vitrinizado; isso é o contrário do que entendemos como museografia própria a um parque natural.

⁸⁵ Em 2004, coordenando pesquisa com estudantes da disciplina FCH 262 - Estágio Supervisionado, sobre as visitas que as escolas realizavam nos museus da cidade de Salvador, chegamos à conclusão de que, apesar dos problemas a elas relacionados, como, por exemplo, a falta de programação, o tempo de frequência dos estudantes nos museus e a ausência de atividades lúdicas e interativas para se trabalhar com os conteúdos, os estudantes adquiriram informações sobre a existência desses espaços de preservação cultural.

⁸⁶ *Des soudaines “émotions patrimoniales” qui surgissent autour du traitement d’un monument on peut admettre qu’elles nous éclairent sur le rapport au passé et plus largement, au temps et à l’espace vécu.*

a construção de processos de identificação e valorização das diversidades socioculturais na sua complexidade. Como dito anteriormente, a experiência nos parques, adquirida pelas ONGs, mostra o quanto são importantes os trabalhos com os patrimônios que fazem parte das realidades locais, inclusive como mecanismo de transformação social, permitindo aos sujeitos a construção de sentidos e de laços de fortalecimento em relação a sua história e a suas identidades. Finalmente, trata-se de reinserções identitárias por meio de patrimônios culturais trabalhados museologicamente em uma perspectiva social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse conjunto de reflexões sobre o patrimônio cultural e a preservação no Brasil, cabe-nos, neste momento, retomar alguns pontos principais que consideramos adequado para a análise do conjunto dos dados e argumentos apresentados.

Ao longo deste trabalho, refletimos sobre o fato de que a patrimonialização é necessária, mas não corresponde totalmente às atuais demandas dos grupos sociais que reivindicam, sobretudo, a preservação de referências particulares que constituem a identidade plural do Brasil como nação. Observamos que é importante a incorporação de princípios, práticas e técnicas museológicas adequadas e que visem articular patrimônio e memórias sociais, numa perspectiva crítica, dinâmica e interativa. Entendemos que os processos de patrimonialização devem contemplar formas e tipologias museais que incluam tipos variados de culturas, proporcionando ou viabilizando o direito de expressão das memórias dos grupos sociais na sua diversidade.

Assim, resgatamos os principais argumentos desenvolvidos, visando aprofundar nossas conclusões. Inicialmente, entendemos que as posições teórico-metodológicas que abordam o patrimônio como representação fixa de uma nação apresentam sérias limitações, pelos critérios de seleção, geralmente elitistas, e pela vinculação à ideia de origem única e território homogêneo.

Em relação à articulação entre patrimônio e origem, constatamos que as associações e os processos de identificação concernentes aos bens culturais podem ser construídos com base em relações diversas. Verificamos, no caso dos parques estudados, que as identificações construídas nesses espaços podem ocorrer com base em fatores tais como: a escolha dos sujeitos em relação a uma história com a qual se identifique e considere importante para a compreensão da sua trajetória de vida; a utilização do espaço como fonte de inspiração para produções artísticas; a apropriação afetiva em torno do patrimônio, já que esse bem precisa ser defendido e protegido; as relações de trabalho construídas ao longo do tempo; a prática de atividades religiosas; e os valores ambientais que portam.

Nesses contextos, o vínculo de nascimento com territórios, em alguns casos, manifesta-se, mas não é tão importante como as relações de afeto e de identificação do sujeito para com esses patrimônios. Assim, consideramos como uma das contribuições do presente estudo o fato de que é necessário ampliar a análise do conjunto de relações construídas pelos sujeitos no que tange ao patrimônio, como forma de entender esse “mosaico” patrimonial. É nesse sentido também que o patrimônio, mesmo o já institucionalizado, precisa ser investigado e interpretado por meio de pesquisas que, além de ajudar no processo de identificação patrimonial, permite trabalhar com as memórias de forma mais contextualizada.

Trata-se de considerar o patrimônio cultural em uma perspectiva científica, para viabilizar a compreensão da sua complexidade. É preciso, portanto, o desenvolvimento de uma atenção antropológica, para se analisar aspectos do cotidiano das populações e suas relações com os patrimônios. Conhecer os patrimônios. Eis a questão! Entendemos que os bens culturais devem ser explorados cientificamente. Afinal, a tendência atual no campo dos estudos sobre patrimônio volta-se para a análise das sociedades, procurando entender as razões que justificam a preservação dos bens patrimoniais, visando distinguir entre o que foi e o que não foi preservado. Isso significa valorizar o poder da memória e não a memória do poder, como foi, muitas vezes, utilizada em vários museus do Brasil, contribuindo até com a propagação de ideias racistas e preconceituosas em relação, principalmente, aos índios e negros deste país, conforme demonstrado neste trabalho.

Igualmente, com relação à questão da transmissão, observamos que pode ser efetuada com base nas relações familiares, de conhecimento, da mídia, entre outras. No entanto, o elemento central é a afetividade e a identificação para com o patrimônio. Nesse sentido, reconhecemos também a importância dos movimentos de patrimonialização advindos de movimentos sociais, porque reativam os vínculos com a memória, possibilitando ao passado aflorar no presente.

Na história do nosso país, foi privilegiado apenas um tipo de história, e isto contribuiu para um processo de desconhecimento em relação ao nosso patrimônio cultural. As atitudes preservacionistas, normalmente, são voltadas para a conservação de determinados bens culturais, representativos de grupos sociais hierarquicamente superiores, provocando um distanciamento da população em relação ao patrimônio preservado, na medida em que as pessoas não se identificam e não entendem os sentidos dos bens preservados.

Ademais, muitos desses bens culturais não correspondem ao conjunto heterogêneo que caracteriza as sociedades contemporâneas. Assim, existe uma redução e/ou seleção de memórias, no processo de patrimonialização concebido pelo Estado, baseado numa determinada concepção de cultura que corresponde a um projeto idealizado e à construção de uma nação homogênea.

Tendo em vista essas questões, no caso do Brasil, a identificação e a afetividade, em alguns casos, precisam ser reconstruídas e reinseridas. Este trabalho demonstra isso de maneira evidente, destacando a importância dos processos educativos como forma de explorar o uso de diversas memórias que compõem a história da sociedade brasileira. Não é à toa, por exemplo, que as associações que se ocupam dos parques metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu investem nessa área.

O estudo relativo às políticas preservacionistas brasileiras aponta para a adoção de um modelo de patrimonialização baseado no estabelecimento de critérios e valores com vistas à seleção dos bens culturais e revela uma visão tradicionalista, objetivando, em última instância, o tombamento como figura jurídica que legitima a definição de patrimônio. Obviamente, as categorias cultura erudita ou grande cultura, cultura popular e cultura de massas também servem para hierarquizar a cultura, funcionando como formas de discriminação, além de não contribuírem para a compreensão da cultura, revelando-se como mecanismos de controle e repressão em relação a tudo o que não corresponda ao projeto tradicionalista da nação. É claro que servem ainda como parâmetros que influenciam os paradigmas que norteiam as políticas de preservação e proteção patrimonial.

Isso contribui para definir o patrimônio como um campo político, no qual ocorrem disputas em torno do reconhecimento de bens culturais que não correspondem à ideia de nação anteriormente referida, dependendo da concepção de cultura, dos valores e padrões estabelecidos ao longo da história das populações como superiores. Assim, nem todas as coletividades têm as mesmas condições para obter o reconhecimento dos seus patrimônios. Esse processo também se acentua em sociedades de passado colonial, cujos grupos continuam lutando pela igualdade de direitos e nas quais a cidadania encontra-se ainda em processo de construção, como é o caso do Brasil, por exemplo.

Constatamos que esse é o caso das tradições afro-brasileiras, ao serem tratadas como “cultura popular” e folclore e, como tal, precisam de um “lugar” definido na sociedade, que se manifesta por meio de *shows*, espetáculos, formas e produções exóticas utilizadas pela indústria do turismo para atrair visitantes, vendendo uma imagem da Bahia como estado pleno de magia, música, alegria e negritude carregada de estereótipos. Tais atitudes expressam-se igualmente nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. É nesse sentido que compreendemos a não aprovação e reconhecimento dos processos de tombamento dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu, iniciados na década de 1980 e ainda em tramitação. Isso significa que, até o presente, esses espaços não foram “aceitos” como patrimônio cultural, mesmo que tal reivindicação tenha sido fruto de movimentos sociais organizados.

Não obstante, isso não significa que os praticantes das tradições afro-brasileiras sejam passivos. Ao contrário, a análise efetuada mostra que lutaram, e continuam lutando, para obter o reconhecimento dos seus bens culturais e da sua história. A presença, principalmente, das ONGs no Parque de São Bartolomeu é um exemplo dessa postura. Assim, esta tese também mostra que é fundamental a participação dos vários grupos que compõem a sociedade, como

forma de construirmos políticas públicas de preservação e valorização patrimonial mais participativas e inclusivas.

Constatamos que essa concepção programada de patrimônio foi propagando-se ao longo dos anos no Brasil e perpetuando-se em ações oficiais de preservação. Dessa maneira, observamos, no período colonial, atividades isoladas em prol da proteção do patrimônio arquitetônico português. Atitudes preservacionistas mais amplas ocorrem com a vinda de D. João VI, ao Brasil. Contudo, tratam-se de iniciativas normalmente ligadas à valorização da fauna e da flora brasileiras e de acervos representativos da cultura europeia, em sua grande parte. Os museus instituídos nesse período evidenciavam uma visão predominantemente externa à nossa cultura, que se manteve durante anos como modelo de museologia adotado em vários museus do país, inclusive na formação dos profissionais museólogos.

Vale ressaltar que a discussão sobre a política de preservação brasileira aponta para a importância da atuação dos intelectuais do modernismo, influenciados pelas teorias da mestiçagem, visando chamar a atenção para a cultura brasileira e suas produções. Ideias inovadoras surgiram após essas contribuições, como, por exemplo, as de Mário de Andrade, ao tratar do patrimônio cultural brasileiro de forma ampliada e global, procurando considerar a totalidade dos bens culturais importantes para a compreensão da diversidade sociocultural do Brasil, muito embora suas concepções em torno desses bens não tenham sido adotadas de forma integral pelos órgãos preservacionistas oficiais.

A aplicação do tombamento como instrumento de proteção patrimonial pelo SPHAN, órgão oficial de preservação, revela, desde os seus primórdios, uma orientação em torno do patrimônio arquitetônico religioso e militar representativo da aristocracia branca brasileira. É comum, por exemplo, o reconhecimento de igrejas, conventos e fortes como patrimônios nacionais. Não obstante, na década de 1970, o debate sobre a diversidade cultural brasileira e a ampliação do conceito de patrimônio ganhou novos rumos, principalmente atrelando-se às questões do desenvolvimento local vinculado às atividades turísticas. Nesse sentido, é destacada a atuação de Aloísio Magalhães, diretor do CNRC e, posteriormente, do IPHAN, que entendia os bens culturais como instrumentos de desenvolvimento econômico e social. Ressaltamos, ainda nessa fase, a criação do Museu de Orleans, como projeto do CNRC, e a criação do Sistema Nacional de Museus, mostrando o início da inserção dos museus e da museologia no campo da preservação.

Por outro lado, os avanços museológicos construídos ao longo dos últimos anos mostram que os profissionais da área e de outros campos afins estão mais comprometidos com a construção de processos museais voltados para a valorização da diversidade

sociocultural das sociedades. A análise das discussões efetuadas nos congressos e seminários realizados desde a década de 1950 ratifica essa observação, destacando-se, nesse universo, a Mesa Redonda de Santiago do Chile.

A incorporação dessa concepção museológica no âmbito das políticas públicas de preservação teve início, de forma mais sistematizada, somente a partir de 2003, com o início da construção de uma política museológica brasileira, constituindo-se como uma iniciativa importante para a organização do campo museal. Contudo, os museus e os museólogos ainda estão pouco presentes nas áreas de preservação e valorização patrimonial, sobretudo participando de formas museais comunitárias. Entendemos que a inserção sistemática, específica e oficial dos museus no campo da preservação do patrimônio cultural ocorreu tardiamente, apenas nos anos 2000, contribuindo para o não equacionamento de alguns problemas, como veremos adiante. Além disso, a articulação contemporânea que se desenvolve no campo da cultura de forma mais ampla, envolvendo o capital privado, os interesses preservacionistas e a divulgação patrimonial apresentam-se como um desafio, na medida em que os museus e os projetos museológicos em geral, por seus responsáveis, enfrentam dificuldades para manter a autonomia museal, principalmente no que diz respeito à construção do discurso museológico em favor de todos os grupos sociais e não apenas de determinadas culturas.

Outrossim, a necessidade de criação de mais museus em bairros periféricos nas grandes cidades e também em municípios com as condições adequadas de funcionamento, incluindo estrutura física, equipamentos, pessoal técnico especializado, entre outras, esbarra nos programas de financiamento no campo da cultura, que acabam optando por outras prioridades. Nesse sentido, as políticas museológicas brasileiras carecem de mais recursos para investir em programas e tipologias museológicas que possam atender aos interesses das comunidades, envolvendo preservação, desenvolvimento local e formação educacional¹.

Além disso, como analisamos na seção 2 desta tese, existem várias culturas nas sociedades e diversas formas de se operar com o patrimônio. Entendemos que o presente trabalho contribui para a análise do fato de que precisamos operar numa perspectiva inclusiva em relação à preservação e à valorização das culturas das sociedades. Nesse sentido, Museologia Tradicional, Nova Museologia e Museologia Espetacular não são museologias diferentes; fazem parte da Museologia como ciência social em construção, que se defronta com os desafios da

¹ Lembramos dos dados apresentados na parte 1, seção 3, sobre a localização dos museus no Brasil: a maioria, na região sudeste do país; nas grandes cidades, situam-se, predominantemente, no centro das capitais brasileiras.

contemporaneidade para lidar com as memórias e as identidades. Portanto, compreendemos que está em jogo a luta pelo direito de escolha em torno da Museologia mais adequada a cada contexto e do exercício permanente da ética e da cidadania por parte do profissional museólogo. É o que mostra nossos estudos de caso.

Os territórios do Abaeté e de São Bartolomeu são lugares plenos de significação simbólica construída ao longo da história. Os estudos de caso apontam para o fato de que os participantes do movimento social responsável pela patrimonialização não se sentem satisfeitos com a criação dos parques, com a redução das suas dimensões e a definição de medidas de proteção que incluem, unicamente, a fiscalização e a segurança, no caso do Parque Metropolitano do Abaeté. Assim, para esses, o essencial, que inclui o conjunto de relações das pessoas com esse patrimônio e suas memórias, não foi abordado e preservado de maneira adequada e apropriada, demonstrando que não é suficiente apenas patrimonializar, tal qual definido pelos órgãos públicos de preservação.

Por outro lado, a perspectiva dos órgãos oficiais para justificar a patrimonialização em nome do turismo não funciona, pois não contempla a participação das populações locais. O fato de ter sido criada uma estrutura física para atender principalmente aos turistas apresenta problemas de manutenção, inclusive no longo prazo. No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, os quiosques, as lojas e os restaurantes construídos têm tido dificuldades de se manter, pois o fluxo de turistas, nos últimos anos, é relativamente baixo, e a população local não tem condições nem interesse em consumir os produtos oferecidos.

Por sua vez, o modelo de patrimonialização que trata o patrimônio como turístico é problemático. No caso dos parques, por exemplo, são espaços históricos para vários grupos sociais que construíram e continuam a investir neste país. Isso poderia estar atrelado a uma política ampla, que englobasse turismo e desenvolvimento local, já que as populações do entorno desses parques são muito carentes. Mas isto não ocorre, pois o turismo é visto de forma isolada ou, para usar uma expressão de Peter Fry (1979), “pra inglês ver”. Aliás, a própria ideia de patrimônio turístico é contraditória com a noção de patrimônio, que exige transmissão, identificação, afeição e pertencimento.

Entretanto, a patrimonialização é necessária. O problema está no modelo definido pelos órgãos públicos de preservação. A patrimonialização permitiu a ampliação do processo de apropriação dos espaços estudados nesta tese. O exemplo do Parque Metropolitano de São Bartolomeu é significativo: um parque que sedia três ONGs cujos membros ocupam-se e trabalham visando à proteção e valorização desse lugar. Em alguns casos, seus participantes habitam em localidades distantes do parque. Esse trabalho desenvolvido pelas ONGs também

demonstra que ocorre um processo de apropriação quando as pessoas conhecem e se identificam com os seus patrimônios.

Ademais, constatamos mudanças em relação à sociedade brasileira, cujos grupos sociais organizam-se, cada vez mais, visando à construção de um país mais democrático e o reconhecimento de diversos patrimônios culturais. Os exemplos dos Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu mostram que a patrimonialização constitui-se num exercício de cidadania e democracia, contribuindo para repensarmos o modelo de patrimonialização estatal do modo como se apresenta, sob pena de comprometermos a própria noção do estado de direito.

A atuação das ONGs é importante para o processo de preservação do patrimônio ambiental, urbano e religioso, mas é necessária a participação do Estado como patrocinador, mediador e entidade responsável por zelar pelos interesses de todos, para não termos a mediação de discursos, por exemplo, que podem contribuir para a veiculação de informações superficiais e preconceituosas. O exemplo do Parque Metropolitano do Abaeté sobre o conhecimento relativo ao candomblé é pouco profundo e revela que a memória em relação a essas práticas ainda sofre processos de repressão e discriminação.

Entendemos que é preciso assumir a heterogeneidade de sentidos que os patrimônios possuem. No caso dos parques, existiu um movimento social identitário, requerendo o reconhecimento desses espaços como patrimônio ambiental, urbano e religioso. Na realidade, são os atores do movimento da patrimonialização – ecologistas, artistas, cantores e a população local – que devem definir esses valores. A heterogeneidade desses sujeitos e a diversidade de sentidos históricos, culturais e religiosos é o que define esse patrimônio como híbrido. Nenhum valor é mais importante nesse tipo de patrimônio, mas o ambiental, o urbano e o religioso são vistos de forma integrada. Tendo em vista os atores da patrimonialização e os vários sentidos atribuídos, não podemos tratar esses parques apenas com base na concepção de preservação ecológica, que torna os bens naturais intocáveis, como sugerem os agentes da patrimonialização no Parque Metropolitano do Abaeté, revelando um distanciamento entre natureza e cultura. Esses espaços sempre foram utilizados pelas populações, e a memória oral atesta isso, o que significa que essas relações são historicamente construídas e não podem ser desconsideradas por uma concepção de preservação que afaste o homem do meio ambiente. Essa naturalização em relação aos parques revela uma atitude preservacionista típica, em que o bem cultural basta, e as tradições afro-brasileiras devem ser tratadas de maneira silenciosa ou como produções exóticas, conforme mencionado.

A patrimonialização constitui-se num quadro complexo que envolve os sujeitos que reivindicam o reconhecimento de um patrimônio, como também as atitudes que foram

tomadas pelos agentes oficiais de proteção patrimonial para definir esse bem como patrimônio oficial. A reivindicação dos parques como patrimônio volta-se para o Estado como aparelho fundamental para a legitimação desse processo. Portanto, trata-se de uma ação coletiva para obrigar o aparelho estatal a assumir a responsabilidade de uma herança comum. Com efeito, é a organização da sociedade civil que permite a construção desse patrimônio relegado na história deste país.

Os patrimônios são identificados pelos próprios sujeitos que reconhecem e apelam para o direito de construção das suas memórias, sendo que a participação do Estado é fundamental, por funcionar como mediador dessas demandas sociais e políticas. As ONGs estão nos espaços dos parques para garantir um processo de apropriação histórica e dinâmica que inclui os componentes culturais e naturais dos parques.

A patrimonialização revela a organização de grupos com vistas à defesa de seus patrimônios, contribuindo para a compreensão acerca da existência de memórias e identidades que precisam ser levadas em consideração pelas políticas públicas de preservação. Dessa forma, é preciso refletir sobre o sentido político desses movimentos nas sociedades, reconhecê-los e acolhê-los, principalmente como prática democrática.

Além disso, é um fenômeno que possibilita a incorporação de valores aos patrimônios, nos casos específicos, o valor ambiental, que deve ser objeto de grande atenção por parte das políticas públicas preservacionistas, tendo em vista o processo de degradação contínuo e permanente do meio ambiente. Este trabalho mostra também que os membros das associações atuam e podem atuar de forma mais eficaz se tiverem o apoio dos órgãos oficiais, para continuarem lutando por questões que fazem parte do bem comum.

Verifica-se ainda, no contexto da patrimonialização, que o contato entre pessoas que defendiam esses patrimônios contribuiu para aflorar memórias relativas aos lugares, vivências, impressões e saberes sobre índios e negros. A memória oral registra um passado de lutas dessas etnias, tendo contribuído para o entendimento das pessoas como sujeitos históricos. No caso do Parque Metropolitano do Abaeté, essas memórias são expressas de forma mais poética e idealizada, tendo em vista a mediação de artistas e cantores sobre esse espaço, fato que contribuiu para que sua propagação ocorresse também dessa maneira. Essas memórias são importantes para uma construção histórica diferenciada que, ao invés de excluir os sujeitos, os inclui, ampliando sua visão de mundo e compreensão da sociedade.

Portanto, falar de patrimônio significa considerar afeição e emoção. Como explicar, por exemplo, a adesão de determinadas pessoas à causa preservacionista dos parques estudados se não for por esse caminho? Parques localizados em áreas menosprezadas pelos

poderes públicos, que carecem de investimentos básicos e permanentes, colocando em risco e custando até mesmo a vida das pessoas, como foi o caso de Antônio Conceição, um dos sujeitos da pesquisa.

No momento em que as pessoas percebem que suas histórias podem ser aceitas e reconhecidas pelo patrimônio cultural, por exemplo, acontecem possibilidades de mudança social. O conhecimento de um bem cultural permite essa relação de identificação. Esse fato deu sentido a suas vidas e proporcionou verdadeiras transformações sociais. Eis aí o sentido da patrimonialização, advinda de movimentos sociais e do trabalho de preservação: ligar o passado ao presente, como forma de nos sentirmos fortes e atuantes na sociedade.

A apropriação dos parques pelas ONGs que estão atuando nos territórios demonstra também a dinâmica do processo de patrimonialização. Esse fato é expresso em um conjunto de práticas cotidianas nos parques e fora desses, que visam, sobretudo, a divulgação da história e a necessidade de continuidade da proteção desses territórios. Todavia, esses agentes das ONGs reivindicam um tipo de preservação.

Nos dois casos, os agentes da patrimonialização expressaram o desejo de que os parques fossem tratados como museus, fato que demonstra a necessidade de perpetuação das memórias locais e da própria patrimonialização, ao criar museus como lugares dinâmicos, centros de referência da história e que desenvolvam a preservação social. Eis uma das demandas principais desses movimentos. Do ponto de vista museológico, os parques metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu podem ser tratados como museus. Aliás, devem ser concebidos como tal, tendo em vista a natureza do movimento de patrimonialização e as demandas sociais. Isso significa atender a um pleito comunitário, por meio de um processo de ação cultural. Além disso, do ponto de vista conceitual, os parques como museus adéquam-se perfeitamente à definição de museu do ICOM².

Esse fato significa que as políticas a serem implantadas devem ser permanentes e regulares. Os contextos dos parques metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu carecem de ações museológicas inclusivas. Nesse sentido, a preservação deve ser vista como prática social ampla, contínua e comprometida com a criação de alternativas econômicas para as populações locais. Trata-se de uma preservação dinâmica e interativa, e isso pode ser viabilizado por meio de atividades permanentes, vinculadas a uma política educacional e cultural que possa explorar os bens culturais como recursos didáticos, por exemplo.

² Definição analisada na seção 6 desta tese.

Isso implica a implementação de uma política social e cultural permanente de valorização desses espaços, articulando os atores sociais envolvidos, pois a reivindicação e o movimento de preservação continuam para esses sujeitos. Integrar cultura e educação ainda é um caminho a ser adotado pela política museológica brasileira, que deve ser mais ousada, para incluir os parques nas suas diretrizes. Torna-se, portanto, necessária a aplicação de uma museologia crítica, baseada no princípio de que existem várias memórias e estas devem ser trabalhadas, valorizadas e usadas em um diálogo contínuo entre as populações envolvidas, procurando-se explorar sua utilização pela formação educacional, por exemplo. Isso significa sensibilizar os sujeitos para que possam conhecer e identificar seus patrimônios, estimulando a compreensão em torno da importância das memórias na vida dos sujeitos e de sua participação como cidadão. Isto exige um projeto amplo em diversas áreas, agregando a possibilidade de atendimento de demandas básicas, como, por exemplo, saúde, educação, saneamento básico, trabalho e renda.

A criação de formas museais participativas nos contextos dos parques ambientais, urbanos e religiosos pode auxiliar a produção de conhecimento atrelada à conservação dos acervos naturais e culturais, como também a valorização desses espaços com recursos expositivos adequados. Nesse sentido, natureza e cultura são vistas de forma integrada e não de maneira distinta, e quem dá sentido aos bens culturais são os homens que os criam e se apropriam deles, elaborando significados. Assim, o patrimônio pode ser analisado com base em sua dimensão histórica, articulada ao presente.

No caso do Parque Metropolitano de São Bartolomeu, por exemplo, a fauna, a flora e as práticas religiosas nele desenvolvidas são vistas como bens a serem preservados. No entanto, em relação ao Parque Metropolitano do Abaeté, os aspectos ambientais e ecológicos são mais evidenciados, por razões já mencionadas neste trabalho. Entretanto, em ambos os parques, percebe-se a preocupação de seus coordenadores em reunir documentos de vários tipos sobre as atividades desenvolvidas, a exemplo do histórico dos parques de maneira geral, os estudos técnicos, entre outros. As fotografias são guardadas e, no caso do Parque Metropolitano do Abaeté, é até utilizado um livro de registro cotidiano das visitas. Além disso, as visitas guiadas são consideradas como uma atividade primordial dessas organizações. Todavia, a carência de informações dos guias que realizam a mediação do espaço é uma questão permanente. As informações transmitidas são genéricas e superficiais e não dão conta da riqueza de significados desses espaços, carecendo de projetos de ação cultural e educativa. Isso comprova que um dos problemas da patrimonialização é a ausência de musealização e museografia adequada e apropriada aos contextos específicos que requer a

aplicação de uma política pública dialógica, para proporcionar ou viabilizar um processo de reflexão contínuo sobre a natureza das mudanças, seus benefícios e os problemas advindos de relações estabelecidas com grupos estrangeiros vinculados ao turismo, por exemplo.

Os trabalhadores dessas organizações não utilizam procedimentos técnicos e científicos nas atividades com esses bens culturais, pois não possuem uma formação na área museológica, mas reconhecem essa necessidade. Eles estão trabalhando com um sentido museológico, com base nas interações complexas desencadeadas pela força do movimento de patrimonialização e, em consequência, da necessidade de proteção cotidiana dos parques. Então, são ações museológicas intuitivas e que necessitam da participação do profissional museólogo, o que significa que os parques representam um campo de atuação desse profissional, a ser explorado e preenchido.

Perceber o museu como espaço de conhecimento é extremamente importante para mantê-lo atualizado em relação às informações referentes aos seus acervos e sobre o que acontece na vida cotidiana. Os casos dos parques estudados mostram que esses patrimônios não são conhecidos no seu conjunto de significados ambientais, urbanos e religiosos. Alguns estudiosos já se dedicaram a esses espaços, mas ainda é necessária a implantação de ações de estudos sobre esses territórios, principalmente os de natureza arqueológica. Todavia, essas ações não devem ficar restritas ao âmbito da academia. É preciso que sejam utilizados para pensar, de forma ampla, os espaços e as comunidades locais. Afinal, não é esse também o sentido do museu fórum?

Entretanto, é preciso formação e qualificação para se trabalhar com o patrimônio cultural. Isso também significa que é necessário que os quadros profissionais nos órgãos oficiais que tratam da proteção e valorização do patrimônio cultural e ambiental sejam ocupados por profissionais da área museológica. Equipes interdisciplinares para produzir conhecimento em relação aos bens culturais como também a participação de museólogos para atuarem no tratamento dos acervos, como fauna e flora são importantíssimas para uma musealização apropriada.

Assim, entendemos que a patrimonialização corresponde, em parte, sim, às demandas contemporâneas dos grupos sociais e, em parte, não, em relação à preservação das nossas referências históricas e culturais. Ao implantar ações de proteção e valorização de um bem cultural, o Estado, de certa forma, atende a algumas reivindicações dos movimentos sociais em prol da preservação. Todavia, ao destituir o patrimônio do conjunto de relações que o tornaram como tal, os órgãos estatais responsáveis pela preservação geram sentimentos de

frustração, decepção, incompreensão e negação dos direitos de expressão que todos os cidadãos deveriam ter nas sociedades democráticas.

Os movimentos de patrimonialização manifestam memórias e identidades e esses fenômenos sociais deveriam ser tratados com base em princípios, práticas e técnicas museológicas, como forma de consolidarmos a expressão dessas identidades e sua compreensão junto à sociedade de maneira crítica e não preconceituosa, evitando, assim, a perpetuação de estereótipos.

Como qualquer trabalho científico, esta pesquisa possui limites. Por exemplo, seria interessante explorar um pouco mais os espaços dos terreiros de candomblé. Trata-se de lugares com referências históricas importantes para a compreensão das tradições afro-brasileiras. Além disso, muitos Pais e Mães de Santo já são idosos e guardam uma memória importante da história dessa religião na sociedade baiana.

Registramos a importância de explorar trabalhos que resgatem as memórias das mulheres. Este é um universo riquíssimo que precisa ser considerado mais no âmbito acadêmico. No caso dos territórios dos parques, constatamos a presença de mulheres trabalhadoras, descendentes de antigos moradores dos bairros de Itapuã e da região do Subúrbio Ferroviário que relatam sobre o trabalho de mães, avós e tias com objetivo de sustentarem as suas famílias. Compreendemos que essas memórias precisam ser trabalhadas, preservadas e valorizadas.

Entendemos que seria importante verificar como ocorreram os processos de recepção de alguns patrimônios e monumentos da cidade de Salvador. Por exemplo, o público entende por que temos, na Praça do Campo Grande – centro da cidade de Salvador –, uma estátua de caboclo?

Para finalizar, gostaríamos de afirmar nossa confiança na construção progressiva de uma sociedade verdadeiramente democrática, plural e diversa. Como disse a cantora Elis Regina (1978, faixa 9), na música “Querellas do Brasil”: “O Brazil não conhece o Brasil. O Brasil nunca foi ao Brazil.” Portanto, o que está em jogo, nesse momento de reconstrução e redemocratização do Brasil, é o conhecimento e a valorização das nossas memórias...

REFERÊNCIAS

ABAETÉ abandonada. **Jornal da Bahia**, Salvador, p. 6, 10 jul. 1979.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

_____. Museus, patrimônios e diferenças culturais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Museus, coleções e patrimônios**: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007. p. 114-125.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AIDAR, Gabriela. Museus e inclusão social. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 53-62, jan./jun. 2002.

A LOCALIDADE: Praia de Costa Azul em Jandaíra - Ba. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://www.fotosdabahia.com.br/costadocoqueiro/costa-azul/destaque.html>>. Acesso em: 10 set. 2012.

A NATUREZA reage à especulação já que o governo não faz nada. **Jornal A Tarde**, Salvador, 6 abr. 1980. Caderno Econômico, p. 3.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro. Construindo a auto-estima da criança negra. In: MUNANGA, Kabenguele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. p. 117-123.

ANGEOLETTO, Fábio Henrique Soares. **Pirajá** – um bairro e um parque – a vegetação como fator de aumento da biodiversidade e da qualidade de vida nos biomas urbanos. 2000. 178 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

APA LAGOA do Abaeté. Salvador, 23 fev. 2013. Disponível em: <savecologica.blogspot.com>. Acesso em: 20/04/2013

ARANTES, Antonio Augusto. Documentos históricos documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 7, 1987.

_____. **O que é cultura popular**. 1. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. Revista **Projeto História: Espaço e Cultura**, São Paulo, n. 0, p. 121-134, 1981.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Prefácio. In: _____. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 11-14.

AS REGIÕES brasileiras segundo o IBGE e segundo os Complexos Regionais. São José do Rio Preto, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.blogdoprofalexandre.blogspot.com.br/2012/07/as-regioes-brasileiras-segundo-o-ibge-e.html>>. Acesso em: 2 out. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECOMUSEUS E MUSEUS COMUNITÁRIOS. **Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.abremc.com.br/ecomuseus.asp>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

ATHAYDE, Sylvia. Apresentação. In: VALLADARES, José. **Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos**. 2. ed. Salvador: EPP, 2010. Não paginado.

AVANZO, Paulo Eduardo. **Importância da geologia nos estudos de impacto ambiental: Abaeté – um exemplo**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1988. p. 9-45.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Parque Cívico-Natural de Pirajá-Cobre. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. 1998. p.123-127.

BABELON, Jean Pierre; CHASTEL, Andre. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.

BAHIA. **Decreto n.º 351, de 22 de setembro de 1987**. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA das LAGOAS e DUNAS DO ABAETÉ, no município de Salvador, e dá outras providências. Salvador, 1987.

_____. **Decreto n.º 2.537, de 27, de junho de 1989**. Dispõe sobre o papel da Conder como órgão responsável pela expropriação dos terrenos necessários a implantação do aeroporto. Salvador, 1989.

_____. **Decreto n.º 28.280, de 5 de outubro de 1981**. Declara de utilidade pública uma área considerada necessária para a ampliação do Aeroporto Internacional 2 de Julho. Salvador, 1981.

_____. **Decreto n.º 30.980, de 19 de setembro de 1984**. Delimita área destinada à implantação do plano de desenvolvimento do Aeroporto Internacional 2 de Julho, considerando-a de utilidade pública para efeito de desapropriação. Salvador, 1984.

_____. **Lei n.º 3.858 de 3 de novembro de 1980**. Institui o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dá outras providências. Salvador, 1980. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

_____. Secretaria de Planejamento. **Lendas e magias da Lagoa do Abaeté**. Depoimento: Calasans Neto. Salvador, 1994. (Acervo da Casa da Música da Bahia).

_____. Secretaria do Meio Ambiente. Parques Metropolitanos. **Parque Metropolitano Lagoas e Dunas do Abaeté**. Salvador, 2011a. Disponível em: <www.meioambiente.ba.gov.br>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. **Visitação**. Salvador. 2008a. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=ABAETEVI&p=ABAETE>>. Acesso em: 10 set. 2012.

_____. **Localização**. Salvador, 2008b. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=ABAETELO&p=ABAETE>>. Acesso em: 10 set. 2012.

BAHIA. **Atributos Naturais**. Flora. 2011c. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=ABAEANFL&p=ABAETEAT>>. Acesso em 10 set. 2012.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu**. Salvador, 2011b. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APACOBRE&p=APAAPA>>. Acesso em: 28 set. 2011.

BAHIANA, José. **Quilombo do Urubu**. [s.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/cronicas/2651153>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

BAHIATURSA. **Trajetória de três décadas de sucesso no turismo brasileiro**. Salvador, 1975. p. 23.

BARRÉ, François. **Domestiquer l'histoire: ethnologie des monuments historiques**. Diretion de Daniel Fabre. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 2000. Mission du Patrimoine Ethnologique. Collection Ethnologie de la France, Cahier 15.

BARROS, José Flávio de; TEIXEIRA, Maria Lina Leão. Sassanhe: o cantar das folhas e a construção do ser. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 81-103.

BARROSO, Gustavo. **Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional: primeira seção Arqueologia-História**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1924.

BÉGHAIN, Patrice. **Le patrimoine: culture et lien social**. Paris: Presses de Sciences Po, 1998.

BELLAIGUE, Mathilde. **Metodologia da Museologia**. Conferência proferida no V Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, 1992. Mimeografado.

BITENCOURT, Danilo. **Lavadeiras de Itapuã homenageiam protetora da Lagoa do Abaeté**. Salvador, 11 jan. 2010. Disponível em: <<http://cufaitapua-bahia.blogspot.com.br/2010/01/lavadeiras-de-itapua-homenageiam.html>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne. **L'enquête et ses méthodes: l'entretien**. Paris: Nathan Université, 2001. (Sociologie 128).

BOMENY, Helena. Patrimônio da memória nacional. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio**. Rio de Janeiro: IBPC, 1991. p. 1-14. (Caderno de Debates, n. 1).

BORGES, Katia. Arte já! **Jornal A Tarde**, Salvador, 7 jul. 1996. Cad. 2, p. 7.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Alfredo. Cultura brasileira. In: SAVIANI, Dermeval (Coord.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. p. 49-133.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Cultura. **Aspectos da política cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço Industrial Gráfico da UFRJ, 1976.

_____. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. A construção de uma política pública. In: _____. **Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2004**. Brasília, 2005. p. 12-33.

_____. Planos em perspectiva: a Política nacional de museus para os próximos anos. In: _____. **Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília, 2006. p. 122-127.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 5 mar. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto n.º 5.264, de 5 de novembro de 2004**. Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências. Brasília, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5264.htm>. Acesso em: 20 abr. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto n.º 91.144, de 14 de março de 1985**. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Brasília, 1985. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d91144.htm>. Acesso em: 28 jan. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 13 jun. 2012.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 13 set. 2011.

_____. Presidência da República. **Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriação por utilidade pública. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 23 jun. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104083/lei-6513-77>>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981**. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

Brasília, 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16902.htm>. Acesso em: 28 mar. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Restabelece princípios da Lei n.º 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm>. Acesso em: 18 jun. 2012.

_____. Presidência da República. **Lei N.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 26 abr. 2011.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Brasília, 1992. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm>. Acesso em: 20 maio 2012.

_____. Senado Federal. **Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970**. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1970. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=197342&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 21 abr. 2011.

_____. Senado Federal. **Decreto-Lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946**. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=103942&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 3 jan. 2012.

_____. Senado Federal. **Projeto de Lei n.º 180, apresentado em 25 de novembro de 2008**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=88409>. Acesso em: 5 jul. 2012.

_____. **Decreto de 31 de maio de 2004**. Institui a Semana dos Museus e o Dia Nacional do Museólogo. Brasília, 2004a. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/institucional-2/legislacao/decretos/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

CAETANO VELOSO,. Itapuã. In: CAETANO VELOSO. **Circuladô**. São Paulo: Arto Lindsay, 1991. Disco sonoro. Faixa 3.

CALAZANS, Vevé; GERÔNIMO. **É D'Oxum**. 2009. Disponível em: <<http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/rita-ribeiro/e-doxum/2436619>>. Acesso em: 23. set. 2013.

CALDAS, José Antônio. **Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759**. Édition fac-similé. Salvador: Tipografia Beneditina, 1979.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Antropologia e poder : uma resenha de etnografias americanas recentes. **Boletim informativo bibliográfico**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1-50, 1989.

CALLON, Michel. Ni intellectuel engagé, ni intellectuel dégaqué: la double stratégie de l'attachement et du détachement. **Sociologie du travail**, Paris, n. 41, p. 65-78, 1999.

CAMERON, Duncan F. The Museum: a temple or the forum? Rev. **Curator**, New York, v. 19, n. 1, p. 11-14, 1971.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Patrimonio etnológico. Nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999. p. 16-33. Disponível em: <<http://ciudadespatrimonio.mx/descargables/Los-usos-sociales-del-patrimonio-cultural.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

CANDAU, Joël. **Anthropologie de la mémoire**. Que sais-je? Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. **Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 31. p. 63-75, 2002.

CANDOMBLÉ. São Francisco, EUA, 2013. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Candombl%C3%A9>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

CARTA do Abaeté. **Jornal da Bahia**, Salvador, 16 jan. 1983. Especial, p. 6.

CARTA de Atenas. In: PRIMO, Judite (Org.). Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, p.71-76, 1999.

CARTA de Veneza: Carta Intenacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios. In: PRIMO, Judite (Org.). Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. **Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, p.89-93, 1999.

CARVALHO, Caio Luiz de. **Entrevista em programa ao vivo**. (Programa Roda Viva). São Paulo: 19 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/747/entrevistados/>>. Acesso em: 19 mar. 2001.

CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de. Abaeté, patrimônio ameaçado. **Bahia - análise & dados**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 52-54, jun. 1991.

CARVALHO, Maria Rosário. A Baía de Todos os Santos no século XVI sob o olhar jesuítico. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 37-51.

CASA DA GRAVURA. 11 obras comentadas de Pancetti. Reproduções. Álbuns. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.casagravura.com.br/?sec=70&album=>

16&AlbumNome=11%20obras%20comentadas%20de%20Pancetti%20%28reprodu%20E7%F5es%29&Artista=>. Acesso em: 2 jun. 2013.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. **Aspectos da política cultural brasileira**. Rio de Janeiro, 1976. Discurso proferido na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CAYMMI, Dorival. **A Lenda do Abaeté**. 1954. Disponível em: <<http://letras.mus.br/dorival-caymmi/602259>>. Acesso em: 29 set. 2013.

_____. **Coqueiro de Itapuã**. 2009. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/e8h4xmy8lnu8/dorival-caymmi--coqueiro-de-itapoa-0402396EE0A12307?types=A>>. Acesso em: 29 set. 2013

CAYMMI, Stella. **Dorival Caymmi: o mar e o tempo**. São Paulo: Editora 34, 2001. (Coleção Todos os Cantos).

CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS. **Diagnóstico Ambiental da Bacia do Cobre/Parque Metropolitano de Pirajá**. Salvador, 1997.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal**. Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Minc/Ibram, 2009.

_____. Cultura, Patrimônio e Memória. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 31, p.15-29, jan./jun. 2002.

_____. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Lisboa: Argos, 1999. (Cadernos de sociomuseologia, v. 13).

_____. **Museália**. Rio de Janeiro: JC, 1996.

_____. Museologia: sem certeza e sem ingenuidade. In: SANTOS, Maria Célia T. M. (Org.). **Política Nacional de Museus, Eixo 3: Programa de formação e capacitação em museologia**, Projeto-Bahia: relatório 2003-2005. Brasília: MinC; IPHAN, 2005. p. 15-17.

_____. Preservação do Patrimônio Cultural: Educação e Museu. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 46-53, dez. 1989.

CHIMAMANDA Adichie: O perigo da história única. 2009. Disponível em: <http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html>. Acesso em: 29 jun. 2013.

CHOAY, Françoise. **L'allegorie du patrimoine**. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

COELHO, P. **Do patrimônio cultural**. Austin: Universidade do Texas, 1992.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 7-10, 1984.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. **Estudo de caracterização do perfil dos moradores do bairro do Abaeté e avaliação sobre a implantação do parque turístico**. Salvador, 1992. p. 2-13.

_____. **Parque Metropolitano do Abaeté**. Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/parque_abaete.htm>. Acesso em: 8 mar. 2001.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DA BAHIA. **O que é o CEC**. Salvador, 2005. Disponível em: <<http://www.legislabahia.ba.gov.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2005.

_____. **Parecer n. 12, de 1985**. Sobre o projeto de tombamento do parque das lagoas e dunas do Abaeté. Salvador, 1985.

CORDEIRO, Célia Maria Ferreira. Anísio Teixeira, uma "visão" do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 241-248, May/Aug. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-40142001000200012>. Acesso em: 25 jun. 2013.

COSTA, Carina Martins. A escrita de Clio nos templos da mnemósime: olhares sobre materiais pedagógicos produzidos pelos museus. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 217-240, jun. 2008.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 64-125.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-24.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. "Nação: um lugar comum". In: SIMÕES, Júlio Assis; MACIEL, Laura Antunes (Org.). **Pátria amada esquarterjada**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.32-35.

DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 58-85.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. Treze pontos riscados em torno da cultura popular. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 92, p. 49-67, 1994.

_____. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**, Rio de Janeiro, Suplemento cultural, ed. esp., set. 1981.

DAMIANI, Amélia Luísa. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo, modernidade, globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 46-54.

DAVALLON, Jean. **L'exposition à l'œuvre: stratégies de communication et médiation symbolique**. Paris: Harmattan, 1999.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DESVALLÉES, André. A Museologia e os museus: mudanças de conceitos. **Cadernos Museológico**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 12-21, 1989.

_____. **Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie**. Paris: WMNES. 1992. v. 1. (Collection Museologia). 1. ed. de 1954.

DISCURSO do presidente Castelo Branco. In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Aspectos da política cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço industrial gráfico, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1976. p.15-38.

EDELWEISS, Fréderico. **Camaragipe e a lagoa do Abaeté**. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1969.

ELIS REGINA. Querellas do Brasil. In: _____. **Transversal do tempo**. Rio de Janeiro: Phonogram, abr. 1978. 1 LP e 1 CD (regravação). Faixa 9.

EMPRESA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. **Diagnóstico ambiental da Lagoa do Abaeté**. Salvador, 1992. 61 p.

É NECESSÁRIO criar o parque para parar com a depredação. Região Metropolitana de Salvador. **Jornal A Tarde**, Salvador, 28 set. 1978. Suplemento especial, p. 1.

EPITÁCIO Pessoa. São Francisco, EUA, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Epit%C3%A1cio_Pessoa>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ESPINHEIRA, Gey. O Parque de São Bartolomeu: esquecimento e memória. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 23-27.

ETCHEVARNE, Carlos. Arqueologia dos grupos africanos no Brasil: potencialidades e limitações. In: AMORIM, Carlo et al. **O patrimônio cultural dos templos afro-brasileiros**. Salvador: Oiti, 2011. p. 135-147.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. A política de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a democracia no Brasil. **Ciência e trópico**, Recife, v. 12, n. 2, p. 211-214, jul./dez. 1984.

FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.

FEIJÓ, Martin. **O que é política cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERRÃO, Rosana. **Oxum talhada por Carybé**. Salvador. Museu Afro-Brasileiro, 2008. Disponível em: <www.bloglog.globo.com>. Acesso em: 15 mar. 2013.

FESTA marca 3ª lavagem da Casa das Lavadeiras. **Jornal A Tarde**, Salvador, 17 set. 1999. 1º caderno, p. 7.

FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005.

FLORES, Luís Felipe Baeta Neves. Mémoires migrantes. Migration et idéologie de la mémoire sociale. **Ethnologie Française**. Le vertige des traces. Patrimoines en question. Paris, t. 25, n. 1, p. 43-49, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2005.

FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes. Apresentação. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. **Parque Metropolitano de Pirajá**: história, natureza e cultura. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 11-17.

FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. **Parque Metropolitano de Pirajá**: história, natureza e cultura. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Ano 12, n. 33, p. 127-141, fev. 1997.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRY, Peter. **Para inglês ver**. Notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNDAÇÃO GREGÓRIO DE MATOS. **Fanfarras, estudantes, militares, grupos de samba e batucadas**. Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=7>. Acesso em: 3 jan. 2013.

_____. **Vivendo cultura**. Subúrbio. Salvador, 2012. Disponível em: <http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-area.php?cod_area=6>. Acesso em: 26 dez. 2012.

GESTÃO SOCIAL. **Região Administrativa X – Itapuã**. Salvador, fev. 2009. Disponível em: <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/nucleos/aguas/territorio-bairros/mapas-dos-bairros/RA%20X_Itapua.jpg/view>. Data de acesso: 10 jan. 2012.

GESTIN, J.P. Muséologie et parcs naturels. In : RIVIERE, Georges-Henri. **La museologie selon Georges Henri Rivière**. Paris : Bordas, 1989. Cours de Muséologie/Textes et témoignages. p. 155-157.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. **O museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.

GOB, André; DROUGUET, Noémie. **La muséologie**: histoire, développements, enjeux actuels. Paris: Armand Colin, 2004.

GOBINEAU, Arthur de. **Essai sur l'inegalité des races humaines**. Paris: Gallimard-Pleiade, 1983.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A história da arte**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. Os museus como espaços materiais de representação social. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC, IPHAN, DEMU, 2007. p. 82-106.

GOVERNADOR entrega aos baianos o Parque Metropolitano do Abaeté. **Diário Oficial**. Estado da Bahia. Salvador, 3 set. 1993. Ano LXXVII, caderno 1, n.º 15.436, p. 3.

GOVERNO faz concorrência para as obras de recuperação do Abaeté. **Diário Oficial**. Estado da Bahia. Salvador, BA, 4 set. 1992. Ano LXXVI, n.º 15.147, p.3.

GREGOROVÁ, Ana. A discussão da museologia como disciplina científica. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 45-50, 1990.

GRUPO Ecológico denuncia perda de água no Abaeté. **Jornal A Tarde**, Salvador, 10 jan. 1999. Matéria 162036.

GUIDON, Niède. As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 37-52.

GUILLAUME, Marc. Invention et stratégies du patrimoine. In: JEUDY, Henri-Pierre (Dir.). **Patrimoines en folie**. Paris: Maison des sciences de l'homme, 1990. (Ethnologie de la France. Cahier 5).

GUIMARÃES, Paulo. Identidade, territorialidade e ecologismo: o caso da lagoa do Abaeté. **Caderno CRH**, Salvador, n. 18, p. 117-137, 1993.

GUIMARÃES DA SILVA, Paulo R. **La lagune du Abaeté ou pouvoir et environnement**: pratiques, demandes et perceptions sociales a Salvador de Bahia, Brésil. 1992. 513 f. Tese (Doutorado em [Geografia]) – Institut des Hautes Etudes de L'Amérique Latine, Université de la Sorbonne Nouvelle. Paris III. 1992.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HENRY, Odile. Le mariage du tourisme et de la culture. **Tourisme et société**, Paris, n. 133, p. 119-123, mars, 1992.

HOBSBAWN, Eric. Introdução. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

HUBERT, F. Historique des Écomusées. In: RIVIERE, Georges-Henri. **La Muséologie selon Georges Henri Rivière**. Cours de Muséologie/Textes et témoignages. Paris: Bordas, 1989. p. 146-154.

IANNI, Octávio. Cultura Popular. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 30-32, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292740&search=bahia|salvador>>. Acesso em: 1 set. 2012.

_____. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em: 29 nov. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Brasil: panorama nacional. **Museus em Números**, Brasília, v. 1, p. 47-69, 2011.

_____. **Museu**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/museu/#sthash.jNShlD6Z.dpuf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

_____. **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**. Relatório apresentado no Fórum Nacional de Museus. Brasília, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. Conselho de Cultura aprova tombamento do Abaeté. **Boletim informativo**, Salvador, Ano II, n. 6, p. 1-4, jan./maio 1985.

_____. **Política e Programa de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Arqueológico e Natural do Estado da Bahia**. Salvador, 1984.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Fortaleza**. Fortaleza, 14 de novembro de 1997. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=268>. Acesso em 15 jul. 2013.

_____. **Compromisso de Brasília**. Brasília, abr. 1970. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=240>>. Acesso em: 5 set. 2012.

_____. **Compromisso de Salvador**. Brasília, out. 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=241>>. Acesso em: 5 set. 2012.

_____. **Museu das Missões**. Brasília, [ca. 2000]. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12916>. Acesso em: 5 fev. 2013.

_____. Portaria Interministerial nº 19, de 4 de março de 1977. Anexo XX, p. 103-107. In: _____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980.

_____. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Brasília, 1980.

ITAPUÃ comemora o tombamento do parque. **Jornal da Bahia**, Salvador, 6 jun. 1985. Caderno 2, p. 7.

IVO, Anette Brito Leal. **Pesca: tradição e dependência: um estudo dos mecanismos de sobrevivência de uma atividade “tradicional” na área urbano industrial de Salvador..** 1975.

225 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

JEUDY, Henri-Pierre. Entre mémoire et patrimoine. **Ethnologie française - Le vertige des traces**: Patrimoines en question, Paris, v. 25, n. 1, p. 5-6, 1995.

_____. **Memórias do social**. Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. **La machinerie patrimoniale**. Paris: Sens & Tonka, 2001.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LAMIZET, Bernard. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1999. (Collection Communication et Civilisation, Dirigée par Nicolas Pelissier).

LANFANT, Marie-Françoise. Identité, mémoire, patrimoine et touristification de nos sociétés. **Sociétés**, Paris, n 46, p. 433-439, 1994.

LAPLANTINE, François. **La description ethnographique**. Paris: Nathan, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LE MOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEROI-GOURDAN, André. **Le geste et la parole**. II. La mémoire et les rythmes. Paris: Albin Michel, 1964.

LIMA, Diana. Museologia-museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.** [on-line], Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012.

LIMA, Francisco José; MIRANDA, Demosthènes. Parque do Abaeté: diagnóstico e plano de recuperação, Gestão Ambiental. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-52, 1993.

LINS, Eugênio de Ávila. **Preservação no Brasil de uma identidade**. 1989. 328 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACHADO, Adelina. **Negra Zeferina**: Quilombo do Urubu. 2012. Disponível em: <<http://engomadeiranovoperfil.blogspot.com.br/2012/03/negra-zeferina-quilombo-do-urubu.html>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana (Org.). **Museus do gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p. 137-149.

MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 40-44, 1984.

MAGNANI, José Guilherme. Patrimônio Cultural. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. **Museu de rua. Manual didático**. São Paulo, 1988. p. 1-8.

MAIRESSE, François. **Le musée temple spectaculaire: une histoire du projet muséal**. Paris: Presses universitaires de Lyon, 2002. (Collection Muséologies).

MÁRIO de Andrade. São Francisco, EUA, 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_de_Andrade>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MARTINS, Maria Helena Pires. Ecomuseu. In: COELHO, Teixeira (Org.). **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 157-164.

MATTOS, Waldemar. Pirajá. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 129-138.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MAYRAND, Pierre Haute-Beauce. **Psychosociologie d'un écomusée précis**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A história cativa da memória? [s.l.], 1992. Mimeografado.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, n. 1, p. 207-218, 1991.

_____. Do teatro da memória ao laboratório de história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.

_____. Identidade cultural e patrimônio arqueológico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-36, 1984.

_____. Respostas aos comentários. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 3, p. 103-122, jan./dez. 1995.

MENSCH, Peter. Metodologia da Museologia e treinamento profissional. **Cadernos Museológicos**. Rio de Janeiro, n. 3, p. 57-66, out. 1990.

_____. **O objeto de estudo da museologia**. Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNI-RIO/UGF, 1994.

MENSCH, Peter van. **Towards a methodology of museology**. 1992. 210 f. Thesis (Thesis Doc: Philosophie – Museologie) – University of Zagreb, Zagreb, 1992.

MENSCH, Peter van; POUW, Piet J. M; SCHOUTEN, Frans F. J. Metodologia da Museologia e Treinamento Profissional. **Cadernos museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 57-65, 1990.

MESA-REDONDA de Santiago do Chile. In: PRIMO, Judite (Org.). *Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 15, n. 15, p.95-104, 1999.

MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987.

MICOUD, André. Le bien commun des patrimoines. In: COLLOQUE LA DOCUMENTATION FRANÇAISE, 1994, *Anais...* Paris: [s.n.], déc. 1995. p. 25-38.

MOISÉS, José Álvaro; ALBURQUERQUE, Roberto Chacon de. *Economia da Cultura*. Brasília: Ministério da Cultura, 1998. Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/10/estudo-fund-joao-pinhoiro.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2002.

MORAES, Vinicius de; TOQUINHO. *Tarde em Itapuã*. 2010. Disponível em: <<http://www.radio.uol.com.br/#/letras-e-musicas/toquinho/tarde-em-itapua/893505>>. Acesso em 29 set. 2013

MOREIRA, Gilberto Passos Gil. Os museus do Brasil estão bem vivos: a importância dos baús abertos da nossa memória afetiva. In: BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2004*. Brasília, 2005. p. 6-7.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1987.

MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. *Cadernos de Museologia*, [online], Lisboa, n. 1, 1993.

MUSEU CASTRO MAYA. *História*. Castro Maya, o Patrono. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.museuscstromaya.com.br/historia.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2013.

MUSEU DE BIOLOGIA PROF. MELLO LEITÃO. *História do Museu*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.museudebiologiamelloleitao.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

MUSEU LASAR SEGALL. *Catálogo*. São Paulo, 1991.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. Política cultural para o campo dos museus: do-in museológico. In: BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política Nacional de Museus: relatório de gestão 2003-2004*. Brasília, 2005. p. 8-9.

NEVES, Eduardo Góes. Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1995. p.171-196.

NEVES, Guilherme Pereira das. Da história como memória da nação à história enquanto crítica da memória nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 22-25, 1987.

NOGUEIRA, Marcia. Aeroporto é prejudicial ao Abaeté. **Jornal da Bahia**, 26 jul. 1984. Caderno 1, p. 5.

NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. In: RUANO-BORBALAN, Jean-Claude (Coord.). **L'histoire aujourd'hui**. Auxerre: Sciences Humaines Editions, 1999. p. 343-348.

NUNES, João Paulo Avelãs. Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável. **Revista Portuguesa de História**, Coimbra, v. 2, t. XXXVI, p. 159-176, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Carta de Nairobi**. 19ª sessão da Unesco. Nairobi, 1976. In: PRIMO, Judite (Org.). **Museologia e patrimônio: documentos fundamentais. Cadernos de Sociomuseologia Centro de Estudos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, p.157-175, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Convenção para a proteção do patrimônio cultural e natural**. Paris, 1972. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/cultura/conv_patrim.htm>. Acesso em: 4 mar. 2011.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Normas de Quito**. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Quito. 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em: 13 jul. 2011.

ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO DA PREFEITURA DE SALVADOR. **Diretrizes da Ocupação Urbana do Trecho Itapuã-Aeroporto – Área do Parque Metropolitano do Abaeté e seu Entorno**. Salvador, 1981. 51 p.

ORION, Tiago. **Breviário**. Recife. 2011. Disponível em: <<http://rezairezairezai.blogspot.com>>. Acesso em: 2 set. 2012.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 1. reimp. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PÁDUA, Elisabeth Matallo Marchesini de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). **Metodologia científica, fundamentos e técnicas**. Construindo o saber. São Paulo: Papirus, 1994. p.147-175.

PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa. In: HOLLANDA, Sérgio. B. (Org.). **O Brasil Monárquico: o processo de emancipação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2004. p. 64-99. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1, tomo II.

PENIDO MONTEIRO, Tânia. **La voix d'Itapuã: images du passé et vision du changement – ethnotextes d'un réseau de culture populaire dans l'Etat de Bahia, Brésil**. 1993. 660 f. Tese (Doctorat d'Histoire) – Université de Provence, Aix Marseille I, 1993.

PEREIRA, Aldo. **Breve história da aviação comercial brasileira**. Rio de Janeiro: Europa, 1987.

PIRAJÁ (Salvador). São Francisco, EUA, 2012. Disponível em:
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Piraj%C3%A1_%28Salvador%29>. Acesso em: 19 dez. 2012.

POULOT, Dominique. **Musée, nation, patrimoine**. 1789-1815. Paris: Gallimard, 1997.

_____. **Patrimoine et modernité**. Paris : Harmattan, 1998. (Collection Chemins de la Mémoire).

PREFEITURA preservará o Abaeté como grande atração turística. **Jornal da Bahia**, Salvador, p. 5, 10 out. 1977.

PREFEITURA preservará parque de culto afro. **Jornal A Tarde**, Salvador, 11 ago. 1982. Caderno 1, p. 3.

REIS, João José. 2 de Julho – a Independência da Bahia. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 105-108.

_____. **Rebelião escrava no Brasil; a história do levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO JÚNIOR, José. O Brasil monárquico em face das réplicas americanas. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 146-161.

RICUPERO, Rodrigo. **As vilas e cidades coloniais e os engenhos de açúcar nos séculos XVI e XVII**. [s.l.], 2009. Disponível em:
<<http://revistas.ceurban.com/numero5/artigos/rodrigoricupero.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

RIVIÈRI, Georges Henri. The ecomuseum: an evolutive definition. **Museum international**, Paris, v. 37, n. 4, p. 182-183, jan./dec. 1985.

ROMEIRO CHUVA, Marcia Regina. **Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)**. 1998. 366 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 1998.

RÚSSIO, Waldiza. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. **Cadernos museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-12, 1990.

_____. Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual. 1974. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord. Editorial). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 45-56. v. 1.

SALVADOR (Bahia). São Francisco, EUA, 2012. Disponível em:
<[http://library.kiwix.org/wikipedia_pt_all/A/Salvador%20\(Bahia\).html](http://library.kiwix.org/wikipedia_pt_all/A/Salvador%20(Bahia).html)>. Acesso em: 3 jan. 2013.

SALVADOR (Município). **Bacia do Cobre**: avaliação socioambiental de processo histórico. (Diagnóstico). Salvador, 1998.

_____. **Decreto n.º 4.355, de 8, de novembro, de 1972**. Estabelece área do Parque Metropolitano de Pirajá como de proteção especial do Poder Público com a denominação de *Parque Histórico de Pirajá*. Salvador, 1972a.

_____. **Decreto n.º 4.524, de 1, de novembro, de 1973**. Declara não-edificáveis e incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município, áreas arborizadas de propriedade particular, necessárias à preservação das condições ambientais e paisagísticas. Salvador, 1973b.

_____. **Decreto n.º 4.756, de 13 de março de 1975**. Delimita as áreas de propriedade particular e do domínio público que foram tombadas para fins de incorporação ao “Sistema de Áreas Verdes do Município”. Salvador, 1975.

_____. **Decreto n.º 5.330, de 9 de fevereiro de 1978**. Estabelece como de utilidade pública e expropria terreno em Itapuã. Salvador, 1978a.

_____. **Decreto n.º 5.363, de 28 de abril de 1978**. Cria o Parque Metropolitano de Pirajá. Salvador, 1978b.

_____. **Decreto n.º 5.969, de 6 de agosto de 1980**. Cria o Parque Metropolitano do Abaeté. Salvador, 1980.

_____. **Decreto n.º 6.833, de 28 de novembro de 1982**. Declara de utilidade pública e para fins de expropriação terreno vizinho do parque de propriedade particular. Salvador, 1982.

_____. **Decreto n.º 6.864, de 18 de janeiro de 1983**. Aumenta os limites do parque fixados em 1980 e declara de utilidade pública para fins de expropriação. Salvador, 1983.

_____. **Decreto n.º 7.791, de 16 de março de 1987**. Cria e delimita as 17 Regiões Administrativas de Salvador. Salvador, 1987b. Disponível em: <www.cms.ba.gov.br/leis/index.html>. Acesso em: 12 maio 2005.

_____. **Decreto n.º 7.846, de 26 de junho de 1987**. Cria o grupo executivo para implantação do Parque Metropolitano do Abaeté. Salvador, 1987a.

_____. **Lei n.º 2.403, de 23 de agosto de 1972**. Cria o “Sistema de Áreas Verdes” na zona urbana, considerando de preservação permanente os revestimentos florísticos e outras formas de vegetação naturais, que impliquem o equilíbrio ecológico do município. Salvador, 1972b.

_____. **Lei n.º 2.549, de 4 de outubro de 1973**. Implanta o Sistema de Áreas Verdes do Município. Salvador, 1973a.

_____. **Lei n.º 3.551, de 29 de outubro de 1985**. Delimita o Parque Metropolitano das lagoas e dunas do Abaeté. Salvador, 1985

_____. **Lei n.º 3.932, de 30 de setembro de 1988**. Institucionaliza e delimita o parque Municipal das Lagoas e Dunas do Abaeté e define as normas específicas de uso e ocupação do solo para suas zonas internas e dá outras providências. Salvador, 1988b. Disponível em: <<http://cm-salvador.jusbrasil.com.br/legislacao/232840/lei-3932-88>>. Acesso em: 17 abr. 2011.

SALVADOR (Município). Secretaria de Planejamento. Superintendência de Parques e Jardins. Parque metropolitano de Itapuã. **Planejamento paisagístico**. Relatório analítico. Salvador, 1977. p. 34-51.

_____. Secretaria de Planejamento. **Subsídios para a elaboração do plano de estruturação da orla marítima de Salvador, trecho Amaralina-Itapuã**. Salvador, 1988a.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento. **Abaeté: propostas de ações emergenciais**. Salvador, 1991. 16 p.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. A presença indígena na Baía de Todos-os-Santos e na área do Parque de São Bartolomeu. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá: história, natureza e cultura**. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 29-35.

SANCHIS, Pierre. A crise dos paradigmas em Antropologia. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 23-38.

SANTOS, Gleidson Cruz dos. **Presos assassinos de ambientalista do Grupo Nativo**. Salvador, 16 jul. 2010. Disponível em: <policiaeviola.blogspot >. Acesso em: 25 set. 2010.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

_____. **Repensando a ação cultural e educativa dos museus**. 2. ed. ampl. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1993.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima. Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas). **Análise Social**, [s.l.], v. XXIV, n. 101/102, p. 689-702, 1988.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-72, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____. Museu Imperial: a construção do Império pela República. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p.111-131.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos; CHAGAS, Mário de Souza. A linguagem de poder nos museus. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Org.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007. p. 12-19.

SÃO BARTOLOMEU terá sua área preservada. **Jornal A Tarde**, Salvador, 23 ago. 1982. Caderno 1, p. 16.

SÃO PAULO (estado). Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Ação Regional. **Plano Macro eixo Paulista**. São Paulo, 1978. (Planos regionais).

SCHEINER, Tereza. Museus universitários: educação e comunicação. **Ciências em Museus**, Belém, v. 4, p. 15-19, 1992.

_____. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012.

SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira**: ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

SCHREINER, Klaus. Discussão sobre o lugar da museologia no sistema das ciências. **Cadernos Museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 67-72, 1990. ok

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia; VIDAL, Diana (Org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte, MG: Argumentvm; Brasília, DF: CNPq, 2005. p.113-136.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil Colonial. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 61-88, 1987.

SERRA, Ordep. A tenacidade do racismo. **Tempo e Presença Digital**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 24, p. 1-27, 2011. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/tpdigital/default.asp?cod_boletim=24>. Acesso em: 2 jul. 2013.

_____. Monumentos negros: uma experiência. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 33, p.169-205, 2005. Disponível em: <http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia33_pp169_205_Ordep.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2013.

_____. **Projeto Mamnba**. Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador; Programa Minter/RM, 1984.

_____. Projeto MAMNBA. Considerações sobre o significado da área de Pirajá e do Parque São Bartolomeu no âmbito das tradições religiosas negras da Bahia. Extratos do Relatório do projeto de Mapeamento de Sítios e monumentos religiosos negros da Bahia. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque Metropolitano de Pirajá**: história, natureza e cultura. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998. p. 148-165.

SERPA, Ângelo. Parque do Abaeté. **Jornal A Tarde**, Salvador, 31 dez. 1998a. Caderno Cultura, p. 8.

_____. Ponto convergente de utopias e culturas: o Parque Metropolitano de São Bartolomeu. In: FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes et al. (Org.). **Parque metropolitano de Pirajá**: história, natureza e cultura. Salvador: Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu, 1998b. p. 67-79.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n. 93, p. 175-204, 1995.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabenguele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. p. 21-37.

- SILVEIRA, Renato da. Candomblé une histoire d'identité. **Autrement: Brésil**, Paris, n. 44, p. 202, nov. 1982.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SOARES DE SOUZA, Gabriel. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 4. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; Editora da USP, 1971.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. São Paulo: Difel, 1986.
- SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 256-282.
- SOUZA, Maria Campello. O processo político partidário na primeira república. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 146-161.
- STRANSKY, Zbyneck. **Muséologie**. Introduction aux études. Brno: Université Masaryk, 1995.
- _____. Para uma definição de uma teoria de museus. **Cadernos museológicos**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 79-84, 1990.
- SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. São Paulo: Edunesp; Salvador: Edufba, 2008.
- TEIXEIRA, Cid. As grandes doações do 1º Governador; terras do Rio Vermelho ao rio Joanes: Conde de Castanheira, Garcia d'Ávila e do Senado da Câmara. In: BAHIA. Governo do Estado. **A Grande Salvador: posse e uso da terra**. Salvador. 1978. parte III.
- TEIXEIRA, Sidélia Santos. **La patrimonialisation et la memoire locale: le cas de la Lagune d'Abaeté – Salvador/Bahia/Brésil**. 2001. 154 f. Mémoire en Museologie et mediation culturelle : publics, technologies, institutions, Université d'Avignon et Des Pays de Vaucluse, Avignon, 2001.
- TEIXEIRA, Sidélia Santos; CARVALHO, Daiane Silva; SILVA, Joseane. História e cultura indígenas na escola: museu e ação cultural. **Revista da FAEEBA: educação e contemporaneidade**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 77-85, 2010.
- TERREIRO dá presentes para Oxum na Lagoa do Abaeté. **Jornal A Tarde**, 17 mar. 1997. Matéria 34556.
- TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. **Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus**. 2008. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas de Cultura) – Centro de Educação a Distância, Universidade de Brasília, 2008.

TOURAINE, Alain. Como entender as barricadas nas ruas de Paris. In: OLIVEIRA, Maria Lúcia de (Org.). **A conquista do espaço político**. São Paulo: Jornal da Tarde, 1983. p. 85-97.

UOL Economia – Cotações. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/>>. Acesso em: 3 set. 2013.

VALLADARES, José. **Museus para o povo: um estudo sobre os museus americanos**. Apresentação Sylvia Athayde; prefácio Lícia do Prado Valladares. 2. ed. Salvador: EPP, 2010.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

_____. Entrevista sobre os museus. In: ROJAS, Roberto et al. **Os museus no mundo**. Rio de Janeiro: Salvat, 1979. p. 9-21.

_____. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1987.

_____. velho, gilberto. antropologia e patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 37-39, 1984.

_____. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura**. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 122-134.

_____. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, p. 1-15, jan. 1978.

VERGER, Pierre. **Lendas dos Orixás**. Tradução Maria Aparecida da Nóbrega. Desenhos de Caribé. 2. ed. Salvador : Corrupio, 1981.

_____. **Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe du Bénin et Bahia de Todos os Santos du XII° au XIX° siècles**. Paris: La Haye, 1968.

_____. **Orixás, deuses Iorubás na África e no Novo Mundo**. Tradução de Maria Aparecida da Nóbrega. 5. ed. Salvador. Corrupio, 1997.

VERGNE, Mauricio. Baía de Todos os Santos faz 510 anos. **Tribuna**, Salvador, 1 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.blogdailha.org/itaparica/01/11/2011/baia-de-todos-os-santos-faz-510-anos/>>. Acesso em: 3 jan. 2013.

WAINBERG, Jacques. Anotações para uma teoria do turismo: a indústria da diferença. **Comunicação e Sociedade**, Porto Alegre, n. 27, p. 51-76, 1997.

WEIS, Hélène et al. **La museologie selon Georges Henri Rivière**. Paris: Dunod, 1989.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991. v. 1.

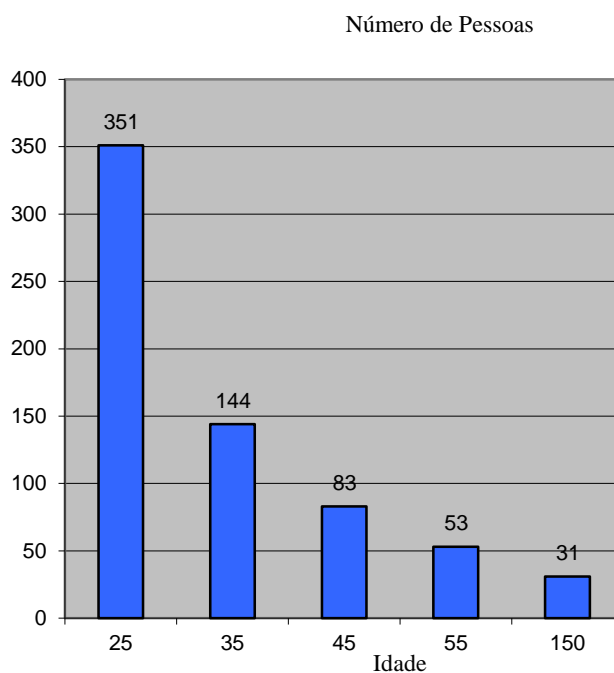
YÁZIGI, Eduardo. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. IX, n. 1, p. 22-51, jun. 2012. Disponível em: <www.rev Hosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/download/.../499>. Acesso em: 25 abr. 2013.

ZALUAR, Alba. **Desvendado máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

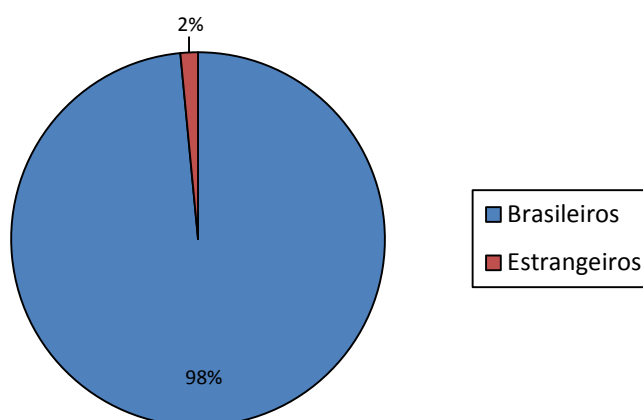
ZANCHETTA, Diego. Agência Estado. **Haddad veta umbanda como patrimônio imaterial de SP**. Salvador, 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/brasil/materias/1534327-haddad-veta-umbanda-como-patrimonio-imaterial-de-sp>>. Acesso em: 18 set. 2013.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, jun, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102>. Acesso em: 28 fev. 2013.

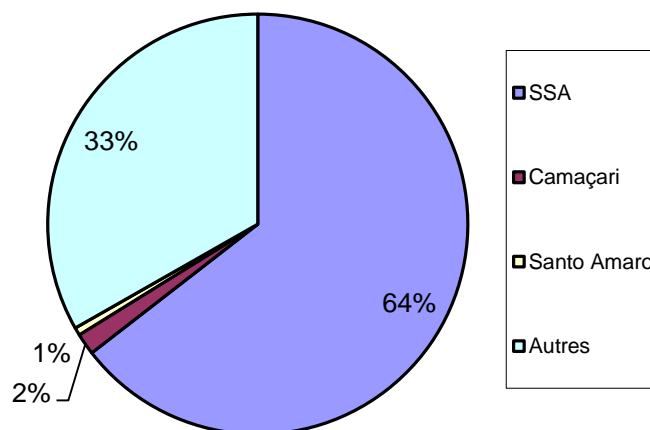
APÊNDICES

APÊNDICE B - GRÁFICOS DE APURAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS**Gráfico 1** – Número de pessoas por idade – Salvador, Bahia, Brasil – 2003

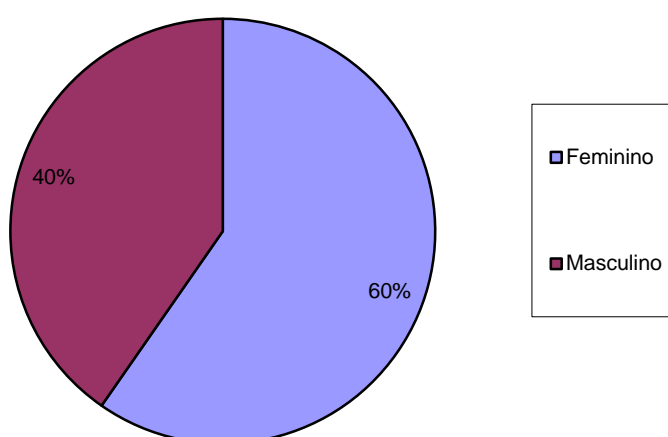
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 2 – Nacionalidade – Salvador, Bahia, Brasil – 2003

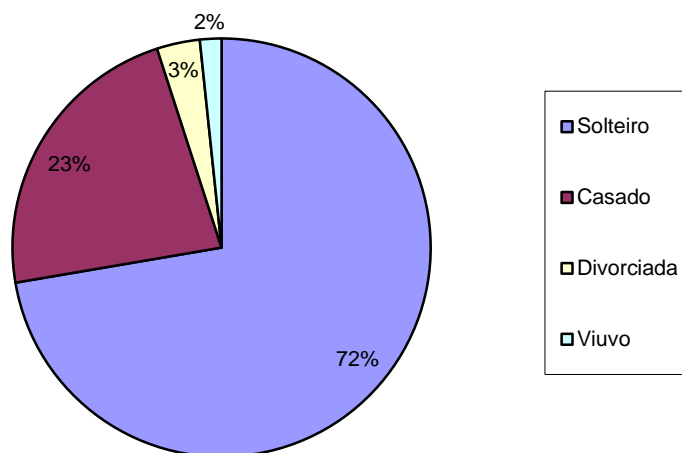
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 – Naturalidade – Salvador, Bahia, Brasil – 2013

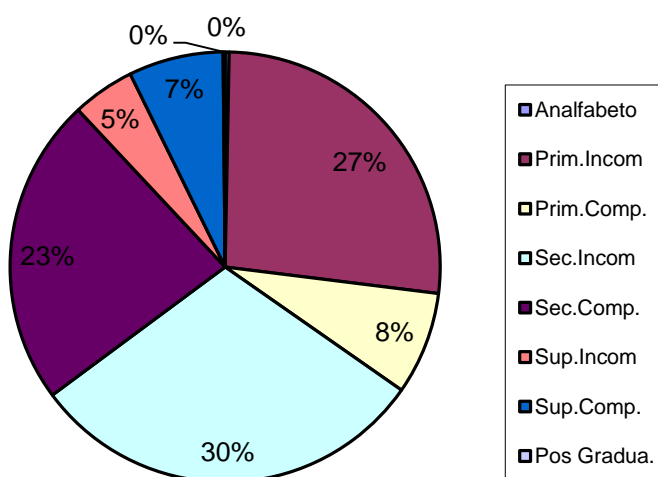
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Sexo – Salvador, Bahia, Brasil – 2013

Fonte: Elaboração própria.

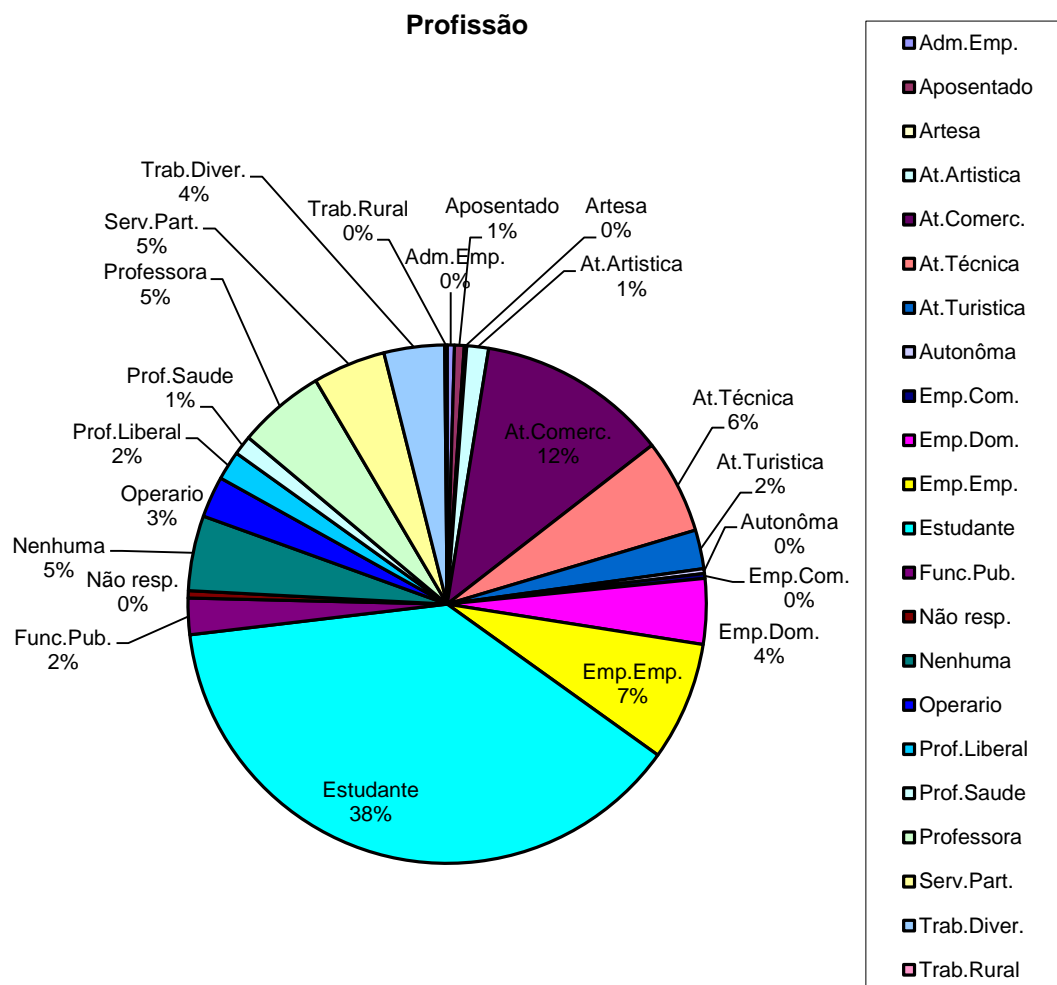
Gráfico 5 – Estado civil – Salvador, Bahia, Brasil – 2013

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 6 – Nível de Instrução – Salvador, Bahia, Brasil – 2013

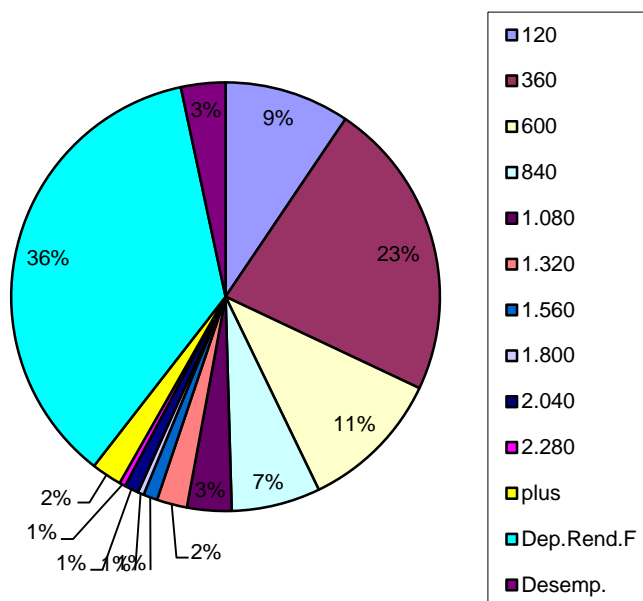
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 7 – Profissão – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



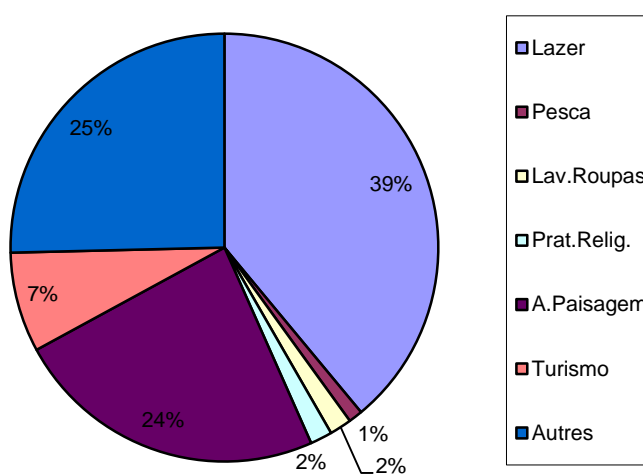
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8 – Renda mensal – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



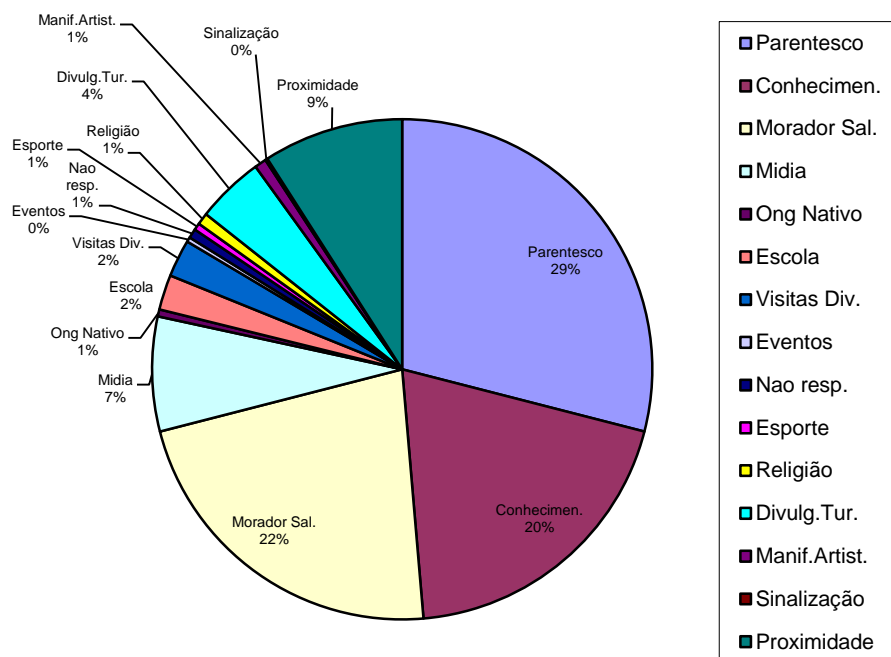
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 9 – Motivo de ir ao parque – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



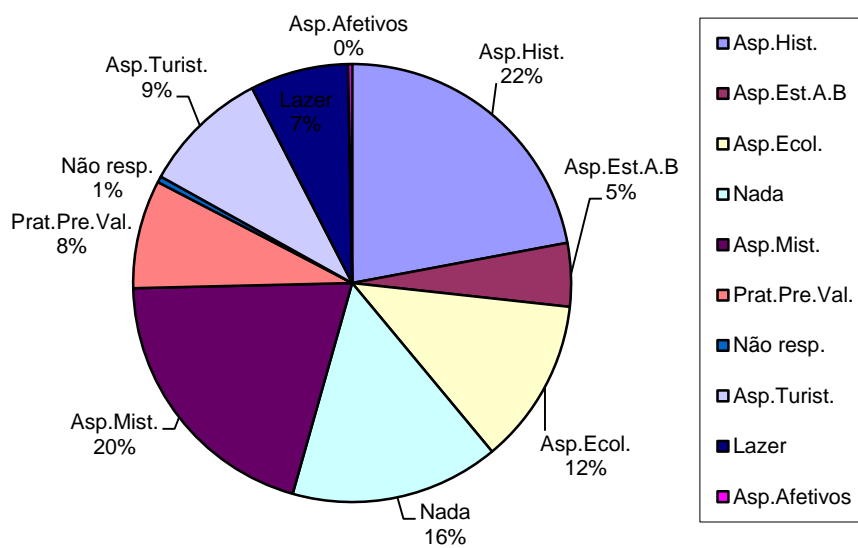
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 10 – Como tomou conhecimento do parque – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



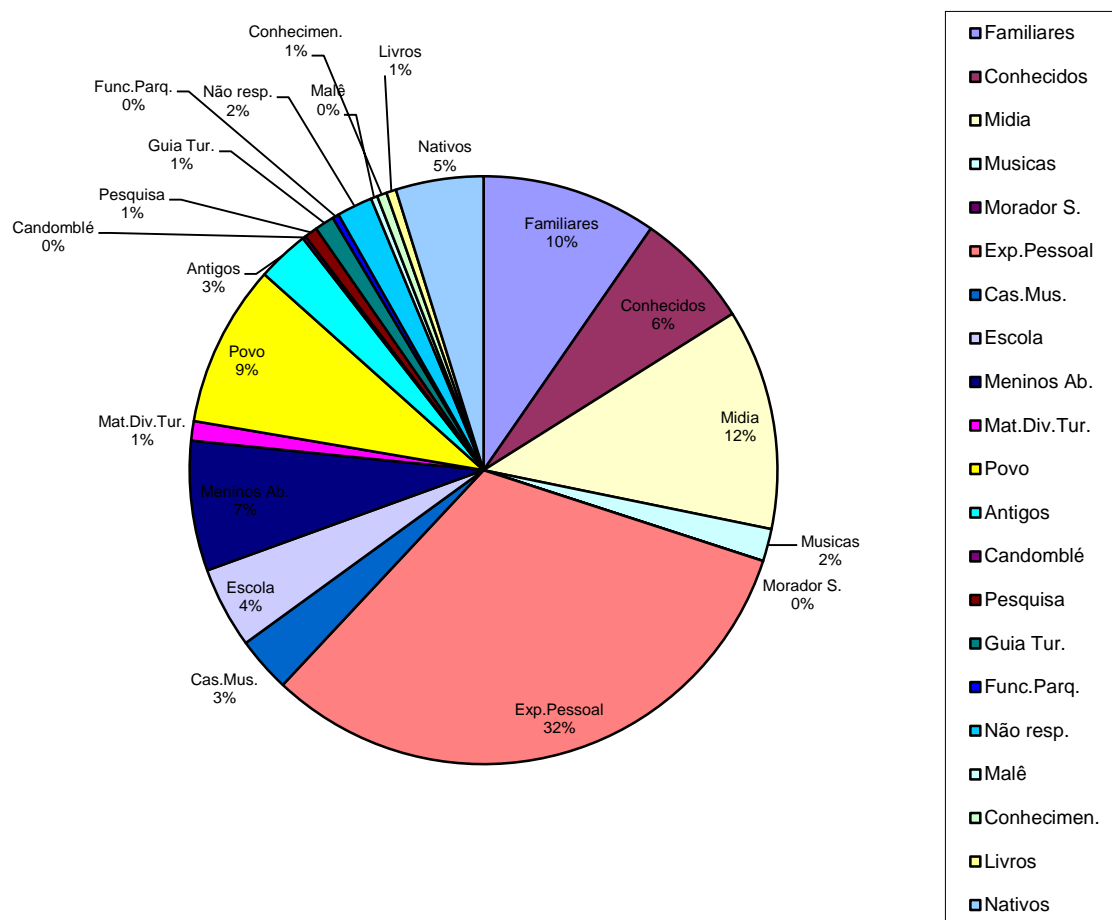
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 11 – O que sabe sobre o parque? – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



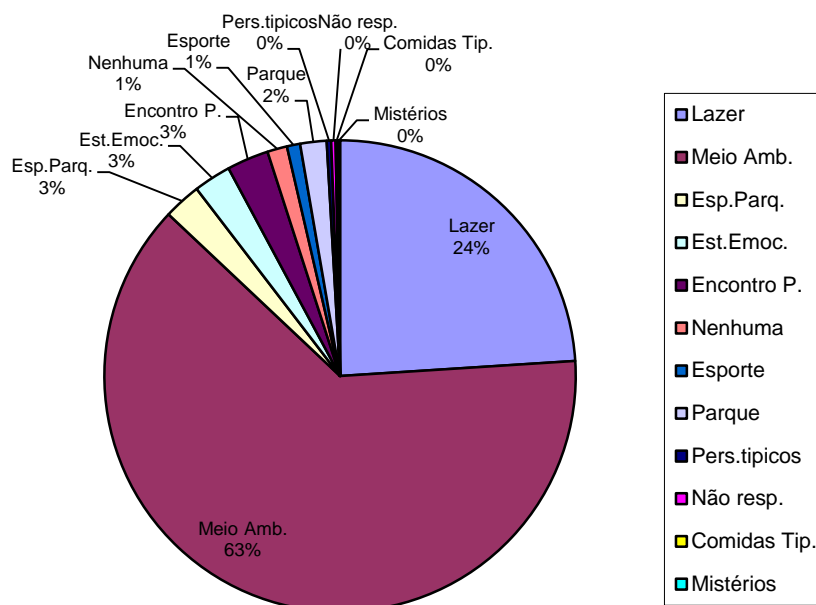
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 12 – Como soube do parque? – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



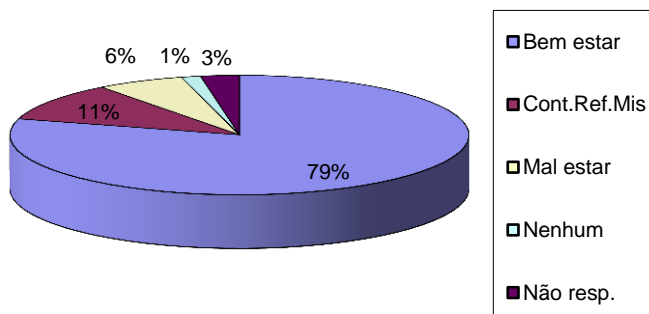
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 13 – Qual a principal atração? – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



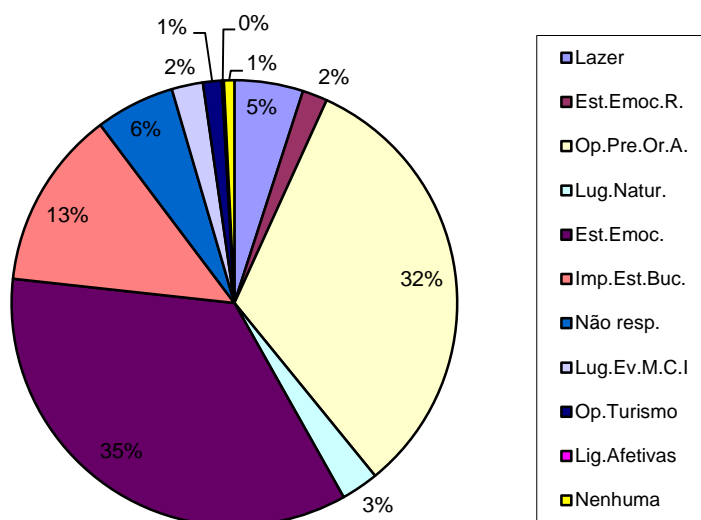
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 14 – Sentimentos pelo Parque Metropolitano do Abaeté (PMA) – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



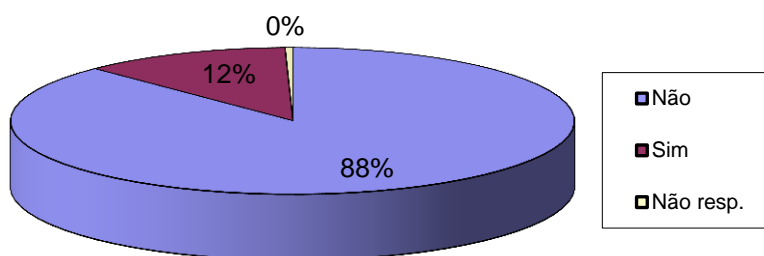
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 15 – Impressões sobre o PMA – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



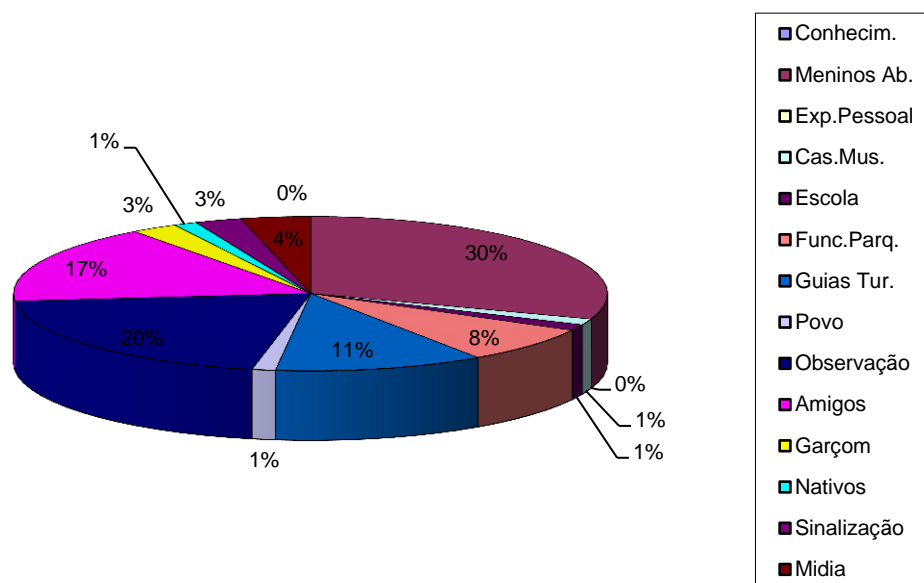
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 16 – Durante a visita, obteve alguma informação sobre o PMA – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 17 – Como obteve informação PMA – Salvador, Bahia, Brasil – 2013



Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Parques Metropolitanos do Abaeté e de São Bartolomeu

1. Dados pessoais:
 - Nome
 - Idade
 - Naturalidade
 - Endereço
2. Função ou atividade desenvolvida no parque;
3. Data do início;
4. História de vida/ Relação com o parque;
5. Considerações atuais sobre o parque.

ANEXOS

**ANEXO A – CATALOGAÇÃO DA FLORA DO PARQUE METROPOLITANO
LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ - JUNHO/2008**

Nome popular	Nome científico	Família	Bioma
Algodoeiro	<i>Gossypium barbadense</i>	Malvaceae	MA Restinga
Amescla	<i>Protium bahianum</i> Daly	Burseraceae	
Angelim	<i>Struthanthus</i>	Loranthaceae	MA Restinga
Araça	<i>Psidium araçá Raddi/Calycolpus legrandii</i> Mattos	Myrtaceae	MA Restinga
Araçazinho	<i>Eugenia multiovulata</i>	Myrtaceae	
Aroeira-vermelha	<i>Schinus terebinthifolius</i>	Anacardiaceae	MA Restinga
Biriba	<i>Cecrópia</i> sp	Lecythidaceae	MA Restinga
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae	
Cajueiro	<i>Anacardium occidental</i> L.	Anacardiaceae	MA Restinga
Cambuí-verdadeiro	<i>Myrciaria floribunda</i> (Hwest ex Willd.)O. Berg	Myrtaceae	MA Restinga
Cannarus blanchett	<i>Connarus blanchettii</i> planch	Connaraceae	
Culhão de bode			MA Restinga
Embaúba	<i>Cecropia schreberiana</i>	Urticaceae	MA Restinga
Gajiru	<i>Chrysobalanus icaco</i> L.	Chrysobalanaceae	MA Restinga
Ingá capitata (lisa)	<i>Inga capitata</i> Desv.	Mimosaceae	MA Restinga
Ingá macaco	<i>Ingá Affinis</i> DC./ <i>Inga sessilis</i>	Mimosaceae	MA Restinga
Ingá-feijão	<i>Ingá laurina</i>	Mimosaceae	MA Restinga
Jabuticaba-da-praia	<i>Eugenia rotundifolia</i> Casar/ <i>Myrciaria trunciflora</i>	Myrtaceae	
Licurioba	<i>Syagrus vagans</i>	Araceae	MA Restinga
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Apocináceae	MA Restinga
Maracujá-do-mato	<i>Passiflora amethystina</i>	Passifloraceae	
Marmelo		Rosaceae	MA Restinga
Massa-pão			
Murta	<i>Myrtus communis</i>	Myrtaceae	MA Restinga
Oiti	<i>Urostigma Maximilianum/Licania tomentosa</i>	Chrysobalanaceae	MA Restinga
Olho de pombo	<i>Abrus precatorius</i>	Leguminosae	MA Restinga
Parente do guaraná	<i>Diploglottis cunninghamii</i>	Sapindaceae	
Pau pombo	<i>Tapirira guianenses</i> Aubl.	Anacardiaceae	MA Restinga
Pau-brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>		MA Restinga
Pena de urubú			
Pouteria grandiflora	<i>Pouteria grandiflora</i>	Sapotaceae	
Simaba	<i>Simaba cedron</i>	Simaroubaceae	MA Restinga
Swartzia	<i>Swartzia acutifolia</i> Vogel	Fabaceae	MA Restinga
Uva da praia	<i>Coccoloba uvifera</i>	Polynogaceae	MA Restinga

Fonte: Bahia (2011c).

ANEXO B – PARQUE METROPOLITANO DE SÃO BARTOLOMEU – LISTA DA FLORA

(Ilha Amarela), onde existe a Caixa D'Água. Outras áreas desta zona apresentam vegetação de porte médio e se encontram próximas ao CIA, entretanto as árvores de grande porte são escassas.

Na região do rio do Cobre, predominam as Sucupiras, Muricis, Tapicurus, Louros, Ipês, Paus-Pombos, Imbaúbas, Canelas de Velho e Mundururus.

Colhemos material botânico de espécies pouco conhecidas, fizemos herborizações e entregamos ao Instituto Biológico da Bahia, para reclassificação.

Entre as herborizações enviadas destacamos: Canela de Velho, Caneleira Brava, Seiva de Leite, Mundururu, Bate Roxo, Açoita-Cavalo, Jurema Branca, Garoba, Espinheiro-Mandacaru, etc.

Z 2 - Nesta zona se encontra a mais importante bacia do subdistrito de Pirajá, a bacia do rio Ipitanga, com sua represa. O tipo de vegetação encontrado, apesar de ser denso e elevado, não impressiona tanto quanto o do rio do Cobre. A extensão e capacidade hídrica da barragem são muito superiores à anterior e o que lhe sobra em beleza, falta-lhe em originalidade e mistério. A vegetação circunvizinha à barragem pareceu-nos antes recomposta do que nativa. As árvores de grande porte não possuem o diâmetro nem são tão próximas umas das outras quanto as anteriormente referidas. Os "claros" abertos na vegetação são freqüentes e o verdume não é muito acentuado. Possivelmente trata-se, além do desmatamento, de influência do terreno, pois encontramos as mesmas espécies vegetais da Zona 1. Não nos foi possível percorrer a barragem, pois não existe barco. Penetramos na mata e constatamos a presença de árvores da família das Leguminas, que é a espécie predominante nas margens. As várias regiões desta zona percorridas pela equipe apresentaram vegetação de porte médio e pequeno e, na sua grande parte, modificado pelo corte, pois existem muitos núcleos habitacionais pobres e a procura da madeira é grande. As áreas onde a vegetação é mais elevada, são propriedades particulares (granjas e sítios). Mesmo estas são um tanto irregulares, isto é, são encontradas nos cumes dos morros. Os vales e encostas apresentam vegetação rasteira.

Z 3 - Encontramos o mesmo tipo de vegetação da zona anterior. As elevações são maiores e os vales mais estreitos. Na região de Coqueiro Grande, entre os rios Itapoan e Jaguaribe, encontramos mata fechada, onde predominam as Candeias e Muricis, além das Acácias, Imbaúbas e leguminosas várias. O terreno nesta área é bastante úmido, principalmente nas baixadas. Predominam nesta área, na região Sul, as chácaras e os sítios, além de fábricas, pedreiras, núcleos habitacionais, etc.

Z 4 - Nesta zona a vegetação varia conforme a região. Encontramos ao Sul e ao Oeste matas espessas, nas regiões de Mata Escura, Cabrito, e Dique de Campinas. As árvores de porte elevado e médio predominam nas circunvizinhanças dos mananciais hídricos.

Eucaliptos, Candeias, Imbaúbas, Paus-ferros, Biribas e Mundururus, são as de maior incidência, afora outras de menor importância, como leguminosas várias. A região onde encontramos as árvores de porte mais elevado se encontra ao

Norte da zona, nas proximidades da Fonte dos Milagres, em São Bartolomeu. Acima da queda d'água, ainda na zona da desembocadura do rio do Cobre e bacia de Oxum, encontramos as mesmas espécies já citadas na Zona 1 e, o que nos chamou mais a atenção, em plena mata encontramos árvores frutíferas, como saptizeiros, abacateiros, jaqueiras, mangueiras, cajueiros e castanheiros, entre outros.

As árvores de porte predominantes são: Tapicuru, Bilreiro, Biriba, Sucupira, Pau-ferro, Pau-pombo, Louro e Ipê.

O índice pluviométrico nesta região é bastante alto, devido à grande quantidade de água e mata nas vizinhanças. O terreno é quase sempre úmido, favorecendo desta maneira o desenvolvimento rápido de vegetais menores que crescem abundantes à sombra dos mais altos.

Levantamento, identificação e catalogação de árvores de porte

A identificação das árvores de porte, quando não conhecidas de algum membro da equipe, era feita pelos guardas-florestais da Fazenda Catharino (Ilha Amarela) e da COMAE (represa do rio do Cobre e do Ipitanga), que foram bastante solícitos, acompanhando-nos pela mata adentro, orientando e coletando material botânico, além de revelar aspectos bastante interessantes sobre a vegetação. Por meio deles, ficamos sabendo que a área onde hoje se encontra a represa do rio do Cobre, em épocas passadas era propriedade rural (fazenda de criação de gado), tudo fazendo crer que houve desmatamento, o que explica encontramos árvores frutíferas que, originalmente, deveriam ser cultivadas em plena mata. É interessante lembrar que existem árvores que apresentam possuir mais de um século, sobreviventes talvez do abate generalizado.

Na região da represa do Ipitanga parece ter havido desmatamento completo, não sobrando "testemunhas verdes". Não encontramos árvores de grande diâmetro, mais parecendo que toda a região foi desmatada na mesma época, pois, as características de longevidade entre os vegetais de porte, em muito se assemelham.

As identificações foram feitas a partir dos nomes populares, o que, em alguns casos, nos dificultou bastante, pois, dentro da mesma área, às vezes, o mesmo vegetal era conhecido por vários nomes. Em casos tais, recorremos, quando possível, a herborizações, que por sua vez eram enviadas ao Instituto Biológico da Bahia para a devida reclassificação. Os nomes das árvores mais conhecidas eram anotados e posteriormente feita a pesquisa bibliográfica, no sentido de revelar os nomes científicos das Famílias, Gêneros, Espécies e Variedades. Deixamos de preparar exsicatas de muitas árvores pouco conhecidas, por falta absoluta de material botânico, pois não estava na época de floração nem da frutificação o que justifica termos incluído, na nossa relação, árvores exclusivamente com as nomes populares.

Relacionamos os vegetais de porte encontrados nas várias regiões das quatro zonas estudadas e os catalogamos, obedecendo a critério seletivo.

Norte da zona, nas proximidades da Fonte dos Milagres, em São Bartolomeu. Acima da queda d'água, ainda na zona da desembocadura do rio do Cobre e bacia de Oxum, encontramos as mesmas espécies já citadas na Zona 1 e, o que nos chamou mais a atenção, em plena mata encontramos árvores frutíferas, como sapotizeiros, abacateiros, jaqueiras, mangueiras, cajueiros e castanheiros, entre outros.

As árvores de porte predominantes são: Tapicuru, Bilreiro, Biriba, Sucupira, Pau-ferro, Pau-pombo, Louro e Ipê.

O índice pluviométrico nesta região é bastante alto, devido à grande quantidade de água e mata nas vizinhanças. O terreno é quase sempre úmido, favorecendo desta maneira o desenvolvimento rápido de vegetais menores que crescem abundantes à sombra dos mais altos.

Levantamento, identificação e catalogação de árvores de porte

A identificação das árvores de porte, quando não conhecidas de algum membro da equipe, era feita pelos guardas-florestais da Fazenda Catharino (Ilha Amarela) e da COMAE (represa do rio do Cobre e do Ipitanga), que foram bastante solícitos, acompanhando-nos pela mata adentro, orientando e coletando material botânico, além de revelar aspectos bastante interessantes sobre a vegetação. Por meio deles, ficamos sabendo que a área onde hoje se encontra a represa do rio do Cobre, em épocas passadas era propriedade rural (fazenda de criação de gado), tudo fazendo crer que houve desmatamento, o que explica encontrarmos árvores frutíferas que, originalmente, deveriam ser cultivadas em plena mata. É interessante lembrar que existem árvores que apresentam possuir mais de um século, sobreviventes talvez do abate generalizado.

Na região da represa do Ipitanga parece ter havido desmatamento completo, não sobrando "testemunhas verdes". Não encontramos árvores de grande diâmetro, mais parecendo que toda a região foi desmatada na mesma época, pois, as características de longevidade entre os vegetais de porte, em muito se assemelham.

As identificações foram feitas a partir dos nomes populares, o que, em alguns casos, nos dificultou bastante, pois, dentro da mesma área, às vezes, o mesmo vegetal era conhecido por vários nomes. Em casos tais, recorremos, quando possível, a herborizações, que por sua vez eram enviadas ao Instituto Biológico da Bahia para a devida reclassificação. Os nomes das árvores mais conhecidas eram anotados e posteriormente feita a pesquisa bibliográfica, no sentido de revelar os nomes científicos das Famílias, Gêneros, Espécies e Variedades. Deixamos de preparar exsiccatas de muitas árvores pouco conhecidas, por falta absoluta de material botânico, pois não estava na época de floração nem da frutificação o que justifica termos incluído, na nossa relação, árvores exclusivamente com as nomes populares.

Relacionamos os vegetais de porte encontrados nas várias regiões das quatro zonas estudadas e os catalogamos, obedecendo a critério seletivo.

Árvores madeireiras

1. Tapicuru - *Phimosus injuscatus* (spix) - Fam. Ibibidias
2. Cedro Vermelho - *Codrela odorata* lin. - Fam. Meliaceae
3. Mundururu - *Leandra* sp. - Fam. Melastomáceae
4. Murici - *Byrsonina Sericea* DC - Fam. Malfighiaceae
5. Ipê Amarelo - *Tabebuia chrysostrichia* (Mart. Cx DC) stard. - Fam. Bibnoniáceae
6. Louro Amarelo - *Cordia alliodora* cham. - Fam. Barraginaceae
7. Jequitibá - *Couratari legalis* mart. - Fam. Lecitidaceae
8. Bilreiro - *Guarea trichilioides* lin. - Fam. Meliaceae
9. Açoita Cavallo - Fam. Celastraceae
10. Canela de Velho - *Tibouchina* sp. - Fam. Melastomaceae
11. Caneleira Brava - *Miconia* sp. - Fam. Melastomaceae
12. Pau Pombo - *apirira Marchandu* 'Engler - Fam. Anacardiaceae
13. Sucupira - *Bowdichia mayor* mart. - Fam. Leguminosae
14. Gameleira - *Urostigma doliarum* mart. - Fam. Artocarpaceae
15. Macambira - *Bromélia laciniosa* mart. - Fam. Bromeliaceae
16. Biribazeiro - *Rollinia orthopetala* P. DC. - Fam. Anonaceae
17. Candeia (Vinhático) - *Plathymenia foliosa* benth. - Fam. Leguminosae
18. Oitizeiro - *Moquilea tomentosa* benth. - Fam. Rosaceae
19. Mangue giló branco - *Clusia* sp. - Fam. Guttíferas
20. Pau Paraíba - *Simauba vesicolor* S. Hilaire - Fam. Simarubaceae
21. Mulungu - *Erythrina mulungu* mart. - Fam. Leguminosae
22. Imbaúba - *Cecropia palmata* willd. - Fam. Maraceae
23. Pau Ferro - *Caesalpinia ferrea* mart. - Fam. Leguminosae
24. Mucunam (Mucuna) - *Mucuna pruriens* (L.) DC - Fam. Leguminosae
25. Seiva (ou Serra) de Leite
26. Ingá Bravo - *Paullinia* sp. - Fam. Sapindaceae
27. Espinho Mandacaru - *Euphorbia* sp. - Fam. Euphorbiaceae
28. Mata Cavallo
29. Amescla -
30. Icó - *Colicodendron yco* mat. - Fam. Caparidaceae
31. Eucalipto - *Eucalyptus globulus* L. - Fam. Myrtaceae
32. Castanheiro - *Castanea vesca* gaestrn. - Fam. Fagaceae
33. Boto Roxo - Fam. Bignoniaceae
34. Caroba - *Jacaranda caroba* (Vell.) P. DC. - Fam. Bignoniaceae
35. Jurema Branca - *Piptadenia laxa* benth. - Fam. Mimosaceae
36. Algodoeiro Bravo - *Hibiscus bijucartus* lac. - Fam. Malvaceae
37. Amendoeiro - *Terminalia catappa* lin. - Fam. Combretaceae
38. Pau São João
39. Pau Pereira - *Geissospermum velosii* fr. alemão - Fam. Apocinaceae
40. Alumã - *Piper aduncum* lin. - Fam. Piperaceae

Árvores frutíferas encontradas na mata

1. Jaqueira - *Artocarpus integrifolia* lin. - Fam. Moraceae
2. Ingazeiro - Fam. Leguminosae (várias espécies)
3. Fruta-pão - *Artocarpus incisa* lin. - Fam. Moraceae

4. Cajueiro - *Anacardium occidentale* lin. - Fam. Anacardiaceae
5. Goiabeira - *Psidium guajava* Raddi. - Fam. Myrtaceae
6. Umbuzeiro - *Spondias tuberosa* Arruda - Fam. Anacardiaceae
7. Mangabeira - *Hancornia speciosa* Gomes - Fam. Apocynaceae
8. Abacateiro - *Persea gratissima* Gaertn. - Fam. Lauraceae
9. Sapotizeiro - *Acharas sapota* lin. - Fam. Sapotaceae
10. Mangueira - *Mangifera indica* lin. - Fam. Anacardiaceae
11. Jenipapeiro - *Cinipa Americana* lin. - Fam. Rubiaceae
12. Cajazeira - *Spodias lutea* lin. - Fam. Anacardiaceae
13. Mamocito - *Carica papaya* lin. - Fam. Caricaceae

Plantas ornamentais encontradas nas matas

1. Flamboiant
2. Acácia Amarela
3. Espirradeira (rosa e branca)
4. Barba de Barata
5. Bananeira de Jardim
6. Bromélias

Os guardas florestais nos contaram que grande parte das matas do rio do Cobre é resultado de reconstituição natural, pois, em épocas passadas, conforme ouviram de moradores antigos, houve desmatamento para plantação ou pastagem. A região era uma grande fazenda, daí encontramos, em plena mata, vegetais provenientes de outros países ou cultivados, como as mangueiras, abacateiros, sapotizeiros, jenipapeiros, mamoeiros, etc.

As árvores de porte elevado, possivelmente são remanescentes, levando-se em conta que pouparam algumas esparsas, para ensombreamento de animais de viajantes ou mesmo para evitar o dessecamento do terreno, prática até hoje aplicada. Seriam, portanto, essas árvores remanescentes, as que nos chamaram a atenção por seus enormes diâmetros, tudo fazendo crer que possuem mais de um século de vida. Quanto às outras, desenvolveram-se naturalmente, por abandono das áreas de cultivo ou pastagem. A variedade de árvores madeiras é explicada da seguinte maneira: as árvores poupadas para ensombreamento pertenciam a várias espécies, contando somente as de porte elevado ou as de copa frondosa, e é evidente que as árvores por nós consideradas centenárias são de porte elevado e de ampla copa, como os *Tapicurus*, *Gameleiras*, *Jequitibás*, *Jaqueiras*, *Ipês*, etc.

Quanto à região da represa do Ipitanga, embora não tivéssemos penetrado profundamente na mata, fomos informados de que não existem árvores de grande porte com diâmetros avantajados, no que de certa forma acreditamos. Supomos que o terreno influenciou bastante no reflorestamento ou, ainda, talvez as modificações sofridas pela mata tenham sido diferentes, como diferente pode ter sido a época em que se processaram os abates.

Os moradores antigos nos falam de grandes propriedades rurais existentes nas citadas regiões, o que lhes foi transmitido por seus antepassados. A nossa equipe constatou, na bacia de Oxum, ruínas que datam de tempos em que o trabalho escravo predominava. Deixamos para os estudiosos da nossa his-

ANEXO C – LETRAS DE MÚSICAS COM ITAPUÃ E ABAETÉ COMO TEMA**A Lenda do Abaeté***Dorival Caymmi*

No Abaeté tem uma lagoa escura
Arrodeada de areia branca
Ô de areia branca
Ô de areia branca

De manhã cedo
Se uma lavadeira
Vai lavar roupa no Abaeté
Vai se benzendo
Porque diz que ouve
Ouve a zoadá
Do batucajé

O pescador
Deixa que seu filhinho
Tome jangada
Faça o que quisé
Mas dá pancada se o seu filhinho brinca
Perto da Lagoa do Abaeté
Do Abaeté

A noite tá que é um dia
Diz alguém olhando a lua
Pela praia as criancinhas
Brincam à luz do luar

O luar prateia tudo
Coqueiral, areia e mar
A gente imagina quanta a lagoa linda é

A lua se enamorando
Nas águas do Abaeté
Credo, Cruz
Te desconjuro
Quem falou de Abaeté
No Abaeté tem uma lagoa escura

Fonte: Caymmi (1954).

Coqueiro de Itapoã*Dorival Caymmi*

Coqueiro de Itapoã, coqueiro

Areia de Itapoã, areia

Morena de Itapoã, morena

Saudade de Itapoã, me deixa

Oh vento que faz cantiga nas folhas

No alto dos coqueirais

Oh vento que ondula as águas

Eu nunca tive saudade igual

Me traga boas notícias daquela terra toda manhã

E joga uma flor no colo de uma morena de Itapoã

Coqueiro de Itapoã, coqueiro

Areia de Itapoã, areia

Morena de Itapoã, morena

Saudade de Itapoã, me deixa

Fonte: Caymmi (2009).

Tarde em Itapuã

Vinicius de Moraes e Toquinho

Um velho calção de banho
Um dia prá vadiar
O mar que não tem tamanho
E um arco-íris no ar...

Depois, na Praça Caymmi
Sentir preguiça no corpo
E numa esteira de vime
Beber uma água de côco
É bom!...

Passar uma tarde em Itapuã
Ao sol que arde em Itapuã
Ouvindo o mar de Itapuã
Falar de amor em Itapuã...(2x)

Enquanto o mar inaugura
Um verde novinho em folha
Argumentar com doçura
Com uma cachaça de rolha...

E com olhar esquecido
No encontro de céu e mar
Bem devagar ir sentindo
A terra toda rodar
É bom!...

Passar uma tarde em Itapuã
Ao sol que arde em Itapuã
Ouvindo o mar de Itapuã
Falar de amor em Itapuã...(2x)

Depois sentir o arrepio
Do vento que a noite traz
E o diz-que-diz-que macio
Que brota dos coqueirais...

E nos espaços serenos
Sem ontem nem amanhã
Dormir nos braços morenos
Da lua de Itapuã
É bom!...

Passar uma tarde em Itapuã
Ao sol que arde em Itapuã
Ouvindo o mar de Itapuã
Falar de amor em Itapuã... (2x)

Fonte: Moraes e Toquinho (2010).

É d'Oxum

Vevé Calazans e Gerônimo

Nessa cidade todo mundo é d'Oxum
Homem, menino, menina, mulher
Toda gente irradia magia
Presente na água doce
Presente na água salgada
Presente na água doce
Presente na água salgada

E toda cidade brilha
Seja tenente ou filho de pescador
Ou importante desembargador
Se der presente é tudo uma coisa só
A força que mora n'água
Não faz distinção de cor
E toda cidade é d'Oxum
É d'Oxum
É d'Oxum
Eu vou navegar
Eu vou navegar nas ondas do mar
Eu vou navegar nas ondas do mar

Iá aguibá Oxum aurá olu adupé

Fonte: Calazans e Gerônimo (2009).